



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2156

Quinta-feira - 29 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Governador Celso Ramos.....	246	Pomerode.....	451
Anchieta.....	3	Grão Pará.....	248	Porto Belo.....	454
Antônio Carlos.....	17	Guarujá do Sul.....	261	Porto União.....	460
Arabutã.....	19	Herval d'Oeste.....	262	Princesa.....	482
Arroio Trinta.....	22	Ibiam.....	279	Romelândia.....	483
Aurora.....	27	Imbituba.....	284	Salto Veloso.....	484
Balneário Rincão.....	28	Indaial.....	289	Santa Rosa do Sul.....	485
Barra Velha.....	126	Iomerê.....	290	Santa Terezinha do Progresso.....	499
Bela Vista do Toldo.....	128	Itapiranga.....	297	São Carlos.....	504
Bom Jesus do Oeste.....	130	Jacinto Machado.....	308	São Domingos.....	513
Bom Retiro.....	132	Joaçaba.....	311	São João do Oeste.....	514
Braço do Trombudo.....	133	Lacerdópolis.....	351	São Joaquim.....	516
Brunópolis.....	143	Laguna.....	359	São José.....	539
Brusque.....	144	Lauro Muller.....	360	São José do Cedro.....	540
Caçador.....	146	Leoberto Leal.....	361	São Lourenço do Oeste.....	541
Camboriú.....	147	Lindóia do Sul.....	363	São Miguel da Boa Vista.....	567
Campo Erê.....	150	Luzerna.....	366	Seara.....	580
Canoinhas.....	151	Macieira.....	370	Serra Alta.....	581
Capinzal.....	152	Maracajá.....	375	Siderópolis.....	582
Catanduvas.....	154	Maravilha.....	379	Sul Brasil.....	583
Caxambu do Sul.....	161	Marema.....	384	Tigrinhos.....	586
Cocal do Sul.....	162	Meleiro.....	385	Timbé do Sul.....	587
Concórdia.....	164	Modelo.....	397	Timbó.....	589
Cordilheira Alta.....	165	Monte Carlo.....	420	Três Barras.....	593
Coronel Freitas.....	166	Morro da Fumaça.....	421	Trombudo Central.....	600
Coronel Martins.....	167	Navegantes.....	424	Tunápolis.....	604
Correia Pinto.....	175	Novo Horizonte.....	426	Turvo.....	605
Dionísio Cerqueira.....	177	Orleans.....	427	Urussanga.....	611
Doutor Pedrinho.....	180	Ouro Verde.....	429	Vargeão.....	612
Erval Velho.....	208	Palma Sola.....	430	Vargem Bonita.....	613
Flor do Sertão.....	217	Palmitos.....	433	Videira.....	615
Forquilha.....	232	Papanduva.....	434	Vitor Meireles.....	618
Fraiburgo.....	233	Paraíso.....	435	Xanxerê.....	620
Frei Rogério.....	240	Passo de Torres.....	437	Xavantina.....	624
Garopaba.....	241	Paulo Lopes.....	441	Xaxim.....	625
Garuva.....	242	Penha.....	444		
Gaspar.....	245	Peritiba.....	448		

### Associações

AMAUC.....	626
------------	-----

### Consórcios

ARIS.....	631
CIGA.....	631
CIMCATARINA.....	650
CISAM.....	651
Consórcio CISAMA.....	652
CIASS.....	656

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 341/2016

PORTARIA Nº 341/2016 de 28 de dezembro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária TANIA CARON DOS SANTOS, inscrita sob CPF nº 028.668.909-06, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 28/12/2016 a 06/01/2017, referente ao período 15/16, devido período de recesso no SINE/SC.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 342/2016

PORTARIA Nº 342/2016 de 28 de dezembro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário GIOVANI CESAR SCHNEIDER, inscrito sob CPF nº 005.999.499-10, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 30/12/2016 a 13/01/2017, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATOS FMS\_DEZEMBRO\_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 085/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: LF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 30/12/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia civil/elétrica, em regime de empreitada global por Item, com fornecimento de material necessário; para a construção e instalação elétrica da nova Unidade Básica de Saúde do Centro localizada na Rua Guilherme Wildner, Centro do Município de Anchieta, com área total 366,10m2, em conformidade com a Portaria nº 1.380, de 09 de julho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 019/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 25.465,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : 3º Termo Aditivo ao contrato 019/2014 Ref: Locação de sistema de informática para manutenção das atividades de contabilidade e compras, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 051/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

Valor ..... : 7.866,00 (sete mil oitocentos e sessenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : 3º Termo Aditivo ao Contrato 051/2014 Ref: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e elaboração de projetos nos Programas de Saúde e demais atividades de capacitação das equipes da saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 005/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

DE AN

Valor ..... : 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : 1º Termo Aditivo ao Contrato 005/2016 Ref: Contratação de Instituições privadas, Filantrópicas e/ou Sem Fins Lucrativos, prestadora de serviço de Assistência à Saúde Atendimento e Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, para atender a demanda do Município de Anchieta.

Anchieta, 29 de Dezembro de 2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

### CONTRATOS HOSPITAL\_DEZEMBRO\_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 002/2016

Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada...: RENAN PRIGOL & CIA LTDA - ME

Valor ..... : 25.920,00 (vinte e cinco mil novecentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/01/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de julho a dezembro de 2016, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 003/2016

Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada...: RICARDO ANDRESKI MOITA

Valor ..... : 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 30/01/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de julho a dezembro de 2016, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 022/2014

Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Locação de sistema de informática para manutenção das atividades do setor de contabilidade, compras, e folha de pagamento, pago

com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 004/2016  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
Contratada...: LAVORO MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME  
Valor ..... : 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de serviços médico, na forma de plano médico na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de julho a dezembro de 2016, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 005/2016  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
Contratada...: RENAN PRIGOL & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)  
Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviço médico sobre aviso de 10hrs semanais, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação, inclusive gestantes e em estagio terminal que ficam mais de 24h conforme a demanda, atendimento no turno do trabalhador bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 006/2016  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
Contratada...: RICARDO ANDRESKI MOITA  
Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)  
Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviço médico sobre aviso de 10hrs semanais, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação, inclusive gestantes e em estagio terminal que ficam mais de 24h conforme a demanda, atendimento no turno do trabalhador bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 001/2016  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
Contratada...: BEE - PROJETOS LTDA - ME  
Valor ..... : 14.175,15 (quatorze mil cento e setenta e cinco reais e quinze centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/12/2016 Término: 30/06/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para desenvolvimento do Projeto Arquitetônico (PBA) de readequação e ampliação do Hospital Municipal Anchietaense, com área de até 1065m2, para aprovação na Vigilância Estadual e demais órgãos competentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 6º Termo Aditivo - Contrato Nº: 001/2012  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA  
Valor ..... : 564,74 (quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 17/01/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2011  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Anchieta SC.

Anchieta, 29 de Dezembro de 2016  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2016.  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 020/2010 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º. Fica acrescido o §7º ao art. 1º da Lei Complementar n. 020/2010, com a seguinte redação:

Art. 1º.

§7º Fica facultada à Municipalidade firmar acordo em demandas judiciais iniciais, não executórias, com valor não superior ao estabelecido no caput, com quitação total e renúncia de prazo recursal por parte do demandante.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 22 de dezembro de 2016.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

**LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2016.  
DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ANCHIETA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

TÍTULO I  
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação, direito de todos, dever da família e do Poder Público, será promovida e inspirada nos ideais de igualdade, da solidariedade humana, do bem estar social e da democracia, visando o pleno exercício da cidadania e da qualificação para o



trabalho, desenvolvendo-se na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo único. Esta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

## TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 2º O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes de seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes valores éticos e o aprendizado da participação;
- III - preparo do cidadão para o exercício da cidadania, a compreensão e o exercício do trabalho, mediante acesso à cultura, ao conhecimento humanístico, científico, tecnológico, artístico e ao desporto;
- IV - produção e difusão do saber e do conhecimento;
- V - desenvolvimento integral do pensamento humano e sua participação na obra do bem comum;
- VI - preservação e expansão do patrimônio cultural;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - promoção da autonomia da escola e participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino;
- IX - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- X - respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- XI - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XII - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- XIII - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- XIV - valorização dos profissionais da educação;
- XV - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e outros regulamentos;
- XVI - garantias de padrões de qualidade;
- XVII - valorização da experiência extraescolar;
- XVIII - vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XIX - promoção de integração escola comunidade.

## TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 3º A educação é direito fundamental de todos e dever da família e do Poder Público, com a colaboração da sociedade, cabendo ao Poder Público:

- I - assegurar a todos o direito à educação escolar, em igualdade de condições de acesso e permanência pela oferta do ensino público e gratuito, mediante prestação suplementar, quando e onde necessário;
- II - garantir gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais e o acesso à educação escolar sempre que necessário aos que a ela não tiveram acesso em idade própria.

Art. 4º O dever do Município com a educação escolar pública será efetivada mediante atuação prioritária na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, através da garantia de:

- I - universalização da educação básica em regime de colaboração com a União, Estado e Município;
- II - organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos em instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino, integrando-o às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

III - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, nos termos da Constituição Federal;

IV - oferta do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;

V - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VI - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

VII - programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde física e mental, nos níveis e modalidades da educação básica e sobre tudo nas áreas de maior carência;

VIII - padrões mínimos de qualidade de ensino, com a inclusão de recursos humanos qualificados, material didático escolar, transporte, assistência à saúde e alimentação para os que deles necessitarem;

IX - oferta de formação continuada aos profissionais da educação em parceria com instituições de ensino públicas ou privadas.

Parágrafo único. A ampliação, na rede municipal de Ensino Fundamental, em regime de tempo integral dar-se-á a critério da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com a aprovação do Conselho Municipal de Educação e a participação do Conselho Escolar, que analisará a viabilidade econômica do Município, em consonância com as leis educacionais vigentes.

Art. 5º O Ensino Obrigatório é gratuito na condição de direito público, pode ser exigido do Poder Público, por cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, bem como o Ministério Público.

§ 1º Compete ao Município, em regime de colaboração com o Estado e com assistência da União:

- I - recensear anualmente a população em idade escolar para o Ensino Fundamental, bem como jovens e adultos que a ele não tiveram acesso, promovendo a chamada e zelando pela frequência à escola;
- II - estabelecer as prioridades de atendimento no Plano Municipal de Educação;
- III - assegurar em primeiro lugar o acesso ao Ensino Obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades estabelecidas legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Constituição Federal;
- IV - zelar junto aos pais e responsáveis pela frequência à escola;
- V - fazer-lhes a chamada pública;
- VI - fazer a matrícula dos que estão em idade escolar do Ensino Fundamental, nos termos desta Lei.

§ 2º A não oferta ou oferta irregular do Ensino Obrigatório pelo Poder Público importa em responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar ao Poder Público, nos termos do § 2º do art. 208, da Constituição Federal.

§ 4º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público usará formas alternativas de acesso a diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior, de acordo com a forma estabelecida pelo órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino.

§ 5º É dever dos pais e responsáveis efetuar a matrícula dos educandos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade no Ensino Fundamental.

Art. 6º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do Sistema Municipal de Ensino;
- II - autorização de funcionamento e reconhecimento do Poder Público e Sistema Municipal de Ensino;
- III - avaliação da qualidade, do corpo docente e técnico-administrativo pelo Poder Público;
- IV - condições físicas de funcionamento;
- V - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213, da Constituição Federal.

Parágrafo único. As normas e as exigências complementares para o cumprimento das condições acima, serão expedidas pelo Conselho Estadual de Educação e fiscalizadas e autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º O Plano Municipal de Educação, elaborado com a participação da sociedade, aprovada através de lei, articulado com o Plano Nacional e Estadual de Educação, na forma da lei, observará as seguintes diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar no Ensino Fundamental e da Educação Infantil;
- III - melhoria na qualidade do ensino;
- IV - progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno no Ensino Fundamental;
- V - formação humanística e tecnológica;
- VI - adequação à realidade do Município, considerando os aspectos culturais, econômicos e sociais.

Art. 8º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula nos estabelecimentos de ensino dos menores a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Parágrafo único. Os pais ou responsáveis serão responsabilizados pela frequência mínima da criança à escola, quando necessário serão acionados os órgãos competentes.

#### TÍTULO IV DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 9º O Município definirá com o Estado formas de colaboração para assegurar a universalização do Ensino Fundamental obrigatório.

§ 1º A colaboração de que trata este artigo deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis a cada esfera.

§ 2º O Fórum Permanente de Educação poderá ser chamado, por iniciativa do Município, para implementar, acompanhar e avaliar.

Art. 10. O Município poderá atuar em colaboração com o Estado por meio do planejamento, execução e avaliação integrados às seguintes ações:

- I - formulação de políticas e planos educacionais e distribuição das matrículas no Ensino Fundamental;
- II - recenseamento e chamada pública da população para o Ensino Fundamental e controle da frequência dos alunos;
- III - definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;
- IV - valorização e formação dos recursos humanos da educação;
- V - expansão e utilização da rede escolar de educação básica;

VI - programa didático-escolar, transporte e alimentação.

Art. 11. O Sistema Municipal de Ensino atuará prioritariamente em articulação com o Sistema Estadual na elaboração de normas complementares, com vistas à unidade normativa, respeitadas as peculiaridades das redes de ensino dos respectivos sistemas.

Art. 12. O Poder Público estabelecerá colaboração com outros municípios, inclusive por meio de consórcio, visando a qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

#### TÍTULO V DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

##### SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 13. A organização da educação municipal orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I - garantia de padrão de qualidade, através da competência e da valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes condições de trabalho;
- II - universalização da educação;
- III - coordenação, planejamento, administração e participação da política educacional;
- IV - participação da sociedade, dos agentes da educação e dos seus destinatários;
- V - simplificação das estruturas burocráticas, descentralização dos processos de decisão e de execução e fortalecimento das unidades escolares;
- VI - integração entre a educação escolarizada formal e as ações educativas produzidas fora do sistema de ensino;
- VII - flexibilização para o reconhecimento da experiência extraescolar.

##### SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 14. O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I - as instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público;
- II - as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - o Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, consultivo, fiscalizador e deliberativo;
- IV - Fórum Permanente de Educação;
- V - Conselhos Escolares;
- VI - o Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
- VII - o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE);
- VIII - o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), como órgão controlador do Fundo;
- IX - a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, como órgão executivo.

##### SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 15. O Sistema Municipal de Ensino por intermédio das instituições de ensino incumbir-se-á de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado;
- II - exercer ação distributiva em relação às suas escolas;
- III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em

consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional e Estadual de Educação;

IV - estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para implantação/implementação das políticas públicas de educação;

V - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os estabelecimentos de ensino, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

VI - baixar normas complementares para o sistema de ensino;

VII - elaborar o Plano Municipal de Educação;

VIII - oferecer Educação Infantil em creches, Pré-Escolas e Ensino Fundamental, sendo a atuação em outros níveis condicionada ao pleno atendimento das necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do Ensino;

IX - assegurar a valorização dos profissionais da educação, através do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;

X - garantir o transporte escolar aos alunos da Educação Infantil a partir dos 04 anos de idade e do Ensino Fundamental que pertencem a rede municipal, de acordo com a regulamentação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

#### SEÇÃO IV

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 16. O Conselho Municipal de Educação (COMED) é órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação tem sua estrutura, organização, funcionamento e competências regulamentadas e definidas em legislação específica e em regimento próprio.

Art. 17. O Conselho Municipal de Educação poderá, quando necessário contar com assessoria técnica, jurídica e administrativa de apoio imprescindível ao desenvolvimento de suas atividades.

#### SUBSEÇÃO I

##### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 18. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – Na função consultiva:

a) Subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;

b) Propor e aprovar medidas que garantam o padrão necessário de qualidade do ensino;

c) Colaborar com sugestões na elaboração das Políticas Públicas de Educação e do plano de expansão da Educação Básica da rede pública municipal de educação;

d) Propor e aprovar medidas para ajustar o ensino ao melhor nível de produtividade;

e) Sugerir à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, as medidas que julgar necessárias para melhor solução dos problemas educacionais;

f) Sugerir alterações das leis que regem o Sistema Municipal de Educação de Anchieta;

g) Opinar sobre o plano anual de novas oportunidades educacionais da rede municipal de educação;

II – Na função Deliberativa:

a) Aprovar e cumprir o Plano Municipal de Educação P.M.E.

b) Aprovar a criação de novas escolas no município;

c) Aprovar o funcionamento de novos cursos na área de educação Infantil (0 à 6 anos), no Ensino Fundamental (1ª à 9ª série) e Ensino Supletivo no Município;

d) Definir normas:

1) Para os regimes internos dos estabelecimentos e materiais da parte diversificada no currículo escolar;

2) Para autorização criação, ampliação, desativação, realocação

de funcionamento das escolas da rede municipal.

3) Estabelecer normas para o zoneamento de matrículas no perímetro urbano e rural do município;

4) Para autorização de funcionamento das instituições da rede privada, particular, comunitária, confessional, e filantrópica (quando o município tiver sistema municipal implantado).

5) Complementares para o sistema municipal de ensino;

6) Autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos, credenciamento de instituições, supervisão e avaliação de estabelecimentos de Educação Básica, integrantes do Sistema Municipal de Educação;

7) Estabelecer critérios gerais para avaliar o aproveitamento dos estudos e normas para transferência de alunos, bem como desempenho e forma de avaliação do professor;

e) Elaboração do o regimento e plano de atividades do Conselho de Educação;

f) Autorizar experiências pedagógicas com regimes especiais na Educação Básica, assegurando a validade dos estudos realizados.

g) Avaliar anualmente os resultados do plano municipal de educação;

h) Cumprir as atribuições delegadas pelo conselho municipal de educação.

i) Zelar pelo cumprimento das diretrizes e normas emanadas do sistema federal, estadual e municipal de educação;

j) Credenciar instituições de Educação Infantil, Educação Básica, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional;

k) Autorizar o funcionamento e reconhecer os cursos de Educação Infantil, Educação Básica, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional;

l) Restabelecer atribuições que lhe forem delegadas pelos conselhos estadual e nacional de educação.

m) Acompanhar a transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no município.

n) Acompanhar as experiências pedagógicas inovadoras;

o) Avaliar o sistema Municipal de Ensino;

p) Participar da elaboração do orçamento anual da secretaria municipal da educação, cultura, esportes e turismo;

q) Fixar normas complementares:

1) para a Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil e Educação Profissional, Ensino Fundamental e Médio;

2) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o currículo de Ensino Fundamental e Médio, quando exigido pelas características municipais;

3) para oferta do Ensino Religioso;

4) para a autorização e avaliação dos programas de Educação a Distância e sua implementação na Educação Básica;

5) para a elaboração de Regimento e de Projeto Político-Pedagógico das escolas municipais.

6) normatizar a equivalência de estudos nos níveis e modalidades da Educação Básica;

7) aprovar os regulamentos e a orientação do ensino, dentro das limitações expressas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, na Lei Orgânica e nas leis decorrentes;

#### SUBSEÇÃO II

##### DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 19. O Conselho Municipal de Educação será constituído com 07(sete) conselheiros, sendo 07(sete) titulares e 07(sete) suplentes, com a seguinte composição:

I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo;

II - 2 (dois) representantes, servidores do Poder Legislativo;

III - 2 (dois) representantes da Rede Estadual de Ensino;

IV - 2 (dois) representantes da Educação Infantil;

V - 2 (dois) representantes das Escolas Municipais;

VI - 2 (dois) representantes da Educação Especial;

VII - 2 (dois) representantes das agremiações estudantis do

município.

Parágrafo único. Os representantes serão escolhidos pelos respectivos pares ou instituições, através de seus fóruns ou assembleias e nomeados pelo Poder Público através de Decreto.

Art. 20. O Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho Municipal de Educação serão eleitos dentre os conselheiros efetivos, na forma regimental.

Art. 21. Os membros do Conselho Municipal de Educação não receberão qualquer remuneração, considerando-se sua função como serviço público relevante.

#### SEÇÃO V DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Art. 22. Os estabelecimentos de ensino, de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino, incumbir-se-ão de:

I – elaborar, em regime de colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e executá-lo observando as peculiaridades dos seus estabelecimentos, constantes nos seus Regimentos Escolares;  
II - administrar recursos humanos, materiais e financeiros;  
III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos de acordo com legislação vigente;  
IV - zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;  
V - prover meios para o apoio pedagógico com profissional habilitado – pedagogo - aos alunos com dificuldades de aprendizagem;  
VI - articular-se com a família e comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;  
VII - informar aos pais e aos que têm compromisso com o desenvolvimento do aluno sobre a frequência e o rendimento do mesmo, bem como a execução de sua proposta pedagógica;  
VIII - notificar imediatamente o Conselho Tutelar do Município, o juiz competente da Comarca e o respectivo representante do Ministério Público sobre a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima do permitido em lei.

Art. 23. A organização administrativo-pedagógica das instituições de educação e ensino será regulada no regimento escolar segundo normas e diretrizes fixadas pelo Sistema Municipal de Ensino.

Art. 24. As instituições municipais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil serão criadas pelo Poder Público de acordo com as necessidades de atendimento à população escolar, respeitada as normas do Sistema Municipal de Ensino.

#### SEÇÃO VI DAS ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES

Art. 25. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração, avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico e Regimentos Escolares;  
II - elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e do Regimento Escolar;  
III - zelar pela aprendizagem dos alunos;  
IV - estabelecer estratégias para o acompanhamento individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem e altas habilidades;  
V - ministrar os dias letivos e as horas de efetivo trabalho escolar estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;  
VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade;

VII - zelar pelo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;  
VIII - comprometer-se com o trabalho coletivo, assumindo um projeto institucional compartilhado, responsabilizando-se, fundamentalmente, pela qualidade da aprendizagem e da educação.

#### SEÇÃO VII DA GESTÃO DO ENSINO PÚBLICO

Art. 26. A participação da comunidade escolar no processo decisório é a base da gestão democrática para fortalecimento da cidadania, da autonomia da escola pública e atendimento das diferenças e será estimulada pelos órgãos do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as peculiaridades e conforme os princípios de:

I - participação dos profissionais de educação e da comunidade escolar (pais e alunos) na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;  
II - participação da comunidade escolar e local nos conselhos escolares ou equivalentes respeitando a autonomia de organização de cada segmento;  
III - progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira;  
IV- participação em seminários e conferências municipais de educação;  
V - eleição dos diretores escolares, considerando os seguintes critérios:  
a) ser membro efetivo estável do corpo docente da rede municipal de ensino;  
b) ter formação em curso de licenciatura plena, nível superior;  
c) participar dos mecanismos, instrumentos e processo de aperfeiçoamento profissional do pessoal do Magistério Público Municipal;  
d) seguir as diretrizes para o trabalho coletivo e as atribuições dos trabalhadores da instituição.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no inciso IV deste artigo, o órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino providenciará a descentralização do orçamento, visando alcançar as unidades escolares na proporção dos alunos matriculados com frequência comprovada.

§ 2º Para o cumprimento do inciso V deste artigo, será aprovada lei regulamentando a forma de escolha de direções, com a participação dos profissionais do magistério e a comunidade, no prazo máximo de 1 (um) ano, da aprovação dessa Lei.

§ 3º O limite para o início de exercício dos diretores escolhidos pela comunidade é de 1(um) ano a partir da entrada em vigor da presente Lei.

#### TÍTULO VI DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

##### CAPÍTULO I COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 27. A educação escolar compõe-se de:

I - Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

##### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 28. A educação escolar do Sistema Municipal de Ensino compõe-se de:

I - instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental criadas e mantidas pelo Poder Público;



II - instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental criadas e mantidas pela iniciativa privada.

### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 30. O Sistema Municipal de Educação organizar-se-á em turmas anuais, assim compreendido:

I - Educação Infantil com atendimento de crianças até 6 (seis) anos de idade:

a) Creche - de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

b) Pré-escola - de 4 (quatro) a 6 (cinco) anos incompletos de idade;

II - Ensino Fundamental com nove anos de duração a partir de 6 (seis) anos de idade.

§ 1º Sempre que, pelo processo de aprendizagem for recomendado, poderão ser constituídos grupos ou turmas não seriados, com critérios e formas próprias de organização, visando o desenvolvimento de atividades em disciplinas ou áreas específicas.

§ 2º O calendário escolar será adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem redução do mínimo de horas letivas previsto em lei, independente do ano civil, respeitadas as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 31. A Educação Básica, no nível fundamental, é organizada segundo as seguintes regras:

I - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, cujas atividades escolares serão desenvolvidas na sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos, à leitura, pesquisa ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação do aluno, com frequência exigível e efetiva orientação por professores;

II - a classificação de qualquer série, exceto a primeira do Ensino Fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento a série anterior;

b) por transferência, para candidatos provenientes de outras escolas;

c) independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série adequada, conforme regulamentação do Sistema Municipal de Ensino.

III - serão admitidas formas de progressões parciais, composição de grupos ou turmas não seriadas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares, desde que preservada a sequência do currículo, sejam admitidas no regimento escolar e observem as normas e diretrizes do Sistema Municipal de Ensino.

IV - o acompanhamento do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso

escolar;

c) possibilidade de avanço nas séries, mediante verificação do aprendizado, conforme regulamentação do Conselho Municipal da Educação;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições escolares, em seus Projetos Políticos Pedagógicos.

V - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme disposto no seu regimento e na forma desta Lei, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação;

VI - a instituição de ensino expedirá históricos escolares, declaração de conclusão dos anos, fases ou etapa e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 32. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, estabelecerá parâmetro para atendimento do disposto neste artigo, conforme normatização do Conselho Municipal de Educação.

Art. 33. Os currículos do Ensino Fundamental têm uma base nacional comum, a ser contemplada pelo Sistema Municipal de Ensino e seus estabelecimentos de ensino, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Na parte diversificada do currículo será incluída, a partir do 1º ano Língua Espanhol e a partir do 6º (sexto) ano, acrescentar a Língua Inglesa.

§ 2º A Base Nacional comum será definida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 3º Os currículos referidos no caput deste artigo, devem abranger obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 4º O ensino de Arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 5º A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – amparado pelo Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções;

§ 6º Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira levando em conta:

I - as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e catarinense, das matrizes, Africana, Indígena e Europeia e, especialmente, com ênfase à História de Santa Catarina e do Município;

II - o estudo da História da África e dos Africanos, luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil,



de Santa Catarina e do Município.

§ 7º Nos estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, é obrigatório o estudo, divulgação, pesquisa e prática de promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e sustentabilidade socioambiental, observando:

- I - o nível de compreensão dos estudantes;
- II - os estudos que tratam deste parágrafo devem ser desenvolvidos, preferencialmente, de forma transdisciplinar, sendo objeto de todos os componentes curriculares.
- III - as unidades escolares isoladamente ou em conjunto com a rede poderão desenvolver atividades na área envolvendo a comunidade em geral.
- IV - para cumprimento do previsto neste parágrafo as instituições de ensino poderão buscar parcerias com as instituições que atuam na área.

Art. 34. Os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - a promoção de valores culturais, nacionais e regionais;
- III - programas visando à análise e a reflexão crítica sobre a comunicação social;
- IV - análise e adaptação às realidades dos meios urbano e rural;
- V - orientação sobre prevenção do uso de drogas, a proteção ao meio ambiente, a educação para o trânsito, a educação sexual, a ética e a cidadania;
- VI - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- VII - orientação ao trabalho;
- VIII - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Art. 35. Na oferta de Educação Básica para a população rural, o Sistema Municipal de Ensino promoverá adaptações necessárias a sua adequação e às peculiaridades da vida rural e da região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. As adaptações previstas neste artigo serão regulamentadas e sua aplicação depende de autorização do Conselho Municipal de Educação.

## SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### SUBSEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 36. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, objetivando:

- I - promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;
- II - desenvolver o trabalho educacional voltado à aquisição e ampliação de conhecimentos disponíveis em relação ao mundo físico e

social, partindo da realidade social e cultural da criança;

- III - possibilitar o desenvolvimento integral da criança em seus diferentes aspectos, respeitando as características apresentadas.

### SUBSEÇÃO II DO ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 37. A Educação infantil será oferecida em Creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 4 (quatro) anos, e em Pré-Escola para crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade, constituindo direito da criança e dos seus pais e dever da família e do Estado.

Parágrafo único. A Educação Infantil compreende dois níveis, e estes, em grupos de crianças assim definidos:

I - Nível I - Creche:

- a) Creche I - Crianças de 4 (quatro) meses a 1 (um) ano de idade;
- b) Creche II - Crianças de 1 (um) a 2 (dois) anos de idade;
- c) Maternal I - Crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos de idade;
- d) Maternal II - Crianças de 3 (três) a 4 (quatro) anos de idade.

II - Nível II - Pré-Escola:

- a) Pré-Escola I - Crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- b) Pré-Escola II - Crianças de 5 (cinco) a 6 (seis) anos de idade.

Art. 38. As unidades de Educação Infantil oferecerão um ou os dois níveis previstos no artigo 37.

§ 1º Admitir-se-á como base para a matrícula da criança na determinada turma a idade completa ou data corte instituída por decreto expedido pelo Poder Público e/ou conforme legislação federal e/ou estadual vigente.

§ 2º A organização de turmas e/ou classes na Educação Infantil - modalidade Creche - observará a idade e o desenvolvimento da criança, a partir dos seguintes parâmetros:

- a) turmas de Creche I, com crianças de 4 (quatro) meses a 1 (um) ano de idade, se constituirão com o número mínimo de 07 (sete) e máximo de 09 (nove) crianças, com 1 (um) professor titular e 1 (um) profissional auxiliar;
- b) turmas de Creche II, com crianças de 1 (um) a 2 (dois) anos de idade, se constituirão com o número mínimo de 09 (nove) e máximo de 12 (doze) crianças, com 1 (um) professor titular e 1 (um) profissional auxiliar;
- c) turmas de Maternal I, com crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos de idade, se constituirão com o número mínimo de 12 (doze) e máximo de 15 (quinze) crianças, com 1 (um) professor titular e 1 (um) profissional auxiliar;
- d) turmas de Maternal II, com crianças de 3 (três) a 4 (quatro) anos de idade, se constituirão com o número mínimo de 12 (doze) e máximo de 17 (dezessete) crianças, com 1 (um) professor titular;

§ 3º A organização de turmas e/ou classes na Educação Infantil - modalidade Pré-Escola - observará a idade e o desenvolvimento da criança, a partir dos seguintes parâmetros:

- a) turmas de Pré-Escola I, com crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, se constituirão com o número mínimo de 14 (quatorze) e máximo de 19 (dezenove) crianças, com 1 (um) professor titular;
- b) turmas de Pré-Escola II, com crianças de 5 (cinco) a 6 (seis) anos de idade, se constituirão com o número mínimo de 14 (quatorze) e máximo de 21 (vinte e um) crianças, com 1 (um) professor titular.

§ 4º Para a formação de turmas regulares na Educação Infantil onde houver inclusão de alunos com deficiência comprovada por laudo diagnóstico e avaliação feita pela equipe pedagógica/administrativa da escola ou da Secretaria Municipal de Educação (professor titular, orientador escolar e direção), será contratado um segundo professor - quando se tratar de questões de aprendizagem (dificuldades

cognitivas) e um auxiliar – quando se tratar de questões motoras (dificuldades de mobilidade), sempre levando em consideração as necessidades dos educandos especificadas no laudo (conforme Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina). O profissional contratado poderá ser designado para a sala de aula ou para a Unidade Escolar.

Art. 39. As instituições de Educação Infantil poderão funcionar em horário parcial ou integral, de acordo com a estrutura e os níveis da unidade.

Parágrafo único. Para o atendimento em horário integral a matriz curricular será adaptada de acordo com as condições da Unidade Escolar.

Art. 40. Será objetivo permanente do Sistema Municipal de Ensino, a relação adequada entre o número de alunos e o número de professores, a carga horária e as condições materiais da instituição educacional.

§ 1º As condições materiais das Instituições Educacionais deverão ser adequadas à proposta curricular, a organização das turmas e dos conteúdos, ser salubre e oferecer as demais condições de promoção e proteção da saúde dos alunos e professores e as condições didáticas pedagógicas para a qualidade da educação.

§ 2º Será objetivo permanente do Poder Público, da sociedade e das instituições públicas e privadas, a implantação gradativa do atendimento em período integral na Educação Infantil, em especial em Creche, para crianças de 4 (quatro) meses a 4 (quatro) anos de idade, conforme Plano Municipal de Educação.

§ 3º O calendário anual da Educação Infantil oferecerá atendimento mínimo de:

- a) 4 (quatro) horas diárias nas turmas de Pré-Escola, com crianças de 4 (quatro) e 6 (seis) anos;
- b) 200 (duzentos) dias letivos por ano de efetivo atendimento às crianças.
- c) ter frequência mínima de 60% (sessenta por cento) da carga horária anual, sendo acionado os órgãos competentes quando a criança não atender a esta porcentagem.

Art. 41. O atendimento na Educação Infantil dar-se-á nas seguintes categorias administrativas:

- I - pública, assim entendida e criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público;
- II - privada, assim entendida e mantida por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 42. Estão submetidas a normatização do Sistema Municipal de Ensino as instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Art. 43. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I - particular em sentido restrito, assim entendida a instituída e mantida por uma ou mais pessoa física ou jurídica de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - comunitária, assim entendida a instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoa jurídica, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - confessional, assim entendida a instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoa jurídica que atendem a orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 44. A Educação Infantil deverá:

- I - atender aos padrões definidos em lei e normas fixadas pelo Conselho Municipal de Educação;
- II - ser pública e gratuita, com progressiva ampliação do número de vagas na rede pública municipal, conforme a demanda.

Art. 45. A avaliação na Educação Infantil realizar-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa de educação, não tendo como função a promoção e não constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental, ao qual a criança ingressa por direito subjetivo na idade definida em lei.

Parágrafo único. Semestralmente a unidade escolar providenciará registro descritivo do acompanhamento da criança, para encaminhamento aos pais.

### SUBSEÇÃO III DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art. 46. O Currículo da Educação Básica, até o Ensino Fundamental, deverá levar em conta, na sua concepção e gestão, o grau de desenvolvimento da criança e do adolescente, a diversidade social e cultural e os conhecimentos que pretendem se apropriar e universalizar.

§ 1º O currículo da Educação Básica, até o Ensino Fundamental, através de orientação nacional de caráter geral, será complementado em nível de Município, por normas próprias, cabendo a cada estabelecimento a elaboração de sua proposta curricular.

§ 2º A proposta curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental deverá ser única e articulada pelos seus fins e objetivos.

Art. 47. As unidades escolares definirão sua organização didática no Plano Curricular ou Plano Geral, que deverá conter:

- I - descrição da localização geográfica da unidade, do grupo socioeconômico a atender, da distância dos estabelecimentos congêneres, de disponibilidade de vagas por nível e do período diário e anual de atividades;
- II - descrição sucinta dos princípios filosóficos, metodológicos e biopsicossociais que norteiam as ações educativas;
- III - relação dos recursos humanos, especificando as qualificações e as funções;
- IV - plano didático, especificando os objetivos e as atividades programadas;
- V - o sistema de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento biopsicossocial das crianças e os instrumentos para este fim utilizados;
- VI - especificação das atividades a serem desenvolvidas junto à família e a comunidade;
- VII - descrição da sistemática de atendimento à saúde e a nutrição das crianças;
- VIII - previsão e atualização dos recursos humanos.

### SUBSEÇÃO IV DO PRÉDIO E EQUIPAMENTOS

Art. 48. Os prédios destinados ao atendimento na Educação Infantil deverão atender as normas gerais e sanitárias estabelecidas na legislação vigente.

### SUBSEÇÃO V DA AUTORIZAÇÃO

Art. 49. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto encaminhará ao Conselho Municipal da Educação pedido de

autorização para funcionamento de Unidades de Educação Infantil públicas municipais, para o ano subsequente.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação baixará normas visando à instrução dos processos, bem como fixando critérios e períodos.

Art. 50. Aos estabelecimentos de Educação Infantil será concedido, primeiramente, autorização provisória, atendidos os critérios mínimos fixados.

§ 1º Decorrido o período de um ano, contados da concessão da autorização provisória, o estabelecimento deverá requerer ao Conselho Municipal da Educação a autorização definitiva e de reconhecimento, mediante processo próprio que comprove o atendimento dos critérios mínimos fixados.

§ 2º A autorização provisória, a autorização definitiva e reconhecimento serão negados, suspensos ou cessados, após processo regular, sempre que o estabelecimento não cumprir os requisitos legais.

§ 3º Da decisão que negar, suspender ou cessar a autorização provisória, caberá recursos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da decisão.

§ 4º A expedição de autorização para funcionamento provisório, autorização definitiva e reconhecimento é de competência do Conselho Municipal da Educação.

Art. 51. Os estabelecimentos particulares de Educação Infantil, integrados ao Sistema Municipal de Ensino, além de sujeitos ao disposto no art. 50, ficarão sob a inspeção periódica para o fim de conservação do registro definitivo e reconhecimento.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação baixará normas para o atendimento do disposto no caput deste artigo.

### SEÇÃO III DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### SUBSEÇÃO I DOS OBJETIVOS E REGRAS

Art. 52. O Ensino Fundamental obrigatório, com duração mínima de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o domínio progressivo da leitura, da escrita, da interpretação e do cálculo, enquanto instrumentos para compreensão e solução dos problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos;
- II - a compreensão das leis, que regem a natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente no meio social;
- IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- VI - o conhecimento da História, da Geografia, da Educação Física e do estudo das Línguas.

Parágrafo único. O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações de emergência.

Art. 53. O acompanhamento do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expresso em notas e/ou conceito descritivo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sendo que os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os exames finais, regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação e constante do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A sistemática de avaliação e o registro de seu resultado serão bimestrais, sendo que o professor deverá registrar no diário de classe, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como a frequência dos alunos.

Art. 54. Ter-se-ão como aprovados, quanto à assiduidade, os alunos de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas de efetivo trabalho escolar.

Art. 55. As escolas organizarão Conselho de Classe em instância deliberativa, integrando-se a estrutura dos estabelecimentos de ensino, tendo sob sua responsabilidade:

- I - a avaliação do processo ensino aprendizagem desenvolvido pelo estabelecimento de ensino e a proposição de ações para sua melhoria;
- II - a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;
- III - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;
- IV - a definição de critérios para avaliação e sua revisão, quando necessária;
- V - a apreciação, em caráter deliberativo, dos resultados das avaliações dos alunos apresentados individualmente pelos professores;
- VI - a decisão pela promoção ou retenção dos alunos.

Art. 56. O Conselho de Classe será composto:

- I - pelos professores da turma, com a presença de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento);
- II - pela direção do estabelecimento de ensino ou seu representante;
- III - pela equipe pedagógica;
- IV - por alunos;
- V - por pais ou responsáveis, quando for o caso.

Art. 57. As reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas em ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

#### SUBSEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art. 59. O currículo do Ensino Fundamental obedecerá, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - desenvolver o indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para participar como cidadão na vida em sociedade e fornecer-lhe meios para o progresso no trabalho e em estudos posteriores;
- II - a difusão de valores fundamentais ao interesse social aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;
- III - considerações das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- IV - orientação para o trabalho nos anos finais e apoio às práticas desportivas, a partir dos anos iniciais.

Art. 60. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais e regionais, inclusive climáticas e econômicas.

Art. 61. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Aos alunos que não optarem pelo Ensino Religioso, será assegurada atividade alternativa que desenvolva os valores éticos, o sentimento de justiça, a solidariedade humana, o respeito à lei e o amor à liberdade.

§ 2º Para que seja concretizada a opção, no ato da matrícula:

- a) os pais ou responsáveis manifestarão o credo religioso do candidato menor de 18 (dezoito) anos;
- b) os pais ou responsáveis que não desejarem a frequência do aluno às aulas de educação religiosa deverão notificar por escrito o diretor do estabelecimento;
- c) se o aluno tiver completado 18 (dezoito) anos de idade, caberá a ele decidir sobre a matrícula, manifestando-se por escrito ao diretor da escola.

Art. 62. A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos 4 (quatro) horas de trabalho escolar efetivo, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos de ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei, atendido o mínimo anual estabelecido no inciso I, do art. 31 da presente Lei.

§ 2º O Ensino Fundamental será ministrado, progressivamente, em período integral, a critério do Sistema Municipal de Ensino, observando o que determina o Plano Municipal de Educação vigente.

Art. 63. A relação de alunos por turmas e/ou classes no Ensino Fundamental será a seguinte:

- I - turmas de 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano com no mínimo 12 (doze) e máximo de 25 (vinte e cinco) alunos matriculados;
- II - turmas de 6º (sexto) ao 9º (nono) ano com no mínimo 12 (doze) e máximo 30 (trinta) alunos matriculados.

Parágrafo único. Para que ocorra o desdobramento de turmas do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano será necessário que o número de alunos exceda a 4 (quatro) do número estabelecido nos incisos deste artigo.

#### SUBSEÇÃO III DA AUTORIZAÇÃO

Art. 64. As Unidades de Ensino Fundamental pertencentes à Rede Municipal de Ensino serão autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação, cujo funcionamento, após a devida autorização, será para o ano subsequente.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação baixará as normas e critérios para o atendimento do disposto neste artigo.

Art. 65. Aos Estabelecimentos de Ensino Fundamental será concedido autorização provisória, atendidos todos os critérios e regulamentos.

§ 1º Decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contados da concessão provisória, o estabelecimento deverá requerer a autorização definitiva e reconhecimento, mediante processo próprio, ao Conselho Municipal de Educação, de acordo com as normas complementares fixadas por este.

§ 2º A autorização provisória, bem como a autorização definitiva e reconhecimento serão negados, suspensos ou cessados, após

processo regular, sempre que o estabelecimento não cumprir os requisitos legais.

§ 3º Da decisão que negar, suspender ou cessar a autorização provisória, caberá recursos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da decisão.

#### SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 66. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental, em idade própria.

Parágrafo único. O Poder Público poderá assegurar oportunidade educacionais apropriadas aos jovens e adultos que não puderam frequentar o Ensino Fundamental em idade regular, garantindo atendimento em Instituição Pública de Educação de Jovens e Adultos.

#### SEÇÃO V DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

##### SUBSEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 67. A Escola de Tempo Integral traz um elemento novo, importantíssimo para o processo educacional e tem como objetivo:

- I - promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima, e o sentimento de pertencimento;
- II - intensificar as oportunidades de socialização na escola;
- III - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- IV - incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional, implementando a construção da cidadania;
- V - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.

##### SUBSEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art. 68. A organização curricular da Escola de Tempo Integral inclui o currículo básico do Ensino Fundamental e ações curriculares direcionadas para:

- I - orientação de estudos prevendo enriquecimento curricular;
- II - atividades artísticas e culturais;
- III - atividades desportivas;
- IV - atividades de Informática Básica;
- V - atividade de aprofundamento de estudos e de iniciação a pesquisa.

Art. 69. A organização curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil em período integral compreenderá o currículo básico do Ensino Fundamental e um conjunto de disciplinas que serão incluídas na parte diversificada da matriz curricular, regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação, conforme determinação legal.

§ 1º As disciplinas da parte diversificada da grade curricular são concebidas pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma atividade de natureza prática, inovadora, integrada e relacionada a conhecimentos previamente selecionados, a ser realizada por todos os alunos, em espaço adequado, na própria unidade escolar ou fora dela, desenvolvida por meio de metodologias,



estratégias e recursos didático-tecnológicos coerentes com as atividades propostas para a oficina.

§ 2º Os componentes curriculares que integram o currículo básico do Ensino Fundamental, da base comum e da parte diversificada serão discriminados no Projeto Político Pedagógico da escola construído coletivamente pela comunidade escolar.

### SUBSEÇÃO III DA AUTORIZAÇÃO

Art. 70. Conselho Municipal de Educação baixará normas complementares para o funcionamento das unidades escolares em tempo integral.

### SEÇÃO VI DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 71. Entende-se por Educação Especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências. Transtorno Global do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação.

Parágrafo único. A Educação Especial tem início na Educação Infantil, prosseguindo nos níveis seguintes de ensino.

Art. 72. A Educação Especial, entendida como processo interativo de educação, visa a prevenção, o ensino, a reabilitação e inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, mediante a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e educacionais específicos.

Art. 73. A Educação Especial, com a finalidade de formar cidadãos conscientes e participativos, através da promoção do seu desenvolvimento, será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades dos que necessitam da Educação Especial em parceria com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e demais redes de apoio.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas e serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração às classes de ensino regular.

§ 3º Ao educando com deficiência, integrado à rede regular de ensino, será garantido atendimento educacional especializado em período não coincidente com a frequência na rede regular.

§ 4º O atendimento dos alunos no acompanhamento pedagógico e/ou no atendimento especializado, será prestado por professor que tenha cursado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no período de (2013 e 2014);

Art. 74. O Poder Público poderá complementar o atendimento dos educandos com deficiência, por meio de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, especializada, com atuação exclusiva em Educação Especial e que atendam aos critérios estabelecidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

Art. 75. O Sistema Municipal de Ensino deverá assegurar aos educandos com deficiências:

- I - métodos, técnicas, recursos pedagógicos e tecnológicos, adaptados para atender as deficiências;
- II - terminalidades específicas para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para o Ensino Fundamental, em virtude de

suas deficiências e aceleração para concluir em menos tempo o programa escolar para educandos com altas habilidades, conforme regulamentação do Conselho Municipal de Educação;

III - profissionais com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como pessoal capacitado para a integração desses educandos em classes comuns;

IV - educação para o trabalho, visando sua integração na vida em sociedade, inclusive para os que não revelarem condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos afins bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular;

VI - segundo professor/auxiliar para contribuir com o professor titular no atendimento ao aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação e aos demais alunos, quando comprovada necessidade, através de laudo médico especializado e avaliação feita pela equipe pedagógica/administrativa da escola ou da Secretaria Municipal de Educação (professor titular, orientador escolar e direção), será contratado um segundo professor – quando se tratar de questões de aprendizagem (dificuldades cognitivas) e um auxiliar – quando se tratar de questões motoras (dificuldades de mobilidade), especialmente visando sua integração com os demais alunos da turma.

Art. 76. Somente as escolas de Educação Especial, regularmente autorizadas, poderão receber apoio técnico e financeiro e/ou cédência de professores do Poder Público, através de convênios.

### TÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

#### CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO

Art. 77. A formação de profissional da educação far-se-á em cursos específicos, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades do ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, tendo como fundamentos:

- I - a associação de teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços;
- II - o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 78. A formação de docentes, para atuar nos níveis da educação básica do Sistema Municipal de Ensino, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades ou instituições de ensino superior de educação.

Art. 79. O Sistema Municipal de Ensino promoverá a valorização dos profissionais de educação, baseados nos seguintes princípios:

- I - valorização em decorrência de sua importância para a formação do cidadão e o respeito à cidadania;
- II - valorização decorrente da titulação ou habilitação;
- III - acesso ao aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- IV - períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação, incluídos na carga horária de trabalho;
- V - condições de trabalho;
- VI - liberdade e respeito de opinião de ideias, de cultura religiosa e de convicções políticas e ideológicas;
- VII - remuneração condigna e justa para o seu bom desempenho profissional.

Art. 80. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto realizará cursos ou eventos com fins educacionais de, no mínimo, 40 (quarenta) horas anuais.



§ 1º A estruturação dos cursos e eventos dar-se-á através de projetos, relatório técnico-pedagógico, conforme modelo definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto expedirá certificados de participação dos cursos e eventos a que se refere o caput deste artigo.

## CAPÍTULO II DA CARREIRA

Art. 81. O Sistema Municipal de Ensino, visando à promoção da valorização dos profissionais da educação, disporá de plano de carreira que assegure:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - piso salarial profissional;
- III - regime jurídico único;
- IV - progresso funcional baseado na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- V - 33% (trinta e três por cento) 1/3 (um terço) da carga horária do profissional destinadas as atividades de planejamento e outras atividades afins, cumpridas 100% (cem por cento) na Unidade Escolar.

Art. 82. Integram o quadro do Magistério Municipal os profissionais de ensino que exercem atividades de docência nas unidades escolares e os que oferecem suporte pedagógico direto as atividades de ensino, incluídos os de direção, administração, planejamento, coordenação pedagógica.

Parágrafo único. Os profissionais da educação para administração, planejamento, coordenação pedagógica de que trata o caput deste artigo, terão formação em cursos de licenciatura e nível de pós-graduação-especialização.

Art. 83. São incumbências dos profissionais da educação em exercícios de atividades de suporte pedagógico à docência nas instituições de educação e de ensino:

- I - coordenar, acompanhar e assessorar o processo de elaboração e execução da proposta pedagógica da instituição;
- II - acompanhar e assessorar os docentes no cumprimento de dias e horas letivos, no desenvolvimento de plano de trabalho e estudos de recuperação;
- III - prover meios para desenvolvimento de estudos de recuperação para os alunos de baixo rendimento;
- IV - articular com a comunidade escolar e informar aos pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos e a execução da proposta pedagógica da escola;
- V - participar integralmente das atividades didáticas dedicadas a planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.

Parágrafo único. Os profissionais de suporte pedagógico em exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto desenvolverão atividades de supervisão, acompanhamento e avaliação nas instituições educacionais públicas e privadas que integram o Sistema Municipal de Ensino de acordo com a legislação vigente.

Art. 84. Qualquer cidadão habilitado legalmente, com titulação própria, poderá exigir abertura de concurso público de provas e títulos para o cargo de docente de instituição pública de ensino, que estiver sendo ocupada por professor não concursado por mais de 1 (um) ano, ressalvados os casos previstos em lei específica.

## TÍTULO VIII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 85. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios do Município;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receitas de incentivos fiscais;
- IV - receita do Salário Educação e de outras contribuições sociais;
- V - outros recursos previstos em lei;
- VI - produto de aplicações financeiras, das disponibilidades e dos recursos públicos destinados à educação.

Art. 86. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal.

Art. 87. Considerar-se-á como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais, dos níveis de competência do Município, destinados a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviço vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisa visando precisamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio, necessárias ao funcionamento do Sistema de Ensino;
- VI - amortização e custeio de operação de crédito destinada a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VII - aquisição de material didático escolar e manutenção do programa de transporte escolar.

Art. 88. Não constituem despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou quando efetivadas fora dos sistemas de ensino, que não vise precisamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou a sua expansão;
- II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III - formação de quadros especiais para a administração pública, militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV - programas suplementares de alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social;
- V - obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou atividade alheia a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 89. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balancetes do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165, da Constituição Federal.

Art. 90. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias ou filantrópicas que:

- I - comprovem finalidade não lucrativa e não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- II - apliquem seus excedentes financeiros na educação;
- III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária ou filantrópica ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública do domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

#### TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 91. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto manterá registro de todos os estabelecimentos integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 92. O registro do estabelecimento de ensino, previsto no artigo 92, poderá ser suspenso ou cessado quando:

- I - o estabelecimento não obtiver a autorização definitiva e reconhecimento ou não os solicitar em tempo hábil;
- II - for comprovada irregularidade mediante processo próprio, preservados os direitos dos alunos, independente de já possuir autorização definitiva e reconhecimento, conforme decisão do Conselho Municipal de Educação.

Art. 93. Não haverá distinção de direitos entre estudos realizados em estabelecimentos públicos e particulares autorizados, reconhecidos e/ou credenciados, na forma da lei.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Municipal da Educação terão vigência imediata após publicação e registro na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, ressalvados os casos dependentes de homologação de autoridade competente.

Art. 94. O magistério, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, somente poderá ser exercido por profissionais devidamente habilitados.

#### TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 95. As Unidades Escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino terão o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, para adaptarem seus regimentos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a presente Lei e demais normas do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 97. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 98. Revogam-se as Leis Municipais nºs. 02/99, 003/99 e LC nº 001/2007.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 151/2016

DECRETO Nº 000151/16 de 28 de Dezembro de 2016  
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 952,11 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 952,11

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 952,11

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Dezembro de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### ERRATA PORTARIA N 453/2016

#### EXTRATO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 453/2016, publicada no DOM no dia 23 de dezembro de 2016, Edição nº. 2152, pg.13, houve erro,

Desta forma, comunica a todos interessados que:

Onde se lê:

Portaria nº 073/2013, publicada no DOM em 05/02/2013 – Edição 1172 – pag 2

Leia-sê:

Portaria nº 110/2015, publicada no DOM em 24/02/2015 – Edição 1689 – pag 7

Antônio Carlos, 28 de dezembro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 469/2016

PORTARIA Nº 469/2016.  
Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### Resolve:

Artigo 1º - CESSAR, os efeitos da Portaria nº 020/2013, a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de dezembro de 2016.

### PORTARIA N 470/2016

PORTARIA Nº 470/2016.  
Exonera Contadora do IPREANCARLOS.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### Resolve:

Artigo 1º - Exonerar CARLICE BENICE SCHMITZ, do cargo comissionado de CONTADOR do IPREANCARLOS, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de dezembro de 2016.

### PORTARIA N 471/2016

PORTARIA Nº 471/2016.  
Prorroga contratação temporária de servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de LUIZA RODRIGUES CRUZ, no cargo de MEDICO PEDIATRA – 20H, a partir de 03 de janeiro de 2017 a 02 de maio de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de dezembro de 2016.

**PORTARIA N 472/2016**

PORTARIA Nº 472/2016

Nomeia Contadora para o IPREANCARLOS.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear VANESSA KOCH MANNES, para o cargo co-  
missionado de CONTADOR do IPREANCARLOS, a partir de 02 de  
janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publica-  
ção.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de dezembro de 2016.

# Arabutã

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 01/12/2016 A 30/12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 01/12/2016 A 30/12/2016

Aditivo Nº ..... : 27/2016 adt04 - Contrato Nº: 27/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA  
Contratada...: F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI - EPP  
Valor ..... : 9.145,11 (nove mil cento e quarenta e cinco reais e onze centavos)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016  
Objeto ..... : Na Cláusula Primeira – Do objeto, do contrato primitivamente celebrado entre as partes ficam aditados os serviços e materiais, conforme Comunicado da Engenheira Civil do Município, responsável pela fiscalização da obra, nos termos seguintes:

Item 2 – Demolição e retiradas

2.1.1: Retirada de assoalho de madeira: no projeto havia indicação de remoção do assoalho apenas da Varanda e Cozinha. Ao iniciar a obra foi verificada a deterioração inclusive das Salas de Jantar, Dormitório 2 e Estar. O Dormitório 1, apresentou o piso em melhor condições, pois verificando no subsolo, a defumação de salames que era ali realizada, antigamente, deve ter protegido essa área do ataque de cupins;

Item 6 – Alvenaria

Item 6.2.1 e 6.2.2: Pilares do muro e Alvenaria de concreto celular: os muros antigos, na área externa, já não existiam por ocasião do início da obra, então o serviço foi excluído da obra, que anteriormente previa a recuperação das partes danificadas;

Item 9 – Pavimentações – Restauração

Item 9.2 – Peças de madeira e assentamento: o assoalho retirado foi substituído. Foi efetuada a medição no local para quantificar, sendo incluído no orçamento a diferença;

Item 10 – Pintura

Item 10.2.1 – Verniz em tijolos: no subsolo, a alvenaria de tijolos maciços está preservada, não sendo necessária aplicação de verniz, até para não interferir em suas características. Por isso a quantidade desse item referente a essa pintura foi removida do orçamento;

Item 10.2.3 – Pintura óleo sobre superfície metálica: o telhado tinha prevista pintura na face externa e interna. A face externa precisou de limpeza e proteção através da pintura devido ao estado de deterioração dessa superfície. No lado interno das telhas está mantida cor e características originais da telha e por este motivo foi solicitado que não pintassem.

Item 10.2.4 e 10.2.5 – Aplicação de verniz em pisos de madeira e imunização de todo piso, inclusive existente. Itens não contemplados, inicialmente e necessários ao acabamento e conservação dos mesmos;

Item 13 – Instalações hidrossanitárias

Itens 13.2.14 e 13.2.15 - Tubos, conexões e ralos sifonados: não havia previsão desses itens, e por motivos de facilitar a higiene e limpeza dos banheiros, foi solicitado a inclusão dos itens;

Item 3.2.16 - Calha e condutor vertical: a água das chuvas estava molhando muito o piso de madeira da varanda, especialmente no local próximo à rampa e escada lateral. Para aumentar a vida útil do piso, foi solicitada a colocação da calha. Percebemos que a mesma existia na edificação, antigamente, pois ainda estavam presos alguns suportes de calha, no local;

Item 14 – Preventivo de Incêndio

Foram excluídos itens não exigidos pela vistoria do Corpo de Bombeiros e que constavam inicialmente no orçamento;

Item 16 – Serviços finais

16.1 – Guarda-corpo de madeira: na vistoria do Corpo de bombeiros militar, foi exigido o guarda-corpo em locais onde a altura excedesse 55cm, até o chão, nas varandas. Por este motivo foi necessário aditar o item;

16.2, 16.3 e 16.4 – A rampa de acesso aos banheiros estava exposta ao tempo. Dessa forma ela molhava o piso da varanda reduzindo sua vida útil e ainda teria o problema de expor as pessoas à chuva para acessar os banheiros. Como faz parte de um elemento externo à edificação, solicitamos que fosse prolongado o telhado e estrutura do mesmo, nesse trecho.

16.5 – Ligação de energia: na elaboração do projeto não foi verificado que já havia sido feito o corte de energia da edificação devido à mesma estar há muitos anos sem uso. Foi necessário acrescentar postes desde a entrada existente para prover de energia a edificação, com entrada pelo local original.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Na Cláusula nona - Do pagamento, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica aditado o valor de R\$ 9.145,11 (nove mil, cento e quarenta e cinco reais e onze centavos), tendo em vista o disposto na cláusula primeira.

### CLÁUSULA TERCEIRA

A despesa decorrente do presente contrato correrá por conta da seguinte dotação:

13.02.2.070-3.3.90.01.0000(89).

Aditivo Nº ..... : 13/2015 adt02 - Contrato Nº: 13/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: SENFFNET LTDA

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto ..... : Na Cláusula décima sexta - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 23/2016 adt04 - Contrato Nº: 23/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: VANDERLEI DEITOS - ME

Valor ..... : 4.396,70 (quatro mil trezentos e noventa e seis reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 21/12/2016 Término: 04/01/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016

Objeto ..... : Na Cláusula Primeira - Do objeto, do contrato primitivamente celebrado entre as partes ficam aditados os serviços e materiais, conforme Comunicado da Engenheira Civil do Município, responsável pela fiscalização da obra, nos termos seguintes:

A) Foi substituído o revestimento em pasta de gesso por forro de placas, removível, de isopor, com acabamento que pode receber pintura assentada sobre estrutura metálica;

B) Alteração do projeto na parte instalação elétrica, com acréscimos de itens.

Aditivo Nº ..... : 41/2013 adt 11 - Contrato Nº: 41/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: MGM AUDITORIA E CONSULTORIA S/C LTDA

Valor ..... : 6.987,20 (seis mil novecentos e oitenta e sete reais)



e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Objeto ..... : Na Cláusula Terceira - Do valor contratual, fica reajustado em 11,30906% o valor dos serviços de natureza contábil, tributária e administrativa, de acordo com a variação do índice do INPC – IBGE acumulado no período de 12 (doze meses), sendo que os valores retroagirão a 01 de fevereiro de 2016, sendo que os mesmos se referem à diferença não paga decorrente do índice do INPC com previsão contratual, perfazendo um montante de R\$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) mensais,

Aditivo Nº ..... : 20/2016 adt 01 - Contrato Nº: 20/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA. LTDA - EPP

Valor ..... : 8.653,35 (oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016

Objeto ..... : Na cláusula segunda – Do Objeto do contrato primitivamente celebrado entre as partes ficam:

a) Incluídos materiais referentes a construção de uma base de concreto superior a existente anteriormente para atendimento dos pontos mais altos da rede de água, sua tubulação de adução e distribuição, conforme justificativa do Engenheiro Civil Contratado para fiscalização da obra e discriminação da planilha orçamentária, ambos os documentos anexos.

b) Suprimidos os materiais de instalação de alguns pontos, conforme justificativa do Engenheiro Civil Contratado para fiscalização da obra e discriminação da planilha orçamentária, ambos os documentos anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Na Cláusula nona - Do Preço, condições de pagamento e reajuste do contrato primitivamente celebrado entre as partes ficam:

a) Aditado o valor de R\$ 17.599,33 (dezesete mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos) e

b) Reduzido o valor de R\$ 8.945,98 (oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

Aditivo Nº ..... : 010/2016 adt02 - Contrato Nº: 010/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: L.A. SUPER ALEGRIA DO ESPORTE LTDA - ME

Vigência ..... : Início: 09/12/2016 Término: 09/12/2016

Objeto ..... : Com amparo na cláusula décima, II, do Contrato nº. 10/2016, art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e comunicado do Gabinete do Prefeito, aceito pela empresa, que fica fazendo parte integrante do presente aditivo, os integrantes do contrato resolvem proceder à rescisão amigável do Contrato em epígrafe, eximindo-se cada uma das partes das responsabilidades assumidas na contratação primitivamente entabulada, nada mais tendo a reclamar uma da outra.

Aditivo Nº ..... : 26/2016 adt01 - Contrato Nº: 26/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: MAIKON JECKSON KIEKOW

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Objeto ..... : Na Cláusula décima quinta - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 36/2015 adt02 - Contrato Nº: 36/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: ALMITA ANITA DRIEMEIER

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015

Objeto ..... : Na Cláusula décima quinta - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 53/2015 adt02 - Contrato Nº: 53/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA - EPP

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015

Objeto ..... : Na Cláusula décima sexta - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 45/2015 adt03 - Contrato Nº: 45/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto ..... : Na Cláusula décima sexta - Da vigência, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 47/2014 adt05 - Contrato Nº: 47/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: DIGIMAQ MULTIMARQUAS COM. DE MAQ. E SUPRIM. LTDA

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Objeto ..... : Na Cláusula IV: Do prazo de vigência, o presente termo aditivo terá vigência de 01 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 59/2012 adt07 - Contrato Nº: 59/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: DIGIMAQ MULTIMARQUAS COM. DE MAQ. E SUPRIM. LTDA

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2012

Objeto ..... : Na Cláusula IV: Do prazo de vigência, o presente termo aditivo terá vigência de 01 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 84/2013 adt07 - Contrato Nº: 84/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: DIGIMAQ MULTIMARQUAS COM. DE MAQ. E SUPRIM. LTDA

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2013

Objeto ..... : Na Cláusula IV: Do prazo de vigência, o presente termo aditivo terá vigência de 01 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017.

Aditivo Nº ..... : 38/2015 adt07 - Contrato Nº: 38/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: CONCISA PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA

Vigência ..... : Início: 27/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015

Objeto ..... : Na Cláusula vigésima segunda - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada

a execução da obra e o contrato, conforme comunicado da empresa em anexo, tendo em vista o desembolso financeiro por parte do Ministério da Cidade/Caixa:

II - EXECUÇÃO DA OBRA: até 28 de fevereiro de 2017, acréscimo de 60 (noventa) dias.

-----  
Aditivo Nº ..... : 25/2014 adt08 - Contrato Nº: 25/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014  
Objeto ..... : Na Cláusula quarta - Da vigência do contrato primitivamente celebrado entre as partes, fica alterada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

-----  
Aditivo Nº ..... : 40/2013 adt08 - Contrato Nº: 40/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA  
Contratada...: CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE LIXO LTDA - EPP  
Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2012  
Objeto ..... : Na Cláusula Sétima - Da vigência contratual e aditamento de prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes, fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

-----  
Aditivo Nº ..... : 5/2014 adt5 - Contrato Nº: 5/2014  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA  
Contratada...: PICCOLI CLINICA S/S - ME  
Vigência ..... : Início: 11/11/2016 Término: 11/11/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2013  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA  
Objeto ..... : Com amparo na cláusula décima primeira, do Contrato nº. 005/2014, art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e comunicado do Gabinete do Prefeito, aceito pela empresa, que fica fazendo parte integrante do presente aditivo, os integrantes do contrato resolvem proceder à rescisão amigável do Contrato em epígrafe, eximindo-se cada uma das partes das responsabilidades assumidas na contratação primitivamente entabulada, nada mais tendo a reclamar uma da outra.

## **EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 01/12/2016 A 30/12/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 01/12/2016 A 30/12/2016

-----  
Aditivo Nº ..... : Ata 018/2016adt2 - Contrato Nº: Ata 018/2016  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA  
Contratada...: ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 11/01/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA  
Objeto ..... : Com amparo na cláusula nona, da Ata de Registro de Preços nº. 018/2016 e art. 79 II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e diante das justificativas apresentadas pela CONTRATADA em documento datado de 05 de dezembro de 2016, que fica fazendo parte integrante do presente aditivo, os integrantes do contrato resolvem proceder à rescisão amigável do item abaixo relacionado, eximindo-se cada uma das partes das responsabilidades assumidas na contratação primitivamente entabulada.

## **RESCISÃO DE CONTRATO /2016**

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHOS TEMPORÁRIOS

Fica rescindido a partir de 29 de dezembro 2016 os contratos de nº 12,43 e 60/2016 e 45/2014 firmado entre os Senhores, Ana Claudia Souza Ramos, Claiton Brinckmann, Katia Skolaude e Vanessa Reckers e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 29 de dezembro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1780

DECRETO Nº 1780, de 23 de dezembro de 2016.

Altera Valor de Referência Fiscal – VRF da Lei Complementar nº 1.077/2004 de 08/12/2004 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, para o ano de 2017, o Valor de Referência Fiscal – VRF, para R\$ 42,98 (quarenta e dois reais e noventa e oito centavos), sendo aplicado o índice do INPC o acumulado de dezembro/2015 a novembro/2016 o percentual de reajuste de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento).

Art. 2º - Ficam também alterados os valores da tabela I e tabela IV, da Lei Complementar Nº 1.077/2004 e suas alterações posteriores - Código Tributário Municipal, que passam a vigorar, com acréscimo de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), valores constantes na tabela anexo I, do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

#### TABELA I

#### PLANTA GENÉRICA DE VALORES (NOMES DAS RUAS)

MAPA GENÉRICO DE VALORES – IPTU/ITBI					
PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE TERRENOS					
VALORES UNITÁRIOS DE METROS QUADRADOS DE TERRENOS					
CÓDIGO	LOGRADOURO	DIST/SETOR	SEÇÃO	Nº QUADRAS	VALOR m2
1	Rua XV de Novembro	01/01	150-X	26 e 40	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	300-X	40 e 41	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	450-X	40, 41 e 44	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	600-X	43 e 44	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	700-X	46 e 47	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	750-X	46 e 48	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	800-X	46	17,11
1	Rua XV de Novembro	01/01	1000-X	46 e 48	11,94
2	Rua do Comércio	01/01	50-X	8, 16 e 17	17,11
2	Rua do Comércio	01/01	350-X	9, 12, 17 e 18	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-D	19	13,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	100-E	12	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	200-X	13 e 19	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	300-X	13 e 20	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	400-X	13 e 20	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	550-X	14 e 21	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	600-X	15 e 21	17,11
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-E	15	13,62
3	Rua Orlando Zardo	01/01	700-D	30	10,23
3	Rua Orlando Zardo	01/01	800-D	30	10,23
4	Rua Otília B. Zardo	01/01	150-X	12, 18, 19 e 26	17,11
5	Rua Galdino Nesi	01/01	200-X	18 e 25	13,62
6	Rua Delvinio Manenti	01/01	150-X	39 e 40	13,62
6	Rua Delvinio Manenti	01/01	300-X	40 e 42	13,62

6	Rua Delvinio Manenti	01/01	400-X	40 e 42	13,62
6	Rua Delvinio Manenti	01/01	500-X	43	8,52
6	Rua Delvinio Manenti	01/01	550-X	43	8,52
6	Rua Delvinio Manenti	01/01	650-X	47 e 49	8,52
7	Rua Pasqual Nava	01/01	100-X	9 e 12	13,62
7	Rua Pasqual Nava	01/01	150-X	10 e 12	13,62
7	Rua Pasqual Nava	01/01	200-X	10 e 11	13,62
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-E	1	10,23
8	Rua Padre Augustinho	01/01	50-D	10	11,94
8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-E	1	10,23
8	Rua Padre Augustinho	01/01	120-D	4	11,94
8	Rua Padre Augustinho	01/01	200-X	1 e 4	11,94
8	Rua Padre Augustinho	01/01	250-X	4	11,94
8	Rua Padre Augustinho	01/01	300-X	3 e 5	10,23
8	Rua Padre Augustinho	01/01	400-X	5 e 57	10,23
9	Rua Fidelix Magro	01/01	100-X	1 e 3	10,23
9	Rua Fidelix Magro	01/01	200-X	1 e 54	10,23
10	Rua Virgilio Biava	01/01	100-X	4 e 10	11,94
10	Rua Virgilio Biava	01/01	200-X	4 e 10	10,23
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-E	5	10,23
10	Rua Virgilio Biava	01/01	300-D	11	8,52
10	Rua Virgilio Biava	01/01	450-X	6 e 57	8,52
10	Rua Virgilio Biava	01/01	600-X	7 e 58	10,23
11	Rua João Casaletti	01/01	80-X	4 e 5	10,23
12	Rua Treze Tílias	01/01	200-X	11 e 12	6,84
12	Rua Treze Tílias	01/01	300-X	11 e 13	10,23
12	Rua Treze Tílias	01/01	450-X	6 e 13	10,23
12	Rua Treze Tílias	01/01	600-X	7 e 14	13,62
13	Travessa Santo Abati	01/01	100-X	9 e 10	11,94
13	Travessa Santo Abati	01/01	250-X	1 e 9	11,94
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	70-X	12 e 13	13,62
14	Travessa Pasqual Abati	01/01	100-X	12 e 13	10,23
15	Rua Florianópolis	01/01	70-X	19 e 27	11,94
15	Rua Florianópolis	01/01	120-X	20 e 29	10,23
15	Rua Florianópolis	01/01	350-X	20 e 29	10,23
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	50-X	27 e 29	11,94
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	100-X	19 e 20	10,23
16	Rua Alexandre Lidani	01/01	200-X	19 e 20	6,84
17	Rua Joinville	01/01	80-X	8 e 9	13,62
17	Rua Joinville	01/01	150-X	8 e 1	13,62
17	Rua Joinville	01/01	200-X	1 e 61	13,62
17	Rua Joinville	01/01	250-X	2 e 61	13,62
18	Rua Francisco Nava	01/01	80-X	8 e 16	17,11
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-D	8 e 16	17,11
18	Rua Francisco Nava	01/01	130-E	16	10,23
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-E	16	10,23
18	Rua Francisco Nava	01/01	180-D	8	13,62
18	Rua Francisco Nava	01/01	350-X	16 e 60	11,94
18	Rua Francisco Nava	01/01	580-X	16 e 60	11,94
19	Travessa José Massaroli	01/01	100-X	22 e 23	6,84

20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	100-X	23 e 24	13,62
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	200-X	23 e 24	10,23
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	330-X	22 e 24	10,23
20	Rua Feliz Antonio Spricigo	01/01	500-X	22 e 24	8,52
21	Rua Treviso	01/01	100-X	17 e 18	13,62
21	Rua Treviso	01/01	150-X	23 e 24	13,62
22	Rua Ângelo Rovaris	01/01	100-X	25 e 39	13,62
23	Rua Zibio Maroli	01/01	100-X	25 e 40	13,62
24	Rua Videira	01/01	200-X	26 e 28	6,84
24	Rua Videira	01/01	400-X	41 e 45	11,94
24	Rua Videira	01/01	600-X	44 e 45	11,94
24	Rua Videira	01/01	700-X	45 e 46	11,94
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	100-X	40 e 43	13,62
25	Rua Otavio Carvalho	01/01	200-X	42 e 49	11,94
26	Rua José Baldo	01/01	100-X	8 e 61	11,94
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	100-X	3 e 57	8,52
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	150-X	55 e 56	8,52
27	Rua Vanderlei José Rotta	01/01	200-X	55 e 56	8,52
28	Rua Orestes Constantini	01/01	80-X	13 e 14	13,62
28	Rua Orestes Constantini	01/01	150-X	6 e 7	8,52
29	Rua José Cividini Primo	01/01	80-X	14 e 15	11,94
29	Rua José Cividini Primo	01/01	150-X	7 e 15	8,52
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	70-X	17 e 23	13,62
30	Rua Madalena M. Nordio	01/01	150-X	16 e 23	6,84
31	Travessa Vitório Manenti	01/01	80-X	41 e 44	13,62
32	Rua Ivo Possato	01/01	80-X	44 e 46	11,94
32	Rua Ivo Possato	01/01	150-X	43 e 47	11,94
33	Rua João Ruzza	01/01	100-X	28 e 34	8,52
34	Rua Vitório da Soler	01/01	60-X	31 e 32	10,23
35	Rua Albano Gemeli	01/01	60-X	31 e 33	10,23
35	Rua Albano Gemeli	01/01	150-X	32 e 33	10,23
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	60-X	24 e 36	6,84
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-D	35	6,84
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	100-E	33	10,23
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-E	33	10,23
36	Rua Fiorelo Magro	01/01	150-D	35	6,84
37	Rua Belvedere	01/01	60-X	36 e 38	6,84
37	Rua Belvedere	01/01	120-X	35 e 37	6,84
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	70-X	19 e 26	11,94
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	150-X	27 e 28	11,94
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	300-X	29, 31 e 34	10,23
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	360-X	33 e 34	10,23
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	400-X	35 e 36	6,84
38	Rua Aníbal Manenti	01/01	450-X	37 e 38	6,84
39	Rua Maria S. Biava	01/01	80-X	3 e 55	8,52



39	Rua Maria S. Biava	01/01	150-X	3 e 54	8,52
40	Rua Albino Possenti	01/01	200-X	56 e 57	8,52
40	Rua Albino Possenti	01/01	400-X	59 e 58	8,52
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	80-E	15	8,52
41	Rua Irmã Paganini Cividini	01/01	100-E	59	8,52
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	50-X	21 e 30	13,62
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-E	30	10,23
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	150-D	21	13,62
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	250-X	52, 21 e 30	10,23
42	Rua Jacob Casaletti	01/01	450-X	21 e 52	8,52
43	Rua Ludia Crescente Lazare	01/01	50-X	21	10,23
44	Praça dos Motoristas	01/01	100-X	16 e 17	13,62
45	Rua Otacilio Nesi	01/01	200-X	29 e 32	10,23
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	100-X	39 e 42	13,62
46	Rua Antonio M. Gemeli	01/01	150-X	50 e 51	8,52
47	Rua Joaquim Locatelli	01/01	100-X	42 e 51	8,52
48	Rua Luiz Nesi	01/01	150-X	51 e 53	8,52
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-E	54 e 55	8,52
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-E	67	8,52
49	Rua Emilio Cividini	01/01	80-D	65	8,52
50	Rua Professora Tereza Rovaris	01/01	100-X	54 e 55	8,52
51	Rua Agostinho Spricigo	01/01	180-X	1 e 2	6,84
52	Rua David de Bortoli	01/01	100-X	8	10,23
53	Rua Pedro Baldo	01/01	50-D	62	8,52
53	Rua Pedro Baldo	01/01	100-D	62	8,52
54	Rua Nilde Mazzuco Serighelli	01/01	100-X	11 e 13	10,23
55	Rua Germano Paganini	01/01	800-X	47 e 48	17,11
56	Rua Rosalino Zapelini	01/01	150-X	22 e 23	13,62

## TABELA DE VALOR VENAL DE IMÓVEIS RURAIS POR HECTARES (ha)

IMPOSTO SOBRE	VALOR POR (ha)
I – Imóvel Rural	4.635,20

TABELA IV  
PLANTA GERAL DE VALORES DE EDIFICAÇÕES

VALORES DE EDIFICAÇÕES POR M2	
CONSTRUÇÃO	VALOR R\$
Casa	199,54
Apartamento	199,54
Sala Comercial	156,80
Loja	156,80
Especial	114,01
Industria	114,01
Galpão	99,78
Telheiro	42,75

**TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0019/2015 - CLARINS INST. MUSICAIS LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0019/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta –SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor FÁBIO BOLZAN (JÁ QUALIFICADOS NO CONTRATO INICIAL Nº 0019/2015 E TERMO ADITIVO DE Nº 0001 e 0002) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0019/2015, cujo objeto é prestação de serviços de aulas de músicas nas escolas municipais, por mais 12(doze) meses, ou seja, de 1º/01/2017 a 31/12/2017.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27  
CONTRATANTE  
ALCIDIR FELCHILCHER  
CPF sob nº 518.040.009-06

CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA  
CNPJ nº 00.689.008/0001-07  
CONTRATADA  
FÁBIO BOLZAN  
CONTRATADO  
TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF SOB Nº 027.783.989-02

CESAR LUIZ ALTENOFEN  
CPF Nº 818.571.019-87  
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para prorrogação do prazo contratual ao contrato nº 0019/2015, celebrado com a Empresa CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA cujo objeto CONSISTE EM AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, até 31/12/2017.

CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 12 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0019/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 0004/2015 – CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS  
OBJETO: AULAS DE MÚSICA  
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (31/12/2017)

# Aurora

## PREFEITURA

### PROCESSO SELETIVO 01/2016

MUNICÍPIO DE AURORA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2016  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE AURORA TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e no Painel de Publicações do Município, EDITAL QUE DIVULGA HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO. Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos no site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br). Aurora, 29 de dezembro de 2016.

Vilmar Zandonai, Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/FMS/2016

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município do medicamento estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;  
Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/FMS/2016, cujo objeto é a Registro de Preços de Medicamentos para aquisições futuras, no atendimento de Processos Judiciais Nºs. 0302263-77.2015.8.24.0028 e 0302912-42.2015.8.24.0028 do Município de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 28/12/2016, às 17h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 16/01/2017, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.  
2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 28 de Dezembro de 2016.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

### DECRETO/GP/Nº 472/2016

DECRETO/GP/Nº 472/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O GRUPO DE TRABALHO DO PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 276/2016, que instituiu, no âmbito do Município de Balneário Rincão, o Programa "Família Acolhedora" de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação do Grupo de Trabalho, formado por representantes parceiros na implantação e execução do Programa, nos termos do art. 19 da referida Legislação,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes a seguir relacionados, para compor o GRUPO DE TRABALHO do Programa "Família Acolhedora", na ordem elencada pelo art. 19 da Lei Municipal nº 276/2016:

I – Secretaria de Assistência Social: Marilaine Scheffer Trajano;

II – Conselho Tutelar: Gesiane Moraes José de Oliveira;

III – Grupo de Estudos e Apoio à Adoção: Simone Luiz Cândido;

IV – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Maria Aparecida Luciano;

V – Secretaria de Saúde: Gerusa João Inácio;

VI – Secretaria de Educação: Lidiane Rodrigues Lessa;

VII – (...)

VIII – (...)

IX – Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora: Fernanda Francesconi;

X – Procuradoria Geral do Município: André Serafim Gabriel.

Parágrafo único: Os representantes da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e do Juizado da Infância e Juventude, serão nomeados posteriormente, quando encaminhados ao Poder Executivo Municipal, em resposta aos ofícios protocolizados nos respectivos Órgãos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 26 de dezembro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 26 de dezembro de 2016.

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC

MARIZA GYRÃO GÓES, Secretária de Assistência Social do Município de Balneário Rincão, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal Nº 8.069 de 13 de junho de 1990) e de acordo com a Lei Municipal nº 276/2016, abrirá inscrição para os candidatos ao "PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA", de acordo com as normas que seguem:

#### 1 – OBJETO

Selecionar, nos termos do presente edital, famílias da comunidade local, interessadas em participar do programa de acolhimento "Família Acolhedora", destinado ao atendimento de crianças e/ou adolescentes do Município, de ambos os sexos e menores de 18 (dezoito) anos, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vitimados de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono, aguardando definição de sua situação familiar.

#### 2 – DOS REQUISITOS

2.1 - Poderão se inscrever as famílias que preencherem os pré-requisitos:

a - pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

b - não estar cadastrada em nenhum programa de adoção;

c - pessoas/famílias residentes no Município de Balneário Rincão;

d - disponibilidade de tempo para oferecer cuidados, proteção e amor às crianças e adolescentes;

e- parecer favorável da Equipe Técnica do Programa.

2.2 - A entrevista psicológica, bem como o estudo social, feito

através de visita domiciliar, envolverá todos os membros da família, para a observação das relações familiares e comunitárias.

2.3 - Após a emissão de parecer psicológico e de estudo social favorável à inclusão no Programa, a família assinará Termo de Adeção ao Programa Família Acolhedora.

### 3 – DA INSCRIÇÃO

3.1 - As inscrições das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora deverão ser realizadas na Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC, situada à Rua São Paulo, 951 – Centro – Balneário Rincão/SC, no período compreendido entre 29/12/2016 à 27 /01/2017 por meio do preenchimento de ficha de cadastro do PROGRAMA e apresentação dos documentos abaixo indicados e respectivas cópias:

- a - carteira de identidade;
- b - cadastro de pessoas físicas da Receita Federal - CPF;
- c - certidão de nascimento ou casamento;
- d - comprovante de residência;
- e - certidão negativa de antecedentes criminais;
- f – comprovante de rendimento familiar.

3.2 – O parentesco com a criança ou adolescente a ser acolhido (a) consistirá em impedimento para a guarda provisória;

3.3 - Não será realizado o registro dos candidatos na falta de quaisquer documentos.

3.4 – O pedido de inscrição será repassado à Equipe Técnica, a qual caberá formar e administrar um banco de dados, cabendo ainda a análise do conjunto fático/probatório, além de decidir sobre a viabilidade do pedido de inscrição, com base nos critérios legais.

3.5 - O candidato ao PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA, ao inscrever-se, toma conhecimento deste edital, bem como declara ciência de todos os seus itens.

### 4 – DO SUBSÍDIO FINANCEIRO

4.1 – As famílias cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança/adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

4.2 – no acolhimento superior a 01 (um) mês, ao completar o mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo nacional mensal, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e material de consumo da criança e/ou adolescente;

4.3 – nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e do adolescente, tomando por base 01 (um) salário mínimo nacional mensal;

4.4 – O Programa Família Acolhedora será subsidiado, prioritariamente, com recursos do Fundo para Infância e Adolescência – FIA e pelo Município de Balneário Rincão, nos termos do orçamento vigente.

4.5 – O subsídio financeiro será repassado às famílias acolhedoras através de depósito bancário em conta corrente em nome do cadastro responsável, podendo a família optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro;

4.6 - As crianças/adolescentes e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio e outras.

### 5 – DO DESLIGAMENTO

5.1 - A família inscrita ou selecionada, que perca o interesse em compor o presente PROGRAMA, deverá solicitar à Secretaria de

Assistência Social do Município para que a mesma proceda à respectiva baixa da inscrição ou cadastro, com a devida justificativa;

5.2 – Na hipótese do desligamento a família deverá aguardar que a Equipe Técnica do Programa providencie nova família para a criança e/ou adolescente sob seus cuidados.

5.3 - As famílias que desejarem retornar ao Programa deverão fazer a solicitação por escrito;

5.4 - A qualquer momento poder-se-á anular o registro e a nomeação se verificada falsidade nas declarações ou irregularidades nas provas ou documentos apresentados.

### 6 – DA SELEÇÃO

6.1 - A Seleção será realizada pela Equipe Técnica do Programa, no período de 30 (trinta) dias após o fechamento das inscrições;

6.2 – Em havendo urgência quanto à necessidade de acolhimento, a equipe técnica poderá escolher dentre as famílias já cadastradas, mesmo que antes do fim do prazo para inscrição.

### 7 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais pontos omissos poderão ser resolvidos pela Secretaria de Assistência Social, juntamente com a Equipe Técnica do Programa.

Balneário Rincão (SC), 28 de dezembro de 2016.

MARIZA GYRÃO GÓES

Secretária de Assistência Social

### FICHA DE CADASTRO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Ponto de Referência: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Telefone residencial: ( ) \_\_\_\_\_

Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Redes Sociais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Documentos entregues no ato da inscrição (art. 6º da Lei nº 276/2016): \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

Técnico responsável pelo recebimento: \_\_\_\_\_



**JULGAMENTO SINDICÂNCIA PROCESSO Nº 001/2016****JULGAMENTO**

Sindicância Processo nº001/2016

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a VALCINEIA BORGES, brasileira, gestora escolar, matrícula funcional 956, lotada na Secretaria de Educação, atuando na Escola José Réus, bairro lagoa dos Freitas, Balneário Rincão/SC e Paula Regina Patrício Lino, brasileira, solteira estagiária, matrícula funcional 1047, lotada na Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão.

1. ACATO o relatório da Comissão de Sindicância, conforme artigo 24, decreto 422/2016.

2. Desde já, opino pela regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formal e material e jurídico.

3. JULGO que a servidora VALCINEIA BORGES, infringiu o artigo 482, alínea "a", da CLT, c/c artigo 11 da lei 8429/1992, além de possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público. DECIDO pela aplicação da penalidade de DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA;

3.1. JULGO que a servidora PAULA REGINAPATRICIO LINO, transgrediu cláusula de seu contrato de estágio, mais especificamente o item VI alínea "h", além do item IX, alínea "d", ainda, possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público. DECIDO pela aplicação da penalidade de RESCISÃO DE SEU CONTRATO DE ESTÁGIO.

4. DETERMINO, em decorrência, a expedição de portaria para aplicação das penalidades.

5. DETERMINO, ainda, os consecutivos envios do processo:

a) À Secretaria de Educação, para conhecimento, por parte da Secretária de Educação.

b) Ao Departamento Pessoal, para aplicação imediata das medidas;

c) Cópia ao Ministério Público para a abertura de inquérito se entender necessário.

BALNEÁRIO RINCÃO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

PROCURADORA GERAL

PORTARIA PGM Nº 004 de 23 de dezembro de 2016.

Sindicância Processo nº 001/2016

A PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, previstas no Decreto Municipal 409/2016, com fundamento no art. 482 da CLT, com fulcro ainda no artigo 11 da lei federal nº 8.429/1992, Resolve:

DEMITIR, por justa causa, a servidora VALCINEIA BORGES, pela a infração do artigo 482, alínea "a", da CLT, c/c artigo 11 da lei 8429/1992, além de possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público.

Publique-se.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

Procuradora Geral

Portaria publicada no mural do Paço Municipal em 23/12/2016

PORTARIA PGM Nº 005 de 23 de dezembro de 2016.

Sindicância Processo nº 001/2016

A PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, previstas no Decreto Municipal 409/2016, com fundamento no art. 482 da CLT, com fulcro ainda no artigo 11 da lei federal nº 8.429/1992, Resolve:

RESCINDIR POR DESCUMPRIMENTO UNILATERAL, contrato de estágio com a Sra. Paula Regina Patrício Lino, pelo descumprimento dos itens VI e IX do contrato de estágio, além de possível crime, a

ser apurado pelo Ministério Público.

Publique-se.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

Procuradora Geral

Portaria publicada no mural do Paço Municipal em 23/12/2016

**JULGAMENTO SINDICÂNCIA PROCESSO Nº 002/2016****JULGAMENTO**

Sindicância Processo nº002/2016

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas ao servidor PEDRO VITAL ESTÁCIO JUNIOR, servidor público de Içara/SC, cedido ao Município de Balneário Rincão, através de Termo de Cooperação Técnica entre os dois municípios.

1. ACATO o relatório da Comissão de Sindicância, conforme artigo 24, decreto 422/2016.

2. Desde já, opino pela regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formal e material e jurídico.

3. DETERMINO a devolução do servidor ao município de origem, assim como o envio da cópia do referido processo ao município cedente, para que aplique as penalidades que entenderem necessárias,

4. DETERMINO, ainda, os consecutivos envios do processo:

a) À Secretaria de Administração e Finanças, para conhecimento, por parte do Secretário de Administração.

b) Ao Departamento Pessoal, para a devolução do referido servidor ;

c) Cópia ao Ministério Público para a abertura de inquérito se entender necessário.

BALNEÁRIO RINCÃO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

PROCURADORA GERAL

PORTARIA PGM Nº 007 de 23 de dezembro de 2016.

Sindicância Processo nº 002/2016

A PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, previstas no Decreto Municipal 409/2016, com fundamento no art. 482 da CLT, com fulcro ainda no artigo 11 da lei federal nº 8.429/1992, Resolve:

DEVOLVER ao município cedente, o servidor PEDRO VITAL ESTÁCIO, pela a infração do artigo 482, alínea "a", da CLT, c/c artigo 11, "caput", da lei 8429/1992, além de possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público.

Publique-se.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

Procuradora Geral

Portaria publicada no mural do Paço Municipal em 23/12/2016

**JULGAMENTO SINDICÂNCIA PROCESSO Nº 003/2016****JULGAMENTO**

Sindicância Processo nº003/2016

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a servidora MAGDA VAZ FRANCO, brasileira, solteira, ocupante de cargo comissionado no Município de Balneário Rincão/SC.

1. ACATO o relatório da Comissão de Sindicância, conforme artigo 24, decreto 422/2016.
2. Desde já, opino pela regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formal e material e jurídico.
3. JULGO que a servidora MAGDA VAZ FRANCO infringiu o artigo 482, alínea "a", da CLT, c/c artigo 11 "caput" da lei 8429/1992, além de possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público. DECIDO pela aplicação da penalidade de DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA
4. DETERMINO, em decorrência, a expedição de portaria para a aplicação das penalidades, ainda, os consecutivos envios do processo:
  - a) À Secretaria de Administração e Finanças, para conhecimento, por parte do Secretário de Administração.
  - b) Ao Departamento Pessoal, para medidas a devolução do referido servidor ;
  - c) Cópia ao Ministério Público para a abertura de inquérito se entender necessário.

BALNEÁRIO RINCÃO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

PROCURADORA GERAL

PORTARIA PGM Nº 006 de 23 de dezembro de 2016.

Sindicância Processo nº 003/2016

A PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, previstas no Decreto Municipal 409/2016, com fundamento no art. 482 da CLT, com fulcro ainda no artigo 11 da lei federal nº 8.429/1992, Resolve:

DEMITIR, por justa causa, a servidora MAGDA VAZ FRANCO, pela a infração do artigo 482, alínea "a", da CLT, c/c artigo 11 da lei 8429/1992, além de possível crime, a ser apurado pelo Ministério Público.

Publique-se.

ANGÉLICA ZENATO ROCHA

OAB/SC 16580

Procuradora Geral

Portaria publicada no mural do Paço Municipal em 23/12/2016

## ATA 009/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 1/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	ABRACAÇADEIRA DE NYLON 150X2.50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,0800	1	
2	ABRACAÇADEIRA DE NYLON 300X4.80MM	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	duoplast	0	0,1200	1	
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	VONDER	0	0,1200	2	
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	0,1300	3	
3	ABRACAÇADEIRA DE ROSCA S/ FIM 5/8X3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,5900	1	
4	ABRACAÇADEIRA TIPO U DE 100	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,9900	1	
5	ABRACAÇADEIRA TIPO U DE 25	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,1900	1	
6	ABRACAÇADEIRA TIPO U DE 40	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,3900	1	
7	ABRACAÇADEIRA TIPO U DE 50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,4500	1	
8	ABRACAÇADEIRA TIPO U DE 75	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INCA	0	0,4600	1	
9	ACABAMENTO DE VALVULA DE DESCARGA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	21,9800	1	
10	ACABAMENTO DO REGISTRO GAVETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	22,9000	1	
11	ACABAMENTO REGISTRO PRESSÃO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	21,9000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 2/57

**Número do Registro de Preços:** 9/2016      **Data do Registro:** 22/12/2016      **Válido até:** 22/12/2017  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	ADAPTADOR LR SOLDABEL 25MM X 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,3900	1
13	ADAPTADOR LR SOLDABEL 50MM X 1 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,2000	1
14	ADESIVO PARA COLAGEM DE TUBOS E CONEXOES DE PVC - BSNAGA 75 GR	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4000	1
15	ADESIVO PARA COLAGEM DE TUBOS E CONEXOES DE PVC - FRASCO DE 175G C/ PINCEL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	7,6800	1
16	ADITIVO LIQUIDO PARA SUBSTITUIÇÃO DO CAL 5 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	QUEVEKS	0	18,9000	1
17	ALÇA DE APOIO ALUMINIO POLIDO PARA BANHEIRO DE 60CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIOSUL	0	75,4000	1
18	ALÇA DE APOIO ALUMINIO POLIDO PARA BANHEIRO DE 80CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIOSUL	0	87,1000	1
19	ALICATE DE PRESSÃO 10	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	19,3000	1
20	ALICATE MEIA CANA RETO 6"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	13,2000	1
21	ALICATE UNIVERSAL 8"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	13,9500	1
22	ANCINHO 12 DENTES C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	8,3500	1

vonder

TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)

MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 3/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO C/ GUIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	7,1300	1
24	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO S/ GUIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	5,5700	1
25	ARAME FARPADO 1,6MM/500M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	219,0000	1
26	ARAME GALVANIZADO Nº 14 X2,10MM C/38M P/KG	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	10,9000	1
27	ARAME GALVANIZADO Nº 16X1,24MM C/10M P/KG	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	12,2000	1
28	ARAME GALVANIZADO Nº 16X1,65MM C/62M P/KG	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	11,4000	1
29	ARAME GALVANIZADO Nº 12X2,76MM C/22M P/KG	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	9,8000	1
30	ARAME RECOZIDO N 14 (ROLO 1 KG)	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	5,8500	1
31	ARAME REVESTIDO EM PVC N 14 C/31 P/KG	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	13,9000	1
32	ARANDELA TARTARUGA PLASTICA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	INTERNEED	0	9,9500	1
33	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL C/SERRINHA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	9,9500	1
34	AREA LAVADA	M3	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONTE REAL	0	38,9000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 4/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
35	ARGAMASSA - 20,00 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TILECOL	0	5,6000	1	
36	ARRUELA 1/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,1000	1	
37	ARRUELA 3/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,1800	1	
38	ARRUELA 5/16	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,1200	1	
39	ARRUELA 5/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,3900	1	
40	ASSENTO PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUMASA	0	11,6000	1	
41	BALDE DE METAL 10CM ALÇA - 10 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BRASIPLA	0	9,4200	1	
42	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA - 12 LTS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BRASIPLA	0	3,2500	1	
43	BANDEJA DE PINTURA - 23CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	3,2400	1	
44	BARDELA DE EUCALIPTO - 3 X54CM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRATAMIL	0	1,2500	1	
45	BARDELA DE EUCALIPTO TRATADA 4X4 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRATAMIL	0	1,4600	1	
46	BATENTE DE ALUMINIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	1,2000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 5/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	BLOCO DE CONCRETO - 50 X 20 X 15 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FORTALEZA	0	4.2000	1
48	BOIA DE CAIXA D AGUA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIPLA	0	5.9000	1
49	BORBOLETA INOX P/ GUILHOTINA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	5.6000	1
50	BROCA CHATA 1/4X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3.8000	1
51	BROCA CHATA 3/8X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	4.5000	1
52	BROCA CHATA 5/8X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	4.8000	1
53	BROCA DE VIDEA LONGA-12,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	22.9800	1
54	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 10,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8.4000	1
55	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 12,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	18.9000	1
56	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 15,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	27.6000	1
57	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 16,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	32.1000	1
58	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 17,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	43.9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 6/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017				
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
59	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 5,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	2,3400	1	
60	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 6,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	2,9900	1	
61	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL- 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	5,3100	1	
62	BROCA DE AÇO RAPIDO PARA METAL-14,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	29,8000	1	
63	BROCA DE VÍDEA - 10,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	5,8100	1	
64	BROCA DE VÍDEA - 5,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	2,1600	1	
65	BROCA DE VÍDEA - 6,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	2,2500	1	
66	BROCA DE VÍDEA - 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,7900	1	
67	BROCA DE VÍDEA LONGA- 10,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	10,7100	1	
68	BROCA DE VÍDEA LONGA- 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8,6800	1	
69	BUCHA DE REDUCAO ESGOTO 50X40	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9000	1	
70	BUCHA DE REDUCAO LONGA SOLDAVEL 50X25	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,7400	1	
71	BUCHA PLÁSTICA - 10,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	APOIO	0	0,0800	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 7/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	BUCHA PLÁSTICA - 6,00MM		TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sfor	0	0,0900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	0,1000	3
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	APOIO	0	0,0200	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sfor	0	0,0300	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	0,0400	3
73	BUCHA PLÁSTICA - 8,00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	APOIO	0	0,0400	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sfor	0	0,0500	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	0,0600	3
74	CABECA DE CORTE DE DOIS FIOS DE REAJUSTAMENTO MANUAL PARA LIMPEZA EM TORNO DE OBSTÁCULOS COMO PAREDES, ESCADAS OU REBORDOS DE CANTEIROS. O FIO DE CORTE É REAJUSTADO MANUALMENTE. DEVE SER UTILIZADA APENAS COMO PROTEÇÃO DE CORTE ESPECIAL OU COM A PROTEÇÃO UNIVERSAL. COMPATIVEL COM ROÇADEIRAS: FS160 / FS220 / FS280 / FS290 / FS300 / FS310 / FS330 / FS400 / FS450 / FS480	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MEG	0	110,0000	1
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	0,0600	3
75	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	5,8000	1
76	CABO DE MADEIRA PARA PÁ DE CAVAR	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	3,7700	1
77	CABO DE ROLO DE GAOILA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	4,2500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 8/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	CABO MONOFÁSICO PP 2 X 2,5 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	2,3900	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	2,6900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	CABLENA	0	2,7000	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	2,7000	4
80	CABO PARA ROLO DE PINTURA 3 MT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	23,6000	1
81	CABO SENTENAX 10MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	4,1100	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	4,1200	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	4,1300	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	CABLENA	0	4,1400	4
82	CABO TRIFÁSICO PP 3 X 2,5 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	3,6200	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	3,6300	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	3,6300	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	CABLENA	0	3,6500	4
83	CADEADO 30 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STAM	0	7,4900	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 9/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	CADEADO 35 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STAM	0	9,4000	1
85	CADEADO 40 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STAM	0	12,5000	1
86	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 LITROS C/TAMPA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FORTLEV	0	136,0000	1
87	CAIXA DE DISJUNTOR PVC SOBREPOR C/6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	LUKMA	0	18,9000	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	BRUM	0	19,7000	2
			TECNOELETRON DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	brum	0	19,7100	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	BRUM	0	19,8000	4
89	CAIXA LUZ PLÁSTICA 4X2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	0,3300	1
			TECNOELETRON DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	gerplast	0	0,3500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ZUMPLAST	0	0,3500	3
90	CAIXA PLÁSTICA DE DESCARGA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUMASA	0	15,9000	1
91	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100X100X50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,2000	1
92	CAIXA SIFONADA QUADRADA 150X150X50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	11,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 10/57

Número do Registro de Preços: 9/2016			Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	CAIXA SISTEMA X	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	1,1000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enebras	0	1,5600	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	1,5800	3
94	CAL DE PINTURA COM FIXADOR - 8,00 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CERRO	0	6,3000	1
95	CALÇO P/ PORTA E JANELA PVC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	2,9500	1
96	CALHA ALUMINIO TIPO U	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	3,2000	1
97	CALHA CONCOVA DE ALUMINIO	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	10,8000	1
98	CALHA DE ALUNINO 40 X 0,5MM (1,79M/KG)	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	8,9500	1
99	CALHA DE ALUNINO 60 X 0,5MM (1,20M/KG)	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	13,9000	1
100	CAMARA AR P/ CARRINHO DE MÃO 3,25X8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	9,3000	1
101	CANALETA C/ DIVISORIA 50X20X2M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	2,9000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	dutoplast	0	19,7000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	DUTOPLAST	0	19,8000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 11/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	CANALETA S/ DIVISORIA DUPLA FACE 20X10X2M.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	4,3000	1
			TECNOELETRONIC DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enertras	0	4,6100	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	4,6200	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	4,6400	4
103	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 25 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	3,6000	1
104	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 30 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	5,8000	1
105	CANTONEIRA DE PARTILEIRA DE FERRO 50 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	12,2000	1
106	CAP ESGOTO 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9900	1
107	CAP ESGOTO 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4900	1
108	CAP ESGOTO 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,4500	1
109	CAP ESGOTO 75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,3900	1
110	CAP SOLDAVE DE 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000	1
111	CAP SOLDAVE DE 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 12/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	CAPA DE PVC FORRADA MANGA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	13,9800	1
113	CARRINHO DE MÃO CAÇAMBA DE METAL C/ PNEU	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAESTRO	0	69,8000	1
114	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	19,9000	1
115	CAVADEIRA RETA C/ CABO TUBO 1,50M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	39,0000	1
116	CESTO P/ LIXO C/ PEDAL PVC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	METASUL	0	9,8000	1
117	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	32,9000	1
118	CHAVE DE FENDA - 1/8X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	2,2100	1
119	CHAVE DE FENDA - 3/16X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,5000	1
120	CHAVE DE FENDA - 3/8X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	6,2000	1
121	CHAVE DE FENDA - 5/16X10	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8,2000	1
122	CHAVE DE FENDA - 5/16X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	5,1000	1
123	CHAVE DE GRIFO 14"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STARFER	0	28,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 13/57

Número do Registro de Preços: 9/2016 Data do Registro: 22/12/2016 Válido até: 22/12/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	CHAVE DE TESTE - 500 VT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	1,9000	1
125	CHAVE DE VENTILADOR CREGULAGEM 220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	12,9800	1
126	CHAVE FIXA 10X11MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,2500	1
127	CHAVE FIXA 14X15MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	4,2500	1
128	CHAVE FIXA 16X17MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	5,1900	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	robust	0	7,9900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	8,0000	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	VONDER	0	8,0000	4
129	CHAVE FIXA 18X19MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	6,7800	1
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	VONDER	0	11,0000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	VONDER	0	11,0900	3
130	CHAVE FIXA 20X22MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8,4500	1
131	CHAVE FIXA 21X23MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	9,7500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 14/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	CHAVE FIXA 24X26MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	17,4000	1
133	CHAVE FIXA 6X7MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,2000	1
134	CHAVE FIXA 8X9MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,3000	1
135	CHAVE FIXA 12X13MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,8000	1
136	CHAVE P/ MANDRIL 10MM 3/8"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	5,7000	1
137	CHAVE PHILLIPS 3/16 X4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	3,2500	1
138	CHAVE PHILLIPS - 1/4X5	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	4,4000	1
139	CHAVE PHILLIPS - 1/4X6	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	4,8000	1
140	CHUVEIRO DE 5500W 220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SINTEX	0	28,9000	1
141	CILINDRO DE FECHADURA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MGM	0	11,4000	1
142	CIMENTO - 50,00 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	POZOSUL	0	24,9000	1
143	COLHER DE PEDREIRO 9 CM FORJADA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ATLAS	0	10,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 15/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	CONEXÃO ADAPT. P TORNEIRA 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	0,5000	1
145	CONEXÃO ADAPT. P TORNEIRA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	0,7000	1
146	CONJUTO P/ JARDIM 3 PÇS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	15,9000	1
147	CORDA DE POLIPROPILENO (SEDA) 12 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO MAR	0	1,2900	1
148	CORRENTE GALVANIZADA SOLDADA 8MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SAO RAFAEL	0	19,6800	1
149	CORTADOR DE PISO 90CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	THOMPSON	0	162,0000	1
150	COVERTEADOR FERRUGEM 500ML	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TF7	0	9,9500	1
151	CREMONE VENEZIANA INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	16,9000	1
152	CUMEIRA AMIANTO 15° 1,10X5MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ISDRALIT	0	23,8000	1
153	CURVA ELETRODUTO 1,1/2 1800	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	inpol	0	2,2000	1
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	INPOL	0	2,2200	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	INPOL	0	2,2200	3
154	CURVA ELETRODUTO 1,1/2 900	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 16/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	INPOL	0	2,2200	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	INPOL	0	2,2300	3
			TECNOELETRIO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	inpol	0	2,2300	4
155	CURVA ESGOTO 90° 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	10,9000	1
156	CURVA ESGOTO 90° 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	4,8000	1
157	CURVA ESGOTO 90° 75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	8,4500	1
158	CURVA ESGOTO 90° 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,9000	1
159	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA 12X24CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	METASUL	0	6,2800	1
160	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 12X24CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	METASUL	0	6,2800	1
161	DESEMPENADEIRA PLASTICA DE BORRACHA 17X30	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GERPLAST	0	5,2000	1
162	DESEMPENADEIRA PLASTICA DE ESPONJA 17X30	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GERPLAST	0	4,9800	1
163	DESINGRIPANTE 300ML	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MUNDIAL	0	4,7000	1
164	DISCO CONTINUO REFRIGERADO 105MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VILLA	0	9,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 17/57

Número do Registro de Preços: 9/2016				Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	DISCO CORTE P/ FERRO 114,3X3,2X22,2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	2,9600	1
166	DISCO CORTE P/ INOX 115,1X2X22,23	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	2,5000	1
167	DISCO DA POLICORTE P- 9	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	9,7000	1
168	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 105MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	9,8000	1
169	DISCO DE REBOLO 152,4X19X31,8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STARFER	0	19,8000	1
170	DISCO DE SERRA 110MM 24 DENTES	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STARFER	0	10,9000	1
172	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 10 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	5,8000	1
173	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 32 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	5,8000	1
174	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN CLASSE B - 25 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	5,8000	1
175	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIN CLASSE C - 50 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	30,7000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sibrattec	0	30,8000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	SIBRATEC	0	30,8000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	SIBRATEC	0	31,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 18/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIN CLASSE C - 32A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SOPRANO	0	30,7000	1
			TECNOELETRÔ DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sibrathec	0	30,8000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	SIBRATEC	0	30,8000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	SIBRATEC	0	31,0000	4
177	DOBRADIÇA DE INOX 3	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	4,1900	1
178	DOBRADIÇA DE INOX 3 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	5,4000	1
179	DOBRADIÇA P/ MOVEIS 2. 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	0,9900	1
180	DUCHA HIGIÊNICA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HIGIBAN	0	32,9000	1
181	ELETRODO 6013X2,5 5KG	CX	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	48,0000	1
182	ENGATE FLEXÍVEL - 40 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,9900	1
183	ENGATE FLEXÍVEL - 50 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,3500	1
184	ENGATE FLEXÍVEL - 60 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,8500	1
185	ENGATE RÁPIDO P/ MANGEIRA DE PASSAGEM LIVRE 1/2"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	2,9700	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 19/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRAULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
186	ENGATE RÁPIDO P/ MANGUEIRA C/ STOP 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	3,6000	1
187	ENROLADOR P/ MANGUEIRA GIRATORIA PAREDE	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	99,0000	1
188	ENXADA C/ CABO DE MADEIRA DE 20 CM A 22CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
189	ENXADÃO C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	25,4000	1
190	ESCALADA DE ALUMINIO 07 DG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIBAFAER	0	122,0000	1
191	ESCALADA DE MADEIRA EUCALIPTO 3X3 5,40 ALTURA 11 DEGRAUS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIBAFAER	0	113,2000	1
192	ESCOVA DE AÇO 3 FILEIRAS C/ CABO PVC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAX	0	3,4000	1
193	ESGUICHO ESPIGA GIRATORIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	8,6000	1
194	ESPATULA Nº 10 C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAX	0	3,3800	1
195	ESQUADRO DE ALUMINIO 12" 30CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAX	0	10,9000	1
196	ESTILETE PROFISSIONAL C/ TRAVA C/ 3 LAMINAS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	8,9000	1
197	EXTENSÃO CABO PP 2X0,75MM 10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DANEVA	0	17,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 20/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
198	FACÃO C/ CABO DE PVC - 16	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRAMONTINA	0	18,6000	1
199	FECHADURA EXTERNA DE INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MGM	0	29,8000	1
200	FECHADURA INOX WC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MGM	0	23,9000	1
201	FECHADURA INTERNA DE INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MGM	0	23,9000	1
202	FECHO REDONDO INOX 4"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	19,8000	1
203	FECHO DE JANELA CORRER INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	6,8000	1
204	FERRO REDONDO - 1/4 X 12 M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	10,9000	1
205	FERRO REDONDO - 4,2 X 12 M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	4,7000	1
206	FERRO REDONDO - 5/16 X 12 M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	17,9000	1
207	FERROLHO REDONDO 6"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	LOTH	0	5,3000	1
208	FILTRO DE LINHA 5 TOM 2P+T 10A 220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ILUMI	0	21,3000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	marginus	0	28,8900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	MARGINUS	0	28,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 21/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	FILTRO PARA TELEFONE	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ILUMI	0	5,8000	1
210	FIO FLEXIVEL - 1,5MM 750V 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	45,9000	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	57,0000	2
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	57,0000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	CABLENA	0	57,0000	4
211	FIO FLEXIVEL - 2,5MM 750V 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	68,5000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	88,0000	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	CABLENA	0	88,9900	3
212	FIO FLEXIVEL - 4,0MM 750V 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	119,0000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	145,0000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	145,9800	3
213	FIO FLEXIVEL - 6,0MM 750V 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	175,5000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	214,8900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 22/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
214	FIO FLEXIVEL - 10,0 MM 750V 100M	ROLO	MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	214,9500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	299,0000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	369,9900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	BLUCABOS	0	371,0000	3
215	FIO PARA TELEFONE CCI 2 PARES	M	MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	371,0000	4
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	0,3800	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	start	0	0,4500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	START	0	0,4500	3
216	FIO PARALELO - 2 X 1,50 MM 100M	ROLO	DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	START	0	0,4600	4
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	89,7000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	123,9800	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	CABOFLEX	0	123,9900	3
217	FIO PARALELO - 2 X 2,50 MM 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLEXSUL	0	119,6000	1
			TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP (846)	corflo	0	196,7900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 23/57

Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
218	FITA ALUMINIZADA 15CM	M	DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	BLUCABOS	0	196,9900	3
219	FITA ISOLANTE 20M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUFITA	0	3,4900	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AVANT	0	3,8200	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	foxlux	0	3,8300	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	AVANT	0	3,8500	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	NOVE54	0	3,8500	4
220	FITA VEDA ROSCA - 18 X 25 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,3500	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	pisafix	0	2,6500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	AMANCO	0	2,6500	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	AMANCO	0	2,6800	4
221	FITA ZEBRADA 70x180 mts	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	8,9000	1
222	FIX FIO 10MM C/ 15	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	1,7500	1
223	FOICE C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	19,8500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**

Página: 24/57

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
224	FORMÃO 1/2" C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	9,9000	1		
225	FORMÃO 3/4" C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	10,2000	1		
226	FORMÃO 5/8" C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	7,8000	1		
227	FORRO DE PINUS - 1" X 2,50 M	M2	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	11,1800	1		
228	FORRO DE PINUS TRATADO - 1" X 2,50 M	M2	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	16,7700	1		
229	FORRO PVC	M2	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BOMPLAST	0	11,9000	1		
230	FURADEIRA INDUSTRIAL POTÊNCIA 650W-220V - 239MM DRIL 1/2" - 13MM, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO 19MM, AÇO 13MM, MADEIRA 40MM, ROTAÇÃO SEM CARGA 2.100/2.600MIN-1, PESO 2,3KG 6KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	422,0000	1		
231	FUR239ADEIRA DE IMPACTO POTÊNCIA 600W-220V - 239MM DRIL 1/2" - 13MM, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: CONCRETO 13MM, AÇO 10MM, MADEIRA 25MM, ROTAÇÃO SEM CARGA 3.000 MIN-1, PESO 1,8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	372,0000	1		
232	GRAMPEADOR 51A/106	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	39,9000	1		
233	GRAMPO DE CERCA GALVANIZADO	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	10,2000	1		
234	GRAMPO PARA FORRO - CAIXA COM 2500 UNIDADES C/255GR	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8,2000	1		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 25/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
235	GRELHA QUADRADA P/ CAIXA SINFONADA 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLATILIT	0	1,5000	1
236	GRELHA QUADRADA P/ CAIXA SINFONADA 150MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,7500	1
237	GUIA RETO DE NYLON	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	1,2000	1
238	HASTE P/ CHUVEIRO ALUMINIO DE 30CM A 40 CMC	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIPLA	0	5,8000	1
239	HASTE TERRA COBREADA C/ CONECTOR 1/2. 1,00 M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RELUZ	0	7,5000	1
240	IMPERMEABILISANTE DE CONCRETO 5 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	QUEVEKS	0	59,8000	1
241	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA 10A SISTEMA X	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	7,9000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	10,6000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	10,6000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	10,6500	4
242	INTERRUPTOR 1 TECLA SISTEMA X	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	4,5500	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	4,6500	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	4,6800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 26/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
243	INTERRUPTOR 2 TECLAS SISTEMA X		MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	4,6800	4
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	6,3700	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	9,1500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	9,1800	3
244	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 TECLA			MECTRONIC	0	3,3800	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	enerbras	0	4,7300	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	MARGIRIUS	0	4,7400	3
245	INTERRUPTOR EMBUTIR 1 TECLA + TOMADA 10A			MECTRONIC	0	7,4100	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fame	0	9,9000	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	FAME	0	9,9000	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	9,9300	4
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)				
246	INTERRUPTOR EMBUTIR 2 TECLAS + TOMADA 10A			MECTRONIC	0	9,7000	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	8,3000	1
247	INTERRUPTOR EMBUTIR 3 TECLAS						
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	fame	0	14,2200	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 27/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
248	INTERRUPTOR EXTERNO DE 1 TECLAS		DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	14,2500	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	14,2500	4
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	2,9000	1
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	6,2200	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	6,2200	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	6,2200	4
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	3,8800	1
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	6,3700	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	12,1200	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	12,2000	3
249	INTERRUPTOR EXTERNO DE 2 TECLAS		MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	12,2000	4
		UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	9,9000	1
250	INTERUPTOR EMBUTIR 2 TECLAS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RELUZ	0	3,6200	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	germer	0	6,7000	2
251	IRRIGADOR ESPIGA GIRATORIO						
252	ISOLADOR PIMENTÃO DE PORCELANA						

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 28/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	GERMER	0	6,7300	3
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	GERMER	0	6,7300	4
253	JOELHO ESGOTO 100MM 90°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,9800	1
254	JOELHO AZUL SOLDAVE C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,1500	1
255	JOELHO SOLDAVEL 90° - 25,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,4500	1
256	JOELHO AZUL SOLDAVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,8200	1
257	JOELHO ESGOTO 100MM 45°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,3200	1
258	JOELHO ESGOTO 40MM 45°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000	1
259	JOELHO ESGOTO 40MM 90°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000	1
260	JOELHO ESGOTO 50MM 45°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9800	1
261	JOELHO ESGOTO 50MM 90°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9800	1
262	JOELHO ESGOTO 75MM 45°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	3,2200	1
263	JOELHO ESGOTO 75MM 90°	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,9300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 29/57

Número do Registro de Preços: 9/2016			Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
264	JOELHO SOLDÁVEL DE 50MM 45º	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,9000	1
265	JOELHO SOLDÁVEL DE 50MM 90º	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,3800	1
266	JOGO CHAVE ALLEN 9 PÇS.	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STARFER	0	8,9000	1
267	JOGO CHAVE TORX 9 PÇS	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STARFER	0	32,3700	1
268	JOGO MARCO DE PORTA DE CEDRO 14LX2.10AT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	77,6200	1
269	JOGO VISTAS DE CEDRO C/ 3 6MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	19,8000	1
270	JUNÇÃO ESGOTO 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	8,6000	1
271	JUNÇÃO ESGOTO 100X50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,8000	1
272	JUNÇÃO ESGOTO 100X75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,6000	1
273	JUNÇÃO ESGOTO 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,5900	1
274	JUNÇÃO ESGOTO 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,2000	1
275	JUNÇÃO ESGOTO 75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,6100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 30/57

Número do Registro de Preços: 9/2016 Data do Registro: 22/12/2016 Válido até: 22/12/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
276	KIT DE REPARO P/ VALVULA DE DESCARGA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOLCOL	0	29,8000	1
277	KIT P/ REGISTRO SALVA REGISTRO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOLCOL	0	27,9000	1
278	LÂMPADA COMPACTA 20W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AVANT	0	8,2500	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	foxlux	0	10,8500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FOX LUX	0	10,8900	3
279	LÂMPADA COMPACTA 27W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AVANT	0	9,3000	1
280	LÂMPADA COMPACTA 30W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AVANT	0	14,4900	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FOX LUX	0	14,5000	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	foxlux	0	14,5000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FOX LUX	0	14,5500	4
281	LÂMPADA COMPACTA 36W	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	foxlux	0	26,3600	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FOX LUX	0	26,3900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FOX LUX	0	26,4000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 31/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
282	LAMPADA COMPACTA 45W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AVANT	0	27,9000	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FOX LUX	0	29,9500	2
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	foxlux	0	29,9800	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FOX LUX	0	30,0000	4
283	LÂMPADA FLUORESCENTE - 20W T8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AIHA	0	5,8000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sylvania	0	6,6900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	SYLVANIA	0	6,7100	3
284	LÂMPADA FLUORESCENTE - 40W T8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AIHA	0	5,8000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	sylvania	0	6,6900	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	SILVANIA	0	6,7100	3
285	LAVADODA JATO VAZÃO MÁXIMA (L/MIN):6,0 I/MIN , PRESSÃO MAX 1600, MOTOR 1750( RPM); 220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	480,0000	1
286	LAVATORIO PIA E COLUNA CONV. CORES	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FLORI	0	128,0000	1
287	LIMA C/ CABO PIENXADA 8"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STERRETT	0	8,9200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 32/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
288	LIMA MOTO-SERRA 8"X3/16 MEDIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STERRETT	0	4,9800	1
289	LIMA MOTO-SERRA 8"X5/32 FINA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	STERRETT	0	8,2000	1
290	LINHA DE NYLON Nº80 100M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VILLA	0	5,2000	1
291	LINHA DE NYLON QUADRADA 3.00MM 115M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TREVO	0	88,9000	1
292	LIXA P/ MADEIRA GR 100	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALCAR	0	2,3500	1
293	LIXA P/ MADEIRA GR 60	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALCAR	0	2,9500	1
294	LONA PRETA 4X100M - 120 MICRAS	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ECOCICLE	0	0,5200	1
295	LONA PRETA 6X 100M - 120 MICRAS	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ECOCICLE	0	0,5900	1
296	LUMINÁRIA 2 X 20 TUBULAR COMPACTA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	46,0000	1
297	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
298	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
299	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
300	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
301	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
302	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
303	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
304	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
305	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
306	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
307	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
308	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
309	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
310	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
311	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
312	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
313	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
314	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
315	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
316	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
317	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
318	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
319	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
320	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
321	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
322	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
323	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
324	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
325	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
326	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
327	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
328	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
329	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
330	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
331	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
332	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
333	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
334	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
335	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
336	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
337	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
338	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
339	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
340	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
341	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
342	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
343	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
344	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
345	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
346	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
347	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
348	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
349	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
350	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
351	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
352	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
353	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
354	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
355	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
356	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
357	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
358	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
359	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
360	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
361	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
362	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
363	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
364	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
365	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
366	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
367	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
368	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
369	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
370	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
371	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
372	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
373	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
374	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
375	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
376	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
377	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
378	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
379	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
380	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
381	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
382	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
383	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
384	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
385	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
386	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
387	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
388	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
389	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
390	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
391	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
392	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
393	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
394	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
395	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
396	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
397	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
398	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
399	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
400	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
401	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
402	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
403	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
404	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
405	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
406	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
407	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
408	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
409	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
410	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
411	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
412	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
413	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
414	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
415	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
416	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6000	1
417	LUMINÁRIA 2 X 40 TUBULAR COMPLETA COMPLETA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	54,6	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 33/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
298	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	skylux	0	61,0000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	SKYLUX	0	61,5700	3
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	empalux	0	18,5000	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	EMPALUX	0	18,6500	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	EMPALUX	0	18,6500	3
			ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4400	1
299	LUA AZUL SOLDÁVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4400	1
300	LUA SOLDÁVEL DE 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000	1
301	LUA AZUL SOLDÁVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,3500	1
302	LUA DE CORREE 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	6,2400	1
303	LUA ESGOTO DE 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,1600	1
304	LUA ESGOTO DE 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000	1
305	LUA ESGOTO DE 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,0900	1
306	LUA ESTOGO DE 75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,1500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 34/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
307	LUVA SOLDAVE DE 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,1000	1
308	MAÇANETA P/ FECHADURA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MGM	0	9,7500	1
309	MACHADINHA C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	13,9800	1
310	MACHADO C/ CABO DE MADEIRA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	31,9000	1
311	MADEIRA TRATADA PNUS (DECK) 2,00X09,5X3,00	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOOP	0	34,2000	1
312	MALETA DE COURA P/ FERRAMENTAS - COMPRIMENTO 38CM -ALTURA 23,5CM- LARGURA 15CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	142,0000	1
313	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,4200	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	maesi	0	0,7200	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	METASUL	0	0,7400	3
314	MANGUEIRA P/ GAS TRANÇADA 1,25M -INMETRO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MANTAC	0	6,9000	1
315	MANGUEIRA P/ JARDIM SILICONADA 1/2"	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MANTAC	0	1,4900	1
316	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA 1/2" 2,00MM (ROLO 100 M)	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	78,0000	1
317	MANGUEIRA PLÁSTICA PRETA 3/4" 2,00MM .(ROLO 100 M)	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	108,0000	1

Página: 35/57

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

318	MANGUEIRA DE NIVEL SILICONADA 5/16	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9100	1
319	MARRETA DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA 1,50 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	19,8000	1
320	MARRETA DE AÇO C/ CABO DE MADEIRA - 3,00 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	23,2000	1
321	MARTELO C/ CABO DE FIBRA - 25,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
322	MARTELO C/ CABO DE FIBRA - 27,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	18,8500	1
323	MARTELO DE BORRACHA C/ DE MADEIRA - 60,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	9,4800	1
324	MARTELO DE BORRACHA C/ DE MADEIRA - 80,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	12,4800	1
325	MASSA ACRÍLICA - 3,60 L	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	24,5700	1
326	MASSA CORRIDA PVA - 3,60 L	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	18,9600	1
327	MASSA DE CALAFETAR - 0,500 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ORION	0	6,3700	1
328	MATA JUNTA DE PINUS 2,5 M	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOOP	0	0,9000	1
329	MATA JUNTA DE PINUS TRATADO 2,5 M	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOOP	0	1,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 36/57

Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
330	MEIA CANA DE PINUS 2,5 M	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	0,9000
331	MEIA CANA DE PINUS TRATADO 2,5 M	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	1,1000
332	MEIA CANA DE PVC	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BOMPLAST	0	3,2000
333	METRO DE PVC 1M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	3,1000
334	MINI ARCO DE SERRA C/ SERRINHA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	7,1500
335	MOTO ESMERIL - MOTOR 357 WATTS - 220V - ROTACAO DO MOTOR 3580 RPM - CORRENTE: 1,7A - FREQUENCIA NORMAL: 60HZ - TENSÃO NORMAL: BVOLT - ESPESURA DO REBOLO: 20MM - REBOLO: 6" - FURO DO REBOLO 1/2" - CHAVE ELETRICA BIPOLAR - ROLAMENTO DO TIPO DDU, CONTRA POEIRA - COM PIS DE BORRACHA ANTI-VIBRAÇÃO ACOMPANHAMENTOS DE 2 REBOLOS 6" - 2 PROTETOR VISUAL - 2 APOIOS DE FERRAMENTAS; 8KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	230,0000
337	NÍPEL C/ ROCA - 1/2"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,4800
338	NÍPEL C/ ROSCA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,6500
339	NÍVEL ALUMINIO 14	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	17,8000
340	OCULOS DE PROTEÇÃO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SAFETY	0	3,1000
341	ORGANIZADOR DE CABO ESPIRAL 25MM 2M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	4,3000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 37/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
342	PA CAVAR DE BICO C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
343	PÁ DE CAVAR QUADRADA C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
344	PÁ DE JUNTAR QUADRADA C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
345	PADE AJUNTAR DE BICO C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	16,9000	1
349	PARAFUSO FENDA CABEÇA CHATA- 4,8 X 50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,2000	1
350	PARAFUSO FENDA CABEÇA CHATA- 6,1 X 75	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,7400	1
351	PARAFUSO SEXTAVADO DE 3/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,9800	1
352	PARAFUSO AGULHA PARA FORRO DE PVC 4,2X13 ZINCADO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0400	1
353	PARAFUSO GALVANIZADO TELHEIRO - 5/16X110,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,3200	1
354	PARAFUSO PARA ASSENTO DE VASO SANITÁRIO 10MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUMASA	0	3,7000	1
355	PARAFUSO PARA ASSENTO DE VASO SANITÁRIO 8MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUMASA	0	2,9900	1
356	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4,0X20	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1

Página: 38/57

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

357	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4.0X22	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1
358	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4.0X25	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1
359	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 4.5X25	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1
360	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X30	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1
361	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X40	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,0800	1
362	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA BICROMATIZADO - 5.0X50	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,1000	1
363	PARAFUSO SEXTAVADO DE 1/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,2500	1
364	PARAFUSO SEXTAVADO DE 5/16	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,3000	1
365	PARAFUSO SEXTAVADO DE 5/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,4000	1
366	PASSA FIO 20M C/ ALMA DE AÇO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PROAQUA	0	12,9800	1
367	PÉ DE CABRA AÇO LISO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	12,3500	1
368	PEDRA BRITA 3/4	M3	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CEDRO	0	52,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 39/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
369	PENEIRA VARIOS TAMANHOS 55CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PAGANANI	0	13,9800	1
370	PICARETA C/ CABO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PANDOLFO	0	32,9000	1
371	PINCEL - 2"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	3,1800	1
372	PINCEL - 3"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	6,2400	1
373	PINCEL - 4"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	7,9000	1
374	PINO 3 SAIDAS PADRÃO 10A 2P+T	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RADIAL	0	5,2000	1
375	PINO FEMEA 2P+T 10A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RADIAL	0	3,8000	1
376	PINO FEMEA 2P+T 20A	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	marginus	0	3,2500	1
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	MARGIRIUS	0	3,2700	2
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	MARGORIUS	0	3,2700	3
377	PINO PADRÃO 2P+T 10A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RADIAL	0	3,5000	1
378	PINO PADRÃO 2P+T 20A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RADIAL	0	4,7000	1
379	PINO SAIDAS 2P+T 10A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RADIAL	0	5,8300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 40/57

Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
380	PISO CERÂMICO DE 1º - 45CM X 45 CM PI 4	M2	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PISOFORTE	0	11,9000
381	PISTOLA APLICADOR DE SILICONE 300 GR	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	10,3700
382	PLACA CEGA 4X2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	1,3000
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	1,6900
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	1,7000
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	1,7000
383	PLAFON DE TETO 100W BRANCO OU PRETO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	OLIVO	0	2,2000
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	pluzie	0	3,5800
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	OLIVO	0	3,6000
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	OLIVO	0	3,6000
384	PLAUNA ELETRICA 82MM POTENCIA 600WATS - ROTACÃO 1600RPM 220V 6KG - CARACTERISTICAS MINIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DWT	0	423,0000
385	PLUG C/ ROSCA 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000
386	PLUG C/ ROSCA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 41/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

387	PNEU P/ CARINHO DE MÃO 3,25X8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAESTRO	0	18,1000	1
388	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO 3,50X8 (2 LONAS)	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MAESTRO	0	29,5000	1
389	PONTEIRO DE AÇO 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	8,9700	1
390	PORCA SEXTAVADA DE 1/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,2500	1
391	PORCA SEXTAVADA DE 3/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,4000	1
392	PORCA SEXTAVADA DE 5/16	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,3000	1
393	PORCA SEXTAVADA DE 5/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CIZER	0	0,5000	1
394	PORTA CADEADO INOX 4,5"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	12,9000	1
395	PORTA MISTA 0,70 X 2,10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	181,0000	1
396	PORTA MISTA 0,80 X 2,10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	181,0000	1
397	PORTA PAPEL HIGIÊNICO INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ALUPOX	0	12,9000	1
398	PORTA SEMIOCA 0,70 X 2,10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	67,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 42/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
400	PORTA SEMIOCA 0,80 X 2,10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RIO JORDAO	0	67,0000	1
401	PREGO 12 X 12	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	8,3000	1
402	PREGO 15 X 10	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	8,3000	1
403	PREGO 16 X 21	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	6,8900	1
404	PREGO 16 X 24	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	6,7000	1
405	PREGO 17 X 27	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	6,2900	1
406	PREGO 19 X 36	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	6,2900	1
407	PREGO 25 X 75	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	7,9000	1
408	PREGO 25X72	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	7,9000	1
409	PREGO GALVANIZADO 16X24	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	9,9000	1
410	PREGO GALVANIZADO SEM CABEÇA 13/15	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	9,9000	1
411	PREGO GALVANIZADO SEM CABEÇA 16/24	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	9,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 43/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
412	PREGO TELHEIRO GALVANIZADO 18X30 ARDOX 1KG	KG	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	12,9800	1
413	PRENDEDOR VENESIANA INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	9,8000	1
414	PULVERIZADOR MANUAL 20LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GUARANI	0	99,7000	1
415	PUXADOR INOX 3 3/8"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	7,5900	1
416	PUXADOR P/ JANELA DE CORRER CROMADO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	5,7000	1
417	REATOR ELETRONICO 2X20W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	JEB	0	12,9000	1
	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)			inital	0	26,6500	2
	MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)			INTRAL	0	26,7000	3
	DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)			INTRAL	0	26,7000	4
418	REATOR ELETRONICO 2X40W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	JEB	0	19,2000	1
	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)			inital	0	29,5300	2
	MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)			INTRAL	0	29,5500	3
	DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)			INTRAL	0	29,5500	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 44/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

419	REBITADORA MANUAL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	17,9000	1
420	REBITE 4.00X25.00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,1000	1
421	REBITE 4.80X12.00MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	0,1000	1
422	RECEPITACULO E40 DE PORCELANA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	2,9000	1
423	REDUÇÃO ESGOTO 100X50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4500	1
424	REDUÇÃO ESGOTO 100X75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	4,4200	1
425	REGISTRO DE GAVETA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	25,9000	1
426	REGISTRO DE PRESÃO 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	26,9000	1
427	REGISTRO SOLDAVEL DE 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	3,9000	1
428	REGISTRO SOLDAVEL DE 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	8,4500	1
429	REGUA DE ALUMINIO 2M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	21,4000	1
430	REGULADOR DE GÁS grande 506/1	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	IANE	0	16,7500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 45/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

431	REJUNTE PARA CERÂMICA - 1,00 KG	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	QUARTZOLIT	0	2,1000	1
432	RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO 5500W/220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PRATIMIX	0	7,9000	1
433	RESISTÊNCIA PARA TORNEIRA ELÉTRICA 5500W/220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PRATIMIX	0	8,9000	1
434	RODEL WIDEA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	CORTAG	0	6,3900	1
435	ROLETE P/ PAPEL C/ MOLA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	1,2000	1
436	ROLO DE ESPULMA C/ CABO 9CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	2,1000	1
437	ROLO DE ESPULMA C/ CABO 5CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	1,7000	1
438	ROLO DE PINTURA DE LÁ 23 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ROMA	0	8,9000	1
439	RONDANA PARA CALHA CONCOVA DE ALUMINIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AROMAC	0	4,8000	1
440	RONDANA PARA PORTÃO DE ALUMINIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AROMAC	0	19,3500	1
441	RONDANA PARA PORTÃO DE FERRO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AROMAC	0	12,7000	1
442	RONDANA PVC - 36 X 36	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MISTER	0	0,2900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 46/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
443	SABONETEIRA LIQUIDA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	NACIONAL	0	37,0000	1			
444	SACO DE LIXO - SACO C/ 100 LT- DIMENSÕES 75CMX60CM- C/ 100 UNIDADES - 120 MICRAS	PCT	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MEPEL	0	68,0000	1			
445	SELADOR BALDE DE 18,00 L	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PARIS	0	49,0000	1			
447	SERRA COPO DIAMANTADA 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	52,8000	1			
448	SERRA COPO DIAMANTADA 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	54,0000	1			
449	SERRA COPO DIAMANTADA 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	63,8000	1			
451	SERRA MÁRMORE: POTENCIA MINIMA: 1.300W - CAPACIDADE DE CORTE MINIMO : 34MM- DIAMETRO DO DISCO: 110MM (4-3/8) - DIAMETRO DO FURO: 20MM (3/4) - ROTAÇÃO MINIMA POR MINUTO: 1200RPM - COMPRIMENTO MINIMO TOTAL: 226MM - PESO MAXIMO: 2,9KG - VOLTAGEM: 220/230V - ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM A MAQUINA: DISCO DIAMANTADO LISO, MANGUEIRA, CHAVE FIXA, PUNHO AUXILIAR, CANO DE AGUA 6KG - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS - 12 MESES DE GARANTIA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	VONDER	0	278,0000	1			
452	SERRINHA DE AÇO RAPIDO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	NICHOLSON	0	2,9700	1			
453	SERROTE - 22"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	UBRAMA	0	19,3700	1			
454	SERROTE - 24"	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	UBRAMA	0	22,0000	1			
455	SERROTE DE PODA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	UBRAMA	0	21,9000	1			

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 47/57

Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
456	SIFAO DE PIA 1,5M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BRASIPLA	0	6,2500
457	SIFAO DE PIA 1M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BRASIPLA	0	3,9000
458	SILICONE - 50,00G	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AFX	0	3,9000
459	SILICONE INCOLOR - 280,00 G	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AFX	0	10,8500
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	brascola	0	12,9000
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	BRASCOLA	0	12,9500
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	BRASCOLA	0	12,9500
460	SOLVENTE - 5,00 L	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	RESICOLOR	0	33,9000
461	SOQUETE CEBOLINHA C/RABICHO	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	redy	0	0,5800
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	REDY	0	0,6000
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	REDY	0	0,6000
462	SPRAY ESPUMA 750ML 720G	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	AFX	0	32,5000
463	SPUD P/ VASO SANITARIO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	KRONA	0	1,1000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 48/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016      Data do Registro: 22/12/2016      Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS; NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
464	START 20W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	0,9000	1
465	START 40W	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DECORLUX	0	0,9000	1
466	SUPORTE P/ TRANCA ABERTO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	LOTH	0	2,8000	1
467	SUPORTE P/ TRANCA FECHADO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	LOTH	0	2,8000	1
468	TABUA DE PINUS PARA CAIXARIA	M3	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SULCATARINE	0	442,0000	1
469	TACO DE PINUS -2,50X4,00CM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	0,9800	1
470	TACO DE PINUS TRATADO 2,50X4,00CM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MADECOP	0	1,3800	1
471	TALHEIRA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DISMA	0	8,9800	1
472	TE ESGOTO 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,7000	1
473	TE ESGOTO 100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,2000	1
474	TE ESGOTO 40MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,9800	1
475	TE AZUL 25X25X 1/2 C/ BUCHA DE LATÃO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,9500	1

Página: 49/57

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

**Número do Registro de Preços:** 9/2016      **Data do Registro:** 22/12/2016      **Válido até:** 22/12/2017  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
476	TE AZUL 25X25X ¼ C/ BUCHA DE LATÃO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2.9900	1
477	TE ESGOTO 75MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	4.9800	1
478	TE SOLDAVE DE 50X25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2.9000	1
479	TÉ SOLDÁVEL - 25MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0.5800	1
480	TE SOLDÁVEL DE 50MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2.9000	1
481	TELA REVESTIDA 1.0X25M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	420.0000	1
482	TELA REVESTIDA 2.0X25M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	836.0000	1
483	TELA ALAMBRADO SOLDADA 2,5MM- 1,00X25M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	332.0000	1
484	TELA ALAMBRADO SOLDADA 2,5MM- 1,50X25M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	BELGO	0	469.0000	1
485	TELA MOSQUETEIRA 1.00X50M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	NORTENE	0	115.7000	1
486	TELA PLASTICA SOLDADA 1" 1.00X50M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	NORTENE	0	123.0000	1
487	TELA TAPUME 1.20X50M	ROLO	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	NORTENE	0	94.5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

Página: 50/57

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS; PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
488	TELHA DE AMIANTO - 1,10 X 1,83 X 5,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ISDRALIT	0	24,9000	1
489	TELHA DE AMIANTO - 1,10 X 2,44 X 5,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ISDRALIT	0	33,9000	1
490	TELHA DE AMIANTO - 110 X 1,22 X 5,00 MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ISDRALIT	0	18,8900	1
491	TESOURA P/ GRAMA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRAMONTINA	0	19,9000	1
492	TESOURA PARA PODA- AÇO FORJADO REFORÇADO- CABO PLÁSTICO- COM TRAVA DE SEGURANÇA E MOLA 8" (200MM)	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MONFORT	0	13,9800	1
493	TUJOL - 9 X 14 X 19	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIGLIELMI	0	0,2800	1
494	TINTA ACRÍLICA FOSCA - 3,6 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	33,8000	1
495	TINTA ACRÍLICA FOSCA - 18 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	110,0000	1
496	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO - 3,6 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	56,0000	1
497	TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO 18 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	218,0000	1
498	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3,6 LT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLDEN	0	51,9000	1
499	TINTA SPRAY VARIAS CORES 400 ML	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MUNDIAL	0	10,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 51/57

**Número do Registro de Preços: 9/2016**      **Data do Registro: 22/12/2016**      **Válido até: 22/12/2017**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
500	TOMADA DE EMBUTIR 10 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	4,9000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	5,6300	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	5,6500	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	5,6500	4
501	TOMADA DE EMBUTIR 20 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	5,4000	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	5,6300	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	5,6500	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	5,6500	4
502	TOMADA DE TELEFONE DE SISTEMA X	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	8,4500	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	9,3000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	9,9900	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	9,9900	4
503	TOMADA EM BARRA QUADRUPLA 2P+T 10A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	11,5700	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	inteneed	0	13,2200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 52/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
504	TOMADA EMBUTIR TELEFONE	UN	TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	fame	0	6,7500	1
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	FAME	0	6,9000	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	FAME	0	6,9000	3
505	TOMADA SISTEMA X 10A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	5,9800	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	6,1500	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	6,2000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	6,2000	4
506	TOMADA SISTEMA X 20 A	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	MECTRONIC	0	6,9800	1
			TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP (846)	enerbras	0	7,9400	2
			MARCIO TEZZA VIEIRA (1332)	ENERBRAS	0	8,0000	3
			DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (1333)	ENERBRAS	0	8,0000	4
507	TORNEIRA DE JARDIM 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	2,1000	1
508	TORNEIRA ELÉTRICA ARTICULADA 555W/220V	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	ZAGONEL	0	89,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 53/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

508	TORNEIRA TANQUE 15CM 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	HERC	0	3,6000	1
510	TORQUES N 18	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SAO ROMAO	0	69,0000	1
511	TRENA DE FIBRA 50 MT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SNAUZER	0	43,8000	1
512	TRENA EMBORACHADA 10M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SNAUZER	0	18,3000	1
513	TRENA EMBORACHADA 5M	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	SNAUZER	0	8,9800	1
514	TRILHO DE ALUMINIO	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DALO	0	13,5000	1
515	TUBO ESGOTO 100MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	6,2000	1
516	TUBO ESGOTO 50MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	4,2500	1
517	TUBO ESGOTO 75MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,9500	1
518	TUBO DE LIGAÇÃO 200MM FLEXIVEL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	5,8000	1
519	TUBO DESCARGA LONGO 1,50 MT	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	8,7500	1
520	TUBO DESCIDA VALVULA DE DESCARGA JOELHO AZUL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	6,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Página: 54/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

521	TUBO ESGOTO 40MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,4500	1
522	TUBO SOLDÁVEL - 25,00MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	1,7800	1
523	TUBO SOLDÁVEL- 50MM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	6,6500	1
524	UNIÃO P/ MANGUEIRA 1/2	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,7800	1
525	UNIÃO INTERNA MANGUEIRA 1/2 "	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,5800	1
526	UNIÃO P/ MANGUEIRA 3/4	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	0,8000	1
527	VÁLVULA DE DESCARGA METAL	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	DOCOL	0	74,8000	1
528	VALVULA DE PIA INOX	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PIANOX	0	8,8000	1
529	VALVULA LAVATORIO PVC 7/8	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	PLASTILIT	0	2,9000	1
530	VARA DE CREMONE DE INOX 1100MM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FELTRIN	0	12,9800	1
531	VARA DE EUCALIPO 15DM A 25DM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRATAMIL	0	8,9000	1
532	VARA DE EUCALIPO TRATADA 15DM A 25DM	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	TRATAMIL	0	12,9000	1

Página: 55/57

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016**

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
533	VARAL CHÃO C/ ABAS ALUMINIO 0,90X1,60X0,60	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIBA FER	0	63,0000	1
534	VASO CONVENCIONAL C/ CAIXA ACOPLADA	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FORI	0	232,0000	1
535	VASO SANITÁRIO INFANTIL REDONDO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FORI	0	190,0000	1
536	VASO SANITÁRIO REDONDO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	FORI	0	105,0000	1
537	VASSOURA DE NYLON C/ CACO	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLLART	0	7,6500	1
538	VASSOURA GARI PIAÇA VA C/ CABO 37 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLLART	0	13,9800	1
539	VASSOURA PVC C/ CABO 20 DENTES	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GOLLART	0	8,8000	1
540	VEDANTE PARA PORTA 70 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIBA FER	0	6,7000	1
541	VEDANTE PARA PORTA 80 CM	UN	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	GIBA FER	0	7,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2016

Página: 56/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
542	LAJE PRE MOLDADO	M	ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (218)	LAJE SILVA	0	28,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 57/57

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 22/12/2016		Válido até: 22/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NOS REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016  
PROCESSO Nº 83/2016

- (218) - ARMUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (846) - TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP
- (1332) - MARCIO TEZZA VIEIRA
- (1333) - DAROLT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Balneário Rincão, 22 de Dezembro de 2016.

## ATA 010/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 1/37

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 23/12/2016 Válido até: 23/12/2017  
 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AVEIA EM FLOCOS FINOS PCT 200GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO OBTIDO PELA LAMINAÇÃO DE GRÃOS DE AVEIA INTEIROS (AVEIA SATIVA L, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. INGREDIENTES: AVEIA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 200G, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO.	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	NUTRIBON	0	4,0000	1
2	ADOCANTE DIETÉTICO EM GOTAS INGREDIENTES: 100% SÓ STEVIA, SUBSTÂNCIA NATURAL EXTRAÍDA DA PLANTA STEVIA. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE 65 ML. DATA DE VALIDADE: MÍNIMO DE 2 ANOS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	4,1000	2
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ADOCYL	0	3,1900	1
3	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS INGREDIENTES: EM PÓ, A BASE DE: AÇÚCAR / CACAU / MALTODEXTRINA / COMPLEXO VITAMÍNICO / SAL / LEITE EM PÓ INTEGRAL. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÍNIMA (EM 100G): 3G DE PROTEÍNA / 1,5G DE LÍPIDIOS / 92G DE HIDRATO DE CARBONO / 383 KCAL. EMBALAGEM: FILME DE POLIÉSTER METALIZADO LAMINADO COM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, CONTENDO 400G, VEDADO. ETIQUETA SOBREPOSTA COM EMBALAGEM EXTERNA DE PAPELÃO. RENDIMENTO: 20 PORÇÕES DE 200 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	LATA	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	NESCAU	0	8,5500	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	NESCAU	0	8,5900	2

Página: 2/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 23/12/2016 Válido até: 23/12/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO SEM LACTOSE - INGREDIENTES: EM PÓ, A BASE DE: AÇÚCAR / CACAU / MALTO DEXTRINA / COMPLEXO VITAMÍNICO / SAL / LEITE EM PÓ INTEGRAL, COM POSIÇÃO NUTRICIONAL MÍNIMA (EM 100G): 3G DE PROTEÍNA / 1,5G DE LÍPIDIOS / 92G DE HIDRATO DE CARBONO / 393 KCAL. SEM LEITE OU TRACOS DE LEITE. EMBALAGEM: FILME DE POLIÉSTER METALIZADO LAMINADO COM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, CONTENDO 400G, VEDADO, ETIQUETA SOBREPOSTA COM EMBALAGEM EXTERNA DE PAPELÃO, ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	LOWCUCAR	0	26.8000	1
5	CAFÉ DA TERRA EM PÓ INGREDIENTES: AGLOMERADO FILAMENTOSO EM PÓ HOMOGÊNEO, DE COR PARDO-VERMELHADA, POSSUI CHEIRO FORTE, AGRADÁVEL, CARACTERÍSTICO, COM SABOR ACRE E LEVEMENTE PICANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EM PACOTES DE 50 GRAMAS, BEM VEDADO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	L BUZZI	0	7.8900	1
6	AÇÚCAR MASCADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVERÁ CONTER UM MÍNIMO DE 90% DE SACAROSE. O PRODUTO É ELABORADO A PARTIR DE CALDO DE CANA LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, DE PARASITAS E DE LARVAS DE INSETOS OU DE SEUS FRAGMENTOS. ASPECTO: PRÓPRIO DO TIPO DE AÇÚCAR COR: PRÓPRIA DO TIPO DE AÇÚCAR. CHEIRO: PRÓPRIO. SABOR: DOCE. INGREDIENTES: AÇÚCAR MASCADO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 500G, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	SHAMBALLA	0	12.3000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 3/37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC		REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	<p>ACÚCAR CRISTAL</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR. TIPO CRISTAL APRESENTA-SE NA FORMA DE CRISTAIS BRANCOS OU LEVEMENTE AMARELADOS. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATORIO; COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATORIO. CONTEÚR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99,3% P/P. ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 0,3% P/P. SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 KG. EM EMBALAGENS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS</p> <p>ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE</p> <p>INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.</p>	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	CARAVELAS	0	3,9500	1
8	<p>ALHO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE E UMIDADE. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTO DETERIORADO NÃO SERÁ ACEITO.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE.</p> <p>ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.</p>	KG	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	CEDRO	0	3,9600	2
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	29,0000	1
9	<p>AMIDO DE MILHO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DE MILHO. DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS. NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE, FERMENTAÇÃO OU RANÇO.</p> <p>INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR.</p> <p>ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE</p> <p>INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS</p> <p>ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</p>	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	DMILLE	0	5,8600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 4/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ALIMENTO COM SOJA DIVERSOS SABORES INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, AGUA, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, VITAMINAS E MINERAIS, SAL, ESTABILIZANTE GOMA GELANA, CITRATO DE SÓDIO E GOMA XANTANA, AROMATIZANTE E EMULSIFICANTE. EMBALAGEM: CAIXA DE TETRA PAK, RESISTENTE, COM PESO LÍQUIDO DE 1 LITRO, LACRADO, SEM AMASSAMENTOS E PERFURAÇÕES. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 03 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PURITY	0	6,0500	1
11	ALIMENTO COM SOJA SABOR IOGURTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ALIMENTO DE SOJA CREMOSO SABOR IOGURTE COM PEDAÇOS DE FRUTAS, 100% VEGETAL, SEM LACTOSE E SEM COLESTEROL. INGREDIENTES: AGUA, AÇÚCAR, PEDAÇOS DE FRUTAS, EXTRATO DE SOJA, AMIDO, AROMATIZANTES, CORANTE NATURAL, SEM GLUTEN. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM BANDEJA PLÁSTICA COM 4 COPOS DE 100G CADA. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 30 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 10 DIAS. ENTREGA: QUINZENAL CONFORME SOLICITAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BATAVO	0	3,0000	1
12	ALIMENTO ENLATADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A BASE DE: PARTE BRANCA DO ATUM RALADO, SEM CABEÇA, CAUDA, VISCERAS, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÍNIMA (EM 100G): 100 KCAL, 7,5G DE CARBOIDRATO, 15G PROTEÍNA, GORDURAS TOTAIS 9 G. QUANTIDADE MÁXIMA: GORDURAS SATURADAS 2 G / SÓDIO 350 MG. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM LATAS DE 400G. FORNECER AMOSTRA	LATA	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	PESCADOR	0	5,1000	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PESCADOR	0	5,1800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 5/37

**Número do Registro de Preços: 10/2016      Data do Registro: 23/12/2016      Válido até: 23/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	ARROZ INTEGRAL TIPO 1	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	FUMACENSE	0	3,5800	1
14	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE CHOCOLATE INGREDIENTES: SABOR COCO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO / AÇÚCAR / GORDURA VEGETAL-HIDROGENADA / LECITINA DE SOJA / AMIDO DE MILHO / AÇÚCAR INVERTIDO / CACAU EM PÓ / LEITE INTEGRAL / SAL / CORANTE CARAMELO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO ATÓXICO TRANSPARENTE; HERMETICAMENTE FECHADO; COM PESO DE 330GR. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 05 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÍNIMO DE 30 DIAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	RACINE	0	4,0000	1
15	BISCOITO TIPO ROSQUINHA INGREDIENTES: SABOR COCO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO / AÇÚCAR / GORDURA VEGETAL-HIDROGENADA / LECITINA DE SOJA / AMIDO DE MILHO / AÇÚCAR INVERTIDO / LEITE DE COCO / COCO RALADO / LEITE INTEGRAL / SAL / AROMA ARTIFICIAL DE COCO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO ATÓXICO TRANSPARENTE; HERMETICAMENTE FECHADO; COM PESO DE 330GR. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 03 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÍNIMO DE 30 DIAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	GALO	0	4,0000	1
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	GALO	0	4,0500	2
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	GALO	0	4,0000	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	RACINE	0	4,0600	2

Página: 6/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	BOLACHA CREAM CRACKER INTEGRAL INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E AMÔNIO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400GR. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	RENATA	0	4,4000	1
17	BOLACHA CREAM CRACKER INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E AMÔNIO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400GR. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ORQUIDEA	0	4,4400	2
		PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	RACINE	0	3,9500	1
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	RENATA	0	3,9900	2

Página: 7/37

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 23/12/2016 Válido até: 23/12/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	BOLACHA DE LEITE INGREDIENTES: A BASE DE: FARINHA DE TRIGO/ AÇÚCAR/ GORDURA VEGETAL HIDROGENADA/ AMIDO DE MILHO/ AÇÚCAR INVERTIDO/ SORO DE LEITE/ SAL / FERMENTO QUÍMICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMPACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400GR, TIPO 3 EM 1. EMBALAGEM PRIMARIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	RACINE	0	3,9500	1
19	BOLACHA MARIA 400 GR	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	RENATA	0	3,9800	2
		UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	RENATA	0	3,7900	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	RACINE	0	3,8400	2
20	BISCOITO INTEGRAL (SEM LACTOSE E SEM OVO) INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ INTEGRAL, AÇÚCAR MASCADO, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA E MILHO), FARINHA DE MILHO INTEGRAL, FECULA DE MANDIOCA, EXTRATO DE SOJA, MALTODEXTRINA, AGENTES DE CRESCIMENTO, ESTABILIZANTE NATURAL, SEM LEITE OU DERIVADOS E NEM CONTER TRAÇOS DE LEITE NEM OVO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM PACOTES DE 150GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	FERNANDES	0	9,2000	1
21	BISCOITO INTEGRAL (SEM LEITE, SOJA, CORANTE E GLÚTEN) INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ INTEGRAL, AÇÚCAR MASCADO, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA E MILHO), FARINHA DE MILHO INTEGRAL, FECULA DE MANDIOCA, MALTODEXTRINA, AGENTES DE CRESCIMENTO, ESTABILIZANTE NATURAL, SEM LEITE OU DERIVADOS E NEM CONTER TRAÇOS DE LEITE, NEM . EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM PACOTES DE 150GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	FERNANDES	0	11,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 8/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	CAFÉ EXTRA FORTE INGREDIENTES: CAFÉ TORRADO E MOÍDO, DE 1ª QUALIDADE, EMPACOTADO A VÁCUO PURO, CLASSIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA (TIPO 8 COB), COM NO MÁXIMO DE 15% DE GRÃO P.V.A (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), ISENTO DE BEBIDAS RIO OU RIOZONA, PONTO DE TORRAMEDIA, MOAGEM/MEDIAPINA E INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. EMBALAGEM: TIPO TIJOLINHO, DE POLIETILENO ALUMINIZADA COM PESO LÍQUIDO DE 500G. EMBALAGEM DE ALTO VÁCUO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. INGREDIENTES: DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	CABOCLO	0	10,3500	1
23	CANELA EM PÓ INGREDIENTES: CANELA EM PÓ FINO, DE COR PARDO-AMARELADA ESCURO, OU MARROM CLARO, COM CHEIRO AROMÁTICO, CARACTERÍSTICO E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTECTA, EMPACOTES DE 50 GRAMAS, BEM VEDADO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. INGREDIENTES: DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	CABOCLO	0	10,4000	2
		PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	L BUZZI	0	7,8000	1
24	CAÇAU EM PÓ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: O CAÇAU EM PÓ PARCIALMENTE DESENGORRIADO É OBTIDO PELA PRESSÃO MECÂNICA DO LÍQUOR DE CAÇAU E REFINAMENTO DA TORTA RESULTANTE ATÉ A OBTENÇÃO DE UM PÓ FINO, NÃO CONTÉM ADITIVOS. INGREDIENTES: CAÇAU. EMBALAGEM: SACO DE PAPEL KRAFT OU CLUPAKMULTIFOLHADO, COLADO/COSTURADO E REVESTIDO INTERNAMENTE COM POLIETILENO OU EM PACOTES DE POLIETILENO; ATÓXICO, TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APIT	0	14,2000	1

Página: 9/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	CANICA DE MILHO AMARELA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MILHO EM GRÃO, 100% NATURAL, SEM CONSERVANTES. INGREDIENTES: CANICA EM GRÃO AMARELO EMBALAGEM: PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, TERMOSSOLDADO, COM CAPACIDADE PARA 500 GRAMAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	KANTY	0	3,1800	1
26	COCO RALADO 100GR	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	KANTY	0	3,2000	2
		UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	UNICOCO	0	3,7000	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	3,7600	2
27	CEREAL DE MILHO SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR - DIET CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:PRODUTO OBTIDO POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO APROPRIADO, A BASE DE: FLOCOS DE MILHO / SAIS MINERAIS / VITAMINAS / SAL, COM OU SEM LEITE. INGREDIENTES: FLOCOS DE MILHO, VITAMINAS E MINERAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500G. EMBALAGEM PRIMARIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ALCA FOODS	0	16.6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 10/37

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra:			REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
28	CEREAL DE MILHO TRADICIONAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:PRODUTO OBTIDO POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO APROPRIADO, A BASE DE: FLOCOS DE MILHO / SAIS MINERAIS / SAL, COM OU SEM LEITE. INGREDIENTES: FLOCOS DE MILHO, VITAMINAS E MINERAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 1KG. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ALCA FOODS	0	15,5000	1	
29	CEREAL DE MILHO COM AÇÚCAR MASCADO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:PRODUTO OBTIDO POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO APROPRIADO, A BASE DE: FLOCOS DE MILHO / SAIS MINERAIS / VITAMINAS / SAL, COM OU SEM LEITE. INGREDIENTES: FLOCOS DE MILHO, VITAMINAS E MINERAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 1KG. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ALCA FOODS	0	18,7000	1	
30	CEREAL DE ARROZ - FLOCOS DE ARROZ LAMINADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:PRODUTO OBTIDO POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO APROPRIADO, A BASE DE: ARROZ / SAIS MINERAIS / VITAMINAS / SAL, COM OU SEM LEITE. INGREDIENTES: FLOCOS DE ARROZ, VITAMINAS E MINERAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 150 OU 200G. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	NUTRILON	0	6,1000	1	



Página: 11/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	COLORAU INGREDIENTES: URUCUM EM PÓ, SEM ADIÇÃO DE SÓDIO. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE 500GR. DATA DE VALIDADE: MÍNIMO DE 04 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	5,0000	1
32	CREME DE ARROZ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INDICADO PARA O PREPARO DE MINGAUS, BOLOS, TORTAS, BISCOITOS E BEBIDAS. DEVE APRESENTAR CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, LIVRE DE SUJIDADES E IMPUREZAS. ISENTO DE GLUTEN. COMPOSIÇÃO: ARROZ EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 200GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	CX	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MAVI	0	4,5000	1
33	COOKIES INTEGRAIS DE CASTANHA DO PARÁ E CAJU (SEM GLUTEN) INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ INTEGRAL, AÇÚCAR MASCADO, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA E MILHO), FARINHA DE MILHO INTEGRAL, FÉCULA DE MANDIOCA, EXTRATO DE SOJA, CASTANHAS DO PARÁ E CAJU, MALTODEXTRINA, AGENTES DE CRESCIMENTO (FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMÔNIO), ESTABILIZANTE NATURAL, LECITINA DE SOJA E AROMAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM PACOTES DE 150GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	JASMINE	0	9,8000	1
34	COOKIES INTEGRAIS (SEM LACTOSE) INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ INTEGRAL, AÇÚCAR MASCADO, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA E MILHO), FARINHA DE MILHO INTEGRAL, FÉCULA DE MANDIOCA, EXTRATO DE SOJA, MALTODEXTRINA, AGENTES DE CRESCIMENTO, ESTABILIZANTE NATURAL, SEM LEITE OU DERIVADOS E NEM CONTER TRAÇOS DE LEITE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM PACOTES DE 150GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	JASMINE	0	9,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 10/2016

36 DOCE DE LENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 13/37

**Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 23/12/2016 Válido até: 23/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, ACONDICIONADA EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1 KG CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 04 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	ROSA BRANC	0	3,3000	1
39	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL FINA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL FINA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, ACONDICIONADA EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1 KG CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 04 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ORQUIDEA	0	3,3600	2
40	FARINHA DE ARROZ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE COLORAÇÃO BRANCA, COM CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DE ARROZ, DEVE ESTAR LIVRE DE SUÍDEDES E IMPUREZAS. ISENTA DE GLÚTEN. INGREDIENTES: ARROZ. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, BEM VEDADA, EM SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE COM PESO DE 1KG. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 4 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MACARINE	0	3,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 14/37

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 23/12/2016 Válido até: 23/12/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	FÉCULA DE BATATA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INDICADO PARA O PREPARO DE MINGAUS, BOLOS, TORTAS, BISCOITOS E BEBIDAS. DEVE APRESENTAR CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, LIVRE DE SUJIDADES E IMPUREZAS, ISENTO DE GLÚTEN. INGREDIENTES: FÉCULA DE BATATA EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 200GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTÉ E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CX	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	KANTY	0	10.0000	1
42	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO PARA A CONFECCÃO DE PÃES. INGREDIENTES: SACCHAROMYCES CEREVISIAE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 125 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	1.4000	1
43	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM LATAS DE FLANDRES NÃO APRESENTANDO FERRUGEM, AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, CONTENDO 100 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	LATA	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	3.6500	1
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	DONA BENTA	0	1.4200	2
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	ROYAL	0	3.6600	2

Página: 15/37

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCOÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	FÓRMULA ALIMENTAR INFANTIL EM PÓ COM PROTEÍNA HIDROLISADA E SEM LACTOSE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PARA CRIANÇAS (1 A 10 ANOS), RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, HIDROLISADO, ISENTO DE LACTOSE, SOJA, CORANTE E GLUTEN, HIPOALERGÊNICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E LOGO MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES ENTREGA: ENTREGA ÚNICA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	LATA	BARF E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	NUTREN JUNI	0	94,0000	1
45	GELATINA DIVERSOS SABORES DE 525GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PROTEÍNA DERIVADA DA HIDRÓLISE PARCIAL DO COLÁGENO, EM QUE AS LIGAÇÕES MOLECULARES NATURAIS ENTRE FIBRAS SEPARADAS DE COLÁGENO SÃO QUEBRADAS, PERMITINDO O SEU REARRANJO. INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA, SAL, ACIDULANTE/ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTE, EDULCORANTES ASPARTAME E ACESSULFAME DE POTÁSSIO E CORANTE. SEM GLUTEN, VÁRIOS SABORES. RENDIMENTO: 55 PORÇÕES PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO.	PCT	BARF E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	APTI	0	7,6000	1
46	LEITE EM PÓ 400G PACOTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO OBTIDO POR DESIDRATAÇÃO DO LEITE DE VACA INTEGRAL E INSTANTÂNEO, APTO PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA MEDIANTE PROCESSOS TECNOLÓGICAMENTE ADEQUADOS, PODENDO CONTER VITAMINAS E MINERAIS DESDE QUE MENCIONADOS, ACRESCIDOS DE LECITINA, COMO EMULSIONANTE EM UMA PROPORÇÃO MÁXIMA DE 5G/KG ASPECTO: PÓ UNIFORME, SEM GRUMOS, NA COR, BRANCO AMARELADO, ODORE E SABOR, AGRADÁVEL, NÃO RANCOZO, SEMELHANTE AO LEITE FLUIDO. - MATÉRIA GORDA: MAIOR OU IGUAL A 26%; UMIDADE (% MM): MÁXIMO DE 3,5%; UMECTABILIDADE: MÁXIMO 60 (FL 87;1979); DISPERSIBILIDADE %MM: 85. SÓLIDOS NÃO GORDUROSOS: MÁXIMO DE 18%; ACIDEZ TITULÁVEL (ML NAOH 0.1 N/10G SÓLIDOS NÃO GORDUROSOS): MÁXIMO DE 18 %; ÍNDICE DE SOLUBILIDADE (ML): MÁXIMO DE 1%; PARTÍCULAS QUEIMADAS: PROTEÍNA: MÍNIMO DE 26 GRAMAS (MÍNIMO DE 80% EM CASEÍNA); CÁLCIO: MÍNIMO DE 250 MG; TESTE QUALITATIVO PARA AMIDO: AUSÊNCIA (CRÍTICO). EMBALAGEM: ALUMINIZADA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	LUAL CHEF	0	7,6500	2
			COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	PIRACANJUB	0	11,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 16/37

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITE INTEGRAL, POR PROCESSAMENTO UHT (ULTRA HIGHTTEMPERATURE), COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (100 G): MÁXIMO DE 3 G DE LÍPIDIOS / 5 G DE CARBOIDRATOS / MÍNIMO DE 3 G DE PROTEÍNAS / VALOR CALÓRICO DE 60 KCal. EMBALAGEM: CAIXA DE TETRA-PAK, RESISTENTE, COM PESO LÍQUIDO DE 1 LITRO. LACRADO, SEM AMASSAMENTOS E PERFURAÇÕES. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 03 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PIRACANJUB	0	3,0500	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	ITALAC	0	11,2100	2
48	LEITE ZERO LACTOSE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITE UHT SEMIDESNATADO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, ESTABILIZANTES (CITRATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO, DIFOSFATO DE SÓDIO E TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO) E ENZIMA LACTASE. EMBALAGEM: CAIXA DE TETRA-PAK, RESISTENTE, COM PESO LÍQUIDO DE 1 LITRO. LACRADO, SEM AMASSAMENTOS E PERFURAÇÕES. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 03 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 20 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PIRACANJUB	0	4,5500	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	ITALAC	0	3,0800	2
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	ITALAC	0	4,6000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

Página: 17/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
49	LEITE PASTEURIZADO INGREDIENTES: LEITE SELECIONADO E FILTRADO. EMBALAGEM: PRIMÁRIA DE POLIETILENO, BEM VEDADA. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 07 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 03 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BELLUNO	0	3,0000	1		
50	LEITE DE COCO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO OBTIDO DE LEITE DE COCO PASTEURIZADO E HOMOGENIZADO, PODENDO CONTER CONSERVANTES, ADULCANTES E/OU ESPESANTE. INGREDIENTES: LEITE DE COCO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM GARRAFAS DE 200ML DE VIDRO RESISTENTES, COM OU EM CAIXAS, PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES. ENTREGA: MENSAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	GAR	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	NORDESTE	0	3,2000	1		
51	LENTILHA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LENTILHA TIPO 1; NOVA; CONSTITUÍDO DE GRÃOS ÍNTEGROS E SÃOS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 14%; ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES; O PRODUTO DEVERÁ SER NO MÁXIMO DA SAFRA DE 2016, OU SEJA, DO RESPECTIVO ANO DE ENTREGA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTECTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 4 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: QUINZENAL OU MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	KANTY	0	14,5000	1		
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MENINA	0	3,2200	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 18/37

Número do Registro de Preços: 10/2016      Data do Registro: 23/12/2016      Válido até: 23/12/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
52	LINHAÇA MARRON CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LINHAÇA EM GRÃO DE BOA QUALIDADE COM GRAOS INTERIORES. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACHÊ COM 200G, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 08 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	(473) KANTY	0	6,2000
53	MACARRÃO CABELO DE ANJO 500GR	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	(284) GALO	0	3,6000
54	MACARRÃO INTEGRAL (TIPO PARAFUSO OU PENNE) INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	(473) ORQUIDEA	0	2,9900
55	MACARRÃO PARAFUSO INTEGRAL INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	(284) GALO	0	3,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO

Página: 19/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

**Número do Registro de Preços:** 10/2016      **Data do Registro:** 23/12/2016      **Válido até:** 23/12/2017  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ORQUIDEA	0	3,0400	2
56	MACARRÃO COM OVOS (TIPO PARAFUSO OU PENNE) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO OU PENNE, VITAMINADO, NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUZIDÃO, BOLOR, MANCHA OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, BETA-CAROTENO, VITAMINA A, CORANTES NATURAIS COMO URUCUM E CURCUMA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EMPACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR OU 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	GALO	0	2,5900	1
57	MACARRÃO DE ARROZ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS, NOS CORTES PENNA OU PARAFUSO. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, CORANTES NATURAIS CURCUMA E URUCUM E EMULSIFICANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EMPACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	OGLIARI	0	2,6000	2
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	URBANO	0	3,5000	1
58	MACARRÃO ALFABETO 500GR	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	ISABELA	0	4,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 20/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	MARGARINA CREMOSA COM SAL INGREDIENTES: ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E INTERESTERIFICADOS, ÁGUA, SAL, LEITE DESNATADO RECONSTITUÍDO, SORO DE LEITE RECONSTITUÍDO, VITAMINAS: E, A (1.500UI/100G) E D, ESTABILIZANTES: MONO E DIGLICÉRIDES DE ÁCIDOS GRAXOS, LECITINA DE SOJA E ÉSTERES DE POLIGLICEROL DE ÁCIDOS GRAXOS, CONSERVADORES: SORBATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, AROMA IDENTICO AO NATURAL DE MANTEIGA, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, ANTIOXIDANTES: EDTA-CÁLCIO DISSÓDICO, BHT E ÁCIDO CÍTRICO, CORANTES: NATURAL DE URUCUM E CURCUMA E IDENTICO AO NATURAL BETACAROTENO, NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA. DEVE CONTER PESO LÍQUIDO DE 500 GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	POTE	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	DELICIA	0	6,9000	1
60	ÓLEO DE SOJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ÓLEO OBTIDO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL EM BOM ESTADO SANITÁRIO, DEVE ESTAR ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO E ISENTO DE IMPUREZAS A 25ºC, TER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODORES CARACTERÍSTICOS INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA, ANTIOXIDANTES TBHQ E ÁCIDO CÍTRICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EM EMBALAGEM PET TRANSPARENTE, ATÓXICA, NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, COM CONTEÚDO DE 900 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E LOTE, ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	DORIANA	0	7,1600	2
		UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	COAMO	0	4,1900	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	SOYA	0	4,2000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 21/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofér.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	ÓLEO DE GIRASSOL. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ÓLEO 100% OBTIDO DA SEMENTE DE GIRASSOL EM BOM ESTADO SANITÁRIO. DEVE ESTAR ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO E ISENTO DE IMPUREZAS A 25°C; TER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODORES CARACTERÍSTICOS. INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA, ANTIOXIDANTES TBHQ E ÁCIDO CÍTRICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA, EM EMBALAGEM PET TRANSPARENTE, ATÓXICA, NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO; COM CONTEÚDO DE 900 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E LOTE. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	SINHÁ	0	6,9400	1
62	ORÉGANO DESIDRATADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE SER CONSTITUÍDO DE FOLHAS SÃS, LIMPAS E DESIDRATADAS, APRESENTAR COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, ASPECTO, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. INGREDIENTES: ORÉGANO DESIDRATADO. EMBALAGEM: DEVE SER ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO, CONTENDO 50GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	L BUZZI	0	8,2000	1
63	OVO DE GALINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: OVO CLASSE A, ÍNTEGRO, SEM MANCHAS OU SUJIDADES, TAMANHO UNIFORME, PROVENIENTE DE AVICULTOR COM INSPEÇÃO OFICIAL. DEVE APRESENTAR CASCA LISA, POUCO POROSA, RESISTENTE E FORMATO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXA FECHADA CONTENDO 12 UNIDADES ÍNTEGRAS OU EM BANDEJA CONTENDO 30 UNIDADES ÍNTEGRAS COM EMBALAGEM EXTERNA DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 20 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 5 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	DZ	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	LOOKS	0	5,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 22/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCOÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	PÃO CASEIRO SEM AÇÚCAR INGREDIENTES: EMBALAGEM: EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE 500GR. DATA DE VALIDADE: MÍNIMO DE 7 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 2 DIAS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTO	0	16,2000	1
65	PÃO FATIADO CONGELADO SEM LEITE E DERIVADOS E SEM LACTOSE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PÃO COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVO, SAL, AÇÚCAR, ÓLEO, FERMENTO QUÍMICO, SEM LEITE E DERIVADOS E SEM LACTOSE. DEVERÁ APRESENTAR BOA COLORAÇÃO E CONSISTÊNCIA MACIA. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, DE TAMANHO IRREGULAR, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA SUA PARTE INFERIOR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 2 DIAS. EMBALAGEM: EMBALADOS EM PACOTE DE POLIETILENO TRANSPARENTE. COM NÚMERO DE PÃES POR EMBALAGEM CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, PESO E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: SEMANAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BEM NUTRIR	0	16,2000	1
66	POLPA DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: POLPA DE TOMATE CONCENTRADA, 100% NATURAL, SEM CONSERVANTES. INGREDIENTES: TOMATE, SAL E AÇÚCAR. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE; CONTENDO 520 GR. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	SAC	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	OLE	0	3,1000	1
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BONARE	0	3,1500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

Página: 23/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	POLVILHO DOCE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO DERIVADO DA MANDIOCA, GRUPO FÉCULA, TIPO 1. INGREDIENTES: FÉCULA DE MANDIOCA EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE COM PESO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	KANTY	0	6.5000	1
68	POLVILHO AZEDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO DERIVADO DA MANDIOCA, SECO AO SOL, GRUPO 1, TIPO 1. INGREDIENTES: FÉCULA DE MANDIOCA EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, BEM VEDADA, EM SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE COM PESO DE 1KG. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	KG	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACHADO	0	7.3000	1
69	QUEIJO MUSSARELA FATIADO CARACTERÍSTICA TÉCNICA: QUEIJO DE MASSA FRESCA, DE CONSISTÊNCIA SEMI DURA E SEMI SUAVE. INGREDIENTES: LEITE, SAL, FERMENTOS LÁCTEOS E COALHO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 20 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 10 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	BELLUNO	0	27.0000	1

Página: 24/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	SAL REFINADO	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	CRISSAL	0	1,3500	1
71	SUCO CONCENTRADO DE ABACAXI CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SUCO CONCENTRADO DE FRUTA, SEM CONSERVANTES, CORANTES E AROMAS ARTIFICIAIS (NÃO DEVE CONTER METABISSULFITO DE SÓDIO E BENZOATO DE SÓDIO) PASTEURIZADO QUE NÃO EXIJA ARMAZENAMENTO A FRIO. A DILUIÇÃO EXIGIDA É DE 1 LITRO DE SUCO CONCENTRADO PARA APROXIMADAMENTE 5 LITROS DE ÁGUA. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DA FRUTA, AÇÚCAR E AROMA NATURAL DA FRUTA. EMBALAGEM: DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, INTACTA E RESISTENTE, COM 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MIRANAR	0	1,3600	2
72	SUCO CONCENTRADO DE GOIABA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SUCO CONCENTRADO DE FRUTA, SEM CONSERVANTES, CORANTES E AROMAS ARTIFICIAIS (NÃO DEVE CONTER METABISSULFITO DE SÓDIO E BENZOATO DE SÓDIO) PASTEURIZADO QUE NÃO EXIJA ARMAZENAMENTO A FRIO. A DILUIÇÃO EXIGIDA É DE 1 LITRO DE SUCO CONCENTRADO PARA APROXIMADAMENTE 5 LITROS DE ÁGUA. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DA FRUTA, AÇÚCAR E AROMA NATURAL DA FRUTA. EMBALAGEM: DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, INTACTA E RESISTENTE, COM 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MAGUARY	0	17,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 25/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SUCO CONCENTRADO DE FRUTA, SEM CONSERVANTES, CORANTES E AROMAS ARTIFICIAIS (NÃO DEVE CONTER METABISSULFITO DE SÓDIO E BENZOATO DE SÓDIO) PASTEURIZADO QUE NÃO EXIJA ARMAZENAMENTO A FRIO. A DILUIÇÃO EXIGIDA É DE 1 LITRO DE SUCO CONCENTRADO PARA APROXIMADAMENTE 5 LITROS DE ÁGUA. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DA FRUTA, AÇÚCAR E AROMA NATURAL DA FRUTA. EMBALAGEM: DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, INTACTA E RESISTENTE, COM 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MAGUARY	0	17,5000	1
74	SUCO CONCENTRADO DE UVA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SUCO CONCENTRADO DE FRUTA, SEM CONSERVANTES, CORANTES E AROMAS ARTIFICIAIS (NÃO DEVE CONTER METABISSULFITO DE SÓDIO E BENZOATO DE SÓDIO) PASTEURIZADO QUE NÃO EXIJA ARMAZENAMENTO A FRIO. A DILUIÇÃO EXIGIDA É DE 1 LITRO DE SUCO CONCENTRADO PARA APROXIMADAMENTE 5 LITROS DE ÁGUA. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DA FRUTA, AÇÚCAR E AROMA NATURAL DA FRUTA. EMBALAGEM: DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, INTACTA E RESISTENTE, COM 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	MAGUARY	0	17,5000	1
75	VINAGRE DE ALCÓOL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTADO ACÉTICO DE ALCÓOL HIDRATADO E ÁGUA, ACIDEZ 4%. EMBALAGEM: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 900 ML. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO E LOTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GAR	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)	HEINIG	0	1,5500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 26/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	HENNING	0	1,5900	2		
76	ABACAXI PÉROLA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSIFICADA TIPO A. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS E BEM FORMADAS. TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE), PESADO E ETIQUETADO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ESTE PRODUTO SERÁ SOLICITADO SOMENTE DURANTE SUA SAFRA.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	4,2000	1		
77	BATATA INGLESA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CLASSE MÉDIA. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO OU GRANDE, PRODUTOS PEQUENOS OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES OU EM CAIXAS, PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	4,1000	1		
78	BEBIDA LÁCTEA - SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BEBIDA LÁCTEA, LÍQUIDO COM SABOR DE MORANGO; CONSERVADO ENTRE 1 A 10 GRAUS CENTÍGRADOS; INGREDIENTES: ELABORADO A PARTIR DE LEITE, FERMENTOS LÁCTEOS, POLPA DE MORANGO; ESTABILIZANTE, ACIDULANTE, CONSERVANTE; SEM AMIDO DE MILHO. BAIXO TEOR DE ÁGUA E SÓDIO. EMBALAGEM: POLIETILENO DE 900 ML. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO: NOME E LOGO MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 05 DIAS. ENTREGA: SEMANAL OU QUINZENAL CONFORME SOLICITAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BELLUNO	0	2,6000	1		



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 27/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	CARNE BOVINA EM ISCAS- IOF - ACÉM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: A CARNE BOVINA (ACÉM BOVINO) UTILIZADA DEVERÁ ESTAR ISENTA DE PELES, VEIAS, APONEUROSES, CARTILAGENS, INTESITINOS, TENDÕES OU FRAGMENTOS DE OSSOS, GORDURAS E OUTROS TECIDOS INFERIORES. O PRODUTO DEVERÁ SE APRESENTAR NA FORMA DE ISCAS E SOFRER PROCESSO DE CONGELAMENTO RÁPIDO, ATRÁVES DE TÚNEL DE CONGELAMENTO PELO PROCESSO IOF, POR MEIO DE MÉTODO DE CORRENTE DE AR EM MOVIMENTO OU PELO MÉTODO CRIOGÊNICO (ASPERSÃO OU PULVERIZAÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO/GASOSO, OU DÍÓXIDO DE CARBONO). A TECNOLOGIA DE CONGELAMENTO DEVE GARANTIR O PREPARO IMEDIATO DO PRODUTO APÓS RETIRADA DO FREEZER (SEM A NECESSIDADE DE DESCONGELAMENTO PRÉVIO), COM, NO MÁXIMO, 5% DE GORDURA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEACTA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TERMOSELADA, EM PACOTES DE 1 ATÉ 2KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEÍMAS APÓS CONGELADOS, CONSTATANDO PESO, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS TRANSPORTE: EM VEÍCULO FECHADO, SOB TEMPERATURA DE CONGELAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA CVS15 01/11/91. TEMPERATURA DE RECEBIMENTO: IGUAL OU MENOR QUE -12°C, CONFORME PORTARIA CVS N.º5, DE 09/04/13. RÓTULO: OBRIGATÓRIO NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE FORMA CLARA E INDELEZÍVEL, CONSTATANDO NOME E ENDEREÇO DO ABATEDOURO, REGISTRO NO SIF OU SISP, IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PRODUTO, DATA DE EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	FRBOI	0	29.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 28/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	<p>CARNE BOVINA MOIDA CONGELADA EM IOF - AGÊM</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CARNE BOVINA (ACÉM BOVINO) UTILIZADA DEVERÁ ESTAR ISENTA DE PELES, VEIAS, APONEUROSSES, CARTILAGENS, INTESTINOS, TENDÕES OU FRAGMENTOS DE OSSOS, GORDURAS E OUTROS TECIDOS INFERIORES. O PRODUTO DEVERÁ SE APRESENTAR NA FORMA MOIDA E SOFRER PROCESSO DE CONGELAMENTO RÁPIDO, ATRAVÉS DE TÚNEL DE CONGELAMENTO OU PELO PROCESSO IOF, POR MEIO DE MÉTODO DE CORRENTE DE AR EM MOVIMENTO OU PELO MÉTODO CRIOGÊNICO (ASPERSÃO OU PULVERIZAÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO/GASOSO, OU DIÓXIDO DE CARBONO); A TECNOLOGIA DE CONGELAMENTO DEVE GARANTIR O PREPARO IMEDIATO DO PRODUTO APÓS RETIRADA DO FREEZER (SEM A NECESSIDADE DE DESCONGELAMENTO PRÉVIO), PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES, DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS, EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTECTA, EMBALAGEM PRIMÁRIA: O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, TERMOSELADA, INCOLOR, EM PACOTES DE 1 ATE 2KG, EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NÓS DEPOIS APÓS CONGELADOS; CONSTANDO PESO, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE.</p> <p>RÓTULO: OBRIGATORIO NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE FORMA CLARA E INDELEVE, CONSTANDO NOME E ENDEREÇO DO ABATEDOURO, REGISTRO NO SIF OU SISF, IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PRODUTO, DATA DE EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO,</p> <p>TRANSPORTE: EM VEÍCULO FECHADO, SOB TEMPERATURA DE CONGELAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA CVS1501/11/91, TEMPERATURA DE RECEBIMENTO: IGUAL OU MENOR QUE -12°C, CONFORME PORTARIA CVS N.º5, DE 09/04/13,</p> <p>ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.</p>	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	FRIBOI	0	28.5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

Página: 29/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

**Número do Registro de Preços: 10/2016      Data do Registro: 23/12/2016      Válido até: 23/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	CARNE DE PORCO SEM GORDURA E SEM OSSO PICADA EM CUBOS OU ISCAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: RESFRIADO OU CONGELADO; LIMPO, ASPECTO: PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR: PRÓPRIO, TIPO DE CORTE: EM BIFES, EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. INGREDIENTES: PALETA DE PORCO SEM GORDURA E SEM OSSO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIPROPILENO BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 1 KG. EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVA ESTAR EM CAIXA DE PAPELÃO. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER: NOME E OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, APROVAÇÃO NO SIPAT E SISPOA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 90 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECER AMOSTRA	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	SWINI	0	15,1000	1
82	CENOURA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: IN NATURA, TAMANHO E COLORAÇÃO: UNIFORMES, CONSISTENTE AO TOQUE E ISENTO DE PARTES AMASSADAS OU BATIDAS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES OU EM CAIXAS, PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP	BARFE	0	2,3800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 30/37

**Número do Registro de Preços: 10/2016      Data do Registro: 23/12/2016      Válido até: 23/12/2017**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE. CARACTERÍSTICA TÉCNICA: COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO SEM PELE. A AVE DEVE TER CONTO RNO DEFINIDO, FIRME E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE, SEM ODORES. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM BANDEJAS OU SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE, PESANDO DE 1 KG ATÉ 3 KG, DEVE CONSTAR PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO FRANGO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, TERMOSELADA, INCOLOR, EMPACOTES DE 1 ATÉ 2KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NÓS DEBANS APOS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	AGROVENET	0	11.0000	1
84	FRANGO INTEIRO COM OSSO CONGELADO	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	AGROVENET	0	6.8000	1

Página: 31/37

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	FILÉ DE FRANGO SEM OSSO CONGELADO EM IQF CARACTERÍSTICA TÉCNICA: O FILÉ DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI), IN NATURA, CONGELADO PELO SISTEMA IQF, ISENTO DE OSSOS, PELES, APONEVROSES E CARTILAGENS. O PRODUTO DEVERÁ SE APRESENTAR NA FORMA DE FILÉS. NO CASO DE SOBRA DE CONTEÚDO DO PRODUTO NA EMBALAGEM, AINDA CONGELADO, E EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. O PRODUTO DEVE SER UTILIZADO DENTRO DO PRAZO DETERMINADO PELO FABRICANTE, SEM PERDAS DAS CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS E DA SEGURANÇA MICROBIOLÓGICA. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS DE POLIETILENO LÍQUIDO OU TRANSPARENTE, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO FRANGO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ÍNTEGRA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, TERMOSELADA, INCOLOR, EMPACOTES DE 1 ATE 2KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NÓS DEBEM APOS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. ROTULO: OBRIGATORIO NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE FORMA CLARA E INDELEVE, CONSTANDO NOME E ENDEREÇO DO ABATEDOURO, REGISTRO NO SIF OU SISP, IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PRODUTO, DATA DE EMBALAGEM, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO. TRANSPORTE: EM VEÍCULO FECHADO, SOB TEMPERATURA DE CONGELAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA CVS15101/11/91. TEMPERATURA DE RECEBIMENTO: IGUAL OU MENOR QUE -12°C, CONFORME PORTARIA CVS N.º, DE 08/04/13. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	AGROVENET	0	11,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 32/37

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016			Válido até: 23/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
86	IOGURTE 0% LACTOSE - SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE MORANGO 0% LACTOSE. INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, AÇÚCAR, PREPARADO DE MORANGO (AÇÚCAR CRISTAL, POLPA DE MORANGO, ESPESANTE CARBOXIMETILCELULOSE, AROMA IDENTICO AO NATURAL DE MORANGO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, CORANTE ARTIFICIAL VERMELHO BORDEAUX E CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO), ESTABILIZANTE PECTINA, AMIDO MODIFICADO E), AMIDO DE MILHO, ESTABILIZANTE / ESPESANTE (GELATINA, AMIDO E GOMA GUAR), ENZIMA LACTASE, AROMA IDENTICO AO NATURAL DE MORANGO, CORANTE CARMINI DE COCHONILHA E FERMENTO LÁCTICO. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) CONTENDO 170GR. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, SEM APRESENTAR PERFURAÇÕES OU VAZAMENTO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 30 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 10 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	GAR	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	VENEZA	0	11,8000	1	
87	LARANJA PÉRA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LARANJA PÉRA CLASSIFICADA. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE), PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	2,2000	1	
88	LARANJA POCAN CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LARANJA POCAN CLASSIFICADA. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE), PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ESTE PRODUTO SERÁ SOLICITADO SOMENTE DURANTE SUA SAFRA.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	4,1900	1	

Página: 33/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	LIMÃO TAITI CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSIFICADA TIPO A, DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS E BEM FORMADAS. TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE), PESADO E ETIQUETADO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ESTE PRODUTO SERÁ SOLICITADO DURANTE A SAFRA	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	7,2900	1
90	MAMÃO FORMOSA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MAMÃO FORMOSA. O MAMÃO DEVERÁ SER DE TAMANHO MÉDIO, TER ENTRE 1,5 A 2,5 KG POR UNIDADE, SER LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. SUA COLORAÇÃO DEVERÁ SER DE VERDE PARA AMARELO/ALARANJADO, PRODUTO MUITO VERDE, MUITO MADURO, DANIFICADO OU DETERIORADO NÃO SERÁ ACEITO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO, PESADO E ETIQUETADO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	BARFE	0	4,8000	1
91	PÃO DE FORMA FATIADO (SANDUÍCHE) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PÃO COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL (ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FOLICO), ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO OU MARGARINA, FERMENTO BIOLÓGICO. DEVERÁ APRESENTAR BOA COLORAÇÃO E CONSISTÊNCIA MACIA. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, DE TAMANHO IRREGULAR, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA SUA PARTE INFERIOR. EMBALAGEM: EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, INDIVIDUALMENTE, ETIQUETADO, COM PESO DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 2 DIAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, PESO E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: SEMANAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	PCT	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTO	0	5,2900	1

Página: 34/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL (SANDUÍCHE) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PÃO COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL (ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO), FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO OU MARGARINA, FERMENTO BIOLÓGICO. DEVERÁ APRESENTAR BOA COLORAÇÃO E CONSISTÊNCIA MACIA. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, DE TAMANHO IRREGULAR, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA SUA PARTE INFERIOR. EMBALAGEM: EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, INDIVIDUALMENTE, ETIQUETADO, COM PESO DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 2 DIAS. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, PESO E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: SEMANAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTO	0	10,1000	1
93	PÃO DE CACHORRO QUENTE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, SAL, AÇÚCAR EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 1 DIA. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTO	0	10,1000	1
94	PÃO DOCE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, SAL, AÇÚCAR. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 1 DIA. ENTREGA: MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTO	0	10,2000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Página: 35/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	PÃO FRANCES : INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AGUA, SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 4 MESES DATA DE FABRICAÇÃO:MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: SEMANAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTC	0	10,1000	1
96	PÃO FRANCÊS INTEGRAL INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, AGUA E ATÉ 2% DE SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE 500GR. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 DIAS DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 1 DIA. ENTREGA: SEMANAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	PAD NASCTC	0	11,0000	1
97	SALSICHA DE FRANGO TIPO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO DE EMULSÃO DE CARNE DE FRANGO EM FORMA DE GOMOS ALONGADOS, COZIDO E REFRIGERADO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA OU CONSISTÊNCIA ANORMAL, NEM MANCHAS ESVERDEADAS OU COLORAÇÃO SEM UNIFORMIDADE. INGREDIENTES: CARNE DE FRANGO, ÁGUA, PROTEÍNA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR, ESPECIARIAS, ESTABILIZANTE, ANTIOXIDANTE, CORANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE 1 ATÉ 5 KG. EMPACOTADA À VÁCUO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E TRANSPARENTE, HERMETICAMENTE FECHADO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 40 DIAS DATA DA FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 10 DIAS ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: QUINZENAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	KG	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	SATIARE	0	6,5000	1
	DOCE DE FRUTA 400 GR	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	NECTAR	0	4,6000	1

Página: 36/37

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016**

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	DOCE DE FRUTAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS. SABORES QUE SERÃO ACEITOS: MORANGO, AMORA, UVA E ABÓBORA. EMBALAGEM DE, ISENTA DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. INGREDIENTES: FRUTA E AÇÚCAR, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM POTES DE POLIETILENO, COM PESO LÍQUIDO DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES. ROTULAGEM: A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, PESO, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ENTREGA: MENSAL OU QUINZENAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UN	BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP (473)	NECTAR	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 37/37

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 23/12/2016		Válido até: 23/12/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MERENDA ESCOLAR, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

PROCESSO Nº 85/2016

(284) - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

(473) - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

Balneário Rincão, 23 de Dezembro de 2016.

# Barra Velha

## PREFEITURA

**AD 001/009/2016 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2016/009/001

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Licitação: Proc. Administrativo 24/2016 - TP 001/2016

Objeto: Primeiro Aditivo de acréscimo e supressão para Execução de urbanização, paisagismo, contenção e drenagem para os entornos das Unidades de Saúde do Centro, Itajuba e Quinta dos Açorianos, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor Aditivo: R\$: 112.976,19 (cento e doze mil novecentos e setenta e seis reais e dezenove centavos)

Valor Supressão: R\$: 65.713,93 (sessenta e cinco mil setecentos e treze reais e noventa e três centavos)

Data da assinatura: 22/12/2016

Data do vencimento: 13/03/2017

Barra Velha, 22 de dezembro de 2016

PATRICIA BITTENCOURT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**AD 004/081/2014 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2014/081/004

Contratada: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 032/2014 - CP 002/2014

Objeto: Quarto termo aditivo ao contrato de Construção de Unidades Básicas de para o Município de Barra Velha, incluindo o fornecimento de material e mão de obra

PRORROGA PRAZO

Data da assinatura: 19/12/2016

Data do vencimento: 19/12/2017

Barra Velha, 19 de dezembro de 2016

KEAN RENAN POSSAMAI –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**AD 007/102/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2014/102/007

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Licitação: Proc. Administrativo 091/2014 TP 011/2014

Objeto: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato para Reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Frei Libório Schimitt, no Bairro São Cristóvão, incluindo o fornecimento de mão de obra e material.

R\$: 12.906,23 (doze mil novecentos e seis reais e vinte e três centavos)

Data da assinatura: 17/11/2016

Data do vencimento: 31/12/2016

Barra Velha, 17 de novembro de 2016

KEAN RENAN POSSAMAI –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**AD 008/035/2014 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2014/0035/008

Contratada: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 12/2014 - TP 001/2014

Objeto: Oitavo aditivo para Prestação de serviço para construção de 03(três) academias de Saúde nas praças do Município de Barra Velha, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

PRORROGA PRAZO

Data da assinatura: 08/12/2016

Data do vencimento: 08/06/2017

Barra Velha, 08 de dezembro de 2016

KEAN RENAN POSSAMAI –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**AD 008/035/2014 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2014/0035/008

Contratada: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 12/2014 - TP 001/2014

Objeto: Oitavo aditivo para Prestação de serviço para construção de 03(três) academias de Saúde nas praças do Município de Barra Velha, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor Aditivo: R\$: 28.594,02 (vinte e oito mil quinhentos e noventa e quatro reais e dois centavos)

Valor Supressão: R\$: 32.851,34 (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos)

Data da assinatura: 26/12/2016

Data do vencimento: 08/06/2017

Barra Velha, 22 de dezembro de 2016  
KEAN RENAN POSSAMAI –  
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**CONTRATO 030/2016 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Extrato de Contrato nº 030/2016  
Contratada: ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA - EPP  
Licitação: Proc. Administrativo 064/2016 Pregão Presencial nº 050/2016  
Objeto: elaboração de projeto executivo para sistema de proteção da Barra do Rio Itapocú, recuperação, modernização e ampliação do molhe sul no Município de Barra Velha. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência  
Valor do Contrato: 212.590,06 (duzentos e doze mil quinhentos e noventa reais e seis centavos)  
Data da assinatura: 28/12/2016  
Data do vencimento: 28/10/2017

Barra Velha, 28 de dezembro de 2016  
DAYSÍ NASS DOS SANTOS –  
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1977, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1977, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088, de 07 de março de 2016 e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a candidata RAFAELA REITS VENTURI para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 27 de dezembro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### CONTRATOS E ADITIVOS Nº 012/2016

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 043/2016-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Gregorio e Pelisson Construções Ltda - Me, CNPJ 14.529.312/0001-00, Rua Tereza Cristina, 94, Centro, Matos Costa, PR.

Objeto: Execução das obras de construção do parque infantil no Núcleo Escolar Municipal João Pedro Alberti, localidade Rio da Areia de Cima, do município de Bela Vista do Toldo/SC, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária.

Data da assinatura: 05.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 027.2016 - PREF – Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: José Tischler E Rosilda Natália Pereira Tischler, ele CPF 072.750.309-00, ela CPF 003.566.249-27, Rua Augusto Kuchler, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Alteração da vigência contratual.

Data da assinatura: 01.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 028.2016 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 004.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Majoração do quantitativo do objeto do Contrato nº 004/2016, acrescentando 21.250 litros de óleo diesel S-10.

Data da assinatura: 06.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 029.2016 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 049.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Rocha E Machado Empreendimentos Ltda., CNPJ 14.365.450/0001-92, Rodovia BR 280, 4.517, Boa Vista, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Alteração da vigência contratual.

Data da assinatura: 12.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 030.2016 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 038.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ

01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Volpesa - Locações E Transporte Ltda. - EPP, CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Alteração da vigência contratual.

Data da assinatura: 12.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 031.2016 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 039.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: União Prestadora De Serviços Ltda., CNPJ 08.895.901/0001-91, Travessa Afonso Schwartz, 185, São Bernardo, União da Vitória, PR.

Objeto do aditivo: Alteração da vigência contratual.

Data da assinatura: 12.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 032.2016 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 036.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Vital Engenharia Ltda. - EPP, CNPJ 05.194.635/0001-90, Avenida Nereu Ramos, 75, Chapecó, SC.

Objeto do aditivo: Alteração da vigência contratual.

Data da assinatura: 12.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 033.2016 - PREF – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Consórcio De Informática Na Gestão Pública Municipal - CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Florianópolis, SC.

Objeto do aditivo: Alteração de valor e da vigência contratual.

Data da assinatura: 14.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 034.2016 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 038.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Volpesa - Locações E Transporte Ltda. - EPP, CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Distrito do Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do prazo contratual.

Data da assinatura: 14.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 035.2016 - PREF – Terceiro Termo Aditivo ao

Contrato nº 003.2016.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Araújo Construções Ltda., CNPJ 76.599.059/0001-00, Rua Lourenço Zanette, 567, Santo Antônio, Criciúma, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do prazo e vigência contratual.

Data da assinatura: 20.12.2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº. 135/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 135/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BOB MÁQUINAS LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1290/2016

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 96/2016 de 08/07/2016.

Vigência: Novo prazo de vigência para 30 de Junho de 2017.

Assinatura: 22 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 139/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 139/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GENOIR BAMPI &amp; CIA LTDA. - ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 82/2015

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 22/2015 DE 26/01/2015.

Vigência: Novo prazo de vigência para 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 136/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 136/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Esporte Clube Recreativo 21 de Setembro.

Objeto: Cessão de uso de bem imóvel matr. Nº 4.016 com área de 745,86 m².

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 140/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 140/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS BOMJE LTDA. - ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 82/2015

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 24/2015 DE 26/01/2015.

Vigência: Novo prazo de vigência para 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 137/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 137/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: C. W. Prestação de Serviços em Geral Ltda.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2859/2014

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 006/2015 DE 05/01/2015.

Vigência: Novo prazo de vigência para 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4977/2016**

DECRETO Nº 4977/16 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO) e 988/15 de 28.10.2015 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social E Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 93.733,77 (Noventa e três mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (732).

Valor R\$ 83.460,00 (Oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (638).



Valor r\$ 1.633,77 (Um mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS.

Desd. Fonte Recursos: 1027 – Programa NASF

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação, Pavimentação e Passeios de Vias Urbanas.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1101).

Valor r\$ 8.640,00 (Oito mil, seiscentos e quarenta reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social E Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de r\$ 93.733,77 (Noventa e três mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).

Valor r\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (650).

Valor r\$ 38.460,00 (Trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transferências de Impostos

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (694).

Valor r\$ 1.633,77 (Um mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS.

Desd. Fonte Recursos: 1027 – Programa NASF

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação, Pavimentação e Passeios de Vias Urbanas.

Elemento: 4493 – Aplicações Diretas (1117).

Valor r\$ 8.640,00 (Oito mil, seiscentos e quarenta reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 26 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATOS TA CONTRATOS 17/18/2016 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 143/2015 FMAS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMAS

Contratado: Milton Graciano Peron

Objeto: Locação de imóvel com área de 120 m², em alvenaria, com piso em alvenaria, com banheiro, em condições de salubridade e segurança, com localização no Centro do Município de Bom Retiro/SC, em condições de funcionabilidade, instalações elétricas e hidráulicas regulares compatíveis, destinado para funcionamento da Capela Mortuária. Fica alterada a Cláusula Segunda (da Vigência) prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 16 de março de 2017, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 143/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JK Transportes e Turismo Ltda. ME

Objeto: Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual dentro dos padrões exigidos por lei. O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 09/2015, nos termos da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 09/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 18/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Roberto Raphael - ME

Objeto: Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual dentro dos padrões exigidos por lei, para o exercício de 2016. O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 18/2016, nos termos da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 18/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Antônio César Della Justina

Objeto: Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual dentro dos padrões exigidos por lei, para o exercício de 2016. O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 17/2016, nos termos da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 17/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 28 de dezembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2016

EXTRATO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Rex Maquinas e Equipamentos Ltda

CNPJ: 75.483.040/0001-30

sito a Rua Duque de Caxias, 50

Bairro Centro

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Locação de um imóvel para fins específicos da administração pública municipal, e/ou cessão para outros órgãos da administração pública, entes federados, conveniados, conforme detalhado no anexo I do edital.

Vigência até 15.04.2017.

Data da assinatura: 21.12.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2016

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Extrabit Mineração Ltda ME

CNPJ sob o nº 09.465.889/0001-57

sito a Rua Augusto Maas, 4600, Arapongas, Indaial, Santa Catarina  
Objeto: Contratação de serviço de perfuração e desmonte/detonação de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (is), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEF nº 17595/2016, convênio n.º 2016TR001259.

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 28.12.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO 61/2014

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO 61/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Construtora F & F Ltda - ME

CNPJ 12.595.052/0001-37, sito a Marquês do Herval, 638

Cidade de IBIRAMA -SC

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ETAPA 02 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E CAMARA DE VEREADORES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

Data da assinatura: 10.11.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016

EXTRATO DO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: BMC Hyundai S/A

CNPJ sob o nº 14.168.536/0001-25

sito a Rodovia Presidente Dutra, Sn, KM 315, Itatiaia, Rio de Janeiro

Objeto: Aquisição de uma pá-carregadeira para prestação de serviços às propriedades rurais do município de Braço do Trombudo, objetivando a execução de ações relativas ao Programa FUNDO SOCIAL, conforme Proposta no SIGEF nº 17669/2016, objetivando a execução de ações relativas ao Programa do Fundo Social, conforme Convênio a ser celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e o Município de Braço do Trombudo, convênio n.º 2016TR001260.

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 28.12.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016 PMBT**

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 28/06/2016 Válido até: 28/06/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Contratação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (s), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEF nº 17595/2016.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (s). (18247)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)		0	13,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Micro ônibus executivo com 27 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiro. (18239)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	VOLARE DW8	0	4,1130	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2016**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Ônibus com 42 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiros. (18240)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8281)	MARCOPOLO	0	5,5106	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016  
PROCESSO Nº 27/2016

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 1/4

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2016 PMBT

Número do Registro de Preços: 15/2016 Data do Registro: 28/06/2016 Válido até: 28/06/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dedetização da escola Básica Adriano Mosimann e limpeza de caixa da água. (16019)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7900	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
2	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 15 e Limpeza de Caixa da água. (16020)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
3	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20 e limpeza de caixa da água. (16021)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
4	Dedetização do Centro de Educação Infantil Tia Edith e Limpeza de Caixa da água. (16022)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
5	Dedetização do Centro de Educação Infantil Emília Rinner e Limpeza de caixa da água. (16023)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Dedetização do Centro de Educação Infantil Teda Georg e Limpeza de Caixa da água. (16024)	Serv	JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
			INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
7	Dedetização do Centro de Educação Infantil Edison Arndt e Limpeza de Caixa da água. (16025)	Serv	IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
			INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278.9286	3

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016  
PROCESSO Nº 28/2016

- (8607) - JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO
- (9395) - INGOIMAR KARDAUKE 02749790980
- (9509) - IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO 06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

Contratação de Serviços para Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos provenientes dos postos de saúde do Município.

O Fundo Municipal de Saúde de Brunópolis, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Armindo Leobet, nº 441, Centro, Brunópolis, SC, CEP 89634-000, inscrita no CNPJ sob o nº 11.975.991/0001-44, através do seu Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Ademil Antonio da Rosa, TORNA PÚBLICO que realizará dispensa de licitação em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

Justificativa da Dispensa: Contratação direta realizada através do artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: A empresa contratada TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 08.732.272/0001-98, apresenta em seu objeto social a especialidade desejada para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos e materiais descartados provenientes dos postos de saúde do município de Brunópolis/SC, para o exercício de 2017.

Justificativa do Preço: o valor cobrado R\$ 600,00/mensais é compatível com a logística necessária e preços praticados no mercado, relativo ao objeto da contratação.

Brunópolis/SC, 26 de dezembro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

João Rogério de Andrade  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14.028

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.920/2016

DECRETO Nº 7.920, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 4.045/16,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 2.558.177,04 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e sete reais e quatro centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde  
25.001 Fundo Municipal de Saúde  
0010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Saúde  
VALOR R\$ 2.487.877,04  
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC  
VALOR R\$ 60.000,00  
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes  
0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC  
VALOR R\$ 10.300,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.001 Gabinete do Prefeito  
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 33.000,00  
02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil  
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 13.500,00  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 25.000,00  
02.004 Departamento Geral de Infra Estrutura  
0015.0451.0220.2330 Diretoria Geral de Infra Estrutura - DGI  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 50.000,00  
03.00 Procuradoria Geral do Município  
03.001 Procuradoria Geral do Município  
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 19.100,00  
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica  
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica  
0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Gov. e Gestão Estratégica  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 118.500,00  
05.00 Secretaria de Comunicação Social  
05.001 Secretaria de Comunicação Social  
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 332.600,00  
09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0306.0040.2049 Manutenção Prog. De Alimentação Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 100.000,00  
10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
10.001 Secretaria Municipal de Turismo  
0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 43.500,00  
11.00 Secretaria de Desenv. Econômico Trabalho e Renda  
11.001 Secretaria de Desenv. Econômico Trabalho e Renda  
0022.0122.0165.2026 Manutenção Secretaria de Desenv. Econômico Trabalho e Renda  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 11.800,00  
11.002 Depto. da Agricultura e Abastecimento  
0020.0608.0155.2031 Programa produção e Dist. Sementes e Mudanças  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 10.000,00  
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 50.000,00  
0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 50.000,00  
14.00 Encargos Gerais do Município  
14.001 Encargos Gerais do Município  
0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Internet Precatório  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 100.000,00  
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação  
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social

0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHis  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 20.000,00  
 0016.0482.0130.2323 Morar Legal  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 100.000,00  
 0016.0482.0130.2324 MCMV – Minha Casa Minha Vida  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 100.000,00  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 50.000,00  
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 29.377,04  
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 200.000,00  
 22.00 Fundação Municipal de Esportes  
 22.001 Fundação Municipal de Esportes  
 0027.0812.0070.2024 Apoio a Entidades  
 3.3.50.00 Transf. E Instit. Privadas S/Fins Lucrativos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 15.000,00  
 0027.0812.0070.2065 Manutenção das Atividades da Fundação Munic. De Esportes  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 40.000,00  
 23.00 Secretaria da Fazenda  
 23.001 Secretaria da Fazenda  
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 80.500,00  
 30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 0008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.35.08.02 SUAS/União – PTMC  
 VALOR R\$ 70.300,00  
 0008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 100.000,00  
 0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 20.000,00  
 0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 177.000,00  
 0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 130.000,00  
 40.00 Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque  
 0018.0541.160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 180.000,00  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 90.000,00  
 0023.0695.0160.1152 Implantação do Parque de Aventura  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 15.000,00  
 50.00 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade  
 50.001 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade  
 0015.0122.0005.2018 Manut. Das Ativ. Do Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 77.000,00  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 19.000,00  
 0015.0451.0245.2302 Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Municipais  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 8.000,00  
 65.00 Fundação Cultural de Brusque  
 65.001 Fundação Cultural de Brusque  
 0013.0392.0060.2225 Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial do Município - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

### EXTRATO PORTARIA Nº 11.491-2016

Extrato de portaria de exoneração. Portaria nº 11.491/2016. Resolve exonerar Rafael Luiz Pinto, do cargo de provimento em comissão Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Licitações e Contratos, com efeitos a partir de 31/12/2016. Fundamento legal: art. 43, II da Lei Complementar nº 147/2009. Brusque, 20 de dezembro de 2016. Signatário: José Luiz Cunha, Prefeito Municipal.

### EXTRATO PORTARIA Nº 3.232-2016

Extrato de portaria de afastamento. Portaria nº 3.232/2016. Resolve afastar do exercício do cargo efetivo de Agente de Fiscalização, o Servidor Rafael Luiz Pinto, para exercer cargo em comissão, com efeitos a partir de 31/12/2016. Fundamento legal: art. 22, I da Lei Complementar nº 147/2009. Brusque, 21 de dezembro de 2016. Signatário: Rogério Adilson Lana, Secretário de Orçamento e Gestão

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.990

DECRETO Nº 6.990, de 28 de dezembro de 2016.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.342, de 16 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais) nas seguintes modalidades de aplicação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

50.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
50.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.5.2.194 – Bloco da Gestão Municipal  
3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (267)... R\$ 20.040,00

Art. 2º Fica anulada parcialmente a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

50.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
50.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.5.2.194 – Bloco da Gestão Municipal  
3.3.50.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (265).... R\$ 20.040,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de dezembro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.991

DECRETO Nº 6.991, de 28 de dezembro de 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 5º, alínea "c", da Lei nº 3.280, de 18 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 1.533.502,93 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e dois reais e noventa e três centavos), conforme segue:

2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0011.2.046 – Aplicação Recursos do FUNDEB 60%  
3.1.90.00.00 – 0.1.18 – (148) Aplicações Diretas..... R\$ 702.758,82

2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0011.2.047 – Aplicação Recursos do FUNDEB 40%  
3.1.90.00.00 – 0.1.19 – (150) Aplicações Diretas.....  
.....R\$ 830.744,11

TOTAL ... R\$ 1.533.502,93

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º será utilizado excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de dezembro de 2016.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.992

DECRETO Nº 6.992, de 28 de dezembro de 2016.

Nomeia Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem Comissão responsável pela avaliação e confecção de laudo de que trata o art. 41, da Lei nº 130/86, em obra localizada na Av. 7 de Setembro, nº439, Centro, a fim de fazer-se cumprir o Auto de Infração e Notificação nº002000 expedido pela fiscalização de obras:

I – Carine Marcon (IPPUC, Matr. 5);  
II – Emerson Schmidt (IPPUC, Matr. 15);  
III – Walmir Rigo (IPPUC, Matr. 8).

Parágrafo único. A Comissão intimará o proprietário para acompanhar a vistoria, nos termos do art. 41 da Lei 130/86.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de dezembro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.



# Camboriú

## PREFEITURA

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 015/16 (CLAUDIO ALTAIR PEREIRA)**

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 015/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.376/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor Claudio Altair Pereira não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpri com sua carga horária previamente estabelecida e a sua cumulação de cargos é constitucionalmente autorizada.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 017/16 (AIRTON ROBERTO DOS SANTOS)**

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 017/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 1.378/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor processado não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpri com sua carga horária previamente estabelecida e a sua cumulação de cargos é constitucionalmente autorizada.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 016/16 (ALESSANDRO LUIZ PEREIRA)**

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 016/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.377/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que servidor processado acumula irregularmente três cargos/funções públicos, além de não existir compatibilidade de horários, razão pela qual incide ao caso o artigo 201 da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012. Assim, por se tratar de uma cumulação de boa-fé, deverá o servidor optar por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, será exonerado do seu cargo ocupado no Município de Camboriú.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Controladoria – Geral do Município, Secretaria Municipal de Educação, bem como para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 018/16 (ALAN MANOEL GUIMARÃES)**

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 018/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1379/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que não existe compatibilidade de horários nas funções exercidas pelo servidor processado, razão pela qual incide ao caso o artigo 201 da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012. Assim, por se tratar de uma cumulação de boa-fé, deverá o servidor optar por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, será exonerado do seu cargo ocupado no Município de Camboriú.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria - Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 019/16 (RICARDO ALEXANDRE SANCHES)****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 019/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 1.380/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor processado não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que ele não faz mais parte do quadro de servidores municipais de Camboriú, bem como ocupa apenas um cargo público perante o Município de Itapema.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 020/16 (JEFERSON SOARES RODRIGUES)****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 020/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1381/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor Jeferson Soares Rodrigues não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpri com sua carga horária previamente estabelecida.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 021/16 (LUCÉLIA DA COSTA LOPES)****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 021/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.382/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no

processo, esta Comissão Processante conclui que a servidora processada não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpri com sua carga horária previamente estabelecida e a sua atual cumulação de cargos é constitucionalmente autorizada.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 022/16 (VERA LUCIA AMARAL REIS)****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 022/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 1.383/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que não existe nenhuma ilegalidade no presente, uma vez que a servidora processada não faz mais parte do quadro de servidores municipais de Itapema e que possui apenas a carga horária de 20h semanais no Município de Camboriú.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 023/16 (LEONARD LUIZ COELHO HOSTINS)****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 023/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1384/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor Leonard Luiz Coelho Hostins não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpri com sua carga horária previamente estabelecida e a sua cumulação de cargos é constitucionalmente autorizada.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Controladoria – Geral do Município, Secretaria Municipal de Educação, bem como para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para

conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Erê

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PL 2231/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 2231/2016, na modalidade Concorrência de nº 07/2016 tendo como objeto a: a Concessão de Uso de salas comerciais junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de Campo Erê, localizado na Rua Dona Terezinha, 1181, esquina com a Rua Prefeito João Telles Padilha, no Bairro São Francisco, Campo Erê, SC, em regime condominial..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
LANCHONETE ITUPORA LTDA - ME	1	2	1,00	611,00	611,00
GILMAR JAIR MOREIRA - MEI	1	1	1,00	613,0000	613,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
GILMAR JAIR MOREIRA - MEI	613,00
LANCHONETE ITUPORA LTDA - ME	611,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 28 de Dezembro de 2016

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO PL 2232/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 2232/2016, na modalidade Concorrência de nº 08/2016 tendo como objeto a: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO, DENOMINADO POSTO DE SAUDE, DESATIVADO, NA LINHA SÃO ROQUE, COM ÁREA CONSTRUÍDA EM ALVENARIA DE 86,76M² (OITENTA E SEIS VÍRGULA SETENTA E SEIS METROS QUADRADOS), edificado sobre a área da Matrícula nº 3.715, do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Erê - SC.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
LUIZ FERNANDO SAREMBA MEI	1	1	1,00	1,00	1,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
LUIZ FERNANDO SAREMBA MEI	1,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 28 de dezembro de 2016

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº FMS 04/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 04/2016

Objeto: Credenciamento de empresa ou entidade para prestação de serviços com pessoal na área médica de SOBREAVISO nas especialidades abaixo, para atuarem no Hospital Santa Cruz de Canoinhas e Pronto Atendimento Municipal.

ESPECIALIDADE MÉDICA VALOR DIA DE SOBREAVISO

ORTOPEDIA R\$ 510,77

CIRURGIA GERAL R\$ 510,77

ANESTESIOLOGIA R\$ 510,77

PEDIATRIA R\$ 685,92

CLÍNICA MÉDICA R\$ 510,77

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Forma de Plantão: Sobreaviso, 24 horas/dia, mediante escala.

Inscrições: A partir de 29 de dezembro de 2016.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 14h00min

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2016.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 37/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 48/2016

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 37/2016 (PRESENCIAL)

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/01/2017, às 09h05min, licitação CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATÉ 31 DE DEZEMBRO NO ANO DE 2017. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 24/01/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 26/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 190/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 26/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/01/2017, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA LOCALIDADE DE SITIO DOS CORREA ATÉ AS ANTENAS (LOCAL ONDE O ONIBUS RECOLHE OS ALUNOS), EM VIA DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 26/01/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 160/2016

DECRETO No 160, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-009	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

### DECRETO Nº 161/2016

DECRETO No 161, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-233	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	100.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-243	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	28.000,00
	Total			R\$	128.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-052	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	100.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-067	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	28.000,00
	Total			R\$	128.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Capinzal, SC, 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário Interino da Administração e Finanças

### **PORTARIA 1155/2016**

PORTARIA Nº 1155, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016  
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:  
Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 029/2013, que designou Leimar Bernardi, matrícula nº 313173/01 para responder pelo Setor de Inseminação Artificial e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

---

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/52/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/52/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 11.767.402/0001-32

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/32/2016, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO LEIAUTE URBANÍSTICO DO PÁTIO INTERNO DO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

VIGÊNCIA: 26/12/2016 A 24/01/2017.

# Catanduvras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.224 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.224/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

"Estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2017 e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Catanduvras, SC, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e art. 19 da Lei nº 2.549, de 21 de outubro de 2016 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º Na forma dos demonstrativos anexos deste decreto fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvras, SC, em 27 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

DAVI PECINATO

Secretaria Municipal de Administração

Registrado e publicado na data supra pela Secretaria de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.225 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.225/16 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FPM, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvras-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 325.500,00 (Trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Próprios	R\$	43.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	101	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec.Imp. Educação	R\$	225.000,00
	101	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Imp. Educação	R\$	6.000,00
ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	102	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Imp. da Saúde	R\$	40.000,00



ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIAPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Próprios	R\$	11.500,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de CONVÊNIOS, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e FPM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 27 de dezembro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 27/12/2016.

### DECRETO Nº 2.226 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.226/16 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FPM, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 74.800,00 (Setenta e quatro mil e oitocentos reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	102	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Imp. da Saúde	R\$	68.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIAPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Próprios	R\$	5.500,00
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	1.300,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e FPM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 27 de dezembro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 27/12/2016.

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0124/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0124/2016

PREGÃO Nº 0060/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADO: JA PEDRAS E CALÇAMENTO LTDA ME, CNPJ, sob o nº 21.079.717/0001-40

OBJETO: mão de obra para assentamento de pedras regulares e irregulares, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.081.4490.00 - 164 - 94/2016 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COM VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016

Catanduvass/SC, 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0125/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0125/2016

PREGÃO Nº 0061/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME, CNPJ sob o nº 25.203.392/0001-17

OBJETO: A CONTRATADA realizará a pintura de vias públicas, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.044.4490.00 - 112 - 54/2016 - CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvass/SC, 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0126/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0126/2016

Tomada de Preço nº 0013/2016 (Processo Licitatório nº 0091/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP, CNPJ sob o nº 01.627.484/0001-66

OBJETO: Contratação de mão de obra e aquisição de materiais para ampliação da rede de iluminação pública na Rua Ipê e Avenida Coronel Rupp, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 34.418,78 (trinta e quatro mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e oito centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.038.3390.00 - 108 - 57/2016 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP

VIGÊNCIA: até 31 de março de 2017

Catanduvass/SC, 19 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0040/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0040/2016

PL 0080/2016 NA MODALIDADE IL 0006/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91

CONTRATADA: TACIO DE OLIVEIRA ME, CNPJ sob o nº 23.906.776/0001-70

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 31 de agosto de 2016,;

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvass – SC, 23 de dezembro de 2016 .

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0004/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0004/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91

CONTRATADO: APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVAS SC, CNPJ sob o nº 02.228.940/0001-68

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 18 de janeiro de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvass – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0041/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 0041/2016

"CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO MENSAL DE SISTEMA H2005"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91

CONTRATADA: SYSTEMA LTDA, CNPJ sob o nº 01.487.225/0001-87

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 08 de setembro de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvass – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0054/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0054/2016

PREGÃO Nº 0026/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: MARILENE MATTIOLO

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 31 de março de 2016

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 12,5% (doze vírgula cinco por cento), que corresponde a R\$4.570,00 (quatro mil quinhentos e setenta reais), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 36.560,00 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta reais).

Catanduvás – SC, 12 de dezembro de 2016.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2015**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2015

PREGÃO Nº 0032/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2015)

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM, CNPJ nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: MODESTO LEAL NUNES FILHO, CNPJ sob o nº 12.777.675/0001-20

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 17 de junho de 2015 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2016

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA E MULTIFUNCIONAL PARA O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM, CNPJ nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA, CNPJ sob nº 04.556.398/0001-06

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 14 de dezembro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 22 de dezembro de 2016.  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0014/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0014/2016

PREGÃO Nº 0037/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: VALDIR DEMETRIO DA SILVA, CNPJ sob nº 11.801.083/0001-34

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 05 de maio de 2016

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). O valor total do contrato passa a ser de 40.000,00 (quarenta mil reais).

Catanduvás – SC, 02 de dezembro de 2016.  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0021/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0021/2016

PREGÃO Nº 0039/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2016)

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTÓVÃO, CNPJ sob nº 81.567.109/0001-07

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 11 de maio de 2016

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a R\$ 1.639,87 (um mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 6.559,50 (seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). O valor total do contrato passa a ser de 8.199,37 (oito mil cento e noventa e nove reais e trinta e sete centavos).

Catanduvás – SC, 02 de dezembro de 2016.  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2016

PREGÃO Nº 0050/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0075/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Municipal de Assistência Social, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ sob o nº 00.549.593/0001-40

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 09 de agosto de 2016

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a R\$ 3.118,45 (três mil cento e dezoito reais e quarenta e cinco centavos), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 12.473,80 (doze mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta centavos). O valor total do contrato passa a ser de 15.592,25 (quinze mil quinhentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos).

Catanduvas – SC, 02 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0001/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0001/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, CNPJ sob o n.º 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 22 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2013**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2013

Pregão nº 0028/2013 (Processo Licitatório nº 0042/2013)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ sob o nº 07.727.642/0001-36

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de maio de 2013

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016 .

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMDCA Nº 0001/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMDCA Nº 0001/2015

PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CNPJ sob o n.º 14.687.625/0001-88

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 22 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Gisa Aparecida Giacomini

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015,

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 22 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvas – SC  
Elizete Cardoso da Silva

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014)

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM, CNPJ 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 22 de dezembro de 2016.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0073/2013**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0073/2013

Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INTERNET BANDA LARGA – FIBRA ÓTICA – ACESSOLINE DE 04MBPS DE DOWNLOAD E 1 MBPS DE UPLOAD COM 50% DE GARANTIA DE BANDA HALF-DUPLEX E 1 IP VÁLIDO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-97  
CONTRATADA: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, CNPJ sob o nº 14.798.740/0001-20

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 16 de agosto de 2013:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0032/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2015)

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81  
CONTRATADA: PRECISA GESTAO EM TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. - ME, CNPJ sob o nº 10.954.970/0001-80

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 14 de dezembro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.  
O presente aditivo refere-se aos itens 2, 3 e 4, do contrato.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Claudia Vieira

### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0001/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0001/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2015)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91  
CONTRATADO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC, CNPJ sob nº 84.592.369/0009-88

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 09 de janeiro de 2015:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.  
Reajustar do preço contratado através do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), no percentual de 6,8% (seis virgula oito por cento).

O valor global do contrato para o ano de 2017 passa a ser de R\$ 108.567,72 (cento e oito mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 9.047,31 (nove mil quarenta e sete reais e trinta e um centavos),

Catanduvas – SC, 12 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0062/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0062/2015

PREGÃO Nº 0040/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2015).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91  
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 28 de julho de 2015 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016 .

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvas – SC  
Elizete Cardoso da Silva



**EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2013**

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0002/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o n.º 10.391.817/0001-91

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ sob o n.º 72.332.778/0001-09

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013:

OBJETO:CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é aditar do preço contratado mensalmente, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento),

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal após o reajuste será de R\$ 3.679,90 (três mil seiscentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 21 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0004/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0004/2014

PREGÃO Nº 0025/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2014)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 10 de abril de 2014

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016 .

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Claudia Vieira

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0020/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0020/2014

PREGÃO Nº 0053/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o n.º 11.776.999/0001-81

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 25 de julho de 2014:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Claudia Vieira

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA – RÁDIO 5.8 GHZ, DE 1 MBPS DE VELOCIDADE DE CONEXÃO, PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM, CNPJ 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME, CNPJ/MF 13.140.182/00001-48

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 17 de junho de 2014

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

Gisa Aparecida Giacomini

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 207/2016

DECRETO Nº. 207/2016

"Dispõe sobre prorrogação do Edital nº 001/2016 (processo seletivo) e Convocação para escolha de vagas na rede municipal de ensino".

Acir Lourenço Rossetto, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV, V e XXVI da Lei Orgânica do Município;

Considerando a existência de processo seletivo (001/2016) vigente;

Considerando a necessidade de contratação de professores, admitidos em caráter temporário, para o ano letivo de 2017, na rede municipal de ensino;

Considerando os princípios da Moralidade, Eficiência e principalmente da economicidade que regem a administração pública;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Processo Seletivo 001/2016, conforme item 1.1.6 do Edital 001/2016, pelo período de um ano a partir do vencimento de sua homologação.

Art. 2º - Ficam convocados os aprovados à escolha de vagas para o dia 17 de janeiro de 2017, das 8:00 às 11:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Demétrio Alves da Silva, nº88, centro de Caxambu do Sul/SC.

Parágrafo único: as vagas serão disponibilizadas conforme demanda contemporânea à necessidade da Administração, caso surjam vagas após a data de 17 de janeiro de 2017, serão convocados os aprovados mediante chamada pública.

Art. 3º - Caso esgote-se a lista de aprovados para a área de Anos Iniciais do ensino fundamental, serão chamados os profissionais aprovados na área de Educação Infantil, desde que possuam habilitação em Anos Iniciais, para preenchimento das vagas remanescentes em Anos Iniciais.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 28 de dezembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

### EDITAL 04/2016 - EDUCAÇÃO

EDITAL 04/2016 - CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS PARA O EXERCÍCIO 2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2016

Objeto: CONVOCAÇÃO DE PROFISSIONAIS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 001/2016, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NO ANO LETIVO DE 2017.

A Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul - SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua do Índio Condá nº 55, Centro, Caxambu do Sul, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. ACIR LOURENÇO ROSSETTO, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO de profissionais aprovados no processo seletivo 001/2016, para contratação temporária no ano letivo de 2017, na seguinte conformidade:

1. Ficam convocados os aprovados à escolha de vagas para o dia 17 de janeiro de 2017, das 8:00 às 11:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Demétrio Alves da Silva, nº88, centro de Caxambu do Sul/SC.

1.1. As vagas serão disponibilizadas conforme demanda contemporânea à necessidade da Administração, caso surjam vagas após a data de 17 de janeiro de 2017, serão convocados os aprovados mediante chamada pública.

2. Caso esgote-se a lista de aprovados para a área de Anos Iniciais do ensino fundamental, serão chamados os profissionais aprovados na área de Educação Infantil, desde que possuam habilitação em Anos Iniciais, para preenchimento das vagas remanescentes em Anos Iniciais.

Caxambu do Sul/SC, 28 de dezembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO 55/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 55/2016

DATA: 27/DEZEMBRO/2016

CONTRATADA: MARCOS GONÇALVES OLIVEIRA & CIA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS NOVOS, COM COMPROVAÇÃO DE PROCEDÊNCIA E GARANTIA E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM E START UP DO CAB BARRAGEM DO RIO TIGRE, CONFORME O ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 E CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	QTIDE	DESCRIÇÃO	MARCA
1	10 PC	ABRAÇADEIRA D 3" PVC	ELETRON
2	06 PC	ABRAÇADEIRA FIXAÇÃO RÁPIDA 3/4"	MASSTER
3	20 PC	ABRAÇADEIRA NYLON 400X4,5 PRETA/BRANCA	FRONTEC
4	05 PC	ADAPTADOR COND. 3/4" PVC	MASSTER
5	01 PC	AMPERÍMETRO 96MM 150/5A	SIBRATEC
6	03 M	BARRAMENTO COBRE 1/8" X 1" 195A	ELETRON
7	01 PC	BASE PARA PAINEL	ELETRON
8	01 PC	BLOCO AUTON. EMERG. LED 2 FARÓIS	ELETRON
9	04 PC	BLOCO CONTATO 1NA	ELETRON
10	04 PC	BORNE SAK SAÍDA PAINEL 16M²	SIBRATEC
11	07 PC	BORNE SAK SAÍDA PAINEL 35M²	SIBRATEC
12	02 PC	BOTÃO DE EMERGÊNCIA C/TRAVA E BLOCO IDL	SIBRATEC
13	04 PC	BOTÃO SINALIZADOR LUMIN. LED VERMELHO/VERDE	SIBRATEC
14	100 PC	BUCHA PLÁSTICA 8MM FIX COM PARAFUSO	ELETRON
15	01 PC	CABEÇOTE ALUMÍNIO ELETRODUTO 4"	ELETRON
16	18 M	CABO COBRE NU 35MM	STA LUIZA
17	10 M	CABO COBRE NU 50MM	STA LUIZA
18	30 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 16MM COR PRETA	CORFIO
19	30 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 35MM COR PRETA	CORFIO
20	30 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 35MM COR VERDE	CORFIO
21	03 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 50MM COR VERDE	CORFIO
22	134 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 70MM COR AZUL	CORFIO
23	134 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 70MM COR BRANCA	CORFIO
24	134 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 70MM COR PRETA	CORFIO
25	134 M	CABO FLEXÍVEL 1KV 70MM COR VERMELHA	CORFIO
26	03 PC	CAIXA DE ATERramento CONCRETO 45 X 65	TAFF
27	01 PC	CAIXA DE MEDIÇÃO BEP + DPS CM3N6	TAFF
28	01 PC	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA DIRETA 200A ME	TAFF
29	01 PC	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA P/ DISJUNTOR CPG N6 GN	TAFF
30	01 PC	CAIXA PAINEL 120 X 76 X 35 C/ FLANGE	OPÇÃO
31	02 PC	CANO ELETRODUTO PVC ROSQUEÁVEL 4"	ELETRON
32	04 PC	CANO ELETRODUTO PVC SOLDÁVEL 3/4"	ELETRON
33	02 BR	CANO FERRO GALVANIZADO 4" X 6M	ELETRON
34	01 PC	CHAVE COMUT. VOLTÍMETRO LW26-20	SIBRATEC
35	01 PC	CHAVE SECCIONADORA NH-00 160A	SIBRATEC
36	01 PC	CHAVE SECCIONADORA NH-00 240A	SIBRATEC



37	02 PC	CHAVE SELETORA 3 POSIÇÕES 1-0-1 C/ RET	SIBRATEC
38	02 PC	CONDULETE UNIV. 5 SAÍDA 1/2" E 3/4"	MASSTER
39	02 PC	CONECTOR BOX RETO 4"	INTELLI
40	07 PC	CONECTOR METÁLICO P.F. 120MM	INTELLI
41	01 PC	CURVA ELETRODUTO ROSQUEÁVEL PVC 90° 4"	INTELLI
42	01 PC	DISJUNTOR COM AJUSTE 63 A 80A	SIEMENS
43	01 PC	DISJUNTOR COM AJUSTE 80 A 100A	SIEMENS
44	02 PC	DISJUNTOR TRIFÁSICO 125A	SIBRATEC
45	03 PC	DISJUNTOR UNIPOLAR 40A	SIBRATEC
46	03 PC	DISPOSITIVO ANTI SURTO 45KA 275V UNIPOLAR	SIBRATEC
47	200 M	DUTO C/ GUIA 3"	ELETRON
48	250 M	FIO FLEXÍVEL ISOLADO 2,5MM	CORFIO
49	10 PC	FITA ISOLANTE PVC 20M	ELETRON
50	05 PC	FITA ISOLANTE PVC 20M COLORIDA	ELETRON
51	10 M	FITA PERFURADA 15CM	ELETRON
52	03 PC	FUSIVEL NH 100A	WEG
53	03 PC	FUSIVEL NH 200A	WEG
54	02 PC	GRADE C/ FILTRO P/ VENT. PAINEL 12 X 12	SIBRATEC
55	07 PC	HASTE TERRA 2,4M X 5/8" X 12,7 C/ COBRE	OLIVO
56	01 PC	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES	PEZZI
57	10 PC	ISOLADOR BARRAMENTO 30 X 50MM	ELETRON
58	01 PC	LÂMPADA FLUORESCENTE 60W	AVANT
59	01 PC	LUMINÁRIA DE TETO - PROVA DE EXPLOÇÃO	ELETRON
60	02 PC	LUVA ELETRODUTO PVC ROSQUEÁVEL 4"	ELETRON
61	02 PC	MÓDULO HMI INTERFACE REMOTA	SIEMENS
62	06 PC	PRESILHA GALVANIZADA P/ CINTA POSTE	ELETRON
63	01 PC	RELÉ FALTA DE FASE 380V	SIEMENS
64	01 PC	SOFT STARTER SSW-07 45A	SIEMENS
65	01 PC	SOFT STARTER SSW-07 85A	SIEMENS
66	01 PC	TAMPA CONDULETE 1/2" 3/4" ACABAM. FURO	MASSTER
67	01 PC	TAMPA CONDULETE 1/2" 3/4" TOM. VERT.	MASSTER
68	04 PC	TAMPA DE FERRO 40 X 60 P/ ENERGIA	ELETRON
69	04 PC	TERMINAL FIO PINO ILHOS 10MM	SIBRATEC
70	04 PC	TERMINAL FIO PINO TCM 10MM PADRÃO	TCM
71	01 PC	TERMINAL FIO PINO TCM 50MM PADRÃO	TCM
72	28 PC	TERMINAL FIO PINO TCM 70MM PADRÃO	TCM
73	04 PC	TERMINAL FIO TM 10MM	INTELLI
74	14 PC	TERMINAL FIO TM 35MM	INTELLI
75	04 PC	TERMINAL FIO TM 70MM	INTELLI
76	01 PC	TOMADA 2P+T 10A S/PLACA COMERCIAL	PEZZI
77	01 PC	TRANSF. CORRENTE JANELA 150/5A	SIBRATEC
78	02 M	TRILHO FIXAÇÃO CONTACTOR E DISJUNTOR	ELETRON
79	02 PC	VENTILADOR PAINEL 12 X 12 X 2,5 220V	SIBRATEC
80	01 PC	VOLTÍMETRO 96 X 96MM 0-500V P/ TC	SIBRATEC
81	01 SV	MÃO DE OBRA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM E START UP	ELETRON

VALOR: R\$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA: 28/DEZEMBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### PORTARIA FMC Nº 42/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Resolve:

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de janeiro de 2017, a Portaria FMC nº. 4/2014, de 30 de janeiro de 2014, que concede à servidora LEANDRA DARGAS SLONGO, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Chefia das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 28 de dezembro de 2016

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da FMC

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2016

Termo nº 08/2016

Processo nº 3269/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2016

Aos vinte sete dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, neste ato representado pela gestora, senhora NEUSA APARECIDA DAHMER, doravante denominado FMAS e a ASSOCIAÇÃO RENCANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA – ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, com sede na Vila Fragosos s/n, neste ato representada pelo seu Vice-Presidente, senhor ANTONIO BATTISTELLA, inscrito no CPF sob nº 020.732.509-04, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 07/2016, firmado em 21 de março de 2016, conforme solicitação protocolada sob nº 23244/2016, sujeitando-se, no que couber, às normas Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterado a letra "s" inciso II da Clausula Segunda – das Obrigações das Partes: de "ter em seu quadro de recursos humanos equipe técnica multidisciplinar, sendo necessários no mínimo os

profissionais de serviço social, psicologia, no quadro técnico, com carga horária mínima de 30 horas semanais e os demais profissionais de nível superior, médio e ensino fundamental com qualificação específica para a função", para "ter em seu quadro de recursos humanos equipe técnica multidisciplinar, sendo necessários no mínimo os profissionais de serviço social, psicologia, no quadro técnico e os demais profissionais de nível superior, médio e ensino fundamental com qualificação específica para a função;"

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterado valor do recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE de: O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será conforme o número de atendimentos realizados, onde será pago R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais) por mês referente ao atendimento de 8 idosos, no mês subsequente à prestação do serviço, podendo chegar a R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais) no ano", para "O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será conforme o número de atendimentos realizados, onde será pago R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais) por mês referente ao atendimento de 8 idosos, no mês subsequente à prestação do serviço, podendo chegar a R\$ 199.680,00 (cento e noventa e nove mil e seiscentos e oitenta reais) até 31 de março de 2017", constante na Clausula Terceira – Do valor do Repasse, Cronograma de Desembolso e Classificação Orçamentária da Despesa.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica alterada a data de vigência do presente termo de colaboração: de "31 de dezembro de 2016", para: "31 de março de 2017", constante na Cláusula Quinta – Do Prazo de Vigência e Prorrogação.

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia/SC, 27 de dezembro de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER Gestora	ANTONIO BATTITELLA Presidente da Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC
Testemunhas: 1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 101/2016 - DISPENSA 35/2016 - CHAMADA PÚBLICA 04/2016 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR**

#### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 101/2016

Dispensa nº 35/2016

Chamada Pública 04/2016

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 8.666/93, comunica que a Publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios no dia 27 de dezembro de 2016, Edição nº 2154, página 67, na publicação de Aviso de Licitação – Processo Licitatório 101/2016, Dispensa 35/2016, Chamada Pública 04/2016, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, fica declarada SEM EFEITO (CANCELADA), passando a vigorar nova publicação a ser realizada no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, 28 de dezembro de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito de Cordilheira Alta

### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 99/2016 - PPRP 46/2016 - UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

#### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 46/2016

JULGAMENTO: Menor preço por lote

PROCESSO: 99/2016

SOLICITANTE: Secretaria de Educação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES - DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 96.585,00 (noventa e seis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: RAJU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP, vencedora do lote 1(um) no valor de R\$ 74.800,00 e lote 2 (dois) no valor de R\$ 13.800,00, sendo o valor total da empresa de R\$88.600,00, e a empresa SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA vencedora do lote 3(três) no valor total de R\$ 7.985,00, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 29 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

### **EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 97/2016 - PPRP 44/2016; - MATERIAIS PARA ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

#### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 44/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 97/2016

SOLICITANTE: Secretaria de Educação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROPICIAR AS ATIVIDADES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORDILHEIRA ALT.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 59.934,90 (cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e quatro reais com noventa centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: NT LUIZE -EPP no valor total de R\$11.888,90, empresa MERCADO KA E KA LTDA no valor total de R\$ 5.726,90, empresa JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA EPP no valor total de R\$11.323,15, e COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS KLEIN LTDA, no valor total de R\$7.934,00, TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA -EPP, no valor total de R\$11.637,80 e REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME, no valor total de R\$11.424,15, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 29 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7681A/2016

DECRETO Nº 7.681A, 01 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO FUNDEB, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0018 – FUNDEB R\$ 89.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0018 – Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica. – FUNDEB.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 244 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 244 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público nº. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 15 de abril de 2014), o Sr. Rudinei Chittó, para exercer o Cargo de Vigia- 36H, pelo Provimento de cargo Efetivo.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 28 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 230 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 230 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secr de Cultura, Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	71	01.0000	500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 500,00 (quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secr de Cultura, Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 07 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 231 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 231 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 94.311,80 (noventa e quatro mil trezentos e onze reais e oitenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	88	0616	94.311,80

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 94.311,80 (noventa e quatro mil trezentos e onze reais e oitenta centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 03.0024, da obra de pavimentação asfáltica Fundam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 232 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 232 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.416,18 (quatro mil quatrocentos e dezesseis reais e dezoito centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção DO Transporte Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0000	4.416,18

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.416,18 (quatro mil quatrocentos e dezesseis reais e dezoito centavos) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção DO Transporte Escolar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0000	4.416,18

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 233 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 233 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
10.301.0009.2.060 – Manutenção do Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	0267	21.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0267 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 234 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 234 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	0064	25.900,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 13 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 235 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 235 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Fabiane Knispel Burato, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Parágrafo único. Em decorrência da exoneração do cargo de provimento em comissão, a Servidora retornará para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 236 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 236 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Chaiane Zanata	Coordenador do Cras

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de Dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 237 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 237 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo especificado, ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, enquadrados na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Daiane Nara Belatto	Assessora Em Planejamento Educacional
Raquel Ribeiro dos Santos	Assessora De Secretaria
Jefferson Pastorelo	Diretor de Desenvolvimento Econômico

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 16 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 238 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 238 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Juliane Scalci, ocupante de cargo Temporário de PROFESSORA ÁREA III - SÉRIES/ ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 16 de Dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 239 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 239 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Carlos Alexandre Picchi, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, com efeitos retroativos a partir do dia 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Flávio Crestani, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 240 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 240 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.036,21 (cinquenta mil trinta e seis reais e vinte e um centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	0118	50.036,21

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 50.036,21 (cinquenta mil trinta e seis reais e vinte e um centavos) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0118 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 241 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 241 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.817,38 (vinte e um mil oitocentos e dezessete reais e trinta e oito centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	21.817,38

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 21.817,38 (vinte e um mil oitocentos e dezessete reais e trinta e oito centavos) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
--------------------------------

10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	21.817,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 242 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 242 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	0064	38.300,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 243 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 243 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORE PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Mareci Antonio Alvaristo, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 26 de Dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 245 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 245 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.860,00 (um mil e oitocentos e sessenta reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	0267	1.860,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.860,00 (um mil e oitocentos e sessenta reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de dezembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 246 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 246 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0057.2.020 – Manutenção da Assistência Farmacêutica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	0064	1.500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 26 de dezembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 01/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2014  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 609/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 0360/2014, de 19 de Março de 2014, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento da SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e o Senhor ANTONIO SENEM  
CPF: 295.374.369-34  
Valor: 3.852,70 reais mensais

Vigência: 31/12/2016 à 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 02/2013 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2013  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 615/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 0168.2/2013, de 01 de Março de 2013, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento da SEDE DO CONSELHO TUTELAR, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e o Senhor ARI ALVES BUENO  
CPF: 389.489.389-04  
Valor: 1.440,87 reais mensais  
Vigência: 31/12/2016 à 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 02/2016 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2016 / FMAS  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 611/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 462, de 08 de junho de 2016, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento da Casa de Passagem, da Secretaria de Assistência Social de Correia Pinto, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Senhora LEZITA DA APARECIDA MADRUGA DA SILVA,  
CPF: 033.205.909-01  
Valor: 3.852,70 reais mensais

Vigência: 31/12/2016 à 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 05/2016 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2016  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 613/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 0148, de 24 de Fevereiro de 2016, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento de PRÓPRIOS DA PREFEITURA (Biblioteca Pública Municipal), ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Senhora TERESA ALVES DA SILVA,  
CPF: 004.809.479-02  
Valor: 1.316,26 reais mensais  
Vigência: 31/12/2016 a 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 08/2014 FMS/FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2014  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: Contrato nº 617/2016 – Fundo Municipal de Saúde  
Instrumento: Contrato nº 618/2016 – Fundação Hospitalar Municipal

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 0689 e 0690, de 09 de Setembro de 2014, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA  
CNPJ: 00.867.301/0002-06  
Vigência: 31/12/2016 à 31/12/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 11/2013 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 11/2013  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 614/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 0166/2013, de 26 de Fevereiro de 2013, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento do PROCON Municipal, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Senhora Valdirene Rossetto  
CPF: 947.028.889-00  
Valor: 1.08,65 reais mensais  
Vigência: 31/12/2016 a 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO -  
PROCESSO 46/2013 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2013  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO - DOM

Instrumento: 607/2016

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 0327/2013, de 06 de Maio de 2013, e suas alterações, referente à locação do imóvel que se destinará ao funcionamento da SEDE DO INCRA E EXATORIA, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e o Senhor ANA PAULA ATANASIO DOS SANTOS  
CPF: 009.838.019-24  
Valor: 1.316,26 reais mensais  
Vigência: 31/12/2016 a 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2015.  
CONTRATANTE:.Prefeitura Municipal.  
CONTRATADO: Rosinho O.Ferreira –ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER NAS RUAS AQUILES VOLPATTO, SILVEIRA MARTINS, ADOLFO KONDER, VEREADOR JOÃO VERONA, CONDE D"EU.  
Origem: Processo Licitatório 121/2015 Concorrência: 121/2015. PMDC. Vigência: 28/12/2016 à 30/03/2017. Dionísio Cerqueira 28/12/2016.  
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2015.  
CONTRATANTE:.Prefeitura Municipal.  
CONTRATADO: Pedreira Marmeleiro Ltda -EPP  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CALÇADAS EM PAVER NAS RUAS AQUILES VOLPATTO, SILVEIRA MARTINS, ADOLFO KONDER, VEREADOR JOÃO VERONA, CONDE D"EU.. Origem: Processo Licitatório 121/2015 Concorrência: 121/2015. PMDC. Vigência: 28/12/2016 à 30/03/2017.  
Dionísio Cerqueira 28/12/2016.  
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 5641 2016 ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 75400,00

DECRETO Nº. 5.641/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 75.400,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.400,00(Setenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente ano financeiro.

### CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 75.400,00(Setenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais), com o intuito de incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício.

### CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 75.400,00(Setenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientemente dotadas quando de suas execuções no presente exercício financeiro.

### CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 75.400,00(Setenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.003 – Adm. Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

1 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.540,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.2.008 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração

13 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.850,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

44 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.010,00

TOTAL \_\_ R\$ 75.400,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.003 – Adm. Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

2 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.540,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.2.008 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração

14 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.850,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental  
40 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.010,00  
TOTAL \_\_ R\$ 75.400,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA  
Secretário Municipal

**LEI Nº. 4.528 2016 PROMOVE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, LEI Nº. 4.282 2013 PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**

LEI Nº. 4.528/2016.

PROMOVE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, LEI Nº. 4.282/2013, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica promovida a Revisão Geral do Plano Plurianual do Município de DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, constante da Lei Municipal nº. 4.282 de 30 de outubro de 2013, para execução no exercício financeiro de 2017, na ordem de R\$ 41.400.000,00 (Quarenta e um milhões e quatrocentos mil reais), em conformidade com o disposto nos respectivos anexos integrantes da presente Lei, segundo prescritos na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais.

Art. 2º As Receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos nesta Lei, serão as instituídas pelo Código Tributário Municipal, Transferências Constitucionais e legais, além de outras atinentes a convênios e outros instrumentos advindos dos Governos Federal e Estadual, dispostos nos anexos desta Lei.

Art. 3º As programações da execução das despesas previstas na nova matéria orçamentária para execução no exercício financeiro de 2017 estão prescritas nos anexos integrantes desta Lei, elaborados em consonância com os ditames delimitados pela Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações; Portaria Interministerial nº. 163 de 4 e maio de 2001; Portaria nº. 42 de 14 de abril de 1999; Portaria nº. 519/2001; Portaria nº. 340/2006; Portaria Conjunta nº. 02 de 8 de agosto de 2007; Portaria Conjunta nº. 01/2010; Portaria nº. 462/2009; Lei Complementar nº. 101/2000; Portaria nº. 407/2011 e demais legislações vigentes pertinentes à matéria.

Art. 4º As Funções de Governo preconizadas na Portaria nº. 42 de 14 de abril de 1999, com suas alterações vigentes, serão

executadas através das Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais previstos nos anexos desta Lei, obedecidas suas fontes de receitas vinculadas.

Art. 5º A presente programação teve como base fundamental às necessidades regionalizadas e prioritárias da Comunidade, adequadas à realidade das finanças públicas diante de suas fontes receiptuárias.

Art. 6º O objetivo da alteração do Plano Plurianual é de buscar o desenvolvimento coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999 e demais dispositivos constitucionais e legais, buscando atingir como meta principal à satisfação da Comunidade.

Art. 7º A Fazenda Pública Municipal, efetuará os repasses financeiros ao Poder Legislativo Municipal, Fundos e Autarquia Municipal, dentro de suas disponibilidades financeiras, obedecidas às normas constitucionais vigentes.

Art. 8º Interpreta-se como número da "Ação" o número do Projeto, da Atividade ou das Operação Especial, ou seja, os últimos quatro algarismos, os quais serão também representados desta forma no Orçamento Geral do Município.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA  
Secretário Municipal

**LEI Nº. 4.530 2016, ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**

LEI Nº. 4.530/2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estadual, Municipal e demais disposições legais vigentes, estima a Receita e fixa a Despesa do Município de DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e Autarquia, pertencentes à Administração direta e indireta deste Ente Federado; e,

II - Orçamento da Seguridade Social abrange todas as Entidades e Órgãos a eles vinculados, da administração direta e indireta, bem como os Fundos e Autarquia do Município.

Art. 2º A Receita Orçamentária fica estimada em R\$ 41.400.000,00



(Quarenta e um milhões e quatrocentos mil reais), em observância ao disposto na Lei instituidora da Revisão do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e nesta Lei, para a execução no exercício financeiro de 2017.

Art. 3º As receitas decorrentes das arrecadações de tributos, contribuições, transferências constitucionais e legais além de outras receitas correntes e de capital, foram estimadas obedecidas às normas preconizadoras constantes das Portarias ns. 42, 163, Portaria Conjunta nº. 1, e demais dispositivos constitucionais e legais atinentes, segundo os anexos integrantes da matéria orçamentária.

Art. 4º A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 41.400.000,00 (Quarenta e um milhões e quatrocentos mil reais), desdobrada em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e sua revisão para execução no exercício financeiro de 2017, bem como, em sintonia com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 suas alterações; Portaria Interministerial nº. 163, de 4 e maio de 2001; Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999; Portaria nº. 519/2001; Portaria nº. 340/2006; Portaria Conjunta nº. 01/2012; Portaria Conjunta nº. 02/2012; Portaria nº. 439/2012; Lei Complementar nº. 101/2000; Portaria nº. 438/2012 e demais legislações pertinentes à matéria, cujos anexos são partes integrantes desta matéria orçamentária.

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos, Fundos e Autarquia, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente, bem como, os preceitos determinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio ao remanejamento, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta lei mantidas os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada Órgão e Unidade do Orçamento Consolidado, limitado ao valor do saldo do projeto e/ou atividade na data expedição do respectivo ato.

Art. 6º As despesas serão realizadas de acordo com as discriminações constantes dos anexos da presente Lei, segundo as funções, programas, subprogramas, categorias econômicas, Órgãos e Unidades Orçamentárias de acordo com cada unidade administrativa direta ou indireta deste Ente Federado.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar as medidas necessárias a compatibilizarão das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes.

Art. 8º A Reserva de Contingência fixada no Orçamento do Município, será movimentada por ato do Executivo Municipal.

Art. 9º Fica autorizado ao Executivo Municipal, com a autorização do Plenário da Câmara Municipal, proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, à conta dos recursos provenientes do excesso de arrecadação e/ou sua tendência, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º. e 3º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 10. Fica igualmente autorizado ao Executivo Municipal, com a autorização do Plenário da Câmara Municipal, proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos limites excedentes das arrecadações e suas tendências constantes das receitas previstas

e as realizadas, referentes aos convênios, acordos, contratos e outros firmados pela municipalidade, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º inciso II e §3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento deste artigo, às novas receitas arrecadadas não estimadas na matéria orçamentária.

Art. 11. Fica autorizado ao Executivo Municipal, com a autorização do Plenário da Câmara Municipal, proceder à transposição, remanejamento e/ou a transferência de recursos orçamentários através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares de uma modalidade de despesa para outra, dentro da mesma categoria de programação das respectivas despesas, os recursos, projetos e atividades, nos limites das dotações orçamentárias fixadas nesta lei de cada atividade e/ou projetos bem como de seus saldos remanescentes na oportunidade do respectivo ato, na forma do art. 7º, e do inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, art. 31 da LDO e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, desde que obedecidas à fonte de financiamento.

Art. 12. Fica da mesma forma, com a autorização do Plenário da Câmara Municipal, o Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º. e 2º, do art. 43, da Lei federal nº 4.320/64 e demais vigentes.

Art. 13. Consideram-se como excesso de arrecadação para fins de abertura de Créditos Adicionais Suplementares por ato do Executivo, os rendimentos de aplicações financeiras provindos de receitas de recursos ordinários e/ou vinculados, destinados ao suprimento de dotações orçamentárias julgadas insuficientes no decorrer do exercício financeiro, dentro das suas respectivas vinculações, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 14. O limite dos Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta lei corresponde ao limite dos saldos constantes dos Projetos, Atividades, do Excesso Arrecadação e do Superávit Financeiro, em conformidade com o art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, disponíveis na data da abertura do respectivo Crédito, podendo, ainda ser instituídos outros elementos de despesas necessários à efetiva execução orçamentária.

Art. 15. Os documentos integrantes e apensados a presente Lei Orçamentária, os quais instituem e instruem a peça orçamentária como parte integrante e é a Lei Orçamentária, se constituem em documentos orçamentários hábeis e legítimos ao atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estaduais, Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº. 4.320/64 e suas alterações vigentes, bem como, à Lei Complementar nº. 101/2000 e demais dispositivos legais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro do exercício financeiro de dois mil e dezessete.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2016

LEI COMPLEMENTAR nº 134 de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º - Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º - Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - averbação de reserva legal;

VI - licença ambiental para terraplanagem urbana e rural;

VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - autorização ambiental.

§ 1º - Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º - Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º - A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º - A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º - Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - as licenças ambientais de operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido, e as licenças simplificadas terão validade de 01 (um) ano, desde que permaneçam as condições iniciais que autorizaram sua concessão; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º - O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º - Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II – os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º - Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º - O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º - No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 7º - Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Fiscal do Município - UFM e serão atualizados anualmente conforme dispõe o Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 9º - As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, revogada a Lei nº 835, de 07/03/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de Dezembro de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 21 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

Anexo único

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

#### 1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais serão efetuadas em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme legislação em vigor.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças serão cobrados o valor referente à classificação da atividade.

## 2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 14/2012 e nº 15/2013, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

PORTE DO EMPREENDIMENTO		POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL		
		P	M	G
	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 13/2012, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UFM

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	47,94	84,41	146,94	257,41	386,63	450,20	644,04	787,85	1.377,70
LAI	118,80	209,47	366,83	639,87	960,85	1.120,29	1.600,72	1.959,21	3.427,58
LAO	237,61	419,98	733,66	1.280,78	1.920,65	2.240,59	3.201,44	3.918,43	6.855,16
Total	404,35	713,86	1.247,44	2.178,06	3.268,13	3.811,09	5.446,19	6.665,49	11.660,44

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	46,90	54,19	86,50	104,21	174,04	208,43
LAI	130,27	156,32	260,53	313,68	237,61	626,32
LAO	86,50	104,21	174,04	208,43	348,07	417,90
Total	263,66	314,72	521,07	626,32	759,72	1.252,65

Tabela nº 04

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
27,10	61,49	75,03	163,62

## 3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

### 3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

#### a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UFM 16,67/hora)

#### b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UFM 38,56/dia) + V x R (UFM 0,23/Km)

#### c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

## d) Custo Administrativo

$$CA = (TT + VT + CE) \times 0,04$$

## Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

## 4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UFM 22,93 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UFM 22,93 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UFM 47,94 + 0,01 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte, conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC).

UFM 47,94 + 0,02 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UFM 27,10 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UFM 47,94 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc), com recomposição vegetal. Conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO).

UFM 27,10 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UFM 47,94 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvipastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UFM 47,94 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

## 5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UFM 22,93 para AM ≤ 500

UFM 22,93 + 0,03 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 22,93 + 0,03 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 22,93 + 0,04 x AM para AM > 5.000

## 6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UFM 22,93 para AM ≤ 500

UFM 22,93 + 0,01 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 22,93 + 0,01 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 22,93 + 0,02 x AM para AM > 5.000

## 7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UFM 22,93

**8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA**

Pr = UFM 22,93

**8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura**

Pr = UFM 22,93

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

**9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:**

Pr = UFM 53,15

**10. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:**

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

**11. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:**

Granja de suínos - terminação

UFM 8,34 + 0,03 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UFM 8,34 + 0,05 x NM

Granja de suínos - Creche

UFM 8,34 + 0,01 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UFM 8,34 + 0,17 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,04 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,56 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,30 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

**Legenda:**

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m <sup>2</sup>
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades



**LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2016**

LEI COMPLEMENTAR nº 135 de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a criação do órgão executivo de trânsito no Município de Doutor Pedrinho - SC e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, altera a Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado na estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho/SC, vinculado ao Gabinete do Prefeito, o Departamento Municipal de Trânsito, para atuar como Órgão Executivo de Trânsito.

§ 1º - Compete ao Órgão Executivo de Trânsito exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação para o trânsito, controle e análise de estatística, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 2º - A estrutura do Órgão Executivo de Trânsito será regulamentada por meio de Regimento Interno, através de decreto municipal, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

§ 3º - Cabe ao responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 2º - Fica instituída a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, vinculada ao Órgão Executivo de Trânsito.

§ 1º - A Junta Administrativa de Recursos de Infrações terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal e apoio administrativo e financeiro do Órgão Executivo de Trânsito.

§ 2º - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo:

- I – 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito, mediante comprovação da participação de pelo menos 30 horas-aula de conhecimento teórico voltado para o trânsito nos últimos dois anos;
- II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade integrado ao Sistema Nacional de Trânsito que impõe a penalidade;
- III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 3º - O presidente da JARI poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade de trânsito competente para designá-los.

§ 4º - É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

§ 5º - A nomeação dos membros da JARI será realizada pelo Chefe do Poder Executivo, facultada a delegação ao responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito.

§ 6º - Cabe ao Presidente da JARI, informar o Conselho Estadual de Trânsito sempre que alterada a sua composição ou Regimento Interno.

Art. 3º - A Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, que trata da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Doutor Pedrinho, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º - .....:

.....

IX - .....;

X - .....;

XI - organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes; e

XII - elaborar plano de ação e coordenação das atividades de defesa civil.

Parágrafo Único - Fica subordinado também ao Gabinete do Prefeito o Departamento Municipal de Trânsito, como Órgão Executivo de Trânsito no Município, dirigido pelo Chefe de Gabinete.

**DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:**

Art. 3º - .....”

Art. 4º - Fica, o Prefeito Municipal, autorizado a proceder, mediante Decreto, todas as alterações no orçamento do Município que se fizerem necessários em decorrência desta lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de Dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 21 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**LEI Nº 875/2016**

LEI nº 875 de 16 de dezembro de 2016.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Doutor Pedrinho, para o exercício financeiro de 2017.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Consolidado do Município de Doutor Pedrinho, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, incluindo os Fundos Municipais, para o exercício de 2017, discriminado nos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 18.106.400,00 (dezoito milhões, cento e seis mil e quatrocentos reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	16.042.400,00
Receitas Tributárias	1.257.000,00
Receitas de Contribuições	180.000,00
Receitas Patrimoniais	56.600,00
Receitas de Serviços	61.000,00
Transferências Correntes	14.244.300,00

Outras Receitas Correntes	243.500,00
Dedução da Receita Corrente	- 2.406.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.470.000,00
Transferências de Capital	4.450.000,00
Alienação de bens	20.000,00
TOTAL	18.106.400,00

Parágrafo Único - As Receitas do Município de Doutor Pedrinho serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto nos Anexos, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

Art. 3º - A despesa fixada consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
01.01 – Câmara de Vereadores	624.000,00
02.01 – Gabinete do Prefeito	290.000,00
03.01 – Secretaria Mun. de Administração e Finanças	2.086.248,00
04.01 – Secretaria Mun. Obras, Estradas e Serviços Urbanos	4.926.888,00
05.01 – Secretaria Mun. de Educação e Promoção Social	3.536.980,00
06.01 – Secretaria Mun. de Saúde e Assistência Social (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS)	3.454.640,00
06.02 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social FMS	462.800,00
06.03 – Manutenção do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	26.000,00
07.01 – Secretaria Mun. de Agricultura e Meio-Ambiente	950.216,00
08.01 – Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Cultura	757.300,00
08.02 - Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Desporto	612.940,00
08.03 - Secretaria Mun. de Desporto, Cultura e Turismo - Turismo	363.388,00
90.99 – Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	18.106.400,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência consolidada são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, conforme regulamento.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes ou intempéries, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender "Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo anterior, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º - O orçamento para 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos.

Parágrafo Único – As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, por decreto do Poder Executivo, para atender às necessidades de execução do orçamento.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, como também, criar destinações de recursos e desvincular as receitas e despesas para melhor aproveitamento dos recursos do município na captação de Convênios.

§ 1º - O Prefeito Municipal poderá, por Decreto, remanejar dentro da mesma modalidade de despesa, saldos orçamentários de recursos vinculados para ordinários e vice-versa, desde que para isso, haja os respectivos recursos financeiros disponíveis.

§ 2º - Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 7º - O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro. Os Fundos Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balanços apartados da Unidade Gestora Central.

§ 3º - A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - No Orçamento-Programa dos Fundos Municipais, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares,



à conta do excesso de arrecadação, sem prejuízo do disposto nos incisos II, III e IV do "caput" deste artigo, até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada em lei.

Art. 9º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 10 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como destacará o órgão ou unidade responsável pelo controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo Único - Fica vedada a ocorrência de déficit de execução orçamentária, excetuando-se quando o déficit for resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior, não implicando no comprometimento da execução orçamentária do exercício subsequente.

Art. 11 - Nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal, no âmbito dos respectivos poderes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com centralização do ordenamento de despesas e autorização de pagamentos, observando-se o seguinte:

I – a limitação de empenho deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II – durante o prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias, licença-prêmio e adicional de hora extra;

III – a limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, coleta de lixo e manutenção de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV – o ato expedido deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

§ 1º – Na aplicação do disposto no § 3º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto, observando o disposto no "caput" deste artigo, e seus respectivos incisos, incluindo a proibição de repasse de recursos, sem a retenção do montante relativo à proporcionalidade objeto de limitação.

§ 2º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 12 – O Poder Executivo e Legislativo emitirão quadrimestralmente os relatórios de gestão fiscal e os demonstrativos que

acompanham os relatórios resumidos da execução orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 16 de dezembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

## **LEI Nº 876/2016**

LEI nº 876 de 16 de dezembro de 2016.

Altera a Lei nº 545, de 12/12/2003, cria o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 545, de 12/12/2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º - O Município criará e/ou credenciará os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do Art. 2º.

§ 1º - Os programas e serviços serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - acolhimento institucional;

V - prestação de serviços à comunidade;

VI - liberdade assistida;

VII - semiliberdade; e

VIII - internação.

§ 2º - ..... " (NR).

Parágrafo Único – Os programas e serviços serão planejados e executados por entidades de atendimento, observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 2º - Fica criado o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do Município de Doutor Pedrinho, na modalidade de abrigo institucional, na forma do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

§ 1º – O serviço de que trata este artigo será objeto de gestão associada através de consórcio público intermunicipal, sendo prestado em unidade de abrigo institucional com abrangência regional por entidade credenciada e/ou contratada pelo mesmo, atendida a regulamentação competente.

§ 2º – O serviço deverá ser organizado segundo princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" e do disposto nesta Lei.

§ 3º - O órgão gestor da Política de Assistência Social, em parceria com demais atores da rede local e do Sistema de Garantia de Direitos, deve desenvolver estratégias para o aprimoramento constante da oferta do atendimento a crianças e adolescentes, visando a melhor adequação às características das demandas locais.

§ 4º - O financiamento do serviço de acolhimento deve basear-se na manutenção de sua capacidade de atendimento e não no número de vagas ocupadas.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Município de Doutor Pedrinho, em 16 de dezembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

#### ANEXO ÚNICO

#### DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 1º - O serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, na modalidade de abrigo institucional, é parte inerente da Política de Assistência Social do SUAS - Sistema Único da Assistência Social, como serviço de proteção social especial de alta complexidade, e integra a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Doutor Pedrinho - SC, tendo por finalidade acolher crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos, ameaçados ou fragilizados, garantindo o efetivo exercício do direito à convivência familiar e comunitária.

§ 1º – O serviço de que trata este artigo será objeto de gestão associada através de consórcio público intermunicipal, sendo prestado em unidade de abrigo institucional com abrangência regional, para atendimento no âmbito da Comarca de Timbó, por entidade credenciada e/ou contratada pelo mesmo, atendida a regulamentação específica.

§ 2º – O serviço será organizado e prestado em conformidade com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", e demais normas aplicáveis.

Art. 2º - O acolhimento institucional observará o disposto nesta Lei e o protocolo operacional de acolhimento de crianças e adolescentes,

bem como as orientações relativas a absoluta prioridade de garantia de direitos, as normas e princípios inerentes à "Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente" e a aplicação do Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, além das deliberações do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, das Políticas Nacional e Municipal da Criança e do Adolescente e/ou de Assistência Social, e as demandas da Unidade Administrativa Municipal de Assistência Social, do Ministério Público e/ou do Juizado da Infância e Juventude.

§ 1º – O serviço de acolhimento terá abrangência regional, correspondente ao grupo de municípios da Comarca de Timbó, considerando-se que a incidência da demanda e porte dos municípios não justificam a disponibilização do serviço no seu âmbito.

§ 2º – No caso de acolhimento regional, fora do município de origem, para crianças e adolescentes, deverá ser viabilizado o transporte de familiares para visitas ou a locomoção do público atendido ao ambiente familiar, de modo que sejam preservados seus vínculos familiares.

§ 3º – O serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes será desenvolvido na modalidade de atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes.

§ 4º – Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes.

§ 5º – A unidade poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

Art. 3º - O acolhimento de criança ou adolescente na unidade de atendimento deverá ser medida provisória e excepcional, utilizável como uma forma de transição até haver a reintegração familiar com prevalência na família de origem, família extensa, não sendo esta possível, a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º – O serviço ora disciplinado compreende o acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

§ 2º – A unidade não deve distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º – Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos etc. – devem ser atendidos na mesma unidade.

§ 4º – O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

Art. 4º - O serviço de acolhimento institucional, de que trata esta Lei, terá vínculo operacional e financeiro com a Unidade Administrativa Municipal de Assistência Social, e respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, por se tratar de um serviço do SUAS

- Sistema Único de Assistência Social, previsto na Resolução nº 109/2009 do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, objetivando o atendimento de crianças e adolescentes do Município de Doutor Pedrinho, que estejam em situação de risco como: abandono, negligência familiar, violência física, psicológica ou sexual, garantindo-lhes proteção integral.

Art. 5º - O abrigo institucional disponibilizará no máximo vinte (20) vagas para crianças e adolescentes do sexo masculino de 0 (zero) a onze (11) anos incompletos e crianças e adolescentes do sexo feminino de 0 (zero) a dezoito (18) anos incompletos.

§ 1º - As vagas e as despesas de implantação e manutenção da unidade de abrigo institucional com abrangência regional serão distribuídas entre os Municípios da Comarca de Timbó proporcionalmente, de acordo com o coeficiente populacional, com a formalização de contrato de rateio para gestão associada do serviço através de consórcio público intermunicipal.

§ 2º - A vaga ociosa decorrente do fracionamento do coeficiente ou reservada para algum Município na unidade de abrigo institucional com abrangência regional poderá ser utilizada por outro, mediante assunção integral do respectivo custo, e sem prejuízo do atendimento das necessidades futuras deste.

§ 3º - Havendo disponibilidade de vagas, estas poderão ser destinadas para o acolhimento de crianças e adolescentes de municípios da região, a critério do Consórcio Público e mediante decisão unânime e expressa dos prefeitos da Comarca de Timbó, mediante a formalização de convênio específico que deverá prever o prazo, valor de contrapartida e responsabilidades de cada interessado.

§ 4º - Em caso de crescimento da demanda, que não possa ser atendida pela unidade de abrigo institucional com abrangência regional, em face da falta de vagas e/ou outra contingência, o Município fica autorizado a credenciar e/ou contratar outra instituição especializada, para suprir a necessidade do serviço, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 6º - O serviço de acolhimento institucional deverá assegurar às crianças e adolescentes acolhidos:

I - o acolhimento provisório na unidade institucional, priorizando atendimento individualizado e personalizado, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado;

II - a não separação de grupos de irmãos, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, evitando sempre que possível o rompimento definitivo dos vínculos fraternais;

III - o apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

IV - meios capazes para promover o convívio com a família de origem, salvo quando houver determinação em contrário;

V - contribuição na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar;

VI - viabilização da reinserção da criança ou do adolescente à sua família de origem, família extensa ou colocação em família substituta, quando for determinado;

VII - assegurar ainda com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, à profissionalização, ao esporte,

ao lazer, à cultura, à dignidade ao respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único - A colocação em família substituta de que trata o Inciso VI se dará através das modalidades de tutela, guarda ou adoção e são de competências, exclusiva, do Juizado da Infância e Adolescência.

Art. 7º - A criança e o adolescente acolhido no abrigo institucional receberão:

I - com absoluta prioridade, atendimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;

II - atendimento personalizado por parte dos profissionais do serviço social e da psicologia, bem como da equipe de educadores e coordenador do abrigo;

III - prioridade entre os processos que tramitam no Juizado da Infância e Juventude, primando pela provisoriedade do acolhimento.

Art. 8º - O abrigo institucional com abrangência regional terá Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno que serão publicados por ato normativo do Consórcio Público antes do início de operação da unidade de atendimento, instrumentos estes a serem construídos em conjunto entre equipe técnica dos Municípios e equipe do Consórcio Público, devendo ser aprovados pelos Conselhos Municipais de Assistência Social e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo normas de encaminhamento, funcionamento e atendimento e dispoendo sobre a organização dos trabalhos ali desenvolvidos.

Parágrafo Único - O abrigo deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, durante todo o ano, com equipe de profissionais disponíveis, independentemente da quantidade de crianças e adolescentes acolhidos.

Art. 9º - Para o pleno funcionamento, o abrigo deverá dispor de uma equipe conforme preconiza o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social que dispõe sobre a NOB/RH-SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, com equipe técnica formada por Assistente Social, Psicólogo, coordenador com formação em Ensino Superior, educadores de abrigo com formação no ensino médio, além de estrutura administrativa e de manutenção composta por auxiliar administrativo, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais e motorista.

Parágrafo Único - O Consórcio Público responsável pela gestão associada do serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo institucional com abrangência regional, deverá credenciar e/ou contratar entidade especializada na coordenação, gestão e operação do serviço na unidade de atendimento, observada a legislação aplicável.

Art. 10 - As crianças e adolescentes abrigados deverão estar acomodados em quartos separados por gênero, em número máximo de 4 (quatro) ocupantes por quarto, sendo respeitados quanto a sua faixa etária.

Art. 11 - Cabe, exclusivamente, à autoridade judiciária e excepcionalmente ao Conselho Tutelar a inclusão de crianças ou adolescentes no Serviço de Acolhimento Institucional através do acolhimento até que haja condições para retornar à família de origem, extensa ou ser colocada em família substituta, conforme protocolo de acolhimento.

Art. 12 - O coordenador do abrigo institucional com abrangência regional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito,

donde recebe do poder judiciário um termo de guarda e passa a ter todas as obrigações como responsável legal pela criança e adolescente acolhido.

Art. 13 - O período em que a criança ou o adolescente permanecerá no serviço de acolhimento institucional será determinado pelo Juiz da Infância e Juventude.

§ 1º - O tempo de permanência da criança ou do adolescente em acolhimento institucional, não deverá ultrapassar o período de 2 (dois) anos, sendo reavaliado a cada 6 (seis) meses, salvo situações excepcionais, comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§ 2º - A equipe do Serviço de Acolhimento institucional encaminhará ao Juiz da Infância e Juventude, relatório circunstanciado referente a situação da criança ou adolescente e de seus familiares a cada 6 (seis) meses, salvo necessidade e determinação em contrário.

Art. 14 - Será garantida a visita dos familiares das crianças e adolescentes acolhidos, mediante determinação judicial, respeitando os horários em que as crianças e adolescentes estarão disponíveis e orientação da coordenação e equipe técnica.

Art. 15 - Quando a criança for beneficiária e ou receber pensão de qualquer natureza, o coordenador do abrigo na qualidade de guardião legal deverá depositar 100% (cem por cento) dos valores em Caderneta de Poupança em nome da criança ou adolescente, comprovando a abertura e depósito mensalmente.

Art. 16 - Quando o adolescente entre 14 (quatorze) anos de idade completos e 18 (dezoito) anos de idade incompletos, for beneficiário ou receber pensão de qualquer natureza ou que estiver trabalhando como estagiário, aprendiz ou empregado, o coordenador do abrigo deverá depositar 80% (oitenta por cento) dos valores percebidos mensalmente em caderneta de poupança em nome do adolescente, comprovando a abertura e depósito mensalmente.

Parágrafo Único - Os 20% (vinte por cento) restantes dos valores recebidos mensalmente serão para uso do adolescente, como forma de incentivo ao trabalho, sob orientação da coordenação do abrigo.

Art. 17 - O adolescente que atingir a maioridade de 18 (dezoito) anos completos poderá levantar os valores depositados nos termos dos artigos 15 e 16 no período que este esteve acolhido, salvo situações que ofereçam dificuldades para o discernimento, devidamente atestado, necessitando de curador a ser nomeado pelo Juiz.

Art. 18 - A criança ou adolescente que retornar a família de origem ou extensa, antes de atingir a maioridade, não poderá levantar os valores depositados, salvo ordem judicial ou quando completar 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 19 - O coordenador abrigo institucional será responsável pela prestação de contas e informação nos casos constantes dos artigos 15 e 16 do presente Anexo Único desta Lei.

Art. 20 - Compete ao Conselho Tutelar, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar e fiscalizar a regularidade do funcionamento do Serviço de acolhimento institucional, visando garantir sua qualidade dentro dos fins propostos.

Parágrafo Único - O órgão gestor da Política de Assistência Social, em parceria com demais atores da rede local e do Sistema de

Garantia de Direitos, deve desenvolver estratégias para o aprimoramento constante da oferta do atendimento a crianças e adolescentes, visando a melhor adequação às características das demandas locais.

Art. 21 - As ações específicas do serviço de acolhimento integrarão os Planos e Orçamentos do Consórcio Público, encarregado da gestão associada do abrigo institucional com abrangência regional, e do Fundo Municipal de Assistência Social em Unidade Orçamentária Própria, nas quais se alocará os Projetos, Atividades e ou Operações Especiais para suporte de suas despesas orçamentárias.

§ 1º - Os recursos financeiros de receitas e despesas oriundas de ações do serviço de acolhimento institucional serão movimentados por conta bancária específica, administrada pelo responsável do Consórcio Público.

§ 2º - As demais ações e serviços relacionados com o serviço de acolhimento institucional, de responsabilidade das demais Unidades Administrativas do Município, serão custeadas diretamente com os recursos próprios de cada setor.

§ 3º - O financiamento do serviço de acolhimento deve basear-se na manutenção de sua capacidade de atendimento e não no número de vagas ocupadas.

Art. 22 - Fica autorizado ao serviço de acolhimento institucional a receber, por meio do Consórcio Público, doações vindas de Instituições, Entidades e Pessoas Físicas ou Jurídicas, na forma de numerário em espécie depositado em conta bancária específica, bem como gêneros alimentícios, materiais de limpeza e conservação, de higiene pessoal, mobília e equipamentos e demais bens materiais e serviços destinados ao bom e regular funcionamento do abrigo institucional com abrangência regional.

## LEI Nº 877/2016

LEI nº 877 de 16 de dezembro de 2016.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação no valor de até R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, elementos e unidades orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00
TOTAL		100.000,00
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLANTAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	



440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
03.001.14.422.0050.2021	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0050.2021	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0050.2021	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
03.001.22.661.0015.2029	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
05.001.12.365.0050.2031	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	

330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
05.001.12.364.0050.2015	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.000,00
TOTAL		11.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		156.000,00

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado à suplementar no valor de até R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo a seguinte distribuição na dotação Projeto/Atividade, elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 832, de 18/12/2015):

08.003.23.695.0090.1033	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
08.003.23.695.0090.1033	SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
08.003.23.695.0090.1033	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E MIRANTES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MAN. DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70.000,00
TOTAL		70.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	66.000,00

TOTAL	66.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO	156.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 16 de dezembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### LEI Nº 878/2016

LEI nº 878 de 21 de dezembro de 2016.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação no valor de até R\$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais) do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, elementos e unidades orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	32.000,00
	TOTAL	32.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.500,00

	TOTAL	7.500,00
05.001.12.365.0050.2031	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	MANUT. DO FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.300,00
	TOTAL	4.300,00
TOTAL		60.800,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		60.800,00

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a suplementar no valor de até R\$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo a seguinte distribuição na dotação Projeto/Atividade, elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 832, de 18/12/2015):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	60.800,00
TOTAL		60.800,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		60.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 21 de dezembro de 2016, 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 21 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**PORTARIA Nº 092/2016**

PORTARIA no 092, de 01 de Dezembro de 2016.

Nomeia servidora pública para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria de Administração e Finanças.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

**RESOLVE:**

1. NOMEAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria de Administração e Finanças, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Emprego: Agente Administrativo II			
NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Geroneia Cordeiro (DN. 21/11/1995)	6.869.436 102.544.329-21	12 R\$ 1.838,06	40h

2. CONVOCAR a servidora para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar nº 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 093/2016**

PORTARIA no 093, de 01 de Dezembro de 2016.

Concede licença por doença em pessoa da família a servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 87 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento formulado pela interessada e a comprovação dos requisitos pertinentes; Resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta data, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Wanessa Giovana Boettger Frainer	Auxiliar de Recreação Infantil	70% do valor de sua remuneração.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 094/2016**

PORTARIA no 094, de 01 de Dezembro de 2016.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

O servidor LEANDRO LUZZI, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Desporto e Cultura (DAS-2), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 029, de 01/03/2013, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 095/2016**

PORTARIA no 095, de 09 de Dezembro de 2016.

Designa Pregoeiros e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; Resolve:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho para o exercício de 2017, os servidores:

PREGOEIRA TITULAR	PREGOEIRO SUBSTITUTO
Jaqueline Cesario CPF: 053.893.889-76	Cristiane Tonolli Tomelim CPF: 904.679.909-30

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, os servidores:

Neuza F. Girelli CPF: 776.795.479-04	Valkíria T. F. Fronza CPF: 776.778.979-91	Mario B. Viviani CPF: 026.878.299-78	Edir A. F. Mazzi CPF: 472.463.759/53
---	--	---	---

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de Dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 096/2016**

PORTARIA no 096, de 09 de Dezembro de 2016.

Designa composição da Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2017.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações, Resolve:

I - DESIGNAR A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

1.1 - A Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2017 fica composta pelos seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO
Marizete D. N. Fiamoncini	PRESIDENTE
Paulo Andrey Vicente	SECRETÁRIO
Mariane Lúcia Bowens	MEMBRO

**II – RATIFICAR AS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

2.1 – Sem prejuízo das demais atribuições fixadas em Lei compete à Comissão Permanente de Licitações processar, analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e os documentos e propostas relativas às licitações efetivadas pelo Município de Doutor Pedrinho - SC, no exercício de 2017, sem ônus para a municipalidade.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 097/2016**

PORTARIA no 097, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art, 72, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 3º da Lei no 557, de 14 de maio de 2004, combinado com a Lei nº 267 de 28 de janeiro de 1997:

RESOLVE:

Alterar representantes do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de que trata a Portaria nº 104/2015 para o mandato de 10/09/2015 à 09/09/2017, na forma que segue:

“(…)



## 3. CONSELHO TUTELAR

a)

Titular :  
Edite Oliveira de Jesus

b

Suplente :  
Terezinha Tomelin Moser

(...)"

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, instituído pela Lei nº 557, de 14/05/2004, está composto, para o mandato de 10/09/2015 à 09/09/2017, pelos seguintes membros:

I -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:	
	1. ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	Titular :	Patricia Pessatto da Silva
	Suplente :	Marisia Judite Rozza
	2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
	Titular :	Giane Cristina Giacomozzi Claudino dos Santos
	Suplente :	Simone Maas Kunkel
	3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
	Titular :	Vania de Lourdes Ferreira
	Suplente :	Valkiria Terezinha Frainer Fronza
II -	REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:	
	1. CLUBE DE MÃES BEIJA-FLOR	
	Titular :	Beatriz Moser
	Suplente :	Idi Buzzi
	2. APP DO COLÉGIO FREI LUCÍNIO KORTE	
	Titular :	Silvia Odete P. Kisner
	Suplente :	Nilton Bruni Tomelin
	3. CONSELHO TUTELAR	
	Titular :	Edite Oliveira de Jesus
	Suplente :	Terezinha Tomelin Moser

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

**PORTARIA Nº 098/2016**

PORTARIA no 098, de 12 de Dezembro de 2016.

Altera período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a tramitação do Concurso Público nº 01/2016 homologado em 26 de fevereiro de 2016, a nomeação da primeira colocada através da Portaria nº 15/2016 e a desistência da segunda colocada, não restando outros candidatos aprovados para o cargo;

Considerando-se a proximidade do término do período de contratação temporária da profissional que vem suprimindo as necessidades da Rede Municipal de Saúde; Resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor DIOGENES MOSER, nas funções do emprego público de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.560,94 (um mil quinhentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 076 de 27/06/2014, alterada pela Portaria nº 159 de 15/12/2014, Portaria nº 041 de 15/03/2015, Portaria nº 078 de 22/06/2015, Portaria nº 131 de 07/12/2016 e Portaria nº 016 de 29/02/2016, que passa a ser de 01/07/2014 à 30/06/2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2016;  
28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 099/2016**

PORTARIA no 099, de 12 de Dezembro de 2016.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Atendente de Odontologia.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a alteração da Lei Complementar nº 32 de 06/04/2004, através da Lei Complementar nº 117 de 13/12/2013 onde incluiu o Emprego Público de Atendente de Odontologia no Grupo II dos empregos permanentes;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014, e a tramitação de Concurso Público para efetivação de profissional nesta área homologado em 26 de fevereiro onde não houveram candidatos aprovados para o cargo;

Considerando-se a proximidade do término do período de

contratação temporária da profissional que vem suprimindo as necessidades da Rede Municipal de Saúde; Resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora ELAINE CRISTINA CIPRIANI, nas funções do emprego público de Atendente de Odontologia, com carga horária 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.560,94 (um mil quinhentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 077 de 27/06/201 alterada pela Portaria nº 160 de 15/12/2014, Portaria nº 038 de 15/03/2015, Portaria nº 079 de 22/06/2015, Portaria nº 132 de 07/12/2015 e Portaria nº 014 de 29/02/2016, que passa a ser de 01/07/2014 à 30/06/2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2016;  
28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 100/2016**

PORTARIA no 100, de 12 de Dezembro de 2016.

Altera período de contratação temporária de servidor para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Médico Clínico Geral para o ESF.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF, na LC nº 47, de 14/06/2006, no § 1º do art. 153 da LC nº 50, de 16/10/2006, e na LC nº 57, de 30/05/2007; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a vacância do emprego público de médico em face de exoneração ocorrida na forma da Portaria nº 030/2015, e a tramitação de Concurso Público para efetivação de profissional nesta área;

Considerando-se a necessidade de manutenção do atendimento regular na rede básica municipal e nos programas e convênios específicos da área de saúde;

Considerando-se a proximidade do término do período de contratação temporária do profissional médico que vem suprimindo as necessidades da Rede Municipal de Saúde; Resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor JORGE MIGUEL BARBARAN BARTRA, nas funções do emprego público de Médico Clínico Geral para o ESF, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 16.207,53 (dezesesseis mil duzentos e sete reais e cinquenta e três centavos) mensais, admitido na forma da Portaria nº 092, de 01/07/2015, alterada pela Portaria nº 138, de 07/12/2015 e Portaria nº 011 de 22/02/2016, passando a ser de 01/07/2015 à 30/06/2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2016;  
28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 101/2016**

PORTARIA no 101, de 12 de Dezembro de 2016.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no cargo de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se a inserção de aluna portadora de necessidades especiais na turma regular, com necessidades de acompanhamento específico para aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para o convívio social, e o interesse de servidora titular em acompanhar a aluna; Considerando-se a aprovação desta candidata no Concurso Público nº 01/2016, a previsão do edital de contratação para suprir vagas temporárias com possível alteração de carga horária e da remuneração, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino Resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora GERONILDA ANHAYA ORIBKA, nas funções do emprego público de Professora I, com carga horária reduzida para 20 horas semanais e salário correspondente a R\$ 1.288,02 (Hum mil duzentos e oitenta e oito reais e dois centavos), previsto na Portaria nº 034 de 04/04/2016, que passa a ser de 04/04/2016 à 30/06/2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 102/2016**

PORTARIA no 102, de 16 de Dezembro de 2016.

Exonera servidora ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

A servidora JULIANA PURIM, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Administração e Finanças (DAS-2), para a qual foi nomeada pela Portaria nº 084, de 17/07/2014, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 103/2016**

PORTARIA no 103, de 16 de Dezembro de 2016.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

O servidor GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico (DAS-1), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 061/2016, de 02/07/2016, a contar de 30/12/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 104/2016**

PORTARIA no 104, de 16 de Dezembro de 2016.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

O servidor JOÃO OSLIN ODORIZZI, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Educação e Promoção Social (DAS-1), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 001/2009, de 01/01/2009, a contar de 30/12/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 105/2016**

PORTARIA no 105, de 16 de Dezembro de 2016.

Exonera servidora ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

A servidora KARIM DENISE VIVIANI, ocupante do cargo em comissão de Secretária de Saúde e Assistência Social (DAS-1), para a qual foi nomeada pela Portaria nº 020/2010, de 02/02/2010, a contar de 30/12/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 106/2016**

PORTARIA no 106, de 16 de Dezembro de 2016.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

**EXONERAR**

O servidor LEONARDO KRUGER, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Desporto e Cultura (DAS-1), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 001/2013, de 01/01/2013, a contar de 30/12/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 107/2016**

PORTARIA no 107, de 16 de Dezembro de 2016.

Concede Progressão por Habilitação aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com as devidas comprovações de conclusão dos cursos de pós-graduação; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável aos pleitos dos requerentes; Resolve:

**CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO**

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Mário Benício Viviani	Fiscal de Tributos Municipais	08/12/2016	15.1	15.2
Tassiana Ouriques Becker	Agente Administrativo II	02/01/2017	12.1	12.2

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 108/2016**

PORTARIA no 108, de 16 de dezembro de 2016.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; Resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Paulo Andrey Vicente	Fiscal de Posturas	21/11/2016	15.1 - G	15.1 - H
José Marcos Claudino dos Santos	Engenheiro Agrônomo	12/12/2016	10.1 - Y	10.1 - W

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 109/2016**

PORTARIA no 109, de 23 de Dezembro de 2016.

Torna sem efeito o provimento de Servidor Público efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, em face de decurso do prazo para posse, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e fundamentado nos artigos 21 e 23 da Lei Complementar nº 50/2006 e itens 8.1.2, "a", 8.2, 9.2.4 e 9.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2016; e CONSIDERANDO-SE que o candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2016, nomeado pelo ato abaixo, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios, intimado por diversos meios, não atendeu a convocação da Administração e não apresentou, no prazo legal, a documentação necessária para tomada de posse no emprego público;

CONSIDERANDO-SE a urgente necessidade de pessoal no emprego de Farmacêutico para manutenção dos atendimentos da rede municipal de saúde;

**RESOLVE:**

I - TORNAR SEM EFEITO o ato de provimento do seguinte Servidor Público efetivo:

NOME/DN	RG/CPF	EMPREGO PÚBLICO	PORTARIA Nº
DORLY GABRIEL KIRST (DN. 18/04/1985)	3.761.998-5 053.636.419-25	Farmacêutico	083/2016

II – AUTORIZAR a imediata convocação do candidato seguinte na classificação do Concurso Público para ocupar a vaga do emprego público de Farmacêutico junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal.

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 001/2015.

**Considerando-se:**

- a importância dos investimentos desta segunda etapa para implantação e melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município;
- o resultado do Processo Licitatório nº 45/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 001/2015;
- as condicionantes do Convênio mantido entre o Município e FUNASA para repasse voluntário de recursos para as obras de esgotamento sanitário;
- que a liberação da segunda parcela dos recursos ainda não foi efetuada pela FUNASA, tendo ocorrido a suspensão de execução da segunda etapa desde 07/12/2015, e que a continuidade das obras depende desse repasse;
- que, quando da elaboração do Projeto Básico licitado, a Rua Sabino Uber e parte da Rua Santa Catarina não estavam pavimentadas, sendo que agora na execução das obras as mesmas tem pavimento, alterando as condições contratuais;
- que a municipalidade promoveu a remoção do pavimento destas ruas mediante a execução de serviços com equipamentos públicos, suprimindo as deficiências existentes no Projeto Básico licitado;
- que a CONTRATADA pleiteou revisão contratual para reequilíbrio econômico/financeiro deste Contrato Administrativo nº 001/2015, em 26/08/2016, sendo prudente aguardar a liberação da segunda parcela dos recursos pela FUNASA para aferir o pleito apresentado e quantificar o percentual e/ou valor da recomposição de preço sobre o saldo contratual para manutenção das condições efetivas da proposta vencedora da licitação;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a manutenção deste contrato, inclusive para retomada do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O prazo de execução e vigência de que tratam as Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Administrativo nº 001/2015, firmado em 27/01/2015, fica alterado por este Termo aditando-se em mais 12 (doze) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 001/2015, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira alteração contratual firmada anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas



abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
Hartwig Persuhn	Valmir De Souza
Prefeito do MUNICÍPIO	Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Guilherme Giacomozzi Da Silva  
CPF: 066.715.369-10

Edir Ana Frainer Mazzi  
CPF: 472.463.759/53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2016**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 001/2016

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 034/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 001/2016;

Considerando-se o requerimento formulado pela empresa Auto Posto Doutor Pedrinho Ltda, pleiteando, com base no item 10.3 do Edital de Pregão nº 034/2015, as revisões nos preços propostos no pregão;

Considerando-se a comprovação dos aumentos do custo dos combustíveis depois da contratação com a municipalidade, com o conseqüente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.775.636/0001-70, com endereço à Rua Brasília, 403, Centro – Doutor Pedrinho - CEP: 89.126-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O valor do item 002 (Gasolina Comum) de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 001/2016, firmado em 11/01/2016, e reajustado pelo primeiro termo aditivo, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 3,597 (três reais e cinquenta e nove centavos e sete décimos de centavos) para R\$ 3,770 (três reais e setenta e sete centavos), a contar de 09/12/2016.

O valor do item 001 (Óleo Diesel) de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 001/2016, firmado em 11/01/2016, e reajustado pelo primeiro termo aditivo, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 2,989 (dois reais, noventa e oito centavos e nove décimos de centavos) para R\$ 3,210 (três reais e vinte e um centavos), a contar de 12/12/2016.

Parágrafo Único – O valor global estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 001/2016, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 001/2016, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 12 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN	KATIA C. P. NONES
PREFEITO MUNICIPAL	SÓCIA ADMINISTRADORA
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI  
CPF: 501.877.759-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759/53

**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 11/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 011/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 01/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 011/2015;

Considerando-se que a prestação de contas final da referida obra se encontra em análise, e eventualmente seja necessária alguma documentação adicional;

Considerando-se a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo em função do citado acima;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, com endereço à Rua Anita Garibaldi, nº 373, Bairro Centro cidade de Ibirama, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 011/2015, firmado em 26/02/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 011/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 15 de dezembro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN                      GILBERTO GRABOWSKI  
PREFEITO MUNICIPAL                  CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Testemunhas:  
GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA  
CPF: 066.715.369-10

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 027/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 07/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 027/2015;

Considerando-se que a prestação de contas final da referida obra se encontra em análise, e eventualmente seja necessária alguma documentação adicional;

Considerando-se a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo em função do citado acima;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, com endereço à Rua Anita Garibaldi, nº 373, Bairro Centro cidade de Ibirama, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 027/2015, firmado em 24/03/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 027/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 15 de dezembro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN                      GILBERTO GRABOWSKI  
PREFEITO MUNICIPAL                  CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Testemunhas:  
GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA  
CPF: 066.715.369-10

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 34/2011**

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 034/2011

Considerando-se:

- a importância dos investimentos para implantação e melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município;
- o resultado do Processo Licitatório nº 42/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;
- as condicionantes do Convênio mantido entre o Município e FUNASA para repasse voluntário de recursos para as obras de esgotamento sanitário, bem como as diversas interrupções na execução contratual em face da necessidade de espera pelas visitas técnicas, das condições climáticas desfavoráveis e das variadas alterações contratuais e respectivos aditivos ao projeto licitado, prejudicando o cumprimento do cronograma previsto;
- a previsão de conclusão das obras desta etapa de implantação do sistema de esgotamento sanitário nos próximos meses, bem como a suspensão de execução da segunda etapa desde 07/12/2015 até

a liberação de novo repasse para sua continuidade;

- que, dos valores estabelecidos na Sexta Alteração Contratual para o reequilíbrio econômico/financeiro (R\$ 78.093,76), apenas R\$ 58.038,85 foi devidamente compensado com a prestação de serviços com equipamentos públicos, conforme acompanhamento realizado no Processo Administrativo nº 2015/001, restando um saldo de R\$ 20.054,91 em favor da empresa CONTRATADA;
- que a CONTRATADA pleiteou nova revisão contratual para reequilíbrio econômico/financeiro do Contrato Administrativo nº 034/2011;
- que a liberação da quarta e última parcela dos recursos já ocorreu em 13/08/2015, devendo-se a demora na conclusão da obra apenas as dificuldades operacionais da própria CONTRATADA;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a finalização deste contrato, bem como para apresentação e apreciação da competente prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar - CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 034/2011, firmado em 09/05/2011, já alterado pelo primeiro, segundo, terceiro, quarto e sétimo termo aditivo, fica novamente alterado por este Termo aditando-se em mais 90 (noventa) dias o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

1.2 – Fica alterado o regime de adimplemento do saldo do débito relativo ao reequilíbrio econômico/financeiro do Contrato Administrativo nº 034/2011, previsto no Sexto Termo Aditivo, com pagamento em espécie do valor residual de R\$ 20.054,91 (vinte mil, cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos), para liquidação das obrigações do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 034/2011, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava alteração contratual firmadas anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 15 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN	VALMIR DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA
CONTRATANTE	VB LTDA
	CONTRATADA

Testemunhas:

GUILHERME GIACOMOZZI DA SILVA

CPF: 066.715.369-10

EDIR ANA FRAINER MAZZI

CPF: 472.463.759-53

### TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 41/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 041/2015.

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 18/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 41/2015;
- as condicionantes do Convênio nº 799567/2013 mantido entre o Município e o Governo Federal (Ministério do Turismo) para repasse voluntário de recursos para obras da área turística (Construção de Portal Turístico na localidade de Salto Donner);
- que as obras iniciaram com Ordem de Serviço em 26/05/2015, estando no 4º Boletim de Medição, tendo ocorrido duas liberações de recursos em 15/12/2015 (50%) e em 05/07/2016 (30%);
- que não há liberação da última parcela dos recursos do convênio até a presente data, e que a continuidade e/ou finalização das obras e/ou da execução contratual depende dessa liberação;
- que a CONTRATADA pleiteou revisão contratual para reequilíbrio econômico/financeiro deste Contrato Administrativo nº 041/2015, em 26/08/2016, sendo prudente aguardar a liberação da última parcela dos recursos pelo Ministério do Turismo para aferir o pleito apresentado e quantificar o percentual e/ou valor da recomposição de preço sobre o saldo contratual para manutenção das condições efetivas da proposta vencedora da licitação;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a manutenção deste contrato, inclusive para retomada do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 041/2015, firmado em 08/05/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 041/2015, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira alteração contratual firmada anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.



E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
Hartwig Persuhn Prefeito do MUNICÍPIO	Valmir De Souza Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Leonardo Kruger                      Edir Ana Frainer Mazzi  
CPF: 511.700.519-87              CPF: 472.463.759/53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 42/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 042/2015.

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 20/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 42/2015;
- as condicionantes do Convênio nº 792496/2013 mantido entre o Município e o Governo Federal (Ministério do Turismo) para repasse voluntário de recursos para obras da área turística (Estrutura de Apoio ao Visitante na Localidade de Salto Donner);
- que as obras iniciaram com Ordem de Serviço em 03/06/2015, estando no 5º Boletim de Medição, tendo ocorrido apenas a primeira liberação de recursos (50%) em 15/12/2015;
- que não há liberação da última parcela dos recursos do convênio até a presente data, e que a continuidade e/ou finalização das obras e/ou da execução contratual depende dessa liberação;
- que a CONTRATADA pleiteou revisão contratual para reequilíbrio econômico/financeiro deste Contrato Administrativo nº 042/2015, em 26/08/2016, sendo prudente aguardar a liberação da última parcela dos recursos pelo Ministério do Turismo para aferir o pleito apresentado e quantificar o percentual e/ou valor da recomposição de preço sobre o saldo contratual para manutenção das condições efetivas da proposta vencedora da licitação;
- a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a manutenção deste contrato, inclusive para retomada do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 042/2015, firmado em 08/05/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 042/2015, com as modificações introduzidas pelo presente termo e pela primeira alteração contratual firmada anteriormente, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
Hartwig Persuhn Prefeito do MUNICÍPIO	Valmir De Souza Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Leonardo Kruger                      Edir Ana Frainer Mazzi  
CPF: 511.700.519-87              CPF: 472.463.759/53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 51/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 051/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 27/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 051/2015;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços, a disponibilidade do profissional CONTRATADO e a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Cláusula Quinta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.209.146/0001-16, situado à Rua MIRADOR, 55 – SALA 04, ANDAR 01, CENTRO, cidade de PRESIDENTE GETULIO, SC – CEP: 89.150-000 neste ato representado pelo SR. NILCELIO MARCELINO, CPF sob nº 028.208.379-05, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 051/2015, firmado em 19/06/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 051/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

NILCELIO MARCELINO  
PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

Testemunhas:

TASSIANA OURIQUES BECKER      EDIR ANA FRAINER MAZZI

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 53/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 053/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 29/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 053/2015;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços na rede municipal de saúde para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 4.1 de sua Cláusula Quarta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.257.200/0001-40, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa CLÍNICA MÉDICA SCHMITT LTDA-ME, com sede na Rua Canoinhas, 54 – Sala 01,03,05 e 06, Sete de Setembro, Gaspar/SC, sob o CNPJ nº 10.741.096/0001-00, neste ato representada pelo Dr. JOSÉ FERNANDO SCHMITT, CPF sob nº 304.234.909-82, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 053/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 053/2015, firmado em 13/07/2015, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2017.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 053/2015, firmado em 13/07/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Rescisão:**

2.1 – Fica acordado que se o profissional desejar reincidir este contrato para assumir compromissos em outro município, desde que seja uma decisão de comum acordo, não será gerado ônus para ambas as partes.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação:**

3.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 053/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN      FERNANDO SCHMITT  
PREFEITO MUNICIPAL      CLÍNICA MÉDICA SCHMITT LTDA ME

Testemunhas:

KARIM DENISE VIVIANI      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 594.372.199-15      CPF: 472.463.759-53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 54/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 054/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 29/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 054/2015;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços na rede municipal de saúde para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 4.1 de sua Cláusula Quarta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.257.200/0001-40, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa RODRIGO GERMANO BONFANTI ME, com sede na Rua Antônio Woestemeier, 173 – Sala 01, cidade de Blumenau/SC, sob o CNPJ nº 21.022.350/0001-29, neste ato representada pelo Dr. RODRIGO GERMANO BONFANTI, CPF sob nº 936.294.199-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 054/2015, firmado em 13/07/2015, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2017.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 054/2015, firmado em 13/07/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Rescisão:**

2.1 – Fica acordado que, se o profissional desejar reincidir este contrato para assumir compromissos em outro município, desde que seja uma decisão de comum acordo, não será gerado ônus para ambas as partes.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação:**

3.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 053/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

DR. RODRIGO GERMANO BONFANTI  
RODRIGO GERMANO BONFANTI ME

Testemunhas:

KARIM D. VIVIANI  
CPF: 594.372.199-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 54/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 054/2016.

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 28/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 54/2016;

Considerando-se as condicionantes do repasse do convênio mantido entre o Município e o Estado de Santa Catarina para repasse voluntário de recursos para as obras de reforma e ampliação da Creche Frei Bruno Linden;

Considerando-se que o contrato foi firmado em dez de novembro desse ano, inviabilizando o cumprimento do cronograma previsto dentro do período estabelecido no contrato;

Considerando-se a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a plena execução deste contrato, inclusive na observância do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 054/2016, firmado em 10/11/2016, fica alterado por este Termo, aditando-se em 12 (doze) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 054/2016, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN	VALMIR DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA
CONTRATANTE	VB LTDA
	CONTRATADA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI  
CPF: 501.877.759-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759/53

### **TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 62/2015**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 062/2015.

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 33/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 62/2015;

Considerando-se as condicionantes do repasse fundo a fundo mantido entre o Município e o Ministério da Saúde para repasse voluntário de recursos para as obras de ampliação da unidade de saúde;

Considerando-se que há a necessidade de encaminhar a prestação de contas final da referida obra sendo que, eventualmente seja necessária alguma documentação adicional;

Considerando-se a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo em função do citado acima;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 062/2015, firmado em 14/12/2015, fica alterado por este Termo, aditando-se em 06 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2017, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 062/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 15 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN	VALMIR DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA
CONTRATANTE	VB LTDA
	CONTRATADA

Testemunhas:

KARIM D. VIVIANI  
CPF: 594.372.199-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 62/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 062/2015.

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 33/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 62/2015;
- as condicionantes do repasse fundo a fundo mantido entre o Município e o Ministério da Saúde para repasse voluntário de recursos para as obras de ampliação da unidade de saúde;
- que o contrato foi firmado em catorze de dezembro de 2015, com prorrogação de prazo pelo Primeiro Termo Aditivo firmado em 17/12/2015;
- a necessidade de acréscimo das melhorias e/ou itens não previstos no quantitativo do Projeto Básico licitado, em especial para melhoria de acessibilidade na edificação e funcionalidade da lavanderia;
- o Parecer Técnico favorável ao aditamento contratual emitido pela Assessoria de Engenharia da municipalidade;
- a previsão contratual e legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro, cidade de Gaspar CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - Fica aditado ao objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 062/2015, firmado em 14/12/2015, os seguintes itens e quantitativos:

Nº	MATERIAL/SERVIÇO	QUANT.	UNIT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Serviços Extras Executados				
1.1	Soleira e peitoril em granito largura de 15 cm assentado com argamassa traço 1:4 (cimento e areia média ) preparo manual da argamassa (Deinfra -sc 43865)	41,22	m	101,98	4.203,62
1.2	Fornecimento e colocação de balcão de granito 110x50 cm duplo com acabamento boleado apoiado sobre pilaretes de mesmo material (preço mercado )	1,10	m²	435,25	478,78
1.3	Cerâmica - Piso Antiderrapante inclusive rodapé	35,00	m²	39,38	1.378,30
1.4	Demolição de concreto simples (Sinapi sc 73616)	1,16	m³	196,21	227,60
1.5	Lastro de concreto, preparo mecanico, inclusos aditivos impermeabilizante, lançamento e adensamento (Sinapi sc 83584) rampas de acesso p/ deficiência físico	1,28	m³	465,14	595,38

1.2 – Em razão do aditamento do objeto, na forma tratada no item anterior, fica acrescido R\$ 6.883,67 (seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos) ao valor total do contrato (Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 062/2015), o qual passará a ser de R\$ 233.883,67 (duzentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 062/2015, com as alterações de que tratam o Primeiro Termo Aditivo, firmado em 17/12/2015, e este instrumento, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, em 28 de novembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN	VALMIR DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO CONTRATANTE	REPRESENTANTE LEGAL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA CONTRATADA

Testemunhas:

KARIM DENISE VIVIANI  
CPF: 594.372.199-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759/53



**TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 63/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2015.

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 32/2015, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 063/2015;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços no município de Doutor Pedrinho para o próximo exercício, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 4.1 de sua Cláusula Quarta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, IPM INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na AVENIDA TRAMPOWSKI, 354 □- 7º andar □- Bairro Centro □- Florianópolis/SC representada pelo Sr. ALDO LUIZ MEES - CPF nº 292.867.519-15, neste ato denominado CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Alteração:**

1.1 □- O contrato Administrativo nº 63/2015, firmado em 17 de dezembro de 2015, fica renovado, por este termo, para igual objeto no exercício de 2017.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 063/2016, firmado em 17/12/2016, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 17/12/2017, prorrogável mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais legislações aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - 3.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 063/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho (SC), 16 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN Prefeito CONTRATANTE	ALDO LUIZ MEES IPM INFORMATICA LTDA CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

TASSIANA OURIQUES BECKER  
CPF: 059.306.289/20

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759/53

**TERMO SUPRESSIVO DO CONTRATO Nº 50/2016**

TERMO SUPRESSIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 50/2016

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 27/2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 50/2016;

Considerando-se que o Contrato foi firmado em 08/09/2016 para vigorar até 31/12/2016, e que após a última medição foi verificado a necessidade de Termo Supressivo para excluir itens que não foram necessários para a obra;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.628.996/0001-96 com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de setembro, cidade de Gaspar/SC, CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Supressivo ao Contrato Administrativo nº 50/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O quantitativo de materiais e serviços constantes do Projeto Executivo do objeto contratual de que trata o Contrato Administrativo nº 50/2016, firmado em 08/09/2016, fica reduzido na forma deste Termo, suprimindo-se os materiais e serviços identificados pelos itens 2.1.5 (Fornecimento e colocação de aparelhos de apoio neoprene / R\$780,49) e 5.1 (Limpeza e desmobilização / R\$ 106,65) constantes da Planilha Orçamentária da proposta vencedora.

1.2 - Em face da supressão dos itens de que trata este Termo, o valor do contrato de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 50/2016, fica reduzido em R\$ 887,14 (oitocentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos), passando a totalizar o valor final de R\$ 90.312,86 (noventa mil, trezentos e doze reais e oitenta e seis centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 50/2016, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 19 de Dezembro de 2016.

MUNICÍPIO CONTRATADA

HARTWIG PERSUHN - Prefeito VALMIR DE SOUZA – Repres. Legal

Testemunhas:

Nome: JOÃO OSLIN ODORIZZI  
CPF: 501.877.759-15

Nome: EDIR A. F. MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 2148/2016

DECRETO 2148, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica cancelada parcialmente, no valor de R\$ 25.000,00, a seguinte dotação orçamentária suplementada por superávit em 07 de outubro de 2016, através do Decreto Municipal nº 2.121/2016: ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROJ/ATIV – 1.007 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – EDUC.INFANTIL 217 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0001.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 25.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária: ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROJ/ATIV – 1.008 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – EDUC.INFANTIL 222 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0001.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrão à conta do cancelamento parcial da suplementação citada no artigo 1º, utilizando superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.  
Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2149/2016

DECRETO 2149, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo

presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 2.767,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROJ/ATIV – 2.013 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR 51 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.0041 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.290,00 PROJ/ATIV – 2.043 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 74 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.0043 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.460,00 PROJ/ATIV – 2.044 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE 76 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.0042 – Aplicações Diretas ..... R\$ 17,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0037- 41 – 42 – 43 – PNAE - Outras Transferências do FNDE, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.  
Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2150/2016

DECRETO 2150, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 10.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS UNIDADE 02– DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS PROJ/ATIV –1.016 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS 185 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2150/2016, de 02 de dezembro de 2016

#### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2015

Fonte de Recurso 0000 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.094.248,84
(-) Passivo Financeiro	(677.812,58)
Superávit Financeiro	1.416.436,26
Deduções	
Decreto n.º 2051/2016	18.000,00
Decreto n.º 2062/2016	30.000,00
Decreto n.º 2066/2016	200.000,00
Decreto n.º 2072/2016	10.000,00
Decreto n.º 2076/2016	4.220,77
Decreto n.º 2078/2016	30.600,00
Decreto n.º 2084/2016	37.500,00
Decreto n.º 2087/2016	75.300,00
Decreto n.º 2089/2016	8.000,00
Decreto n.º 2091/2016	50.000,00
Decreto n.º 2093/2016	7.000,00
Decreto n.º 2094/2016	17.082,08
Decreto n.º 2095/2016	30.000,00
Decreto n.º 2096/2016	120.000,00
Decreto n.º 2100/2016	100.000,00
Decreto n.º 2103/2016	70.000,00
Decreto n.º 2107/2016	121.450,00
Decreto n.º 2114/2016	24.000,00
Decreto n.º 2119/2016	40.000,00
Decreto n.º 2120/2016	50.000,00
Decreto n.º 2121/2016	240.000,00
Decreto n.º 2123/2016	45.300,00
Decreto n.º 2125/2016	5.000,00
Decreto n.º 2127/2016	12.000,00
Decreto n.º 2130/2016	4.500,00
Decreto n.º 2135/2016	27.000,00
Decreto n.º 2141/2016	29.000,00
Decreto n.º 2150/2016	10.000,00
Saldo	483,41

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

#### DECRETO 2151/2016

DECRETO 2151, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica cancelada parcialmente, no valor de R\$ 88.368,30, a seguinte dotação orçamentária suplementada por provável excesso de arrecadação em 16 de setembro de 2016, através do Decreto Municipal nº 2.112/2016:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01– SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – SEC.DE AGRICULTURA

215 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0034.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 88.368,30

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 123.722,69 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02– DIRETORIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.031 – CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

122 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0034.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 123.722,69

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrão à conta do cancelamento parcial da suplementação citada no artigo 1º e utilizando o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 34.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO 2152/2016

DECRETO 2152, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento

vigente do Município, no valor de R\$ 40.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária do FMS:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

16 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Municípios .....  
..... R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2153/2016

DECRETO 2153, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 92.800,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias;:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

52 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.800,00

PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

56 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 85.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

54 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.800,00

PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

58 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0019 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2154/2016

DECRETO 2154, de 02 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 135,54 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

64 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.0044 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 135,54

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0037- 44 – PNAT - Outras Transferências do FNDE, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2155/2016

DECRETO 2155, de 12 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 20.954,75 para suplementar



as seguintes dotações orçamentárias;:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
223 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0019 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.000,00  
PROJ/ATIV – 1.004 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE  
ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENS.FUNDAMENTAL  
42 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.754,75  
PROJ/ATIV – 1.007 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE  
ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENS.INFANTIL  
47 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.200,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:  
ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
58 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0019 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.000,00  
PROJ/ATIV – 1.004 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE  
ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENS.FUNDAMENTAL  
41 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.754,75  
PROJ/ATIV – 1.007 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE  
ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENS.INFANTIL  
46 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de dezembro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2156/2016

DECRETO 2156, de 12 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 63,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.044 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE  
76 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.0042 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 63,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de

arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0037- 42 – PNAE - Outras Transferências do FNDE, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de dezembro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2157/2016

DECRETO 2157, de 12 de dezembro de 2016

Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2017.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições legais do seu cargo, e, objetivando o cumprimento dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000(LRF)

DECRETA:

Art. 1º O desdobramento da receita prevista no Orçamento Fiscal do Município em metas bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso mensal, cuja dinâmica ficará submetida a execução orçamentária do exercício, são os estabelecidos, respectivamente, nos Anexo I e Anexo II deste Decreto.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de dezembro de 2016. Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 12 de dezembro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2158/2016

DECRETO 2158, de 12 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 13.730,11 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
65 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0062.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 13.730,11

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0062 Transferências de Convênio – Estado Educação, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2159/2016

DECRETO 2159, de 15 de dezembro de 2016.

DÁ CUMPRIMENTO A DESCISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam suspensos os efeitos do Termo de Rescisão Unilateral de Contrato firmado entre o Município de Erval Velho e FM Pneus Ltda, em cumprimento a liminar disposta nos autos nº 0300903-34.2016.8.24.0235 da Comarca de Herval d'Oeste.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 15 de dezembro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2160/2016

DECRETO 2160, de 19 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 1.265,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária;:

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV – 2.051 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

146 - 3.3.40.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Municípios ..... R\$ 1.265,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:  
ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV – 2.051 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

147 - 3.3.40.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.265,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 19 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2161/2016

DECRETO 2161, de 20 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 13.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária;:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
56 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 – Transferências a Municípios ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:  
ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
58 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0019 – Transferências a Municípios ..... R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2162/2016**

DECRETO 2162, de 21 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 29.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária do FMS:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

16 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 29.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 29.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2163/2016**

DECRETO 2163, de 22 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 6.688,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 0.002 – AMORTIZ. PRINCIPAL ENCARGOS DIVIDA/ ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

19 – 4.6.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.688,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à

presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 100 – Recursos Próprios, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 002//2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 008/2016

Edital de Dispensa de Licitação nº 002/2016

Objeto: Locação de Sistemas de Gestão Pública Municipal para o ano de 2017

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 5.256,00 (cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais).

Substrato Jurídico: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Silvano Rodrigo Pratto

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 011/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 070/2016

Edital de Dispensa de Licitação nº 011/2016

Objeto: Contratação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para o ano de 2017

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Valor do Contrato: R\$ 7.035,00 ( Sete mil e trinta e cinco reais).

Substrato Jurídico: artigo 24, XVI, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

**LEI 1432/2016**

Lei n. 1432, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a condução de veículo oficial e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os servidores públicos municipais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência ou indisponibilidade de servidores ocupantes do cargo de Motorista, poderão

dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros ou coletivo, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação adequada ao veículo, possuir treinamento em órgão especializado para transporte coletivo quando exigido por lei e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertencam.

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 07 de dezembro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1433/2016

Lei n. 1433, de 07 de dezembro de 2016.

Autoriza a Firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Rádio Patrulha da Polícia Militar.

Artigo 2º- Para a manutenção dos serviços descritos no art. 1º o Município repassará mensalmente o valor equivalente a 500 (quinhentos) litros de gasolina, tendo como referência para a base de cálculo o preço do litro de gasolina adquirido pelo Município naquele mês.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Artigo 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 07 de dezembro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3260/2016

PORTARIA 3260, de 02 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar os servidores contratados em caráter temporário do Quadro do Magistério Público Municipal conforme abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Bruna Primo	Professor ACT	Portaria n. 3190, de 22/02/2016
Fernando Poggere	Professor ACT	Portaria n. 3196, de 01/03/2016
Marcia A. Dadalt Fedrigo	Professor ACT	Portaria n. 3242, de 01/08/2016
Pamela Fagundes Serena	Professor ACT	Portaria n. 3188, de 15/02/2016
Sandra R. Marcon Fattori	Professor ACT	Portaria n. 3186, de 10/02/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA 3261/2016

PORTARIA 3261, de 02 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Comissionados e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar os servidores ocupantes de cargos de provimento comissionado relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Laurici Michelotto Felipiaki	Diretor de Escolas	Portaria n. 3041, de 03/02/2015
Neidy Dayana de Almeida Filippin	Coordenador de Cultura	Portaria n. 2981, de 11/08/2014
Paulo Roberto de Mattos	Gerencia de Esportes	Portaria n. 3077, de 17/03/2015
Sandra Masson	Secretária de Educação, Cultura e Esportes	Portaria n. 3033, de 02/02/2015
Vânia Recalcatti Piovesan	Ass. Técnico Pedagógico	Portaria n. 2917, de 05/03/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 02 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.



**PORTARIA 3262/2016**

PORTARIA 3262, de 05 de dezembro de 2016.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 19 de dezembro de 2016 à 17 de janeiro de 2017, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Adiles Terezinha Neris	Agente de Serv. Gerais II	01/10/2007	A	30/09/2008
Charlene Ap. M. Fiorese	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Claudete O. da Silva Piovesan	Professor	18/07/2015	A	17/07/2016
Daniela Terezinha de Mattos	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Dionilde Sutil	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Ducinei Cardozo de Aguiar	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2016	A	01/01/2017
Eliane Pinto Lisot	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Elisiane de Lima de Oliveira	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Elissonia Sutil Mazzetto	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Flavia Aparecida Girardi	Professor	01/08/2015	A	31/07/2016
Francine Assmann	Téc. Atividades Administrativas	02/01/2016	A	01/01/2017
Giceli de Fátima B. Bonadiman	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Giuliana Ganzer	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Jackson Luiz Nunes	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Laura Taiza Vettori	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Loreli Pinto Giacomini	Professor	24/12/2015	A	23/12/2016
Marcia Carabolante Coffferri	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2016	A	01/01/2017
Marcilei F. da Silva Vettori	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2016	A	01/01/2017
Maria Helena Dahmer Olivo	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Maria Nelci Filippiaki	Agente de Serviços Gerais II	09/12/2015	A	08/12/2016
Marli Ferreira da Silva	Agente de Serviços Gerais II	14/03/2015	A	13/03/2016
Marta Ana Schmidt	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Naimo Balestrin	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Patricia de Sordi	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Paula Recalcatti Palavro	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Rúbia Bof	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Simara Pedroso Vettori	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Solange da Luz	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2016	A	01/01/2017
Solide Contini	Agente de Serviços Gerais II	02/01/2016	A	01/01/2017
Sonia Regina Silva	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Tamara Rizzotto Favaro	Professor	01/01/2016	A	31/12/2016
Tânia M. Antunes Alberti	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017
Vera M. Cezar Borin	Professor	02/01/2016	A	01/01/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 05 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3263/2016**

PORTARIA 3263, de 05 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Comissionados e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar os servidores ocupantes de cargos de provimento comissionado relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Francisco Delmar Davoglio	Sec. Transp. Obras e Serv. Urbanos.	Portaria n. 2873, de 21/01/2014
Ivo Jandir Alberti	Diretor de Transp. e Obras	Portaria n. 3070, de 06/03/2015
Saulo Daniel Marin	Diretor de Planejamento e Coordenação	Portaria n. 3256, de 01/11/2016
Uelinson Samuel Bernart	Diretor de Agric. e Vigilância Sanitária Animal	Portaria n. 2772, de 04/03/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 05 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 3264/2016**

PORTARIA 3264, de 05 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar os servidores contratados em caráter temporários relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Carla Teodoro	Téc. em Enfermagem	Portaria n. 3076, de 17/03/2015
Jonei de Moraes	Agente de Serv. Gerais I	Portaria n. 3218, de 03/05/2016
Marinez de Oliveira Tozatti	Téc. em Enfermagem	Portaria n. 3064, de 02/03/2015
Odair José de Moraes	Agente de Serv. Gerais I	Portaria n. 3138, de 02/10/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 05 de dezembro de 2016.

Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 3265/2016**

PORTARIA 3265, de 12 de dezembro de 2016.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 005/2016 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 005/2016 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido Processo Seletivo, sob a responsabilidade da empresa GEORGE ALMEIDA "Aprender.Com" – Cursos e Treinamentos.

**Titulares:**

1. Alessandra Tonial
2. Adriana Galhotto dos Santos
3. José Lindomar Recalcatti

**Suplentes:**

4. Sandra Masson
5. Gelson Camilo Dalmedico

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 12 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3266/2016**

PORTARIA 3266, de 16 de dezembro de 2016.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a servidora DALVANA CONTINI, contratada no cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, conforme Portaria n. 3187, de 11 de fevereiro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 16 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1775/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1775/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº. 33/2016

As 09:00 horas do dia 28 de dezembro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, GESUL COMERCIAL LTDA, JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, MB CATARINENSE LTDA – ME e POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA.

Iniciada a sessão, com a presença dos representantes das empresas, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a análise e julgamento das propostas de preços do Processo Licitatório foi habilitado para rodada de lances as empresas ME's e EPP's situadas na Região da AMERIOS conforme item 4.3.2, após a rodada de lances de cada item foi analisado os valores unitários da proposta da empresa POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA, dando a vantagem dos 10% as empresas situadas na Região da AMERIOS, sendo que os itens 05 e 06 da empresa POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA foi desclassificados pelo motivo de que os prospectos estavam em desacordo com o exigido. Finalizando a fase da rodada de lances foi adjudicado as seguintes proponentes:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	4,00	UND	GESUL COMERCIAL LTDA	CONDICIONADOR DE AR COMPLETO NOVO DO TIPO SPLIT COM UNIDADE INTERNA E EXTERNA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 BTUS/H, COM RESFRIAMENTO E AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E DEZUMIDIFICAÇÃO, COM CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM VOLTAGEM 220V, CONTROLE REMOTO A DISTANCIA, COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. GREE/ GWC12MB	R\$ 1.850,00
2	4,00	UND	GESUL COMERCIAL LTDA	CONDICIONADOR DE AR COMPLETO NOVO DO TIPO SPLIT COM UNIDADE INTERNA E EXTERNA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 30.000 BTUS/H, COM RESFRIAMENTO E AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E DEZUMIDIFICAÇÃO, COM CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM VOLTAGEM 220V, CONTROLE REMOTO A DISTANCIA, COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. ELETROLUX TI30R/TE30R	R\$ 5.530,00
3	1,00	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	SECADORA DE ROUPA DE PISO NOVA COM CAPACIDADE DE ROUPA ÚMIDA DE NO MÍNIMO 10KG, POTENCIA DE FUNCIONAMENTO COM RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO 1750 WTS, COR BRANCA, COM NO MÍNIMO 5 PROGRAMAS DE SECAGEM, POSSUIR DESODORIZADOR, TEMPERATURAS DE SECAGEM DE NO MÍNIMO 60 GRAUS NO MODO NORMAL E NO MODO DELICADO DE NO MÍNIMO 45 GRAUS, POSSUIR FILTRO DE FIAPOS, PÉS REGULÁVEIS, ABERTURA DA TAMPA FRONTAL, VELOCIDADE DO CESTO COM ROUPAS DE NO MÍNIMO 56RPM, CABO DE ALIMENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 1,5 METROS, VOLTAGEM DE 220 VOLTS, POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. BRASTEMP BSR10AB	R\$ 2.185,00
4	2,00	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL NOVA (COPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO) JATO DE TINTA COLORIDA COM SISTEMA DE TANQUE DE TINTA DE FABRICA, OS TANQUES DE TINTA DEVERÃO ESTAR COMPLETOS DE TINTA ORIGINAL DA FABRICANTE, USB 2.0, WIRELESS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO NA COR PRETA DE NO MÍNIMO DE 33PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO NA COR COLORIDA DE NO MÍNIMO DE 15PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO NO MÍNIMO 5760 X 1440 dpi, VOLTAGEM BIVOLT. POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. EPSON L375	R\$ 1.270,00
5	4,00	UND	ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TEC. LTDA	MICRO COMPUTADOR COMPLETO NOVO COM PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 3.70 GHZ, MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4GB, PLACA MÃE COM VGA, SOM, REDE, TECLADO ABNT, MONITOR LED COLORIDO DE NO MÍNIMO 19 POLEGADAS, HD DE NO MÍNIMO 500 GB, MOUSE ÓPTICO, GABINETE MINI TORRE ATX, DUAS CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS, REGUA DE ENERGIA, GRAVADOR E LEITOR DE DVD/CD ROM, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS ATUAL E SISTEMA OFFICE ATUAL INSTALADO, POSSUIR TODOS OS CABOS E COMPONENTES PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. WISESTANDAR - AOC	R\$ 2.750,00

6	4,00	UND	MB CATARINENSE LTDA - ME	NOTEBOOK NOVO COM TELA LED DE NO MÍNIMO 14 POLEGADAS, PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 2GHZ, CHIPSET PLACA MÃE INTEGRADO AO PROCESSADOR, MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 4 GB EXPANSIVA DE NO MÍNIMO 8GB, HD DE NO MÍNIMO 500 GB, PLACA DE VÍDEO COMPARTILHADA, NO MÍNIMO 01 CONEXÃO VGA, 01 HDMI, 02 USB 2.0, 01 USB 3.0, LEITOR DE CARTÃO 6x1, DRIVE ÓPTICO DVD+RW, WEB CAM DE NO MÍNIMO 0,3MP, REDE DE NO MÍNIMO 10/100Mbps, REDE WIRELESS DE NO MÍNIMO 802.11b/g/n, BLUETOOTH, BATERIA DE NO MÍNIMO 4 CÉLULAS LITHIUM ION, FONTE DE CARREGAMENTO BIVOLT, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS ATUAL E SISTEMA OFFICE ATUAL INSTALADO, POSSUIR TODOS OS CABOS E COMPONENTES PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. SAMSUNG ESSENTIALS E31	R\$ 2.730,00
7	1,00	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMÁTICA NOVA COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 15 KG DE ROUPA SECA, COR BRANCA, COM FILTRO PARA FIAPOS, DISPENSER PARA PRODUTOS DE LIMPEZA EM PÓ OU LÍQUIDO, COM NO MÍNIMO 12 PROGRAMAS, CLASSIFICAÇÃO DE ENERGIA (A), CINTRIFUGADORA, VOLTAGEM DE 220V, POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. ELETROLUX LTD15	R\$ 2.130,00
8	1,00	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TANQUE EM FIBRA COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 50 LITROS DE ÁGUA, COM NO MÍNIMO UMA PORTA NA PARTE FRONTAL, COM BANCADA PARA LAVAR ROUPAS, MEDINDO NO MÍNIMO 94x70x60cm. SERCEL	R\$ 475,00

Sendo um valor total de R\$ 58.770,00

Encerada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances, o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

e acordo:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1775/2016 - GESUL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 1775/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 33/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/12/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa GESUL COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.711.959/0001-40, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, nº. 662, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. LUIZ FLACH, inscrito no CPF/MF sob nº. 883.832.700-97 e Identidade nº. 3103620, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1775/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 33/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	4,00	UND	CONDICIONADOR DE AR COMPLETO NOVO DO TIPO SPLIT COM UNIDADE INTERNA E EXTERNA, CAPACIDADE DE 12.000 BTUS/H, COM RESFRIAMENTO E AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E DEZUMIDIFICAÇÃO, COM CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM VOLTAGEM 220V, CONTROLE REMOTO A DISTANCIA, COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA GREE/ GWC12MB	R\$ 1.850,00
2	4,00	UND	CONDICIONADOR DE AR COMPLETO NOVO DO TIPO SPLIT COM UNIDADE INTERNA E EXTERNA, CAPACIDADE DE 30.000 BTUS/H, COM RESFRIAMENTO E AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E DEZUMIDIFICAÇÃO, COM CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM VOLTAGEM 220V, CONTROLE REMOTO A DISTANCIA, COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA ELETROLUX TI30R/TE30R	R\$ 5.530,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.



**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

- I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;
- III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.
- IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1775/2016.
- V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.
- VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.
- VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.
- VIII - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 12 meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos produtos os seguintes funcionários:

Maristela Valer  
Leandro Neuhaus;

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra e entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA – RECISÃO**

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		LUIZ FLACH
CPF: 024.900.719-39		CPF: 883.832.700-97
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1775/2016 - JP****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Licitatório nº. 1775/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 33/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/12/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua do Bosque, nº. 191, na cidade de Cunha Porã - SC, neste ato representada pelo Sr. JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, inscrito no CPF/MF sob nº. 041.562.419-39 e Identidade nº. 4.016.444, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1775/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 33/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
3	1,00	UND	SECADORA DE ROUPA DE PISO NOVA COM CAPACIDADE DE ROUPA ÚMIDA DE 10KG, POTÊNCIA DE FUNCIONAMENTO COM RESISTÊNCIA DE 1750 WTS, COR BRANCA, COM 5 PROGRAMAS DE SECAGEM, POSSUIR DESODORIZADOR, TEMPERATURAS DE SECAGEM DE 60 GRAUS NO MODO NORMAL E NO MODO DELICADO DE 45 GRAUS, POSSUIR FILTRO DE FIAPOS, PÉS REGULÁVEIS, ABERTURA DA TAMPA FRONTAL, VELOCIDADE DO CESTO COM ROUPAS DE 56RPM, CABO DE ALIMENTAÇÃO DE 1,5 METROS, VOLTAGEM DE 220 VOLTS, POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA BRASTEMP BSR10AB	R\$ 2.185,00
4	2,00	UND	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL NOVA (COPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO) JATO DE TINTA COLORIDA COM SISTEMA DE TANQUE DE TINTA DE FABRICA, OS TANQUES DE TINTA DEVERÃO ESTAR COMPLETOS DE TINTA ORIGINAL DA FABRICANTE, USB 2.0, WIRELESS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO NA COR PRETA DE 33PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO NA COR COLORIDA DE 15PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE 5760 X 1440 dpi, VOLTAGEM BIVOLT. POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA EPSON L375	R\$ 1.270,00
7	1,00	UND	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMÁTICA NOVA COM CAPACIDADE DE 15 KG DE ROUPA SECA, COR BRANCA, COM FILTRO PARA FIAPOS, DISPENSER PARA PRODUTOS DE LIMPEZA EM PÓ OU LÍQUIDO, COM 12 PROGRAMAS, CLASSIFICAÇÃO DE ENERGIA (A), CINTRIFUGADORA, VOLTAGEM DE 220V, POSSUIR TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA ELETROLUX LTD15	R\$ 2.130,00
8	1,00	UND	TANQUE EM FIBRA COM CAPACIDADE DE 60 LITROS DE ÁGUA, COM UMA PORTA NA PARTE FRONTAL, COM BANCADA PARA LAVAR ROUPAS, MEDINDO 94x70x60cm. SERCEL	R\$ 475,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1775/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 12 meses.

IX - Os itens 3, 4, 7 e 8, deverão ser instalados em local e horário estipulado pela administração municipal sem custo e em pleno

funcionamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos produtos os seguintes funcionários:

Maristela Valer

Leandro Neuhaus;

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra e entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações

posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		JACKSON NEIMAR PEDRASSANI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 041.562.419-39
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1775/2016 - MB****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Licitatório nº. 1775/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 33/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/12/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MB CATARINENSE LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.961.181/0001-52, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 1069, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. FABIO MARLON MACHADO, inscrito no CPF/MF sob nº. 066.868.919-67 e Identidade nº. 5.069.383, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1775/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 33/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
6	4,00	UND	NOTEBOOK NOVO COM TELA LED DE 14 POLEGADAS, PROCESSADOR INTEL CORE I3 COM 2GHZ, CHIPSET PLACA MÃE INTEGRADO AO PROCESSADOR, MEMÓRIA RAM DE 4 GB EXPANSIVA DE 8GB, HD DE 1TB, PLACA DE VÍDEO COMPARTILHADA, 01 CONEXÃO VGA, 01 HDMI, 02 USB 2.0, 01 USB 3.0, LEITOR DE CARTÃO 6x1, DRIVE ÓPTICO DVD+RW, WEB CAM DE 0,3MP, REDE DE 10/100Mbps, REDE WIRELESS DE 802.11b/g/n, BLUETOOTH, BATERIA DE 4 CÉLULAS LITHIUM ION, FONTE DE CARREGAMENTO BIVOLT, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 E SISTEMA OFFICE ATUAL INSTALADO, POSSUIR TODOS OS CABOS E COMPONENTES PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. MARCA SAMSUNG ESSENTIALS E31	R\$ 2.730,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1775/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 12 meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos produtos os seguintes funcionários:

Leandro Neuhaus;

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra e entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois)



anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		FABIO MARLON MACHADO
CPF: 024.900.719-39		CPF: 066.868.919-67
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### DECRETO Nº. 088/2016

DECRETO nº. 88/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1775/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 1775/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

ATUAL INFORMATICA E ASS. TEC. LTDA	R\$ 11.000,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	R\$ 29.520,00
MB CATARINENSE LTDA - ME	R\$ 7.330,00
GESUL COMERCIAL LTDA	R\$ 10.920,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

**TERMO ADITIVO Nº. 003/2016 - ALAX E ALAN**

TERMO ADITIVO Nº. 003/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 096/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. NESTOR STORCH, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, ALAX E ALAN INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob o nº 07.523.188/0001-00, com sede na cidade de IRA-CEMINHA - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação no prazo de 120 (Cento e vinte) dias para finalizar o item 03 do processo Licitatório nº. 1555/2014 na modalidade de Tomada de Preço nº. 05/2014 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA LINHA TARAÍRAS - ETAPA II COM ÁREA TOTAL DE 8.999,99 m², conforme pedido de prorrogação de prazo solicitado pela empresa.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, ao 28 dia do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		ALMIR DA ROSA
CPF: 024.900.719-39		CPF: 647.435.609-00
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1775/2016 - ATUAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Processo Licitatório nº. 1775/2016****Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 33/2016****Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/12/2016**

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, nº. 541, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo **Sr. GIOVANI FRANKEN**, inscrito no CPF/MF sob nº. 004.822.049-31 e Identidade nº. 4.144.137, doravante denominados **MUNICÍPIO** e **FORNECEDOR**, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1775/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 33/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO**, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
5	4,00	UND	MICRO COMPUTADOR COMPLETO NOVO COM PROCESSADOR AMD FX 4300 DE 3.80 GHZ 8MB, MEMÓRIA RAM DE 4GB, PLACA MÃE COM VGA, SOM, REDE, TECLADO ABNT, MONITOR LED COLORIDO DE 19 POLEGADAS <b>MARCA AOC</b> , HD DE 500 GB, MOUSE ÓPTICO, GABINETE MINI TORRE ATX, DUAS CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS, RÉGUA DE ENERGIA, GRAVADOR E LEITOR DE DVD/CD ROM, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 SL E SISTEMA OFFICE 2016 INSTALADO, POSSUIR TODOS OS CABOS E COMPONENTES PARA O FUNCIONAMENTO COMPLETO DO EQUIPAMENTO. <b>MARCA WISESTANDAR</b> .	<b>R\$ 2.750,00</b>

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a **FORNECEDORA** a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

Av. Flor do Sertão, 696 – CEP 89878-000 – Fone/Fax: (49) 36681000 – CNPJ 01.566.621/0001-08



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO**

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1775/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo **MUNICÍPIO** ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os itens deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 12 meses.

IX - O item 5 deverá ser instalado em local e horário estipulado pela administração municipal sem custo e em pleno funcionamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA**;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos produtos o seguinte funcionário:

**Leandro Neuhaus;**

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra e entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Av. Flor do Sertão, 696 – CEP 89878-000 – Fone/Fax: (49) 36681000 – CNPJ 01.566.621/0001-08

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO**

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

A **FORNECEDORA** poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

Av. Flor do Sertão, 696 – CEP 89878-000 – Fone/Fax: (49) 36681000 – CNPJ 01.566.621/0001-08



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO**

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I – A **FORNECEDORA** é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A **FORNECEDORA** fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
**ROGERIO PERIN**  
CPF: 024.900.719-39  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**GIOVANI FRANKEN**  
CPF: 004.822.049-31  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
**DIOGO DE BEM**  
CPF: 010.389.549-32  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
**LEANDRO NEUHAUS**  
CPF: 015.634.579-03  
TESTEMUNHA

Av. Flor do Sertão, 696 – CEP 89878-000 – Fone/Fax: (49) 36681000 – CNPJ 01.566.621/0001-08

# Forquilha

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 189/PMF/2016;** AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 189/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de janeiro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br>

Forquilha, 28 de dezembro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 143/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 105/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – DL JARDINAGEM LTDA

OBJETO – contratação de empresa especializada para realização de serviço de pintura acrílica para sinalização horizontal em piso cimentado no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 29.984,32 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

VIGÊNCIA – 31/03/2017

DOTAÇÃO - 0701.1015 fonte de recurso: 4490.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 180/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 26 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **NOTA DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 185/PMF/2016**

NOTA DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 185/PMF/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Esporte Cultura e Turismo do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

MOTIVO: Abertos os trabalhos no dia vinte e nove de dezembro às sete horas, a comissão de licitação juntamente com o pregoeiro substituto na figura do Sr. Valdecir Tiscoski, decidem por revogar o processo licitatório 185/PMF/2016, em função da data marcada para abertura ser véspera de datas comemorativas, dificultando a participação dos fornecedores interessados. Diante disto, fica revogado o processo licitatório 185/PMF/2016.

Forquilha, 29 de dezembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

**AT16FME49**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME49

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor ..... : 33.550,00 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**AT16FMS76**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS76

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor ..... : 294.440,00 (duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FME50**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME50

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME

Valor ..... : 10.820,00 (dez mil oitocentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**AT16FMS77**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS77

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME

Valor ..... : 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FME51**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME51

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Valor ..... : 1.707,00 (um mil setecentos e sete reais)

Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 31/03/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 154/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AREIA MÉDIA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**AT16FMS78**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS78

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Valor ..... : 1.707,00 (um mil setecentos e sete reais)

Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 31/03/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 154/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AREIA MÉDIA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FMS79****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS79

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA - ME

Valor ..... : 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 09/12/2016 Término: 31/05/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAUDE.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FMS80****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS80

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : 2.213,80 (dois mil duzentos e treze reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/12/2016 Término: 31/03/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE CAFÉ E AÇÚCAR, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), DURANTE OS MESES DE DEZEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FMS81****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS81

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Valor ..... : 32.080,00 (trinta e dois mil e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL PARA USO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULÂNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, SAMU E PARA OS PACIENTES QUE FAZEM USO DOMICILIAR, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FMS82****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS82

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : 4.788,96 (quatro mil setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT16FMS83****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS83

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA - EPP

Valor ..... : 2.049,96 (dois mil e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008\_2016-FMS - AFSC**AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2016 – FMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 0052/2016-FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representada pela Secretária de Saúde Nilce Pinz, torna público a inexigibilidade de licitação nº 0008/2016 – FMS, cujo objetivo é o repasse de recursos financeiros decorrentes da contratação direta de unidade prestadora de serviços de assistência à saúde, para atendimento da demanda hospitalar do plano de ação regional da rede de atenção às urgência e emergências da microrregião meio oeste catarinense no componente leitos de enfermagem clínica de retaguarda, em conformidade com a portaria nº 2157, de 17 de outubro de 2016, que habilitou a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA – AFSC – Hospital de Fraiburgo, inscrita no CNPJ sob o nº 17.757.127/0001-52, CNES 420550. Valor: R\$ 581.718,75 (quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e dezotois reais e setenta e cinco centavos). Pagamento: dia 28/12/2016. Fundamento Legal: art. 25 “Caput” da lei nº 8.666/93 e Alterações. Fraiburgo (SC), 28 de Dezembro de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0163 \_2016-PMF RP 0111**

Aviso do Pregão Presencial nº 0163/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0111/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gêneros alimentícios dos alunos que frequentam os Centros de Educação do Município, Centro de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Programa Mais Educação e alunos que frequentam Projetos na Cultura, durante os meses de fevereiro a julho de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 13.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15

horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 28 de dezembro de 2016.  
Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 325/2016

DECRETO Nº 325, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 193.906,25 (cento e noventa e três mil, novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso	R\$	193.906,25
0.1.0454 (123)		
TOTAL	R\$	193.906,25

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721332600 - Transf. Recursos do SUS - Quartos	R\$	193.906,25
Retaguarda Hospital		
TOTAL	R\$	193.906,25

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2377/2016

PORTARIA Nº 2277, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Rolo Compactador, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato

aprovado em concurso público para ser convocado;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RUDE RICHTER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 219.813.109-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – ROLO COMPACTADOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2378/2016

PORTARIA Nº 2378, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0047 de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Trator de Esteira, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RUBIN MÜLLER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 422.351.899-20, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – TRATOR DE ESTEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 11 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2379/2016

PORTARIA Nº 2379, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0047 de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Britador, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLIVINO MORAIS DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.115.709-87, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – BRITADOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 08 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2380/2016**

PORTARIA Nº 2380, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Retroescavadeira, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO MARIA PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.624.729-20, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – RETROESCAVADEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2381/2016**

PORTARIA Nº 2381, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0046 de 28 de outubro de 2016 e Contrato Administrativo; e em

conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente Operacional, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCISCO DE ASSIS PRATES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 437.085.609-49, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2382/2016**

PORTARIA Nº 2382, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Retroescavadeira, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALDO PEPPE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 028.922.529-97, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – RETROESCAVADEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 2383/2016**

PORTARIA Nº 2383, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0047 de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Motoniveladora, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALCEU JOSÉ PINTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 573.744.229-20, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – MOTONIVELADORA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2384/2016**

PORTARIA Nº 2384, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0047 de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 188/2016 da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de Máquina – Motoniveladora, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADAIR ERASMO PASINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 436.990.909-06, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – MOTONIVELADORA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2016 até 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 28.12.2016**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
27/12/2016	SUS	QUARTOS DE RETAGUARDA	193.906,25
27/12/2016	SUS	QUARTOS DE RETAGUARDA	193.906,25
28/12/2016	SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.352,89
28/12/2016	SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.352,89
28/12/2016	SUS	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.352,89

Secretaria de Finanças

**TA.AT16FME24****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME24 - Contrato Nº: AT16FME27  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 15/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**TA.AT16FME25****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME25 - Contrato Nº: AT16FME26  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME  
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 15/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**TA.AT16FME26****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME26 - Contrato Nº: AT16FME17  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME  
Contratada...: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**TA.AT16FME27****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME27 - Contrato Nº: AT16FME18  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME  
Contratada...: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**TA.AT16FME28****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME28 - Contrato Nº: AT16FME20  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME  
Contratada...: FOOT COMERCIAL LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

**TA.AT16FMS37****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS37 - Contrato Nº: AT16FMS20  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT16FMS38****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS38 - Contrato Nº: AT16FMS19

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT16FMS39****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS39 - Contrato Nº: AT16FMS22

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: FOOT COMERCIAL LTDA ME

Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 24/04/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 24 DE ABRIL DE 2017.

Fraiburgo, 28 de Dezembro de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde



# Frei Rogério

## PREFEITURA

**PRAZO DE VALIDADE ATA N 07/2016 = PEDRA BRITA. PUB. DEZEMBRO**

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 07/2016, proveniente do processo licitatório nº 14/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 08/2016, Registro de Preços nº 04/2016, do município de Frei Rogério, firmada no dia 29 de junho de 2016, com o seguinte fornecedor: CONSBRITA – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, encontra-se dentro de seu prazo de validade, cujo vencimento ocorre somente no dia 28 de junho de 2017

Frei Rogério, 28 de dezembro de 2016

Copia da ata em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 e ou do e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br); [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br)

MUNICIPIO DE FREI ROGERIO

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO N° 235/2016

DECRETO N.º 235, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 146.483,28 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 146.483,28 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	91.483,28
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	91.483,28
3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas	91.483,28
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	15.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	15.000,00
3.3.90.0.1.00.00000 - Aplicações Diretas	15.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	40.000,00
2884500.069 - Contribuição ao PASEP	40.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 146.483,28 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### PORTARIA N.º 1205/2016.

PORTARIA N.º 1205, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARINEZ MARTINS FERREIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) VANESSA DOS SANTOS REBELO, matrícula funcional n.º 5184, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### CONVENIO Nº 07/2016

CONVÊNIO Nº 07/2016

Convênio que celebram o Município de Garuva, e o Instituto Vida de Assistência a Saúde

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, José Chaves, inscrito no CPF nº. 248.236.869-34 e portador da Cédula de Identidade nº. 595643-9 SSP/SC, e o VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, com sede no Município de Timbó, na Rua Germano Brandes Senior, 690, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.617.301/0001-00, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, senhor Richard da Silva Choseki, inscrito no CPF sob o nº. 893.805.259-15, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar o presente convênio, com base na Lei Municipal nº 1962 de 20 de dezembro de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de recurso pré-fixado pelo MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO, visando a prestação de serviço aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, relacionados no cronograma de execução do Plano de Aplicação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 1.350.000,00 (Um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), que serão repassados pelo Município à Associação em 12 (doze) parcelas de R\$ 112.500,00 (Cento e doze mil e quinhentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no por conta de dotações do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações

##### I - Do Município

- Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaborada pela conveniente, analisando e examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;
- Repassar mensalmente, os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;
- Suspender o repasse a Conveniente, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;

##### II - Da Associação

- Aceitar as orientações/supervisão do Município;
- Manter atualizado o cadastro das pessoas atendidas para fins estatísticos, e dar vistas ao órgão concedente do Município;
- Abrir conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;
- Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integrarão as prestações de contas do ajuste;
- Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;
- Devolver ao Município no prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio o saldo financeiro não utilizado.

#### CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O prazo para a vigência deste Convênio iniciará na data de assinatura para prevalecer até 31/12/2017, podendo ser aditivado, se as partes assim o desejarem, para prorrogar o seu prazo de vigência e para eventuais readequações, desde que não seja alterado o seu objeto e tenha previsão orçamentária e disponibilidade financeira. As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente Convênio, mediante aviso, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, por mútuo acordo das partes ou quando não apresentar a documentação exigida ou ainda, quando ocorrerem problemas nas prestações de contas.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas, bem como relação nominal das pessoas atendidas pela Conveniente.

Parágrafo Primeiro: a liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela e a da terceira parcela condicionada à prestação de contas da segunda e, assim, sucessivamente.

Parágrafo Segundo: após utilização da última parcela, deverá apresentar ao Gabinete do Prefeito, avaliação do Plano de Trabalho, respectivas atividades e mensurar o alcance dos objetivos.

Parágrafo Terceiro: A não apresentação da prestação de contas em até 60 dias após o recebimento de qualquer parcela implicará no cancelamento da liberação da próxima parcela em aberto. A parcela não transferida em razão da não prestação de contas não será devida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 20 de dezembro de 2016.

José Chaves Prefeito Municipal.	Richard da Silva Choseki Diretor Presidente do Vidas Instituto de Assistência a Saúde
------------------------------------	--

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### DECRETO Nº 190/2016

DECRETO Nº. 190 de 28 de dezembro de 2016

“Dispõe sobre a exoneração do senhor Mauro Ferreira Fonseca, do cargo comissionado de Procurador Geral do Município.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o senhor MAURO FERREIRA FONSECA,

portador de CPF nº 016.062.198-47, do cargo comissionado de Procurador Geral do Município – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a contar de 28 de dezembro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1964/2016**

LEI Nº 1964, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

“Autoriza a desafetação de rua e permuta, e dá outras providências”.

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetado o bem de uso comum do povo para a categoria de bem dominicais uma área de 757,56m², qual faz parte do imóvel de área maior de Propriedade do Município de Garuva, Registrado na Matrícula n. 95.428, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Joinville – SC, conforme “Projeto de Subdivisão do Imóvel Situado no “quadro urbano” do município de Garuva Matriculado sob n. 95.428 (R.I. CIRC. De Joinville”, que segue anexo como parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Fica o município autorizado a permutar a área de 757,56m², elencada e desafetada no art. 1º por uma área de 1.565,48m², Registrado na Matrícula n. 99.052, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Joinville – SC de propriedade de Christiano Schmidt, conforme, “projeto de Subdivisão do Imóvel Situado no “Quadro Urbano” do Município de Garuva-SC, Matriculado sob nº 99.052 (R.I. 1ª CIRC. De Joinville), que segue anexo como parte integrante da presente lei.

I – Conforme Parecer Técnico de Avaliação efetuado pela equipe técnica da prefeitura, que segue anexo como parte integrante da presente lei, a parte do imóvel matriculado sob nº 95.428 a ser permutado foi valorado em R\$ 82.875,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais);

II – Conforme Parecer Técnico de Avaliação efetuado pela equipe técnica da prefeitura, que segue anexo como parte integrante da presente lei, a parte do imóvel matriculado sob nº 99.052 a ser

permutado foi valorado em R\$ 103.875,00 (cento e três mil e oitocentos e setenta e cinco reais), havendo depreciação de 35%.

Art. 3º - Diante das avaliações apresentadas a permuta autorizada nessa lei, deverá ser efetuada por equivalência entre os imóveis trocados, ou seja, objeto por objeto.

Art. 4º - Havendo necessidade de desmembramentos, retificações, ou débitos sobre os imóveis elencados nessa lei, a parte proprietária na data da aprovação da presente lei fica obrigada a efetuar a quitações dos débitos ou procedimento necessários as suas custas antes da efetivação da transmissão.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1965/2016**

LEI Nº 1965, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

“Altera denominação de via pública para Rua Dr. Enio Sonogo, e dá outras providências”.

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da atual Estrada Rio da Onça para Rua Dr. Enio Sonogo.

Parágrafo Único – O Trecho é compreendido entre a Av. Celso Ramos e as terras de Enio Sonogo, no bairro Rio da Onça, com aproximadamente 2300 metros de extensão.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição de placas na mencionada Estrada, dando-se conhecimento da alteração da denominação à Aguas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **ADITIVO AO CONTRATO 001/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA RHONDA MONITORAMENTO LTDA ME

A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: RHONDA MONITORAMENTO LTDA - ME, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 07.718.751/0001-97, com sede na Rua Carlos Borgenhausen, 610, Centro, Garuva/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio sr. Natanael José Verediana, portador do CPF 068.595.169-33, com fulcro no inciso II, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este

TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Sétima do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

De acordo com a Cláusula Sexta do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do INPC (IBGE), no entanto após acordo entre as partes ficou acordado reajuste abaixo do índice oficial, sendo aplicado índice de correção de 5,92885 (%).

O valor global referido na Cláusula Terceira passa a ser de R\$ 4.020,00,00 (quatro mil e vinte reais) para o período de doze meses compreendido 05 de janeiro de 2017 a 04 de janeiro de 2018. O valor mensal passa a ser de R\$ 335,00 (Trezentos e trinta e cinco reais).

**CLAÚSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:**

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso II, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

**CLAÚSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 29 de Dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA

REGINALDO MEWS ROSA

Contratante

RHONDA MONITORAMENTO LTDA ME

Natanael José Verediana

Contratada

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados	
Data inicial	12/2015
Data final	11/2016
Valor nominal Inicial	R\$ 316,25 ( REAL )
Dados Variação INPC	
Índice de correção no período	1,1127
Valor percentual correspondente	11,27 %
Valor corrigido na data final pela Variação INPC	R\$ 351,89 ( REAL )
Dados do Contrato Conforme Acordo	
Valor percentual aplicado	5,92885 (%)
Valor final parcela contrato	335,00 (reais)mensais

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2013

O Município de Gaspar torna público, para conhecimento dos interessados já credenciados, ou que tem interesse em se credenciar futuramente, que foi efetivada alteração no Anexo III (Tarifas/Valores Máximos de Remuneração) do Edital de Credenciamento nº 03/2013. As interessadas em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a qualquer tempo no horário de expediente do Departamento de Compras do Município de Gaspar (das 8h às 12h e das 13h às 17), no Edifício Edson Elias Wieser – Térreo localizado na Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP: 89.110-082 - Gaspar/SC. As interessadas poderão obter a íntegra do ADITIVO AO EDITAL através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), sem custo, ou consultá-lo no Depto. de Compras do Paço Municipal. Dúvidas: (47) 3331-6309 com Jeferson Debus. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 13 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

### REPUBLIÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

REPUBLIÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2013

OBJETO: Credenciamento de INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS para recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional. As interessadas em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a qualquer tempo no horário de expediente do Departamento de Compras do Município de Gaspar (das 8h às 12h e das 13h às 17), sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Praça Getúlio Vargas, Gaspar/SC. As interessadas poderão obter a íntegra do EDITAL através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), sem custo, ou no Depto. de Compras do Paço Municipal. Dúvidas: (47) 3331-6309 com Jeferson Debus. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 13 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

### DECRETO Nº 7.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.278, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 64 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 800.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

Extrato da Dispensa de Licitação nº 06/2016

Extrato do Contrato Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 80/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

OBJETO DO CONTRATO: A CONTRATAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, PARA PREENCHER AS VAGAS DE PROFESSORES DO QUADRO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência até 21/05/2017. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO: R\$ 36.318,47 (Trinta e seis mil trezentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos) para até 500 Candidatos inscritos e homologados. Caso o número de inscritos ultrapasse 500 Candidatos Homologados será pago um adicional de R\$ 60,00 (Cinquenta reais) por candidato ao excedente do limite fixado;

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 23/12/2016.

Governador Celso Ramos, 27 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2016

Extrato da Dispensa de Licitação nº 06/2016

Extrato do Contrato Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 80/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

OBJETO DO CONTRATO: A CONTRATAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, PARA PREENCHER AS VAGAS DE PROFESSORES DO QUADRO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência até 21/05/2017. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO: R\$ 36.318,47 (Trinta e seis mil trezentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos) para até 500 Candidatos inscritos e homologados. Caso o número de inscritos ultrapasse 500 Candidatos Homologados será pago um adicional de R\$ 60,00 (Cinquenta reais) por candidato ao excedente do limite fixado;

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 23/12/2016.

Governador Celso Ramos, 27 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2016

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 39/2016

REFERÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe se são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no artigo 49, caput da Lei Federal 8.666/1993.

Considerando que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de interesse público, de conveniência e oportunidade por fatos supervenientes, devidamente comprovados, conforme o artigo 49 da Lei 8.666/1993.

DECIDE

REVOGAR, por razões de interesse público o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 21/2016 – Processo Licitatório nº 39/2016, tendo em vista que, por razões alheias à vontade da Administração, a atual situação financeira do Município de Governador Celso Ramos inviabiliza contratações provenientes deste objeto.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS E DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO.

Governador Celso Ramos, 22 de dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 42/2016

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 69/2016

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE LUZES E ENFEITES PARA O NATAL, EM FORMA DE LOCAÇÃO, INCLUINDO PROJETO ELÉTRICO COM MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM, CONTEMPLANDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, INCLUSOS OS SERVIÇOS DE LIGAÇÃO NOS POSTES DA REDE PÚBLICA DOS ADORNOS NATALINOS, COMPREENDENDO 300 FIGURAS EM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADAS A FOGO E REVESTIDAS COM CORDAS LUMINOSAS COM DIODO EMISSOR DE LUZ TIPO LED E OITO ÁRVORES DO TIPO "ÁRVORE ARTIFICIAL LUMINOSA" - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe se são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no artigo 49, caput da Lei Federal 8.666/1993.

Considerando que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de interesse público, de conveniência e oportunidade por fatos supervenientes, devidamente comprovados, conforme o artigo 49 da Lei 8.666/1993.



## DECIDE

REVOGAR, por razões de interesse público o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 42/2016 – Processo Licitatório nº 69/2016, tendo em vista que, por razões alheias à vontade da Administração, porém pertinentes ao processo, em virtude de recursos administrativos interpostos, não há mais tempo hábil para a execução do objeto.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS E DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO.

Governador Celso Ramos, 22 de dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 94/2016 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 94, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.035	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – SF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0155 -	Aplicações Diretas	R\$	10.568,52

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0155	Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família	R\$	10.568,52

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO DF 95/2016 - ORÇAMENTO

FUNDOMUNICIPALDESAUDEDEGRAOPARAESTADODESANTACATARINA

SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000095/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciodasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautorizaçãocontidanaLeiMunicipalnº002062/16de20deDezembrode2016.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

#### 14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.02-DEPARTAMENTODAATENÇÃOBÁSICA	22.900,00
(008)3.1.90.00.00.00.00.2.034-0002-AplicacoesDiretas	
(011)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0002-AplicacoesDiretas	10.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.035-0002-AplicacoesDiretas	45.000,00
(022)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002-AplicacoesDiretas	100,00
(026)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002-AplicacoesDiretas	2.000,00

TotalSuplementação:80.000,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoqueatrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

## 14.03-DEPATENÇÃODEMEDIAEALTACOMPAMBEHOSPITALAR

(040)3.3.71.00.00.00.00.00.2.039-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	4.000,00
(041)3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0002-ApplicacoesDiretas 14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE	5.100,00
(045)3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0002-ApplicacoesDiretas	1.900,00
(048)3.1.90.00.00.00.00.00.2.042-0002-ApplicacoesDiretas 14.05-DEPARTAMENTODAASSISTENCIAFARMACEUTICA	10.000,00
(052)3.3.90.00.00.00.00.00.2.041-0002-ApplicacoesDiretas	59.000,00
TotalAnulação:	80.000,00
Art.3º-EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposições	mcontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

Página:1/1

**DECRETO DF 96/2016 - ORÇAMENTO**

DECRETONº000096/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciadasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipalnº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguite(s)dotação(ões)orçamentária(s):

## 14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.02-DEPARTAMENTODAATENÇÃOBÁSICA	14.702,83
(008)3.1.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-ApplicacoesDiretas	
(011)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-ApplicacoesDiretas	309,17
(019)3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0002-ApplicacoesDiretas	2.000,00
(027)3.1.90.00.00.00.00.00.2.037-0157-ApplicacoesDiretas 14.03-DEPATENÇÃODEMEDIAEALTACOMPAMBEHOSPITALAR	1.064,50
(039)3.3.50.00.00.00.00.00.2.039-0002-TransferênciasaInstituiçõesPrivadassemFinsLu 14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE	34.000,00
(044)3.1.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-ApplicacoesDiretas	2.850,00
(048)3.1.90.00.00.00.00.00.2.042-0002-ApplicacoesDiretas	1.700,00

TotalSuplementação:56.626,50

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guite(s)dotação(ões)orçamentária(s):

## 14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

## 14.02-DEPARTAMENTODAATENÇÃOBÁSICA

(007)3.1.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-Transf.aConsórciosPúblicos	281,00
(009)3.3.50.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaInstituiçõesPrivadassemFinsLu	10.000,00
(010)3.3.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	81,00
(011)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-ApplicacoesDiretas	4.500,00
(016)4.4.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	150,00
(021)3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0002-ApplicacoesDiretas	2.000,00

(030)3.3.90.00.00.00.00.00.2.037-0157-AplicacoesDiretas 14.03-DEPATENÇÃODEMEDIAEALTACOMPAMBEHOSPITALAR	1.064,50
(040)3.3.71.00.00.00.00.00.2.039-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	19.000,00
(041)3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0002-AplicacoesDiretas 14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE	15.000,00
(046)3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-AplicacoesDiretas	1.000,00
(047)4.4.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-AplicacoesDiretas	1.850,00

DECRETONº000096/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE

(049)3.3.90.00.00.00.00.00.2.042-0002-AplicacoesDiretas1.700,00

TotalAnulação:56.626,50

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000096/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOPARÁnoexercíciadasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipalnº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.02-DEPARTAMENTODAATENÇÃOBÁSICA	14.702,83
(008)3.1.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-AplicacoesDiretas	
(011)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-AplicacoesDiretas	309,17
(019)3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0002-AplicacoesDiretas	2.000,00
(027)3.1.90.00.00.00.00.00.2.037-0157-AplicacoesDiretas 14.03-DEPATENÇÃODEMEDIAEALTACOMPAMBEHOSPITALAR	1.064,50
(039)3.3.50.00.00.00.00.00.2.039-0002-TransferênciasaInstituicoesPrivadassemFinsLu 14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE	34.000,00
(044)3.1.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-AplicacoesDiretas	2.850,00
(048)3.1.90.00.00.00.00.00.2.042-0002-AplicacoesDiretas	1.700,00

TotalSuplementação:56.626,50

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.02-DEPARTAMENTODAATENÇÃOBÁSICA

(007)3.1.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-Transf.aConsórciosPúblicos	281,00
(009)3.3.50.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaInstituicoesPrivadassemFinsLu	10.000,00
(010)3.3.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	81,00
(011)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002-AplicacoesDiretas	4.500,00
(016)4.4.71.00.00.00.00.00.2.034-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	150,00

(021)3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0002-AplicacoesDiretas	2.000,00
(030)3.3.90.00.00.00.00.00.2.037-0157-AplicacoesDiretas 14.03-DEPATENÇÃODEMEDIAEALTACOMPAMBEHOSPITALAR	1.064,50
(040)3.3.71.00.00.00.00.00.2.039-0002-TransferênciasaConsórciosPúblicos	19.000,00
(041)3.3.90.00.00.00.00.00.2.039-0002-AplicacoesDiretas 14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE	15.000,00
(046)3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-AplicacoesDiretas	1.000,00
(047)4.4.90.00.00.00.00.00.2.040-0066-AplicacoesDiretas	1.850,00

DECRETONº000096/16de27deDezembrode2016

Art. 2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

14-FUNDOMUNICIPALDASAÚDE-FMS

14.04-DEPARTAMENTODAVIGILANCIAEMSAUDE

(049)3.3.90.00.00.00.00.00.2.042-0002-AplicacoesDiretas1.700,00

TotalAnulação:56.626,50

Art. 3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

## DECRETO DF 97/2016 - ORÇAMENTO

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOPARÁnoexercíciadasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOPARÁeautorizaçãocontidanaLeiMunicipalnº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art. 1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

03-SECRETARIAADADMINISTRAÇÃOEFZENDA

03.01-DEPARTAMENTODAADMINISTRAÇÃO

(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000-AplicacoesDiretas35.000,00

03.02-DEPARTAMENTODAFAZENDA

(011)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-AplicacoesDiretas30.000,00

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.03-DEPARTAMENTODODESENVOLVIMENTOOURBANO

(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000-AplicacoesDiretas40.000,00

06-SECRETARIAEDAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA	123.000,00
(056)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001-AplicacoesDiretas	
(119)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0000-AplicacoesDiretas 15-FUNDOMUNICIPALDAASSISTÊNCIASOCIAL-FMAS 15.02-DEPARTAMENTODAPROTEÇÃOOSOCIALBÁSICA	3.000,00
(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-AplicacoesDiretas	15.000,00
(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-AplicacoesDiretas	4.000,00

TotalSuplementação:250.000,00

Art. 2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)

seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.02-DEPARTAMENTODEINDUSTRIAECOMÉRCIO

(016)3.3.50.00.00.00.00.00.2.007-0000-TransferenciaseInstituicoesPrivadassemFinsLu10.000,00

05-SECRETARIAAAGRICULTURAEDESENV.RURAL

05.01-DEPARTAMENTODAAGRICULTURAEDESENVOL.RURAL

(044)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0000-AplicacoesDiretas40.000,00(047)3.3.50.00.00.00.00.2.012-0000-TransferenciaseInstituicoesPrivadassemFinsLu20.000,00

06-SECRETARIAAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA

(122)3.3.50.00.00.00.00.00.2.026-0000-TransferenciaseInstituicoesPrivadassemFinsLu40.000,00

10-SECRETARIADOSTRANSPORTESEOBRA

10.01-DEPARTAMENTODOSTRANSPORTESEOBRA

(144)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0000-AplicacoesDiretas60.000,00

11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(149)3.2.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-AplicacoesDiretas10.000,00

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(150)4.6.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-AplicacoesDiretas70.000,00

TotalAnulação:250.000,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciodasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicodoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautorizaçãocontidanaLeiMunicipalnº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

03-SECRETARIAAADMINISTRAÇÃOEFZENDA

03.01-DEPARTAMENTODAADMINISTRAÇÃO

(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000-AplicacoesDiretas35.000,00

03.02-DEPARTAMENTODAFZENDA

(011)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-AplicacoesDiretas30.000,00

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.03-DEPARTAMENTODODESENVOLVIMENTOOURBANO

(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000-AplicacoesDiretas40.000,00

06-SECRETARIAAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA

123.000,00

(056)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001-AplicacoesDiretas

(119)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0000-ApplicacoesDiretas 15-FUNDOMUNICIPALDAASSISTÊNCIASOCIAL-FMAS 15.02-DEPARTAMENTODAPROTEÇÃOOSOCIALBÁSICA	3.000,00
(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-ApplicacoesDiretas	15.000,00
(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-ApplicacoesDiretas	4.000,00

TotalSuplementação:250.000,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO  
04.02-DEPARTAMENTODEINDUSTRIAECOMÉRCIO

(016)3.3.50.00.00.00.00.00.2.007-0000-TransferenciassaInstituicoesPrivadassemFinsLu10.000,00  
05-SECRETARIAAAGRICULTURAEDESENV.RURAL  
05.01-DEPARTAMENTODAAGRICULTURAEDESENVOL.RURAL

(044)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0000-ApplicacoesDiretas40.000,00(047)3.3.50.00.00.00.00.2.012-0000-TransferenciassaInstituicoesPri-  
vadassemFinsLu20.000,00  
06-SECRETARIAAEDUCAÇÃOECULTURA  
06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA

(122)3.3.50.00.00.00.00.00.2.026-0000-TransferenciassaInstituicoesPrivadassemFinsLu40.000,00  
10-SECRETARIADOSTRANSPORTESEOBRA  
10.01-DEPARTAMENTODOSTRANSPORTESEOBRA

(144)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0000-ApplicacoesDiretas60.000,00  
11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO  
11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(149)3.2.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-ApplicacoesDiretas10.000,00

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO  
11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(150)4.6.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-ApplicacoesDiretas70.000,00

TotalAnulação:250.000,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI  
PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciodasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipal nº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

03-SECRETARIAAADMINISTRAÇÃOEFAZENDA  
03.01-DEPARTAMENTODAADMINISTRAÇÃO

(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000-ApplicacoesDiretas35.000,00  
03.02-DEPARTAMENTODAFAZENDA



(011)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-ApplicacoesDiretas30.000,00

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.03-DEPARTAMENTODOSENVOLVIMENTOURBANO

(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000-ApplicacoesDiretas40.000,00

06-SECRETARIAEDAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA	123.000,00
(056)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001-ApplicacoesDiretas	
(119)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0000-ApplicacoesDiretas 15-FUNDOMUNICIPALDAASSISTÊNCIASOCIAL-FMAS 15.02-DEPARTAMENTODAPROTEÇÃOOSOCIALBÁSICA	3.000,00
(180)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-ApplicacoesDiretas	15.000,00
(181)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000-ApplicacoesDiretas	4.000,00

TotalSuplementação:250.000,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.02-DEPARTAMENTODEINDUSTRIAECOMÉRCIO

(016)3.3.50.00.00.00.00.00.2.007-0000-TransferenciaseInstituicoesPrivadassemFinsLu10.000,00

05-SECRETARIAAAGRICULTURAEDESENV.RURAL

05.01-DEPARTAMENTODAAGRICULTURAEDESENVOL.RURAL

(044)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0000-ApplicacoesDiretas40.000,00(047)3.3.50.00.00.00.00.2.012-0000-TransferenciaseInstituicoesPri-  
vadassemFinsLu20.000,00

06-SECRETARIAEDAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA

(122)3.3.50.00.00.00.00.00.2.026-0000-TransferenciaseInstituicoesPrivadassemFinsLu40.000,00

10-SECRETARIADOSTRANSPORTESEOBRAS

10.01-DEPARTAMENTODOSTRANSPORTESEOBRAS

(144)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0000-ApplicacoesDiretas60.000,00

11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(149)3.2.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-ApplicacoesDiretas10.000,00

DECRETONº000097/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

11-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

11.01-ENCARGOSGERAISDOMUNICÍPIO

(150)4.6.90.00.00.00.00.00.0.001-0000-ApplicacoesDiretas70.000,00

TotalAnulação:250.000,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

**DECRETO DF 98/2016 - ORÇAMENTO**

DECRETONº000098/16de27deDezembrode2016

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOPARÁNoexercíciodasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipal nº002026/15de17deDezembrode2015.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguite(s)dotação(ões)orçamentária(s):

02-GABINETEDOPREFEITO

02.01-GABINETEDOPREFEITO

(001)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0000-AplicacoesDiretas8.000,00

03-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01-DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(004)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0000-AplicacoesDiretas2.331,16(009)3.1.90.00.00.00.00.00.2.005-0000-AplicacoesDiretas3.938,75

03.02-DEPARTAMENTO DA FAZENDA

(011)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-AplicacoesDiretas1.402,06

04-SECRETARIA DE PLANIND.COM.EDESENV.URBANO

04.03-DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(029)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-0000-AplicacoesDiretas13.125,45

05-SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV.RURAL

05.01-DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL.RURAL

(043)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0000-AplicacoesDiretas6.000,00

06-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01-DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(060)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0001-AplicacoesDiretas2.000,00(069)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0018-AplicacoesDire-

tas28.615,25(072)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001-AplicacoesDiretas5.309,85(088)3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0001-AplicacoesDire-

tas7.000,00(108)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0018-AplicacoesDiretas296,61

07-SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

07.01-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(128)3.1.90.00.00.00.00.00.2.027-0000-AplicacoesDiretas9.300,00(133)3.3.90.00.00.00.00.00.2.028-0000-AplicacoesDiretas600,00

10-SECRETARIA DO TRANSPORTE E OBRAS

10.01-DEPARTAMENTO DO TRANSPORTE E OBRAS

(143)3.1.90.00.00.00.00.00.2.029-0000-AplicacoesDiretas15.000,00

15-FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

15.02-DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(175)3.1.90.00.00.00.00.00.2.032-0000-AplicacoesDiretas	5.627,31
15.04-DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
(188)3.1.90.00.00.00.00.00.2.045-0000-AplicacoesDiretas	400,00

Total Suplementação: 108.946,44

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoqueatrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulação parcial e/ou total da(s) se-  
guite(s)dotação(ões)orçamentária(s):

02-GABINETEDOPREFEITO

02.01-GABINETEDOPREFEITO

(002)3.3.90.00.00.00.00.00.2.002-0000-AplicacoesDiretas3.279,00(003)4.4.90.00.00.00.00.00.2.002-0000-AplicacoesDiretas4.721,00

DECRETONº000098/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoqueatrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulação parcial e/ou total da(s) se-  
guite(s)dotação(ões)orçamentária(s):

03-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01-DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0000-AplicacoesDiretas	2.331,16
(010)3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0000-AplicacoesDiretas	3.938,75
03.02-DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(012)3.3.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-AplicacoesDiretas	1.215,71
(013)4.4.90.00.00.00.00.00.2.006-0000-AplicacoesDiretas	186,35

04-SECRETARIADEPLANIND.COM.EDESENV.URBANO  
04.03-DEPARTAMENTODOSENVOLVIMENTOURBANO

(028)3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0000-ApplicacoesDiretas13.125,45

05-SECRETARIAADAAGRICULTURAEDESENV.RURAL

05.01-DEPARTAMENTODAAGRICULTURAEDESENVOL.RURAL

(045)4.4.90.00.00.00.00.00.2.011-0000-ApplicacoesDiretas6.000,00

06-SECRETARIAADAEDUCAÇÃOECULTURA

06.01-DEPARTAMENTODAEDUCAÇÃOECULTURA

(059)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0000-ApplicacoesDiretas2.000,00(068)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0001-ApplicacoesDiretas290,70(071)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0000-ApplicacoesDiretas5.019,15(073)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0019-ApplicacoesDiretas28.615,25(090)3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0001-ApplicacoesDiretas7.000,00(109)3.1.90.00.00.00.00.00.2.022-0019-ApplicacoesDiretas296,61

07-SECRETARIADEESPORTEETURISMO

07.01-DEPARTAMENTODEESPORTEETURISMO

(130)3.3.90.00.00.00.00.00.2.027-0000-ApplicacoesDiretas8.300,00(131)4.4.90.00.00.00.00.00.2.027-0000-ApplicacoesDiretas1.000,00(132)3.1.90.00.00.00.00.00.2.028-0000-ApplicacoesDiretas600,00

10-SECRETARIADOSTRANSPORTESEOBRA

10.01-DEPARTAMENTODOSTRANSPORTESEOBRA

(144)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0000-ApplicacoesDiretas15.000,00

15-FUNDOMUNICIPALDAASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

15.02-DEPARTAMENTODAPROTEÇÃO SOCIALBÁSICA

(176)3.3.90.00.00.00.00.00.2.032-0000-ApplicacoesDiretas5.627,31

DECRETONº000098/16de27deDezembrode2016

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulaçãooparciale/outotalda(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

15-FUNDOMUNICIPALDAASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

15.04-DEPARTAMENTODAPROT.ESPECIALDEALTACOMPLEXIDADE

(189)3.3.71.00.00.00.00.00.2.045-0000-TransferênciasaConsórciosPúblicos400,00

TotalAnulação:108.946,44

Art.3º- EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposiçõescontrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,27deDezembrode2016.

AMILTONASCARI

PrefeitoMunicipal

RegistradaepublicadanestaSecretariaaos27deDezembrode2016.

DIONEHEINZEN

SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

## DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 011/2016

DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 011/2016

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0151	Aplicações Diretas	R\$	33.333,35

Justificativa: Ingresso de receitas que permitem a realização de despesas.

Grão-Pará, 27 de dezembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

**DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 012/2016****DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 012/2016**

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.50.00.00.00.00.00.0002	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	10.000,00
2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0152	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0152	Aplicações Diretas	R\$	1.600,00
2.037	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0157	Aplicações Diretas	R\$	6.690,00

Justificativa: Contabilização da Folha de Pagamento e INSS.

Grão-Pará, 27 de dezembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

**DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 013/2016****DESBLOQUEIO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS N. 013/2016**

Amilton Ascari, chefe do Poder Executivo Municipal, determina que o Setor de Contabilidade efetue o desbloqueio de limitação de empenhos da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Decreto Municipal n.º 19/2016:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND COM E DESENV URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
2.007	INCENTIVO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	10.000,00
05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
05.01	DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
2.011	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
2.012	MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	20.000,00
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.026	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO		
3.3.50.00.00.00.00.00.0000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	40.000,00
07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
2.027	APOIO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		

11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
0.001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA		
3.2.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00

Justificativa: Valores serão utilizados pela Lei Municipal 2.063/2016 para suplementação orçamentária.

Grão-Pará, 27 de dezembro de 2016

AMILTON ASCARI

Prefeito

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Volfor Mecânica de Veículos Automotivos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Volfor Mecânica de Veículos Automotivos Ltda

Restos a Pagar: 227, 255, 346, 384, 385,, 420, 538, 598, 590, 608, 606, 804, 1042, 1043, 1100, 1101. Ordens de Pagamento: 5993, 5994 e 5995.

Valor: R\$ 24.481,86

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Restos a Pagar do ano de 2015: nº 572, 573, 574, 575, 578, 734, 602, 603, 604, 607, 731, 732, 605, 851, 852, 862, 863, 845, 866, 676, 683, 708, 1001, 1187, 1200, 1201, 1038, 1195, 1137, 1994. Ordens de Pagamento do ano de 2016: nº 56, 473, 722, 723, 731, 737, 738, 733, 739, 885, 886, 887, 888, 889, 1003, 1239, 1240, 1440, 1462, 1812, 1936, 1943, 1944, 2112, 2114, 2075, 2113, 2590, 2591, 2592, 2602, 2528, 3255, 2930, 2931, 3069, 3071, 3073, 4695, 2168, 5137, 2925, 2926, 2927, 2928, 5981, 5983.

Valor: R\$ 141.812,74

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Anesio Volpato ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecedor apresentou desconto e que a aquisição de que trata as ordens de pagamento adiante citadas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANESIO VOLPATO ME

Ordens de Pagamento: nº 1251, 1255, 1291.

Valor: R\$ 42.439,28

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que Luiz Santos Oenning Da Coregio condicionou o serviço de transporte, ao preço á vista, conforme consta da Nota de Empenho nº 4327/2016; considerando que este transporte contempla o interesse da Administração e o interesse público, justifica-se o pagamento da despesa fora da ordem cronológica consoante adiante descrito:

Fornecedor/Prestador de Serviço: Luiz Santos Oenning Da Coregio

Ordem de Pagamento nº 5531/2016

Valor R\$ 943,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Com. de Peças P/ Tratores São Martinho Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento dessa despesa fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Com. de Peças P/Tratores São Martinho Ltda

Restos a Pagar: nº 1775, 1835, 1860, 1861, 1862, 95, 122, 149,

149, 240, 241, 242, 243, 244, 322, 467, 609, 898, 888, 1006, 1026, 1197.

Valor: R\$ 29.415,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Super Líder Alimentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário a continuidade do fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA

Ordens de Pagamento: nº 2488, 2544, 2641, 2718, 2653, 4609, 2685, 2686, 2719, 2727, 2806, 3142, 5498, 2746, 2748, 2807.

Valor: R\$ 16.352,99

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Coml de Equip. Rodov. Tavaes Ltda Me possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento dessa despesa fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Coml de Equip. Rodov. Tavaes Ltda Me

Restos a Pagar: nº 1693, 1791, 1841, 93, 94, 99, 170, 245, 246, 311, 429, 466, 499, 556, 557, 740, 889, 769, 869, 870, 899, 1000, 1028.

Valor: R\$ 48.544,15

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal



**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Dilnei Pereira Antunes – Me, possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento dessa despesa fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Dilnei Pereira Antunes – Me

Restos a Pagar: nº 778, 779, 780, 793, 794, 775, 781, 784, 791, 792, 774, 782, 783, 706, 707, 709, 942, 944, 945, 1271, 1338, 1340, 1272, 1274, 1329, 1330, 1331, 1343, 1344, 1362, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1273, 1275, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1328, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1339, 1341, 1342, 1360, 1361, 1363, 1467, 1475, 1476, 1936, 1937, 1938. Ordens de Pagamento: nº 1001, 1448, 1450, 1451, 1453, 1454, 999, 1000, 1002, 1004, 1007, 1017, 1018, 1452, 1455, 2015, 2017, 1877, 1889, 1890, 2095, 2096, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2101, 2102, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2490, 3527, 3528, 3531, 3534, 3535, 3536, 3537, 3538, 3539, 3540, 3532, 3533, 3719, 3720, 3721, 3722, 3723, 3724, 3725, 3726, 3778, 3779, 4263, 4264, 4265, 4266, 4267, 4268, 4269, 4270, 4689, 4691, 4693, 4694, 4682, 4690, 4692, 4947, 4949, 4950, 4951, 4952, 4953, 5315, 5316, 5317, 5318, 5319, 5320, 5821, 5822, 5823, 5711, 5787 e 5824.

Valor: R\$ 76.397,91

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa São Martinho Mec. De Maq. Pesadas Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: São Martinho Mec. de Maq. Pesadas Ltda

Restos a Pagar: nº 92, 610, 868.

Valor: R\$ 4.320,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMAS CT 03/2016 TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 03/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016 – DISPENSA DE LCITAÇÃO Nº. 01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: ASSOC BEN SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL - APRISCO OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Associação de abrigo, de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, com reajuste conforme IGPM, (7,1374% - IGP-M Dezembro/2015 a Novembro/2016),

VALOR TOTAL R\$ 169.705,68

Guarujá do Sul, 28 dezembro de 2016..

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2016

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº001/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolve prorrogar o prazo de vigência do edital de credenciamento nº 001/2016 que tem por objeto Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços na área de saúde de acordo com as quantidades e especificações constantes no (ANEXO I) do presente edital e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do edital de credenciamento até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com fundamento na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente pertinente à matéria, bem como dos Decretos Municipais nº 2965/2011 e 3321/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/93, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

O Edital de Credenciamento conforme preconizado no próprio instrumento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Herval d'Oeste, 28 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

### PORTARIA Nº 1437/2016

PORTARIA Nº 1437/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A",

Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 28 de dezembro de 2016, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1438/2016

PORTARIA Nº 1438/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Sem Remuneração, à Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência – 6/2/C, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 29 de dezembro de 2016, com fulcro no Artigo 105, artigo IV da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1439/2016

PORTARIA Nº 1439/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 29 de dezembro de 2016, do servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1440/2016**

PORTARIA Nº 1440/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ANA CÉLIA DE ANDRADE SEVERO DOMINGUES (Matr. 1075), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "C", para o Nível - 3, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de Maio de 2016, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

## **TERMO ADITIVO Nº 040/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 02.266.855/0001-94

Empresa: L.G.C.R Compserv Componentes e Serviços Ltda. Me

Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 040/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa L.G.C.R Compserv Componentes e Serviços Ltda. Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 39, Bairro Centro, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Marcos Smiderle, brasileiro, portador CPF nº 016.073.979-94, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 042/2014, que tem por objeto a prestação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos

equipamentos com substituição de peças componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel por demanda, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017, ou até atingir o limite legal da modalidade licitatória.

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

### **CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Marcos Smiderle

Sócio Administrador

CPF: 016.073.979-94

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

## **TERMO ADITIVO Nº 041/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 02.266.855/0001-94

Empresa: L.G.C.R Compserv Componentes e Serviços Ltda. Me

Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 041/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste

ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa L.G.C.R COMPSEV COMPONENTES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.266.855/0001-94, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 39, Centro, da cidade de Joaçaba - SC, neste ato representado por seu Sócio administrador Sr. Marcos Smiderle, brasileiro, portador do CIC nº CPF nº 016.073.979-94, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 025/2015, que tem por objeto a prestação de serviços na área de informática envolvendo microcomputadores e periféricos, para atendimento das Secretarias de Administração e Finanças, Planejamento e Coordenação, Habitação e Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente, Educação Cultura e Esportes, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, Assistência Social Procuradoria Municipal e Gabinete do Prefeito, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017 ou até atingir o limite legal da modalidade licitatória.

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Marcos Smiderle
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 016.073.979-94
Contratante	Contratada

#### Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 042/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Empresa: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda.

CNPJ/MF Nº 07.753.029/0001-93

Endereço: Rua da Consolação, 317 – Edifício Bossini - Matinho

CONTRATADA

#### TERMO ADITIVO Nº 042/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda. estabelecida na Rua da Consolação, 317 – Edifício Bossini – Bairro Matinho, Município de Xanxerê – SC, CNPJ nº 07.753.029/0001-93 neste ato representado por seu Sócio, Senhor Edson Antonio Valgoi brasileiro(a), Solteiro, Empresário portador do CPF nº. 579.791.039-04. doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 021/2016, que tem por objeto a prestação de serviços na área de informática para o licenciamento licença de uso do Sistema Informatizado de Controle Interno, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Edson Antonio Valgoi
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 579.791.039-04
Contratante	Contratada



Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

### **TERMO ADITIVO Nº 043/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Empresa: CPL Desenvolvimento de Software Ltda.- ME  
CNPJ/MF Nº 23.299.477/0001-15  
Endereço: Rua Marechal Deodoro. Nº 403 sala 02 - Centro  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 043/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CPL Desenvolvimento de Software Ltda.- ME estabelecida na Rua Marechal Deodoro. Nº 403 sala 02 - Centro, Município de Concórdia – SC, CNPJ nº 23.299.477/0001-15, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Silmar Antônio Balbinot brasileiro(a), Casado, Empresário portador do CPF nº. 383.829.890-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 022/2016, que tem por objeto a prestação de serviços na área de informática para o licenciamento licença de uso dos Sistemas Informatizados de Prestação Conbtas WEB; Controle de Transporte Escolar e Atendimento e Controle Serviços Secretaria de Agricultura, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento

em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.  
Nelson Guindani                      Silmar Antônio Balbinot  
Prefeito                                  Sócio Administrador  
CPF: 501.589.459-72                  CPF: 383.829.890-04  
Contratante                              Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

### **TERMO ADITIVO Nº 044/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado do Paraná  
MUNICÍPIO DE CURITIBA  
Empresa: BIO SUL LIMPEZA URBANA LTDA.  
CNPJ/MF Nº 24.914.373/0001-36  
Endereço: Avenida Wenceslau Braz, nº 3673 - Bairro Lindóia  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 044/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Bio Sul Limpeza Urbana Ltda., estabelecida na Avenida Wenceslau Braz, nº 3673 - Bairro Lindóia, no município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 24.914.373/0001-36, neste ato representado por seu procurador e Diretor Comercial, Senhor Fábio Alcântara Mello, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 626.878.599-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 027/2016, que tem por objeto a prestação de serviços de Limpeza e Conservação (com fornecimento de material e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços), nas dependências do 11º Corpo de Bombeiros Militar nas cidades de Herval d'Oeste, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 535, Herval d'Oeste - SC. e Joaçaba localizado na Av. Caetano Natal Branco, nº 1.242, Bairro Frei Bruno - Joaçaba – SC, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Fabio Alcântara Mello
Prefeito	Diretor Comercial
CPF: 501.589.459-72	CPF: 626.878.599-15
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 045/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA – ME"

CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66

Av. Beira Rio, 507

CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 045/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA - ME, estabelecida na Av. Beira Rio, 507, Sala 02, no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 02.935.521/0001-66, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Vitor Olivo brasileiro, inscrito no CPF nº 758.503.389-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 035/2015, que tem por objeto a prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição

de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Vitor Olivo
Prefeito	Socio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 758.503.389-34
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 046/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA"

CNPJ/MF Nº 09.439.166/0001-83

Av. Beira Rio, 539

CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 046/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA, estabelecida na Av. Beira Rio, 539, no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 09.439.166/0001-83, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Irai Zarpelon brasileiro, inscrito no CPF nº 949.434.519-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 037/2015, que tem por objeto a prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste, em conformidade com a

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

**Parágrafo único** – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Irai Zarpelon
Prefeito	Socio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 949.434.519-34
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 047/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
"TRANSPORTES COLETIVOS SARANDI LTDA"  
CNPJ/MF Nº 00.793.233/0001-99  
Av. Beira Rio, 539  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 047/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TRANSPORTES COLETIVOS SARANDI LTDA, estabelecida na Av. Beira Rio, 539, no

Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.793.233/0001-99, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Roberto Zarpelon brasileiro, inscrito no CPF nº 023.018.849-45, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 017/2016, que tem por objeto a prestação de serviços diários de transporte escolar no município de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

**Parágrafo único** – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Roberto Zarpelon
Prefeito	Socio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 023.018.849-45
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 048/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Empresa: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA  
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09  
Endereço: Rua Alcides Antonio D'Agostini, nº 80 -, Bairro Industrial  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 048/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**



Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, estabelecida Rua Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, Bairro Industrial no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, portadora do CPF nº 589.785.859-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 024/2012, que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza pública, na área urbana da cidade de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 03/04/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Juleide Inês D'Agostini
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 589.785.859-49
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 049/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

#### MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Empresa: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09

Endereço: Rua Alcides Antonio D'Agostini, nº 80 -, Bairro Industrial  
CONTRATADA

#### TERMO ADITIVO Nº 049/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, estabelecida Rua Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, Bairro Industrial no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, portadora do CPF nº 589.785.859-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 008/2013, que tem por objeto a prestação de serviços relativos à coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos compactáveis, resíduos de serviços de saúde de estabelecimentos públicos (destinação final em aterro disponibilizado pela contratada, devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável), do município de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Juleide Inês D'Agostini
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 589.785.859-49
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 050/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE LUZERNA  
"LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME"  
CNPJ/MF Nº 07.336.749/0001-53  
Rua 12 de Maio, nº 152  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 050/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, estabelecida na Rua 12 de Maio, nº 152 – Vila Alemanha – Luzerna - SC, CNPJ nº 07.336.749/0001-53, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Paulo Delfino Pinto, brasileiro, portador do CPF nº 639.561.289-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 0039/2015, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção da iluminação pública com equipe padrão no município de Herval d'Oeste, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.  
Nelson Guindani                      Paulo Delfino Pinto  
Prefeito                                  Sócio Administrador  
CPF: 501.589.459-72                  CPF: 639.561.289-15  
Contratante                              Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia                  Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87                  CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 051/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Boqueirão do Leão  
Empresa: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME"  
CNPJ/MF nº 21.344.856/0001-54  
Endereço: Avenida Maurício Cardoso, 1.821 - Centro  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 051/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME" estabelecida na Avenida Maurício Cardoso, 1.821 - Centro, no município de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ nº 21.344.856/0001-54, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Sidinei Moises de Freitas, brasileiro, inscrito no CPF nº 882.072.000-06, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 0031/2016, que tem por objeto a Aquisição de 03 (três) Carretas Agrícolas conforme convênio nº 833097/2016/MAPA/CAIXA em conformidade com as especificações constantes do memorial descritivo, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as

quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Sidinei Moises de Freitas
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 882.072.000-06
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

### TERMO ADITIVO Nº 052/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de São Paulo

Município de Itapira

Empresa: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA.

CNPJ/MF nº 05.797.417.0001-40

Endereço: Rua XV de Novembro nº 1.553 – São Vicente

CONTRATADA

### TERMO ADITIVO Nº 052/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA. estabelecida na Rua XV de Novembro nº 1.553 – São Vicente, no município de Itapira, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 05.797.417.0001-40, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Plínio Cremasco Júnior, brasileiro, inscrito no CPF nº 777.240.628-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 0032/2016, que tem por objeto a Aquisição de 03 (três) Ensiladeiras Tratorizadas conforme convênio nº 833097/2016/MAPA/CAIXA em conformidade com as especificações constantes do memorial descritivo, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Plínio Cremasco Junior
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 777.240.628-20
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

### TERMO ADITIVO Nº 053/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CNPJ/MF 81.389.025/0001-20

Empresa: Lavadiske Automatic Ltda -Me

Endereço: Rua Domingos Machado De Lima, nº 84

CONTRATADA

### TERMO ADITIVO Nº 053/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Lavadiske Automatic Ltda -Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 81.389.025/0001-20, estabelecida na Rua Domingos Machado De Lima, nº 84, Centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Vivian Sartoretto Longo, brasileira, portador CPF nº 016.327.889-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 0048/2014, que tem por objeto a prestação de serviços de lavanderia de roupas de ambientes de saúde, com lavagem e esterilização de roupas nas Unidades Básicas de Saúde UBS e da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas, em conformidade com as normas da ANVISA, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Vivian Sartoretto Longo
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 016.327.889-00
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 054/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 11.836.472/0001-03

Empresa: DI Savoya Pizzaria Ltda. - Me

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 515

CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 054/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DI Savoya Pizzaria Ltda. - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.836.472/0001-03, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 515, Centro, Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Rosana Bueno de Oliveira, brasileira, portador CPF nº 095.184.788-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 0048/2014, que tem por objeto o fornecimento de refeições, para usuários e funcionários da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello – UPA 24 horas, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Rosana Bueno de Oliveira
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 095.184.788-05
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 055/2016**

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 21.589.688/0001-67

Endereço: Rua Rui Barbosa, 117 - Centro

CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 055/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.589.688/0001-67 estabelecida na Rua Rui Barbosa, 117, Bairro Centro, no Município de Herval d'Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Hinayan Crestani, portador da Carteira de Identidade nº 2079048092 e CPF nº 009.777.740-40, doravante denominada CONTRATADA, resolvem



celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 026/2015, que tem por objeto prestação de serviços de Plantões Médicos junto a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 Horas, em plantões de segunda à domingo, inclusive feriados, com atendimento Ininterrupto de 24 horas com dois profissionais por turno horário, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Hinayan Crestani
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 009.777.740-40
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 056/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
DEVANDRO RAOIMAGEM LTDA - ME  
CNPJ/MF Nº 23.376.852/0001-83  
Rua Dr. Sérgio Dallanora, nº 295 – Flor da Serra  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 056/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro,

Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DEVANDRO RAOIMAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.376.852/0001-83, com sede na Rua Dr. Sérgio Dallanora, nº 295 – Flor da Serra, da cidade de Joaçaba - SC, neste ato representada por seu sócio representante Sr. Devandro Schissi, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 040.585.259-24, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 003/2016, que tem por objeto prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas para a realização de exames radiológicos, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Devandro Schissi
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 040.585.259-24
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 057/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
MECANICA SPIER LTDA ME

CNPJ/MF Nº 82.704.735/0001-60  
Rua Fritz Lucht, nº 05 – Vila Pedrini  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 057/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MECANICA SPIER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.704.735/0001-60, com sede na R Rua Fritz Lucht, nº 05 – Vila Pedrini, da cidade de Joaçaba - SC, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Varmo Spier, brasileiro, casado, portador do CIC nº CPF nº 094.211.069-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 004/2016, que tem por objeto a prestação de serviços de hora serviços de manutenção mecânica, elétrica, funilaria e pintura por hora trabalhada para veículos do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

**Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Varmo Spier
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 094.211.069-20
Contratante	Contratada

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 058/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
VIASUL COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA  
CNPJ/MF Nº 13.701.155/0001-05  
Rua Independência, nº 190 – Centro  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 058/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VIASUL COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.701.155/0001-05, com sede na R Rua Independência, nº 190 - Centro – Centro, da cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Leonardo Proner, brasileiro, solteiro, portador do CIC nº CPF nº 074.643.079-50, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 005/2016, que tem por objeto a prestação de serviços de hora serviços de manutenção mecânica, elétrica, funilaria e pintura por hora trabalhada para veículos do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

**Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Leonardo Proner
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 074.643.079-50
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

### **TERMO ADITIVO Nº 059/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Empresa: OLITUR – TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA. – ME  
CNPJ/MF Nº 85.137.750/0001-62  
Endereço: Rua Antônio Nunes Varela nº 808 Vila Pedrini  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 059/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa OLITUR – TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Nunes Varela nº 808 Vila Pedrini, no município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 85.137.750/0001-62, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor José Olivo Neto, brasileiro, inscrito no CPF nº 454.081.229-72 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 028/2016, que tem por objeto a Prestação de serviços transporte de Material Biológico e de documentos em geral da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24HS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/07/2017

**Parágrafo único** – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.  
Nelson Guindani    José Olivo Neto  
Prefeito    Sócio Administrador  
CPF: 501.589.459-72    CPF: 454.081.229-72  
Contratante    Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

### **TERMO ADITIVO Nº 060/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Empresa: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIAS LTDA.  
CNPJ/MF Nº 78.491.172/0001-00  
Endereço: Av. XV de Novembro, 138  
CREDENCIADA

**TERMO ADITIVO Nº 060/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00 estabelecida na Av. XV de Novembro, 138, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Sr. Gláucio Grando Galli, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.074.697 e CPF nº 503.656.819-20, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 001/2012, que tem por objeto a Prestação de serviços de Análises Clínicas – Serviço oferecido nos laboratórios credenciados pelo valor definido na tabela do SUS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 12/01/2017

**Parágrafo único** – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**





O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Gláucio Grando Galli
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 503.656.819-20
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 061/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Empresa: CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.  
CNPJ/MF Nº 04.419.357/0001-60  
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 388 - Centro  
CRENCIADA

TERMO ADITIVO Nº 061/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.357/0001-60 estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 388, Centro, no Município de Joaçaba neste ato representada pelo Christian Ouriques Breda, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-2.205.877 e CPF nº 020.596.879-18, doravante denominada CRENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 006/2012, que tem por objeto a prestação de serviços de Análises Clínicas – Serviço oferecido nos laboratórios credenciados pelo valor definido na tabela do SUS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 25/01/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição

de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Christian Ouriques Breda
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 020.596.879-18
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 062/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
Município de Joaçaba  
Empresa: GYNEMED LTDA  
CNPJ/MF Nº 18.839.692/0001-21  
Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 704  
CRENCIADA

#### TERMO ADITIVO Nº 062/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GYNEMED LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.839.692/0001-21 estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 704, Bairro Centro no Município de Joaçaba, neste ato representado pelo Sr. Wellington Luis Alessi portador do CPF nº 009.133.130-76, doravante denominada CRENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 001/2015, que tem por objeto a prestação de serviços de Saúde, de consultas médicas especializada na área de Ginecologia e obstetrícia, incluindo gestação de alto risco, em conformidade

com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Wellington Luis Alessi
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 009.133.130-76
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 063/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
Município de Joaçaba  
Empresa: SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA EPP  
CNPJ/MF Nº 01.788.037/0001-99  
Endereço: Av. Santa Terezinha, nº 275  
CREDENCIADA

TERMO ADITIVO Nº 063/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016  
Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SIIM SERVIÇO

INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99 estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 275, Bairro Centro no Município de Joaçaba, neste ato representado pelo Sr. Miguel Igôr Russowsky portador do CPF nº 400.941.389-15, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 002/2015, que tem por objeto a prestação de serviços Ultrassonografia, Ecocardiograma e Ressonância Magnética., em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Miguel Igôr Russowsky
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 400.941.389-15
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

#### TERMO ADITIVO Nº 064/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
Município de Campos Novos  
Empresa: GRUPPOS ATENDIMENTO ENSINO, PROJ. PESQUISA E CONSULTORIA SS  
CNPJ/MF Nº 02.898.290/0001-68  
Endereço: Rua Frei Rogério, 517 sala 2.  
CREDENCIADA

**TERMO ADITIVO Nº 064/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GRUPPOS ATENDIMENTO ENSINO, PROJ. PESQUISA E CONSULTORIA SS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.898.290/0001-68 estabelecida na Rua Frei Rogério, 517 sala 2, Centro no Município de Campos Novos, neste ato representado pelo Senhora Maria Elizabeth Pascual do Valle inscrita no CPF sob nº 185.009.510-87, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 004/2015, que tem por objeto prestação de serviços de saúde, prestação de serviços na área de psiquiatria para atendimento dos pacientes do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde., em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Maria Elizabeth Pascual do Valle
Prefeito	Sócia Administradora
CPF: 501.589.459-72	CPF: 185.009.510-87
Contratante	Contratada

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 065/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Empresa: FARMÁCIA HERVAL LTDA. EPP  
CNPJ/MF Nº 75.492.173/0001-73  
Endereço: Rua Santa Catarina, 36 - Centro  
CREDENCIADA

**TERMO ADITIVO Nº 065/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FARMÁCIA HERVAL LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 36 – Centro Herval d'Oeste – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.492.173/0001-73, neste ato representada pelo Senhor. Sérgio de Giacometti, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 743.528 e CPF nº 384.203.929-87, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 001/2016, que tem por objeto o fornecimento de Medicamentos para distribuição Gratuita, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani	Sérgio de Giacometti
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 384.203.929-87
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

representantes legais das partes.

Herval d'Oeste, 27 de dezembro de 2016.  
Nelson Guindani    Alexandre Ferreira Daniotti  
Prefeito    Sócio Administrador  
CPF: 501.589.459-72    CPF: 018.916.969-98  
Contratante    Contratada

**TERMO ADITIVO Nº 066/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia    Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 687.857.399-87    CPF: 600.730.049-87

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
Empresa:CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA. ME  
CNPJ/MF Nº 05.527.987/0001-10  
Endereço: Rua Maria Angélica Almeida b65 1º andar Centro  
CREDENCIADA

**TERMO ADITIVO Nº 066/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016**

Pelo presente instrumento de contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CLINICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA. ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.527.987/0001-10 estabelecida na Rua Maria Angélica Almeida, 65 1º andar, Bairro Centro, no Município de Capinzal neste ato representada pelo Sr. Alexandre Ferreira Daniotti, portador da Carteira de Identidade nº 1/R61903399/SSP/SC e CPF nº 018.916.969-98, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Credenciamento Nº 002/2016, que tem por objeto a prestação de serviços na área de Oftalmologia em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em até 31/12/2017

Parágrafo único – Dada a peculiaridade do momento de transição de gestão municipal, fica a CONTRATADA ciente que poderá ser convocada para revisão contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do artigo 61, lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais**

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos



# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2981/2016

DECRETO Nº. 2981, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 3.084,46 (três mil e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0207 – Sec. M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2055 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários.

Valor: R\$ 3.084,46

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

### DECRETO Nº 2982/2016

DECRETO Nº. 2982, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação

de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1301- Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 27.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

### DECRETO Nº 2983/2016

DECRETO Nº 2983, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECLARA DESISTÊNCIA TÁCITA DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 29 de setembro de 2016, o candidato aprovado em 3º lugar para o cargo de médico, foi convocado via e-mail;

Considerando, que no dia 29 de setembro de 2016, foi enviado via correio a convocação para o candidato aprovado em 3º lugar para o cargo de médico;

Considerando, que no início de outubro de 2016, a correspondência encaminhada via correio ao candidato, retornou para o Município após uma tentativa de entrega (como desconhecido no endereço informado);

Considerando, que no dia 08 de outubro e 01 de novembro de 2016, foram encaminhados novos e-mail solicitando uma resposta do candidato;

Considerando, que em 11 de novembro de 2016, foi enviado via correio (endereço do local de trabalho) a convocação para o candidato aprovado em 3º lugar para o cargo de médico

Considerando, que até o presente momento não houve manifestação por parte do candidato;

Considerando, o item 12.4 e 12.5, do Edital de Concurso Público nº 001/2016;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o candidato ALMIR JODE MIGUEL JUNIOR, nº de inscrição 5365, aprovado para o cargo de Médico, no Concurso Público homologado pelo Decreto nº 2911, de 30 de março de 2015, declarado desistente, tendo em vista o não atendimento da ÚLTIMA convocação realizada em 18 de novembro de 2016 (data recebimento via correio), com prazo final em 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

**DECRETO Nº 2984/2016**

DECRETO Nº. 2984, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei nº. 581/2015.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. Das Ativ. Do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000000– Aplicações Diretas

Fonte: 01000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 19.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. Das Ativ. Do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 339000000– Aplicações Diretas

Fonte: 01000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 19.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

**DECRETO Nº 2985/2016**

DECRETO Nº 2.985, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica instituído ponto facultativo na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transportes, Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes e Setor da Vigilância Sanitária nos dias 29 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 286/2016**

PORTARIA Nº 286, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretor do Departamento de Cultura e Esporte – CC-2, o Sr. JOHN LENON CENTOFANTE ROMANATTO, nomeado através da Portaria nº 236, de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 246, de 07 de novembro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 287/2016**

PORTARIA Nº 287, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças – CC-2, a Sra. FLÁVIA JAKELINI RAMOS ARALDI ZARDO, nomeada através da Portaria nº 064, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 288/2016**

PORTARIA Nº 288, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"EXONERA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Procurador Geral do Município – CC-4, o Sr. GUSTAVO HENRIQUE PERIN, nomeado através da Portaria nº 222, de 21 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016..

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 289/2016**

PORTARIA Nº 289, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Saúde e Secretário Municipal da Assistência Social – CC-3, o Sr. EUDES VILMAR TRINDADE, nomeado através da Portaria nº 262, de 06 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas nas Portarias nº 263, de 06 de dezembro de 2016, nº 264, de 06 de dezembro de 2016, nº 265, de 06 de dezembro de 2016, nº 266, de 06 de dezembro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 290/2016**

PORTARIA Nº 290, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – CC-3, o Sr. SÉRGIO ANTONIO RAMOS, nomeado através da Portaria nº 225, de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas nas Portarias nº 226, de 24 de outubro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 291/2016**

PORTARIA Nº 291, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Educação – CC-3, o Sr. OLIVO CERON nomeado através da Portaria nº 065, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas nas Portarias nº 081, de 11 de abril de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:



**PORTARIA Nº 292/2016**

PORTARIA Nº 292, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

**"EXONERA ASSISTENTE DE GABINETE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Assistente de Gabinete – CC-1, a Sra. SHIRLEY POSSERA DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 145, de 01 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 153, de 05 de julho de 2016, na Portaria nº 186, de 23 de agosto de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 293/2016**

PORTARIA Nº 293, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 007, de 19 de julho de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 31.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 0022016, celebrado com MAYARA DA SILVA OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 294/2016**

PORTARIA Nº 294, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

**"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes – CC-3, o Sr. MIGUEL ERNESTO HETZLER, nomeado através da Portaria nº 223, de 21 de outubro de 2016.

Parágrafo único. O servidor retornará as funções do cargo efetivo de Operador de Máquinas junto a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 295/2016**

PORTARIA Nº 295, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

**"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes – CC-3, o Sr. ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, nomeado através da Portaria nº 267, de 07 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O servidor retornará as funções do cargo efetivo de Motorista junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 296/2016**

PORTARIA Nº 296, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

**"EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos – CC-2, a Sra. CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, nomeada através da Portaria nº 009, de 02 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. A servidora retornará as funções do cargo efetivo de Professor II junto a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 297/2016**

PORTARIA Nº 297, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"CANCELAR PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA FG-1 DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Função Gratificada FG-1, concedida a servidora ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN, através da Portaria nº 115, de 09 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 298/2016**

PORTARIA Nº 298, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"CANCELAR PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA FG-1 DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Função Gratificada FG-1, concedida ao servidor EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, através da Portaria nº 104, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 299/2016**

PORTARIA Nº 299, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"CANCELAR PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA FG-1 DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Função Gratificada FG-1, concedida ao servidor JOSÉ ROBERTO GONZATTO, através da Portaria nº 090, de 03 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 300/2016**

PORTARIA Nº 300, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
"CANCELAR PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA FG-2 DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Função Gratificada FG-2, concedida ao servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA, através da Portaria nº 116, de 09 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 230, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 230, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera disposições do Decreto PMI nº120, de 12 de novembro de 2012, que regulamenta o exercício da atividade de Comércio Ambulante e Eventual, no Município de Imbituba/SC durante a temporada de verão e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Exposição de Motivos PMI/SEDURB Nº 019/2016, objeto do Processo nº 27627/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as tabelas do Anexo I, do Decreto PMI nº 120, de 12 de novembro de 2012, que passam a vigor com a seguinte redação:

#### ANEXO I

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, I).

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	03
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	05
Vila Nova	02
Vila (Centro)	06
Demais Praias	01

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, II).

LOCALIDADE(PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	08
Itapirubá	03
Luz	03
Porto	02
Ribanceira	02
Rosa	21
Vila Nova	03
Vila (Centro)	03
Demais Praias	01

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe do Departamento de Atos Normativos

### DECRETO PMI Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a suspensão do expediente externo dos órgãos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no art. 93, VII c/c art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o despacho do Coordenador-Geral da Comissão de Transição de Governo, Dr. Daniel Vinício Arantes Neto, em razão do pedido formulado pelo Coordenador de Transição do Prefeito eleito, Dr. Orlando Gonçalves Pacheco Júnior, no âmbito do Processo nº 27658/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o expediente externo de todos os órgãos municipais Administração Pública Municipal, no período de 2 a 6 de janeiro de 2017.

Parágrafo único. Excetuam-se da suspensão disposta no caput os serviços/atividades essenciais, a critério do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

### DECRETO PMI Nº 232, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 232, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Sinalização para o Trânsito Turístico		
23.695.0007-1.014		
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0354 (0191)	Aplicações Diretas	155.000,00
Total		155.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos de Convênio com a União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe do Departamento de Atos Normativos

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 07/2016  
DISPENSA 02/2016 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM

PROCESSO Nº 07/2016

DISPENSA Nº 02/2016

Objeto: Prestação de serviços com o fornecimento de materiais e mão de obra para a manutenção do posto guarda-vidas localizado em frente ao Imbituba Praia Hotel, na Praia da Vila, em observância ao decreto PMI nº 162, de 17 de outubro de 2016.

Contratada: Pires Comércio de Materiais de Construção Ltda

Valor Total: R\$ 18.706,83 (Dezoito mil setecentos e seis reais com oitenta e três centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 29 de Dezembro de 2016.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 114/2016  
(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI

PROCESSO Nº 114/2016

DISPENSA Nº 14/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para reforma do telhado do Clube de Mães da Roça Grande

Contratada: Itapirubá Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento LTDA

Valor Total: R\$ 7.619,50 (Sete mil seiscentos e dezenove reais com cinquenta centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 29 de Dezembro de 2016.

Juliana Da Silva Ignácio

Secretária Municipal da SEAPI

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 115/2016  
(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI

PROCESSO Nº 115/2016

DISPENSA Nº 15/2016

Objeto: Prestação de serviços com o fornecimento de materiais e mão de obra para a recuperação do pavimento em paver, meio fio, da drenagem e recuperação das rampas e decks da praia da vila, que, no último dia 16 de outubro de 2016, foi parcialmente

destruído

Contratada: Pires Comércio de Materiais de Construção LTDA - EPP  
Valor Total: R\$ 39.375,53 (Trinta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais com cinquenta e três centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 29 de Dezembro de 2016.

Juliana Da Silva Ignacio

Secretária Municipal da SEAPI

**EXTRATO PMI SEAGP 2014/40 A/04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEAGP 2014/40 A/04

Contratada SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA.

CNPJ:10.597.903/0001-55

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato até 31 de janeiro de 2017

Prazo 31/01/2017 Valor R\$72.434,25

Fundamento: Processo nº. 33/2014 Dispensa: 27/2014

Imbituba, 27 de Dezembro de 2016.

Gladis Farias Candido

Secretário Interina Municipal de Administração

Contratante

São Lucas Centro Multiprofissional Ltda

Jose dos Passos Pacheco

Contratada

**EXTRATO PMI SEAGP 2016/95 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEAGP 2016/95 A/00

Contratada ESQUADRITEMPER INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS

CNPJ:11.042.039/0001-98

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE VIDROS E ESQUADRIAS PARA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS ESQUADRIAS DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC EM OBSERVÂNCIA AO DECRETO PMI Nº 162, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Prazo 31/12/2016 Valor R\$23.127,02

Fundamento: Processo nº. 113/2016 Dispensa 13/2016

Imbituba, 26 de Dezembro de 2016.

Gladis Farias Candido

Secretário Interina Municipal de Administração

Contratante

São Lucas Centro Multiprofissional Ltda

Jose dos Passos Pacheco

Contratada

**EXTRATO PMI SEAGP 2016/96 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEAGP 2016/96 A/00

Contratada SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA.

CNPJ:10.597.903/0001-55

Objeto: PESSOA FÍSICA OU JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE

**SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA A REALIZAÇÃO E EMISSÃO DOS ATESTADOS OCUPACIONAIS – ASO's - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Prazo 31/12/2017 Valor R\$137.970,00

Fundamento: Processo nº. 108/2016 Pregão 70/2016

Imbituba, 27 de Dezembro de 2016.

Gladis Farias Candido

Secretário Interina Municipal de Administração

Contratante

São Lucas Centro Multiprofissional Ltda

Jose dos Passos Pacheco

Contratada

**EXTRATO: CONTRATO FUNREBOM 2016/06 – A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato FUNREBOM 2016/06 – A/00

Contratada: PIRES COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 04.036.058/0001-46

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DO POSTO GUARDA VIDAS LOCALIZADO EM FRENTE AO IMBITUBA PRAIA HOTEL, NA PRAIA DA VILA, EM OBSERVÂNCIA AO DECRETO PMI Nº 162, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Valor: R\$ 18.706,83 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 07/2016. Dispensa: 02/2016

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª companhia do 8º batalhão de bombeiros militar de Imbituba

Contratante

Pires Comércio de Materiais de Construção Ltda

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: CONTRATO SEDURB SANEAMENTO/ 2014/03 A/04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDURB SANEAMENTO/ 2014/03 A/04

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Objeto: Prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017

Prazo: 31/12/2017

Fundamento: Processo nº 01/2014 Concorrência 01/2014

Imbituba, 16 de dezembro de 2016

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Eduardo dos Passos Nunes

Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante legal

Contratado

**EXTRATO: CONTRATO SEMUSA 2015/79 – A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato SEMUSA 2015/79 – A/02

Contratada: ITAPIRUBÁ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ: 08.397.388/0001-18

Objeto: Prorrogação do prazo para até 31 de março de 2017

Prazo: 31/03/2017

Fundamento: Processo nº 42/2015. Tomada de Preço: 01/2015.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Servidora Pública Municipal/Gerente Geral de Saúde

Contratante

Itapirubá Comércio de Materiais de Construção LTDA

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: CONTRATO SEMUSA 2016/10 – A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato SEMUSA 2016/10 – A/01

Contratada: KARINE DA SILVA MARQUES

CNPJ 20.586.171/0001-51

Objeto: Prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017

Valor: R\$ A base para a construção dos valores a serem contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS

Prazo: 31/12/2017

Fundamento: Processo nº 20/2016. Inexigibilidade 05/2016

Imbituba, 05 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Credenciante

Karine da Silva Marques

Representante legal

Credenciada

**EXTRATO: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 - A06**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 - A06

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro de 2,797985 (dois inteiros e setecentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta e cinco milionésimos percentuais).

O presente equilíbrio econômico financeiro não sofrerá efeitos econômicos e financeiros no exercício de 2016.

Prazo: 31/12/2017 Valor R\$ 19.335,15

Fundamento: Processo nº 03/2014 Concorrência 02/2014

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Engº Eduardo dos Passos Nunes

Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante legal

Contratado



**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/150 A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/150 A/02  
Contratada GP AUTO LOCADORA LTDA ME  
CNPJ 08.296.316/0001-84  
Objeto: Prorrogação até 31 de dezembro de 2017  
Valor: R\$ 82.560,00 Prazo: 31/12/2017  
Fundamento: Processo nº. 81/2015 Pregão 49/2015

Imbituba, 27 de dezembro de 2015.  
Gladis Farias Candido  
Secretário municipal de  
Administração e Gestão Pública Interina  
Contratante

GP Autolocadora Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2016/54 – A/06**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/54 – A/06  
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA  
CNPJ: 07.185.611/0001-09  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato para até 30 de maio de 2017.  
Prazo: 30/05/2017.  
Fundamento: Processo nº 161/2014. Concorrência 13/2014

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.  
Juliana da Silva Ignácio  
Secretaria Municipal da SEAPI  
Contratante

Castelo Engenharia Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2016/77 – A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/77 – A/01  
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME.  
CNPJ: 12.587.530/0001-67  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de março de 2017  
Prazo: 31/03/2017  
Fundamento: Processo nº 72/2016. Tomada de Preços: 02/2016

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.  
Juliana da Silva Ignácio  
Secretária Municipal da SEAPI  
Contratante

J.L Construtora Ltda. ME.  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAST 2016/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAST 2016/15  
Contratada: TECOMNI LTDA ME.  
CNPJ: 13.794.058/0001-04  
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REDE LOGICA E COMPLEMENTARES DA REFORMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA – SEAST  
Valor: R\$ 14.898,36 Prazo: 16/11/2016  
Fundamento: Processo nº. 29/2016 Dispensa 08/2016

Imbituba, 26 de dezembro de 2015.  
Viviane Marques Bezerra  
Secretária Municipal Interina da Seast  
Locatário

Tecomni Ltda Me.  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDURB 2016/72 - A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDURB 2016/72 - A01  
Contratada: RAGSERV GESTÃO E SERVIÇOS LTDA EPP.  
CNPJ: 07.351.230/0001-44  
Objeto: Prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017  
Prazo: 31/12/2017  
Fundamento: Processo nº 122/2015. Inexigibilidade: 06/2015

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.  
Secretaria de desenvolvimento urbano, saneamento e habitação – SEDURB  
Eduardo dos Passos Nunes  
Credenciante

RAGSERV gestão e serviços Ltda. EPP  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: PMI SETEC 2016/47 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SETEC 2016/47 A/01  
Contratada: J.D ARQUITETURA LTDA ME.  
CNPJ: 23.708.095/00001-06  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 30 de junho de 2017  
Prazo: 30/06/2016.  
Fundamento: Processo nº 10/2016. Carta convite 01/2016.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.  
Romeu Pires Filho  
Secretário Municipal Interino dz Setec  
Contratante

J.D Arquitetura Ltda ME  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2016/09 – A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/09 – A/01

Contratada: Itapirubá comércio de materiais de construção Ltda.

CNPJ: 08.397.388/0001-18

Objeto: Prorrogação do prazo até 31 de março de 2017

Prazo: 31/03/2017

Fundamento: Processo nº 18/2016. Tomada de preço: 01/2016.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Itapirubá comércio de materiais de construção Ltda.

Representante legal

Contratada

**PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2016**

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

**EXTRATO 1º ADITIVO DE CONVÊNIO**

Termo do Convênio nº 001/2016. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação e a colônia de pescadores Z13 . FUNDAMENTO: Lei nº 4.683, de 29 de JANEIRO de 2016. Lei nº 4.774 de 13 de Dezembro de 2016 (aditivo) Lei nº 4780, de 20 de Dezembro de 2016(alteração Lei nº 4.774)OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município visando à manutenção material e pedagógica da "Creche Angela Amim".

VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente termo aditivo serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação orçamentária de 2016, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. Volnei Silveira , presidente da colônia de pescadores Z-13



# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2368/16

. DECRETO Nº 2368/16

. De 28 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.700,00 (Dezesseis mil e setecentos reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381701	MAC União
	Valor: ( 8.700,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2464	MANUT.. DA FROTA DE VEICULOS/ SECRET. SAUDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381701	MAC União
	Valor: ( 8.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2369/16

. DECRETO Nº 2369/16

. De 28 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 445.713,87 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e setecentos e treze reais e oitenta e sete centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2111.3339000000000000	01645502	285.778,05
10.002.0017.0512.0010.2262.3339000000000000	01645502	159.935,82

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2370/16

. DECRETO Nº 2370/16

. De 28 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 160.361,78 (Cento e sessenta mil e trezentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2107.3339000000000000	01180000	160.361,78

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1698/2016

DECRETO Nº. 1698 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 109.400,00 (cento e nove mil quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas

001.00 Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

R\$ 81.100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

04.01 Departamento de Educação

2025 Manutenção da Educação Infantil

31900000 Aplicações Diretas

001.00 Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

R\$ 17.300,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

33900000 Aplicações Diretas

0108.00 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

R\$ 11.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá a conta do Excesso de arrecadação e da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

33900000 Aplicações Diretas

001.00 Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

R\$ 81.100,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

04.01 Departamento de Educação

2025 Manutenção da Educação Infantil

33900000 Aplicações Diretas

001.00 Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

R\$ 17.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 26 de Dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 1699/2016

DECRETO Nº 1699 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 28 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

### PORTARIA 2903/2016

PORTARIA Nº 2903 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DIRCE SIMIONATO MODENA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2015 a 02/01/2016 a contar de 29/12/2016 a 27/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2904/2016**

PORTARIA Nº 2904 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de dezembro de 2016 o sr. Hercules Jacó Paganini, inscrito no CPF nº 017.770.999-51 do cargo comissionado de Chefe do Departamento Esportivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 28 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2905/2016**

PORTARIA Nº 2905 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de dezembro de 2016 a sra. SEILA CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA, inscrito no CPF nº 774.402.509-15 do cargo comissionado de Assistente da Sec de Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 28 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**TERMO ADITIVO Nº 016/50**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI – CT15FMAS/002 e TA16/028. TA16/050

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI, pessoa física, inscrita no cpf 789.463.109-44, residente na cidade de Iomerê, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR

o contrato nº CT15FMAS/002 e aditivo, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula segunda do contrato CT15FMAS/002 resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Fica reajustado o valor mensal do contrato a partir de 01 de janeiro de 2017, passando a ser o equivalente a R\$ 1.288,00 (um mil duzentos e oitenta e oito reais) totalizando R\$ 15.456,00 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato e aditivo.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 13 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê

CONTRATANTE

Tania Aparecida P. Comelli

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164**TERMO ADITIVO Nº 016/51**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA L.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME – CT15/053.

TA16/051

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa L.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Nereu Ramos, nº 334 Centro na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.492.725/0001-03, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula segunda do contrato CT15/053 e considerando acontecimentos alheios à vontade das partes, dentre eles, conforme relatório de resumo de empreendimento emitido pelo engenheiro responsável, houve uma glosa definitiva e após esta glosa ficando o valor total da obra em R\$ 235.978,80 (duzentos e trinta e cinco mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), isto ocorreu pois os itens 1.7 e 1.8 da planilha orçamentária licitada tiveram suas quantidades reprogramadas.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 14 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê  
CONTRATANTE

L.B. Comércio e Serviços Eireli - ME  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### TERMO ADITIVO Nº 016/52

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP - CT14/084, TA15/006, TA15/020 e TA16/025.

TA16/052

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 73.461.196/0001-95 com sede Rua XV de novembro, nº 274 na cidade de Videira SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/084, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT14/084, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 28 de abril de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 14 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### TERMO ADITIVO Nº 016/53

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RONALDO DE LIMA - CT14/027.

TA16/053

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, e de outro a lado RONALDO DE LIMA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frederico Bortolaz, nº 971, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.358.419/0001-61, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo de Lima, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT14/027, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula segunda do contrato acima epigrafo, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14/027, TA14/035, TA15/010 e TA15/050.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 16 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê  
CONTRATANTE

Ronaldo de Lima  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### TERMO ADITIVO Nº 016/54

TERMO ADITIVO N.º 054/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE IOMERÊ
CONTRATADO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATO:	074/2016
OBJETO:	Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas do Projeto 02: Perfuração de Poços Tubulares, do "Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos - PROHIDRO.
VIGÊNCIA:	11/11/2016 A 31/12/2016

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a alteração na Cláusula nona alterando a vigência até 31 de dezembro de 2017

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente



Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê - SC LUCIANO PAGANINI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA Gilberto Amaro Comazzetto Presidente do CIMCATARINA
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª -
2ª -

### TERMO ADITIVO Nº 016/55

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – CT13/55 – TA13/56 E TA14/017 e TA15/027.

TA16/055

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, e de outro a lado ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua da Consolação, nº 317, na cidade de Xanxerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.301.930/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Loacir Milto Fin, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993, resolvem ADITAR o contrato CT13/55, TA13/56 e TA14/017, o que o fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, e com o disposto na cláusula oitava do contrato acima epigrafado, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Reajustam o valor para R\$ 4.339,00 (quatro mil trezentos e trinta e nove reais) mensais, de acordo com o índice INPC.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/55, TA13/56, TA14/017 e TA15/027.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 27 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê CONTRATANTE	Ascence Consultores Associados Ltda CONTRATADA
------------------------------------	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

### TERMO ADITIVO Nº 016/56

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA – CT13FMS/07, TA13/52, TA14/009, TA14/024, TA15/014, TA15/033 e TA16/020.

TA16/056

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/C LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, situada na rua Coronel Fagundes, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 04.726.830/0001-51, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT13FMS/07, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13FMS/07 e aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 28 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê CONTRATANTE	Serviços de Saúde Videira S/C Ltda CONTRATADO
------------------------------------	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

### TERMO ADITIVO Nº 016/57

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CLÍNICA WINCK SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME – CT14FMS/006, TA14/031 e TA15/034.

TA16/057

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa CLÍNICA WINCK SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME, pessoa jurídica, de direito privado, situada na Rua Veneriano dos Passos, nº 163, Centro, Videira, SC., inscrita no CNPJ sob o nº 04.536.506/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do

contrato CT13FMS/07, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT14FMS/006 e aditivos.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 28 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê  
CONTRATANTE

Clínica Winck Serviços Médicos Ltda  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**HOMOLOGAÇÃO COMBUSTÍVEIS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 43/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 54/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 13/12/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2016  
b) Licitação Nr.: 43/2016-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 28/12/2016  
e) Data da Adjudicação: 28/12/2016 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**LOTE: 1****AUTO POSTO CAPRICHÔ LTDA (329)**

1	GASOLINA COMUM	LT	25.000,00	0,0000	3,68	92.000,00
2	GASOLINA COMUM - SAÚDE	LT	24.000,00	0,0000	3,68	88.320,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>180.320,00</b>

**LOTE: 2****AUTO POSTO CAPRICHÔ LTDA (329)**

3	Gasolina Aditivada	LT	6.000,00	0,0000	3,83	22.980,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>22.980,00</b>

**LOTE: 3****AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA (4460)**

4	Alcool Combustível comum	LT	2.000,00	0,0000	3,49	6.980,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>6.980,00</b>

Iomerê, 28 de Dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ**CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 43/2016 - PR**Processo Administrativo: 54/2016  
Processo de Licitação: 56/2016  
Data do Processo: 13/12/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 4****AGRICOPEL COM. DERIVADOS DE PETROLEO LTD (1887)**

5	OLEO DIESEL S10	LT	160.000,00	0,0000	2,77	443.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>443.200,00</b>

**LOTE: 5****AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA (329)**

6	ÓLEO DIESEL COMUM - SAÚDE	LT	10.000,00	0,0000	2,89	28.900,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>28.900,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>682.380,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 28 de Dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 247 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 247 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015;

Art. 1º Abre o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2016:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a abertura do crédito adicional suplementar, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### PORTARIA Nº 157/2016

PORTARIA Nº 157, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Instaura Processo Administrativo de Sindicância e nomeia Comissão para análise documental.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "f", do inciso II, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a ata da Comissão de Levantamento do Inventário e ajuste de valores dos bens patrimoniais do Município de Itapiranga – SC, designada pelo Decreto 22, de 26 de fevereiro de 2016;

Resolve :

Art. 1º Fica instaurado Procedimento Administrativo de Sindicância para verificação e análise de relatórios e documentos do levantamento patrimonial das secretarias municipais e averiguação sobre o destino dos bens não encontrados.

Art. 2º Fica designada a Comissão para instauração de Processo Administrativo de Sindicância, composta pelos seguintes servidores

públicos municipais:

I – Thiago Rohden, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 14971/01;

II – Mauro José Delavy, Escriturário, matrícula nº 10206/01;

III – Ricardo Kraemer, Escriturário, matrícula nº 6405/01.

Art. 3º A conclusão do processo não deverá ultrapassar o prazo de noventa dias, contados a partir da publicação desta Portaria.

Art. 4º As designações constantes no artigo 2º desta Portaria não contam ônus aos cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 22 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Ivair Paulo Tavares

Diretor Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 158/2016

Portaria nº 158 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Adriano Karal matrícula nº 14103/05, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Compras e Licitações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 159/2016

Portaria nº 159 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Antônio Vanderlei Gaike matrícula nº 14172/03, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Cobranças Tributárias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 160/2016**

Portaria nº 160 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Arlete Reichert Wailand matrícula nº 15085/01, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Secretário Municipal da Agricultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 161/2016**

Portaria nº 161 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Alexandre da Silva Siqueira matrícula nº 14904/02, do cargo de provimento em comissão de Diretor da Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 162/2016**

Portaria nº 162 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Artêmio Antônio Scalon matrícula nº 9979/05, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 163/2016**

Portaria nº 163 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Bernardo Ivo Sohn matrícula nº 10345/03, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Posto Agropecuário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 164/2016**

Portaria nº 164 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Daniele Alves de Maia matrícula nº 14600/03, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 165/2016**

Portaria nº 165 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Dário Kaiser matrícula nº 4977/06, do cargo de provimento em comissão de Diretor Responsável por Áreas de Lazer Públicas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 166/2016**

Portaria nº 165 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Dário Kaiser matrícula nº 4977/06, do cargo de provimento em comissão de Diretor Responsável por Áreas de Lazer Públicas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 167/2016**

Portaria nº 167 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Elise Ripplinger Braunn matrícula nº 14174/08, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 168/2016**

Portaria nº 168 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Enio José Pauli matrícula nº 6723/05, do cargo de provimento em comissão de Diretor Esportivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 170/2016**

Portaria nº 170 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jacinta Maria Nyland matrícula nº 10182/06, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 171/2016**

Portaria nº 171 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jair Pereira matrícula nº 3153/04, do cargo de provimento em comissão de Diretor da Equipe de Tubulação de Águas Pluviais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 172/2016**

Portaria nº 172 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Janeti Tavares Spies matrícula nº 3975/12, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola II.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 173/2016**

Portaria nº 173 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Janice Buche Fank matrícula nº 10139/10, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 174/2016**

Portaria nº 174 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jarline Hofer matrícula nº 14901/02, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção Executiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 175/2016**

Portaria nº 175 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jean Carlos Meurer matrícula nº 14602/02, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Estação de Tratamento da Água da Fronteira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 176/2016**

Portaria nº 175 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jean Carlos Meurer matrícula nº 14602/02, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Estação de Tratamento da Água da Fronteira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 177/2016**

Portaria nº 177 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Jorge Luis Simon matrícula nº 14106/03, do cargo de provimento em comissão de Assessor do Setor de Fiscalização dos Tributos Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 178/2016**

Portaria nº 178 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Julian Rudjele Wildner matrícula nº 14873/02, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 179/2016**

Portaria nº 179 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Leoni Sulzbacher matrícula nº 10352/05, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 180/2016**

Portaria nº 180 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Lori Bourscheid matrícula nº 5841/03, do cargo de provimento em comissão de Assessora da Secretária de Assistência Social.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 181/2016**

Portaria nº 181 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Lori Muller matrícula nº 11299/03, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 182/2016**

Portaria nº 182 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marcos Domingos Manchini matrícula nº 14338/02, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa de Passeios Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 183/2016**

Portaria nº 183 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marínes Klein Reichert matrícula nº 11844/08, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 184/2016**

Portaria nº 184 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Metilde Bido Locatelli matrícula nº 1620/12, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Programas da Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 185/2016**

Portaria nº 185 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marta Catarina Ritter Reinehr matrícula nº 14912/07, do cargo de provimento em comissão de Diretora do Gabinete do Vice Prefeito e Secretarias.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 186/2016**

Portaria nº 186 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Nadir Teresinha Etges matrícula nº 1455/05, do cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Controle Interno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 187/2016**

Portaria nº 187 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Nelson de Lima matrícula nº 13644/13, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 188/2016**

Portaria nº 188 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Neusa Maria Wiggers Muller matrícula nº 10065/18, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 189/2016**

Portaria nº 189 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Odila Machado Teixeira Welter matrícula nº 9950/05, do cargo de provimento em comissão de Diretora de UBS Vunibaldo Rech.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 190/2016**

Portaria nº 190 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Otilia Elise Heinen matrícula nº 1622/18, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 191/2016**

Portaria nº 191 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Paulo Roberto Schenkel matrícula nº 845/03, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção de Ferramentas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 192/2016**

Portaria nº 192 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Pedro Arsenio Thomé matrícula nº 396/03, do cargo de provimento em comissão de Diretor da Equipe Rodoviária da Secretaria de Transportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 193/2016**

Portaria nº 193 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Selso Inácio Hermes matrícula nº 1545/03, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Manutenção de Veículos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 194/2016**

Portaria nº 194 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Simone da Luz Reichert matrícula nº 14387/02, do cargo de provimento em comissão de Assessora do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 195/2016**

Portaria nº 195 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Tania Rubia Renner matrícula nº 6069/05, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola II.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 196/2016**

Portaria nº 196 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Tatiane Beumer Egewarth matrícula nº 14846/02, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa SIMASE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 197/2016**

Portaria nº 197 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Vendelino Konrad matrícula nº 10030/06, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escolinhas de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 198/2016**

Portaria nº 198 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Wilson Schneiders matrícula nº 14903/01, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 199/2016**

Portaria nº 199 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Lucia Klein matrícula nº 4038/01, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 200/2016**

Portaria nº 200 de 27 de dezembro de 2016.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar a data base para cálculo de adicional de tempo de serviço para 3 de dezembro de 2001 do servidor municipal Jair Antônio Imich matrícula nº 1904/03, devido a não interrupção das atividades funcionais, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gabinete e Secretaria e a nomeação para cargo efetivo de

Auxiliar Administrativo, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 176/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Itapiranga SC., 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 201/2016**

Portaria nº 201 de 27 de dezembro de 2016.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Jonas Alexander Welter matrícula nº 15021/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Agronomia, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 202/2016**

Portaria nº 202 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Luis Carlos Steffenon matrícula nº 6260/01, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 203/2016**

Portaria nº 203 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Janete Soethe Brixner matrícula nº 14379/02, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 204/2016**

Portaria nº 204 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Clenice dos Santos Becker matrícula nº 3125/07, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº169/2016**

Portaria nº 169 de 27 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Fernanda Cristina Stahl matrícula nº 14344/01, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 123 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 123 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2016 POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 828 de 23 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta de Excesso de Arrecadação, no valor total de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.022: Construção, Ampliação de Unidade, Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0094(03) – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

TOTAL: ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2016, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), depositados na Agência 1084 – CEF e conta corrente n.º 624004-6, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 23 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 119 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 119 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto

Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (02) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (01) – 3.1.71.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios Públicos...R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 120 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 120 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (05) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00



TOTAL .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (11) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **DECRETO Nº. 121 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 121 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (72) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorreram por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **DECRETO Nº. 122 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 122 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO  
Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: (28) – 3.1.90.00.00.00.0092 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



**DECRETO Nº. 124 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 124 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (77) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

TOTAL ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorreram por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 23 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto: 1.039 – Pav. Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: (64) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 210.000,00

TOTAL ..... R\$ 210.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorreram por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 23 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 125 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 125 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 177/2014/PMJ – TA 05

CONTRATO Nº 177/2014/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito em exercício Sr. MARCOS WEISS, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 177/2014/PMJ, firmado em 13/06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ – Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em R\$ 319.035,39 (trezentos e dezenove mil trinta e cinco reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 185.862,16 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos), correspondentes à variação do INCC-DI no período de 02/06/2014 a 01/06/2015 e R\$ 133.173,23 (cento e trinta e três mil cento e setenta e três reais e vinte e três centavos), correspondentes à variação do INCC-DI no período de 02/06/2015 a 01/06/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 23 de dezembro de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE  
MARCOS WEISS – Prefeito em exercício

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA  
SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 5.056 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.056 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DEFINE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO E O DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº. 101/2000, de 4 de maio de 2000, e observado o disposto no Art. 25, incisos I e II da Lei Municipal nº. 4.642/2015, de 28 de outubro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Para a execução orçamentária de 2017 fica estabelecida a programação financeira, fixado o cronograma de execução mensal de desembolso e definido o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação da Administração Direta, Indireta e Fundacional, na forma dos anexos, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 28 de dezembro de 2016.

Marcos Weiss

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 5.054 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.054 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.0006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 1.500,00 (8)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 28 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito

## DECRETO Nº 5.056 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Página: 119  
Data: 23/12/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Crônotrama Mensal de Desdobro por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Situação: Realização da despesa por Empenho

## Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	4.821.398,78	57.866.700,96
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	2.873.400,06	34.480.802,32
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	5.883,75	70.305,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	2.419.408,00	29.032.897,32
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentária	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	448.133,31	5.377.600,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	1.935.496,72	23.225.988,64
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fii	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	131.083,32	1.573.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	6.447,83	77.334,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	1.593.496,67	19.121.993,64
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órg	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	202.554,24	2.430.851,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órg	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	1.916,66	23.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	274.576,99	3.294.927,36
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	197.493,67	2.399.927,36
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	1.744,16	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	195.749,51	2.349.997,36
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANÇEIRAS	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	920.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	76.666,66	920.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
9.3.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
9.3.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
Totais:		5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	5.097.642,43	61.171.718,32

Página: 29  
Data: 23/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção Realização da despesa por Empenho

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Código	Especificação	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Sep/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	337.923,39	4.055.081,45
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	251.127,64	3.013.532,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	217.377,65	2.608.532,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Operinha-Orçamentaria	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	33.749,99	405.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	86.795,75	1.041.549,45
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem F	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	13.535,34	162.424,08
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	72.152,08	865.625,37
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operante Org	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	1.108,33	13.300,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	255.220,45
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	21.268,32	255.220,45
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
<b>Totais:</b>		<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>359.275,04</b>	<b>4.311.301,90</b>

Página: 39  
Data: 29/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Saldo: Realização da despesa por Elemento

Entidade: 3 - FUNDO DE REEQUILIBRAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA		Mês												Total
Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.874,99	18.875,11	228.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,66	16.791,74	201.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operante Org	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,74	471.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,66	39.291,74	471.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
Totais:		58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,31	58.333,59	700.000,00

Página: 49  
Data: 23/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Situação: Realização da despesa por Empenho

**Entidade: 4 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.**

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem F	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrat	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
<b>Totais:</b>		<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>2.999,99</b>	<b>3.000,11</b>	<b>36.000,00</b>

Página: 59  
Data: 23/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
Orçamento Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Saldo Realizado da Despesa por Elemento

Entidade: 11 - INST. DE PREV. DOS SERV. PUBL. DO MUNIC. DE JOACABA

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	947.083,31	11.385.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	857.916,65	10.286.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	854.999,99	10.280.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Onerativa-Oramentaria	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	2.916,66	35.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	88.166,66	1.070.000,00
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	420.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	54.166,66	650.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	50.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	5.912.488,33
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	5.912.488,33
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	482.705,69	5.912.488,33
Totais:		1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	1.443.955,66	17.327.468,33



Página: 69  
Data: 29/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
Orçamento Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Saldo: Realização da despesa por Emissão

Entidade: 12 - PLANO DE SAUDE-ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL-PLASS																			
Código	Especificação	Janerio	Fevereiro	Marco	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total					
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.490,97	410.491,35	4.925.862,02					
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.749,99	12.750,11	153.000,00					
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,66	5.666,74	68.000,00					
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Operacoes-Orçamentária	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,37	85.000,00					
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.741,24	4.772.862,02					
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.740,98	397.741,24	4.772.862,02					
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00					
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00					
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00					
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00					
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00					
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00					
Totais:														419.657,62	419.657,62	419.657,62	419.657,62	419.658,20	5.035.892,02

Página: 7/9  
Data: 23/12/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
EL ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Código: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 13 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO														
Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.932,29	1.189.933,02	14.279.188,21
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.270,89	727.271,13	8.727.259,92
3.1.17.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,03	5.026,06	60.312,36
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,17	607.154,29	7.285.850,16
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Inter-Orçamentária	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,69	115.090,78	1.381.068,37
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,40	462.661,89	5.551.937,29
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,22	2.290,33	27.482,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,31	426.208,59	5.114.500,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Documento de Op.entre Org	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,87	26.662,97	318.954,54
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Documento de Op.entre Org	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	90.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.193,08	4.226.311,79
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.192,61	363.193,08	4.226.311,79
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,31	1.324,38	15.891,79
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,30	351.868,70	4.222.420,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
Totais:		1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.958,23	1.543.959,47	18.527.500,00

Página: 99  
Data: 29/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Saldo: Realização da despesa por Emissão

Entidade: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA														
Código	Especificação	Janero	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	1.615.426,49	19.385.119,43
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	998.775,06	11.985.301,23
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	882.108,40	10.595.301,23
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Operações-Orçamentária	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	1.400.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.651,43	616.652,47	7.399.816,20
3.3.41.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundic	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.901,44	608.902,36	608.902,36	7.306.816,20
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operante Org	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,74	3.666,74	44.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operante Org	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,70	1.762.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,70	1.762.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,30	146.833,70	1.762.000,00
Totais:		1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.299,79	1.762.261,74	21.147.119,43

Página: 99  
Data: 23/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Saldo: Realização da despesa por Empenho

**Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Código	Especificação	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Agosto	Sep/16	Out/16	Nov/16	Dez/16	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	289.166,63	3.230.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	210.416,65	2.525.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	2.300.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentaria	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.749,99	18.750,11	225.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.749,98	58.750,22	705.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,66	57.916,74	685.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oper. Intra-Orç	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oper. Intra-Orç	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
<b>Totais:</b>		<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.166,63</b>	<b>294.167,07</b>	<b>3.530.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>		<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.248,70</b>	<b>10.982.284,30</b>	<b>131.787.000,00</b>

RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
Secretária de Gestão Financeira

FERNANDA BRAGA  
Contadora CRC 038.292/O-9



Página: 2/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
4.1.1.2.1.99.99.00.00.00	Demais Taxas pelo Exercício do Poder de Pol	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.265,04	18.314,91	4.980,73	3.992,84	802,27	574,97	29.930,76
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	42.092,42	1.683.917,74	356.151,11	226.550,95	191.373,86	102.666,11	2.602.752,19
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	7.203,10	6.478,38	3.298,19	8.484,01	5.576,43	11.109,89	42.150,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Tx de Coleta de Lixo	34.889,32	1.677.439,36	352.852,92	218.066,94	185.797,43	91.556,22	2.560.602,19
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Expediente	32.181,14	1.674.930,79	350.644,04	215.610,78	183.902,74	90.032,70	2.547.302,19
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.708,18	2.508,57	2.208,88	2.456,16	1.894,69	1.523,52	13.300,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complement	9.523,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.523,42
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	453.194,07	527.967,24	488.613,57	483.820,63	305.868,09	230.536,40	2.490.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMIN	453.194,07	527.967,24	488.613,57	483.820,63	305.868,09	230.536,40	2.490.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	67.221,80	72.497,02	90.119,73	73.848,17	42.501,66	37.032,12	383.220,50
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.416,39	36.597,86	37.124,66	37.306,70	20.209,07	22.115,48	191.770,16
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUEIS	38.416,39	36.597,86	37.124,66	37.306,70	20.209,07	22.115,48	191.770,16
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	28.805,41	35.899,16	52.995,07	36.541,47	22.292,59	14.916,64	191.450,34
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	28.805,41	35.899,16	52.995,07	36.541,47	22.292,59	14.916,64	191.450,34
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinc	11.316,06	11.864,01	12.653,83	11.044,01	7.387,97	4.797,34	59.063,22
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUN	8.374,42	7.536,74	8.080,52	7.131,71	4.286,41	2.867,52	38.277,32
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FU	7.837,96	6.647,03	7.049,72	6.253,65	3.872,78	2.623,18	34.284,32
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FU	536,46	889,71	1.030,80	878,06	413,63	244,34	3.993,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	2.016,50	2.789,66	2.737,93	2.524,59	2.304,13	1.437,19	13.810,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PN	1.762,18	2.335,44	2.371,28	2.202,21	2.032,31	1.275,58	11.979,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Sal	90,28	179,13	140,26	119,36	85,94	50,53	665,50
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PN	149,88	170,34	172,39	80,00	53,13	39,76	665,50
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Tra	14,16	104,75	54,00	123,02	132,75	71,32	500,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDI	39,39	38,18	44,56	43,28	26,69	7,90	200,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. \	885,75	1.499,43	1.790,82	1.344,43	770,74	484,73	6.775,90
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Tr	91,19	532,73	768,29	458,12	124,86	22,11	1.997,30
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Tr	7,30	23,52	29,29	17,76	14,27	7,86	100,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Tr	11,82	16,36	19,11	14,40	12,52	8,79	80,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Fi	75,62	122,48	105,76	98,44	60,30	37,40	500,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Ci	376,02	432,54	520,49	436,14	307,36	227,45	2.300,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Al	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Di	131,90	155,68	177,52	153,38	108,35	73,17	800,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Rec Vinc - Ri	158,57	182,79	140,03	132,86	109,75	74,60	798,60
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vincula	17.489,35	24.035,15	40.341,24	25.497,46	14.904,62	10.119,30	132.387,12
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vir	17.489,35	24.035,15	40.341,24	25.497,46	14.904,62	10.119,30	132.387,12
4.1.3.2.5.02.99.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não V	17.489,35	24.035,15	40.341,24	25.497,46	14.904,62	10.119,30	132.387,12
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	24.139,65	34.606,55	33.341,37	22.272,02	11.051,11	15.035,90	140.446,60
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	7.158,46	1.867,42	353,67	2.280,15	1.495,49	844,81	14.000,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00	Outros serviços de Transporte	7.158,46	1.867,42	353,67	2.280,15	1.495,49	844,81	14.000,00

Página: 3/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
4.1.6.0.0.03.99.01.00.00	Tarifas Terminais Rodoviários	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
		7.158,46	1.867,42	353,67	2.280,15	1.495,49	844,81	14.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	914,88	678,32	3.243,25	436,28	238,94	1.143,33	6.655,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	217,36	464,80	1.143,55	436,28	11,18	388,83	2.662,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	697,52	213,52	2.099,70	0,00	227,76	754,50	3.993,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	665,50	665,50	665,50	665,50	665,50	665,50	3.993,00
4.1.6.0.0.31.00.00.00.00	Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	2.365,75	1.767,57	2.458,83	2.132,40	1.653,32	1.622,13	12.000,00
4.1.6.0.0.31.01.00.00.00	Tarifa Aeroportuária	2.365,75	1.767,57	2.458,83	2.132,40	1.653,32	1.622,13	12.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propri. Particul.	12.863,98	29.492,51	26.475,45	16.618,11	6.873,04	10.686,91	103.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	181,08	135,23	144,67	139,58	124,82	73,22	798,60
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.128.512,42	10.221.794,84	10.981.605,54	9.534.921,10	6.960.170,46	6.814.627,20	55.641.631,56
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.965.513,12	9.997.440,24	10.732.629,12	9.280.763,04	6.803.580,85	6.698.124,39	54.478.050,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.168.979,72	3.128.365,58	3.764.531,06	2.800.361,45	2.016.394,75	2.370.475,20	18.249.107,76
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	3.776.027,70	2.764.490,03	3.409.866,22	2.459.768,65	1.760.686,42	2.169.819,98	16.340.648,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.587.547,32	2.575.740,25	3.221.185,11	2.271.313,30	1.563.197,90	1.981.016,12	15.200.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Ordinário	902.705,45	650.825,92	814.132,75	570.131,56	385.202,12	477.002,20	3.800.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	537.956,60	386.153,19	482.911,24	340.627,52	234.648,51	297.702,94	2.280.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Saúde	2.146.885,27	1.538.761,14	1.924.141,12	1.360.554,22	943.347,27	1.206.310,98	9.120.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,35	650.000,00
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	27.083,33	27.083,33	27.083,33	27.083,33	27.083,33	27.083,35	162.500,00
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	81.250,00	81.250,00	81.250,00	81.250,00	81.250,00	81.250,00	487.500,00
4.1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	480.000,00
4.1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	360.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	147,05	416,45	337,78	122,02	9.154,19	470,51	10.648,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Ordinário	38,64	109,42	88,75	32,06	2.275,62	117,51	2.662,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Educação	22,00	62,32	50,54	18,26	1.373,49	70,59	1.597,20
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	86,41	244,71	198,49	71,70	5.505,08	282,41	6.388,80
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Re	22.815,04	23.018,73	26.103,73	25.062,11	25.842,29	16.158,10	139.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos N	4.201,03	2.423,81	4.000,43	4.110,46	3.357,79	2.906,48	21.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - F	18.614,01	20.594,92	22.103,30	20.951,65	22.484,50	13.251,62	118.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educaç	304.964,35	309.558,56	284.916,52	303.014,80	196.519,04	162.386,49	1.561.359,76
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	270.520,61	215.093,07	190.815,38	194.986,63	126.762,61	127.942,46	1.126.120,76
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	30.690,18	87.616,04	83.498,09	97.425,12	62.249,25	30.690,32	392.169,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNAE - INFANTIL	9.682,25	31.013,32	31.013,32	31.013,32	19.364,51	9.682,28	131.769,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNAE - PRE-ESCOL	5.899,80	17.786,92	14.896,26	20.737,57	11.719,61	5.899,84	76.800,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNAE - FUNDAMEI	14.763,44	37.428,73	36.467,34	44.081,27	30.395,74	14.763,48	177.900,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE PANF - ESPECIAL	384,69	1.181,17	1.181,17	1.592,96	769,39	384,72	5.700,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	3.763,56	6.849,45	10.603,05	10.603,05	7.507,18	3.753,71	43.070,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNATE - INFANTIL	305,59	465,48	771,07	771,07	611,17	305,62	3.230,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNATE - FUNDAMI	2.863,83	5.392,28	8.256,14	8.256,14	5.727,71	2.863,90	33.360,00



Página: 4/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE PNATE - MÉDIO	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
		584,14	991,69	1.575,84	1.575,84	1.168,30	584,19	6.480,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	10.028,84	16.877,00	14.812,06	12.515,89	10.219,73	10.546,48	75.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des. - LC	2.470,29	4.378,01	3.737,55	3.129,21	2.520,87	2.514,07	18.750,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des. - LC	1.505,47	2.526,63	2.220,74	1.877,37	1.534,01	1.585,78	11.250,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des. - LC	6.053,08	9.972,36	8.853,77	7.509,31	6.164,85	6.446,63	45.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	55.143,79	14.421,26	28.842,53	0,00	23.128,27	11.564,15	133.100,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Auxílio Financeiro para Fomento Exportações	55.143,79	14.421,26	28.842,53	0,00	23.128,27	11.564,15	133.100,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.379.285,92	4.601.619,73	4.602.134,04	4.377.161,31	3.201.911,46	2.796.830,54	23.958.943,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.345.700,70	4.551.305,05	4.518.318,17	4.293.345,44	3.151.596,78	2.763.276,86	23.623.543,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.677.869,01	3.528.644,78	3.466.802,34	3.209.317,86	2.467.259,54	2.450.106,47	18.800.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinário	927.990,40	889.640,00	872.848,99	806.595,49	606.164,34	596.760,78	4.700.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	551.421,25	529.069,37	519.833,43	481.267,98	370.412,70	367.995,27	2.820.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	2.198.457,36	2.109.935,41	2.074.119,92	1.921.454,39	1.490.682,50	1.485.350,42	11.280.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	592.154,33	957.427,29	999.822,24	1.011.433,56	633.583,48	275.579,10	4.470.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	148.529,71	240.974,92	250.931,61	253.941,32	155.402,74	67.719,70	1.117.500,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	88.808,79	143.566,74	149.944,74	151.683,34	95.125,12	41.371,27	670.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	354.815,83	572.885,63	598.945,89	605.808,90	383.055,62	166.488,13	2.682.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	58.104,23	49.126,20	51.693,59	48.602,35	37.882,36	37.591,27	283.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinário	14.716,40	12.383,95	12.998,06	12.168,57	9.340,90	9.142,12	70.750,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educa	8.709,80	7.365,79	7.751,75	7.289,80	5.686,33	5.646,53	42.450,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	34.678,03	29.376,46	30.943,78	29.143,98	22.855,13	22.802,62	169.800,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Ecor	17.573,13	16.106,78	0,00	23.991,67	12.871,40	0,02	70.543,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	33.585,22	50.314,68	83.815,87	83.815,87	50.314,68	33.553,68	335.400,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado Transporte Escolar - Ens	19.168,07	24.864,17	43.689,73	43.689,73	24.864,17	17.224,13	173.500,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado Transporte Escolar - Ens	14.417,15	25.450,51	40.126,14	40.126,14	25.450,51	16.329,55	161.900,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.417.247,48	2.267.454,93	2.365.964,02	2.103.240,28	1.585.274,64	1.530.818,65	12.270.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.417.247,48	2.267.454,93	2.365.964,02	2.103.240,28	1.585.274,64	1.530.818,65	12.270.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferência Recursos FUNDEB 60%	2.285.253,52	2.142.149,93	2.236.706,47	1.991.107,25	1.520.326,40	1.474.456,43	11.650.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferência Recursos FUNDEB 40%	131.993,96	125.305,00	129.257,55	112.133,03	64.948,24	56.362,22	620.000,00
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	162.999,30	224.354,60	248.976,42	254.158,06	156.589,61	116.502,81	1.163.580,80
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	162.999,30	224.354,60	248.976,42	254.158,06	156.589,61	116.502,81	1.163.580,80
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estad	162.999,30	224.354,60	248.976,42	254.158,06	156.589,61	116.502,81	1.163.580,80
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Transf. Conv. do Estado SSP/Transito	157.873,34	217.595,75	243.579,39	246.014,97	153.633,68	112.883,67	1.131.580,80
4.1.7.6.2.99.04.01.00.00	Transf. Conv. do Estado SSP/Transito - Adm	117.106,64	201.091,59	198.619,79	223.250,63	105.828,53	112.883,62	958.780,80
4.1.7.6.2.99.04.03.00.00	Transf. Conv. do Estado SSP/Transito - Poli	20.383,35	8.252,08	24.329,40	11.382,17	22.052,97	0,03	86.400,00
4.1.7.6.2.99.04.04.00.00	Transf. Conv. do Estado SSP/Transito - Poli	20.383,35	8.252,08	20.630,20	11.382,17	25.752,18	0,02	86.400,00
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Transf. Conv. do Estado SSP/Transito - Demu	5.125,96	6.758,85	5.397,03	8.143,09	2.955,93	3.619,14	32.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	505.734,68	553.874,68	453.816,42	452.972,65	331.313,25	263.192,13	2.560.903,81
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	114.506,00	144.804,73	116.159,64	122.394,06	88.259,51	69.642,06	655.766,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	6.229,50	6.866,79	10.592,97	10.226,14	9.863,28	8.207,32	51.986,00

Página: 5/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>		<b>13.504.055,99</b>	<b>19.303.737,58</b>	<b>14.150.174,49</b>	<b>12.581.740,01</b>	<b>10.099.426,94</b>	<b>9.324.713,04</b>	<b>78.963.848,05</b>
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	34,58	223,48	1.468,89	1.702,24	2.008,99	2.547,82	7.986,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Ordinário	8,35	57,79	374,35	432,75	498,94	624,32	1.996,50
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Educação	5,18	33,44	220,07	255,11	301,47	382,63	1.197,90
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Saúde	21,05	132,25	874,47	1.014,38	1.208,58	1.540,87	4.791,60
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	108,03	384,49	259,63	178,30	54,96	14,59	1.000,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Ordinário	28,13	91,11	67,72	46,30	12,92	3,82	250,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Educação	16,17	57,81	38,86	26,69	8,26	2,21	150,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Saúde	63,73	235,57	153,05	105,31	33,78	8,56	600,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	5.758,63	5.615,36	8.087,62	7.566,34	6.183,80	4.788,25	38.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Ordinário	1.446,31	1.418,49	2.035,86	1.906,81	1.547,34	1.145,19	9.500,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Educação	863,58	841,82	1.212,80	1.134,64	927,55	719,61	5.700,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Saúde	3.448,74	3.355,05	4.838,96	4.524,89	3.708,91	2.923,45	22.800,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	161,60	476,80	610,17	612,60	1.448,87	689,96	4.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	161,60	476,80	610,17	612,60	1.448,87	689,96	4.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tribu	98.177,85	111.622,66	98.486,06	102.163,07	71.616,32	55.888,04	537.954,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	52.378,51	58.926,94	53.970,86	57.927,60	38.747,19	30.048,90	292.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordini	13.107,13	14.850,56	13.625,29	14.639,36	9.424,01	7.353,65	73.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educ	7.856,36	8.835,70	8.091,85	8.684,79	5.819,50	4.511,80	43.800,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saude	31.415,02	35.240,68	32.253,72	34.603,45	23.503,68	18.183,45	175.200,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	11.199,19	14.039,04	11.940,00	15.348,48	8.442,35	5.830,94	66.800,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordin	2.796,28	3.526,11	3.019,19	3.790,91	2.113,24	1.454,27	16.700,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educ	1.679,92	2.105,37	1.790,00	2.303,69	1.266,28	874,74	10.020,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saude	6.722,99	8.407,56	7.130,81	9.253,88	5.062,83	3.501,93	40.080,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. Se	184,55	220,16	89,23	100,88	66,02	139,16	800,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhori	3.147,72	3.368,31	4.439,25	2.871,51	2.498,97	2.308,24	18.634,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	31.267,88	35.068,21	28.046,72	25.914,60	21.861,79	17.560,80	159.720,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	3.838,58	2.794,46	2.778,75	4.876,43	3.077,01	1.268,77	18.634,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	3.838,58	2.794,46	2.778,75	4.876,43	3.077,01	1.268,77	18.634,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Prii	3.838,58	2.794,46	2.778,75	4.876,43	3.077,01	1.268,77	18.634,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receltas	432,68	239,01	436,95	381,71	131,38	178,27	1.800,00
4.1.9.1.8.01.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Aluguel	338,06	108,40	197,76	174,53	63,83	117,42	1.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	94,62	130,61	239,19	207,18	67,55	60,85	800,00
4.1.9.1.8.99.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora - Diversas	94,62	130,61	239,19	207,18	67,55	60,85	800,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	5.827,39	23.281,81	3.864,91	4.746,71	3.571,52	4.099,66	45.392,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.494,06	22.948,48	3.531,58	4.413,38	3.238,19	3.766,31	43.392,00
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Infração do Plano Diretor	5.486,10	22.873,49	2.881,92	4.413,38	3.170,81	3.766,30	42.592,00
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Fiscalização	7,96	74,99	649,66	0,00	67,38	0,01	800,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.9.1.9.99.03.00.00.00	Compensação pela Regularização de Obra Li	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00

Página: 6/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.504.065,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	11,05	4,29	803,27	2,35	119,03	60,01	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	11,05	4,29	803,27	2,35	119,03	60,01	1.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	390,819,82	409,065,66	333,033,07	330,503,69	242,934,71	193,490,05	1.899,847,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	354,332,46	387,842,96	322,073,34	313,064,68	204,803,51	187,685,05	1.769,802,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	183,696,41	215,527,07	189,974,03	176,663,95	122,378,81	123,319,73	1.011,560,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	46,133,52	54,284,24	48,386,96	44,502,10	29,833,92	29,749,26	252,890,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	27,548,44	32,317,55	28,470,49	26,490,05	18,378,59	18,528,88	151,734,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	110,014,45	128,925,28	113,116,58	105,671,80	74,166,30	75,041,59	606,936,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	459,80	120,18	120,18	45,06	22,53	232,25	1.000,00
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativa ITBI - Ordinários	114,96	30,03	30,03	11,26	5,63	58,09	250,00
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativa ITBI - Educação	68,98	18,02	18,02	6,76	3,38	34,84	150,00
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativa ITBI - Saúde	275,86	72,13	72,13	27,04	13,52	139,32	600,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	69,136,86	43,325,60	36,352,81	45,541,14	27,707,04	20,178,55	242,242,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	17,559,77	10,878,69	9,200,41	11,151,47	6,806,60	4,963,56	60,560,50
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	10,362,85	6,497,47	5,449,75	6,837,79	4,159,40	3,029,04	36,336,30
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	41,214,24	25,949,44	21,702,65	27,551,88	16,741,04	12,185,95	145,345,20
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	2,691,78	3,555,91	1,771,26	1,325,04	853,65	1,802,36	12,000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	5,488,26	6,033,83	7,356,83	5,088,83	4,029,35	4,002,90	32,000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	92,859,35	119,280,37	86,498,23	84,400,66	49,812,13	38,149,26	471,000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos - Diversos	92,859,35	119,280,37	86,498,23	84,400,66	49,812,13	38,149,26	471,000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Ativa não tributária	36,487,36	21,222,70	10,959,73	17,439,01	38,131,20	5,805,00	130,045,00
4.1.9.3.2.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Aluguéis	348,53	109,65	98,31	222,94	186,94	33,63	1.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	36,138,83	21,113,05	10,861,42	17,216,07	37,944,26	5,771,37	129,045,00
4.1.9.3.2.99.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.-I	36,138,83	21,113,05	10,861,42	17,216,07	37,944,26	5,771,37	129,045,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	397,81	0,00	3,820,44	72,55	0,00	0,01	4.290,81
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	397,81	0,00	3,820,44	72,55	0,00	0,01	4.290,81
4.1.9.9.0.99.99.00.00.00	Outras Receitas Diversas	397,81	0,00	3,820,44	72,55	0,00	0,01	4.290,81
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7,195,59	13,663,01	19,369,23	16,872,15	300,00	300,02	57,700,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.800,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.800,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	1.800,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	6,895,59	13,363,01	19,069,23	16,572,15	0,00	0,02	55.900,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	6,895,59	13,363,01	19,069,23	16,572,15	0,00	0,02	55.900,00
4.2.3.0.0.99.02.00.00.00	Amortização Empréstimos Habitacionais	6,895,59	13,363,01	19,069,23	16,572,15	0,00	0,02	55.900,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1,250,00	1,250,00	1,250,00	1,250,00	1,250,00	1,250,00	7.500,00
4.7.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.7.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.7.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00

Página: 7/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
4.7.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços - Intra-	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
4.7.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Intra Orçamentária	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.7.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.7.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições - Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.7.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições - Intra Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.175.678,04	-1.935.823,88	-2.142.870,82	-1.569.692,45	-14.083,93	-14.085,48	-7.852.234,60
9.1.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.175.678,04	-1.935.823,88	-2.142.870,82	-1.569.692,45	-14.083,93	-14.085,48	-7.852.234,60
9.1.1.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-14.083,90	-14.083,90	-14.083,90	-14.083,90	-14.083,90	-14.085,20	-84.504,70
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-13.800,30	-13.800,30	-13.800,30	-13.800,30	-13.800,30	-13.800,50	-82.802,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Rend	-13.333,48	-13.333,48	-13.333,48	-13.333,48	-13.333,48	-13.333,60	-80.001,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-11.666,66	-11.666,66	-11.666,66	-11.666,66	-11.666,66	-11.666,70	-70.000,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Devolução de Receita IPTU - Ordinário	-7.000,00	-7.000,00	-7.000,00	-7.000,00	-7.000,00	-7.000,00	-42.000,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Devolução de Receita IPTU - Educação	-2.916,66	-2.916,66	-2.916,66	-2.916,66	-2.916,66	-2.916,70	-17.500,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Devolução de Receita IPTU - Saúde	-1.750,00	-1.750,00	-1.750,00	-1.750,00	-1.750,00	-1.750,00	-10.500,00
9.1.1.1.2.03.00.00.00.00	Dedução da Receita do IPTU	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,33	-1.333,35	-8.000,00
9.1.1.1.2.03.01.00.00.00	Renúncia IPTU - Ordinário	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-800,00	-4.800,00
9.1.1.1.2.03.02.00.00.00	Renúncia IPTU - Educação	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,35	-2.000,00
9.1.1.1.2.03.03.00.00.00	Renúncia IPTU - Saúde	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-1.200,00
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,35	-2.000,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Devolução s/ Transm Inter Vivos Bens Imóvel	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-1.200,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Devolução s/ Transm Inter Vivos Bens Im. - E	-83,33	-83,33	-83,33	-83,33	-83,33	-83,35	-500,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Devolução s/ Transm Inter Vivos Bens Im. - S	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-300,00
9.1.1.1.2.09.00.00.00.00	Renúncia Imposto s/Transm Inter Vivos Bens I	-0,16	-0,16	-0,16	-0,16	-0,16	-0,20	-1,00
9.1.1.1.2.09.01.00.00.00	Renúncia s/Transm.Inter Vivos de Bens Imov	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,60
9.1.1.1.2.09.02.00.00.00	Renúncia s/Transm.Inter Vivos de Bens Imov	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,05	-0,25
9.1.1.1.2.09.03.00.00.00	Renúncia s/Transm.Inter Vivos de Bens Imov	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,05	-0,15
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulaç	-466,82	-466,82	-466,82	-466,82	-466,82	-466,90	-2.801,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução Receita do ISS	-466,82	-466,82	-466,82	-466,82	-466,82	-466,90	-2.801,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução Receita do ISS	-466,66	-466,66	-466,66	-466,66	-466,66	-466,70	-2.800,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Devolução s/ ISS - Ordinário	-280,00	-280,00	-280,00	-280,00	-280,00	-280,00	-1.680,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Devolução s/ ISS - Educação	-116,66	-116,66	-116,66	-116,66	-116,66	-116,70	-700,00
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Devolução s/ ISS - Saúde	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	-420,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Renúncia Receita do ISS	-0,16	-0,16	-0,16	-0,16	-0,16	-0,20	-1,00
9.1.1.1.3.05.03.01.00.00	Renúncia s/ ISS - Ordinário	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,60
9.1.1.1.3.05.03.02.00.00	Renúncia s/ ISS - Educação	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,05	-0,25
9.1.1.1.3.05.03.03.00.00	Renúncia s/ ISS - Saúde	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,05	-0,15
9.1.1.2.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DA RECEITA DE TAXAS	-283,58	-283,58	-283,58	-283,58	-283,58	-284,60	-1.702,50
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx. p/ Exercício do Poder de Polícia	-0,18	-0,18	-0,18	-0,18	-0,18	-0,90	-1,80
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Dedução Taxa de Licença p/ Funcionamento E	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20

Página: 8/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
9.1.1.2.1.25.01.00.00.00	Renuncia Tx Funcionamento Est. com/Ind./S	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
9.1.1.2.1.25.02.00.00.00	Devolucao Tx Funcionamento Est. com/Ind./S	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Deducoes Taxa de Publicidade Comercial	-0,01	-0,01	-0,02	-0,02	-0,02	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.26.01.00.00.00	Renuncia Taxa de Publicidade Comercial	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.26.02.00.00.00	Devolucao Taxa de Publicidade Comercial	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.28.00.00.00.00	Deducoes Taxa de Funcionamento de Estab. e	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.28.01.00.00.00	Renuncia Taxa de Funcionamento de Estab. e	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.28.02.00.00.00	Devolucao Taxa de Funcionamento de Estab. e	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Deducoes Taxa de licença para Execução de C	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.29.01.00.00.00	Renuncia Taxa de licença para Execução de C	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.29.02.00.00.00	Devolucao Taxa de licença para Execução de C	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Deducoes Taxa de utilização de Área de Domi	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.31.01.00.00.00	Renuncia Taxa de utilização de Área de Domi	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.31.02.00.00.00	Devolucao Taxa de utilização de Área de Don	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Deducoes Taxa de Aprovação do Projeto de Co	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.32.01.00.00.00	Renuncia Taxa de Aprovação do Projeto de C	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.32.02.00.00.00	Devolucao Taxa de Aprovação do Projeto de C	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Deducoes Taxa de Alinhamento e Nivelament	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.35.01.00.00.00	Renuncia Taxa de Alinhamento e Nivelament	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.35.02.00.00.00	Devolucao Taxa de Alinhamento e Nivelamen	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Dedução Outras Taxas pelo Exercício do P	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,04	-0,20	-0,40
9.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Renuncia Tx de Poder de Polícia Funrebon -	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.99.01.01.00.00	Devolução Tx de Poder de Polícia Funrebon	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.99.01.02.00.00	Renuncia Tx de Poder de Polícia Funrebon	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.1.99.99.00.00.00	Deducoes Demais Taxas pelo Exercício do P	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.1.99.99.01.00.00	Renuncia Demais Taxas pelo Exercício do P	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Devolucao Demais Taxas pelo Exercício do I	-283,40	-283,40	-283,40	-283,40	-283,40	-283,70	-1.700,70
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Deducoes Taxa de Cemitérios	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Renuncia Taxa de Cemitérios	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.28.02.00.00.00	Devolucao Taxa de Cemitérios	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Deducoes Outras Taxas Prest Serviço	-283,38	-283,38	-283,38	-283,38	-283,38	-283,60	-1.700,50
9.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Deducoes Taxa Coleta de Lixo	-283,34	-283,34	-283,34	-283,34	-283,34	-283,40	-1.700,10
9.1.1.2.2.99.01.01.00.00	Renuncia Taxa Coleta de Lixo	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.99.01.02.00.00	Devolucao Taxa Coleta do Lixo	-283,33	-283,33	-283,33	-283,33	-283,33	-283,35	-1.700,00
9.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Deducoes Taxa de Expediente	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.2.99.03.01.00.00	Renuncia Taxa de Expediente	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.99.03.02.00.00	Devolucao Taxa de Expediente	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Deducoes Demais Taxas pela Prestação de S	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.2.2.99.99.01.00.00	Renuncia Demais Taxas pela Prestação de S	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10

Página: 9/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>								
9.1.1.2.2.99.99.02.00.00	Devolução Demais Taxas pela Prestação de	13.504.055,99	19.303.737,58	14.150.174,49	12.581.740,01	10.099.426,94	9.324.713,04	78.963.848,05
9.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00	Deduções Contrib p/ Pavimentação e Obras C	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00	Deduções Contrib p/ Pavimentação e Obras C	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00	Renúncia Contrib p/ Pavimentação e Obras C	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.3.1.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.3.1.1.0.0.0.0.0.00	Deduções Aluguéis	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,10	-0,20
9.1.3.1.1.0.0.0.0.0.00	Devolução de Aluguéis	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.3.1.1.0.0.0.0.0.00	Renúncia de Aluguéis	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.6.0.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES RECEITA DE SERVIÇOS	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.6.0.0.13.0.0.0.0.00	Deduções de Serviços Administrativos	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,05	-0,10
9.1.6.0.0.13.0.0.0.0.00	Devolução de Serviços de Inscrição em Con	-2.161.594,11	-1.921.739,95	-2.128.786,89	-1.555.608,52	0,00	-0,13	-7.767.729,60
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.161.594,11	-1.921.739,95	-2.128.786,89	-1.555.608,52	0,00	-0,13	-7.767.729,60
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução das Receitas de Transferências	-936.737,32	-694.499,86	-913.937,18	-511.955,19	0,00	-0,05	-3.057.129,60
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Dedução das Receitas de Transferências da Un	-932.451,61	-690.214,15	-909.651,47	-509.812,34	0,00	-0,03	-3.042.129,60
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNI	-932.344,23	-689.098,34	-908.852,85	-509.704,57	0,00	-0,01	-3.040.000,00
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNI	-932.344,23	-689.098,34	-908.852,85	-509.704,57	0,00	-0,01	-3.040.000,00
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDE	-107,38	-1.115,81	-798,62	-107,77	0,00	-0,02	-2.129,60
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDI	-107,38	-1.115,81	-798,62	-107,77	0,00	-0,02	-2.129,60
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson -	-4.285,71	-4.285,71	-4.285,71	-2.142,85	0,00	-0,02	-15.000,00
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson	-4.285,71	-4.285,71	-4.285,71	-2.142,85	0,00	-0,02	-15.000,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Es	-1.224.856,79	-1.227.240,09	-1.214.849,71	-1.043.653,33	0,00	-0,08	-4.710.600,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução das Receitas de Transferência dos E	-1.224.856,79	-1.227.240,09	-1.214.849,71	-1.043.653,33	0,00	-0,08	-4.710.600,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDE	-1.051.538,60	-968.548,09	-944.162,17	-795.751,12	0,00	-0,02	-3.760.000,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução do ICMS para Formação do FUND	-1.051.538,60	-968.548,09	-944.162,17	-795.751,12	0,00	-0,02	-3.760.000,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução de Receita para Formação do FUNI	-156.296,25	-244.019,44	-257.228,26	-236.456,02	0,00	-0,03	-894.000,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Dedução de Receita para Formação do FUNI	-156.296,25	-244.019,44	-257.228,26	-236.456,02	0,00	-0,03	-894.000,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Ded Cota Parte IPH-Exp p/ Formação FUNDE	-17.021,94	-14.672,56	-13.459,28	-11.446,19	0,00	-0,03	-56.600,00
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.00	Ded Cota Parte IPH-Exp p/ Formação FUNDE	-17.021,94	-14.672,56	-13.459,28	-11.446,19	0,00	-0,03	-56.600,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA</b>								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS	123.838,48	124.604,00	125.052,18	133.380,15	132.465,55	132.285,54	771.625,90
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS CORRENTES	123.838,48	124.604,00	125.052,18	133.380,15	132.465,55	132.285,54	771.625,90
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITA PATRIMONIAL	984,95	1.321,21	1.450,12	1.283,97	1.105,37	939,46	7.085,08
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	984,95	1.321,21	1.450,12	1.283,97	1.105,37	939,46	7.085,08
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	180,82	180,82	180,82	180,82	180,82	180,98	1.085,08
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0.00	Rec de remuneração de dep vinc ao FNAS	180,82	180,82	180,82	180,82	180,82	180,98	1.085,08
4.1.3.2.5.0.1.0.0.0.0.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -PSEAC	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00

Página: 10/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA</b>								
4.1.3.2.5.01.10.24.00.00	Rec. de Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.-GBF F	18,33	18,33	18,33	18,33	18,33	18,35	771.625,90
4.1.3.2.5.01.10.25.00.00	Rec. de Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.-PSB F	75,84	75,84	75,84	75,84	75,84	75,88	110,00
4.1.3.2.5.01.10.26.00.00	Rec. de Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.-PSEIM	21,66	21,66	21,66	21,66	21,66	21,70	455,08
4.1.3.2.5.01.10.27.00.00	Rec. de Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.- GSUA	23,33	23,33	23,33	23,33	23,33	23,35	130,00
4.1.3.2.5.01.10.28.00.00	Rec. de Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.- ACES	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	140,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem Dep Recursos Nao Vinculados	804,13	1.140,39	1.269,30	1.103,15	924,55	758,48	150,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem de Dep de Outros Rec nao Vinculados	804,13	1.140,39	1.269,30	1.103,15	924,55	758,48	6.000,00
4.1.3.2.5.02.99.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não V	804,13	1.140,39	1.269,30	1.103,15	924,55	758,48	6.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.853,53	123.282,79	123.602,06	132.096,18	131.360,18	131.346,08	764.540,82
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	116.773,84	116.773,84	116.773,84	125.680,98	125.680,87	125.033,45	726.716,82
4.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,73	595.036,08
4.1.7.2.1.34.0.0.0.0.0.0.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social -	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,67	99.172,73	595.036,08
4.1.7.2.1.34.18.00.00.00.00	Transf. de Recursos do BL PSEAC FNAS	12.920,00	12.920,00	12.920,00	12.920,00	12.920,00	12.920,00	77.520,00
4.1.7.2.1.34.19.00.00.00.00	Transf. de Recursos do BL GBF FNAS	5.622,00	5.622,00	5.622,00	5.622,00	5.622,00	5.622,00	33.732,00
4.1.7.2.1.34.20.00.00.00.00	Transf. de Recursos do BL PSB FNAS	34.800,00	34.800,00	34.800,00	34.800,00	34.800,00	34.800,00	208.800,00
4.1.7.2.1.34.21.00.00.00.00	Transf. de Recursos do BL PSEMC FNAS	42.470,68	42.470,68	42.470,68	42.470,68	42.470,68	42.470,68	254.824,08
4.1.7.2.1.34.22.00.00.00.00	Transf. de Recursos do BL GSUAS FNAS	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
4.1.7.2.1.34.23.00.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESUASTRA	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
4.1.7.2.1.34.24.00.00.00.00	Transf. de Recurso do BL BPC/ESCOLA	26,66	26,66	26,66	26,66	26,66	26,70	160,00
4.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências dos Estados	17.601,17	17.601,17	17.601,17	26.508,31	26.508,20	25.860,72	131.680,74
4.1.7.2.2.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências dos Estados	17.601,17	17.601,17	17.601,17	26.508,31	26.508,20	25.860,72	131.680,74
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00.00	Transferência de Recursos FEAS	17.601,17	17.601,17	17.601,17	26.508,31	26.508,20	25.860,72	131.680,74
4.1.7.2.2.99.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FEAS - Serv. P. S. Es A	3.482,95	3.482,95	3.482,95	3.482,95	3.482,95	3.483,00	20.897,75
4.1.7.2.2.99.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FEAS - Serv. P. S. Es C	12.672,00	12.672,00	12.672,00	12.672,00	12.672,00	12.672,00	76.032,00
4.1.7.2.2.99.01.03.00.00.00	Transferências de Recursos do FEAS - Ben	1.446,22	1.446,22	1.446,22	1.446,22	1.446,22	1.446,24	8.677,34
4.1.7.2.2.99.01.04.00.00.00	Transf. Recursos do GRAS Estado	0,00	0,00	0,00	8.907,14	8.907,03	8.259,48	26.073,65
4.1.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transf. de Conv.	6.079,69	6.508,95	6.828,22	6.415,20	5.679,31	6.312,63	37.824,00
4.1.7.6.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	6.079,69	6.508,95	6.828,22	6.415,20	5.679,31	6.312,63	37.824,00
4.1.7.6.3.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências de Convênios dos Muni	6.079,69	6.508,95	6.828,22	6.415,20	5.679,31	6.312,63	37.824,00
<b>Entidade: 3 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA</b>								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS	103.393,10	104.482,65	104.986,32	108.388,64	68.542,02	60.207,27	550.000,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS CORRENTES	103.393,10	104.482,65	104.986,32	108.388,64	68.542,02	60.207,27	550.000,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	88.755,86	94.562,02	95.065,69	103.323,35	63.906,04	57.777,70	503.390,66
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	TAXAS	85.917,22	90.866,33	91.212,09	99.306,70	60.354,47	55.578,46	483.235,27
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	85.917,22	90.866,33	91.212,09	99.306,70	60.354,47	55.578,46	483.235,27
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polic	22.152,84	25.589,52	23.111,31	30.222,69	16.775,58	11.898,40	129.750,34
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Taxas de Polícia - FUNREBOM	22.152,84	25.589,52	23.111,31	30.222,69	16.775,58	11.898,40	129.750,34
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	63.764,38	65.276,81	68.100,78	69.084,01	43.578,89	43.680,06	353.484,93
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	63.764,38	65.276,81	68.100,78	69.084,01	43.578,89	43.680,06	353.484,93
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00.00	Taxa Prestacao Servicos - FUNREBOM	63.764,38	65.276,81	68.100,78	69.084,01	43.578,89	43.680,06	353.484,93



Página: 11/18  
Data: 21/12/2016

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Entidade: 3 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA								
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	103.393,10	104.482,65	104.986,32	108.388,64	68.542,02	60.207,27	550.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.838,64	3.695,69	3.853,60	4.016,65	3.551,57	2.199,24	20.155,39
4.1.3.2.0.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.838,64	3.695,69	3.853,60	4.016,65	3.551,57	2.199,24	20.155,39
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Rem Dep Recursos nao Vinculados	2.838,64	3.695,69	3.853,60	4.016,65	3.551,57	2.199,24	20.155,39
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Rem de Outros Dep Rec nao Vinculados	2.838,64	3.695,69	3.853,60	4.016,65	3.551,57	2.199,24	20.155,39
4.1.3.2.5.02.99.99.00	Rec Rem Dep Recursos nao vinculados FUJ	2.838,64	3.695,69	3.853,60	4.016,65	3.551,57	2.199,24	20.155,39
4.7.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	14.637,24	9.920,63	9.920,63	5.065,29	4.635,98	2.429,57	46.609,34
4.7.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	209,95	209,95	209,95	209,95	209,95	209,96	1.259,71
4.7.1.2.0.00.00.00.00	Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	209,95	209,95	209,95	209,95	209,95	209,96	1.259,71
4.7.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	209,95	209,95	209,95	209,95	209,95	209,96	1.259,71
4.7.1.2.2.99.00.00.00	Outras Tx Prest Serviços Intra Orçamentária	209,95	209,95	209,95	209,95	209,95	209,96	1.259,71
4.7.1.2.2.99.02.00.00	Taxa Prestacao Servicos FUNREBOM	209,95	209,95	209,95	209,95	209,95	209,96	1.259,71
4.7.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	14.427,29	9.710,68	9.710,68	4.855,34	4.426,03	2.219,61	45.349,63
4.7.6.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	14.427,29	9.710,68	9.710,68	4.855,34	4.426,03	2.219,61	45.349,63
4.7.6.0.05.10.00.00.00	Serviços Ambulatoriais Intra Orçamentarios	14.427,29	9.710,68	9.710,68	4.855,34	4.426,03	2.219,61	45.349,63
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.								
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	1.400,31	15.497,45	3.896,79	198,19	1.730,72	13.276,54	36.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.400,31	15.497,45	3.896,79	198,19	1.730,72	13.276,54	36.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Rem de Depositos de Rec nao Vinculados	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Rem de Outros Dep de Rec Nao Vinculados	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.3.2.5.02.99.99.00	Rem de Outros Dep de Rec Nao Vinculados	233,91	260,61	276,56	198,19	121,73	75,40	1.166,40
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	15.236,84	3.620,23	0,00	1.608,99	13.201,14	33.667,20
4.1.7.3.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00	7.843,83	3.620,23	0,00	1.608,99	11.262,95	24.336,00
4.1.7.3.0.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0,00	7.843,83	3.620,23	0,00	1.608,99	11.262,95	24.336,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0,00	7.393,01	0,00	0,00	0,00	1.938,19	9.331,20
4.1.7.5.0.01.00.00.00	Transferencia de Pessoas	0,00	7.393,01	0,00	0,00	0,00	1.938,19	9.331,20
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.166,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,40
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.166,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,40
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.166,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,40
4.1.9.1.9.99.00.00.00	Outras Multas	1.166,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,40
4.1.9.1.9.99.01.00.00	Multas da Lei 8.666	1.166,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,40
Entidade: 11 - INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA								
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	2.646.423,61	4.011.216,64	3.959.630,45	2.507.988,26	2.239.355,64	1.962.853,73	17.327.468,33
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.646.423,61	4.011.216,64	3.959.630,45	2.507.988,26	2.239.355,64	1.962.853,73	17.327.468,33
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.314.308,98	1.690.127,56	1.606.565,71	1.051.089,94	946.818,84	706.312,15	7.315.223,18
4.1.2.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	459.076,35	843.238,88	888.174,01	555.433,58	554.204,87	510.095,49	3.810.223,18
4.1.2.1.0.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	459.076,35	843.238,88	888.174,01	555.433,58	554.204,87	510.095,49	3.810.223,18
4.1.2.1.0.29.00.00.00		459.076,35	843.238,88	888.174,01	555.433,58	554.204,87	510.095,49	3.810.223,18

Página: 12/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 11 - INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA</b>		<b>2.646.423,61</b>	<b>4.011.216,64</b>	<b>3.959.630,45</b>	<b>2.507.988,26</b>	<b>2.239.355,64</b>	<b>1.962.853,73</b>	<b>17.327.468,33</b>
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	452.263,57	835.562,25	879.310,74	550.319,67	548.826,96	506.939,99	3.773.223,18
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuicao do Servidor Ativo - PMJ	375.066,36	692.895,68	739.022,21	460.666,42	457.710,75	422.638,58	3.148.000,00
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contribuicao do Servidor Ativo - SIMAE	59.346,50	120.222,46	120.103,35	78.617,42	79.677,21	77.256,24	535.223,18
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contribuicao do Servidor Ativo - CAMARA	17.850,71	22.444,11	20.185,18	11.035,83	11.439,00	7.045,17	90.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPP	5.544,85	6.304,07	6.994,48	4.103,56	4.529,96	2.523,08	30.000,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contribuições de Pensionista para o RPPS	1.267,93	1.372,56	1.868,79	1.010,35	847,95	632,42	7.000,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	806.207,50	805.564,61	663.145,32	478.564,64	375.522,25	170.995,68	3.300.000,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	806.207,50	805.564,61	663.145,32	478.564,64	375.522,25	170.995,68	3.300.000,00
4.1.3.2.8.0.0.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	806.207,50	805.564,61	663.145,32	478.564,64	375.522,25	170.995,68	3.300.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Rei	763.259,23	687.065,55	569.251,56	370.276,02	349.028,32	161.119,32	2.900.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Rei	42.948,27	118.499,06	93.893,76	108.288,62	26.493,93	9.876,36	400.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.025,13	41.324,07	55.246,38	17.091,72	17.091,72	25.220,98	205.000,00
4.1.9.1.0.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.1.2.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.1.2.29.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições p/ o	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.1.2.29.02.00.00	Multas e Juros de Mora da Contrib do Serv p/	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48.191,80	40.490,74	54.413,05	16.258,39	16.258,39	24.387,63	200.000,00
4.1.9.2.2.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	48.191,80	40.490,74	54.413,05	16.258,39	16.258,39	24.387,63	200.000,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e f	48.191,80	40.490,74	54.413,05	16.258,39	16.258,39	24.387,63	200.000,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00	Comp Financ entre Reg.Geral e R.P.P/princp	48.191,80	40.490,74	54.413,05	16.258,39	16.258,39	24.387,63	200.000,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.332.114,63	2.321.089,08	2.353.064,74	1.456.898,32	1.292.536,80	1.256.541,58	10.012.245,15
4.7.2.0.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.043.112,22	1.743.084,25	1.775.059,91	1.095.430,50	1.120.409,27	998.350,20	7.775.446,35
4.7.2.1.0.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMEN	1.043.112,22	1.743.084,25	1.775.059,91	1.095.430,50	1.120.409,27	998.350,20	7.775.446,35
4.7.2.1.0.29.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orç	1.043.112,22	1.743.084,25	1.775.059,91	1.095.430,50	1.120.409,27	998.350,20	7.775.446,35
4.7.2.1.0.29.01.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.012.121,03	1.696.833,20	1.724.126,29	1.064.087,54	1.080.785,52	967.492,77	7.545.446,35
4.7.2.1.0.29.01.01.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ali	648.153,53	981.790,33	1.018.178,29	618.656,78	619.239,81	545.981,26	4.432.000,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ali	118.692,95	240.445,01	240.206,65	157.234,96	159.354,45	154.512,33	1.070.446,35
4.7.2.1.0.29.01.03.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ali	36.853,95	46.337,38	35.862,59	22.784,25	23.616,62	14.545,21	180.000,00
4.7.2.1.0.29.01.04.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ali	166.909,22	358.351,95	342.781,79	210.681,78	221.426,04	199.849,22	1.500.000,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ali	41.511,38	69.908,53	87.096,97	54.729,77	57.148,60	52.604,75	363.000,00
4.7.2.1.0.29.03.00.00	Contrib. Patr. Inativo Civil-Intra-Orçam.	29.324,53	44.584,39	49.266,96	29.676,30	37.957,09	29.190,73	220.000,00
4.7.2.1.0.29.03.01.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ina	16.438,68	23.551,86	27.815,21	14.704,72	22.985,51	14.504,02	120.000,00
4.7.2.1.0.29.03.02.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Ina	4.562,52	12.699,20	13.118,42	6.638,25	6.638,25	6.353,36	50.000,00
4.7.2.1.0.29.03.03.00	Contribuição Intra-Orçamentária Patr. Inativ	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
4.7.2.1.0.29.05.00.00	Contrib. Patr. Pensionista Civil-Intra-Orçam.	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.7.2.1.0.29.05.01.00	Contribuicao Intra-Orçamentaria Patronal Pe	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.7.9.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	289.002,41	578.004,83	578.004,83	361.467,82	172.127,53	258.191,38	2.236.798,80
4.7.9.4.0.0.00.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	289.002,41	578.004,83	578.004,83	361.467,82	172.127,53	258.191,38	2.236.798,80
4.7.9.4.0.0.01.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	289.002,41	578.004,83	578.004,83	361.467,82	172.127,53	258.191,38	2.236.798,80
4.7.9.4.0.0.01.01.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS-PM	241.114,71	482.229,42	482.229,42	301.572,59	143.606,00	215.409,02	1.866.161,16

Página: 13/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 11 - INST. DE PREV. DOS SERV./PUB. DO MUNIC. DE JOACABA</b>								
4.7.9.4.0.0.01.02.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS-SIM	2.646.423,61	4.011.216,64	3.959.630,45	2.507.988,26	2.239.355,64	1.962.853,73	17.327.468,33
4.7.9.4.0.0.01.03.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS-CAI	40.951,64	81.903,29	81.903,29	51.220,00	24.390,47	36.585,75	316.954,44
4.7.9.4.0.0.01.03.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes RPPS-CAI	6.936,06	13.872,12	13.872,12	8.675,23	4.131,06	6.196,61	53.683,20
<b>Entidade: 12 - PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL-PLAS</b>								
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	754.747,03	1.060.521,18	1.098.370,66	1.028.339,33	646.768,72	447.145,10	5.035.892,02
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	754.747,03	1.060.521,18	1.098.370,66	1.028.339,33	646.768,72	447.145,10	5.035.892,02
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	605.746,42	833.778,55	868.618,11	796.995,41	503.255,76	311.055,75	3.919.050,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	275.222,59	477.250,04	492.139,45	471.942,75	255.816,60	206.578,57	2.178.950,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	275.222,59	477.250,04	492.139,45	471.942,75	255.816,60	206.578,57	2.178.950,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	275.222,59	477.250,04	492.139,45	471.942,75	255.816,60	206.578,57	2.178.950,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuicoes Patrimoniais Ativo Civil	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.2.1.0.99.01.04.00.00	Contribuicoes Patrimoniais Ativo Civil-Servid	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.2.1.0.99.04.00.00.00	Contribuicao Servidores Ativos Civil	124.666,52	252.676,71	254.305,71	258.790,24	112.562,45	108.148,37	1.111.150,00
4.1.2.1.0.99.04.01.00.00	Contr Servidor Ativo Civil-PMUJ	72.242,98	152.097,51	152.928,82	154.792,05	95.808,78	92.079,86	719.950,00
4.1.2.1.0.99.04.02.00.00	Contr Servidor Ativo Civil-SIMAE	13.925,62	23.122,93	23.074,05	23.589,87	15.033,02	15.284,51	114.000,00
4.1.2.1.0.99.04.03.00.00	Contr Servidor Ativo Civil-CAMARA	2.530,27	3.379,46	2.615,04	2.157,28	1.712,32	805,63	13.200,00
4.1.2.1.0.99.04.04.00.00	Contr Servidor Ativo Civil-Serv Licenciado	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,35	50,00
4.1.2.1.0.99.04.05.00.00	Contr Servidor Ativo Dependentes	35.959,32	74.068,48	75.679,47	78.242,71	0,00	0,02	263.950,00
4.1.2.1.0.99.05.00.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Civil	49.999,93	53.451,71	55.138,84	43.445,43	28.013,56	13.650,53	243.700,00
4.1.2.1.0.99.05.01.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Civil-PMUJ-IMPI	30.735,79	32.092,78	33.305,08	28.100,56	21.579,31	10.186,48	156.000,00
4.1.2.1.0.99.05.02.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Civil-SIMAE-IN	6.566,54	6.543,48	6.591,60	5.440,47	4.121,12	1.936,79	31.200,00
4.1.2.1.0.99.05.03.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Civil-PMUJ-INS	3.305,39	3.256,53	2.887,59	2.828,42	1.966,67	1.325,40	15.600,00
4.1.2.1.0.99.05.04.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Civil-SIMAE-IN	448,65	483,52	551,67	497,86	316,46	201,84	2.500,00
4.1.2.1.0.99.05.05.00.00	Contribuicao Servidor Inativo Dependentes	8.943,56	11.072,40	11.802,90	6.578,12	0,00	0,02	38.400,00
4.1.2.1.0.99.06.00.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas	8.790,46	9.222,67	9.763,71	7.892,02	5.811,57	2.619,57	44.100,00
4.1.2.1.0.99.06.01.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas-PMUJ	4.386,18	4.577,55	4.848,17	3.708,13	2.843,49	1.236,48	21.600,00
4.1.2.1.0.99.06.02.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas-SIMAI	2.594,70	2.682,78	2.682,78	2.190,51	1.724,70	724,53	12.600,00
4.1.2.1.0.99.06.03.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas-CAM	1.103,52	1.221,74	1.494,04	1.244,46	967,60	468,64	6.500,00
4.1.2.1.0.99.06.04.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas-PMUJ	182,32	200,46	198,58	371,37	150,44	96,83	1.200,00
4.1.2.1.0.99.06.05.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas-SIMAI	190,04	197,18	197,18	197,18	125,34	93,08	1.000,00
4.1.2.1.0.99.06.06.00.00	Contribuicao Servidores Pensionistas Deper	333,70	342,96	342,96	180,37	0,00	0,01	1.200,00
4.1.2.1.0.99.10.00.00.00	Contribuicao do Servidor s Procedimentos-LC	91.749,02	161.882,29	172.914,53	161.798,40	109.412,36	82.143,40	779.900,00
4.1.2.1.0.99.10.01.00.00	Contribuicao do Servidor s Procedimentos-L	91.749,02	161.882,29	172.914,53	161.798,40	109.412,36	82.143,40	779.900,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem Dep Banc Recursos Nao Vinculados	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem de Outros Dep Rec Nao Vinculados	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.3.2.5.02.99.99.00.00	Rem de Outros Dep Rec Nao Vinculados	330.489,24	356.524,20	376.427,97	324.646,55	247.438,02	104.474,02	1.740.000,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34,59	4,31	50,69	6,11	1,14	3,16	100,00
4.1.9.1.0.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	33,94	1,09	4,78	5,92	1,14	3,13	50,00
4.1.9.1.2.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	33,94	1,09	4,78	5,92	1,14	3,13	50,00

Página: 14/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 12 - PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLAS</b>								
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuiçõ	33,94	1,09	4,78	5,92	1,14	3,13	50,00
4.1.9.1.2.99.04.00.00.00	Multas e Juros Mora de Contribuiçoes Serviçd	33,94	1,09	4,78	5,92	1,14	3,13	50,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,65	3,22	45,91	0,19	0,00	0,03	50,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,65	3,22	45,91	0,19	0,00	0,03	50,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	0,65	3,22	45,91	0,19	0,00	0,03	50,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	149.000,61	226.742,63	229.752,55	231.743,92	143.512,96	136.089,35	1.116.842,02
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	149.000,61	226.742,63	229.752,55	231.743,92	143.512,96	136.089,35	1.116.842,02
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuiçoes Sociais - Intra Orcamentarias	149.000,61	226.742,63	229.752,55	231.743,92	143.512,96	136.089,35	1.116.842,02
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuiçoes Sociais - Intra Orcament	149.000,61	226.742,63	229.752,55	231.743,92	143.512,96	136.089,35	1.116.842,02
4.7.2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra Orcamen	124.512,92	188.140,23	189.055,91	190.735,29	118.065,03	111.342,64	921.882,02
4.7.2.1.0.99.01.01.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra PMU	83.807,87	128.708,90	132.924,55	132.125,86	80.221,82	74.711,00	632.500,00
4.7.2.1.0.99.01.02.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra SIMAE	23.094,20	25.077,22	25.209,66	26.119,69	16.737,21	16.544,04	132.782,02
4.7.2.1.0.99.01.03.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra CAMAR	3.182,01	4.249,96	3.288,62	2.712,95	2.153,35	1.013,11	16.600,00
4.7.2.1.0.99.01.04.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra FIVAS	4.048,43	9.313,23	7.011,51	8.691,67	5.557,30	5.377,86	40.000,00
4.7.2.1.0.99.01.05.00.00	Contribuiçoes Patr Ativo Civil - Intra FMS	10.380,41	20.790,92	20.621,57	21.085,12	13.425,35	13.696,63	100.000,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuiçoes Patr Inativo Civil - Intra Orcame	19.522,25	31.061,65	32.466,09	33.118,06	20.437,04	20.554,91	157.160,00
4.7.2.1.0.99.02.01.00.00	Contribuiçoes Patr Inativo Civil - Intra PMU-II	15.379,43	23.422,81	24.779,97	25.206,18	15.615,57	15.596,04	120.000,00
4.7.2.1.0.99.02.02.00.00	Contribuiçoes Patr Inativo Civil - Intra SIMAE	2.528,91	5.072,19	5.105,31	5.200,09	3.010,56	3.082,94	24.000,00
4.7.2.1.0.99.02.03.00.00	Contribuiçoes Patr Inativo Civil - Intra PMU-II	1.391,01	2.112,12	2.126,28	2.257,26	1.521,99	1.591,34	11.000,00
4.7.2.1.0.99.02.04.00.00	Contribuiçoes Patr Inativo Civil - Intra SIMAE	222,90	454,53	454,53	454,53	288,92	284,59	2.160,00
4.7.2.1.0.99.03.00.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra	4.955,44	7.540,75	8.230,55	7.890,57	4.980,89	4.191,80	37.800,00
4.7.2.1.0.99.03.01.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra PMU-	2.188,30	3.354,91	3.517,55	3.481,64	2.001,66	1.955,94	16.500,00
4.7.2.1.0.99.03.02.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra - SIM	1.095,44	2.278,29	2.295,27	2.318,28	1.448,15	1.364,57	10.800,00
4.7.2.1.0.99.03.03.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra CAM	1.446,29	1.482,25	1.958,09	1.631,01	1.268,16	614,20	8.400,00
4.7.2.1.0.99.03.04.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra PMU-	142,54	235,92	270,26	270,26	142,54	138,48	1.200,00
4.7.2.1.0.99.03.05.00.00	Contribuiçoes Patr Pensionistas - Intra SIMF	92,87	189,38	189,38	189,38	120,38	118,61	900,00
<b>Entidade: 13 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	3.625.322,10	3.941.650,31	3.926.203,73	2.829.590,70	2.568.233,22	1.636.499,94	18.527.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.625.322,10	3.941.650,31	3.926.203,73	2.829.590,70	2.568.233,22	1.636.499,94	18.527.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.584.961,67	3.890.867,05	3.873.352,79	2.796.349,25	2.536.878,62	1.620.773,28	18.303.182,66
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	98.828,44	109.986,13	122.696,05	80.220,87	83.329,66	32.438,85	527.500,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	98.828,44	109.986,13	122.696,05	80.220,87	83.329,66	32.438,85	527.500,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem Dep Banc Recursos Nao Vinculados	98.828,44	109.986,13	122.696,05	80.220,87	83.329,66	32.438,85	527.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem Dep Banc Recursos Nao Vinculados	98.828,44	109.986,13	122.696,05	80.220,87	83.329,66	32.438,85	527.500,00
4.1.3.2.5.02.99.99.00.00	Rem Dep Banc Recursos Nao Vinculados	98.828,44	109.986,13	122.696,05	80.220,87	83.329,66	32.438,85	527.500,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	3.012.180,89	3.703.143,87	3.704.098,02	2.682.122,24	2.421.537,30	1.570.298,83	17.093.381,15
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	5.169,22	9.769,33	10.558,93	6.823,18	6.547,50	3.503,46	42.371,62
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	778,65	1.456,38	2.764,96	0,00	0,00	0,01	5.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	4.390,57	8.312,95	7.793,97	6.823,18	6.547,50	3.503,45	37.371,62
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de	2.017.023,77	2.487.595,35	2.473.414,36	1.802.656,38	1.629.130,70	1.066.137,27	11.475.957,83

Página: 15/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 13 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>								
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Agua Residencial	3.625.322,10	3.941.650,31	3.926.203,73	2.829.590,70	2.568.233,22	1.636.499,94	18.527.500,00
		1.477.110,67	1.851.362,39	1.811.847,41	1.340.162,56	1.196.248,95	791.725,17	8.468.457,15
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Agua Comercial	388.177,27	458.248,36	467.380,29	337.548,27	308.752,26	203.833,50	2.163.939,95
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Agua Industrial	60.293,17	67.686,03	70.448,06	46.031,34	42.733,26	27.970,19	315.162,05
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligacao de Agua	18.507,12	23.834,47	22.938,92	16.614,14	16.724,20	8.521,26	107.140,11
4.1.6.0.0.41.07.00.00.00	Desligamento de Agua	1.025,93	934,91	1.030,38	871,54	589,39	238,29	4.690,44
4.1.6.0.0.41.09.00.00.00	Tarifa de Agua Publica	61.368,46	72.436,10	85.603,16	51.653,77	53.947,70	28.489,47	353.498,66
4.1.6.0.0.41.10.00.00.00	Serv.Reparacao, Manut. e Inst.Aguia	10.541,15	13.093,09	14.166,14	9.774,76	10.134,94	5.359,39	63.069,47
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Es	984.718,91	1.195.111,52	1.210.447,14	863.134,54	775.377,21	494.258,84	5.523.048,26
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	656.706,89	821.966,72	821.042,70	598.084,56	536.311,68	345.482,54	3.779.595,09
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Comercial	188.482,89	222.596,74	231.914,08	170.893,37	152.488,59	100.696,96	1.067.072,63
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	11.809,92	11.751,81	11.897,36	7.955,47	7.832,29	4.693,01	55.949,86
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Ligacao de Esgoto	81.500,91	87.709,98	78.179,49	45.410,72	37.964,59	23.754,75	354.520,44
4.1.6.0.0.42.05.00.00.00	Tarifa de Esgoto Publica	40.294,64	44.130,15	60.702,47	35.789,90	35.155,28	16.113,14	232.185,58
4.1.6.0.0.42.06.00.00.00	Serv. de Reparacao, Manut. Inst. Esgoto	5.923,66	6.956,22	6.711,04	4.990,52	5.624,78	3.518,44	33.724,66
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Agua	5.268,99	10.667,57	9.677,59	9.508,14	10.481,89	6.399,26	52.003,44
4.1.6.0.0.48.01.00.00.00	Serviços de Religamento de Agua	5.268,99	10.667,57	9.677,59	9.508,14	10.481,89	6.399,26	52.003,44
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>								
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	473.952,34	77.737,05	46.558,72	34.006,14	32.011,66	18.035,60	682.301,51
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	14.834,92	25.423,73	27.518,51	24.777,04	21.449,24	12.254,90	126.258,34
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Mora	14.387,36	22.856,03	26.368,40	22.064,76	19.432,90	11.424,68	116.534,13
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	14.387,36	22.856,03	26.368,40	22.064,76	19.432,90	11.424,68	116.534,13
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	447,56	2.567,70	1.150,11	2.712,28	2.016,34	830,22	9.724,21
4.1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	447,56	2.567,70	1.150,11	2.712,28	2.016,34	830,22	9.724,21
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	104,89	139,62	123,72	57,18	49,76	23,48	498,65
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	104,89	139,62	123,72	57,18	49,76	23,48	498,65
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	104,89	139,62	123,72	57,18	49,76	23,48	498,65
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	450.598,15	37.037,88	10.089,72	2.434,12	1.591,28	1.488,82	503.239,97
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	450.598,15	37.037,88	10.089,72	2.434,12	1.591,28	1.488,82	503.239,97
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	450.598,15	37.037,88	10.089,72	2.434,12	1.591,28	1.488,82	503.239,97
4.1.9.3.2.99.99.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	450.598,15	37.037,88	10.089,72	2.434,12	1.591,28	1.488,82	503.239,97
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.414,38	15.135,82	8.826,77	6.737,80	8.921,38	4.268,40	52.304,55
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.414,38	15.135,82	8.826,77	6.737,80	8.921,38	4.268,40	52.304,55
4.1.9.9.0.99.99.00.00.00	Outras Receitas	8.414,38	15.135,82	8.826,77	6.737,80	8.921,38	4.268,40	52.304,55
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	40.360,43	40.783,26	52.850,94	33.241,45	31.354,60	15.726,66	214.317,34
4.7.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	40.315,67	39.918,52	52.770,32	33.110,28	31.330,59	15.720,33	213.165,71

Página: 16/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 13 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>								
4.7.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv.Cap.Ad.Trat.Res.Dist.Agua-Intra	3.625.322,10	3.941.650,31	3.926.203,73	2.829.590,70	2.568.233,22	1.636.499,94	18.527.500,00
		28.915,71	29.154,93	37.540,33	23.335,14	22.543,75	11.621,28	153.111,14
4.7.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Agua Publica - Intra	28.915,71	29.154,93	37.540,33	23.335,14	22.543,75	11.621,28	153.111,14
4.7.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv.Coleta Transp.Trat.Desf.F.Esg.-Intra	11.399,96	10.763,59	15.229,99	9.775,14	8.786,84	4.099,05	60.054,57
4.7.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa Esgoto Publica - Intra	11.040,08	10.304,88	14.523,77	9.141,44	8.399,06	3.914,60	57.323,83
4.7.6.0.0.42.06.00.00.00	Serv.Rep.Manute e Inst.Esgoto-Intra	359,88	458,71	706,22	633,70	387,78	184,45	2.730,74
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44,76	864,74	80,62	131,17	24,01	6,33	1.151,63
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	44,76	864,74	80,62	131,17	24,01	6,33	1.151,63
4.7.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora-Outras Receitas	44,76	864,74	80,62	131,17	24,01	6,33	1.151,63
4.7.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora - Intra	44,76	864,74	80,62	131,17	24,01	6,33	1.151,63
<b>Entidade: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.175.478,19	1.905.292,37	1.707.658,02	2.224.602,37	1.388.362,32	1.173.272,43	10.574.665,70
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.175.478,19	1.905.292,37	1.707.658,02	2.224.602,37	1.388.362,32	1.173.272,43	10.574.665,70
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.839,189,17	1.728.625,71	1.530.991,36	2.007.993,81	1.161.259,94	996.605,71	9.264.665,70
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	TAXAS	102.827,02	125.551,03	30.145,27	23.718,11	21.737,44	15.821,13	319.800,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Policia	102.827,02	125.551,03	30.145,27	23.718,11	21.737,44	15.821,13	319.800,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	102.827,02	125.551,03	30.145,27	23.718,11	21.737,44	15.821,13	319.800,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	18.807,53	22.901,99	27.372,89	21.382,80	15.879,11	11.262,38	117.606,70
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	18.807,53	22.901,99	27.372,89	21.382,80	15.879,11	11.262,38	117.606,70
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	18.807,53	22.901,99	27.372,89	21.382,80	15.879,11	11.262,38	117.606,70
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Recursos Vinculados	18.807,53	22.901,99	27.372,89	21.382,80	15.879,11	11.262,38	117.606,70
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc Fundo de Saude	16.143,75	20.424,10	20.769,66	16.204,60	12.834,44	9.180,15	95.556,70
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec Rend Dep Vinc. SAMU	2.600,79	3.056,97	3.035,49	3.094,01	2.834,17	1.916,07	16.537,50
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec Rend Dep Vinc.Atencao Basic	5.744,21	6.263,07	6.043,82	6.185,89	5.096,42	3.741,59	33.075,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec Rend Dep Vinc. Farm.Bas.Uniao	243,01	460,92	435,12	160,96	165,70	34,29	1.500,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec Rend Dep Vinc.Cofinanciamento	2.273,24	2.549,02	2.798,93	2.354,06	1.777,50	1.010,07	12.762,82
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec Rend Dep Vinc. MAC	1.086,17	1.277,27	1.084,15	596,12	528,61	532,81	5.105,13
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec Rend Dep Vinc. Vig. Saude	760,92	879,79	1.003,22	1.157,06	1.066,15	645,36	5.512,50
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec Rend Dep Vinc. Farm.Bas.Uniao	91,14	143,44	130,43	96,90	59,49	29,85	551,25
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec Rend Dep Vinc. AIDS	460,69	539,88	617,38	541,19	370,57	226,54	2.756,25
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rec Rend Dep Vinc. CAPS	261,72	520,74	665,00	379,31	213,60	164,63	2.205,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec Rend Dep Vinc. SAMU Munic	227,82	287,41	363,61	400,40	172,12	99,89	1.551,25
4.1.3.2.5.01.03.17.00.00	Rec. Rerun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Alienag	614,94	625,42	677,36	37,98	22,08	22,22	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00	Rec Rend Dep Banc Rec Tx Vig Sanitaria	1.779,10	3.820,17	3.915,15	1.200,72	528,03	756,83	12.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rend Dep Vinc..ASPS	2.663,78	2.477,89	6.603,23	5.178,20	3.044,67	2.082,23	22.050,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec Rend Dep Vinc. ASPS	2.663,78	2.477,89	6.603,23	5.178,20	3.044,67	2.082,23	22.050,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>								
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.717.554,62	1.580.070,44	1.473.466,33	1.962.854,41	1.123.302,55	969.010,65	8.826.259,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.717.554,62	1.580.070,44	1.473.466,33	1.962.854,41	1.123.302,55	969.010,65	8.826.259,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.576.299,51	1.487.120,37	1.335.571,64	1.832.794,74	1.016.715,72	909.498,02	8.158.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde	1.576.299,51	1.487.120,37	1.335.571,64	1.832.794,74	1.016.715,72	909.498,02	8.158.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transferencias PAB Fixo	184.187,67	128.218,57	144.187,50	144.187,50	96.125,00	72.093,76	769.000,00

Página: 17/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>								
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transferencias ACS - PAB Variavel	2.175.478,19	1.905.292,37	1.707.688,02	2.224.602,37	1.388.362,32	1.173.272,43	10.574.665,70
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transferencias ACS - PAB Variavel	141.500,09	187.159,91	125.633,19	156.719,02	97.385,07	120.602,72	829.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transferencias SF - PAB Variavel	149.112,35	145.887,88	121.901,11	146.281,33	94.296,42	97.520,91	755.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transferencias - IMAC	522.919,26	519.672,43	522.270,02	749.602,16	454.717,08	300.819,05	3.070.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transferencia Vigilancia Sanitaria	30.825,02	1.987,42	3.974,84	4.287,65	-312,80	2.237,87	43.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transferencias Farmacia Basica Uniao	33.468,75	23.906,25	33.468,75	33.468,75	14.343,75	14.343,75	153.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transferencias Vigilancia Epidemiologica	25.963,25	12.161,49	11.391,97	30.805,51	5.065,71	7.612,07	93.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transferencias SB - PAB Variavel	38.373,98	52.764,22	38.373,98	46.048,78	29.739,83	30.699,21	236.000,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transferencias DST-HIV-AIDS	15.400,00	12.320,00	12.320,00	15.400,00	9.240,00	12.320,00	77.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transferencias CAPS	72.580,64	72.580,64	72.580,64	84.677,41	36.290,32	36.290,35	375.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transferencias SAMU	25.387,99	39.245,99	25.387,99	29.989,00	11.530,00	18.459,03	150.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferencias PMAQ	178.968,13	155.606,70	118.930,90	282.215,83	93.037,29	121.241,15	950.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Compensacao de Espec Regionais	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	Transferencias do NASF	40.322,58	48.387,09	48.387,09	48.387,09	32.258,06	32.258,09	250.000,00
4.1.7.2.1.33.19.00.00.00	Transferencias LRPD	24.833,33	24.833,33	24.833,33	24.833,33	24.833,33	24.833,35	149.000,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Transferências FAEC SIA - Exame Citopatológico	74.289,81	44.221,79	13.763,67	17.724,72	0,00	0,01	150.000,00
4.1.7.2.1.33.25.00.00.00	Transferencia Politica Nacional Atencão Integ	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	108.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transferências dos Estados	127.857,18	68.737,80	109.987,20	99.629,42	88.285,73	43.761,67	538.259,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas	127.857,18	68.737,80	109.987,20	99.629,42	88.285,73	43.761,67	538.259,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transferencias ESF Estado Incentivo	62.440,52	35.821,14	82.487,21	66.712,76	49.952,41	10.844,96	308.259,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transferencias Farmacia Basica Estado	48.750,00	16.250,00	10.833,33	16.250,00	21.666,66	16.250,01	130.000,00
4.1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transferencias MAC Incentivo Financeiro Lei	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	13.397,93	24.212,27	27.907,49	30.430,25	18.301,10	15.750,96	130.000,00
4.1.7.2.3.03.00.00.00.00	Transferencias SAMU Municipios	13.397,93	24.212,27	27.907,49	30.430,25	18.301,10	15.750,96	130.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	102,25	6,87	38,49	340,84	511,55	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	102,25	6,87	38,49	340,84	511,55	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	102,25	6,87	38,49	340,84	511,55	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	102,25	6,87	38,49	340,84	511,55	1.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	336.289,02	176.666,66	176.666,66	216.608,56	227.102,38	176.666,72	1.310.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	326.289,02	166.666,66	166.666,66	206.608,56	217.102,38	166.666,72	1.250.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	326.289,02	166.666,66	166.666,66	206.608,56	217.102,38	166.666,72	1.250.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	326.289,02	166.666,66	166.666,66	206.608,56	217.102,38	166.666,72	1.250.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -	326.289,02	166.666,66	166.666,66	206.608,56	217.102,38	166.666,72	1.250.000,00
4.2.4.2.1.01.03.00.00.00	Transferência de Recursos p/ Reforma e Ampr	159.622,36	0,00	0,00	39.941,90	50.435,72	0,02	250.000,00
4.2.4.2.1.01.05.00.00.00	Transferencia de Recursos Construção CAPS	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,33	133.333,35	800.000,00



Página: 18/18  
Data: 21/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios ( 2014 até 2016 ) - L.R.F., Artigo 13

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
<b>Entidade: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>								
4.2.4.2.1.01.06.00.00.00	Transferencia de Recursos Aquisicao Terreno	2.175.478,19	1.905.292,37	1.707.658,02	2.224.602,37	1.388.362,32	1.173.272,43	10.574.665,70
		33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>22.934.658,81</b>	<b>30.467.002,18</b>	<b>25.075.972,64</b>	<b>21.414.227,65</b>	<b>17.144.885,13</b>	<b>14.750.253,59</b>	<b>131.787.000,00</b>

\_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO  
Secretária de Gestão Financeir

\_\_\_\_\_  
FERNANDA BRAGA  
Contadora CRC/SC 038.262/O-9

**PLASS****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2016/PLASS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2016/PLASS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

**1 – DO OBJETO**

Contratação da empresa HAHMEIER & BURGHUSEN SOFTWARES LTDA, para a locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2017.

**2 – DA JUSTIFICATIVA**

A presente dispensa de licitação para a contratação do objeto acima citado, justifica-se em razão da empresa já possuir software exclusivo e que atende às necessidades desta Autarquia. Ressalta-se que a mesma já presta assistência técnica, o que viabiliza a consolidação dos dados. Conforme orçamentos juntados ao processo, o valor contratado é menor que o proposto por outras empresas e dentro do estabelecido no art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**3 – DA PRESTADORA DOS SERVIÇOS**

HAHMEIER & BURGHUSEN SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.217.139/0001-08, localizada na Rua Joaquim Machado Silveira, 44, fundos, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba-SC.

**4 – DO VALOR CONTRATADO**

Fica contratado o valor total de R\$ 650,00 (seiscentos e cinqüenta reais) mensais, conforme proposta apresentada para o referido processo.

**5 – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

**6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2017:

2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS 3.3.90.00.00.00.00.0201 – aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 27 de dezembro de 2016.

Julio César Bissani

Diretor Executivo - PLASS

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 363/2016**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 363/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no uso das atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art.1º Designar: André Luiz Sauer, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C, para responder pela Função de Diretor Técnico, no período de 02 a 21 de Janeiro de 2017, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 109/2015 de 20/05/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Diretor Técnico.

3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 364/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 364/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Ricardo Dahmer (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo de 01.10.2015 a 30.09.2016, para serem fruídas no período de 02 a 11.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 365/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 365/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Raimundo Kerschbaumer (Matr. 164), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Informática, P-4, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09.06.2015 a 08.06.2016, para serem fruídas no período de 16 a 25.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 366/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 366/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leonardo Correa Costa (Matr. 158), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo de 06.01.2016 a 05.01.2017, para serem fruídas no período de 23.01 a 01.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 367/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 367/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Gerson Gregório Ribeiro (Matr. 04), ocupante do Cargo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.F-9, referente ao período aquisitivo de 03.07.2015 a 02.07.2016, para serem fruídas no período de 02 a 11.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 368/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 368/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio dos Santos (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.04.2015 a 05.04.2016, para serem fruídas no período de 23.01 a 11.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 369/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 369/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helison Carvalho Ferreira (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.C,

referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2015 a 30.09.2016, para serem fruídas no período de 02 a 16.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 370/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 370/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdinei Antônio Gusatto (Matr. 106), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref. D-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.09.2015 a 31.08.2016, para serem fruídas no período de 20.01 a 03.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 371/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 371/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Venite Rosa (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. F-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.12.2015 a 30.11.2016, para serem fruídas no período de 02 a 16.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 372/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 372/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Venâncio Horbach (Matr. 36), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref.J-11, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.08.2015 a 02.08.2016, para serem fruídas no período de 02 a 16.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 373/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 373/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor André Francisco Fiorin (Matr. 82), ocupante do Cargo de Auxiliar Controle Operacional, P-5, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo de 19.02.2015 a 18.02.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 374/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 374/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Francielli Wendland Guaragni Fiorin (Matr. 140), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo de 13.06.2015 à 12.06.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de

08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 375/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 375/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Valdirene Aparecida Dorini (Matr. 96), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo de 20.09.2015 a 19.09.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 376/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 376/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Giane Maria Marquezze Lecher (Matr. 5), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Escriturário, P-5, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.07.2015 a 02.07.2016, para serem fruídas no período de 23.01 a 11.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 377/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 377/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Graciela Pratto Bordin da Rosa (Matr. 128), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.I-2, referente ao período aquisitivo de 18.08.2015 a 17.08.2016, para serem fruídas no período de 30.01 a 18.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 378/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 378/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Elizete Aparecida Bisatto (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, P-1, N-2, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28.06.2015 a 27.06.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 379/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 379/2016 DE 28.12.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Aluir Flemming (Matr.16), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Oficial Técnico, P-7, N-3, Ref.C-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.07.2015 a 30.06.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Paulo César Lamin  
Diretor Adjunto



**PORTARIA JHL 380/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 380/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Pedro Moresco (Matr. 91), ocupante do Cargo de Provi mento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref H-5, referente ao perí odo aquisitivo compreendido entre 16.03.2015 a 15.03.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de de zembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecu niário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 381/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 381/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Suzana Farenzena (Matr. 176), ocupante do Cargo de Provi mento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.C, refe rente ao período aquisitivo compreendido entre 21.10.2015 a 20.10.2016, para serem fruídas no período de 23.01 a 11.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 382/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 382/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor João Carlos Ungericht (Matr. 73), ocupante do Cargo de

Provi mento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.03.2015 a 02.03.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformi dade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 383/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 383/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Locemar Ferrari (Matr. 6), ocupante do Cargo de Provi mento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-9, refe rente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2015 a 31.05.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecu niário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 384/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 384/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Arlindo Marques da Silva (Matr. 113), ocupante do Car go de Provi mento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref. A-3, refe rente ao período aquisitivo compreendido entre 03.10.2015 a 02.10.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecu niário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 385/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 385/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Ilineu Ratti (Matr. 37), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Pedreiro, P-4, N-3, Ref.A-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.07.2015 a 01.07.2016, para serem fruídas no período de 02 a 21.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 386/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 386/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helton Lúcio da Cunha Mattos (Matr. 105), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-2, Ref D-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2015 a 06.02.2016, para serem fruídas no período de 16.01 a 04.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 387/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 387/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Júlio Cezar Francener (Matr. 92), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22.03.2015 a 21.03.2016, para serem fruídas no período de 09 a 28.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 388/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 388/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcos Antônio Bordin da Rosa (Matr. 86), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.07.2015 a 01.07.2016, para serem fruídas no período de 30.01 a 18.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente



**PORTARIA JHL 389/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 389/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Washington Luiz Rui Provencsi Papini (Matr. 167), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-1, Ref. C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.08.2015 a 05.08.2016, para serem fruídas no período de 17.01 a 05.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 17 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 390/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 390/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcos Antônio Fávero (Matr. 118), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Controle Operacional, P-5, N-2, Ref. I-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2015 a 01.06.2016, para serem fruídas no período de 02 a 31.01.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 391/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 391/2016 DE 28.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jucemar Oliveira dos Santos (Matr. 65), ocupante do Cargo

de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-3, Ref.C-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08.11.2015 a 07.11.2016, para serem fruídas no período de 02 a 31.01.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0113/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0113/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0004/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016

PROTOCOLO Nº 2277/2016

Data assinatura: 27/12/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e substituição de rede de abastecimento de água, localizada na Avenida Caetano Branco, em Joaçaba e na Rodovia SC 453, entre Luzerna e Linha Estreito.

Contratado: VIGA – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

Valor Contratado: R\$ 241.612,26 (duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e doze reais e vinte e seis centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.051

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00

Prazo de vigência: 27/12/2016 a 26/10/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0114/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0114/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0083/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2016

PROTOCOLO Nº 2697/2016

Data assinatura: 27/12/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de entrega do motor em 30 (trinta) dias consecutivos a contar de 09 de janeiro de 2017 e com término em 07 de fevereiro de 2017.

Contratado: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP

VALOR: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0115/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0115/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL 0003/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2016

PROTOCOLO Nº 3677/2016

Data assinatura: 27/12/2016

Objeto: Contrato de Rateio que tem por objetivo a transferência de recursos públicos do Contratante ao CISAM.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

Valor Contratado: R\$ 103.686,93 (Cento e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.086

Elemento De Despesa: 3.1.71.70/ 3.3.71.70/ 4.4.71.70

Prazo de vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

**HOMOLOGAÇÃO PR 0052/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 52/2016 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> 70/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 70/2016 <b>Data do Processo:</b> 14/10/2016

Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 70/2016  
b ) Licitação Nr.: 52/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 28/12/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO A SER EFETUADO PELO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**AVANEX IND.E COMERCIO LTDA (6519)**

- |  |    |            |        |      |            |
|--|----|------------|--------|------|------------|
| 2 Coagulante a base de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características e especificações técnicas:<br>Fórmula Química: $Aln(OH)mCl3n-m$<br>Aspecto: Líquido viscoso límpido<br>Teor de $Al_2O_3$ : 10 a 12% (m/m)<br>Cor: Âmbar claro<br>Odor: Inodoro<br>Densidade a 25°C: 1,23 a 1,29 g/cm <sup>3</sup><br>Sólidos Sedimentáveis em Cone Imhoff: Máximo de 0,1 mL/L<br>Basicidade: 60 a 68%<br>pH tal qual a 25°C: 2,0 a 2,9 - Marca: AVANEX   | KG | 180.000,00 | 0,0000 | 1,58 | 284.400,00 |
| 3 Ácido fluossilícico a ser utilizado no tratamento de água para consumo humano, com as seguintes características:<br>Fórmula Química: $H_2SiF_6$<br>Aspecto: Líquido levemente amarelado<br>Odor: Picante<br>Teor de $H_2SiF_6$ : mínimo de 20%<br>Teor de Flúor Ativo: mínimo de 15%<br>Teor de HF: máximo de 1% (m/m)<br>Densidade: mínimo de 1,17g/cm <sup>3</sup><br>Características Adicionais:<br>- Arsênio: Máximo de 160mg/kg<br>- Cádmio: Máximo de 400mg/kg<br>- Chumbo: Máximo de 160mg/kg<br>- Cromo: Máximo de 800mg/kg<br>- Mercúrio: Máximo de 80mg/kg<br>- Prata: Máximo de 800mg/kg<br>- Selênio: Máximo de 800mg/kg - Marca: VALE | KG | 25.000,00  | 0,0000 | 1,37 | 34.250,00  |

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 52/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 70/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 70/2016 <b>Data do Processo:</b> 14/10/2016
	Folha: 2/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### AVANEX IND.E COMERCIO LTDA (6519)

4 Cal Hidratada acondicionada em embalagens de 20kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Ca(OH)2 Concentração de Ca(OH)2: Mínimo de 90% Concentração de Cão: Mínimo de 66% Concentração de CaCO3: Máximo de 5,5% Aspecto: Pó branco - Marca: ICAL	KG	36.000,00	0,0000	1,23	44.280,00
5 Solução aquosa de Hipoclorito de Sódio acondicionado em bombonas de 50kg, a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: NaClO Teor de Cloro Ativo: 10 a 12% Aspecto: Líquido Cor: Amarelo esverdeado Odor: Picante Densidade: 1,16 a 1,23 g/cm3 Teor de Hidróxidos: mínimo de 0,5% - Marca: MULTCLORO	KG	3.000,00	0,0000	2,30	6.900,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>369.830,00</b>

#### HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA (7146)

1 Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50 e/ou 68kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Cl2 Concentração de Cl2: mínimo de 99,5% Ferro Total: < 15 ppm Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm Umidade: < 50 ppm de H2O - Marca: Unipar	KG	10.000,00	0,0000	7,79	77.900,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>77.900,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>447.730,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (30)

-----  
 Aluir Flemming - Diretor Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PR 0055/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 55/2016 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> 73/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 73/2016 <b>Data do Processo:</b> 09/11/2016

Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 73/2016  
b ) Licitação Nr.: 55/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 28/12/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ANÁLISES LABORATORIAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA TRATADA, ÁGUA IN NATURA, ESGOTO SANITÁRIO BRUTO E TRATADO DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2017.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**LOTE: 1****FREITAG LABORATORIOS LTDA - EPP (8196)**

1	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: FREITAG	SV	14,00	0,0000	1.590,00	22.260,00
2	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: FREITAG	SV	4,00	0,0000	306,00	1.224,00
3	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AI TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. - Marca: FREITAG	SV	4,00	0,0000	963,00	3.852,00
4	ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE FICTOPLANTON, INCLUINDO AI CIANOBACTÉRIAS E DEMAIS AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. DEVERÁ SER APRESENTADO O RESULTADO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE CADA ORGANISMO ENCONTRADO NAS AMOSTRAS. - Marca: FREITAG	SV	14,00	0,0000	125,00	1.750,00

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2016 - PR**

Processo Administrativo: 73/2016  
 Processo de Licitação: 73/2016  
 Data do Processo: 09/11/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**LOTE: 1**

**FREITAG LABORATORIOS LTDA - EPP (8196)**

5	ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. - Marca: FREITAG	SV	14,00	0,0000	484,50	6.783,00
6	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: FREITAG	SV	40,00	0,0000	104,00	4.160,00
7	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE AGUA IN NATURA PROVENIENTE DE POÇOS DE MONITORAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: NITRATO (EXPRESSO EM N), NITRITO (EXPRESSO EM N), OLEOS E GRAXAS, SÓLIDOS TOTAIS DISSOLVIDOS, TURBIDEZ E COLIFORMES TERMOTOLERANTES. - Marca: FREITAG	SV	10,00	0,0000	42,10	421,00
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>40.450,00</b>
					<b>Total Geral:</b>	<b>40.450,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (30)

-----  
 Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO 54/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
Processo de Licitação nº 029/2016  
Pregão Presencial nº 016/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2016

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

Que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPF/MF sob nº 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº15, centro, no município de Lacerdópolis-SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, JEAN PYER VIVAN EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 06.161.649/0001-70, com sede na Rua Sacrada Família, nº 353, Bairro Floresta, no município de Maravilha - SC, representado pelo senhor Jean Pyer Vivian, inscrito no CPF sob nº 058.020.639-47, empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, doravante denominada de CONTRATADA.

Celebram, obedecidas as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, o seguinte Contrato, que se regerá pela legislação pertinente e pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

I - O objeto do presente Contrato é a aquisição do item abaixo discriminado, conforme características e especificações constantes do Edital de Processo de Licitação nº 029/2016 Pregão Presencial nº 016/2016, sendo:

a) Item 01 - Distribuidor de adubo orgânico Liq. Capacidade de no mínimo 3.000 litros, chapa 3/16", bomba lobular 4 pol., vedação com selo mecânico, cardan com proteção plástica, pneus novos 900x20, 10 lonas com câmara e mangueira de sucção completa, mínimo 6 metros, leque aspersor e canhão.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Local de Entrega:

A CONTRATADA deverá entregar o objeto na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor:

O valor a ser pago pelo objeto do presente contrato é de R\$ 13.880,00 (Treze mil, Oitocentos e oitenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento:

O pagamento será realizado após a entrega dos equipamentos, mediante vistoria e aprovação do órgão competente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba ou outro órgão que venha a ser designado pelo Estado de Santa Catarina, e, vinculado a liberação dos recursos financeiros conforme contrato de repasse nº 1.023.004-19/2015 – aquisição de máquinas e equipamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Reajuste:

O valor não será reajustado.

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo de Vigência:

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - São Obrigações do CONTRATANTE:

##### I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) conferir o as especificações do objeto no momento da entrega;
- b) dar destinação adequada ao objeto e operar os mecanismos segundo as orientações do fabricante de modo a assegurar a garantia oferecida;
- c) empenhar os valores relativos à nota fiscal emitida pela CONTRATADA e garantir o pagamento, na forma da cláusula quarta.

#### CLÁUSULA OITAVA - As obrigações da CONTRATADA:

I - As obrigações da CONTRATADA, decorrentes da execução do Contrato consistem no seguinte:

- a) obedecer as normas constantes do Processo de Licitação e neste Contrato, fornecendo o objeto dentro das especificações contidas no Edital e no prazo previsto na cláusula segunda;
- b) responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato;
- c) cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato e manter, durante o período de execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- e) responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o CONTRATANTE ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;
- f) assegurar assistência técnica, na garagem da Prefeitura Municipal, ou se necessário, remover o equipamento às suas expensas, para realizar reparos e revisão no prazo da garantia;
- g) apresentar nota fiscal no ato da entrega do objeto, emitida com Razão Social e CNPJ/MF da CONTRATADA;
- h) dar garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou no prazo previsto pelo fabricante, se maior.

#### CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

I - Caso a CONTRATADA, total ou parcialmente não cumpra com os termos do Contrato, ser-lhe-ão aplicadas as sanções legais, isolada



ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

e) rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão do Contrato e da penalidade:**

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos Recursos Orçamentários:**

I - A dotação orçamentária que fará frente às despesas previstas no Contrato é a seguinte:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 02-SERVIÇOS DE AGRICULTURA  
Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS  
Elemento: 4490.00.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 111.200,00  
Recursos: 064-Recursos de Convênios  
Outros (não relacionados à educação/saúde e Assistência Social)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da vinculação e Legislação Aplicável:**

O presente Contrato é oriundo da proposta vencedora do Processo de Licitação nº 029/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2016, e rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações c/c a Lei 10.520/2002, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro:**

As questões e/ou dúvidas oriundas deste Contrato serão discutidas no Foro da Comarca de Capinzal (SC), com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Condições Gerais:**

I - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato será formalizada por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

II - A fiscalização e controle na utilização do equipamento por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

III - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo CONTRATANTE serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

IV - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (três), vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Lacerdópolis-SC, 08 de Novembro de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome/CNPJ/MF

Nome/CNPJ/MF

## **CONTRATO 55/2016**

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Processo de Licitação nº 029/2016

Pregão Presencial nº 016/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2016

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº15, centro, no município de Lacerdópolis-SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 05.797.417/0001-40, com sede na Rua XV de Novembro, 1553, Bairro São Vicente, no município de Itapira - SP, representado pelo senhor Plínio Cremasco Junior, inscrito no CPF sob nº 777.240.628-20, empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, doravante denominada de CONTRATADA.

Celebram, obedecidas as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, o seguinte Contrato, que se regerá pela legislação pertinente e pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:**

I - O objeto do presente Contrato é a aquisição do item abaixo discriminado, conforme características e especificações constantes do Edital de Processo de Licitação nº 029/2016 Pregão Presencial nº 016/2016, sendo:

a) Item 03 – (02) Duas Colhedoras de Forragens, com 04 rolos, no mínimo 12 (doze) facas de corte, sistema de quebra de grãos, regulagem de corte variando de 2,5 a 20 mm, com pino de segurança, afiador de facas com pedra giratória na mesma extensão das facas, dispositivo hidráulico giratório na bica de saída, roda de apoio e com serrinhas de corte. Valor Unitário R\$: 15.855,00.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Local de Entrega:**

A CONTRATADA deverá entregar o objeto na Prefeitura Municipal

de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor:

O valor Global a ser pago pelo objeto do presente contrato é de R\$ 31.710,00 (Trinta e um mil e setecentos e dez reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento:

O pagamento será realizado após a entrega dos equipamentos, mediante vistoria e aprovação do órgão competente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba ou outro órgão que venha a ser designado pelo Estado de Santa Catarina, e, vinculado a liberação dos recursos financeiros conforme contrato de repasse nº 1.023.004-19/2015 – aquisição de máquinas e equipamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Reajuste:

O valor não será reajustado.

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo de Vigência:

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - São Obrigações do CONTRATANTE:

##### I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) conferir o as especificações do objeto no momento da entrega;
- b) dar destinação adequada ao objeto e operar os mecanismos segundo as orientações do fabricante de modo a assegurar a garantia oferecida;
- c) empenhar os valores relativos à nota fiscal emitida pela CONTRATADA e garantir o pagamento, na forma da cláusula quarta.

#### CLÁUSULA OITAVA - As obrigações da CONTRATADA:

I - As obrigações da CONTRATADA, decorrentes da execução do Contrato consistem no seguinte:

- a) obedecer as normas constantes do Processo de Licitação e neste Contrato, fornecendo o objeto dentro das especificações contidas no Edital e no prazo previsto na cláusula segunda;
- b) responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato;
- c) cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato e manter, durante o período de execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- e) responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o CONTRATANTE ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;
- f) assegurar assistência técnica, na garagem da Prefeitura Municipal, ou se necessário, remover o equipamento às suas expensas,

para realizar reparos e revisão no prazo da garantia;

g) apresentar nota fiscal no ato da entrega do objeto, emitida com Razão Social e CNPJ/MF da CONTRATADA;

h) dar garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou no prazo previsto pelo fabricante, se maior.

#### CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

I - Caso a CONTRATADA, total ou parcialmente não cumpra com os termos do Contrato, ser-lhe-ão aplicadas as sanções legais, isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão do Contrato e da penalidade:

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos Recursos Orçamentários:

I - A dotação orçamentária que fará frente às despesas previstas no Contrato é a seguinte:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 02- SERVIÇOS DE AGRICULTURA  
Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS  
Elemento: 4490.00.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 111.200,00  
Recursos: 064-Recursos de Convênios  
Outros (não relacionados à educação/saúde e Assistência Social)

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da vinculação e Legislação Aplicável:

O presente Contrato é oriundo da proposta vencedora do Processo de Licitação nº 029/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2016, e rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações c/c a Lei 10.520/2002, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas deste Contrato serão discutidas no Foro da Comarca de Capinzal (SC), com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Condições Gerais:**

I - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato será formalizada por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

II - A fiscalização e controle na utilização do equipamento por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

III - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo CONTRATANTE serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

IV - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (três), vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Lacerdópolis-SC, 08 de Novembro de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome/CNPJ/MF

Nome/CNPJ/MF

**CONTRATO 56/2016**

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Processo de Licitação nº 029/2016

Pregão Presencial nº 016/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2016

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

Que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº15, centro, no município de Lacerdópolis-SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ALTAIR FABRO & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 02.730.048/0001-80, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 454, Sala 02, Bairro Centro, no município de Nova Prata - RS, representado pelo senhor Altair Fabro, inscrito no CPF sob nº 587.244.600-44, empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, doravante denominada de CONTRATADA.

Celebram, obedecidas as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, o seguinte Contrato, que se regerá pela legislação pertinente e pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:**

I - O objeto do presente Contrato é a aquisição do item abaixo discriminado, conforme características e especificações constantes do Edital de Processo de Licitação nº 029/2016 Pregão Presencial nº 016/2016, sendo:

a) Item 04 – (03) Três Trituradores de cama de aviário acoplado ao trator com enxadas rotativas, mínimo 1,10 mts de largura com sistema de dentes móveis e cardam completo. Valor Unitário R\$: 8.349,99

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Local de Entrega:**

A CONTRATADA deverá entregar o objeto na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor:**

O valor Global a ser pago pelo objeto do presente contrato é de R\$ 25.049,97 (Vinte e cinco mil, quarenta e nove reais com noventa e sete centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento:**

O pagamento será realizado após a entrega dos equipamentos, mediante vistoria e aprovação do órgão competente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba ou outro órgão que venha a ser designado pelo Estado de Santa Catarina, e, vinculado a liberação dos recursos financeiros conforme contrato de repasse nº 1.023.004-19/2015 – aquisição de máquinas e equipamentos.

**CLÁUSULA QUINTA - Do Reajuste:**

O valor não será reajustado.

**CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo de Vigência:**

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SÉTIMA - São Obrigações do CONTRATANTE:**

I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) conferir o as especificações do objeto no momento da entrega;
- b) dar destinação adequada ao objeto e operar os mecanismos segundo as orientações do fabricante de modo a assegurar a garantia oferecida;
- c) empenhar os valores relativos à nota fiscal emitida pela CONTRATADA e garantir o pagamento, na forma da cláusula quarta.

**CLÁUSULA OITAVA - As obrigações da CONTRATADA:**

I - As obrigações da CONTRATADA, decorrentes da execução do Contrato consistem no seguinte:

- a) obedecer as normas constantes do Processo de Licitação e neste Contrato, fornecendo o objeto dentro das especificações contidas no Edital e no prazo previsto na cláusula segunda;
- b) responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato;
- c) cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato e manter, durante o período de execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do

presente Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

e) responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o CONTRATANTE ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;

f) assegurar assistência técnica, na garagem da Prefeitura Municipal, ou se necessário, remover o equipamento às suas expensas, para realizar reparos e revisão no prazo da garantia;

g) apresentar nota fiscal no ato da entrega do objeto, emitida com Razão Social e CNPJ/MF da CONTRATADA;

h) dar garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou no prazo previsto pelo fabricante, se maior.

#### CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

I - Caso a CONTRATADA, total ou parcialmente não cumpra com os termos do Contrato, ser-lhe-ão aplicadas as sanções legais, isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

e) rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão do Contrato e da penalidade:

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos Recursos Orçamentários:

I - A dotação orçamentária que fará frente às despesas previstas no Contrato é a seguinte:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 02-SERVIÇOS DE AGRICULTURA  
Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS  
Elemento: 4490.00.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 111.200,00  
Recursos: 064-Recursos de Convênios  
Outros (não relacionados à educação/saúde e Assistência Social)

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da vinculação e Legislação Aplicável:

O presente Contrato é oriundo da proposta vencedora do Processo de Licitação nº 029/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2016, e rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas

alterações c/c a Lei 10.520/2002, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas deste Contrato serão discutidas no Foro da Comarca de Capinzal (SC), com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Condições Gerais:

I - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato será formalizada por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

II - A fiscalização e controle na utilização do equipamento por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

III - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo CONTRATANTE serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

IV - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (três), vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Lacerdópolis-SC, 08 de Novembro de 2016.  
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome/CNPJ/MF

Nome/CNPJ/MF

#### CONTRATO 57/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
Processo de Licitação nº 029/2016  
Pregão Presencial nº 016/2016

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2016

#### CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 250.360.179-00, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº15, centro, no município de Lacerdópolis-SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, CASA DO PICA PAU LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.742.267/0001-05, com sede na Felipe Schmidt, nº 955, Bairro Centro, no município de Braço do Norte - SC, representado pelo senhor Emury Pizzamiglio Cimadon, inscrito no CPF sob nº 027.810.419-39, empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, doravante denominada de CONTRATADA.

Celebram, obedecidas as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, o seguinte Contrato, que se regerá



pela legislação pertinente e pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

I - O objeto do presente Contrato é a aquisição do item abaixo discriminado, conforme características e especificações constantes do Edital de Processo de Licitação nº 029/2016 Pregão Presencial nº 016/2016, sendo:

a) Item 02 – (02) Dois Distribuidores de adubo orgânico líquido, com capacidade de no mínimo 4.000 litros, chapa 3/16", bomba lobular 4 pol., vedação com selo mecânico, cardan com proteção plástica, pneus novos mínimo 900x20, 10 lonas com câmara e mangueira de sucção completa, mínimo 6 metros, leque aspersor e canhão.. Valor Unitário R\$: 14.890,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Local de Entrega:

A CONTRATADA deverá entregar o objeto na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor:

O valor Global a ser pago pelo objeto do presente contrato é de R\$ 29.780,00 (Vinte e nove mil setecentos e oitenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento:

O pagamento será realizado após a entrega dos equipamentos, mediante vistoria e aprovação do órgão competente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba ou outro órgão que venha a ser designado pelo Estado de Santa Catarina, e, vinculado a liberação dos recursos financeiros conforme contrato de repasse nº 1.023.004-19/2015 – aquisição de máquinas e equipamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Reajuste:

O valor não será reajustado.

#### CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo de Vigência:

O prazo de vigência do presente Contrato se inicia na data de sua assinatura extinguindo-se com o término do prazo de garantia, não inferior a 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - São Obrigações do CONTRATANTE:

I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) conferir o as especificações do objeto no momento da entrega;
- b) dar destinação adequada ao objeto e operar os mecanismos segundo as orientações do fabricante de modo a assegurar a garantia oferecida;
- c) empenhar os valores relativos à nota fiscal emitida pela CONTRATADA e garantir o pagamento, na forma da cláusula quarta.

#### CLÁUSULA OITAVA - As obrigações da CONTRATADA:

I - As obrigações da CONTRATADA, decorrentes da execução do Contrato consistem no seguinte:

- a) obedecer as normas constantes do Processo de Licitação e neste Contrato, fornecendo o objeto dentro das especificações contidas no Edital e no prazo previsto na cláusula segunda;

b) responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato;

c) cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato e manter, durante o período de execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

e) responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o CONTRATANTE ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;

f) assegurar assistência técnica, na garagem da Prefeitura Municipal, ou se necessário, remover o equipamento às suas expensas, para realizar reparos e revisão no prazo da garantia;

g) apresentar nota fiscal no ato da entrega do objeto, emitida com Razão Social e CNPJ/MF da CONTRATADA;

h) dar garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou no prazo previsto pelo fabricante, se maior.

#### CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

I - Caso a CONTRATADA, total ou parcialmente não cumpra com os termos do Contrato, ser-lhe-ão aplicadas as sanções legais, isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão do Contrato e da penalidade:

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos Recursos Orçamentários:

I - A dotação orçamentária que fará frente às despesas previstas no Contrato é a seguinte:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 02-SERVIÇOS DE AGRICULTURA  
Proj/At. 20.606.1010.1.027-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS  
Elemento: 4490.00.00-Aplicações Diretas ..... R\$

111.200,00

Recursos: 064-Recursos de Convênios

Outros (não relacionados à educação/saúde e Assistência Social)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da vinculação e Legislação Aplicável:**

O presente Contrato é oriundo da proposta vencedora do Processo de Licitação nº 029/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2016, e rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações c/c a Lei 10.520/2002, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro:**

As questões e/ou dúvidas oriundas deste Contrato serão discutidas no Foro da Comarca de Capinzal (SC), com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Condições Gerais:**

I - Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato será formalizada por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

II - A fiscalização e controle na utilização do equipamento por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

III - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo CONTRATANTE serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

IV - Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (três), vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Lacerdópolis-SC, 08 de Novembro de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome/CNPJ/MF

Nome/CNPJ/MF

### **CONTRATO 59/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 17/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 59/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 km (zero quilômetro) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LACERDÓPOLIS

CONTRATANTE: O Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rua 31 de Março, 1050, neste Município de Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Hilário Chiamolera.

CONTRATADA: CARBONI Distribuidora de Veículos LTDA, inscrita

no CNPJ/MF sob nº 02.952.689/0001-80, com sede à Rodovia SC 453 KM 55 nº 54, distrito industrial, No município de Videira - SC, representada por seu representante legal Senhor William de Lima, inscrito no CPF nº 053.931.139-19, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 17/2016 bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O Presente contrato visa a Aquisição de Veículo 0 Km (zero quilômetro), Tipo Minibus, com capacidade acima de 19 (dezenove) passageiros, para o transporte de alunos da rede municipal e estadual de ensino no perímetro urbano e rural do município, nos períodos matutino, vespertino e noturno, para suprimimento da demanda do Transporte Escolar, realizado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A contratada deverá disponibilizar o veículo no prazo descrito no item 01 do edital, após o recebimento da autorização de fornecimento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE**

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente contrato, no qual está incluso já todas as taxas, impostos, encargos e a entrega, é de R\$162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais):

Quant.	Descrição	Valor Total
1,00	Veículo novo, ano de fabricação e modelo no mínimo 2016/2017, zero Km, na cor branca, para transporte de passageiros, com capacidade acima de 19 (dezenove) passageiros, tração traseira, rodado duplo, direção hidráulica, ar condicionado dianteiro e traseiro, potência mínima do motor de 125 cavalos, à Diesel, cambio manual, freios a disco nas quatro rodas com sistema (ABS), garantia de no mínimo 1 (um) ano, Air bag duplo, demais equipamentos obrigatórios exigidos por lei e homologados pelo DETRAN.	R\$ 162.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

§1º O pagamento pela aquisição do objeto da presente Licitação será feito conforme descrito no item 1.2, do edital de licitação, em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§2º O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§3º O pagamento será efetuado, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§4º Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

§5º Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

O veículo, objeto deste Contrato, deverá ser entregue conforme item 1.4 do edital, cujo prazo será contado da data do recebimento da autorização de fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes verbas orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 03 - SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Projeto/Atividade: 12.361.1007.1.017 - Aquisição de ônibus e veículo p/ transporte escolar 1º grau  
MODALIDADE: 4490.00.00.0036 - Aplicações Diretas ----- R\$ 165.000,00  
Recurso: 0036 - Salário Educação CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao Processo Licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02.

#### CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante de cada Secretaria do Município de Lacerdópolis.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O contratante poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

§1º O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

§2º O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 28 de Novembro de 2016.

Município de Lacerdópolis/SC Hilário Chiamolera Prefeito	CARBONI Distribuidora de Veículos LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_



# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1151/2016**

PORTARIA RH Nº 1151/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, NORTON DE ARAÚJO MATTOS Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, para responder pelas atribuições do cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Dezembro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1152/2016**

PORTARIA RH Nº 1152/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados nas Secretarias e demais Assessorias correspondentes, a partir desta data.

**GABINETE DO PREFEITO**

NOME	CARGO
Rosilda Rebelo Patrício Corrêa	Assessor de Planejamento Governamental

**SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

NOME	CARGO
Gabriel Bitencourt Guerreiro	Coordenador de Cadastro e Fiscalização Tributária
Renan Espíndola	Coordenador de Movimentação e Protocolo
Rui de Oliveira Quirino	Diretor do Depto de Documentação

**SECRETARIA DE SAÚDE**

NOME	CARGO
Cristiane da Cruz Hoepers	Diretor do Depto Especial de Atenção Básica
Juarez Batista Muller	Diretor do Depto de Apoio
Maria Ivone da Rosa Kieling Pereira	Diretor do Depto de Tratamento de Fora de Domicílio

**SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO**

NOME	CARGO
------	-------

Fernando Henrique Teixeira da Silva	Assessor Especial de Comunicação
-------------------------------------	----------------------------------

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Dezembro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2013**

QUINTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 113/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: RACING COMUNICAÇÃO LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 113/2013 – PML até 31/12/2017

ADITIVO DE VALOR: O valor do respectivo contrato será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)  
Data: 16/12/2016

# Lauro Muller

## PREFEITURA

**EXTRATO 002/2016 DE PRAZO AO CONTRATO 122/ 2016**

EXTRATO 002/2016 DE PRAZO AO CONTRATO 122/ 2016 Processo licitatório nº 70/2015 – CARTA CONVITE 70/2015

Objeto: EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

Contratado: SANDRO HOBOLD Contratante: Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2017

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 142/2016

DECRETO N.º 142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 47.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	32.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	32.000,00
Função	26	Transporte	32.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	32.000,00
Programa	09	Revitalização das Estradas	32.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	32.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	32.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	32.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	32.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	32.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	15.000,00
Função	20	Agricultura	15.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	15.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	15.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			47.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	47.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO .....		47.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 143/2016

DECRETO N.º 143, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 30.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	20.000,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			30.000,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	30.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO .....		30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 416/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 416/2016, de 27 de dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Conceder, a Servidora Pública Municipal Marciane Agustini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gestora Escolar, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 09 (nove) dias de férias, no período de 29 de Dezembro de 2016 a 06 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 372/2013, de 23 de Dezembro de 2013, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 021/2014, de 24 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 27 de Dezembro de 2016.  
PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

### **PORTARIA Nº 417/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 417/2016, de 27 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Conceder, a Servidora Pública Municipal Dinara Signor Kiekow, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 14 (quatorze) dias de férias, a contar de 02 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 329/2016, de 16 de Novembro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 342/2016, de 22 de Novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 27 de Dezembro de 2016.  
PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

### **PORTARIA Nº 418/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 131/2014, de 07 de Abril de 2014.  
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

#### **RESOLVE:**

Conceder, a Servidora Pública Municipal Loiri Rech, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 24 de Abril de 2014 a 23 de Maio de 2014, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2006 a 30 de Setembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 07 de Abril de 2014.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

### **PORTARIA Nº 419/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 419/2016, de 27 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

#### **RESOLVE:**

Conceder, ao Servidor Público Municipal Adenir Agustini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 05 de Janeiro de 2017 a 03 de Fevereiro de 2018, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2008 a 31 de Outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 27 de Dezembro de 2016.  
PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 410/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 410/2016, de 23 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Administradora Rural, vinculada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 30 de Julho de 2013 a 29 de Junho de 2014, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 23 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 411/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 411/2016, de 23 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Gilmar Antonio Milan, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 23 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 412/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 412/2016, de 26 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE IDENTIFICA.

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 126, da Lei Complementar nº 050/2003, de

10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

I - Conceder, Férias Coletivas, no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo identificados, conforme Termo de Acordo de Férias firmado individualmente.

Nome do Servidor	Período Aquisitivo
Alexandre Cavalier	03/06/16 a 02/06/17
Dirlei Maria Von Dentz Ferrari	06/02/16 a 05/02/17
Josiane de Oliveira Perosso	25/02/16 à 24/02/17
Leodina Justina Rossini Cittadin	01/02/16 à 31/01/17
Marciano Paulo Kel	15/06/16 à 14/06/17
Salete Maria Mendes	08/04/16 a 07/04/17
Ronaldo Adriano Zuanazzi	16/11/16 à 15/11/17
Robson Luiz da Silva	19/08/16 à 18/11/17
Roslei Salete Sangaletti Moretto	21/03/16 a 20/03/17

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e comunique-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 413/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 413/2016, de 26 de Dezembro de 2016.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Rudimar Alberto Milan, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 17 de Novembro de 2015 a 16 de Novembro de 2016, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 414/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 414/2016, de 26 de Dezembro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Edio Finger, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 22 de Dezembro de 2015 a 21 de Dezembro de 2016, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 415/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 415/2016, de 26 de Dezembro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Odair Von Dentz, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria de Infra-Estrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 09 de Julho de 2015 a 08 de Julho de 2016, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH



# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 013/2016

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 013/2016

PROCESSO LICITATORIO PML Nº 013/2016/PML

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2016/PML

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade civil, filantrópica, de caráter cultural e assistencial, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.780.396/0001-00, com sede na Rua Amiano Pozzobon, 190, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba(SC), neste ato representado por seu Presidente Sr. REGINALDO TANELLO, brasileiro, empresário, casado, portador do RG nº 2.144.006 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 707.722.159-87, denominada simplesmente CONTRATADA, denominado CONTRATADO, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de nº PML 013/2016 para fazer constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência do presente Contrato PML nº 013/2016, até 15 de dezembro de 2017, em observância da Cláusula Segunda do presente Contrato e da Lei nº 1.486 de 15 de dezembro de 2016

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

Ainda, o presente instrumento tem por objeto majorar o valor do Contrato, passando para R\$ 493,67 (quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos) aluno/mês, em 11 (onze) parcelas durante o exercício de 2017, nos termos do Art. 3º, da Lei nº 1.486 de 15 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

REGINALDO TANELLO  
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Ass. Ass.  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

### PORTARIA 157/16

PORTARIA Nº 157/16 de 26 de dezembro de 2016.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER os Professores abaixo relacionados pela comprovação da participação em cursos, com fulcro no art. 21, inciso I e art.s 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores:

Nome do Professor	Classe Atual	Nova Classe
CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI	"D"	"E"
DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING	"E"	"F"
FRANCIELE IARA DIESEL	"E"	"F"
LEOBERTO RICARDO GRIGOLLO	"D"	"E"
LUCIANA PRONER CANALLE	"E"	"F"

Parágrafo Único - A alteração de classe não implica em alteração em nível, permanecendo os professores promovidos no mesmo nível da categoria funcional que se encontram.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Luzerna(SC), 26 de dezembro de 2016.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 158/16

PORTARIA Nº 158/16 de 28 de dezembro de 2016.

"ELEVA A CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- ELEVAR a Categoria Funcional da Professora abaixo relacionada, pela comprovação de nova habilitação profissional, conforme dispõe os art.s 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 033/03 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores:

Nome do Professor	Categoria Funcional Atual	Categoria Funcional Nova
RENATA PARENTI	Professora II, "A"	Professora III, "B"

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Luzerna(SC), 28 de dezembro de 2016.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**TERMO DE CONVÊNIO 023/2016 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 023/2016

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, OBJETIVANDO O CUSTEIO DE DESPESAS DE MANUTENÇÃO, PARA O ACOLHIMENTO DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)“.

**I - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede administrativa sita a Av. 16 de fevereiro, 151, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONVENIADO e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, com sede em Curitiba, na Rua Praça Josefinha Amorin, nº 1, no Centro de Curitiba(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80 neste ato representado por seu Presidente DANIEL MARTARELLO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1.064.677, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.675.509-53, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Curitiba(SC), doravante denominado CONVENENTE.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, conforme determina o art. 35 da Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, subordinado à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e ao Decreto nº 1889 de 18 de setembro de 2014 e autorizado pela Lei nº 1483 de 15 de dezembro de 2016, que se regerá pelas cláusulas seguintes, pelas condições dispostas nas normativas descritas no presente, que convencionaram, articularam e estipularam, acordando de livre e espontânea vontade, passando assim a expor:

**II - DO OBJETO DO CONVÊNIO**

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA é o repasse pelo MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) para a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas de manutenção, para o acolhimento de idosos, incluindo as despesas de: alimentação, cama, mesa, banho, produtos de higiene/pessoal, produtos de limpeza, água, luz, telefone/internet, serviço de terceiros, pagamento de profissionais, em padrão de habitação compatível com suas necessidades, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, de acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e sua regulamentação.

§ 1º - O atendimento será em regime de internato, sendo que o CONVENIADO declara que os demais dados dos(as) idoso(as) estão corretos na ficha de entrevista e laudo médico, no relatório do enfermeiro, que são partes integrantes como anexos a este instrumento.

§ 2º - Fica autorizada a participação do idoso abrigado com o seu benefício na proporção de até setenta por cento (70%) do valor líquido, para pagamento ao CONVENENTE e até trinta por cento (30%) para depósito em conta poupança em nome do abrigado, para pagamento das outras despesas.

**III - DOS COMPROMISSOS DAS PARTES**

DO CONVENIADO:

CLÁUSULA SEGUNDA - É direito do CONVENIADO:

I. Receber para os idosos abrigados, atendimento cotidiano de

acordo com as normas estabelecidas na Lei nº 10.741, além de normas específicas e das determinações expressas neste Convênio. Caberá ao CONVENIADO:

- Promover, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês vencido, o repasse dos recursos financeiros, objeto deste Convênio;
- Contribuir mensalmente, no período de acolhimento, com parcelas iguais no valor de R\$ 1.274,00 (hum mil duzentos e setenta e quatro reais) mensais, por idoso acolhido que possuir benefício de um salário mínimo sem descontos, e, quando o idoso não tiver nenhum benefício fica o Município responsável pelo pagamento de R\$ 1.960,00 (hum mil e novecentos e sessenta reais) mensais, sendo acordado e fixado que quando o idoso tiver um desconto consignado ao seu benefício ficará a cargo do Município o pagamento da diferença descontada, até o limite 70% (setenta por cento) do valor líquido do benefício, nos meses em que perdurar o referido desconto.
- Ofertar atendimento de saúde aos idosos acolhidos, quando apresentarem problemas de saúde não atendidos pelas Unidades Básicas do Município onde está localizado a CONVENIENTE.
- Total responsabilidade pela aquisição ou entrega de fraldas, remédios, pomadas, bem como demais objetos necessários que venham a ser solicitados pelo contratado para uso do idoso abrigado.
- Custeios ou responsabilização pelos gastos de saúde, quando necessários, e em caso de necessidade de serviços externos de saúde, assumir os custos ou providenciar pessoa para acompanhamento hospitalar;
- Assumir exclusivamente os gastos e responsabilidades pelas aquisições de roupas e objetos de uso pessoal;
- Manter contato por meio de visitas periódicas ao INTERNO/ABRIGADO, em intervalos preferencialmente não superiores a 1(um) mês;
- Informar à CONVENIENTE, de imediato, toda mudança de endereço e ou telefones seus e dos demais dados e de contato familiares apresentados junto da Ficha de Inscrição;

DA CONVENIENTE:

CLÁUSULA TERCEIRA - Caberá à CONVENIENTE:

I. Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensável às normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da Lei, conforme estabelecimento no § 3º do art. 37 e inciso I do Parágrafo Único do art. 48 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.

II. Oferecer atendimento de moradia digna adotando os princípios estabelecidos no art. 49 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conforme descrito abaixo:

- Preservação dos vínculos familiares, com suporte do Setor de Assistência Social do CONVENIADO para localização dos familiares e transporte das visitas quando necessário;
- Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em casos de força maior;
- Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- Observância dos direitos e garantia dos idosos;
- Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambientes de respeito e dignidade.

III. Primar pelo pleno cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o art. 50 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conforme descrito abaixo:

- Observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos expressos em lei;
- Fornecer alimentação suficiente;
- Oferecer instalação física em condições adequadas de habitabilidade;
- Diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares, com suporte do Setor de Assistência Social do CONVENIADO para localização dos familiares e transporte das visitas quando necessário;

e) Oferecer acomodação apropriada para recebimento de visitas;  
f) Proporcionar cuidados a saúde, conforme a necessidade do idoso;  
g) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;  
h) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejem;  
i) Comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doença infectocontagiosa;  
j) Providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisi-te os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não tiverem, na forma da lei;  
k) Manter arquivos de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereço, cidade, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;  
l) Comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;  
m) Garantir convivência comunitária;  
n) Provisão das necessidades de saúde da pessoa idosa, com atendimento básico no ESF do qual a Associação faz parte.

IV. Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento;  
V. Prestar contas das parcelas recebidas, até o 10º dia útil subsequente ao recebimento, mediante emissão de respectivo recibo, para recebimento das parcelas subsequentes;  
VI. Comunicar, prévia e imediatamente ao Município CONVENIADO, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.

#### IV - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio será custeado pelo pagamento mensal de R\$ 1.960,00 (hum mil e novecentos e sessenta reais) podendo ser utilizada a quantia de 70% (setenta por cento) do valor do benefício do idoso, quando este possuir benefício, cabendo ao CONVENIADO arcar com o valor excedente, bem como também quando o idoso tiver um desconto consignado ao benefício ficará a cargo do Município o pagamento da diferença descontada, assegurado o cumprimento dos direitos e obrigações das partes expressas neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - As partes convencionam, que a data base de correção do valor é sempre o mês de janeiro de cada ano, (data de reajuste/revisão dos Convênios de abrigamento firmados pela CONVENENTE), sendo que o índice de correção será a média entre a inflação aferida pelo IGPM-FGV e o aumento do custo efetivo total do serviço pelo CONVENENTE, formulado por meio de planilha própria, sendo comunicado o CONVENIADO por meio de ofício para ajuste do valor.

#### DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão por conta da dotação orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Atividade: 12.002.08.241.0026.2087 - Administração e Execução do Fundo do Idoso - Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - Fonte: 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários.

#### V - DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - Poderá o presente instrumento ser rescindido pelo CONVENIADO, desde que motivada e mediante aviso por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - A rescisão motivada pela CONVENENTE deve ser avisada previamente ao CONVENIADO e encaminhada por escrito para a Secretaria Municipal de Assistência Social num prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

CLÁUSULA NONA - Caso o CONVENIADO já tenha realizado o pagamento pelo serviço e mesmo assim, requisi-te a rescisão do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 1% de taxas administrativas, desde que fiquem quitados os valores do período de internamento.

#### VI - DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Convênio terá vigência de até 12 (doze) meses, podendo o mesmo ser rescindido e/ou prorrogado por igual período a qualquer tempo, com início de vigência em 27 de dezembro de 2016.

#### VII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica pactuado entre o CONVENIADO e a CONVENENTE, a ausência de qualquer tipo de relação de subordinação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Salvo com a expressa autorização do CONVENIADO, não pode a CONVENENTE transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer à rescisão imediata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, deverá ser objeto de alterações por escrito com consentimento de ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica autorizada a possibilidade do idoso ABRIGADO, ser fotografado ou filmado para uso de imagem em arquivo interno, bem como em publicação e/ou veiculação através de site ou redes sociais do CONVENENTE, veiculação destas imagens/vídeos pela imprensa ou em outro material institucional ou de mídia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento não assegura ao CONVENIADO qualquer direito de VAGA, sendo que para cada idoso ABRIGADO, deverá ser previamente solicitado à CONVENENTE sobre a existência ou não de vaga para acolhimento.

#### VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO ABRIGADO(A)-INTERNO(A)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O ABRIGADO também assume perante o CONTRATADO, obrigações de:

I. Manter comportamento condizente e adequado dentro do que preconiza as normas previstas no Estatuto do Idoso e demais normas aplicáveis;

II. Obedecer ao regulamento interno da instituição;

III. Autoriza desde já sua participação no custeio da mensalidade, com o valor de até no máximo 70% (setenta por cento) de seu benefício de Assistência Social (LOAS) e/ou previdenciário de Aposentadoria/Pensão.

#### IX - DOS IMPREVISTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Declara o CONVENIADO, que está ciente das condições que o ABRIGADO se encontra, podendo ocorrer que o ABRIGADO não se adapte dentro da instituição já que a mesma tem rotinas e normas estabelecidas, e que, também, pode haver ocorrências imprevistas tais como: choro, depressão, agressividade, lesões, tristeza, doenças, quedas, quedas com fraturas ou hematomas, aborrecimentos, entre outras, inclusive até mesmo tentativa de suicídio e/ou óbito.

§ 1º - Sempre que houver alguma ocorrência, ou seja, qualquer fato que venha a criar qualquer desconforto ao ABRIGADO a CONVENENTE está autorizado a tomar as providências necessárias por primeiro, sendo que após entrará em contato com o CONVENIADO na pessoa do responsável/representante, inclusive este declara estar ciente que poderá ser a qualquer dia e horário.

§ 2º - Em caso de ocorrência do óbito do ABRIGADO, o CONVENIADO por meio do representante/responsável será comunicado devendo este custear todas as despesas com os serviços do funeral.

X - DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas de presente Convênio, as partes elegem o foro da Comarca de Curitiba(SC).

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 27 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONVENIADO

RG: 11/C-3.427.769

CPF: 024.651.199-07

Fone: (49) 3551-4700

DANIEL MARTARELLO

Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO

CONVENENTE

RG: 1.064.677

CPF: 384.675.509-53

Fone: (49) 3245-0425

TESTEMUNHAS:

1. _____ Nome: ADILES BEAL RG: 11/C-741.681 CPF: 014.922.999-28 Fone: (49) 3522 7836	2. _____ Nome: _____ RG: _____ CPF: _____ Fone: (49) _____
--	--



# Macieira

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2016

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0016/2016 para a contratação direta dos serviços continuados de telefonia móvel (serviço móvel pessoal – SMP) para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo plano corporativo Pós pago, com fornecimento de SIMCARDS, Através do CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, em conformidade com o artigo 24, XXVI da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0048/2016

Vigência do Contrato: 31/12/2017

Valor Total do Contrato: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), conforme aprovação da Assembléia Geral.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços. Macieira, 28 de dezembro de 2016.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### decreto 1607

DECRETO Nº 1607, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. Almaro Prietro Junior: Psiquiatra, CRM 8641; Dr Marcos Antonio Henning: Psiquiatra, CRM 6672 Dr. Dilson Luiz Correa: Clinico Geral, CRM 10985, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Liliane Cordeiro, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

### decreto 1608

DECRETO Nº 1608, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 810/15 de 11/12/2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das atividades da saúde

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º, para atender a suplementação acima descrita, fica anulado parcialmente a seguinte dotação orçamentária.

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

10.03 Aquisição de veículos saúde

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### decreto 1609

DECRETO Nº 1609, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Credito Suplementar Especial por conta do convenio nº 2016 TR 002518.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

03.01 Gabinete do Prefeito

03.08 Sec. Mun. de Agric. e Des. econômico

20.45 Atividades de Des. Rural e agropecuário

33.90.1064 Aplicações diretas

R\$ 51.020,41

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**decreto 1610**

DECRETO Nº 1610, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 810/15 de 11/12/2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.05 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
20.23 Manutenção Dpto Desenv. S. e Comunitário  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 2º, para atender a suplementação acima descrita, fica anulado parcialmente a seguinte dotação orçamentária.

03.01 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. de Administração e Fazenda  
00.00 Amortização da Dívida e Encargos Sociais  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**decreto 1611**

DECRETO Nº 1611, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 810/15 de 11/12/2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.28 Manutenção das atividades da saúde  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00  
33.72 Execução orçamentária delegada a consórcios  
R\$ 6.150,00

Art. 2º, para atender a suplementação acima descrita, fica anulado parcialmente a seguinte dotação orçamentária.

03.01 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. de Adm. e Fazenda  
00.00 Amortização da dívida e encargos  
33.90 Aplicações diretas  
R\$ 11.150,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**decreto 1612**

DECRETO Nº 1612, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 810/15 de 11/12/2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.01 Gabinete do Prefeito  
20.20 Manutenção das atividades do gabinete  
31.90 aplicações diretas  
R\$ 3.001,00

03.04 Sec. De Adm. e Fazenda  
20.21 Manutenção das ativ. Adm.  
31.90 Aplicações diretas  
R\$ 26.400,00

03.05 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
20.03 Man. Dpto Desenv. S. e Comunitário  
31.90 Aplicações diretas  
R\$ 2.530,00

Art. 2º, para atender a suplementação acima descrita, fica anulado parcialmente a seguinte dotação orçamentária.

03.01 Gabinete do Prefeito  
03.07 Sec. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da malha rodoviária  
31.90 Aplicações Diretas  
R\$ 31.931,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**decreto 1613**

DECRETO Nº 1613, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2016 –NASF.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 dos recursos do

FUNDEB.

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

20.30 Manutenção do piso atenção básica variável

31.90.38 Aplicações diretas – nasf

R\$ 4.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **decreto 1614**

DECRETO Nº 1614, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2016 –FUNDEB.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 dos recursos do FUNDEB.

03.01 GABINETE DO PREFEITO

03.05 Sec. Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção Ensino Fundamental

33.90.19 Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **decreto 1615**

DECRETO Nº 1615, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 810/15 de 11/12/2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 851, de 06/12/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente conforme Lei autorizativa 851/2016.

03.00 Gabinete do Prefeito

03.05 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção do ensino fundamental

33.90.19 Aplicações diretas

R\$ 16.000,00

Art. 2º, para atender a suplementação acima descrita, fica anulado

parcialmente a seguinte dotação orçamentária.

03.00 Gabinete do Prefeito

03.05 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção do ensino fundamental

31.90.18 Aplicações diretas

R\$ 16.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **lei 857**

LEI Nº 857, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ATRIBUI DENOMINAÇÃO A PONTE SOBRE O RIO SÃO PEDRO E RIO SANTO ANTONIO, DA CIDADE DE MACIEIRA SC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º. Fica atribuída a seguinte denominação a Ponte sobre o Rio São Pedro e Rio Santo Antonio, do Município de Macieira:

I – Ponte Francisco Divino Bertotto; Sobre o Rio Santo Antônio.

II - Ponte João Fernandes Castanheiro; Sobre o Rio São Pedro.

Art. 2º. A denominação do inciso I do art. 1º., visa homenagear o Sr Ponte Francisco Divino Bertotto, morador e um dos fundadores da Comunidade Linha Garibaldi deste Município, que com muito empenho se dedicou à comunidade do Município. A denominação do inciso II do art. 1º., visa homenagear o Sr. João Fernandes Castanheiro, morador da Linha São Domingos, que com muito empenho se dedicou à comunidade do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

### **portaria 3577**

PORTARIA N. º 3577/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Adelino Casagrande Gomes, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por 25 dias, a contar de 06/12/2016, conforme atestado médico em anexo.



Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **portaria 3578**

PORTARIA N.º 3578/2016

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o – CONCEDER a Servidora Publica Municipal, Beatriz dos Santos Pereira, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Odontóloga, 30 dias de férias, no período de 01/12/2016 a 30/12/2016,

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de dezembro de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

### **portaria 3579**

PORTARIA N.º 3579/2016

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, o servidor publico municipal, Cleber Udo Leier, ocupante do cargo de professor 10 horas, lotado na secretaria de Saúde, a contar de 14/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 14 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **portaria 3580**

PORTARIA N. º 3580/2016

"Admite Servidor que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº39, de 28/12/2009.

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a prorrogação da contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Senhora, Eroni A. Pereira dos Santos, para ocupar o Cargo de Serviços Gerais II, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, por 40(quarenta) horas semanais, com efeitos a contar desta data, até 30/12/2016.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 19 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **portaria 3581**

PORTARIA N. º 3581/2016

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, para as Servidoras Públicas Municipais, Jossemara Zanella Camuzzato, Lorena Recalcati e Ana Ap Weizmann, ocupantes do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 15(quinze) dias de Licença Premio, no período de 16/12/2016 a 30/12/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 19 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3582**

PORTARIA N.º 3582/2016

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado médico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Anadir Rampinelli	Tec em enfermagem	09/12/2016	01
Bruna C B de Andrade	Odontologa	12/12/2016	01
Evelize Zanella	Professora	01/12/2016	01
Elaine Mafioletti	Professora	05/12/2016	01
Elizanegele de L Leite	Enfermeira	25/11/2016	01
Elizanegele de L Leite	Enfermeira	28/11/2016	01
]Fermimo J de Oliveira	Motorista I	28/11/2016	05
Larini Grahl	Recepcionista	29/11/2016	01
Lucila C Serighelli	Aux. Administrativo	30/11/2016	01
Marylucy B Setti	Professora	29/11/2016	01
Nadir Z Telegen	Professora	23/11/2016	03
Rafael Balbissan	Medico	13/12/2016	01
Rafael Balbissan	Medico	14/12/2016	01
Rafael Balbissan	Medico	22/11/2016	02
Rafael Balbissan	Medico	17/11/2016	01

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 19 de novembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3583**

PORTARIA N.º 3583/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Liliane Cordeiro, ocupante do cargo efetivo de enfermeira, a contar de 09/12/2016, conforme atestado médico em anexo, até realização de perícia.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 19 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3584**

PORTARIA N.º 3584/2016

"Conceder Retorno da Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Retorno da Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Liliane Cordeiro, ocupante do cargo de enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 28/12/2016, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 28 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 110/2016

DECRETO Nº 110 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei nº 1078 de 22 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	
3.1.90.00.00.00.00.0080 (01) – Aplicações Diretas .....	R\$ 80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0080 (03) – Aplicações Diretas .....	R\$ 20.000,00
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.1.90.00.00.00.00.0080 (15) – Aplicações Diretas .....	R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0080 (18) – Aplicações Diretas .....	R\$ 50.000,00
2.047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.1.90.00.00.00.00.0080 (24) – Aplicações Diretas .....	R\$ 12.000,00
04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	
2.010 – ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	
3.1.90.00.00.00.00.0080 (29) – Aplicações Diretas .....	R\$ 20.000,00
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
2.034 – MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES	
3.1.90.00.00.00.00.0080 (99) - Aplicações Diretas .....	R\$ 100.000,00
TOTAL .....	R\$ 382.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
2.003 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA	
3.3.90.00.00.00.00.0080 (04) – Aplicações Direta R\$ 12.793,27	
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS	
3.3.50.00.00.00.00.0080 (23) – Aplicações Diretas .....	R\$ 6.000,00
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA	
3.2.90.00.00.00.00.00.0104 (32) – Aplicações Direta R\$ 4.500,00	
1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA – ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Direta R\$ 205.003,60	
2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (60) – Aplicações Direta R\$ 1.000,00	

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (61) – Aplicações Direta R\$ 505,62	
2.019 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 (68) – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00	
2.021 - BOLSA DE TRABALHO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (70) - Aplicações Diretas .....	R\$ 4.000,00
2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CULTURA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (75) - Aplicações Diretas .....	R\$ 7.044,00
05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES	
2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (78) - Aplicações Diretas .....	R\$ 9.760,48
2.023 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas .....	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (80) - Aplicações Diretas .....	R\$ 23.038,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
1.017 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas .....	R\$ 57.466,75
2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas .....	R\$ 5.108,10
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (97) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.027 – INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (118) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.912,46
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (120) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
14.01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	
2.025 – PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (121) - Aplicações Diretas .....	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (123) - Aplicações Diretas .....	R\$ 3.560,00
16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
1.019 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (129) - Aplicações Diretas .....	R\$ 10.000,00
2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (130) - Aplicações Diretas .....	R\$ 4.533,72
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (131) - Aplicações Diretas .....	R\$ 5.000,00
2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (133) - Aplicações Diretas .....	R\$ 1.774,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações Diretas .....	R\$ 5.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 382.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 96/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 96/2016

Contratante: Município de Maracajá

Contratada: Pavimentadora Jeremias LTDA

Objeto: Prestação de serviço, para a execução das obras de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial e sinalização da Rua Antonio Machado, bairro Vila Beatriz, no município de Maracajá – SC (trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e Programa de Transferência nº 2016006119, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 155.511,85 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e onze reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: no máximo 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato.

Data de Assinatura: 27/12/2016

### EXTRATO DO CONTRATO 96/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 96/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA.

Objeto: execução das obras de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial e sinalização da rua Antonio Machado, Bairro Vila Beatriz, no Município de Maracajá – SC (trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e Programa de Transferência nº 2016006119, do Governo de Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 155.511,85 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e onze reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: 27/12/2016 a 26/03/2017

Maracajá, 27 de dezembro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Reginaldo Jeremias

Contratado.

### LEI 1078/2016

LEI Nº 1078 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (01) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (03) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (15) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (18) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00  
2.047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (24) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.000,00  
04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO  
2.010 – ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (29) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00  
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS  
2.034 – MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (99) - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 100.000,00  
  
TOTAL .....  
..... R\$ 382.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO  
2.003 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (04) – Aplicações Direta R\$ 12.793,27  
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS  
3.3.50.00.00.00.00.0080 (23) – Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 6.000,00  
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA  
3.2.90.00.00.00.00.00104 (32) – Aplicações Direta R\$ 4.500,00  
1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA – ENSINO FUNDAMENTAL  
4.4.90.00.00.00.00.00104 (37) – Aplicações Direta R\$ 205.003,60  
2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.1.90.00.00.00.00.00104 (60) – Aplicações Direta R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00104 (61) – Aplicações Direta R\$ 505,62  
2.019 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL  
3.3.50.00.00.00.00.00104 (68) – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00  
2.021 - BOLSA DE TRABALHO  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (70) - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 4.000,00

2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CULTURA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (75) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 7.044,00	
05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES	
2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (78) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 9.760,48	
2.023 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (80) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 23.038,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 2.000,00	
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
1.017 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 57.466,75	
2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 5.108,10	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (97) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 2.000,00	
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.027 - INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (118) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 2.912,46	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (120) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 2.000,00	
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	
2.025 - PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (121) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (123) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 3.560,00	
16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
1.019 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (129) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 10.000,00	
2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (130) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 4.533,72	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (131) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 5.000,00	
2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (133) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 1.774,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 5.000,00	
TOTAL .....	
..... R\$ 382.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

## LEI 1079/2016

LEI Nº 1079 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 19 DA LEI 985, DE 12 DE JUNHO DE 2014, "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 19 da Lei nº 985, de 12 de junho de 2014 que "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

" Art. 19 .....

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste Artigo o Servidor que atingir o Teto Salarial em razão das Normas Gerais de Enquadramento, concedendo-o o percentual de 2%(dois por cento) ano a ano sobre a Remuneração do Cargo a título de Progressão Funcional por Tempo de Serviço e Desempenho até a sua vigência que será automaticamente extinto."(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 985, de 12 de junho de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração



**LEI 1080/2016**

LEI Nº 1080 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/S COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências Julho/2016 à Dezembro/2016 e 13º Salário, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21//2013 e nº 307/2013.

Parágrafo único - É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros (SIMPLES) de (1,00)% (um por cento ao mês e multa de (2,00)% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE), acrescido de juros (SIMPLES (1.00)% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (SIMPLES) de (1.00)% (um por cento) ao mês e multa de 2.00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 28 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 896/2016

DECRETO Nº 896, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 27 de dezembro de 2016 a 26 de janeiro de 2017, FRANKLIN ZALDIR HUBNER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 041.216.419-14, para ocupar o cargo de Médico Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria

Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra.

Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAVILHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 78.485.224/0001-28, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 817, Centro, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. Sérgio Bourscheid, portador de CPF sob o nº 423.714.309-00, no uso de sua competência legal, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, com fundamento na Dispensa Licitatória nº 5/2016, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providências, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

1.2.1 – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O prazo de vigência do presente contrato compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado caso seja do interesse das partes e de acordo com as possibilidades elencadas no art. 57, II da Lei Federal nº 8666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 4.984,32 (quatro mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 415,36 (quatrocentos e quinze reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 350,47 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos) pelo item 1.1 e R\$ 64,89 (sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 100,00 (cem reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,00 (um real) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais



de 5 horas.

3.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

3.5.1 – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do orçamento aprovado para 2017 (Lei Municipal nº 3.990/2016), na seguinte atividade consignada no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício 2017: 01.01.01.031.0001.2.001- Discussão e Votação das Leis: Fiscalização dos Atos da Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

##### 5.1 – DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1.1 – O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 05 (cinco) computadores conectados em rede.

5.1.2 – É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema esta protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 – É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 – Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 6.1 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

I - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

II - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de

segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

III - dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

##### 6.2 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

8.1.1 – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficara arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;

b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;

c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;

d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;

e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas

originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

9.1.1 – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

9.1.2 – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Maravilha/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Maravilha/SC, 21 de dezembro de 2016.

Sérgio Bourscheid Presidente da Câmara de Vereadores CONTRATANTE	José da Silva Info Digitalle Sol. Tecn. Ges. Doc. Ltda CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Jean Carlos Ribeiro  
CPF: 073.623.839-59

Nome: Marizete Savaris Utzig  
CPF: 899.044.869-72

Visto Assessoria jurídica

Aline Margarete Petry  
OAB/SC 38.319

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 4/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE MARAVILHA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAVILHA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.485.224/0001-28, neste ato representada por seu Presidente Sr. Sérgio Bourscheid, inscrito no CPF nº 423.714.309-00 e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, Advogado, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato Administrativo de nº 4/2014 para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira – DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO

Fica acrescido ainda, nos termos do art. 65, I, "a", da Lei 8.666/93, o sistema de Recursos Humanos, com 01 usuário, no valor mensal de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), conforme funcionalidades descritas no anexo I. Considerando a integração com os sistemas de Folha de Pagamento e Portal da Transparência, e a necessidade de simplificar e facilitar o registro e o controle das ações envolvidas no gerenciamento do setor de recursos humanos, promovendo uma melhoria na performance do Governo).

§ 1º. Pela implantação e treinamento será pago o valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

§ 2º. O valor do sistema será corrigido automaticamente a cada 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da proposta (15/12/2016), com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

#### Cláusula Segunda- DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.39.00.00.00 da seguinte atividade consignada no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício 2017: 01.01.01.031.0001.2.001 Discussão e Votação de Leis; Fiscalização dos Atos da Administração.

#### Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Maravilha/SC, 26 de dezembro de 2016.

Sérgio Bourscheid – Presidente  
Câmara Municipal de Vereadores  
CONTRATANTE

Ernesto Muniz de Souza Junior  
BETHA SISTEMAS LTDA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Marizete Savaris Utzig  
CPF nº 899.044.869-72

Nome: Jean Carlos Ribeiro  
CPF nº 073.623.839-59

Visto Assessoria jurídica

Aline Margarete Petry  
OAB/SC 38.319

ANEXO I

1. RECURSOS HUMANOS:

- 1.1. O Recursos Humanos deverá possuir integração com o sistema de folha de pagamento, utilizando os mesmos cadastros.
- 1.2. Permitir informar as avaliações dos servidores com configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).
- 1.3. Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.
- 1.4. Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.
- 1.5. Possuir cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.
- 1.6. Possuir cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).
- 1.7. Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.
- 1.8. Permitir controle dos atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.
- 1.9. Permitir geração automática de afastamentos no deferimento do laudo médico.
- 1.10. Permitir agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados
- 1.11. Permitir controle da emissão de autorizações de diárias.
- 1.12. Permitir lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.
- 1.13. Permitir configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.
- 1.14. Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.
- 1.15. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
- 1.16. Permitir inserção de novos campos para classificação institucional.
- 1.17. Permitir planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.
- 1.18. Permitir realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.
- 1.19. Efetuar avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.
- 1.20. Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.
- 1.21. Permitir controle da bolsa de estudo em cada fase, informando

a aprovação ou não do bolsista.

- 1.22. Permitir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
- 1.23. Permitir lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.
- 1.24. Possibilitar cadastro de períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio
- 1.25. Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.
- 1.26. Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.
- 1.27. Permitir cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.
- 1.28. Permitir informar os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial (Professor).
- 1.29. Permitir parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.
- 1.30. Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários de acordo com o tipo de aposentadoria.
- 1.31. Permitir emissão da ficha cadastral com foto do servidor.
- 1.32. Permitir controle da escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.
- 1.33. Permitir registro de elogios, advertências e punições.
- 1.34. Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.
- 1.35. Permitir controle das funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.
- 1.36. Possuir relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações:
  - a) Ficha cadastral.
  - b) Acidentes de trabalho.
  - c) Adicionais.
  - d) Afastamentos.
  - e) Aposentadorias e pensões.
  - f) Atestados.
  - g) Atos.
  - h) Avaliações.
  - i) Beneficiários de pensão do servidor.
  - j) Dependentes.
  - k) Diárias.
  - l) Empréstimos.
  - m) Faltas.
  - n) Substituições a outros servidores.
  - o) Contratos de vínculos temporários com a entidade.
  - p) Funções.
  - q) Alterações de cargos.
  - r) Alterações salariais.
  - s) Licenças-prêmio.
  - t) Locais de trabalho.
  - u) Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão).
  - v) Períodos aquisitivos.
  - w) Transferências.
  - x) Utilização de vales-mercado.
  - y) Utilização de vales-transportes.
  - z) Averbações.
  - aa) Cursos.
  - bb) Compensação de horas.
- 1.37. Possuir controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.
- 1.38. Possibilitar configuração automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelo banco.

- 1.39. Controlar transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.
- 1.40. Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.
- 1.41. Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.
- 1.42. Permitir importação dos candidatos aprovados em concurso público desta Prefeitura.

# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº: 075/2016**

MINUTA

Contrato nº: 075/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: LAUDI TIEPO ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos Recreativos para a Creche Municipal Portinha do Futuro.

Valor Total: R\$ 6.700,00 (reais).

Prazo: Até 31 de dezembro de 2016.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 27 de Dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL



# Meleiro

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 052-2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 052/2016

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE MELEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro/SC, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### Capítulo I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política Municipal Do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Art. 2º A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Município, condições ao desenvolvimento sócio econômico, ao desenvolvimento sustentável, à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I – O Meio Ambiente, o conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos da natureza, interagindo entre si e com a organização sócio econômico, sendo um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de todas as formas de vida.

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de

atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera.

Art. 4º A política municipal do meio ambiente visa aos seguintes objetivos:

I - a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - a definição de áreas prioritárias de ação governamental orientadas à qualidade do meio ambiente e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União;

III - o estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, no âmbito das competências municipais;

IV - a busca de informações e desenvolvimento de pesquisas, orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - a conservação e restauração dos recursos ambientais, com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - a imposição, ao infrator ambiental, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, aos usuários de recursos ambientais, a compensação, econômica ou não, pela utilização destes recursos com fins econômicos.

Art. 5º O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no Município, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à instalação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo Único - Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas

e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art. 6º Compete à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Meleiro - FUNDAM, com o auxílio do Executivo municipal, a aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado.

## Capítulo II DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º São instrumentos da política municipal do meio ambiente:

- I - o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA;
- II - o Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- III - a Fundação Municipal de Meio Ambiente;
- IV - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- V - a fiscalização, o controle e o monitoramento de qualidade ambiental;
- VI - a aplicação de notificações, multas, embargos e interdições, de acordo com os diversos níveis e formas de agressão ambiental;
- VII - a concessão de licenças, autorizações e fixação de limites para uso e alteração de recursos naturais;
- VIII - a educação ambiental;
- IX - a criação, implantação e gestão de unidades de conservação;
- X - a criação e implantação de projetos e programas que visem à melhoria da qualidade ambiental;
- XI - Convênios;
- XII - Auditoria e Certificação Ambiental;
- XIII - Licenciamento Ambiental;
- XIV - Avaliação de Impactos Ambientais.

## Capítulo III DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 8º Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Meleiro - CONDEMA, que em processo de deliberação colegiada, responderá pela orientação e coordenação superior da Política de Meio Ambiente, segundo as diretrizes estabelecidas no Plano de Governo.

Art. 9º Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente de Meleiro compete:

- I - assessorar o Poder Executivo Municipal na formulação da Política de Meio Ambiente
- II - estabelecer normas para o controle das atividades relacionadas com o meio ambiente nas entidades vinculadas ou supervisionadas pelo Poder Executivo Municipal;
- III - baixar normas e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente;
- IV - acompanhar, examinar, avaliar e opinar sobre o desempenho das atividades de impacto ambiental no município;
- V - sugerir modificações ou adição de diretrizes que visem a harmonização da política de desenvolvimento tecnológico com o meio ambiente;
- VI - propor a criação, modificação ou alteração de normas jurídicas, objetivando respaldar as ações de governo na promoção da melhoria da qualidade ambiental, observando as limitações constitucionais e legais;
- VII - sugerir medidas técnicas e administrativas, direcionando-as à racionalização e ao aperfeiçoamento da execução das tarefas governamentais nos setores de meio ambiente;
- VIII - propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades na área de meio ambiente;
- IX - propagar e divulgar medidas que resultem na celeridade e

racionalização dos fluxos de informações sobre o meio ambiente quer sejam do nível municipal, estadual ou federal;

X - aprovar e expedir resoluções;

XI - julgar os processos administrativos que lhe foram submetidos, nos limites de sua competência;

XII - deliberar sobre outras matérias que se coadunem com os objetivos enunciados na legislação vigente.

Art. 10 O Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão normativo, deliberativo e de assessoramento do Município de Meleiro, compor-se-á por 07 (Sete) membros titulares do Poder Público e 05 (Cinco) membros titulares da sociedade civil organizada, designados por Decreto Municipal, assim especificado:

- I - Um representante da Fundação Municipal de Meio Ambiente;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- V - Um representante da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A;
- VI - Um representante da Polícia Militar;
- VII - Um representante do Poder Legislativo;
- VIII - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meleiro;
- IX - Um representante do Sindicato Rural de Meleiro;
- X - Um representante da COOIMEL – Cooperativa de Irrigação de Meleiro;
- XI - Um representante do CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas;
- XII - Um representante de Cooperativas;

§ 1º A Presidência do Conselho de Meio Ambiente de Meleiro será exercida por qualquer de seus membros, indicado por seus pares em escrutínio secreto e submetido à nomeação pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Os órgãos públicos e entidades da sociedade civil indicarão os membros titulares e suplentes para serem submetidos à nomeação do Prefeito Municipal.

§ 3º Os membros titulares e suplentes deverão ser, necessariamente, do mesmo órgão público e entidade da sociedade civil organizada.

§ 4º Os membros suplentes substituirão os membros titulares em caso de ausência justificada;

## Capítulo IV DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 11 Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente com o objetivo de financiar o desenvolvimento de programas e projetos que visem:

I - a promover a conservação do meio ambiente;

II - ao uso racional e sustentável de recursos naturais;

III - à manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;

IV - à promoção de Educação Ambiental em todos os seus níveis;

V - a reparação de danos causados ao meio ambiente no âmbito do Município de Meleiro.

Art. 12 O Fundo Municipal do Meio Ambiente será fiscalizado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e administrado por um Conselho Gestor composto:

I - pelo Diretor Superintendente da Fundação do Meio Ambiente de Meleiro, que assumirá a função de presidente do Conselho Gestor;



II - pelo Contador do Município, que ficará responsável pela gestão contábil do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Art. 13 Poderão receber recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente a Fundação Municipal de meio ambiente e entidades não governamentais, sem fins lucrativos, em funcionamento por, no mínimo, um ano.

Art. 14 Constituem recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

- I - dotação da União, do Estado e do Município;
- II - doações e contribuições;
- III - rendimentos;
- IV - 10% (dez por cento) do valor das multas arrecadadas pelo órgão ambiental municipal;
- V - rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta, promovidos pelo Ministério Público;
- VI - outros legalmente constituídos.

#### Capítulo V DO ESTABELECIMENTO E MONITORAMENTO DE PARÂMETROS E PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 15 A Fundação Municipal de meio ambiente estabelecerá, respeitada sua competência, normas, critérios e padrões destinados ao controle, à manutenção e à recuperação do meio ambiente, válidos para todo o Município, bem como a definição das atividades potencialmente causadoras de poluição ou degradação ambiental.

Art. 16 Para garantir o disposto no artigo anterior, a Fundação Municipal de meio ambiente poderá exigir de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de poluição ou degradação ambiental:

- I - a instalação e manutenção de equipamentos ou a utilização de métodos para o tratamento e redução de efluentes poluidores;
- II - a alteração dos processos de produção ou dos insumos e matérias primas utilizados;
- III - a instalação, manutenção e utilização de equipamentos e métodos para o monitoramento de efluentes;
- IV - fixação de prazos para adequação às exigências de qualidade ambiental.

Art. 17 Em caso de situações críticas de poluição ou degradação do meio ambiente, a Fundação Municipal de Meio Ambiente poderá adotar medidas de emergência, na forma de:

- I - redução temporária de atividades causadoras de poluição ou degradação do meio ambiente;
- II - suspensão temporária do funcionamento de atividades causadoras de poluição ou degradação do meio ambiente;
- III - relocação espacial de atividades, visando a sua adequação, de acordo com o Plano Diretor do Município.

§ 1º Para a adoção das medidas de emergência, deverá a Fundação Municipal de Meio Ambiente basear-se em demonstração técnica, que indique a transgressão dos padrões estabelecidos para o parâmetro analisado.

§ 2º A redução ou suspensão temporária das atividades durarão o tempo necessário para que retorne à normalidade do parâmetro analisado.

Art. 18 Para compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do meio ambiente, poderão ser criadas Áreas não Edificáveis e não Aterráveis, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SISNUC) e respeitados o que dispõe a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor.

#### Capítulo VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 19 A Fundação Municipal de Meio Ambiente, para fins de controle da poluição ambiental e conservação dos recursos naturais, através de sua fiscalização, terá livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o meio ambiente.

Art. 20 Os agentes fiscalizadores poderão:

- I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;
- II - efetuar medições e coletar amostras;
- III - elaborar relatório técnico de inspeção;
- IV - requisitar força policial, quando obstados;
- V - lavrar termo de interdição ou de embargo na execução da penalidade.

#### Capítulo VII DAS INFRAÇÕES E RESPECTIVAS SANÇÕES

Art. 21 As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, pela Fundação Municipal de Meio Ambiente, as quais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 22 São sanções administrativas:

- I - notificação preliminar;
- II - pena de multa;
- III - suspensão parcial ou total de atividades;
- IV - interdição temporária de estabelecimento, empreendimento ou atividade;
- V - interdição permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade.

§ 1º Por proposição do infrator a pena de multa poderá ser substituída por prestação voluntária e gratuita de serviços à comunidade ou à entidade ambiental, bem como a atribuição ao infrator de tarefas voluntárias e gratuitas junto ao órgão ambiental municipal, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente, e, no caso de coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

§ 2º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais, relativas à proteção ambiental.

§ 3º A interdição será aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

#### SEÇÃO ÚNICA DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR E DA APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA

Art. 23 Verificando-se condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, o agente fiscal deverá, inicialmente, expedir contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, regularize a situação.

Art. 24 A notificação preliminar, bem como a aplicação de multa, será feita em formulário próprio, no qual ficará cópia com o "ciente" do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

Parágrafo Único - Recusando-se o notificado a dar "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar ou na multa pela autoridade que a lavrar, com o testemunho de duas pessoas.

Art. 25 No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva a meio ambiente, não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

Art. 26 Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante o órgão ambiental municipal, lavrar-se-á multa.

Art. 27 Para a aplicação da pena de multa, expedida pela Fundação Municipal de Meio Ambiente, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - leves - as eventuais ou as que não venham a causar risco ou dano à saúde, à flora, à fauna, nem provoquem alterações sensíveis ao meio ambiente;

II - graves - as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;

III - gravíssimas - as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art. 28 O valor das multas será aplicado em Real e de acordo com a gravidade da infração, sendo:

I - leves - Multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II - graves - Multa de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

III - gravíssima - Multa de R\$ 60.001,00 (sessenta mil e um reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º Ao fixar a pena de multa, a autoridade administrativa levará em consideração os antecedentes do infrator e, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.  
§ 2º Poderão ser estipuladas multas com valores diários, enquanto persistirem os problemas.

Art. 29 São circunstâncias atenuantes:

I - ser primário;

II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;

III - ter bons antecedentes em matéria ambiental.

Art. 30 São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente em matéria ambiental;

II - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

III - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

IV - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente.

Art. 31 O valor da multa será reduzido em 50% (cinquenta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Art. 32 Os valores constantes dos autos de infração poderão ser parcelados, seguindo-se o que dispõe o Código Tributário Municipal.

Art. 33 No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 34 O infrator terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa, que deverá ser necessariamente por escrito, junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente, contra a ação dos agentes fiscais, contados da notificação do infrator, facultada a juntada de documentos.

§ 1º A Fundação Municipal de Meio Ambiente proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Caberá, se for o caso, recurso ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o qual terá prazo de 30 (trinta) dias para proferir decisão final.

## Capítulo VIII

### DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 35 A localização, construção, instalação, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ou poluição ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, sem prejuízos de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental serão regulamentadas por decreto, respeitadas as competências do Estado e da União, sendo licenciados sempre em um único nível de competência.

§ 2º Cabe à Fundação Municipal de Meio Ambiente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e as informações necessárias ao licenciamento, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§ 3º "A área de atuação da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Meleiro - FUNDAM será em todo território municipal na gestão de impactos locais, nos termos da Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011 e Resolução do CONSEMA nº 14/2012 e do CONAMA nº 237/97 e suas posteriores modificações".

§ 4º "O processo de licenciamento obedecerá aos critérios estabelecidos nas IN - Instruções Normativas da FATMA - Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina".

Art. 36 O licenciamento de empreendimentos e atividades consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição ambiental dependerá de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), ao qual se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com sua regulamentação específica

Art. 37 A Fundação Municipal de Meio Ambiente, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Prévia (LAP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação;

II - Licença Ambiental de Instalação (LAI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante;

III - Licença Ambiental de Operação (LAO) - autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

§ 1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§ 2º Os procedimentos para obtenção de licenciamento ambiental

dar-se-ão através de pedido por escrito.

§ 3º A Fundação Municipal de Meio Ambiente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento, não podendo ser superior a 04 (quatro) anos.

§ 4º Poderão ser aprovados procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de impacto ambiental, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 38 Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando a cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais realizadas pela Fundação Municipal de Meio Ambiente, bem como a manutenção da estrutura física do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim.

Parágrafo Único - À critério do Conselho Municipal do Meio Ambiente poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança, tais como compensações, para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ou poluição ambiental.

Art. 39 Todos os atos deverão ser publicados nos diário oficial dos municípios, respeitando a ordem cronológica, como as letras iniciais das partes, o objeto do referido ato, número do processo administrativo, dando ampla publicidade.

Art. 40 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 41 Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 28 de dezembro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR 053-2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2016

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro-SC, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, órgão consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Meleiro, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental, na área do Município de Meleiro.

Parágrafo Único - O CONDEMA, ficará subordinado diretamente ao Prefeito e terá grau de hierarquia igual ao de Secretaria.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei, denomina-se poluição, qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar) causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente:

I - Seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade;

II - Crie condições inadequadas para fins domésticos, agropecuários, comerciais, industriais e públicos.

III - Ocasione danos a flora.

Art. 3º É expressamente proibido o lançamento de resíduos em

qualquer estado de matéria ou forma de energia, proveniente de atividades humanas em corpos de água, a atmosfera ou no solo e que venham implicar em qualquer forma na poluição ou contaminação do meio ambiente, de acordo com o artigo 2º.

Art. 4º O Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão normativo, deliberativo e de assessoramento do Município de Meleiro, compor-se-á por 07 (Sete) membros titulares do Poder Público e 05 (Cinco) membros titulares da sociedade civil organizada.

Art. 5º Os membros do CONDEMA, terão mandato de 2 (dois) anos podendo ser reconduzidos. Seu exercício será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º O CONDEMA, manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos, relativos à defesa do Meio-Ambiente.

Art. 7º O CONDEMA, cientificado de passível sem poluição, diligenciará no sentido de sua apuração.

Art. 8º Constatada a poluição, o Conselho expedirá notificação ao responsável detalhando a ocorrência e advertindo-o das possíveis consequências em face da Legislação Federal e Estadual, sugerindo ao Prefeito a providências de julgar necessárias a debelação ou redução do mal.

Art. 9º O município poderá estabelecer condições para o funcionamento das empresas, inclusive quanto a preservação ou correção da poluição industrial e de contaminação do meio ambiente respeitados os critérios, normas e padrões fixados pelo Governo Federal.

Parágrafo Único - Os critérios, normas e padrões que se refere esse artigo, serão fixados pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Art. 10 A Prefeitura Municipal de Meleiro, através do CONDEMA, promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à preservação do meio ambiente.

Art. 11 Constarão, obrigatoriamente dos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura, noções e conhecimentos relativos à preservação do meio ambiente.

Art. 12 A presente lei será regulamentada pela Prefeitura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.9

Art. 13 Até o prazo máximo de 30 (trinta) dias, após sua instalação, o CONDEMA elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto.

Art. 14 As despesas com a execução desta Lei, correrão pelas verbas próprias do orçamento em vigor.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se às disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR 054-2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2016.

**"INSTITUI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MELEIRO – FAMEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro-SC, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMEL, entidade pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com sede e foro no Município de Meleiro/SC.

Art. 2º O prazo de duração da Fundação do Meio Ambiente é indeterminado.

Art. 3º A Fundação Municipal do Meio Ambiente terá por objetivo a execução da política ambiental do Município de Meleiro, que será criada por lei ordinária própria e reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º São finalidades básicas da Fundação:

I - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da fundação e a efetiva consecução de seus objetivos e metas;

II - implantar, fiscalizar e administrar as unidades de conservação e áreas protegidas do Município, em consonância com o que dispõe as Leis Ordinárias Federais 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.985/00 (SISNUC) e posteriores modificações, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, e outros bens de interesse ambiental;

III - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação das áreas de vegetação declaradas de preservação permanente e incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

IV - controlar os padrões de qualidade ambiental relativo à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento da balneabilidade das águas interiores;

V - propor normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critério para a colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

VI - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar reflorestamento, projetos paisagístico, serviços de jardinagem e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município e propor a implantação de bens públicos dessa natureza;

VII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e na disciplinação e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no município;

VIII - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem no Município;

IX - estimular a implantação e normalizar as atividades relacionadas ao Turismo Ecológico no Município.

X - contribuir na definição das políticas de limpeza urbana, em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo;

XI - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de

tecnologia nuclear e, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XII - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XIII - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XIV - executar projetos específicos de defesa, preservação, e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XV - apoiar com os recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XVI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades previstas em lei;

XVII - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos do meio ambiente;

XVIII - licenciar as atividades potencialmente poluidoras no âmbito do Município;

XIX - analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço públicos de estrutura básica com repercussão ambiental.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo Municipal, designará, através de decreto, a comissão constitutiva da fundação, de caráter provisório, que tratará de sua implantação e funcionamento.

§ 1º A Comissão Constitutiva de que trata o caput deste artigo será composta da seguinte forma:

- a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo;
- b) 02 (dois) representantes do Poder Legislativo;
- c) 02 (dois) representantes de entidades ligadas à agricultura;
- d) 03 (três) integrantes do CREA, sendo necessariamente um agrônomo;
- e) 01 (um) integrante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, de Meleiro.

§ 2º Os atos de sua constituição, estatuto e normas de funcionamento, serão submetidos à aprovação do Prefeito Municipal.

Art. 6º O Estatuto da Fundação Municipal do Meio ambiente será formulado e, após aprovado, será inscrito no Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei Civil.

Art. 7º Velará pela Fundação o Ministério Público, nos termos da Lei Civil e prerrogativas constitucionais.

Art. 8º Constituem recursos financeiros da Fundação Municipal do Meio Ambiente:

I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura e vinculados à Fundação;



II - auxílios e subvenções da União, do Estado ou de quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - os recursos financeiros resultantes:

- a) das rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
- b) das contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- c) dos produtos de operação de créditos;
- d) das ajudas financeiras de qualquer natureza;
- e) do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade da Fundação;
- f) de depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que reverterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;
- g) das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privada ou pública, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações e restituições;
- h) de quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
- i) do saldo do exercício financeiro encerrado;
- j) do produto da cobrança de entrada para visitação de parques, APA's, trilhas ecológicas e outras atividades;
- l) da renda dos bens patrimoniais.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros, os bens e direitos da Fundação serão administrados, exclusivamente, na execução de seus objetivos.

Art. 9º O Patrimônio da Fundação Municipal do Meio Ambiente é constituída:

- I - pelos bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiros;
- II - os bens móveis e imóveis, bem como os que forem sendo

constituídos, adquiridos ou transferidos em caráter definitivo;  
III - as doações, heranças ou legados de qualquer natureza.

Art. 10 Os bens imóveis afetos à Fundação pelo Município de Meleiro, só serão alienados com expressa e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, após aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 11 Na venda ou permutas de seus imóveis, doados à Fundação, sem cláusula de inalienabilidade, será sempre ouvida a Câmara Municipal.

Art. 12 Extinta a Fundação, todos os seus bens reverterão ao patrimônio público municipal.

Art. 13 A Fundação Municipal do Meio Ambiente será isenta de tributos municipais.

Art. 14 A estrutura organizacional básica da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será definida em Lei Complementar própria.

Art. 15 A Fundação remeterá à Câmara Municipal de Meleiro, até o final do mês de fevereiro de cada exercício, através do Gabinete do Prefeito, relatório circunstanciado de suas atividades do exercício anterior, retratando de forma clara a evolução do quadro do pessoal e a execução financeira orçamentária.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR 055-2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2016.

“ CRIA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONNEI ZANETTE, Prefeito de Meleiro, faz saber a todos, que a câmara de vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Fundação do Meio Ambiente de Meleiro terá a seguinte estrutura organizacional:

- I – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MELEIRO –COMDEMA.
- II- ORGÃOS DE DIREÇÃO.

- a) DIRETOR
- NÚMEROS DE CARGOS DENOMINAÇÃO NÍVEL SALARIAL MENSAL
- 01 Presidente DAS-1

III – ORGÃO DE EXECUÇÃO

Nº de vagas	Categoria funcional	Escolaridade	Carga Horária Semanal	Nível Salarial Mensal
01	Biólogo	Superior	20h	R\$ 2.561,73
01	Engenheiro sanitário Ambiental	Superior	20h	R\$ 2.561,73
01	Engenheiro Agrônomo	Superior	20h	R\$ 2.561,73
01	Fiscal do Meio Ambiente	Médio	40h	R\$ 1.911,58

Obs: É requisito obrigatório, portar carteira de habilitação, categoria “B”.

§ 1º Fica criado o cargo constante no inciso II que é de provimento em comissão, e os cargos inseridos no inciso III que são de provimento efetivo.

§2º As atribuições de função do cargo constante no inciso II e os cargos inseridos no inciso III estão transcritas no anexo I desta lei.

§ 3º Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará o Diretor, que tratará da implantação e funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de meleiro.

§ 4º Fica o Presidente do Meio Ambiente de Meleiro, autorizado a contratar os profissionais constantes nos cargos do artigo 1º, inciso III, da presente Lei, e deverá providenciar a realização de concurso público, para que se dê provimento efetivo dos mesmo no prazo de 02 (dois) dias.

§ 5º A Fundação do Meio Ambiente de Meleiro poderá contratar profissionais especializados em áreas diversas, para desenvolverem tarefas específicas e de relevância urgência, bem com por caso fortuito ou força maior.

§ 6º A Fundação do Meio Ambiente de Meleiro, não se obriga a realização de concurso público, de que trata o § 4º, desde que o Município disponha em seu quadro, os funcionários, constantes no Art. 1º, inciso III ORGÃO DE EXECUÇÃO, que possam ser cedidos pela municipalidade para o desenvolvimento das atividades, mediante termo ou convênio, respeitando a legalidade e atribuições do respectivo cargo.

Art. 2º Fica assegurada a revisão geral anual dos valores referidos no artigo anterior nas mesmas épocas e índices das revisões gerais dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os cargos de provimentos em comissão criados serão de dedicação exclusiva.

Art. 4º Todos os cargos instituídos pela presente Lei Complementar serão regidos pelo estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Meleiro.

Parágrafo único – Aos cargos de provimento em comissão são garantidos o direito ao recebimento de décimo terceiro salário com base na remuneração integral, gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal e o disposto no art. 39, § 3º da constituição federal, no que couber.

Art. 5º Durante o período de realização do concurso até o provimento dos cargos, fica o Diretor da Fundação do Meio Ambiente de Meleiro autorizado a contratar, mediante prévia licitação, através de processo seletivo, pelo prazo improrrogável previsto no § 4º do artigo 1º da presente Lei Complementar as funções que o município não dispuser no quadro atual de funcionários.

Art. 6º Fica autorizado a cessão temporária de servidores efetivos do município de Meleiro para exercício na fundação do Meio Ambiente de Meleiro, a critério do Chefe do Poder Executivo para cumprir as funções técnicas nos anexos desta Lei.

Art. 7º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados as demais disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

#### Anexo I

Das atribuições de função e recrutamento, prevista no art. 1º. Inciso II e III desta Lei:

#### I – ÓRGÃOS DE DIREÇÃO:

DIRETOR: recrutamento e carga horária: cargo de confiança, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de livre nomeação e exoneração pelo poder executivo.

Atribuições da função: representar a Fundação do Meio Ambiente de Meleiro ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as Leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmar acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades política e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos administrativos ao funcionamento bem como os demais previstos no estatuto. Poderá conduzir veículos da administração quando necessário, de forma excepcional.

#### II – ORGÃO DE EXECUÇÃO:

Biólogo: Desenvolvimento de atividades conforme as atribuições profissionais, como exemplos: emissão de pareceres técnicos sobre todas as atividades potencialmente poluidoras, ou as de degradação ambiental, análise e licenciamento das atividades passíveis de degradação ambiental, análise e elaboração projetos de controle ambiental, fiscalização do controle da poluição de todos as suas formas no município, monitoramento, fiscalização das áreas protegidas, bem com as demais funções previstas no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção. Exercer atividades que exigem o domínio de softwares específicos da área. Poderá conduzir veículos da administração quando necessário, de forma excepcional.

Engenheiro Sanitário Ambiental: Desenvolvimento de atividades conforme as atribuições profissionais, como exemplo: emissão de pareceres técnicos, elaboração e análise de projetos técnicos, licenciamento de atividades passíveis de degradação ambiental, propor medidas mitigadoras e compensatórias em processos de licenciamento ambiental, monitoramento das atividades degradadas, análise dos processos de gestão de resíduos, elaboração e análise de projetos de saneamento ambiental, bem como as demais atividades constantes no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção. Poderá conduzir veículos da administração quando necessário, de forma excepcional.



Engenheiro Agrônomo: Desenvolvimento de atividades conforme profissionais, como exemplo: emissão pareceres técnicos, análises de projetos, inventários florestais, licenciamento e monitoramento das atividades da flora, e dos recursos naturais, elaboração de projetos de arborização e de cultivo junto ao horto, bem como as demais atividades constantes no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção. Poderá conduzir veículos da administração quando necessário, de forma excepcional.

Fiscal de Meio Ambiente: Desenvolvimento das seguintes atividades: emissão de notificações e auto de infrações, fiscalização e monitoramento da produção de carvão vegetal, queimadas, disposição de embalagens de defensivos agrícolas, dos recursos hídricos, poluição atmosférica, extração de recursos naturais não renováveis, disposição de resíduos sólidos no solo, lançamento de efluentes, emissão de sons e ruídos, bem como, fiscalização das condicionantes das licenças o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental, bem como as demais atividades constantes no estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Meleiro. Poderá conduzir veículos da administração quando necessário, de forma excepcional.

## **LEI COMPLEMENTAR 056-2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 56/2016.

"DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, INSTITUI A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (TLAM), A TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL (TCFAM), A TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Meleiro opta pelo licenciamento ambiental das atividades definidas como de impacto local pela Resolução CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) 02/2006 e aquelas que a substituírem.

### **DAS TAXAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS**

Art. 2º Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.

Parágrafo Único - A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Fundação do Meio Ambiente de Meleiro pela autorização de corte de vegetação, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 3º O Contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º São isentas de pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais as entidades públicas Municipais, Estaduais, Federais, entidades filantrópicas, e o proprietário ou possuidor de pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que se enquadre ao disposto no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º Os serviços laboratoriais que se fizerem necessários no processo de licenciamento ambiental e/ou fiscalização serão contratados pela Fundação do Meio Ambiente de Meleiro e reembolsados pelo empreendedor/autuado/requerente.

Art. 4º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo único desta lei.

Art. 5º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade e recolhidos à Fundação do Meio Ambiente de Meleiro.

Parágrafo Único - Será utilizada como valores em reais para as taxa de prestação de Serviços Ambientais dispostos no Anexo único desta Lei, ou outro que vier a substituí-la.

### **DAS TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – TLAM**

Art. 6º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, que tem como fato gerador a prestação do serviço de licenciamento ambiental atribuído à Fundação do Meio Ambiente de Meleiro.

Art. 7º É sujeito passivo da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, todo aquele que deseje construir, instalar, ampliar, modificar e operar empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Parágrafo Único - As atividades sobre as quais incidirá a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM - são as relacionadas na Resolução CONSEMA 02/2006 ou que substituí-la; na Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) 237/1997 ou a que substituí-la, no que couber; e as que o COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) relacionar, através de ato normativo próprio.

Art. 8º A Taxa de que trata o art. 7º tem categorias de enquadramento e valores divididos e variáveis, de acordo com o Porte do Empreendimento e o Potencial Poluidor Degrador.

Parágrafo Único - O enquadramento e os valores de que tratam o caput deste artigo estão transcritos no Anexo único desta Lei Complementar.

Art. 9º O recolhimento da TLAM será efetuado em conta bancária da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Meleiro, por documento próprio de arrecadação, até o quinto dia depois de requerida a licença ambiental municipal.

Art. 10 São isentas de pagamento da TLAM as entidades públicas Municipais, Estaduais, Federais, entidades filantrópicas, e aqueles enquadrados como extrema pobreza, assim reconhecidos pelo COMDEMA.

#### DAS TAXAS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFAM

Art. 11 Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido à Fundação do Meio Ambiente de Meleiro para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 12 É sujeito passivo da TCFAM todo aquele que exerça as atividades constantes das Resoluções CONSEMA 01/2006 e 02/2006 e Resolução CONAMA 237/1997 e suas alterações e sucessões.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da TCFAM é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo ente fiscalizador para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.

Art. 13 A TCFAM é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados na Tabela do Anexo único desta Lei, bem como seus respectivos enquadramentos.

Parágrafo Único - Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização pagará a taxa relativamente a cada atividade desempenhada. Microempresas, Pequenas Empresas e Empresa Individual, ficarão sujeitas ao pagamento de 50% do referido valor e também ficarão isentas de pagamento de taxa de fiscalização no primeiro ano de atividade.

Art. 14 São isentas do pagamento da TCFAM as entidades públicas federais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura familiar.

Art. 15 A TCFAM será devida no primeiro dia útil de cada ano civil, nos valores fixados na Tabela do Anexo único desta Lei Complementar, e o recolhimento será efetuado em conta bancária da Fundação do Meio Ambiente do Município de Meleiro pela fiscalização, por documento próprio de arrecadação, conforme calendário fiscal do Município.

Art. 16 A TCFAM não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

I - juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento à razão de um por cento ao mês;

II - multa de mora de 2,0 (dois) por cento, se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;

III - encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

Parágrafo Único - Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos a vedação prevista no art. 150, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

##### TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

##### TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – TLAM

##### TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL – TCFAM

#### 1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III item B, definidos nas Tabelas nº 02 e 03.

## 2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análises das Licenças Ambientais de que tratam a Lei Estadual nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.250, de 05 de junho de 1981; o Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990; além do Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, em seu art. 5º, parágrafo único; as atividades são enquadradas em três classes I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor-degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA nº 01

Enquadramento das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental:

PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR DEGRADADOR GERAL		
	P	M	G
P	P,P	P,M	P,G
M	M,P	M,M	M,G
G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor-degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor-degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento, também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 14/2012, que define por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

2.3 - O potencial poluidor-degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

TABELA nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em reais (R\$):

LICENÇAS	CLASSE								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	178,37	315,00	550,40	961,14	1.441,71	1.681,29	2.402,87	2.940,56	5.144,37
LAI	443,72	783,61	1.369,21	2.391,01	3.586,51	4.182,47	5.977,53	7.315,12	12.797,47
LAO	887,46	1.567,24	2.738,45	4.782,07	7.173,10	8.365,03	11.955,18	14.630,40	25.595,20
TOTAL	1.509,55	2.665,85	4.658,06	8.134,22	12.201,32	14.228,79	20.335,58	24.886,08	43.537,04

TABELA nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em reais (R\$) para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais:

LICENÇAS	CLASSE					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	176,17	201,49	324,81	389,77	649,62	779,56
LAI	487,77	584,45	974,44	1.169,34	888,44	2.338,68
LAO	324,81	389,77	649,62	779,56	1.299,27	1.559,13
TOTAL	988,75	1.175,71	1.948,87	2.338,67	2.837,33	4.677,37

Legenda: LAP = Licença Ambiental Prévia LAI = Licença Ambiental de Instalação LAO = Licença Ambiental de Operação

2.4 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de no máximo 04 (quatro) anos, podendo por decisão do solicitante ou da Fundação do Meio Ambiente de Meleiro - FUNDAM, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pela Fundação de Meio Ambiente de Meleiro - FUNDAM.

2.5 - A cobrança da análise dos pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.6 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade e ao período de vigência da licença.

TABELA nº 04

Enquadramento e valores em reais (R\$) da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Municipal - TCFAM:

CLASSE	VALOR TCFAM (R\$)
P,P ou M,P	45,00
P,M	72,00
M,M ou G,P	90,00
P,G	180,00
M,G ou G,M	360,00
G,G	720,00

2.7 - A cobrança dos valores pelo Serviço de Autorização de Corte de Vegetação - AUC e Reposição Florestal, obedecerá a seguinte fórmula:

- Pr (R\$) 30,00 por unidade em zona urbana para espécies nativas, ou exóticas em Área de Preservação Permanente.
- Pr (R\$) = 100,00 + 0,03 x AM para zona urbana.
- Pr (R\$) = 80,00 para zona rural em que AU ≤ 3,00 ha.
- Pr (R\$) = 100,00 + 20,00 x AU para zona rural com AU de 3,00 até 50,00 ha.
- Pr (R\$) = 100,00 + 50,00 x AU para zona rural com AU acima de 50,00 ha.
- Pr (R\$) = 100,00 + 20,00 x AU para zona rural com AU de 3,00 até 50,00 ha.
- Pr (R\$) = 55,00 para árvores mortas ou caídas que acarretem risco em zona rural.
- Pr (R\$) = 100,00 para corte eventual de árvores em zona rural (15 m<sup>3</sup> ou 20 unidades).

2.8 - A cobrança dos valores pelo Serviço de Autorização de Corte de Vegetação - AUC, para florestas plantadas em áreas protegidas (APP, UC, etc.) com recomposição vegetal obedecerá a seguinte fórmula:

- Pr (R\$) = 100,00 para AU até 3,00 ha.
- Pr (R\$) = 100,00 + 20,00 x AU para AU até 3,00 até 10,00 ha.
- Pr (R\$) = 100,00 para AU acima de 10,00 há.

2.9 - Outros valores cobrados de acordo com a atividade:

- Certidões e declarações diversas: R\$ 55,00
- Autorização Ambiental (AuA): R\$ 55,00
- Autorização Ambiental para Suinocultura: R\$ 30,00

Legenda:

UC = Unidade de Conservação

AU = Área Útil

AM = Área em metros quadrados

AUC = Autorização de Corte de Vegetação

APP = Área de Preservação Permanente

Pr = Preço

AuA = Autorização Ambiental

## PORTARIA Nº618-2016

PORTARIA n.º 618/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, n.º 032/2010 e n.º 034/2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIA FERNANDA ANSELMO CIZESKI do cargo de Médica, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 28/12/2016.

Meleiro, 28 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 299/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 299/2016 de 28 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2060/2016, CONFORME ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal Complementar nº 2060/2012, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento/fracionamento do imóvel sendo, Parte da Chácara Rural n.º 109 A, com área de 3.740,80 m (três mil, setecentos e quarenta metros e oitenta centímetros quadrados), situada na Rua do Comercio, na cidade de Modelo SC, matrícula nº 5.767 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, originando os lotes urbanos nºs 50, 51 e 52, da Quadra 36, de propriedade de OLDI BERGER, de conformidade com memorial descritivo, mapas, RRT – Registro Responsabilidade Técnica Nº 5091988, Responsável técnico Juarez Batistello, aprovado conforme parecer técnico da Amerios nº 01056/2016 de 03/10/2016.

Art. 2º. O imóvel descrito no artigo 1º deste Decreto, está situado em via e logradouro público oficial, integralmente urbanizado, não gera novo núcleo populacional e possui a infraestrutura básica necessária, não precisando realizar qualquer melhoramento público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),  
aos 28 de dezembro de 2016  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ADILSON CESAR BRAUN  
DIRETOR ADMINISTRAÇÃO

### DECRETO Nº 300/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 300/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2060/2016, CONFORME ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal Complementar nº 2060/2012, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento/fracionamento do imóvel sendo, Parte da Chácara Rural n.º 110 A, com área de 8.968,85 m² (oito mil, novecentos e sessenta e oito metros e oitenta e

cinco centímetros quadrados), situada na Rua do Comercio, na cidade de Modelo SC, matrícula nº 5.765 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, originando os lotes urbanos nºs 54, 55, 56, 57 e 58, da Quadra 36, de propriedade de JOSE SPADA, de conformidade com memorial descritivo, mapas, RRT – Registro Responsabilidade Técnica Nº 5852972-3, Responsável técnico Gabriel Luis Sossmeier, aprovado conforme parecer técnico da Amerios nº 01057/2016 de 03/10/2016.

Art. 2º. O imóvel descrito no artigo 1º deste Decreto, está situado em via e logradouro público oficial, integralmente urbanizado, não gera novo núcleo populacional e possui a infraestrutura básica necessária, não precisando realizar qualquer melhoramento público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),  
aos 28 de dezembro de 2016  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ADILSON CESAR BRAUN  
DIRETOR ADMINISTRAÇÃO

### LEI COMPLEMENTAR Nº 2295/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 2295/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - NFS-e, NO MUNICÍPIO DE MODELO SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DA INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS ELETRÔNICA – NFS-e

Seção I - Da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais – NFS-e

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais - NFS-e, a ser emitida por todas as pessoas físicas ou jurídicas, prestadores de serviço, contribuintes do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), estabelecidas no Município de Modelo SC e demais prestadores, observadas as disposições legais e na forma que dispuser o regulamento.

§ 1º - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e o documento fiscal referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, digital, processado em rede de computadores e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Modelo SC, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse tributário, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente.



§ 2º - A emissão de Notas Fiscais, dependerá de autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, através do setor de tributação.

§ 3º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais – NFS-e, é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC, ou gozando de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

## Seção II

### Dos contribuintes Obrigados

Art. 2º - O Poder Executivo definirá através de regulamento próprio, a emissão da NF-e, definindo, em especial, os contribuintes sujeitos a sua utilização, por faixa de receita bruta ou estrutura operacional, e ou enquadramento fiscal.

§ 1º - Os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e, nos termos legais, ficam sujeitos aos dispositivos desta Lei e a sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável.

§ 1º - No prazo máximo de 6 (seis) meses da publicação e regulamentação desta Lei, fica vedado o controle físico de notas fiscais no âmbito do Município de Modelo SC, observadas as disposições do caput deste artigo e desta Lei.

## CAPÍTULO II

### DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

#### Seção I

##### Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante utilização de certificação digital, ou de login e senha de acesso, no padrão fornecido pelo Setor de Tributação Municipal/Fiscalização, disponibilizado no site do Município de Modelo SC, observadas as disposições desta Lei e em regulamento próprio.

Art. 4º - Para obter o acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (internet) no endereço eletrônico estabelecido em regulamento.

Art. 5º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa jurídica ou física cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo por seu detentor.

Art. 6º - Será cadastrada apenas uma senha para cada estabelecimento prestador, no caso de pessoa jurídica, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto ao Ministério da Fazenda, pessoa Física o CPF- Cadastro de Pessoa Física, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 7º - A senha de acesso poderá ser desbloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade fiscal junto ao Município de Modelo SC.

Art. 8º - O contribuinte detentor da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados que atuem em seu nome.

#### Seção II

##### Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 9º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Municipais Eletrônica – NFS-e, que conterá dados fiscais de interesse do Setor de Tributação/Fiscalização, será realizado mediante a utilização de senha de acesso

Art. 10 - A senha de acesso prevista no artigo anterior, será

outorgada pelo Executivo ao Setor de Tributação/ Fiscalização Municipal, que conterá as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária, no portal da NFS-e.

Art. 11 - Aos funcionários vinculados ao Departamento Municipal da Fazenda será permitido o acesso ao sistema da NFS-e, conforme perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

Art. 12 - É de competência da Unidade de Fiscalização de Tributos, da Secretaria da Fazenda do Município todos os atos relativos a operacionalização do sistema da NFS-e.

## CAPÍTULO III

### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e.

#### Seção I

##### Disposições gerais

Art. 13 - A NFS-e conterá as indicações abaixo descritas e campos de dados e codificações estabelecidos mediante Decreto, se necessário.

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante da Legislação Municipal, em especial da Lei Complementar nº e suas alterações;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Modelo SC, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Modelo", "Setor de Tributação Municipal" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".



§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, nos termos da regulamentação desta Lei.

Art. 14 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.modelo.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos, na forma do Decreto regulamentador.

Art. 16 - Todos os estabelecimentos prestadores são obrigados a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 - Não incidirá custo relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

## Seção II

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física

Art. 18 - As pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, poderão solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Setor de Tributação do Município de Modelo SC, observadas a obrigatoriedade e as disposições desta Lei.

§ 1º A emissão da NFS-e pelo contribuinte não inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal será condicionada ao pagamento do ISSQN.

§ 2º Enquanto não implementada definitivamente a NFS-e, também serão aplicadas à Nota Fiscal Avulsa emitida nas dependências da Setor de Tributação.

Art. 19 - A NFS-e, na forma dos artigos anteriores, será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária/Setor de Tributação/Fiscalização, destacado para este fim.

Parágrafo único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do recolhimento do tributo.

## Seção III

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20 - Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Art. 21 - A geração de NFS-e, constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Sobre a insuficiência ou não do recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação municipal.

## Sessão IV

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 22 - A NFS-e, poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.modelo.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do encerramento da competência, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o encerramento da competência, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal

regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço, noticiando a operação, o qual não será permitido se não houver o endereço eletrônico do tomador do serviço cadastrado.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 23 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, nos termos da lei.

## CAPÍTULO IV

### DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

#### Sessão I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 24 - Nos casos previstos nesta Lei, ao contribuinte, prestador de serviços, poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e, destinado a operacionalizar o uso da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, cabendo ao regulamento dispor sobre sua forma e utilização, os respectivos prazos conforme suas hipóteses de incidência.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter as indicações abaixo descritas e campos de dados e codificações estabelecidos mediante Decreto, se necessário:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail).

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - NFS-e, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 - O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento

prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 - O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos nesta Lei.

§ 1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar as suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término do prazo desta Lei.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 01 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria do Sistema Econômico disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Art. 27 - A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

## Sessão II

### Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 28 - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades no regulamentodesta Lei.

§ 4º - Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

5º - A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 29 - Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando está disponível no sistema informatizado Setor de Tributação do Município ("on-line").

## Seção IV

### Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 30 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

## Seção V

### Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços – RPS

Art. 31- A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 32 - É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único - Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 33. No corpo do RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

## CAPÍTULO V

### DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO "DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS – DDNC"

## Seção I

### Do Recolhimento do Imposto

Art. 34 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 35 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta Lei.

Art. 36 - A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista nesta Lei e em regulamento próprio.

Art. 37 - A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, sendo obrigatória a identificação:

I – do CNPJ do prestador;

II – do endereço do prestador e do tomador;

III – do CPF/CNPJ do tomador;

IV – do e-mail do tomador;

V – do valor dos serviços prestados;

VI – do enquadramento na lista de serviços; e

VII – do número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Parágrafo único. Outros dados poderão ser instituídos através de Decreto.

## Seção II

### Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 38 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de

dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

## CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

### Seção I Das multas

Art. 39 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

- I – 1,50 UFM's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
- II – 5 UFM's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III – 3 UFM's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 40 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I – 1,50 UFM's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II – 1,50 UFM's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados a Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC.

Parágrafo único - A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento) do imposto, se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sendo que, expirado este prazo, a multa devida será igual a 100% (cem por cento) do valor ao respectivo imposto.

Art. 41 - O uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres ou registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais, configura crime, nos termos da lei, sujeitando-se às sanções penais.

Art. 42 - Serão aplicadas multas, fixadas em Decreto do Poder Executivo Municipal e Fiscalização do Município, e demais penalidades aplicáveis conforme disposto no Código Tributário Municipal, nas infrações relativas à NFS-e, nas situações constantes nesta seção e nos demais casos, em especial nas constantes dos incisos abaixo:

- I - para cada NFS-e. Municipal não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
- II – para cada emissão indevida de NF-em tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis;
- III – para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada, conforme disposto em regulamento.
- IV - para cada RPS não emitida
- V - para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, nos prazos regulamentares;
- VI – para cada RPS não convertido em NF-em e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.
- VII - e demais apuradas pela fiscalização do Município,

Art. 43 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa estabelecida em Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 44 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa estabelecida em Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 45 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa estabelecida em Decreto do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VII

### DO USO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 46 - Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN.

Art. 47 - Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 48 - A solicitação deve ser formalizada mediante preenchimento de formulário disponível no Setor de Tributação/Fiscalização Municipal, no qual constará a Razão Social e endereço do prestador de serviço, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§ 1º - Os contribuintes que já estiverem emitindo Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada), anteriormente a edição desta lei deverão providenciar os procedimentos aqui definidos.

§ 2º A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, configurando ato irregular a emissão de dita nota fiscal após a comunicação do ato de revogação.

§ 3º O contribuinte que passar a utilizar NF-e conjugada sem autorização do Fisco Municipal estará sujeito às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

§ 4º O contribuinte ao solicitar autorização para emissão de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) autoriza a Federação Catarinense de Municípios a recepcionar os arquivos digitais das NF-e conjugadas e repassá-los ao Município, mediante integração de sistemas de informação, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO/FECAM - Federação Catarinense de Municípios, ou outros que o substituírem.

§ 5º A recepção de dados poderá ser realizada por empresa contratada como mera prestadora de serviços, em nome do Município de Criciúma, independente da referida autorização.

Art. 49 - Fica o contribuinte obrigado a informar qualquer alteração ou baixa das atividades, no prazo de 15 (quinze) dias da sua ocorrência.

Parágrafo Único - Independentemente do disposto no caput, o contribuinte informará ao Setor de Tributação/Fiscalização Municipal, mediante ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a ocorrência de:

- I - descredenciamento do contribuinte junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;
- II - alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade

da emissão da Nota Fiscal Eletrônica na forma Conjugada.

Art. 50 - O contribuinte deve disponibilizar à Administração Tributária Municipal, quando solicitado, o arquivo digital das NF-e conjugadas emitidas e o respectivo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

§ 1º Os arquivos digitais e respectivos DANFEs devem estar disponíveis para verificação do Fisco, pelo período previsto na legislação tributária vigente.

§ 2º O Município poderá aderir ao Convênio firmado entre o Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda e Federação Catarinense de Municípios a fim de integrar-se ao sistema de autorização e uso da NF-e, bem como transmitir e receber informações de NF-e conjugadas emitidas por seus contribuintes.

Art. 51 - As notas fiscais eletrônicas conjugadas, emitidas no sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, devem ser informadas através do sistema eletrônico de gestão do ISSQN - livro eletrônico - Lei Complementar nº 35, sob pena de sujeição às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

Art. 52 - As pessoas jurídicas que emitirem notas fiscais eletrônicas conjugadas ficam obrigadas a converter em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, nos mesmos moldes estabelecidos nesta Lei.

## CAPÍTULO VIII

### DA CARTA DE CORREÇÃO

#### Seção I Da Carta de Correção

Art. 53 - Fica instituído no âmbito da Legislação tributária Municipal, a "carta de Correção" de NFS-e, destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e, nos termos da regulamentação própria.

## CAPÍTULO IX

### Seção I- Dos tomadores de serviço

Art. 54 - Os tomadores de serviços responsáveis pela retenção do imposto descritos na Lei Complementar nº 1548/2003 DE 19.12.2003, cujo prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar declaração eletrônica na forma regulamentar.

Art. 55 . Fica alterado o § 1º e incluído o § 3º ao Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 1548/2003 19/12/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º . Os responsáveis a que se refere este artigo, estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, sendo o imposto devido no momento da prestação de serviços, com a consequente geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, independentemente do pagamento do preço ajustado.

§ 3º - O responsável tributário fica excluído da obrigação prevista no presente capítulo, na hipótese de comprovação de que o contribuinte está inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal como contribuinte do imposto sob a forma fixa, por estimativa ou por qualquer outro tratamento diferenciado, simplificado ou favorecido previsto na legislação tributária municipal."

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56 - A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos por Decreto.

Art. 57 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria do Sistema Econômico pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único - O processo administrativo referido neste artigo

somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 58 - No ato da homologação da solicitação de acesso para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir, de ofício, no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como a mudança de endereço e mudança de ramo de atividade.

Art. 59 - Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 60 - No prazo máximo de 06 (seis) meses da publicação da presente Lei, fica vedado o controle físico de notas fiscais de prestação de serviço, no âmbito do Município de Modelo SC, a ser estabelecido em regulamento do Poder Executivo.

Art. 61 - As NFSe, poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Modelo SC, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único - Após o prazo previsto no caput deste artigo, a consulta às NFS-e, emitidas, poderá ser realizada mediante solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 62 - Na forma que dispuser em regulamento, o município, mediante processo administrativo regular, poderá apreender e recolher documentos fiscais, ainda que autorizada à impressão, em qualquer local em que estejam, quando iniciado procedimento fiscal regular, garantido ao eventual infrator amplo direito de defesa, no prazos da Lei.

Art. 63 - O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar de uso da NFS-e, em todos os aspectos no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação, Observadas as disposições desta Lei e ainda, em especial, com referência a validade jurídica, assinatura digital do emitente, autorização de uso, cronograma para início de seu uso que poderá ser estipulado prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica, abrangência dos prestadores e situações de obrigatoriedade de emissão da NFS-e pelos contribuintes, do Código Tributário Municipal, da Lei Complementar Municipal nº 1548/2003 e demais necessárias ao cumprimento desta Lei e das pertinentes a matéria..

Parágrafo único. As especificidades dos procedimentos de rotina não previstos no regulamento da NFS-e, os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e, poderão ser dirimidos e regulados por meio de instrução normativa, expedida por atos do Fiscal de Tributos do Município, conjuntamente com o Diretor Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 64 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 65 - Ficam revogados as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1495/2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 16 de dezembro de 2016

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
ASSESSOR DEPARTAMENTO



**LEI MUNICIPAL Nº 2294/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2294/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE MODELO-SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E AMIGOS CASA FAMILIAR RURAL, de caráter familiar educacional, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.906.526/0001-38, com sede na Linha Salete, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), destinados a manutenção e desenvolvimento da entidade, observadas as disposições legais, conforme Plano de Trabalho e cronograma financeiro a ser apresentado pela entidade, com vigência a partir de 2017.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto Básico, devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água);

e) Alvarás de licença expedidos pelos órgãos competentes inclusive se for o caso junto aos órgãos ambientais;

f) Registro fotográfico da situação por ocasião, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimos.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos em até trinta dias do recebimento, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo prestatador da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de aplicação de penalidades conforme dispõe o convenio e a presente Lei, inclusive da devolução de recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na contribuição financeira de até 20 (Vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa, no atendimento da finalidade desta Lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal do exercício de 2016.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicada na data supra

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
ASSESSOR DEPARTAMENTO

**LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2288/2016 DE 12/12/2016**

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2288/2016 DE 12/12/2016  
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA "IMÓVEL LEGAL", COM REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO ITBI PARA TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2243/2015 de 07 DE DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,  
FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica prorrogada a vigência do Programa "imóvel legal", instituído pela Lei complementar municipal nº 2243/2015 de 07/12/2015, com a finalidade de incentivar a regularização imobiliária de imóveis, áreas de interesse social, sendo os imóveis do loteamento realizado pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC, localizados no Bairro Alvorada; os imóveis localizados Loteamento Muxfeldt; os imóveis localizados no Bairro Palmeiras Quadras 67 – 69 -71 no Loteamento Palmeiras I; dos Imóveis localizados no loteamento Palmeiras II e dos imóveis localizados no loteamento Jardim no Bairro Primavera, objetivando a outorga de escritura pública e registro, com a alíquota sobre o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e Direitos – ITBI de 0,15% do valor venal do imóvel, para até 31.12.2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 12 de dezembro de 2016

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal de Modelo

Registrada e Publicada na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
ASSESSOR DEPARTAMENTO

**LEI MUNICIPAL Nº 2286/2016 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2286/2016 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal extraída do plano

Plurianual vigente;

II – a estrutura e organização dos orçamentos fiscal e de seguridade;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre operação de crédito e dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos sociais e políticas de recursos humanos;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

Parágrafo Único – Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, elaborados de acordo com a Portaria 637 de 18/10/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, determinados pela Lei Complementar Federal 101/00.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA 2017**

Art. 2º As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 são as constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual vigente, e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto e na lei orçamentária.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária de 2017 e durante a sua execução, o Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 4º Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes nos Anexos desta Lei ou nas alterações posteriores.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadas, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;



VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e demais disposições vigentes.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - Para efeito do disposto no artigo 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento ou em cada objetivo, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei Federal Nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, §3º, da LRF).

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos como Unidades Orçamentárias e/ou Fundos próprios, como da Saúde e Assistência Social, sendo estruturado de conformidade com a Estrutura Organizacional do Município e suas alterações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa ser registrada na modalidade total no sistema integrado da administração municipal.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG Nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta STN/SOF Nº 02/2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e origem - recursos de todas as fontes;

II - demonstrativo da evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

III - resumo das receitas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa;

V - demonstrativo da receita e despesa orçamentárias fiscal e de seguridade social, conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo 1, Adendo II, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - demonstrativo de receita e despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo 2,

Adendo III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII - demonstrativo da natureza das despesas orçamentárias, fiscal e de seguridade social, segundo Poder e órgão, conforme modelo Anexo 2, Adendo

III, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VIII - programa de trabalho, conforme Anexo 6, Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85;

IX - programa de trabalho de Governo - demonstrativo de despesa por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme Anexo 7, Adendo VI, da Lei Federal Nº

4.320, de 1964, e suas alterações;

X - demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, conforme o vínculo com os recursos, Anexo 8, Adendo VII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme Anexo 9, Adendo VIII, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

XII - demonstrativo de memória de cálculo da Receita Corrente Líquida; e

XIII - demonstrativo das fontes de recurso da Administração Direta e Indireta por entidade.

§ 1º - Os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município através de unidades orçamentárias dentro das respectivas Secretárias e/ou individualizados como Fundos próprios/Unidades Gestoras.

§ 2º - O Anexo VIII- Programa de Trabalho fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e atualizações, e Portaria Conjunta STN/SOF 02/2012 e alterações, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividades ou operações especiais, definindo por esta Lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos mesmo que gerenciais, identificadas na despesa do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias.

§ 4º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária atenderá o disposto no inciso I, do artigo 22, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§ 5º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços correntes da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 6º - O Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores o projeto de lei orçamentária e dos créditos adicionais, quando for o caso, com sua despesa discriminada por categoria econômica, por grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, no mínimo.

§ 7º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (Art. 5º, Inciso II, da LRF)

Art. 8º - O Orçamento dos Fundos Especiais, no que couber, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto nesta Lei.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Regimento interno, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos em lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art.10. A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2017, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, observando-se o princípio da publicidade, inclusive divulgação em site eletrônico, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

§1º Fica o Executivo Municipal autorizado a transformar os Fundos Municipais de Unidades Gestoras em Unidades Orçamentárias, em conformidade com orientações do Tribunal de Contas de Santa Catarina, da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlatas.

§2º As despesas poderão ser desdobradas em menor nível de

programação, por elemento, buscando facilitar o controle e a execução orçamentária, caso a lei orçamentária anual não o faça.

§ 3º - Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

§ 4º Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central/dos Fundos próprios, e estas, por sua vez, vinculadas as Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas no orçamento da respectiva unidade/fundo.

§ 5º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados como ordenadores da despesa os presidentes dos conselhos municipais dos respectivos fundos ou servidores municipais, observadas as disposições legais de cada fundo.

§ 6º O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária de 2017, que contarão com a participação da comunidade em geral.

Art. 11. O projeto de alteração da Lei Orçamentária poderá incluir, além das que estejam no Anexo de Prioridades desta Lei, outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas.

Art. 12. O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF)

Art. 13. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º, da LRF)

Art. 15. Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 16. A apuração do Excesso de Arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei Federal Nº 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC Federal Nº 101/2000.

Art. 17. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no artigo 17. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 18 - A compensação de que trata o artigo 17 § 2 da Lei Complementar n. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I.12, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 19 - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 20 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação

financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, que ainda não comprometidos;

II – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

III – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

IV – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

V- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

VI - Eliminação de vantagens concedidas a servidores e redução e conforme os setores, até a eliminação das despesas com horas extras;

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 21 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 60%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017, conforme demonstrado no Anexo I.5 desta Lei (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 22 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei (art. 4º § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 23 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento das receitas e despesas em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras e Fundos, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

## Seção II

### Da Estimativa da Receita

Art. 24 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constante do Anexo de metas fiscais desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Parágrafo único. A renúncia de receita superior ao montante estimado para o exercício de 2017 será acompanhada de medidas de compensação, nos termos do inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art. 25. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, ou dispensados o ajuizamento, mediante Lei específica, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (Art. 14, § 3º, da LRF)

Art. 26. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da

receita e serão objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, se não estiverem previstos na LOA – Lei orçamentária Anual. (Art. 14, da LRF)

Art.27. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, atendendo ao disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, da LRF)

Art.28. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal voltados ao incremento das receitas.

Art.29. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12, da LRF)

### Seção III

#### Da programação da Despesa

Art. 30 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 17, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 31 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 32 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 33 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

§ 1º– A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

§ 2º - O remanejamento orçamentário para os Fundos, através de anulação parcial ou total de dotações da Administração Direta, quando for de uma unidade gestora para outra serão realizados somente com autorização específica do Poder Legislativo.

§ 3º Os recursos de convênios e operações de créditos não previstos nos orçamentos da receita poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 4º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 34 – Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, incluído nas prioridades para o exercício de 2017. (Art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 35 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos

dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I “e” da LRF)

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 36 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesas em categoria de programação ou elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação

Art.37. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art.38. Não serão programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;  
II - que não possuam viabilidade técnica, econômica e financeira;  
III - sem antes ter assegurado recursos para a conservação do patrimônio público, na forma do artigo 45, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No caso de projetos executados por força de operações de crédito, convênios, ajustes ou acordos, não haverá necessidade de redução ou anulação de outros projetos.

Art.39. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art.40. O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2017 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no inciso II, artigo 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional Nº 58, de 23 de setembro de 2009. Parágrafo único. O Executivo Municipal efetuará os repasses financeiros, observado o limite fixado nas cotas mensais, conforme o valor fixado da despesa e observância do ato de limitação de empenho.

### Seção IV

#### Da autorização para transferência de recursos

Art. 41 – Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos do Tesouro Municipal, as entidades privadas do Município de Modelo - SC, que sejam de caráter educativo, assistencial, social, de saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, comunitário e outras de interesse público. (Art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Art.42 O Município contribuirá na forma de legislação própria, para os fundos Municipais e os especiais.

Art.43 As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas nos prazos contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal. (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art.44. Ficam autorizados os empenhamentos, liquidações e pagamentos das verbas destinadas às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, contempladas com verbas orçamentárias específicas, a título de prestação de serviços, contribuições ou auxílios.

§1º A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, termo



simplificado de repasse ou instrumento congênere.

§2º Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§3º Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I - que não tenha prestado contas, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebidos anteriormente;

II - considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III - que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV - deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

§4º A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade.

§5º As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência.

§6º Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§7º Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes, às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§8º Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art.45. A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§1º A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei, prevista no artigo 12, §6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§2º A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art.46. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

## Seção V

Da Autorização para Concessão de Premiações, Benefícios de Caráter Social ou Promocional e Auxílios

Art.47. Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art.48. Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros as pessoas físicas, previamente autorizados em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento.

Parágrafo único. A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

## Seção VI

Dos Convênios para Captação de Recursos

Art.49. Os Órgãos do Executivo Municipal, através da Administração Direta ou Indireta, ficam autorizados a realizar convênios e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Art.50 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para o recebimento e aplicação de recursos não retornáveis.

## Seção VII

Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art.51. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62, da LRF).

Art.52. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 53 - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, excetos quando a cessão de pessoal for feita ao Poder Judiciário, Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, Entidade de Educação, Educação Especial, Entidades Filantrópicas e Corpo de Bombeiros Comunitários e Militares e devidamente autorizados através de lei municipal específica.

## Seção VIII

Da Reserva de Contingência

Art.54. A Reserva de Contingência, observado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal em montante equivalente a, no mínimo 0,20% (zero virgula vinte por cento) e no máximo, 1% (hum por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício (Art. 5º, III da LRF).

§1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas.

§2º A Reserva de Contingência será utilizada para fazer frente ao pagamento dos valores decorrentes de situações consignadas no Anexo desta Lei, a título de riscos fiscais, no atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como para obtenção de resultado primário nos níveis do Anexo de Metas Fiscais e do Orçamento, de forma implícita (Art. 5º, III b da LRF).

§3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei.

§4º Não sendo a Reserva de Contingência suficiente para atender os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão utilizados recursos do "Superávit Financeiro" do exercício de 2016, ou de créditos adicionais, abertos por "Excesso de Arrecadação", exclusive os provenientes de recursos vinculados ou de convênios, e podendo ser encaminhado projeto de lei ao Legislativo para anulação de recursos alocados no Orçamento Fiscal.

§ 5º- A Reserva de Contingência da Unidade Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do Orçamento fiscal.

## Seção IX Dos Créditos Adicionais

Art.55. Os projetos de leis relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§1º Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§2º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

## Seção X Do Cronograma Anual de Desembolso Mensal

Art.56 O Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos dos artigos 8º e 13, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

§1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem, conterão:

I - metas bimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e de seguridade social;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no artigo 13, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§2º O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo será efetuado até o dia 20 de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 2º, da Emenda Constitucional Nº 25, de 14/02/00.

§3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no artigo 168, da Constituição, na forma de duodécimos.

## Seção XI Da Limitação de Empenhos

Art.57. Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, o Poder Executivo adotará o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, observada a fonte de recursos, para as seguintes despesas:

I - materiais e serviços terceirizados, de forma que não prejudiquem o oferecimento dos serviços públicos;

II - investimentos programados, desde que não comprometidos;

III - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.58. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo 9º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação.

§1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão do Poder Executivo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingencial total.

§2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o artigo 9º, §2º, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000;

III - atividades do Poder Legislativo constantes da Proposta Orçamentária de 2017.

§3º O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

Art.59. A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

## CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL Seção I Diretrizes Gerais

Art.60. Obedecidos aos limites estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal Nºs 40 e 43, e alterações, o Município poderá realizar operações de créditos no exercício de 2017, destinadas a despesas de capital previstas ou inclusas no Orçamento.

Art.61 A verificação dos limites da dívida pública e as contratações de operações de créditos serão feitas em conformidade com o disposto na Portaria Nº 637/2012, da STN/MF.

Art. 62– A Lei Orçamentária de 2017, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 63– A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 64 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

Art.65. Poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito aprovadas por lei municipal ou em fase de estudo e aprovação por instituição financeira.

Art.66. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber, à esfera Municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

## Seção II Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art.67. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda ou correlata.

Art.68. A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2017 destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

## CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DO MUNICIPIO COM PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E POLITICA DE RECURSOS HUMANOS

Art.69. No exercício financeiro de 2017 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de

planos de cargos e salários e ou carreira, e admissões para preenchimento de cargos.

§1º Fica autorizada a revisão geral e reajuste das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica. §2º Os recursos para revisão geral e reajuste de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art.70. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no artigo 18, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no artigo 69, desta Lei.

Art.71 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, os Poderes Municipais Executivo e Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar ou alterar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de plano de cargos e salários e ou carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título e autorizar concessões de quaisquer vantagens ou aumentos de remuneração, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2017, cujos valores serão compatíveis com os limites e regras da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento ou acrescidos por créditos adicionais. §2º A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art.72 No exercício de 2017, observado o disposto no artigo 169, da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o artigo 64, desta Lei, ou se houver vacância;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art.73 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).

Art.74. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20, da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos;

VII - é facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art.75. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da LRF.

Art.76. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como

terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, §1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art.77. O Executivo Municipal poderá firmar convênio com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.78. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I - implantação do Plano de Cargos e Salários e ou Carreira e adequação da estrutura de cargos e funções de acordo com o modelo organizacional;

II - a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, garantindo a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III - a orientação e monitoramento dos órgãos ou Unidades Administrativas;

IV - a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização do Município;

V - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

VI - aprimoramento e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VII - acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 79 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

§ 1º - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado em proceder as alterações tributárias, mediante Lei, no cumprimento de disposições constitucionais e adequações econômicas e financeiras, no atendimento ao interesse público.

§ 2º - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 80 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 81 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento



da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF), salvo quando já previsto no orçamento.

Art.82. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art.83. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas voltadas ao aumento da arrecadação tributária:

I - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

II - atualização do cadastro mobiliário e imobiliário fiscal;

III - readequação da legislação tributária municipal respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, através da criação de novas taxas, alteração de critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais;

IV - outras medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, através da modernização da fiscalização tributária.

#### CAPITULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 84- O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31.12.2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 85 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 86 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 87- O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não, durante o exercício de 2017.

Art.88. O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, bem como as justificações com indicação das medidas corretivas, se houveram. (Art. 9º, §4º, da LRF)

Art.89. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais com os governos Federal, Estadual e Municipal, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art.90. A movimentação financeira dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos, serão feitas, preferencialmente, por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.

Art. 91 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 92 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 12 de dezembro de 2016

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

### LEI MUNICIPAL Nº 2287/2016 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2287/2016 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE REVISÃO, INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE METAS NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º -Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, com as alterações constantes desta Lei, estão demonstrados e serão financiados com os recursos previstos, na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

Art. 2º -O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 2014/2017, com as alterações constantes desta lei, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos Anexos desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, com as alterações constantes desta lei, são aquelas constantes do Anexo das Metas e Ações, desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos, estão estruturadas em programas, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios, de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais, com vistas a execução do programa;

VI– Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes, corrigidos conforme inflação, com projeção de 10 % (dez por cento) ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 11 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 12 de dezembro de 2016

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Eder Schlosser da Silva  
Assessor Departamento

## LEI MUNICIPAL Nº 2289/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2289/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que o Município de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de Modelo para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º. da Constituição Federal, Lei 4320/64, Lei de Responsabilidade fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentária, compreendendo:

I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III - O orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 31.006.757,01 (trinta e um milhões, seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e um centavo), conforme quadro I demonstrado em anexo.

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 23.207.465,31 (vinte e três milhões, duzentos e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 7.799.291,70 (sete milhões, setecentos e noventa e nove mil duzentos e noventa e um reais e setenta centavos).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação

vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita.

### Receitas Correntes

1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 1.719.670,70
1.2 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 199.650,00
1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 233.965,00
1.4 - RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$ 6.655,00
1.5 - RECEITA INDUSTRIAL	R\$ 13.310,00
1.6 - RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 175.000,00
1.7 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 21.840.925,76
1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 267.489,00

TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$ 33.857.459,81
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	R\$ 31.006.757,01

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

### POR ÓRGÃOS

#### a) Orçamento Fiscal

01 - CAMARA DE VEREADORES	R\$ 945.500,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 617.705,00
03 - DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA	R\$ 2.446.272,00
04 - DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO	R\$ 6.735.995,76
05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 258.154,00
06 - DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE	R\$ 514.470,00
07 - FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$
08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER	R\$
09 - DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP. PUB	R\$ 3.402.956,55
10 - DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV. MUNIC	R\$ 5.315.445,00
11 - DEPART.GERAL DA AGRICULTURA	R\$ 2.606.641,00
14 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC	R\$
15 - FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.	R\$ 75.636,00
16 - FUNMDEC -FUNDO MUNC. PROT.E DEFESA CIVIL	R\$ 15.000,00
17 - FUNDO MUN.RECONSTITUIÇÃO BENS LESADOS	R\$ 20.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 252.890,00

Total do Orçamento Fiscal ..... R\$ 23.207.465,31

#### b) Orçamento da Seguridade Social

01 - CAMARA DE VEREADORES	R\$
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$
03 - DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA	R\$
04 - DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO	R\$
05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$
06 - DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE	R\$
07 - FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.529.750,70
08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER	R\$ 6.221.625,00
09 - DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP. PUB	R\$

10 - DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV. MUNIC	R\$
11 - DEPART.GERAL DA AGRICULTURA	R\$
14 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC	R\$ 47.916,00
15 - FUNDO MUN REEQ CORPO BOMB. POL. MIL.	R\$
16 - FUNMDEC -FUNDO MUNC. PROT.E DEFESA CIVIL	R\$
17 - FUNDO MUN.RECONSTITUIÇÃO BENS LESADOS	R\$
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social ..... R\$ 7.799.291,70

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO ..... R\$ 31.006.757,01

#### POR FUNÇÕES

##### a) Orçamento Fiscal

1 - Legislativa	R\$ 945.500,00
4 - Administração	R\$ 2.504.012,00
6 - Segurança Pública	R\$ 171.056,00
8 - Assistência Social	R\$
10 - Saúde	R\$
12 - Educação	R\$ 6.735.995,76
13 - Cultura	R\$ 258.154,00
14 - Direitos da Cidadania	R\$ 30.800,00
15 - Urbanismo	R\$ 2.451.182,00
16 - Habitação	R\$ 39.930,00
17 - Saneamento	R\$ 13.310,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 346.060,00
20 - Agricultura	R\$ 2.606.641,00
22 - Indústria	R\$ 332.750,00
26 - Transporte	R\$ 5.315.445,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 690.919,55
28 - Encargos Especiais	R\$ 512.820,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 252.890,00

Total do Orçamento Fiscal ..... R\$ 23.207.465,31

##### b) Orçamento da Seguridade Social

1 - Legislativa	R\$
4 - Administração	R\$
6 - Segurança Pública	R\$
8 - Assistência Social	R\$ 1.577.666,70
10 - Saúde	R\$ 6.221.625,00
12 - Educação	R\$
13 - Cultura	R\$
14 - Direitos da Cidadania	R\$
15 - Urbanismo	R\$
16 - Habitação	R\$
17 - Saneamento	R\$
18 - Gestão Ambiental	R\$
20 - Agricultura	R\$
22 - Indústria	R\$
26 - Transporte	R\$
27 - Desporto e Lazer	R\$
28 - Encargos Especiais	R\$
99 - Reserva de Contingência	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social ..... R\$ 7.799.291,70

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO ..... R\$

31.006.757,01

#### POR SUBFUNÇÕES

##### a) Orçamento Fiscal

31 - Ação Legislativa	R\$ 945.500,00
122 - Administração Geral	R\$ 1.784.992,00
123 - Administração Financeira	R\$ 706.545,00
129 - Administração de Receitas	R\$ 33.275,00
181 - Policiamento	R\$ 80.420,00
182 - Defesa Civil	R\$ 90.636,00
241 - Assistência ao Idoso	R\$
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	R\$
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$
244 - Assistência Comunitária	R\$ 10.000,00
301 - Atenção Básica	R\$
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R\$
304 - Vigilância Sanitária	R\$
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$
306 - Alimentação e Nutrição	R\$
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$
361 - Ensino Fundamental	R\$ 4.004.622,76
362 - Ensino Médio	R\$ 55.210,00
364 - Ensino Superior	R\$ 53.240,00
365 - Educação Infantil	R\$ 2.452.417,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	R\$ 34.546,00
367 - Educação Especial	R\$ 135.960,00
392 - Difusão Cultural	R\$ 258.154,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$ 2.151.455,00
452 - Serviços Urbanos	R\$ 172.217,00
482 - Habitação Urbana	R\$ 53.240,00
512 - Saneamento Básico Urbano	R\$ 359.370,00
544 - Recursos Hídricos	R\$ 40.975,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	R\$ 13.310,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	R\$ 396.000,00
602 - Promoção da Produção Animal	R\$ 176.000,00
604 - Defesa Sanitária Animal	R\$ 70.543,00
606 - Extensão Rural	R\$ 1.551.413,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	R\$ 358.400,00
661 - Promoção Industrial	R\$ 252.890,00
662 - Produção Industrial	R\$ 79.860,00
695 - Turismo	R\$ 290.649,55
782 - Transporte Rodoviário	R\$ 5.315.445,00
812 - Desporto Comunitário	R\$ 514.470,00
843 - Serviço da Dívida Interna	R\$ 286.550,00
845 - Transferências	R\$ 226.270,00
999 - Reserva de Contingência	R\$ 252.890,00

Total do Orçamento Fiscal .....R\$ 23.207.465,31

##### b) Orçamento da Seguridade Social

31 - Ação Legislativa	R\$
122 - Administração Geral	R\$
123 - Administração Financeira	R\$
129 - Administração de Receitas	R\$
181 - Policiamento	R\$
182 - Defesa Civil	R\$
241 - Assistência ao Idoso	R\$ 31.944,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	R\$ 4.695,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 280.179,00
244 - Assistência Comunitária	R\$ 1.260.848,70
301 - Atenção Básica	R\$ 4.960.561,00

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 1.066.500,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R\$ 11.090,00
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 117.933,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 14.641,00
306 - Alimentação e Nutrição	R\$ 28.673,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$ 22.227,00
361 - Ensino Fundamental	R\$
362 - Ensino Médio	R\$
364 - Ensino Superior	R\$
365 - Educação Infantil	R\$
366 - Educação de Jovens e Adultos	R\$
367 - Educação Especial	R\$
392 - Difusão Cultural	R\$
451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$
452 - Serviços Urbanos	R\$
482 - Habitação Urbana	R\$
512 - Saneamento Básico Urbano	R\$
544 - Recursos Hídricos	R\$
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	R\$
601 - Promoção da Produção Vegetal	R\$
602 - Promoção da Produção Animal	R\$
604 - Defesa Sanitária Animal	R\$
606 - Extensão Rural	R\$
608 - Promoção da Produção Agropecuária	R\$
661 - Promoção Industrial	R\$
662 - Produção Industrial	R\$
695 - Turismo	R\$
782 - Transporte Rodoviário	R\$
812 - Desporto Comunitário	R\$
843 - Serviço da Dívida Interna	R\$
845 - Transferências	R\$
999 - Reserva de Contingência	R\$

Total do Orçamento da Seguridade Social ..... R\$ 7.799.291,70

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO ..... R\$ 31.006.757,01

#### POR NATUREZA DA DESPESA

##### I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

##### a) Orçamento Fiscal

##### 3 – Despesas Correntes

3.0 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 48.900,00
3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 6.599.494,00
3.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 66.550,00
3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.591.269,76

##### 4 – Despesas de Capital

4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
4.4 - INVESTIMENTOS	R\$ 7.372.701,55
4.5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 55.660,00
4.6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 220.000,00

##### 9 – Reserva de Contingência

9.9 - RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 252.890,00
---	----------------

Total do Orçamento Fiscal ..... R\$ 23.207.465,31

##### b) Orçamento da Seguridade Social

##### 3 – Despesas Correntes

3.0 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00
--------------------------	----------

3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.737.805,00
3.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 0,00
3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.810.405,00

Total do Orçamento da Seguridade Social ..... R\$ 7.799.291,70

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO ..... R\$ 31.006.757,01

Artigo 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a:

I A abrir no curso da execução orçamentária de 2017, créditos adicionais até o limite de 40% da despesa total fixada por esta Lei;  
II A utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º. Inciso III da LRF, e artigo 8º. da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;  
III Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V A abrir no curso da execução do orçamento de 2017, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenham excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

Parágrafo 1º. Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Parágrafo 2º. Entende-se como categoria de programação, de que trata o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Artigo 5º- Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido, sendo permitido, observadas as determinações legais, o remanejamento ou reforço de dotação orçamentária do recurso vinculado para fonte de recursos próprios, com o cumprimento da LRF, equilíbrio da arrecadação/receita e a realização da despesa.

§ 1º . A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º . O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e o consolidado das esferas de governo conforme orçamento geral do Município.

§ 3º . Fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo a identificar por Decreto, observadas as exigências legais, havendo



necessidade, as fontes de recursos conforme vínculo: vinculadas e recursos próprios.

Artigo. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Artigo 8º. O Orçamento Geral do Município de 2017, foi elaborado considerando o impacto orçamentário, com a geração de novas obrigações, de caráter continuado e despesas realizadas no exercício e para a estimativa da receita, os incentivos fiscais, desconto para pagamento a vista de até 20% dos impostos e taxas e Anistia de Multas e Juros na arrecadação da Dívida Ativa, Refis 2017 com 100% das multas e juros e, isenção de impostos e taxas para aposentados e outros, em virtude de construção, incentivos fiscais para instalação de empresas e isenções programa passeio público.

Artigo 9º. A presente Lei Orçamentária está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, PPA 2014-2017 e os anexos integrantes e de conformidade com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal com a inclusão dos Fundos Municipais da Assistência Social e da Infância e Adolescência, como Unidades Orçamentárias, o Fundo Municipal da Saúde como unidade independente, cumprindo com normais contábeis e legais e determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Artigo 10. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei e devidamente autorizados em Lei específica.

Artigo 11. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Artigo 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Modelo SC	, 16 de dezembro de 2016.
------------------------	---------------------------

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2290/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI MUNICIPAL Nº 2290/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, Pessoa jurídica de direito privado, com fins esportivos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.488.594/0001-36, com sede na Rua XV de novembro, Centro, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 54.000,00

(Cinquenta e quatro mil reais.), para o exercício de 2017, a ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais, destinados à manutenção e desenvolvimento das atividades desportivas, recreativas e demais, conforme finalidades e disposições estatutárias, observadas as disposições legais.

Art. 3º. Para celebrar o convenio e recebimento dos recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- Cópia do Alvara de funcionamento;
- Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo - SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- Cópia dos documentos da despesa;
- Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- Extrato bancário com toda a movimentação;
- Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do

mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei poderá ser causa da devolução dos recursos, suspensão de novos repasses e ou encerramento de convenio.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal de 2017.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
ASSESSOR DEPARTAMENTO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2291/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI MUNICIPAL Nº 2291/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, Pessoa jurídica de direito privado, com fins esportivos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.488.594/0001-36, com sede na Rua XV de novembro, Centro, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais.), para o exercício de 2017, a ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais, destinados à manutenção e desenvolvimento das atividades desportivas, recreativas e demais, conforme finalidades e disposições estatutárias, observadas as disposições legais.

Art. 3º. Para celebrar o convenio e recebimento dos recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;

c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;

d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;

e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;

f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);

g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;

h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;

i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

j) Cópia do Alvara de funcionamento;

l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;

m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo - SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;

b) Cópia dos documentos da despesa;

c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;

d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;

e) Extrato bancário com toda a movimentação;

f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;

g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;

h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.

i) Balanete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;

j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei poderá ser causa da devolução dos recursos, suspensão de novos repasses e ou encerramento de convenio.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta



de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal de 2017.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de dezembro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

### **LEI MUNICIPAL Nº 2292/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI MUNICIPAL Nº2292/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE MODELO-SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.625.411/0001-01, com sede na Av. Rua Benjamin Constant, no Município de Modelo - SC, para manutenção da entidade, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 69.300,00 (Sessenta e nove mil e trezentos reais), para o exercício de 2017, destinado ao atendimento e desenvolvimento da Educação Especial, conforme disposições estatutárias da entidade, a ser pago em até 12 (doze) parcelas, conforme Plano de trabalho e atendimento das disposições desta Lei.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade dever apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;

- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
  - j) Cópia do Alvara de funcionamento;
  - l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
  - m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
  - n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
  - o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
  - p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente
- Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo pre-sidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei ensejará aplicação de penalidades e demais providências de conformidade com as disposições legais.

Art. 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na contribuição financeira de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa, no atendimento da finalidade desta Lei.

Art. 9º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta

de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal de 2016.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de dezembro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
ASSESSOR DEPARTAMENTO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2293/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2293/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA DE MODELO - SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.489.389/0001-12, com sede na Av. Rua Jose Bonifácio, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para manutenção e desenvolvimento das entidades da entidade, através de atividades culturais e artísticas, em benefício dos interessados, do Município de Modelo SC, realização de projetos pra revitalização do museu, ações comemorativas e festividades do município de Modelo, de conformidade com as disposições estatutárias e legais, em especial da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais), para o exercício de 2017, a ser pago em até 11 (onze) parcelas, para desenvolvimento e manutenção de cursos, atividades culturais e artísticas, projeto de reestruturação de museu e demais atividades da entidade, conforme disposições estatutárias e no atendimento cultural e artístico dos Municípios Modelenses.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento da contribuição financeira de que dispõe o caput deste artigo, a entidade deverá apresentar juntamente com os documentos solicitados no artigo 3º da presente Lei, os projetos dos cursos a serem oferecidos.

§ 2º - Os cursos a serem oferecidos devem ser aprovados pelo Departamento Municipal da Cultura do Município de Modelo SC e deverão estar abertos para atendimentos de todos os interessados, municípios modelenses, observadas as disposições legais.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade dever apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;

- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo -SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.

i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;

j) Nota de empenho da despesa;

l) Relação dos alunos participantes de cada curso, beneficiado com a contribuição de que dispõe esta lei.

m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;

n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação

dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),

aos 16 de dezembro de 2016

**RICARDO LUIS MALDANER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e Publicada na data supra

**EDER SCHLOSSER DA SILVA**

**ASSESSOR DEPARTAMENTO**

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 85 E 86/2016

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA, inscrita no cnpj nº 23.108.271.0001.60.

OBJETO: Fechamento e reforma Ginásio de Esportes da Escola Municipal "Olga Fortes".

O Objeto do presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório nº 111/2016, com vigência até a data de 27.março.2017

Monte Carlo, 28 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no cnpj nº 00.456.865.0001.67.

OBJETO: Fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.

O Objeto do presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório nº 112/2016, com vigência até a data de 31.dezembro.2017

Monte Carlo, 28 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

### LEI MUNICIPAL Nº 1034/2016

LEI N. 1034/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PRORROGA O PRAZO DE CONCESSÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA SALETE E O SERVIÇO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR E DA OUTRAS PROVIDENCIA".

MARCOS NEI CORREIA DE SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município, que Câmara de Vereadores aprovou e ele Sancionou a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica prorrogado por 45 (quarenta e cinco dias), o prazo previsto no artigo 6º da Lei Municipal nº 781/2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 904/2013 para concessão da Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora da Salete e do serviço de atendimento hospitalar, passando a ter seu término em 14 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar o necessário termo aditivo ao contrato de concessão em vigência, com a finalidade de formalizar a prorrogação do prazo concedida por esta lei.

Art. 3º A assinatura de qualquer contrato de concessão com prazo superior ao concedido por esta lei, caracteriza infração político e administrativo do prefeito municipal prevista, capitulada e tipificada no artigo 107 inciso VII da Lei Orgânica do Município, punida na forma do artigo 108 do mesmo diploma legal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 28 de dezembro de 2016.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIAS 524- 602/2016

Portaria	Data	Ementa
524	01/12/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA MARTA COSTA OLIVEIRA ADRIANO, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.
525	01/12/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA DANIELA CENI BURATO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
526	01/12/2016	NOMEIA DOMINGOS ALCIDES ROCHA PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
527	01/12/2016	NOMEIA DOUGLAS NAPOLEÃO VIEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
528	01/12/2016	NOMEIA ADRIANA TEREZINHA GUGLIELMI PARA OCUPAR O CARGO DE ZELADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
529	01/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 383/2016 DE 01/08/2016 QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR À PROFESSORA ROSE MERY TEIXEIRA.
530	01/12/2016	PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA CINTYA SARTOR PELLEGRIN OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
531	02/12/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ROSÁLIA LUCIANO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
532	05/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 472/2016 DE 01/11/2016 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA, DOROTÉIA STELA SANGALETTI BORTOLIN, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
533	05/12/2016	NOMEIA IONICE PEREIRA VIEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
534	05/12/2016	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA PRISCILA FUNK CIPRIANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
535	05/12/2016	NOMEIA LIDIANE GONÇALVES DE SOUZA LONSANE PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADORA DO CEI PELLEGRIN PADOIN.
536	05/12/2016	FAZ LOTAÇÃO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO OCUPANTES DOS CARGOS DE ESPECIALISTAS
537	05/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CINTIA GENEROSO PACHECO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
538	06/12/2016	DESIGNA A SERVIDORA CAMILA DE SOUZA AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF ALFREDO VALSECHI
539	06/12/2016	DESIGNA A SERVIDORA IONICE PEREIRA VIEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF ANTÔNIO MAURICIO GOMES.
540	06/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CRISTINA PEREIRA MACCARI, OCUPANTE DO CARGO ENFERMEIRA.
541	07/12/2016	NOMEIA CRISTINA PEREIRA MACCARI PARA OCUPAR O CARGO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
542	07/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LIDIANE DAMASIO STEINBACK, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.
543	07/12/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA EDIANE MACEDO RECCO PAGNAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
544	07/12/2016	NOMEIA LIDIANE DAMÁSIO STEINBACK PARA OCUPAR O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
545	08/12/2016	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORARIO DE WALTER CARDOZO MAYER, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
546	08/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 463/2016 DE 26/10/2016 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA, BARBARA DANDOLINI DE ROCHI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.
547	12/12/2016	EXONERA O SERVIDOR FERNANDO DILTON TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.
548	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA MONICA GOMES MARCOS OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
549	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA SILVANA TEIXEIRA ROCHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
550	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA LUANA DE SOUZA HESPANHOL OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
551	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA LIZIANE SARTOR STUDIZINSKI CECHINEL OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
552	12/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 069/2013 DE 23/01/2013 QUE DESIGNOU FRANCINE NIERO JACINTHO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM IGNÁCIO MROTSKOUSKI.



553	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARIANE DE ALMEIDA HENFRAIN RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
554	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LIDIANE GONÇALVES DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
555	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE KATIA APARECIDA DUARTE MACHADO NIERO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
556	12/12/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR JARDEL HERMINIO GARCIA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
557	12/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 408/2016 DE 12/09/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, JOSIANE MAXIMO POSSA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
558	12/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 392/2016 DE 15/08/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, MARIA STEIBACK, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
559	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LUCIANI PEREIRA SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
560	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CLARICE DE FREITAS CASAGRANDE, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
561	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARIA DE LOURDES ALVES FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
562	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE GRASIELA DAMASIO VIRTUOSO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
563	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ELISANGELA PEDRO DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
564	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE TAMIRES DOS SANTOS VISCARDI, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
565	12/12/2016	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE VALDIRA DE SOUZA DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
566	12/12/2016	RETORNA O SERVIDOR SAMUEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
567	13/12/2016	NOMEIA TUANY MEDEIROS BENTO PARA OCUPAR O CARGO DE ODONTÓLOGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
568	13/12/2016	NOMEIA FERNANDO DILTON TEIXEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE TESOUREIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
569	13/12/2016	NOMEIA CRISTINA PEREIRA MACCARI PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DO SISTEMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
570	14/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE RENATA DAGOSTIN MENDES, OCUPANTE DO CARGO ENFERMEIRA.
571	14/12/2016	NOMEIA THIAGO PAES EUGENIO PARA OCUPAR O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
572	14/12/2016	EXONERA O SERVIDOR VALMIR MARCELINO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO ADJUNTO.
573	14/12/2016	EXONERA O SERVIDOR LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL.
574	14/12/2016	EXONERA O SERVIDOR ADULAR JOSÉ CECHINEL, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.
575	14/12/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA BRUNA INEZ COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV
576	14/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 063/2013 DE 23/01/2013 QUE NOMEIO GABRIELA RECCO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
577	14/12/2016	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA GABRIELA RECCO OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.
578	14/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE SABRINA MARIA DELFINO, OCUPANTE DO CARGO ENFERMEIRA.
579	14/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ALCIONE LUIZ VIEL, OCUPANTE DO CARGO PEDREIRO.
580	14/12/2016	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELIZANDRA FORCELLINI, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
581	14/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CINTIA GENEROSO PACHECO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
582	14/12/2016	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA SIDNEY TERESINHA SAVIATO PAGNAN, OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUTORA DE CURSO PROFISSIONALIZANTE
583	14/12/2016	NOMEIA FERNANDO DILTON TEIXEIRA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO SISTEMA ECONÔMICO.
584	16/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 401/2016 DE 01/09/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, LENIR CARVALHO, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
585	19/12/2016	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE SILVANO SORATO, OCUPANTE DO CARGO MOTORISTA.
586	19/12/2016	NOMEIA LEANDRO DE SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE PEDREIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
587	19/12/2016	CONCEDE INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE CONTADOR PREVISTA NA LEI Nº 1375/2010, DE 23/04/2010 E EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 1731 DE 22/12/2015 À SERVIDORA GISLENE MARIA SOTERO, OCUPANTE DO CARGO DE CONTADORA.



588	20/12/2016	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANO SORATTO PARA O CARGO DE MOTORISTA.
589	20/12/2016	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA THAIZE ESPINDOLA DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
590	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 071/2013 DE 23/01/2013 QUE DESIGNOU GISELE PADOIN DAROLT PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM MAURINA DE SOUZA PATRÍCIO.
591	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 072/2013 DE 23/01/2013 QUE DESIGNOU ADRIANA BAESSO DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM ZULEIMA BÚRIGO GUGLIELMI.
592	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 260/2015 DE 18/03/2015 QUE DESIGNOU ALINE RICARDO DE SOUZA PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM VICENTE GUOLLO.
593	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 175/2012 DE 27/02/2012 QUE DESIGNOU ANDREZA CENI FRANCISCO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM OLÍVIO RECCO.
594	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 318/2011 DE 16/05/2011 QUE DESIGNOU DIONÉIA APARECIDA SAVIATTO MACCARI PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EPM IDALINA MACHADO DE FREITAS.
595	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 200/2015 DE 18/02/2015 QUE DESIGNOU FABIANA ZANIN CASAGRANDE ROSSO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM LUIZ CASAGRANDE.
596	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 110/09 DE 12/02/2009 QUE DESIGNOU MARIA ELISABETH DE ALMEIDA HENFRAIN PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM AGENOR BORTOLATTO
597	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 113/09 DE 12/02/2009 QUE DESIGNOU ROSANA DE FÁTIMA CORAL MARQUES PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM BIAZIO MARAGNO.
598	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 514/2012 DE 22/10/2012 QUE DESIGNOU TALITA BORTOLATTO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM PIETRO MACCARI.
599	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 228/2013 DE 06/02/2013 QUE DESIGNOU DENIZE SARTOR PARA A REGENTE DO CEI VANOLDA ESPINDOLA PAGNAN.
600	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 158/2011 DE 09/01/2011 QUE DESIGNOU BARBARA PELLEGRIN DE BIASE PARA A FUNÇÃO DE REGENTE DO CEI HONORATA PAVEI MACCARI
601	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 420/2014 DE 28/07/2014 QUE DESIGNOU NELMA SILVEIRA DE OLIVEIRA SARTOR PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADORA DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.
602	20/12/2016	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 325/2015 DE 02/06/2015 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE AUXILIAR DE SECRETARIA A SERVIDORA LUCILENE PAGNAN CECHINEL.

# Navegantes

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 127/2016 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017. Data da entrega dos envelopes: 10/01/2017 até às 8h50. Abertura envelopes: 10/01/2017 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 130/2016 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS - VESTUÁRIO DE UNIFORMES ESCOLARES (INVERNO E VERÃO) E MEIAS, DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DE REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2017 PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/01/2017 até às 8h50. Abertura envelopes: 11/01/2017 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 134/2016 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS ORIUNDOS DE ORGANIZADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL REGIDA PELA LEI Nº 11.947/2009 PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO DE 2017. Data da entrega dos envelopes: 16/01/2017 até às 8h50. Abertura envelopes: 16/01/2017 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 135/2016 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR, DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL) PARA O ANO LETIVO DE 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 12/01/2017 até às 8h50. Abertura envelopes: 12/01/2017 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 136/2016 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CRECHES, ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E EJA) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017. Data da entrega dos envelopes: 13/01/2017 até às 8h50. Abertura envelopes: 13/01/2017 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

### **DECRETO Nº 247 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 247 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 01.0200 – Receitas e Transferência de Impostos - Saúde, a importância de até R\$ 690.000,00 (Seiscentos e noventa mil reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 01.0200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

15 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 690.000,00

T O T A L ..... R\$ 690.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária de Administração e Logística

## DECRETO Nº 248 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 248 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada, até a importância de R\$ 430.795,00 (Quatrocentos e Trinta Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.040 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EF

91 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op. Intra R\$ 223.705,00

12.365.0007 – 2.042 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI

96 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op. Intra R\$ 119.265,00

Fonte de Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb – 40%

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.041 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EF

93 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op. Intra R\$ 87.825,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO TA 001 AO CA Nº 002/16 MARCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 002/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: MARCIA APARECIDA BOTTEGA HOFFMANN

Valor ..... : 16.588,08 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e oito reais e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015

Recursos ..... : Dotação: 60.01.2.030.129.08.244.0017-3.3.90.36.15 – 119 - Manutenção Fundo Mun.Assistência Social

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA -3 - DO PRAZO para locação do imóvel urbano, em alvenaria, com 02 pavimentos, sendo 110 m2 cada pavimento, localizado na Rua José Fabro, nº 10, do Lote nº 05, da Quadra nº 01, centro deste município, Matrícula Nº 14.326. O prazo da presente locação é de mais 01 (um) ano, iniciando-se em 01/01/2017 e cessando de pleno direito em 31/12/2017.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

# Orleans

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

### ADITIVOS CONTRATOS 2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 039/2015-FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS E A EMPRESA SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Orleans, inscrita no CNPJ sob o nº 03.230.443/0001-67, neste ato representada por seu Secretário Dr. AURIVAM MARCOS SIMIONATTO, e de outro lado a empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.392.348/0001-60, representada pela Sr. JOSÉ DEIVID DE OLIVEIRA, já devidamente qualificados no contrato em epigrafe, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 039/2015-FMS, para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2017.

#### Cláusula Segunda – DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados pelo IGP-M (FGV) acumulado no período na data base de 22/09/2017.

#### Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Orleans, 22 de dezembro de 2016.

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO  
FMS DE ORLEANS  
CONTRATANTE

JOSÉ DEIVID DE OLIVEIRA  
SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

VALDIRENE BASCHIROTTI

CAMILA Q. BUSSOLO

### ADITIVOS CONTRATOS 2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016

Termo Aditivo que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Orleans, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua Miguel Couto - 800, Centro, inscrita no CNPJ nº 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Aurivam Marcos Simionatto, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa: ENGEPLUS TELECOM LTDA EPP, com sede na cidade de Criciúma - SC, inscrita sob o CNPJ/MF N.º 80.995.822/0001-99, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr ROSAN PIZZOLATTI, CPF nº 513.686.259-91, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando a homologação, objeto da licitação de que trata o Edital de Tomada de Preço 01/2016, Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação em vigor, tendo em vista a necessidade da continuidade dos serviços, RESOLVEM celebrar o presente termo, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a alteração da cláusula segunda do Contrato Administrativo nº 15/2016, passando a sua vigência para até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

Ficam inalteradas as demais clausulas contratuais do Contrato Administrativo nº 15/2016.

E, por estarem, assim ajustadas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Fundo Municipal de Saúde de Orleans, 21 de dezembro de 2016.

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO  
Secretário Municipal de Saúde  
Contratante

ENGEPLUS TELECOM LTDA EPP  
ROSAN PIZZOLATTI  
Sócio Administrador  
Contratado

## TESTEMUNHAS:

1. CAMILA QUAREZEMIN BUSSOLO PIZONI
2. VALDIRENE BASCHIROTTTO

**RESCISÃO CONTRATUAL 19/2016**

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Justificativa: Acordo entre as partes.

Orleans - SC, 19 dezembro de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### ATA 0056

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0056/2016, firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MECANICA CALEGARI ME  
Objeto: Registro de Preços registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, destinados à manutenção dos micro-ônibus, ônibus e caminhões. Valor total registrado R\$: 309.760,00. Data da assinatura:26/07/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 26 de julho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

### EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE ACRESCIMO DE VALORES AO CONTRATO Nº0051/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA - EPP

Objeto: constitui execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de Academia ao ar Livre na Avenida Pedro Biotto Sobrinho, Área de Construção 405,95, m².Valor certo e ajustado de R\$:14.652,35 (quatorze mil seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### LEI Nº 1956/2016

Lei n. 1956, de 28 de dezembro de 2016  
Autoriza o Executivo Municipal a aditar Convênio  
com o Esporte Clube Sagrada Família.

O Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, o Senhor Domingos Lirio Locatelli, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a aditar o valor de até R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), ao Convênio com o Esporte Clube Sagrada Família, aprovado pela Lei Municipal nº 1796, de 16 de outubro de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão cobertos com recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 28 de dezembro de 2016.  
Domingos Lirio Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada

Valdemar Gritti  
Secretario Municipal de Administração

### TERMO ADITIVO Nº. 04 - AO CONTRATO Nº. 094/2014

TERMO ADITIVO Nº.04

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 094/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Domingos Lirio Locatelli, portador do CPF Nº. 295.487.999-87 e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior, CPF: 004.770.259-19, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 094/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2017.

#### Cláusula Segunda – DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados no mês de julho/2017 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

#### Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

Prefeitura Municipal:

03.01.2.003.3.3.90.39.00.00.00 – Aplicações Diversas

Fundação Municipal de Cultura

03.01.2.003.3.3.90.39.00.00.00 – Aplicações Diversas

#### Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Palma Sola, 12 de dezembro de 2016.  
Domingos Lirio Locatelli  
Prefeito municipal  
Contratante CPF: 839.835.709-68

Betha Sistemas Ltda.  
Contratada  
CNPJ: 00.456.865/0001-67  
P/P. Ernesto Muniz de Souza Júnior  
CPF: 004.770.259-19

Testemunhas:

.....  
NOME: Valdemar Gritti  
CPF: 296.902.859-04

.....  
NOME: Ana C. Pies.  
CPF: 024.607.219-94

## **TERMO ADITIVO Nº. 06 - AO CONTRATO Nº. 01/2013**

6º TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº. 01/2013

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Domingos Lirio Locatelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Palma Sola – SC, CPF: 295.487.999-87, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Estabelecida no Município de Maravilha – SC, na Avenida Sete de Setembro, 211, sala 106, neste ato representado por sua sócia administradora Sra: Juleide Inês D’agostini, CPF nº. 589.785.859-49, neste denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, bem como no Processo Licitatório nº. 60/2012 na modalidade Tomada de Preços nº. 13/2012 e Contrato nº. 01/2013, firmam o presente e de acordo com o que se segue.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO**

O presente termo é firmado com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, o que acarretaria relevantes prejuízos à comunidade do Município, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório que lhe deu origem e na Cláusula Terceira do Contrato nº. 01/2013.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Este termo Aditivo tem por objeto reajustar valores e prorrogar a vigência do Contrato nº. 01/2013, firmado em 02 de janeiro de 2013.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES FINANCEIROS E DE A VIGÊNCIA**

O preço total reajustado para a prestação dos serviços, durante o período de vigência deste Termo Aditivo, é de R\$ 241.081,80 (Duzentos e quarenta e um mil, oitenta e um reais e oitenta centavos); o pagamento será feito em oito (12) parcelas iguais, mensais e consecutivas no valor de R\$ 22.090,15 (Vinte e dois mil, noventa reais e quinze centavos). Ajuste de valor realizado de acordo com a cláusula segunda do contrato nº. 01, firmado em 02 de janeiro de 2013.

Serviço	Início da vigência	Término da Vigência	Valor Unitário
Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 12.618,03
Disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, através da operação e manutenção de aterro sanitário.	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 8.141,08
Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde e outros contaminantes do Município.	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 1.331,04

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações:

06.01.2.041.33.90.39 – Aplicações Diversas

### **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 01, de 02 de janeiro de 2013.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 23 de dezembro de 2016.

.....  
Prefeito Municipal  
Domingos Lirio Locatelli  
Contratante

TCO Obras e Serviços Ambientais Ltda  
CNPJ: 72.332.778/0001-09  
Juleide Ines D'Agostini  
CPF: 589.785.859-49  
Contratada

## TESTEMUNHAS:

.....  
NOME: Fernanda S. Sganderla  
CPF: 034.191.239-57

.....  
NOME: Valdemar Gritti  
CPF: 296.902.859-04

# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 134/2016

DECRETO Nº 134/2016 De 27 de dezembro de 2016.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento da Parte Sudeste do Lote Urbano no 267 com área de (891m²) e Pequena Parte Nordeste Lote Urbano no 266 com área de (290m²) perfazendo a área de total de (1.181,00m²), sem benfeitorias, situado nesta cidade, Primeiro Distrito do Município e Comarca de Palmitos SC, objeto da matrícula nº. 8.770, de propriedade de Almiro Schuller, conforme identificação abaixo:

#### IDENTIFICAÇÃO INICIAL:

Parte Sudeste do Lote Urbano no 267 com área de (891m²) e Pequena Parte Nordeste do Lote Urbano no 266 com área de (290m²) perfazendo a área de total de (1.181,00m²), sem benfeitorias, situado nesta cidade, Primeiro Distrito do Município e Comarca de Palmitos SC, confrontantes;

##### 1. Área à desmembrar:

Pequena parte Sudeste do Lote Urbano no 267 com área de 290,00m² e pequena parte Nordeste do Lote Urbano nº 266 com área de 290,00 m² perfazendo a área total de 580,00m² sem benfeitorias, confrontando:

NORTE: Compartedo mesmo Lote urbano Nº 267 de Almiro Schuller, por uma linha de 29,00 metros;

SUL: Com parte do mesmo Lote Urbano Nº 266de Margor Janet Hofer Fernandespor uma linha de 29,00 metros;

LESTE: Com a RuaJose Aléssio, por uma linha de 20,00 metros;

OESTE:Comparte do mesmo Lote Urbano No 266 de Flavio José Drescher por uma linha de 10 metros e com parte do mesmo Lote Urbano No 267 de Almiro Schuller, por uma linha de 10,00 metros;

#### DECRETO Nº 134/2016

De 27 de dezembro de 2016.

Em vistas ao desmembramento ora proposto, remanescerá no imóvel da matrícula 8.770 a seguinte área e confrontantes:

##### 2. Reidentificação da Área:

Parte Sudeste do Lote Urbano NO 267 com área de (601,00m²), confrontando:

NORTE: Com Parte do Lote Urbano Nº 267 de Adelino Niedermeyer ou quem de direito, por uma linha de 59,40 metros;

SUL: Com Parte do mesmo Lote Urbano Nº 266 de Flavio José Drescher por uma linha de 30,40 m e com parte do mesmo lote urbano Nº 267 de Almiro Schuller por uma linha de 29,00m;

LESTE: com a Rua José Alessio, por uma linha de 5,00 metros e com parte do mesmo Lote Urbano Nº267 de AlmiroSchuller por

uma linha de 10,00m;

OESTE:Com parte do mesmo lote urbano Nº 267 de Nelson Hoffmann ou quem de direito por uma linha de 15,00 metros;

A área a ser remanescente trata-se de um terreno de fundos que conforme o mapa terá acesso pela Rua Jose Alessio em uma extensão de 5,00 metros.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapa, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Agrônomo CREA/SC 131676-0, Parecer Técnico nº 313/2016, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 8.770 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

#### DECRETO Nº 134/2016

De 27 de dezembro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 27 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

# Papanduva

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 03.620.927/0001-12, Rua Anelio Nicocelli, 1720, Figueirinha – Guaramirim / SC, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 638.924.309-00, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 055/2016, para constar a seguinte alteração:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 055/2016, datado de 25 de novembro de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 073/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 055/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 073/2016; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de março de 2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 27 de dezembro de 2016

Dario Schicovski	Mauricio Vogelsanger
PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe	Otavio Hunka
Matricula: 2675	Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico  
OAB/SC 14035B



# Paraíso

## PREFEITURA

**PR 29/2016**

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 11 de Janeiro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MINIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, LIMPEZA E CONFECÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC, de acordo com as Leis Municipais Nº 1123/09 e 1186/2010".

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0\*\*49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 28 de Dezembro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

**ATA SESSÃO PÚBLICA 47/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO</b>  CNPJ: 80.912.009/0001-08 RUA ALCIDES ZANIN, 593 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 47/2016 Processo de Licitação: 47/2016 Data do Processo: 14/12/2016
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MINIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, LIMPEZA E CONFEÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC,

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 47/2016 (Sequência: 1)**

Ao(s) 28 de Dezembro de 2016, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Decreto nº 1827/2016, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 47/2016, Licitação nº. 28/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ATÉ O HORARIO PREVISTO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, NÃO HOUVE COMPARECIMENTO DE NENHUMA EMPRESA PARA PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 28/2016. O PREGOEIRO JUNTO A SUA EQUIPE DE APOIO DECLAROU A MESMA COMO LICITAÇÃO DESERTA.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Paraíso, 28 de Dezembro de 2016

**COMISSÃO:**

RAIMUNDO OVIDIO MALDANER	- ..... - Pregoeiro(a)
DENISE APARECIDA BACIN	- ..... - EQUIPE DE APOIO
MARCIA DE FATIMA KLEINERT	- ..... - EQUIPE DE APOIO
PAULA ROBERTA BACIN	- ..... - EQUIPE DE APOIO

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 155/2016 SUPLEMENTAÇÃO PREF. FMS DECRETO Nº. 155/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I, IV da Lei Municipal Nº 1016 de 02 de dezembro de 2015, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 - Lei Municipal Nº 1006/2015, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0095 – Recursos Vinculados Estaduais

Código reduzido da despesa: 177

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0104 – Ações e Serviços Públicos de Saúde - Superávit Financeiro

Código reduzido da despesa: 29

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0105 – Atenção Básica - Superávit Financeiro

Código reduzido da despesa: 31

Proj./Ativ. 2.058 Manutenção do PMAQ

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0105 – Atenção Básica - Superávit Financeiro  
Código reduzido da despesa: 30

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Municipal da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação e superávit financeiro, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 34.590,98 (trinta e quatro mil, quinhentos e noventa reais com noventa e oito centavos), no orçamento do Exercício de 2016, conforme abaixo especificado:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0095(177)Aplicações Diretas ..... R\$ 2.408,43

Entidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0104(29)Aplicações Diretas ..... R\$ 6.573,69

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0105(31)Aplicações Diretas ..... R\$ 10.274,36

Proj./Ativ. 2.031 Manutenção do PMAQ

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0105(30)Aplicações Diretas ..... R\$ 15.334,50

Total ..... R\$ 34.590,98

Art. 3º- A suplementação de que trata o artigo 2º se destina a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, Manutenção das Ações de Saúde Pública e Manutenção do PMAQ, provenientes de recursos Estaduais, Atenção Básica e Recursos Municipais que estão creditados nas contas correntes, e na fonte de recursos, vinculação 0095 – Recursos Vinculados Estaduais c/c nº 25545-9 FMAS PSB Investimento, do B. Brasil, Agência 778-1, Torres/RS, e na vinculação 0104 – Ações e Serviços Públicos de Saúde – superávit do exercício anterior na c/c nº 3.6637-4, Agência 5369-4, do B. Brasil SSJ/SC e na vinculação 0105 – Atenção Básica – superávit financeiro exercício anterior na c/c nº 18.664-3, Agência 778-1, do B. Brasil Torres/RS.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de novembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de novembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 156/2016 SUPLEMENTAÇÃO PREF.**

DECRETO Nº 156/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso III da Lei Municipal Nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2016, no valor de R\$ 16.615,91 (dezesesseis mil, seiscentos e quinze reais com noventa e um centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Atividade 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(84)Aplicações Diretas .....	R\$ 14.338,75
3.3.90.00.00.00.00.00 0052(85)Aplicações Diretas .....	R\$ 1.598,96
3.3.90.00.00.00.00.00 0705(167)Aplicações Diretas .....	R\$ 215,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0095(177)Aplicações Diretas .....	R\$ 463,20
TOTAL .....	..... R\$ 16.615,91

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Atividade 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 0052(83)Aplicações Diretas .....	R\$ 1.598,96
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(87)Aplicações Diretas .....	R\$ 14.338,75
4.4.90.00.00.00.00.00 0705(174)Aplicações Diretas .....	R\$ 215,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0702(170)Aplicações Diretas .....	R\$ 463,20
TOTAL .....	..... R\$ 16.615,91

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de novembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de novembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 157/2016 SUPLEMENTAÇÃO PREF.**

DECRETO Nº 157/2016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos do FNAS e recursos Vinculados Estaduais, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 41.705,97 (quarenta e um mil, setecentos e cinco reais com noventa e sete centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação:3.3.90.00.00.00.00.00 0052(85)Aplicações Diretas .....	R\$ 30.800,00
Mod. de Aplicação:3.3.90.00.00.00.00.00 0095(86)Aplicações Diretas .....	R\$ 10.905,97
Total .....	..... R\$ 41.705,97

Art. 2º - Os recursos destinados as suplementações do artigo anterior correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na fonte de recursos 0052 – Recursos do FNAS e 0095 – Recursos Vinculados Estaduais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de novembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 160/2016 SUPLEMENTAÇÃO FMS**

DECRETO Nº 160/2016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos Vinculados Estaduais e Ações e Serviços Públicos de Saúde na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 13.422,88 (treze mil, quatrocentos e vinte e dois reais com oitenta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
 Órgão: 15 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública  
 Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0095(15)Aplicações Diretas ..... R\$ 11.340,85  
 Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0101(16)Aplicações Diretas ..... R\$ 2.082,03  
 Total R\$ 13.422,88

Art. 2º - O valor acumulado do excesso de arrecadação do exercício de 2016 tem por base a média mensal dos valores arrecadados no exercício até o mês de novembro, na vinculação 0095 - Recursos Vinculados Estaduais na c/c nº 52268-6, 0101 – Ações e Serviços Públicos de Saúde, na c/c nº 3.6637-4, Agência 5369-4, do Banco do Brasil SSJ/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de novembro de 2016.  
 Juarez Godinho Scheffer  
 Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 18 de novembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 162/2016 SUPLEMENTAÇÃO PREF. FMS** DECRETO Nº 162/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

“SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso III da Lei Municipal Nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2016, no valor de R\$ 198.274,25 (cento e noventa e oito mil, duzentos e setenta e quatro reais com vinte e cinco centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 Unidade: 02 ENSINO REGULAR  
 Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Regular  
 3.1.90.00.00.00.00.00 0119(33)Aplicações Diretas ..... R\$ 81.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00 0695(42)Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00  
 Total ..... R\$ 88.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
 Órgão: 15 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública  
 3.1.90.00.00.00.00.00 0696(10)Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00 0696(10)Aplicações Diretas ..... R\$ 80.274,25  
 Total ..... R\$ 110.274,25

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 Unidade: 02 ENSINO REGULAR  
 Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Regular  
 4.4.90.00.00.00.00.00 0119(176)Aplicações Diretas ..... R\$ 81.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00 0695(40)Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00  
 Total ..... R\$ 88.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
 Órgão: 15 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública  
 3.3.50.00.00.00.00.00 0696(11)Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00 0696(17)Aplicações Diretas ..... R\$ 80.274,25  
 Total ..... R\$ 110.274,25

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 12 de dezembro de 2016.  
 Juarez Godinho Scheffer  
 Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA 093/2016**

PORTARIA Nº 093, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DESIGNA PRICILA MAGNUS SANTOS, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Pricila Magnus Santos, servidora em caráter efetivo, para exercer além de suas atribuições, a função de responsável pela elaboração de relatórios do Controle Interno, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/12/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de dezembro de 2016.  
 Juarez Godinho Scheffer  
 Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
 Secretário M.de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 14/2016**

Portaria nº 0014/2016

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

O cidadão Ademilson Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Exonerar, a pedido, do cargo de Assessor de Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores a cidadã Gabrielle Idalencio Munzert, a partir do dia 31/12/2015.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 29 de dezembro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jonas Gomes de Souza 1º Secretário

Rua José Hespanhol, 844 CEP:88980-000, Centro, Passo de Torres - SC Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail:

camarapassodetorres@gmail.com

Página 1 Protocolo: 0182 / 2016

Rua José Hespanhol, 844 CEP:88980-000, Centro, Passo de Torres - SC Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail:

camarapassodetorres@gmail.com

Página 2 Protocolo: 0182 / 2016



**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO Nº 62/2016**

DECRETO Nº 62/2016.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 GABINTE DO PREFEITO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 1.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 77.000,00

12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 77.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0118.000000 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0101.000000 – Aplicações Diretas R\$ 28.800,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 7.000,00

10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0102.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0102.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais):

0201 GABINTE DO PREFEITO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.000,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 77.000,00

12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$

77.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0101.000000 – Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0119.000000 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 7.000,00

10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0102.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de dezembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

**DECRETO Nº 63/2016.**

DECRETO Nº 63/2016.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 60.000,00

12.365.0004.1.011 Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Infantil R\$ 60.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.92.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) da fonte 0.1.92.000000 – Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em

29 de dezembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

## **EXTRATOS TERMOS ADITIVOS PARA O ANO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

### **EXTRATOS TERMOS ADITIVOS**

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 20/2015 DE 24/07/2015, conforme Processo Licitatório 38/2015. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CNPJ Nº 83.665.141/0001-50. Objeto: A prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº. 20/2015 até 31/03/2017. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência mencionada decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 14/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 32/2015 DE 17/12/2015, conforme Processo Licitatório 73/2015. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, CNPJ Nº 09.427.503/0001-12. Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 32/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017. Data da assinatura: 14/12/2016.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2015 DE 24/03/2015, conforme Processo Licitatório 20/2015. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: A prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº. 10/2015 até 31/03/2017. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência mencionada decorre em conformidade ao que disciplina o VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016, TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2016, conforme Processo Licitatório 05/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado VITALAB ANÁLISE CLÍNICAS LTDA, CNPJ nº 04.888.923/0001-82, Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 03/2016 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2017. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2016 DE 01/04/2016, conforme Processo Licitatório 12/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ N.º 21.979.804/0001-54. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 09/2016 por 120(cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016 DE 06/04/2016, conforme Processo Licitatório 13/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 10/2016 por 120(cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento

: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2016 DE 29/04/2016, conforme Processo Licitatório 24/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 12/2016 por 120(cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento : A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2016 DE 10/06/2016, conforme Processo Licitatório 33/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 17/2016 por 120(cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2016 DE 21/06/2016, conforme Processo Licitatório 34/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 19/2016 por 120(cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2016 DE 22/06/2016, conforme Processo Licitatório 37/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BRITAGEM VOGELSANGER LTDA , CNPJ N.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 22/2016 por 120 (cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2016 DE 02/12/2016, conforme Processo Licitatório 59/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado AGRITECH LAVRALE S.A MAQUINÁRIO AGRÍCOLA E COMPONENTES , CNPJ N.º 88.658.984/0004-96. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº. 34/2016 por 120 (cento e vinte) dias, à partir de 01/01/2017. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.Data da assinatura: 15/12/2016.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2016 DE 13/05/2016, conforme Processo Licitatório 27/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ N.º 13.565.760/0001-98. Objeto: é a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, visando a alteração de valor do objeto, que conforme planilha anexa, houve a necessidade do acréscimo de alguns itens devido a necessidade da adequação do projeto inicial, onde no projeto arquitetônico e estrutural previa alguns itens os quais não estavam contemplados no orçamento quantitativo e financeiro, sendo necessário um acréscimo de R\$ 10.616,83 (dez mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos) na planilha orçamentária, aumentando em R\$ 10.616,83 (dez mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos) em um percentual a maior de 1,16%

(um virgula dezesseis por cento), alterando o valor da Clausula Oitava de R\$ 944.107,73 (novecentos e quarenta e quatro mil, cento e sete reais e setenta e três centavos), para R\$ 954.724,56 (novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Bem como, prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 14/2016 por 120 (cento e vinte) dias a partir de 01/01/2017. Fundamento : O acréscimo de valor e a prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina alínea "a" do inciso I do artigo 65 e inciso I do artigo 57 da Lei 8.666/93. Data da assinatura: 16/12/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016 DE 01/11/2016, conforme Processo Licitatório 50/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado RF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA, CNPJ N.º 78.824.224/0001-05. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 30/2016 até 27/02/2017. Fundamento: A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina no art. 57, II da Lei nº. 8.666/93. Data da assinatura: 22/12/2016.

## **TERMO ADITIVO AO CONVÊNIOS 2016**

### **1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2016**

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.892 365/0001-32, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE PAULO LOPES - APAE, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 78.626.330/0001-84, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao Convênio acima citado, firmado em 13 de janeiro de 2016, amparado na Lei nº. 1547 de 12 de março de 2013 e suas alterações, conforme segue: Fica prorrogado a vigência do convênio 01/2016, até a data de 31/12/2017. Data da Assinatura: 28/12/2016.

### **1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 02/2016**

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.892 365/0001-32, e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE INTEGRADA DE PAULO LOPES - ASSIPA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 95.887.188/0001-48, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao Convênio acima citado, firmado em 19 de janeiro de 2016, amparado na Lei nº. 1596 de 27 de dezembro de 2013 e suas alterações, conforme segue: Fica prorrogado a vigência do convênio 02/2016, até a data de 31/12/2017. Data da Assinatura: 28/12/2016.

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PORTARIA Nº. 09/2016**

PORTARIA Nº. 08/16

TOBIAS MANOEL RAUPP, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR**

JÚLIO CÉSAR BECK, brasileiro, casado, CPF 030.797.929-63, do cargo de Assessor Jurídico, com vencimento mensal de R\$ 1.637,91 (Um mil e seiscentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos), com efeitos até dia 31 de dezembro de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 29 de Dezembro de 2016.

Tobias Manoel Raupp  
Presidente

Publicada a presente Portaria em 29 de Dezembro de 2016.

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA AO EDITAL - PP50/2016-PMP

ERRATA DE EDITAL Nº. 01/2016  
EDITAL

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2016 - PMP

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
01	sAco de lixo 200 litros preto, reforçado, medindo 90cm de altura e 1.20 de largura, cor preta, 0,10 micras, deve conter dados do fabricante e a litragem composição 98% polietileno e 2% pigmentos. o fardo deverá conter 100 unidades.	FARDO	60	R\$ 92,00	R\$ 5.520,00
02	saco de lixo 100 litros preto, reforçado, medindo 70 cm de altura por 1.05 de largura 0.08 micras, deve conter dados do fabricante e a litragem composição 98% polietileno e 2% pigmentos – o fardo deverá conter 10 unidades	Fardo	120	R\$ 47,00	R\$5.640,00

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
01	sAco de lixo 200 litros preto, reforçado, medindo 90cm de altura e 1.20 de largura, cor preta, 0,10 micras, deve conter dados do fabricante e a litragem composição 98% polietileno e 2% pigmentos. o fardo deverá conter 100 unidades. (apresentar amostra do produto no ato da sessão pública).	FARDO	60	R\$ 92,00	R\$ 5.520,00
02	saco de lixo 100 litros preto, reforçado, medindo 70 cm de altura por 1.05 de largura 0.08 micras, deve conter dados do fabricante e a litragem composição 98% polietileno e 2% pigmentos – o fardo deverá conter 10 unidades. (apresentar amostra do produto no ato da sessão pública).	Fardo	120	R\$ 47,00	R\$5.640,00

Ficam inalteradas as demais cláusulas do edital.

Penha, 27 de dezembro de 2016.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária da Administração

### 1º TERMO ADITIVO 193/2016-PMP

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA
--	---

TERMO ADITIVO N.º 193/2016 - PMP

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 07/2016 - PMP

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 07/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE PENHA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro



Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de PENHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.327/0001-00, com sede Av. Nereu Ramos, 190, CEP 88385-000, na cidade de PENHA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 004.832.339-00, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 07/2016, celebrado em 2016, originário do Processo Licitatório n.º 03/2016 - PMP, Dispensa de Licitação n.º 01/2016 - PMP, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 07/2016 - PMP, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 8.280,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.530,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 3.300,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 13.110,00 (treze mil e cento e dez reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.092,50 (um mil e noventa e dois reais e cinquenta centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensalmente, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5411-9, Conta Corrente n.º 12.346-3, de titularidade da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º 2842/2016 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 07/2016 - PMP.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 28 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES Prefeito(a) de PENHA CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
--	---



**ATA CONCIDADE****ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA****-2016-**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Secretaria de Planejamento do Município de Penha situada na Avenida Antônio Joaquim Tavares, número cento e um, centro, na cidade de Penha/SC, reuniu-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, para participarem da 6ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente este secretário cumprimentou todos os presentes, agradecendo pela presença, e leu a ata da Quinta Reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade e a ata da Terceira Conferência Municipal, deste Conselho, sendo aprovada com ressalvas, onde o Senhor Everaldo Sugeriu que o prazo para o município fazer o serviço no loteamento deverá ser o mesmo do loteador que é de 18 meses. Também que na legislação não consta o prazo para o município fazer o serviço que o loteador não o fez no prazo de execução. Em seguida foi passada a palavra ao Senhor Everaldo que apresentou às propostas de alteração na Lei 002/2007 – Plano Diretor, referente os artigos 315, 335, 339 e 340. Ficando assim descritos:

- Cria o parágrafo Terceiro, do Artigo 315 da LC Número 002/2007.

Artigo 315: As obras e serviços de infraestrutura urbana exigidos para loteamento deverão ser executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, aprovado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Primeiro: O loteador terá o prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do decreto de aprovação do loteamento, para executar as obras e serviços de infraestrutura.

Parágrafo Segundo: Poderão ser feitas alterações na sequência de execução dos serviços e obras mencionados neste artigo, mediante apresentação de cronograma que justifique as alterações, devendo as mesmas ser autorizadas previamente pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Terceiro: O cronograma físico-financeiro das obras de infraestrutura e serviços de loteamento deverá ser elaborado priorizando a infraestrutura básica estabelecida no Artigo 310 desta Lei.

- Da nova redação aos parágrafos Primeiro, Terceiro e Quinto do Artigo 335 da Lei Complementar Número 002/2007.

Artigo 335: Em garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura básica exigida para o loteamento, dar-se-á em caução área de terreno correspondente ao custo da época de aprovação das obras e serviços a serem realizados.

Parágrafo Primeiro: Os lotes caucionados deverão ser discriminados, correspondentemente ao valor de cada inciso dos serviços ou obras de infraestrutura especificada no artigo 311 desta Lei, cabendo ao Município escolher os lotes a serem caucionados.

Parágrafo Segundo: O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área, sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

Parágrafo Terceiro: Concluídos cada serviço e obra de infraestrutura exigidos para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução para cada inciso do artigo 311 desta Lei.

Parágrafo Quarto: A caução será formalizada mediante escritura pública que deverá ser levada ao Registro de Imóveis, no ato do registro do loteamento.

Parágrafo Quinto: A liberação das áreas caucionadas poderá ser parcial e somente ocorrerá quando cada inciso do artigo 311 estiver executado totalmente, respeitada a ordem dos incisos constantes no artigo 310 desta Lei.

- Da nova redação Caput e ao Parágrafo Segundo do Artigo 339 da LC Número 002/2007.

Artigo 339: Uma vez realizada cada obra de infraestrutura e serviços, correspondente a cada inciso do Artigo 311, exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal solicitará à Prefeitura Municipal, através de requerimento, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

Parágrafo Primeiro: O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta atualizada do loteamento que será considerada oficial para todos os efeitos.

Parágrafo Segundo: Após a vistoria a Prefeitura Municipal expedirá um laudo de vistoria e caso a obra de um ou mais incisos do artigo 311, estejam de acordo o Termo de Compromisso e com as demais exigências municipais, expedirá um Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO, o qual deverá ser encaminhado ao Registro Geral de Imóveis para liberação da caução correspondente a cada inciso executado totalmente.

- Cria o Parágrafo Segundo do Artigo 340 da LC Número 002/2007.

Artigo 340: A não execução total das obras e serviços no prazo legal caracterizará inadimplência do loteador, ficando a cargo do Município a realização das mesmas.

Parágrafo Primeiro: Para cumprimento do disposto no caput deste artigo a administração pública promoverá a adjudicação de tantos lotes caucionados quanto forem necessários.

Parágrafo Segundo: A administração pública terá o prazo de (18) dezoito meses para a execução das obras de infraestrutura e serviços decorrentes da inadimplência do loteador, a contar da data que estabelece o prazo máximo para sua execução pelo loteador.

O Senhor Everaldo falou ainda que sobre os 20 por cento que foram pedidos, na ata anterior, para que fosse alterado o valor da caução, infelizmente não pode ser colocado ou foi retirado, pois não aparece mais na legislação federal. Por fim em concordância entre os membros presentes, a alteração foi aprovada conforme descrita pelo Senhor Everaldo e futuramente será enviada para a Câmara de Vereadores, e quem sabe, futura aprovação.

Após, este Secretário, comentou que em conversa com a Senhora Adriana na Secretaria da Fazenda, onde a mesma falou que a Empresa Baltt, requereu um boleto único para pagamento da compensação do FUNDURB, onde inicialmente vencerá o mesmo em 30/12/2016, mas que a advogada da empresa esteve na Secretaria da Fazenda perguntando sobre algum desconto se pagar à vista, ou em quatro vezes. Também falou que o cliente tem intenção de fazer o pagamento em 60 vezes. Que irá conversar com o mesmo e caso o boleto não seja pago no dia 30, retornará para novas conversações. Finalizando, em concordância com os membros foi marcada a primeira reunião ordinária que será com a nova administração e vereadores, que deverá ser em 14/02/2017.

Vencida a pauta da noite e não havendo mais nada a tratar e a relatar, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Evaldo Eredes dos Navegantes  
Presidente  
Maurílio Pedro Leite  
Secretário



**ATA CONCIDADE****ATA DA 3ª CONFERÊNCIAMUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA  
-2016-**

Aos setedias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Câmara de vereadores de Penha S.C., situada à Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº101, bairro Centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, juntamente com autoridades e membros de entidades para discutirem e apresentaremos assuntos sobre a 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA-2016, com o objetivo de deliberação da proposta de Alteração do "Artigo 335" do Plano Diretor Municipal – Lei 002/2007, onde primeiramente o Senhor Everaldo fez um explicativo do referido artigo e seus Incisos, lendo todo artigo como está no momento e com as alterações. Em seguida passou para os presentes para que possam tirar suas dúvidas ou apresentar seus questionamentos. O Sr. Ugo, perguntou quanto representa à calção no loteamento em custo? E Quando está autorizada a venda de lotes. O senhor Everaldo respondeu que fica entre 15% a 20% do total bruto de vendas de lotes., sendo que a lei federal 6766 prevê, um percentual de 20%. Já a venda está autorizada a partir do registro dos lotes. Este secretário colocou que no artigo 335, Inciso 1º, consta erroneamente artigo 315, sendo na verdade artigo 311, sendo que deverá ser corrigido, juntamente com as devidas alterações deste artigo. O Senhor Everaldo lembrou que na reunião passada foram apresentadas algumas ideias, referente ao assunto pelos membros Senhor André e Doutora Cristina. Antes de passá-los o Senhor Sebastião pediu ao Senhor Everaldo que se possível pudesse ler na íntegra os artigos 310 e 311, desta forma o Senhor Everaldo leu os artigos em questão. O Senhor André perguntou: - quando o loteador não executar todo serviço básico e não cumprir o prazo determinado qual será o prazo para o município fazer o serviço não feito pelo loteador? Respondido pelo Senhor Everaldo, que acha que este prazo deverá ser o mesmo do loteador, que é de 1 ano e 8 meses. O Senhor André, perguntou como serão vendidos os lotes caucionados? Respondido pelo Senhor Everaldo: - Por leilão. O Senhor Sebastião, acha que a garantia deveria ser maior do que o valor da infraestrutura. O Senhor Everaldo disse que à lei federal acrescenta em mais 20%, além dos valores dos serviços. Sendo assim, o Senhor Sebastião pede que seja colocada na Legislação esta mesma porcentagem. O vereador Senhor Sérgio Melo, perguntou a partir de quando se inicia o prazo dos serviços de infraestrutura. Respondido pelo Senhor Everaldo: - Após o registro dos lotes no Cartório de Registro de Imóveis. O Vereador Senhor Sérgio, perguntou ainda, e se o loteador fizer apenas uma parte de um item dos serviços básicos, o que acontece? Respondido pelo Senhor Everaldo: - Perde toda a parte caucionada deste item. O Senhor Ugo, Perguntou: Primeiro: se à pavimentação é item obrigatório a ser feito, pelo loteador? Segundo: E se o loteador preferir perder a calção? Respondido primeiramente pelo Senhor Everaldo, que a pavimentação não faz parte dos serviços básicos de infraestrutura, após o Senhor Sebastião respondeu que por isso que temos que colocar na lei 20%, além dos valores caucionados, conforme permite a lei federal. O Senhor André, perguntou quem faz a avaliação dos lotes? Respondido pelo Senhor Everaldo que é feito por perito, sendo obrigatórias três avaliações. A Doutora Cristina, também pediu que colocassem na lei os 20% a mais do valor de calção dos serviços de infraestrutura do loteamento. O Senhor Everaldo, falou sobre a retirada da palavra total, no artigo 340, corrigindo o mesmo, constando ainda que este artigo terá os parágrafos Primeiro e Segundo. O senhor Ugo, perguntou se estão constados em algum documento os lotes caucionados do loteamento. Respondido pelo Senhor Everaldo, que está especificado no termo de Aprovação do Loteamento. O Senhor Valdemir falou que quando o loteador não averba o loteamento a responsabilidade fica sendo do Município de fazer às benfeitorias. A doutora Cristina perguntou se à averbação consta nos itens da legislação? Respondendo o Senhor Everaldo, disse que sim, e que a calção deve constar na escritura pública.

Finalizando, o Senhor Everaldo, presidente deste Conselho, falou aos membros e presentes que será montada redação pelo Senhor Everaldo, na SEPLAN, que será apresentada na próxima reunião ordinária do CONCIDADE para encaminhamento Câmara Municipal para futura aprovação. Vencida a Pauta da noite e não havendo mais nada a tratar, eu, Maurílio Pedro Leite, Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, SC, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:**

"Em garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura básica exigida para o loteamento, dar-se-á em caução área de terreno correspondente ao custo da época de aprovação das obras e serviços a serem realizados. Parágrafo 1º - os lotes caucionados deverão ser discriminados, correspondentemente ao valor de cada inciso dos serviços ou obras de infraestrutura especificados nos artigos 310 e 311 desta Lei, cabendo ao Município escolher os lotes a serem caucionados. Parágrafo 2º - O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área, sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado. Parágrafo 3º - Concluídos cada serviço e obra de infraestrutura exigida para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução. Parágrafo 4º - A caução será formalizada mediante escritura pública que deverá ser levada ao Registro de Imóveis, no ato do registro do loteamento. Parágrafo 5º - A liberação das áreas caucionadas poderá ser parcial e somente ocorrerá quando cada Inciso dos artigos 310 e 315 estiverem executados."

Evaldo Eredes dos Navegantes  
Presidente  
Maurílio Pedro Leite  
Secretário

# Peritiba

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES 01-2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI, PREFEITA MUNICIPAL DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos fornecedores da Administração Pública do Município, sendo necessária a apresentação da seguinte documentação, em atendimento ao Artigo 35 da referida Lei:

1 - Habilitação Jurídica – Em atendimento ao Inciso I do Artigo 27 e nos termos do Artigo 28:

- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa (Inciso I, art. 28);
- b) Registro comercial, no caso de firma individual (Inciso II, art. 28);
- c) Contrato Social e última alteração, no caso de sociedade por cotas de responsabilidade limitada (Inciso III, art. 28);
- d) Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (Inciso III, art. 28);
- e) Declaração identificadora e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.
- f) Declaração identificadora e assinada pelo Representante Legal em atendimento ao Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- g) Declaração identificadora e assinada pelo Representante Legal, de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público, membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal, ou parlamentar de qualquer esfera da administração.

2- Regularidade Fiscal - Em atendimento ao Inciso IV do Artigo 27 e nos termos do Artigo 29:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ (Inciso I, art. 29);
- b) Prova De Inscrição No Cadastro De Contribuintes Da Fazenda Estadual - Fac (Inciso II, art. 29);
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Municipal – Alvará de Licença – relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao seu ramo de atividade (Inciso II, art. 29);
- d) Certidão unificada de regularidade de débito previdenciário, com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional; (Inciso III, art. 29);
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Inciso III, art. 29);
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa (Inciso III, art. 29);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3 – Regularidade Social Em atendimento ao Inciso IV do Artigo 27

e nos termos do Artigo 29:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)- (Inciso IV, art. 29);

Parágrafo Primeiro – Todos os documentos enumerados nos itens 1 a 3 deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, conforme preceituado no Artigo 32 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Atendida a documentação enumerada nos itens 1 a 3, será expedido pelo setor competente da administração o Certificado de Registro Cadastral que terá validade de 01 (um) ano.

I. A validade do Certificado de Registro Cadastral não eximirá a empresa da obrigatoriedade de atualização, no referido cadastro, das certidões expedidas por outros órgãos e cujo vencimento é determinado por estes, quando da vigência de contratos com o município.

II. Facultar-se-á a Comissão de licitações, para a habilitação em Certames Licitatórios, a aceitação do Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos enumerados nos artigos 28 a 31, nos termos do § 2º, Art. 32, apenas para os documentos que fazem parte do presente certificado e desde que:

- a) Seja previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 8.666/93. (§ 3º, Art. 32);
- b) O vencimento dos documentos e certidões enumerados nos itens 1 a 3 do presente edital deverá estar em conformidade com a data de apresentação da documentação para habilitação definida no respectivo edital de licitação;
- c) Apenas nas modalidades previstas no § 1º do artigo 32 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências ao Art. 27 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 37 desta.

Os documentos deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada no Setor de Licitações do Município de PERITIBA sito a Rua Frei Bonifácio nº 63 centro, cidade e Município de Peritiba em dias úteis no horário compreendido entre as 8:00 horas as 11:30 horas da manhã e das 13:30 as 17:30 horas da tarde.

Peritiba-SC, 02 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

XXXXXXXXXX

Representante Legal

RG:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ da cidade de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu sócio Administrador Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que a Empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

XXXXXXXXXX

Representante Legal

RG:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO, MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OU PARLAMENTAR DE QUALQUER ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os fins de direito, sob as penas da lei que não integra nosso quadro social, nem nosso quadro funcional, servidor público, empregado público, membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal ou parlamentar de qualquer esfera da administração.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

XXXXXXXXXX

Representante Legal

RG:

CPF:

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

#### EXTRATO DE CONTRATO 133 2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 05/2016, Pregão Presencial nº 05/2016

Objeto: Prorrogar a vigência do contrato 23/2016 até 31/03/2017, para prestação de Serviços de Inseminações Artificiais em bovinos de produtores do Município de Peritiba atendidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, nos seguintes dias e horários: Sábados, domingos e feriados das 08h às 11h:30 e das 13h:30 às 18h.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2016  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016  
Contratado: SEVERINO VIEIRA

CPF nº 538.432.319-15

Valor: R\$ 4.339,05 (Quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e cinco centavos).

Data de Vigência: 28/12/2016 até 31/03/2017.

Município de Peritiba – SC em 28 de Dezembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 134 2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato:

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original 53/2015 para elaboração de Relatório Ambiental Prévio – RAP, projetos de controles ambientais e Cadastro do IBAMA, para o licenciamento ambiental da atividade de armazenamento temporário de resíduos classe IIA e IIB, fazer o levantamento da documentação e o preenchimento de formulários para cadastramento junto ao órgão ambiental (FATMA), objetivando obter as licenças Ambientais Prévia, de Instalação e de Operação do barracão industrial localizado na linha Cruz e Souza do Município de Peritiba.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 134/2016 - SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2015

Contratado: CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME

CNPJ: 07.416.630/0001-90

Data de Vigência: 28/12/2016 até 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 28 de Dezembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 13-2016**

DEVOLVE VALORES À PREFEITURA

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com o inciso V do art. 63 da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Devolver, à Tesouraria da Prefeitura, o saldo de caixa existente na Câmara no final do exercício 2016.

Art. 2º Os recursos totais somam R\$ 229.524,53(duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), os quais são oriundos de:

I - Recursos ordinários não utilizados: R\$ 215.697,26;

II - Recursos do Imposto de Renda Retido na Fonte: R\$ 2.960,40;

III - Rendimentos de Aplicação Financeira: R\$ 10.866,87.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 27 de dezembro de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente

**PORTARIA Nº 14-2016**

CONCEDE FÉRIAS A GUSTAVO DOS SANTOS BIGATON

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Gustavo dos Santos Bigaton, ocupante de cargo comissionado de Assessor Jurídico, no período de 2 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 11/02/2016 a 10/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal



# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.160 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.160 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 83.467,38 (oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.1009 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 11.722,57

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1010 – Reurbanização de Praças e Ruas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 29.038,03

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011 – Pavimentação de Ruas e Calçadas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 42.706,78

TOTAL: R\$ 83.467,38

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 344.955,00 (trezentos e quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 12.960,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 2.200,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

Unidade Orçamentária: 06.002- Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 31.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0118000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 293.795,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 13.000 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075– Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL: R\$ 344.955,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminada

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 15.160,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

Unidade Orçamentária: 06.002- Gestão Financeira e Contábil  
Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 31.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0118000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 293.795,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais  
Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 13.000 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075– Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL: R\$ 344.955,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 22.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 122.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil oitocentos reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2065 - Programa de Farmácia Básica

Elemento: 339300.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670501 – Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 22.800,00

TOTAL: R\$ 26.800,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 6º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 64.039,00 (sessenta e quatro mil trinta e nove reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 22.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.550,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380206 – PSF - Odontológico R\$ 8.700,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 7.200,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 3.000,00

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 10.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 1.589,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 4.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670201 – PSF/Estadual R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 64.039,00

Art 7º - Os valores resultantes das transposições do Art. 6º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 32.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.550,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380206 – PSF - Odontológico R\$



8.700,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 8.789,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 7.000,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670201 – PSF/Estadual R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 64.039,00

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 16 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

## **TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 006/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 047 / 2016

CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 006 / 2016

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA RIBEIRÃO SOUTO - BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000018224.

A obra objeto do presente processo licitatório seria custeada através de recursos do Convênio celebrado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau – SDR, conforme Proposta Transferência n.º 0000018224. Porém, o convênio não foi assinado e o recurso não mais será liberado.

Desta forma, atendendo aos interesses da Secretaria de Obras do Município de Pomerode/SC, declaro TOTALMENTE REVOGADA a Licitação na modalidade CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 006/2016, com base nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação, para que produza os efeitos legais.

A REVOGAÇÃO do citado certame é possível, conforme as prerrogativas do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentada”.

Pomerode / SC, 27 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.480, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.480, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

REGULAMENTA O ARTIGO 8º DA LEI MUNICIPAL 2345/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

DECRETA:

Art. 1.º Fica considerado como Animal Comunitário aquele que, apesar de não ter proprietário definido e único, estabelece com a população do local onde vive vínculos de carinho, dependência e manutenção.

Parágrafo Único: Entende-se como animais comunitários animais assistidos por protetores de animais e pessoas indeterminadas no seu círculo de vizinhança.

Art. 2.º Ficam estabelecidas normas de identificação, controle e atendimento a Animais Comunitários, na forma prevista neste Decreto.

Art. 3.º O animal comunitário será preferencialmente mantido no local onde se encontra, sob fiscalização do Centro de Zoonoses do Município de Porto Belo, e cujas atribuições estão relacionadas a seguir;

I- prestar atendimento médico veterinário gratuito;

II- realizar esterilização gratuita conforme disposto na Lei nº 3.739, de 30 de abril de 2004;

III- proceder à identificação a ser feita por meio de cadastro renovável anualmente.

IV – implantar microchip com intuito de efetivar o controle;

§ 1º Para os fins previstos neste artigo o animal deverá enquadrar-se como objetivo nos preceitos zoossanitários.

§ 2º O Animal Comunitário será cadastrado, progressivamente, terá identificação e deverá receber tratamento veterinário, por parte do Município, diretamente ou por meio de terceiros devidamente conveniados.

§ 3º A identificação de que trata este artigo será realizada pelo Centro de Zoonoses do Município de Porto Belo, que se incumbirá de cadastrar os voluntários que se encarregam do trato diário do animal.

§ 4º O “Cão Comunitário” terá direito ao cuidado pelos munícipes que contribuirão para o seu bem estar garantindo comida, água e abrigo, e pelo Município que será encarregado de fornecer vacinas, esterilização e zelo pela sua saúde clínica seja através de projetos comunitários ou disponibilização da estrutura do poder público.

Art. 4º Serão responsáveis-tratadores do animal comunitário aqueles membros da comunidade que com ele tenham estabelecido vínculos de afeto e dependência recíproca e que para tal fim se disponham voluntariamente.

Parágrafo único. Os responsáveis-tratadores serão cadastrados pelo órgão supra-citado e receberão crachá do qual constará qualificação completa e logotipo da Prefeitura

Art. 5º – O recolhimento de animais observará procedimentos protetivos de manejo, de transporte e de averiguação da existência de proprietário, de responsável ou de cuidador em sua comunidade.

Art. 6º – O animal de rua com histórico de mordedura injustificada – comprovada por laudo clínico e comportamental, expedido por médico, deverá ser disponibilizado ao público tão logo o animal seja avaliado – será obrigatoriamente castrado e inserido em programa especial de adoção, com critérios diferenciados.

Parágrafo único – O expediente prevê a assinatura de termo de compromisso pelo qual o adotante obrigar-se-á a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães de raça bravia, a manter o animal em local seguro e em condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.

Art. 7º – Para efetivação desta Lei, o Poder Público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I – destinação, por órgão público, de local para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, que será aberto à visitação pública, onde os animais serão separados conforme critério de compleição física, idade e comportamento;

II – campanhas que conscientizem o público da necessidade de esterilização, de vacinação periódica e de que maus tratos e abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configuram, em tese, práticas de crime ambiental;

III – orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

### DECRETO Nº 1.481, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.481, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 68, § 1º, 69 e 70 do Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto Federal nº 7.654/2011, e

CONSIDERANDO as normas que disciplinam a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam cancelados, em 30 de dezembro de 2016, com fundamento no artigo 70 do Decreto Federal nº 93.872/86, os Restos a Pagar Processados relativos ao exercício de 2011 e anteriores, dos órgãos e entidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta do Município, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 2º A geração das despesas classificadas como Restos a Pagar, no âmbito de cada órgão e entidade da Administração Direta e Indireta do Município, será de inteira responsabilidade de seu

respectivo titular e deverá observar o princípio da competência e a suficiência da disponibilidade de caixa na respectiva fonte de recurso para seu atendimento, conforme estatui o artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º Em observância ao regime de competência da despesa, deverão ser mantidas empenhadas e contabilizadas no corrente exercício financeiro somente as despesas relacionadas a obrigações com parcela de adimplemento prevista até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º A Inscrição de despesas classificadas como Restos a Pagar não Processados, no encerramento do exercício financeiro e da emissão de Nota de Empenho de 2016 fica condicionada à indicação pelo Ordenador de Despesa de cada Órgão e Unidade Orçamentária.

§ 3º O relatório com a indicação das despesas classificadas como Restos a Pagar não Processados a serem inscritos em 31 de dezembro de 2016 deverá ser encaminhado à Controladoria - Geral do Município até o dia 26 de dezembro de 2016, pelo Ordenador de Despesa de cada Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 3º Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar na forma do artigo 1º do presente Decreto, fica assegurado o direito do credor ao recebimento do crédito eventualmente reclamado, hipótese em que a despesa será reempenhada, por ocasião do reconhecimento da dívida, à conta de dotação destinada a Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 4º Os ordenadores de despesas da Administração Municipal serão responsáveis pelo cancelamento dos Restos a Pagar de seus respectivos órgãos e entidades.

Art. 5º Na Execução Orçamentária do exercício de 2016, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município deverão observar o prazo final para emissão de notas de empenho de despesas, no ambiente operacional do Sistema de Orçamento, Contabilidade e Financeiro utilizado pelo Município, que será dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 6º Excluem-se da regra estabelecida no artigo 5º as despesas classificadas nas Funções 10 (Saúde) e 12 (Educação), assim como as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, PIS/PASEP, Sentenças Judiciais, Despesas Judiciais, Indenização e Restituição, Precatórios Judiciais, Juros, Amortização e Encargos da Dívida, Calamidade Pública, Prestação de Serviços de Concessionários de Serviços Públicos, as decorrentes de convênios, as custeadas com recursos decorrentes de operações de crédito, as custeadas com as demais fontes de recursos vinculadas (desde que haja disponibilidade financeira) e aquelas relacionadas ao calendário de eventos de final de ano e 1º de janeiro de 2016 no Município, que poderão ser empenhadas até 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º Os responsáveis pelos bens patrimoniais móveis e imóveis e pelos bens em almoxarifado deverão promover o levantamento físico completo dos bens sob sua responsabilidade, com envio dos respectivos demonstrativos ao setor de contabilidade de sua unidade gestora até o dia 30 de dezembro de 2016, para a realização dos registros contábeis necessários para encerramento do balanço do exercício de 2016.

Parágrafo Único - O levantamento dos bens patrimoniais móveis e imóveis e dos bens em almoxarifado, tratado no caput deste artigo, deverá ser efetuado em consonância com o disposto nos artigos 94 a 96 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com os modelos estabelecidos na Deliberação TCE-SC.

Art. 8º Os Secretários Municipais, os Dirigentes de Autarquias, Fundações e os Diretores e Coordenador de Controle Interno dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município ficam incumbidos de zelar pelo cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 9º A realização de despesas em desacordo com as normas constantes deste Decreto, bem como o descumprimento das disposições legais aplicáveis à matéria, especialmente da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sujeitará os agentes públicos que lhe deram causa à apuração de responsabilidade.

Art. 10 A Controladoria-Geral do Município poderá ainda adotar, se for o caso, medidas administrativas objetivando orientar os

procedimentos necessários ao cumprimento do que estabelece este Decreto.

Art. 11 As dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto e os casos omissos poderão ser resolvidos pela Secretaria de Administração, Secretaria Municipal de Fazenda e Controladoria-Geral do Município, assim como pelos dirigentes das entidades que compõem a Administração Indireta.

Art. 12 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

## **LEI COMPLEMENTAR 078-16 - ALTERA LEI 33 - MACROZONEAMENTO**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 078, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 33/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O Anexo I da LC 33/2011, passa a apresentar o MACROZONEAMENTO dado pelo Anexo Único desta lei, com exceção da Macrozona Urbana de Qualificação 7 e Macrozona Urbana do Araçá.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

## **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 078, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 078, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 33/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O Anexo I da LC 33/2011, passa a apresentar o MACROZONEAMENTO dado pelo Anexo Único desta lei, com exceção da Macrozona Urbana de Qualificação 7 e Macrozona Urbana do Araçá.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 079, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 079, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA O ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 33/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O Anexo III da LC 33/2011, passa a contar com a redação dada pelo Anexo Único desta lei.

Art. 2º As ZEITAS 03,04 e 08 passarão a ter os mesmos parâmetros urbanísticos para ocupação do solo da ZEITA 05.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

## LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 079, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. - ANEXO

**ANEXO III**  
**PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO DO SOLO NAS MACROZONAS, ZONAS, SETORES E EIXOS**

Macrozonas / Eixos / Zonas Especiais / Setores Especiais	Parâmetros para construção				Parâmetros de parcelamento <sup>(1)</sup>			
	Coeficiente de aproveitamento		Taxa de permeabilidade do solo (%)	Taxa Máxima de Ocupação do Solo	Recuos (m)		N. pavimentos(un./Gabarito(m))	Unidade Autônoma Mínima
	Mínimo	Básico			Frontal	Laterais/fundos		
Macrozona Rural de Proteção Ambiental – MRPA (acima da cota 50)	-	0	0	80	4	5/5	2	20000
Macrozona Rural de Ocupação Orientada – MRO	-	0,3	0,3	80	4	5/5	2	20000
Macrozona Urbana de Proteção Ambiental – MUPA	-	-	-	CONFORME PARÂMETROS DEFINIDOS NOS PLANOS DE MANEJO E EDIFICAÇÃO CONDICIONADA A CRIAÇÃO DE RPPN	Não Edificante			
Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 1 – MUO1 até a cota 20 metros	-	1	1	40	4	4/4 <sup>(6)</sup>	2/7	600
Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 2 – MUO2 (da cota 20 metros a 50 metros)	-	0,15 <sup>23</sup>	0,15 <sup>23</sup>	80 <sup>(14)</sup>	6	4/4 <sup>23</sup>	2/7	2.000
Macrozona Urbana de Consolidação 1 – MUCON1	0,1	1,0	1,0	35	4	1,5/1,5	2/7	360
Macrozona Urbana de Consolidação 2 – MUCON2	0,1	1,50	2,25 <sup>24</sup>	30/15 <sup>24</sup>	4	0/0 <sup>(15)</sup>	2/9	360
Macrozona Urbana de Consolidação 3 – MUCON3	0,1	1,80	3,00 <sup>27</sup>	30/15 <sup>27</sup>	4	0/0 <sup>(15)</sup>	3/12	360
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 1 – ZEITA1	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 2 – ZEITA2	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 3 – ZEITA3	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 4 – ZEITA4	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 5 – ZEITA5	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 6 – ZEITA6	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 7 – ZEITA7	-	1,0	2,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	4/16 <sup>26</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 8 – ZEITA8	-	1,0	1,0	35	4	2,5/2,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 9 – ZEITA9	-	1,0	1,0	25	3	1,5/1,5 <sup>26</sup>	2/9 <sup>25</sup>	NÃO PERMITIDO
Macrozona Urbana de Qualificação 1 – MUQ1	-	1,0	1,0	35	5	1,5/1,5	2/7	360
Macrozona Urbana de Qualificação 2 – MUQ2	-	1	2	40	4	0/0 <sup>(13)</sup>	LIVRE	360
Macrozona Urbana de Qualificação 3 – MUQ3	-	2,5	4,0	30/15 <sup>11</sup>	4	0/0 <sup>(13)</sup>	8/28 <sup>(3)</sup>	360
Macrozona Urbana de Qualificação 4 – MUQ4	-	3,0	4,0	30/15 <sup>11</sup>	4	0/0 <sup>(13)</sup>	10/35 <sup>(3)(42)</sup>	360
Macrozona Urbana de Qualificação 5 – MUQ5	-	2,5	3	30	4	0/0 <sup>(13)</sup>	12/42 <sup>(3)(40)</sup>	360
Macrozona Urbana de Qualificação 6 – MUQ6	-	2,5	3	30	4	0/0 <sup>(13)</sup>	LIVRE	360
Macrozona Urbana de Qualificação 7 – MUQ7	-	2	2,5	30	4	0/0 <sup>(13)</sup>	10/30 <sup>(3)</sup>	360
Semi Eixos <sup>(1)(10)(11)</sup>	-	1,8	1,8	20	4	0/0 <sup>(10)</sup>	3/12 <sup>(9)</sup>	360
Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços – MUIS	-	2,5	4	15	4	0/0 <sup>(10)(11)</sup>	8/28 <sup>(11)</sup>	360
Macrozona Urbana do Aracá – MUA	-	2,4	2,4	20	4	2,5/2,5	12/42 <sup>(11)</sup>	360
Zona Especial de Interesse Social – ZEIS	-	1,5	1,5	15	3	0/0 <sup>(10)</sup>	4/15	1000
Zona Especial de Conservação Ambiental – ZECA	-	1,4	1,4	15/25 <sup>(3)</sup>	4	0/0 <sup>(10)</sup>	2/9 <sup>25</sup>	360
Zona Especial de Ocupação Tradicional – ZEOT	-	1	1	80	10	0/0 <sup>(10)</sup>	5/15 <sup>(9)</sup>	125
Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental	-	0,1	0,1	80	10	0/0 <sup>(10)</sup>	2/7	360
Sector de Mineração – SEMIN	-	0,1	0,1	80	10	0/0 <sup>(10)</sup>	2/7	360
Eixo de Serviços – ES	-	1	1	20	70	5/5	4/15	1000
Eixo Urbano 1 – EU1 <sup>(1)(10)(11)</sup>	0,1	3,0 <sup>(8)</sup>	4,5	10	80	0/0 <sup>(10)</sup>	8/28 <sup>(9)</sup>	360
Eixo Urbano 2 – EU2 <sup>(10)(11)</sup>	0,1	3,0 <sup>(8)</sup>	4,5	10	80	0/0 <sup>(10)</sup>	12/42 <sup>(9)</sup>	600
Eixo Urbano 3 – EU3	0,1	2,0 <sup>(8)</sup>	2,5	10	80	0/0 <sup>(10)</sup>	3/12	600
Eixo Urbano 4 – EU4 <sup>(1)(9)</sup>	-	3,0 <sup>(8)</sup>	4,5	10	80	0/0 <sup>(10)</sup>	8/28 <sup>(9)</sup>	360
Eixo de Acesso	-	3,0 <sup>(8)</sup>	4,5	10	80	0/0 <sup>(10)</sup>	12/42 <sup>(9)</sup>	1000

(1) Parâmetro deve ser considerado também para o caso de unidades autônomas de terreno de condomínios horizontais.

(2) recuo mínimo obrigatório de 1,50 nas faces da edificação que apresentarem aberturas.

(3) Permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos até a altura máxima de 7,50m, incluindo a laje. Para edificações acima de um (2) pavimentos, os recuos laterais e de fundos respeitarão a distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m (vinte centímetros) para cada pavimento da edificação. O pavimento térreo desde que com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua área composta por salas comerciais, mais até 2 (dois) pavimentos de garagens e/ou salão de festas, não contará para o cálculo do índice de aproveitamento e para o número de pavimentos/gabarito.



- (4) permitido através da outorga onerosa do direito de construir ou transferência do potencial construtivo.
- (5) Permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos no pavimento térreo até a altura máxima de 4,90m, incluindo a cobertura. Para edificações acima de UM (1) pavimento, os recuos laterais e de fundos respeitarão distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m para cada pavimento da edificação. Permitido recuo 0 (zero) nas laterais e fundos, até o segundo pavimento, mediante Termo de Inclusão no Programa Preservação e Recuperação da Identidade Açoriana, emitido pelo órgão competente, ou para edificações destinadas a hotelaria.
- (6) Permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos no pavimento térreo, segundo pavimento e terceiro pavimento até a altura de 10,50m, até a laje. Para edificações acima de três (3) pavimentos, os recuos laterais e de fundos respeitarão distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), + 0,20 (vinte centímetros) para cada pavimento da edificação. É permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos no quarto pavimento até a altura de 14,00m, até a laje, se o pavimento térreo for composto com no mínimo 35% da área de salas comerciais. O pavimento térreo desde que com no mínimo 35% de sala área composta por salas comerciais, mais até 04 (quatro) pavimentos de garagens e/ou salão de festas, não contarão para cálculo do índice de aproveitamento e para o número de pavimentos/gabarito. Para edificações multifamiliares é obrigatório 2 (duas) vagas de garagens para cada unidade residencial.
- (7) Somente poderão ser edificadas obras destinadas a equipamentos públicos e/ou turísticos ou destinadas a manutenção de atividades relacionadas à pesca artesanal. As demais edificações já existentes poderão ser objeto de reforma e manutenção, sem ampliação da área construída.
- (8) Para lotes ou terrenos aprovados ou instituídos até a data da aprovação desta lei, com testada até 12,00m, é permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos até a altura máxima de 4,90m. Para edificações acima de um (1) pavimento, os recuos laterais e de fundos respeitarão distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m para cada pavimento da edificação. Para lotes ou terrenos aprovados ou instituídos até a data da aprovação desta lei com testada a partir de 12,00m até 18,00m podem ser aplicados os recuos laterais de 1,50m e fundos 3,00m no pavimento térreo e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m para cada pavimento da edificação na lateral para os demais pavos.
- (9) É proibido avanços laterais e fundos além dos recuos obrigatórios inclusive para sacadas.
- (10) Respeitar recuos frontais da edificação e alinhamento das divisas do lote, ambos contados a partir do eixo da via, conforme seguintes critérios: a) Na Avenida Governador Celso Ramos, entre a BR 101 e a rótula de acesso à Rua Hironido Conceição dos Santos o recuo para o alinhamento da divisa é de 16,50m; b) Na Avenida Governador Celso Ramos entre a Rótula que dá acesso à Rua Hironido Conceição dos Santos e a Rua Lucio José Aroso, o recuo para alinhamento do muro é de 9,50m e para o alinhamento da edificação é de 13,50m; c) Na Avenida Governador Celso Ramos entre a Rua Lucio José Aroso e a Rua João Benedito Guerreiro, o alinhamento do muro é de 8,50m e o alinhamento da edificação é de 12,50; d) Em toda a extensão da Avenida Colombo Machado Salles, o recuo frontal é de 9,50m para o alinhamento do muro e de 13,50m para o alinhamento da edificação; e) Em toda a extensão da Avenida Hironido Conceição dos Santos o recuo frontal é de 9,50m para o alinhamento do muro e de 13,50m para o alinhamento da edificação; f) Em toda a extensão da Rodovia SC 135 o recuo frontal é de 10,00m para o alinhamento do muro e de 14,00m para o alinhamento da edificação.
- (11) A taxa de permeabilidade entre 30% a 15% e a taxa máxima de ocupação do solo de 60% a 75% somente serão permitidas para edificações residenciais com, no mínimo, duas vagas de garagem por unidade privativa.
- (12) Números de pavimentos livres, nos casos de transferência do Potencial Construtivo. Com 11 pavimentos será observado recuo mínimo no pavimento térreo e demais, de 5 metros em todos os seus afastamentos. A partir do 12º pavimento deverá ser ampliado o recuo mínimo em 0,50 metro para cada pavimento.
- (13) Ocupação permitida na MUPA apenas com a criação de RPPN, caso contrário a área deve permanecer non-edificante.
- (14) Deverá ser mantido no mínimo 40% de vegetação nativa, caso existente.
- (15) O Eixo Urbano 4 terá o seu final 50,00m antes da lagoa do Perequê.
- (16) O Eixo Urbano 1 terá o seu final 50,00m antes do Rio Perequê.
- (17) As Avenidas Almirante Fonseca Neves, Francisco Severiano dos Santos, João Vanderlino Guerreiro, e as Ruas João Manoel Jaques, Rubens Alves e a porção da Avenida Senador Atílio Fontana localizado na MUQ 3 serão consideradas semieixos, na qual os terrenos que fazer frente para essas ruas tem as suas características próprias de acordo com o que segue. É permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos até a altura máxima de 10,50m, até a laje. Para edificações acima de 3 (três) pavimentos os recuos laterais e de fundos respeitarão distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m (vinte centímetros) para cada pavimento da edificação, inclusive para pavimentos de garagens, salão de festa e comerciais. O pavimento térreo, desde que, no mínimo, 30% de sua área seja composta por salas comerciais, mais os pavimentos de garagens, até 3 (três), não contarão para o cálculo do índice de aproveitamento e para o número de pavimentos/gabarito para edificações multifamiliares é obrigatório 2 (duas) vagas de garagens para cada unidade residencial.
- (18) O mapa de macrozoneamento que faz parte do Plano Diretor tem função orientativa, o que predomina é o que está escrito nas Lei Complementares nº 33/2011, nº 34/2011 e anexo III.
- (19) O macrozoneamento MUQ-3 localizado de frente para a BR 101, ao lado do Rio Perequê, divisa com o município de Itapema, passará a ser denominada de macrozona Urbana de Qualificação 6 (MUQ-6), onde tem os seus parâmetros específicos definidos neste anexo. Os parâmetros e demais requisitos não constantes nesse anexo III deverão ser utilizados os mesmos do macrozoneamento Urbano de Qualificação 3 (MUQ-3).



- (20) Fica permitido o uso dos terraços, lajes e/ou assemelhados nos casos de recuos laterais e fundos obrigatórios, desde que permaneçam a descoberto e que se observe a altura de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) do entorno, e estas áreas a descoberto não contarão para o cálculo do índice de aproveitamento, e a platibanda de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) não contará para a altura máxima permitida do embasamento.
- (21) Áreas de lazer não serão contabilizadas no índice de aproveitamento desde que possuam, no mínimo 5% de área total a construir, que o empreendimento seja multifamiliar, com duas ou mais suítes por unidades habitacional e, no mínimo, duas vagas de garagem por unidade habitacional.
- (22) Exclusivamente para os eixos, semi-eixos, MUQ 3 e MUQ 4, nos casos em que não houver a compatibilidade do potencial construtivo máximo com o máximo de pavimentos permitidos, a diferença do potencial construtivo necessário poderá ser adquirido mediante outorga onerosa, ou seja para atingir o número máximo de pavimentos permitido.
- (23) Para lotes ou terrenos aprovados ou instituídos até a data da aprovação desta lei, aplicam-se os mesmos parâmetros da MUO1, e com testada até 12,00m. É permitido recuo 0 (zero) nas divisas laterais e fundos até a altura máxima de 4,90m. Para edificações acima de um (1) pavimento, os recuos laterais e de fundos respeitarão distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) + 0,20m para cada pavimento da. Para lotes ou terrenos aprovados ou instituídos até a data da aprovação desta lei com testada a partir de 12,00m até 18,00m podem ser aplicados os recuos laterais de 1,50m e fundos 3,00m no pavimento térreo e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) +0,20m para cada pavimento da edificação nas lateral para os demais pavos.
- (24) O índice de aproveitamento acima de 1,50, a taxa de permeabilidade de 15% e a taxa máxima de ocupação do solo de 75%, serão permitidas para edificações incluídas no Programa Preservação e Recuperação da Identidade Açoriana, emitido pelo órgão competente ou para edificações destinadas a hotelaria. A outorga onerosa será aplicada mantendo-se a taxa de permeabilidade de 30% e a taxa máxima de ocupação do solo de 60%.
- (25) O gabarito máximo, neste caso, significa o ponto mais elevado da edificação como, por exemplo, a cumeeira do telhado ou a tampa da caixa d'água.
- (26) O recuo mínimo em relação a Linha de Preamar Média – LPM será de 10 metros. No caso de marinas, não haverá a necessidade de recuos em relação à LPM.
- (27) O índice de aproveitamento acima de 2,25, a taxa de permeabilidade de 15%, a taxa máxima de ocupação do solo de 75% e o número de pavimentos máximo de 4 somente serão permitidos para edificações com o seguinte padrão mínimo: edificações residenciais com, no mínimo: 80 metros quadrados de área útil privativa por unidade habitacional, 2 quartos, sendo um suíte e duas vagas de garagem por unidade ou para edificações destinadas a hotelaria.
- (28) Parâmetros aplicáveis quando respeitada uma distância mínima de 50 metros em relação ao espelho d'água do Oceano Atlântico.
- (29) O recuo mínimo em relação ao espelho d'água do Oceano Atlântico será de 5 metros.
- (30) Números de pavimentos livres, nos casos de Transferência de potencial construtivo. Com 13 pavimentos será observado recuo mínimo no pavimento térreo (e demais), de 5 metros em todos os seus afastamentos. A partir do 14º pavimento deverá ser ampliado o recuo mínimo em 0,50 metro para cada pavimento.
- (31) A taxa de permeabilidade de 15% e a taxa máxima de ocupação do solo de 70% aplicam-se para lotes com até 250,00 m<sup>2</sup>. Para lotes maiores aplicam-se, respectivamente, as taxas de 25% e 60%.
- (32) No anel viário formado pelas avenidas Hilonido Conceição dos Santos, Governador Celso Ramos, Senador Atilio Fontana e Almirante Fonseca Neves, somente serão permitidas edificações residenciais com 5 ou mais pavimentos quando, no pavimento térreo, no mínimo, 30% (trinta por cento) de sua área for destinadas a salas comerciais.

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.114/2016

DECRETO Nº 1.114, de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3191 – 100 – Aplicações Diretas – Oper. Intraorçamentárias	133	70.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	135	70.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 1.115/2016

DECRETO Nº 1.115, de 28 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	26	230.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		230.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 104 – 25% dos Impostos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças  
e Contabilidade

### DECRETO Nº 1.116/2016

DECRETO Nº 1.116, de 28 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3390 – 113 – Aplicações Diretas	51	300.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	09	300.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças  
e Contabilidade

### DECRETO Nº 1.117/2016

DECRETO Nº 1.117, de 28 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	163	110.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		110.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes

de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	168	110.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL Secretária Municipal de Finanças  
e Contabilidade

### **PORTARIA Nº 677/2016 - RH**

PORTARIA Nº 677 de 30 de novembro de 2016.

Contrata por prazo determinado Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de novembro a 15 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alana Aparecida Pacheco, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marlena Aparecida Pereira Pacheco que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de novembro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 678/2016 - RH**

PORTARIA Nº 678, de 02 de dezembro de 2016.

Altera a Carga horário da Professora Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 30 de novembro a 09 de dezembro de 2016, a carga horária da servidora contratada Misleine Wolf (Professor Docente Educação Infantil), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à professora efetiva Sandra Cruz Rodrigues que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro de 2016.

Porto União, SC em 02 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 679/2016 - RH**

PORTARIA Nº 679, de 13 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 101/2016 Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR no período de 02 a 15 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 101/2016, de Evelise Barbosa Viana, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à professora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto aos Núcleos de Educação Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2016.

Porto União - SC, em 13 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 680/2016 - RH**

PORTARIA Nº 680, de 13 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 051/2016 Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR no período de 06 a 16 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 051/2016, de Eliane Bernardi Scheid, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, atendendo a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educacional do Jangada, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de dezembro de 2016.

Porto União - SC, em 13 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 681/2016 - RH**

PORTARIA Nº 681, de 15 de dezembro de 2016.

Contrata por tempo determinado Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de dezembro de 2016 a 27 de dezembro de 2017, ou até que o candidato concursado assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, FABIO BORDIN TRINDADE, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro

de 2011.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor a partir de 28 de dezembro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 682/2016 - RH**

PORTARIA Nº 682, de 15 de dezembro de 2016.

Contrata por tempo determinado Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de dezembro de 2016 a 14 de dezembro de 2017, ou até que o candidato concursado assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ANDRE LUIZ BATISTA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 683/2016 - RH**

PORTARIA Nº 683, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Maria Angelita Konkol, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de dezembro de 2016.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 684/2016 - RH**

PORTARIA Nº 684, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Alana Aparecida Pacheco, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.



Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 685/2016 - RH**

PORTARIA Nº 685, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de ANA MARIA FIDELIS DE MORAES, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 686/2016 - RH**

PORTARIA Nº 686, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Evelise Barbosa Viana, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 687/2016 - RH**

PORTARIA Nº 687, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Iraneide Maria dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 688/2016 - RH**

PORTARIA Nº 588, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jussara Marlene Freisleben, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 689/2016 - RH**

PORTARIA Nº 689, de 15 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Nestor Oliniuk, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 690/2016 - RH**

PORTARIA Nº 690, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Adilson José Nazário, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 691/2016 - RH**

PORTARIA Nº 691, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Beatriz Adélia Volkman Tonkio, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 692/2016 - RH**

PORTARIA Nº 692, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 693/2016 - RH**

PORTARIA Nº 693, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Clenir Aparecida Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 694/2016 - RH**

PORTARIA Nº 694, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Denise Maria Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 695/2016 - RH**

PORTARIA Nº 695, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Eliane Bernardi Scheid, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 696/2016 - RH**

PORTARIA Nº 696, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Eunice Siemiatkoski Komonka, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 697/2016 - RH**

PORTARIA Nº 697, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Eva Simone Zimolong, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 698/2016 - RH**

PORTARIA Nº 698, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Geovana Schulz, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 699/2016 - RH**

PORTARIA Nº 699, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Gisella Arruda de Oliveira, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 700/2016 - RH**

PORTARIA Nº 700, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Henriette Cristine Bonfleur, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 701/2016 - RH**

PORTARIA Nº 701, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jacqueline De Oliveira Jorge, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 702/2016 - RH**

PORTARIA Nº 702, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jeane Patricia Reali Unterstell, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 703/2016 - RH**

PORTARIA Nº 703, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Joceneiva Mendes Religioso, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 704/2016 - RH**

PORTARIA Nº 704, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Karina Fátima de Souza, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 705/2016 - RH**

PORTARIA Nº 705, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,



**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Marcos Baron, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 706/2016 - RH**

PORTARIA Nº 706, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Língua Inglesa).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Maria Olivia Casiano de Souza, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Língua Inglesa), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 707/2016 - RH**

PORTARIA Nº 707, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Mislene Wolf, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 708/2016 - RH**

PORTARIA Nº 708, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Monica Fragoso de Almeida, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 709/2016 - RH**

PORTARIA Nº 709, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Patrícia Laiane Boruch, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 710/2016 - RH**

PORTARIA Nº 710, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Patrícia Wolff, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 711/2016 - RH**

PORTARIA Nº 711, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Sandro Daniel Drosdoski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 712/2016 - RH**

PORTARIA Nº 712, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Siane Pereira Andreiov, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 713/2016 - RH**

PORTARIA Nº 713, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Silvia Danieli Pcheneczuk, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 714/2016 - RH**

PORTARIA Nº 714, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Sonia Aparecida Ribeiro, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 715/2016 - RH**

PORTARIA Nº 715, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Vilma Ireno Pageski, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 716/2016 - RH**

PORTARIA Nº 716, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Viviane Noronha da Silva, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 717/2016 Á 727/2016 - RH**

PORTARIA Nº 717, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Ademir Rudolfo Mielke, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 718, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Daniel Alves, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 719, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Operador de Maquinas Pesadas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Edegar Mielke, das funções do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 720, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Fagner de Ramos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 721, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Gilmar de Souza, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 722, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Ildo Fernandes, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 723, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de José Fracisco de Mattos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 724, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jose Mauricio da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 725, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Renildo dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 726, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Sandro Junior Opautchak, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 727, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01.



O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Susamar Mazeika, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 728/2016 - RH**

PORTARIA Nº 728, de 16 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Inoema de Fátima Arbigaues Chaves, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 729/2016 - RH**

PORTARIA Nº 729, de 16 de dezembro de 2016.

Suspender, o Contrato de Trabalho nº 054/2016 de 02 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o termino do contrato em 16 de dezembro de 2016, de Bruna Leticia Colita;

CONSIDERANDO o afastamento por Auxilio Maternidade da mesma, pelo nascimento de seu filho Arthur Dylan Colita Arezi em 09 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 16 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 054/2016 de 02 de junho de 2016, de Bruna Leticia Colita, que exerce as funções do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (História), enquanto perdurar a estabilidade puerperal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 730/2016 - RH**

PORTARIA Nº 730, de 16 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 090/2015, Enfermeiro.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 090/2015, de Denise Wilhelms, que exerce as funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 16 de dezembro de 2016 a 22 de março de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 731/2016 - RH**

PORTARIA Nº 731, 16 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 003/2016, Médico (Psiquiatra).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 003/2016, de Luiza Aparecida de Assis Oliveira, que exerce as funções do cargo de Médico (Psiquiatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 16 de dezembro de 2016 a 02 de fevereiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 732/2016 - RH**

PORTARIA Nº 732, de 16 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 073/2016, Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 073/2016, de Douglas Borges de Lima, que exerce as funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 16 de dezembro de 2016 a 11 de julho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 733/2016 - RH**

PORTARIA Nº 733, de 19 de dezembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 19 de dezembro de 2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Dionisio Pudla, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 734/2016 - RH**

PORTARIA Nº 734, de 19 de dezembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 19 de dezembro de 2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Juvêncio Portela Da Luz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 735/2016 - RH**

PORTARIA Nº 735, de 20 de dezembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 29 de dezembro de 2016, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Maria Terezinha Odppes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor a partir de 29 de dezembro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 736/2016 - RH**

PORTARIA Nº 736, de 20 de dezembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de

2004, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Florisbelo Airton Corisco, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 737/2016 - RH**

PORTARIA Nº 737, de 20 de dezembro de 2016.

Conceder Licença Para Tratar de Interesses Particulares, de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal 2055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Para Tratar de Interesses Particulares, a partir de 02 de janeiro de 2017, pelo período de 02 (dois) anos, sem remuneração, de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município, ao servidor Artur Bolting, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO ADITIVO STANG**

Extrato de Contrato –

Segundo Termo Aditivo Contrato 001C/2015

Contratante: PORTO UNIÃO CÂMARA DE VEREADORES - CNPJ 83.529.933/0001-06

Contratada: STANG E STANG LTDA

Objeto: Prorrogação do Contrato n. 001C/2015 até 31 de dezembro de 2017, com base na Clausula Décima Segunda.O presente Termo aditivo retroage com data de validade a partir de 01/01/2017. Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

ALCEU JUNG

Presidente da Câmara Municipal

### **EXTRATO ADITIVO BETHA**

Extrato de Contrato –

Terceiro Termo Aditivo Contrato 001/2014.

Contratante: PORTO UNIÃO CÂMARA DE VEREADORES - CNPJ 83.529.933/0001-06

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Prorrogação do Contrato n. 001/2014 até 31 de dezembro de 2017, com base na Clausula Décima Primeira.O presente Termo aditivo retroage com data de validade a partir de 01/01/2017. Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

ALCEU JUNG

Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO ADITIVO DA ACEUV**

Extrato de Contrato –

Primeiro Termo Aditivo Contrato 051/2016

Contratante: PORTO UNIÃO CÂMARA DE VEREADORES - CNPJ 83.529.933/0001-06

Contratada: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE UNIAO DA VITORIA( ACEUV).

Objeto: Prorrogação do Contrato n. 051/2016 até 31 de dezembro de 2017, com base na Clausula Décima Primeira .O presente Termo aditivo retroage com data de validade a partir de 01/01/2017. Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

ALCEU JUNG

Presidente da Câmara Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO 240 DE 28.12.2016

DECRETO Nº. 240, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

#### APROVA DESDOBRAMENTO DE IMÓVEL

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA

Art. 1º. O presente memorial descritivo tem como objetivo, demonstrar o desdobramento do LOTE URBANO Nº. 165 (cento e sessenta e cinco), da quadra nº. 30 com área de 1.000,00 m², e o LOTE URBANO Nº. 167 (cento e sessenta e sete), da quadra nº. 30 com área de 1.000,00 m², ambos da matrícula nº. 4.726 do Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira, situados na Rua Voluntários da Pátria, nesta cidade de Princesa, SC, ambos de propriedade do Sr. Oto Francisco Rockenbach.

Com o desdobramento resultarão 02 (dois) lotes com área e confrontações a seguir:

#### ÁREA PRIMITIVA

lote urbano nº. 165, com área de 1.000,00 m², sem benfeitorias, e o LOTE URBANO Nº 167, com área de 1.000,00 m², sem benfeitorias, perfazendo um total de 2.000,00 m², situados na Rua Voluntários da Pátria, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NOROESTE: com o lote urbano Nº. 169, medindo 50,00 metros;  
SUDOESTE: com a Rua Voluntários da Pátria, medindo 40,00 metros;  
SUDESTE: com o lote urbano Nº. 163, medindo 50,00 metros;  
NORDESTE: com os lotes urbanos Nºs. 95 e 97, medindo 40,00 metros; e fechando assim o perímetro.

#### ÁREA DESDOBRADA

lote urbano nº. 165, com área de 1.000,00 m², sem benfeitorias, situado na Rua Voluntários da Pátria, a 40,00 metros da esquina formada pelas Ruas Santa Catarina e Voluntários da Pátria, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NOROESTE: com o lote urbano Nº. 167, medindo 50,00 metros;  
SUDOESTE: com a Rua Voluntários da Pátria, medindo 20,00 metros;  
SUDESTE: com o lote urbano Nº. 163, medindo 50,00 metros;  
NORDESTE: com o lote urbano Nº. 95, medindo 20,00 metros; e fechando assim o perímetro.

#### ÁREA REMANESCENTE

lote urbano nº. 167, com área de 1.000,00 m², sem benfeitorias, situado na Rua Voluntários da Pátria, a 20,00 metros da esquina formada pelas Ruas Santa Catarina e Voluntários da Pátria, no Município de Princesa – SC, com as seguintes medidas e confrontações a seguir:

NOROESTE: com o lote urbano Nº. 169, medindo 50,00 metros;  
SUDOESTE: com a Rua Voluntários da Pátria, medindo 20,00 metros;  
SUDESTE: com o lote urbano Nº. 165, medindo 50,00 metros;  
NORDESTE: com o lote urbano Nº. 97, medindo 20,00 metros; e fechando assim o perímetro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto número 210 de 22 de Novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
28 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº56/2016

Extrato de Publicação de Contrato/Termo Aditivo

Contratada: Inácio Käfer

Contrato: 56/2016 PM

Processo Licitatório: 106/2016 PM

Dispensa de Licitação: 19/2016 PM

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Aquisição de direito de exploração de rocha de basalto alterado (cascalho), pelo período de 10 (dez) anos ou até se esgotarem os recursos, localizado em parte do lote rural nº 04, com área de 13.800,00 m², de propriedade do Sr. INÁCIO KAFER, situado na Linha Moquém, no interior do município de Princesa/SC.

Data da Assinatura: 26/12/2016

Data da Publicação: 28/12/2016

Vigência: até 26/12/2026

Valor Total: R\$ 13.376,14 (treze mil trezentos e setenta e seis reais com quatorze centavos).

Forma de Pagamento: Parcela única, após a assinatura do contrato.



# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.784/2016

DECRETO Nº 3.784/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 18.670,42 (Dezoito mil, seiscentos e setenta e quarenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0014.2.023000 – Manutenção das Atividades da Administração da Educação	
(58) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.635,35
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0014.2.024000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
(61) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.065,09
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(66) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.719,91
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.028000 – Manutenção das Atividades dos Pre Escolares	
(76) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.250,07
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

Art. 2º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 18.670,42 (Dezoito mil, seiscentos e setenta e quarenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0014.2.023000 – Manutenção das Atividades da Administração da Educação	
(59) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.635,35

Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	
---	--

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0014.2.024000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
(63) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	3.065,09
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(67) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.719,91
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.028000 – Manutenção das Atividades dos Pre Escolares	
(78) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.250,07
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.177/2015 de 22 de dezembro de 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
28 de Dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

# Salto Veloso

## PREFEITURA

**TERMO ADITIVO N.º 002 CT Nº 0001/2016**

TERMO ADITIVO N.º 002

CT Nº 0001/2016

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho Nº 0001/2016, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pelo Prefeito CLAUDEMIR CESCA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado ELIANE RIBEIRO SANTOS, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data 28 de março de 2017, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VII do Contrato de Trabalho Nº 0001/2016.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de substituição a servidora efetiva transitoriamente afastada de suas funções decorrente de licença para tratamento de saúde. (servidora Luisa Sartorel Pereira).

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 23 de dezembro 2016.

Claudemir Cesca  
CONTRATANTE

Eliane Ribeiro Santos  
CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo  
Advogado – OAB/SC 31.370  
Matricula 1.207

**TESTEMUNHAS:**

Rudinei Müller  
CPF 022.688.609-30

Fernanda Aparecida Cousseau Ramos de Souza  
CPF: 010.221.919-26

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

**EDITAL Nº 001/2016**

**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

### **Lista de Classificação** **Portadores de Necessidades Especiais (PNE)**

#### **Area: 01 - Educação Infantil**

**Cargo: (Habilitado) 01 - Prof Educ Infantil**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ELIANE PEREIRA CARDOSO SCHEFFER	214.700	2 - Pós na Área Específica	14.700	0.000	25-06-1977

#### **Area: 03 - Disciplinas Específicas**

**Cargo: (Habilitado) 05 - Prof Matemática**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	EDNA DE BORBA CARDOSO	111.100	1 - Licenciatura na Área	1.100	10.000	04-09-1985

#### **Area: 04 - Educação Inclusiva**

**Cargo: (Habilitado) 11 - Segundo Professor**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ELIANE PEREIRA CARDOSO SCHEFFER	114.700	1 - Licenciatura na Área	14.700	0.000	25-06-1977

**EDITAL Nº 001/2016**

**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

## Lista de Classificação

### Area: 01 - Educação Infantil

#### Cargo: (Habilitado) 01 - Prof Educ Infantil

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	DULCE MARIA PORTO DA SILVA DE BITEN	232.600	2 - Pós na Área Específica	22.600	10.000	11-10-1974
2º Lugar	ZAIRA RAUPP DE QUADROS	231.600	2 - Pós na Área Específica	21.600	10.000	28-04-1982
3º Lugar	SILVANA DA SILVA POSSAMAI	226.800	2 - Pós na Área Específica	16.800	10.000	05-03-1978
4º Lugar	MARTA REGINA DA CUNHA CARDOSO	224.800	2 - Pós na Área Específica	14.800	10.000	16-02-1973
5º Lugar	CRISTINA VALENTIM DE BITENCOURT	224.500	2 - Pós na Área Específica	14.500	10.000	16-09-1967
6º Lugar	SANTA RITA DE CACIA SANTOS DA SILV	223.100	2 - Pós na Área Específica	23.100	0.000	14-07-1971
7º Lugar	LUCIANA MINUSSI WANCK	222.500	2 - Pós na Área Específica	12.500	10.000	23-06-1974
8º Lugar	FABIANA GONÇALVES	219.900	2 - Pós na Área Específica	9.900	10.000	01-06-1977
9º Lugar	JOSIANE DE BITENCOURT PORTO	219.200	2 - Pós na Área Específica	9.200	10.000	06-11-1981
10º Lugar	JULIANA PORTO MIGUEL	218.400	2 - Pós na Área Específica	8.800	9.600	29-10-1990
11º Lugar	ROSILEA SILVERIO PEDRO	218.300	2 - Pós na Área Específica	8.300	10.000	30-08-1977
12º Lugar	JOANA MARIA MELO DE BITENCOURT	216.400	2 - Pós na Área Específica	7.600	8.800	28-12-1962
13º Lugar	ALESSANDRA DELAVECHIA TOMÉ	216.200	2 - Pós na Área Específica	6.200	10.000	02-01-1984
14º Lugar	RENATA MORAES CARDOSO	215.400	2 - Pós na Área Específica	5.400	10.000	27-08-1977
15º Lugar	STEFANI CAROLINI DA ROSA DA SILVA	214.800	2 - Pós na Área Específica	5.200	9.600	21-03-1992
16º Lugar	ELIANE PEREIRA CARDOSO SCHEFFER	214.700	2 - Pós na Área Específica	14.700	0.000	25-06-1977
17º Lugar	ADRIANA SERRÃO GREGÓRIO	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	22-12-1978
18º Lugar	EDINARA DE OLIVEIRA MOTA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	01-05-1979
19º Lugar	MARIA CLECI FERNANDES DA SILVA	214.500	2 - Pós na Área Específica	4.500	10.000	10-05-1959
20º Lugar	DILANE FREITAS BORGES	214.000	2 - Pós na Área Específica	4.000	10.000	13-01-1969
21º Lugar	CRISLAINE A.C. DE OLIVEIRA CONSTANT	213.600	2 - Pós na Área Específica	3.600	10.000	14-06-1988
22º Lugar	VILMA DO NASCIMENTO CEHELLA	212.700	2 - Pós na Área Específica	2.700	10.000	25-12-1966
23º Lugar	GREICI RAUPP BITENCOURT DA ROSA	212.100	2 - Pós na Área Específica	4.100	8.000	30-01-1978
24º Lugar	LUCILEIA ROLDÃO SANTOS	212.100	2 - Pós na Área Específica	2.100	10.000	15-09-1980
25º Lugar	BRUNA SCHEFFER BAUER	211.800	2 - Pós na Área Específica	1.800	10.000	23-11-1986
26º Lugar	TALITA GENEROSO SÉRGIO BEZ	211.600	2 - Pós na Área Específica	1.600	10.000	22-03-1985
27º Lugar	LÓRI DE OLIVEIRA CARDOSO	210.600	2 - Pós na Área Específica	5.000	5.600	11-04-1984
28º Lugar	ALESANDRA TRAJANO ANDREOTTE	209.900	2 - Pós na Área Específica	6.900	3.000	09-12-1981
29º Lugar	ANA PAULA A. CARDOSO DE BORBA	206.200	2 - Pós na Área Específica	6.200	0.000	13-11-1977
30º Lugar	CARINA DOS REIS PORTO	166.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	6.800	10.000	16-12-1988
31º Lugar	SANDRA REGINA MARCELINO	162.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	2.800	10.000	10-12-1975
32º Lugar	SILVIA SIRLEI FERREIRA GUEVARA RAYO	156.000	3 - Pós na Educação em Outra Área	6.000	0.000	03-11-1953
33º Lugar	BLAMBIDA RODRIGUES DE SOUZA	154.400	3 - Pós na Educação em Outra Área	4.400	0.000	29-04-1985
34º Lugar	LEZANDRA MARTINS CARDOSO DOS SANTOS	133.000	1 - Licenciatura na Área	25.200	7.800	10-04-1979
35º Lugar	MARLI SOARES VALENTE	123.400	1 - Licenciatura na Área	13.400	10.000	21-11-1956
36º Lugar	MARCIA SIMONE CARDOSO CLAUDINO MATE	118.200	1 - Licenciatura na Área	8.200	10.000	29-08-1972
37º Lugar	ERONI ROSA DE SOUZA MARTINS	117.300	1 - Licenciatura na Área	7.300	10.000	05-06-1977



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

38º Lugar	MONIQUE CRISTINE DA SILVA SANTOS	117.300	1 - Licenciatura na Área	7.300	10.000	24-11-1986
39º Lugar	MARIZANE LEANDRO NUNES	114.400	1 - Licenciatura na Área	4.400	10.000	27-02-1987
40º Lugar	VALÉRIA DE SOUZA PEREIRA	114.200	1 - Licenciatura na Área	4.200	10.000	11-10-1989
41º Lugar	SAMARA JERONIMO DE BORBA	113.500	1 - Licenciatura na Área	3.500	10.000	04-05-1990
42º Lugar	DUANI DE OLIVEIRA RAUPP	112.800	1 - Licenciatura na Área	2.800	10.000	09-12-1993
43º Lugar	VANI DA SILVA MATOS	111.500	1 - Licenciatura na Área	1.500	10.000	06-07-1979
44º Lugar	JUCIMAR DE BORBA MONTEIRO	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	23-81-973
45º Lugar	ANDIARA SILVEIRA DE BORBA	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	19-05-1985
46º Lugar	ANDREIA OLIVEIRA DE FARIAS	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	26-10-1985
47º Lugar	PÂMELA RIBEIRO JAQUES	107.800	1 - Licenciatura na Área	6.100	1.700	23-10-1986
48º Lugar	ALESSANDRA MINATTO TEIXEIRA	104.100	1 - Licenciatura na Área	4.100	0.000	23-09-1982
49º Lugar	CASSIANE PEREIRA RODRIGUES BIANCHIN	104.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	4.000	23-10-1983
50º Lugar	DANIELA MARCELINO HIPOLITO	67.900	0 - Magistério (Nível Médio)	7.900	10.000	07-03-1984
51º Lugar	MIRTES RODRIGUES DA SIVA	66.200	0 - Magistério (Nível Médio)	6.200	10.000	17-02-1970
52º Lugar	ADRIANE DA ROSA CONSTANTE	64.200	0 - Magistério (Nível Médio)	4.200	10.000	15-08-1986
53º Lugar	CRISTIANE BARBOSA DOS SANTOS	63.700	0 - Magistério (Nível Médio)	3.700	10.000	04-11-1991
54º Lugar	LISA TAMARA DO NASCIMENTO	63.600	0 - Magistério (Nível Médio)	3.600	10.000	25-08-1976
55º Lugar	ALBENICE CHAGAS DA SILVA	62.900	0 - Magistério (Nível Médio)	4.100	8.800	04-09-1971
56º Lugar	KELI TRAJANO GOMES TRISTAO	62.400	0 - Magistério (Nível Médio)	2.800	9.600	11-05-1984
57º Lugar	JOCILENE PEREIRA INACIA	62.400	0 - Magistério (Nível Médio)	2.400	10.000	14-11-1973
58º Lugar	CLAUDIA SIMONE MARTINS	61.900	0 - Magistério (Nível Médio)	3.100	8.800	30-10-1984
59º Lugar	RAQUEL DA SILVA LUCRECIO	61.000	0 - Magistério (Nível Médio)	1.000	10.000	18-02-1983
60º Lugar	SABRINA PIRES DA SILVA	61.000	0 - Magistério (Nível Médio)	1.000	10.000	29-08-1984
61º Lugar	FABIANE CRISTINA HAUPT PINHO SILVEI	60.900	0 - Magistério (Nível Médio)	0.900	10.000	18-06-1974
62º Lugar	PATRICIA MACHADO SANCHEZ	60.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.800	10.000	20-01-1986
63º Lugar	SAMANTA MEZZARI DE QUADROS	60.500	0 - Magistério (Nível Médio)	0.500	10.000	30-01-1997
64º Lugar	PATRICIA COELHO DA SILVA	60.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	10.000	11-10-1978
65º Lugar	LARA BEZ DA SILVA	60.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	10.000	29-11-1997
66º Lugar	IVANILDA DE BORBA DA SILVA	58.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.800	8.000	24-11-1957
67º Lugar	SANDRA RAQUEL TAVERNABERRI	57.700	0 - Magistério (Nível Médio)	5.700	2.000	30-05-1976
68º Lugar	ZILA DE MATOS CÂNDIDO	57.300	0 - Magistério (Nível Médio)	1.300	6.000	15-09-1969
69º Lugar	GÉSSICA AGUIAR DA CUNHA	56.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	6.800	25-03-1988
70º Lugar	MARIÉLI PEREIRA CABRAL	55.500	0 - Magistério (Nível Médio)	5.500	0.000	19-07-1993
71º Lugar	EDNA PEREIRA DA ROSA COLARES	55.100	0 - Magistério (Nível Médio)	1.100	4.000	23-03-1974
72º Lugar	JÉSCA GOULART CAETANO	54.900	0 - Magistério (Nível Médio)	4.900	0.000	04-11-1992
73º Lugar	NAIARA DE SANTANA DA ROSA	52.100	0 - Magistério (Nível Médio)	2.100	0.000	28-06-1991
74º Lugar	LAIS RAMOS RODRIGUES	52.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	2.000	16-07-1994
75º Lugar	MARILÉIA GENEROSO MONTEIRO	51.200	0 - Magistério (Nível Médio)	1.200	0.000	06-11-1969
76º Lugar	DAIANE MOTA DUARTE	50.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	0.000	28-12-1994
77º Lugar	GABRIELA DA ROSA CÂNDIDO	50.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	0.000	31-01-1997

**Cargo: (Não Habilitado) 01 - Prof Educ Infantil**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	NATÁLIA DA ROSA DE SOUZA	16.100	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	6.100	10.000	01-03-1987



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

2º Lugar	MAIRA RODRIGUES	15.700	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	5.700	10.000	31-07-1990
3º Lugar	DANIELA SANTANA DOS SANTOS	13.800	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	4.200	9.600	11-01-1985
4º Lugar	JULIANA MELO BITENCOURT	11.700	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	4.100	7.600	28-11-1986
5º Lugar	FERNANDA CARDOSO BITENCOURT SEVERIN	11.400	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	7.400	4.000	07-10-1983
6º Lugar	ALINE LOPES NAZARIO	10.900	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.900	10.000	29-07-1981
7º Lugar	SUZANE DA CUNHA FERREIRA EMERIM	10.900	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.900	10.000	07-10-1994
8º Lugar	PATRICIA SANTOS COELHO	10.800	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.800	10.000	15-09-1983
9º Lugar	ADRIANA ALENCAR LIBERATO	10.600	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.600	10.000	17-11-1993
10º Lugar	VANETE BORGES DE BITENCOURT	10.500	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.500	10.000	26-10-1959
11º Lugar	TAIZ MACHADO MAGNUS	10.500	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.500	10.000	24-07-1991
12º Lugar	TAINÁ DA ROSA ROSSO	10.300	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.300	10.000	30-01-1995
13º Lugar	ROSA LAURINDA RODRIGUES	10.000	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.000	10.000	13-06-1966
14º Lugar	RITA APARECIDA RICKEN	10.000	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	0.000	10.000	01-02-1968
15º Lugar	JOEDINA FERREIRA MARTINS DOS SANTOS	10.000	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.000	10.000	23-12-1994
16º Lugar	GABRIELA SANTOS DA SILVA	10.000	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.000	10.000	25-05-1995
17º Lugar	ISABELA PAULINO FONTANA	10.000	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	10.000	22-04-1996
18º Lugar	BRUNA DE MATOS BAUER	7.600	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	7.600	20-12-1989
19º Lugar	DARIANE CARDOSO ALBINO	4.400	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.800	3.600	13-09-1990
20º Lugar	SILVANA MONTOVANI SILVEIRA	4.300	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.300	4.000	13-06-1987
21º Lugar	BRUNA BORBA DE SOUZA	4.000	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	4.000	04-03-1996





**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

**Area: 02 - Ens Fundamental (1º ao 5º Ano)**

**Cargo: (Habilitado) 02 - Prof Ens Fundamental**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	DULCE MARIA PORTO DA SILVA DE BITEN	232.600	2 - Pós na Área Específica	22.600	10.000	11-10-1974
2º Lugar	ZAIRA RAUPP DE QUADROS	231.600	2 - Pós na Área Específica	21.600	10.000	28-04-1982
3º Lugar	SILVANA DA SILVA POSSAMAI	226.800	2 - Pós na Área Específica	16.800	10.000	05-03-1978
4º Lugar	FERNANDA BRISTOT BARBOSA	226.400	2 - Pós na Área Específica	16.400	10.000	06-11-1979
5º Lugar	MARTA REGINA DA CUNHA CARDOSO	224.800	2 - Pós na Área Específica	14.800	10.000	16-02-1973
6º Lugar	CRISTINA VALENTIM DE BITENCOURT	224.500	2 - Pós na Área Específica	14.500	10.000	16-09-1967
7º Lugar	MARLI SOARES VALENTE	223.400	2 - Pós na Área Específica	13.400	10.000	21-11-1956
8º Lugar	SANTA RITA DE CACIA SANTOS DA SILV	223.100	2 - Pós na Área Específica	23.100	0.000	14-07-1971
9º Lugar	VALDIRENE CÂNDIDO POSSAMAI	223.000	2 - Pós na Área Específica	13.000	10.000	04-06-1970
10º Lugar	LUCIANA MINUSSI WANCK	222.500	2 - Pós na Área Específica	12.500	10.000	23-06-1974
11º Lugar	FABIANA GONÇALVES	219.900	2 - Pós na Área Específica	9.900	10.000	01-06-1977
12º Lugar	ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHO	219.600	2 - Pós na Área Específica	9.600	10.000	11-07-1981
13º Lugar	JOSIANE DE BITENCOURT PORTO	219.200	2 - Pós na Área Específica	9.200	10.000	06-11-1981
14º Lugar	SIMONE DELAVECHIA TOMÉ	218.500	2 - Pós na Área Específica	8.700	9.800	03-10-1987
15º Lugar	JULIANA PORTO MIGUEL	218.400	2 - Pós na Área Específica	8.800	9.600	29-10-1990
16º Lugar	ROSILEA SILVERIO PEDRO	218.300	2 - Pós na Área Específica	8.300	10.000	30-08-1977
17º Lugar	JOANA MARIA MELO DE BITENCOURT	216.400	2 - Pós na Área Específica	7.600	8.800	28-12-1962
18º Lugar	ALESSANDRA DELAVECHIA TOMÉ	216.200	2 - Pós na Área Específica	6.200	10.000	02-01-1984
19º Lugar	RENATA MORAES CARDOSO	215.400	2 - Pós na Área Específica	5.400	10.000	27-08-1977
20º Lugar	ERACILDA DA CUNHA FERREIRA EMERIM	215.300	2 - Pós na Área Específica	5.300	10.000	01-03-1961
21º Lugar	STEFANI CAROLINI DA ROSA DA SILVA	214.800	2 - Pós na Área Específica	5.200	9.600	21-03-1992
22º Lugar	LUCIANE LUMMERTZ AGUIAR	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	07-09-1976
23º Lugar	ADRIANA SERRÃO GREGÓRIO	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	22-12-1978
24º Lugar	EDINARA DE OLIVEIRA MOTA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	01-05-1979
25º Lugar	CRISTINA DE SOUZA DA SILVA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	22-01-1988
26º Lugar	MARIA CLECI FERNANDES DA SILVA	214.500	2 - Pós na Área Específica	4.500	10.000	10-05-1959
27º Lugar	MARIA GORETE SOUZA DE MATOS	214.200	2 - Pós na Área Específica	4.200	10.000	22-05-1963
28º Lugar	ROSILEI SAVI VALIN	213.800	2 - Pós na Área Específica	3.800	10.000	28-03-1977
29º Lugar	CARLA REGINA ALVES ROCHO	213.200	2 - Pós na Área Específica	3.200	10.000	28-02-1984
30º Lugar	CRISTIANE SCHEFFER BAUER	211.800	2 - Pós na Área Específica	1.800	10.000	16-11-1987
31º Lugar	JOSIANE VARGAS DELFINO	210.800	2 - Pós na Área Específica	0.800	10.000	11-09-1984
32º Lugar	ALESANDRA TRAJANO ANDREOTTE	209.900	2 - Pós na Área Específica	6.900	3.000	09-12-1981
33º Lugar	ANA PAULA A. CARDOSO DE BORBA	206.200	2 - Pós na Área Específica	6.200	0.000	13-11-1977
34º Lugar	TANIA REGINA SANTANA MACHADO	206.000	2 - Pós na Área Específica	0.000	6.000	29-06-1963
35º Lugar	JULIANA DE OLIVEIRA MAGNUS	204.900	2 - Pós na Área Específica	4.500	0.400	14-08-1984
36º Lugar	RODRIGO MARIANO DE BITENCOURT	201.400	2 - Pós na Área Específica	1.400	0.000	05-11-1984
37º Lugar	ELISANDRA RIBEIRO DA LUZ	167.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	7.800	10.000	25-09-1983
38º Lugar	DILANE FREITAS BORGES	164.000	3 - Pós na Educação em Outra Área	4.000	10.000	13-01-1969
39º Lugar	BLAMBIDA RODRIGUES DE SOUZA	154.400	3 - Pós na Educação em Outra Área	4.400	0.000	29-04-1985



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

40º Lugar	LEZANDRA MARTINS CARDOSO DOS SANTOS	133.000	1 - Licenciatura na Área	25.200	7.800	10-04-1979
41º Lugar	MARCIA SIMONE CARDOSO CLAUDINO MATE	118.200	1 - Licenciatura na Área	8.200	10.000	29-08-1972
42º Lugar	MONIQUE CRISTINE DA SILVA SANTOS	117.300	1 - Licenciatura na Área	7.300	10.000	24-11-1986
43º Lugar	ROSANE BORGES LUIZ DE QUADROS	117.100	1 - Licenciatura na Área	7.100	10.000	24-10-1974
44º Lugar	ELIANE PEREIRA ROSA	116.200	1 - Licenciatura na Área	6.200	10.000	21-03-1978
45º Lugar	RITA DE CÁSSIA RODRIGUES PERES	114.600	1 - Licenciatura na Área	4.600	10.000	23-02-1986
46º Lugar	VALÉRIA DE SOUZA PEREIRA	114.200	1 - Licenciatura na Área	4.200	10.000	11-10-1989
47º Lugar	SAMARA JERONIMO DE BORBA	113.500	1 - Licenciatura na Área	3.500	10.000	04-05-1990
48º Lugar	VALQUIRIA LANSA DA SILVA	112.700	1 - Licenciatura na Área	2.700	10.000	03-11-1987
49º Lugar	CATIA CRISTIANI FERRARI DA ROSA	112.600	1 - Licenciatura na Área	2.600	10.000	11-04-1979
50º Lugar	MIRELA MAGNUS EUGENIO BIANCHINI	112.500	1 - Licenciatura na Área	2.500	10.000	04-01-1980
51º Lugar	LUCILEIA ROLDÃO SANTOS	112.100	1 - Licenciatura na Área	2.100	10.000	15-09-1980
52º Lugar	JUCICLEIA DA SILVA CARDOSO DOS S	111.300	1 - Licenciatura na Área	1.300	10.000	25-08-1981
53º Lugar	JESSICA DE OLIVEIRA ALVES	111.000	1 - Licenciatura na Área	1.000	10.000	16-05-1991
54º Lugar	JUCIMAR DE BORBA MONTEIRO	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	23-81-973
55º Lugar	ANDIARA SILVEIRA DE BORBA	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	19-05-1985
56º Lugar	ANDREIA OLIVEIRA DE FARIAS	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	26-10-1985
57º Lugar	MARISA APARECIDA PEREIRA WALTRICK	108.400	1 - Licenciatura na Área	0.400	8.000	16-05-1973
58º Lugar	CRISTIANE DAPPER	106.800	1 - Licenciatura na Área	0.800	6.000	17-06-1990
59º Lugar	DANIELA MARCELINO HIPOLITO	67.900	0 - Magistério (Nível Médio)	7.900	10.000	07-03-1984
60º Lugar	LISA TAMARA DO NASCIMENTO	63.600	0 - Magistério (Nível Médio)	3.600	10.000	25-08-1976
61º Lugar	JOCILENE PEREIRA INACIA	62.400	0 - Magistério (Nível Médio)	2.400	10.000	14-11-1973
62º Lugar	CLAUDIA SIMONE MARTINS	61.900	0 - Magistério (Nível Médio)	3.100	8.800	30-10-1984
63º Lugar	SABRINA PIRES DA SILVA	61.000	0 - Magistério (Nível Médio)	1.000	10.000	29-08-1984
64º Lugar	FABIANE CRISTINA HAUPT PINHO SILVEI	60.900	0 - Magistério (Nível Médio)	0.900	10.000	18-06-1974
65º Lugar	PATRICIA MACHADO SANCHEZ	60.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.800	10.000	20-01-1986
66º Lugar	SAMANTA MEZZARI DE QUADROS	60.500	0 - Magistério (Nível Médio)	0.500	10.000	30-01-1997
67º Lugar	PATRICIA COELHO DA SILVA	60.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	10.000	11-10-1978
68º Lugar	LARA BEZ DA SILVA	60.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	10.000	29-11-1997
69º Lugar	IVANILDA DE BORBA DA SILVA	58.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.800	8.000	24-11-1957
70º Lugar	SANDRA RAQUEL TAVERNABERRI	57.700	0 - Magistério (Nível Médio)	5.700	2.000	30-05-1976
71º Lugar	ZILA DE MATOS CÂNDIDO	57.300	0 - Magistério (Nível Médio)	1.300	6.000	15-09-1969
72º Lugar	GEDIANE MORAIS LOURENÇO LUMERTZ	56.800	0 - Magistério (Nível Médio)	6.800	0.000	11-08-1986
73º Lugar	GÉSSICA AGUIAR DA CUNHA	56.800	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	6.800	25-03-1988
74º Lugar	MARIÉLI PEREIRA CABRAL	55.500	0 - Magistério (Nível Médio)	5.500	0.000	19-07-1993
75º Lugar	NAIARA DE SANTANA DA ROSA	52.100	0 - Magistério (Nível Médio)	2.100	0.000	28-06-1991
76º Lugar	LAIS RAMOS RODRIGUES	52.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	2.000	16-07-1994
77º Lugar	MARILÉIA GENEROSO MONTEIRO	51.200	0 - Magistério (Nível Médio)	1.200	0.000	06-11-1969
78º Lugar	GABRIELA DA ROSA CÂNDIDO	50.000	0 - Magistério (Nível Médio)	0.000	0.000	31-01-1997

**Cargo: (Não Habilitado) 02 - Prof Ens Fundamental**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	DEBORA ROCHA PEREIRA SANTOS	13.700	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	11.300	2.400	10-05-1975
2º Lugar	JULIANA MIGUEL PEREIRA	12.000	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	2.000	10.000	07-10-1983



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

---

3º Lugar	JULIANA MELO BITENCOURT	11.700	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	4.100	7.600	28-11-1986
4º Lugar	ANA PAULA MAURICIO CONSTANTE DE QUA	10.600	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.600	10.000	26-12-1894
5º Lugar	TAIZ MACHADO MAGNUS	10.500	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.500	10.000	24-07-1991
6º Lugar	RITA APARECIDA RICKEN	10.000	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	0.000	10.000	01-02-1968
7º Lugar	JOEDINA FERREIRA MARTINS DOS SANTOS	10.000	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.000	10.000	23-12-1994
8º Lugar	ISABELA PAULINO FONTANA	10.000	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	10.000	22-04-1996
9º Lugar	BRUNA DE MATOS BAUER	7.600	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	7.600	20-12-1989
10º Lugar	CARINA FARIAS VUOLO	5.000	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	1.400	3.600	31-10-1975
11º Lugar	BRUNA BORBA DE SOUZA	4.000	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	4.000	04-03-1996



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

**Area: 03 - Disciplinas Específicas**

**Cargo: (Habilitado) 03 - Prof L Portuguesa**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ELIANDRA GOMES MARQUES	264.500	4 - Mestrado	4.500	10.000	08-06-1976
2º Lugar	ROSEMER DE SOUZA ALBINO	242.500	2 - Pós na Área Específica	32.500	10.000	01-08-1966
3º Lugar	DARLAN MELO	225.800	2 - Pós na Área Específica	15.800	10.000	03-10-1975
4º Lugar	MARINEUZA TRAMONTIN CÂMARA	223.200	2 - Pós na Área Específica	13.200	10.000	18-10-1963
5º Lugar	MADALENA TOMMASI	219.100	2 - Pós na Área Específica	9.100	10.000	21-05-1965
6º Lugar	KARINE DE QUADROS FERNANDES	215.600	2 - Pós na Área Específica	5.600	10.000	08-11-1982
7º Lugar	ANDREIA COELHO MAGNUS SANT ANA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	23-07-1980
8º Lugar	SILVIA SIRLEI FERREIRA GUEVARA RAYO	206.000	2 - Pós na Área Específica	6.000	0.000	03-11-1953
9º Lugar	GISLAINE FÁTIMA VIEIRA	165.700	3 - Pós na Educação em Outra Área	5.700	10.000	02-10-1977
10º Lugar	VIVIANE RODRIGUES TAVARES DOS SANTO	162.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	4.800	8.000	18-07-1981
11º Lugar	VALQUIRIA LANS DA SILVA	112.700	1 - Licenciatura na Área	2.700	10.000	03-11-1987
12º Lugar	SIMONE CATARINA BRUM CHARÃO	110.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	10.000	28-05-1980
13º Lugar	NERIANE CHAGAS NASCIMENTO TOMAZZI	109.700	1 - Licenciatura na Área	0.700	9.000	20-10-1985
14º Lugar	JULIANE MARIA DE SOUZA SARETTO	103.700	1 - Licenciatura na Área	3.700	0.000	21-07-1984
15º Lugar	MARIA GABRIELA CONSTANTE BAUER	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	14-04-1986
16º Lugar	MELISSA DA PAZ TEIXEIRA	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	04-04-1989

**Cargo: (Habilitado) 04 - Prof Ciências**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ROSANE BURIN SBARDELOTTO GERMANN	243.800	2 - Pós na Área Específica	33.800	10.000	22-05-1966
2º Lugar	ANA FLAVIA CARLOS CARDOSO	220.600	2 - Pós na Área Específica	10.600	10.000	03-05-1968
3º Lugar	SIMONE DELAVECHIA TOMÉ	218.500	2 - Pós na Área Específica	8.700	9.800	03-10-1987
4º Lugar	RAUL EMILIO	218.000	2 - Pós na Área Específica	8.000	10.000	24-03-1981
5º Lugar	ROSANE BORGES LUIZ DE QUADROS	217.100	2 - Pós na Área Específica	7.100	10.000	24-10-1974
6º Lugar	GRAZIELA VOTRE ROLDÃO	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	20-09-1985
7º Lugar	FERNANDA BOFF DOS SANTOS	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	10-09-1988
8º Lugar	JOICE PISONI DE SOUZA	213.000	2 - Pós na Área Específica	3.000	10.000	11-12-1982
9º Lugar	SANDRA REGINA MARCELINO	212.800	2 - Pós na Área Específica	2.800	10.000	10-12-1975
10º Lugar	GEDIANE MORAIS LOURENÇO LUMERTZ	206.800	2 - Pós na Área Específica	6.800	0.000	11-08-1986
11º Lugar	GRAZIELA LEANDRO LIMA	202.600	2 - Pós na Área Específica	2.600	0.000	02-03-1988
12º Lugar	DAYSY FERREIRA GUEVARA	115.300	1 - Licenciatura na Área	5.300	10.000	11-12-1983
13º Lugar	KELYN ROCHO AMOROSO	114.800	1 - Licenciatura na Área	4.800	10.000	18-07-1988

**Cargo: (Habilitado) 05 - Prof Matemática**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	LÍDIA WAGNER DA SILVA	226.400	2 - Pós na Área Específica	16.400	10.000	26-12-1981
2º Lugar	ANA FLAVIA CARLOS CARDOSO	220.600	2 - Pós na Área Específica	10.600	10.000	03-05-1968
3º Lugar	THAYSE DAROS GIUSTI	218.500	2 - Pós na Área Específica	8.500	10.000	31-10-1984



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

4º Lugar	ANA PATRÍCIA DE SOUZA VARGAS EMERIM	217.800	2 - Pós na Área Específica	7.800	10.000	16-03-1984
5º Lugar	ELIANE ÁUREA PEREIRA TRAJANO	216.900	2 - Pós na Área Específica	6.900	10.000	08-11-1966
6º Lugar	JOÃO CÉSAR SOUZA	213.800	2 - Pós na Área Específica	9.800	4.000	28-02-1984
7º Lugar	LUANA DOS SANTOS DA SILVA	211.500	2 - Pós na Área Específica	1.500	10.000	02-01-1989
8º Lugar	MANOELA DE MATOS VARELA SCANDOLARA	207.300	2 - Pós na Área Específica	1.300	6.000	25-01-1988
9º Lugar	VALMIR HOGENIO DE MATOS	200.900	2 - Pós na Área Específica	0.900	0.000	03-11-1982
10º Lugar	ELISIANE PAGANI BRISTOT	192.200	3 - Pós na Educação em Outra Área	32.200	10.000	29-07-68
11º Lugar	ELIZANDRA APARECIDA DE SOUZA BIANCH	163.400	3 - Pós na Educação em Outra Área	3.400	10.000	10-01-1983
12º Lugar	NICOLE MARIA DA MOTA SANTOS	157.200	3 - Pós na Educação em Outra Área	5.200	2.000	28-03-1984
13º Lugar	ALESSANDRA DE MATOS BAUER	113.000	1 - Licenciatura na Área	3.000	10.000	23-03-1985
14º Lugar	FABIANE TAVARES MARTINS	111.800	1 - Licenciatura na Área	1.800	10.000	12-11-1982
15º Lugar	EDNA DE BORBA CARDOSO	111.100	1 - Licenciatura na Área	1.100	10.000	04-09-1985
16º Lugar	JOAO LUCIANO DA SILVA SANTOS	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	13-05-1974

**Cargo: (Habilitado) 06 - Prof História**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	FRANK CARDOSO LUMMERTZ	263.700	4 - Mestrado	3.700	10.000	30-01-1985
2º Lugar	LIVANIR LANER	215.800	2 - Pós na Área Específica	5.800	10.000	09-08-1969
3º Lugar	ADRIANE DA ROSA CONSTANTE	214.200	2 - Pós na Área Específica	4.200	10.000	15-08-1986
4º Lugar	CARINE EVALDT DA ROSA	212.100	2 - Pós na Área Específica	2.100	10.000	21-04-1990
5º Lugar	PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA	211.100	2 - Pós na Área Específica	1.100	10.000	07-03-1993
6º Lugar	JOARI DOS SANTOS GOMES	202.000	2 - Pós na Área Específica	0.000	2.000	09-11-1987
7º Lugar	ANDRIO CARDOSO PEREIRA	200.200	2 - Pós na Área Específica	0.200	0.000	28-02-1984
8º Lugar	DARIANE CARDOSO ALBINO	154.400	3 - Pós na Educação em Outra Área	0.800	3.600	13-09-1990
9º Lugar	SELMA BARBOSA WOLFF	116.300	1 - Licenciatura na Área	6.300	10.000	11-09-1964
10º Lugar	FABIANO BARBOSA BELETTINI	112.300	1 - Licenciatura na Área	2.300	10.000	14-04-1977
11º Lugar	MARCOS VINICIUS COLINS DE OLIVEIRA	112.100	1 - Licenciatura na Área	2.100	10.000	27-09-1967
12º Lugar	SABRINA MACHADO DE MATOS	111.300	1 - Licenciatura na Área	1.300	10.000	19-04-1983
13º Lugar	ABRÃO ISAIAS DALMAGRO	108.800	1 - Licenciatura na Área	2.800	6.000	22-04-1961
14º Lugar	SILVANA MONTOVANI SILVEIRA	104.300	1 - Licenciatura na Área	0.300	4.000	13-06-1987
15º Lugar	CIBELI DA CUNHA DE MELO DA ROCHA	100.400	1 - Licenciatura na Área	0.400	0.000	09-04-1984
16º Lugar	ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA DA ROSA	100.400	1 - Licenciatura na Área	0.400	0.000	09-06-1985
17º Lugar	JOICE FARIAS DO NASCIMENTO	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	01-12-1992

**Cargo: (Habilitado) 07 - Prof Geografia**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	CYRO CONTI MILAN	254.300	4 - Mestrado	4.300	0.000	14-02-1980
2º Lugar	RÚBIA DE FREITAS GONÇALVES STUART	217.900	2 - Pós na Área Específica	7.900	10.000	30-09-1983
3º Lugar	SABRINA MACHADO DE MATOS	211.300	2 - Pós na Área Específica	1.300	10.000	19-04-1983
4º Lugar	ANDERSON EMILIO WITT	203.800	2 - Pós na Área Específica	3.800	0.000	07-06-1978
5º Lugar	JOARI DOS SANTOS GOMES	152.000	3 - Pós na Educação em Outra Área	0.000	2.000	09-11-1987
6º Lugar	PAULA CAMILO SPERFELD	150.000	3 - Pós na Educação em Outra Área	0.000	0.000	28-10-1981
7º Lugar	MARCÉLI DOS SANTOS SALA	110.400	1 - Licenciatura na Área	0.400	10.000	18-02-1993



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

**Cargo: (Habilitado) 08 - Prof Inglês**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	DARLAN MELO	225.800	2 - Pós na Área Específica	15.800	10.000	03-10-1975
2º Lugar	MARINEUZA TRAMONTIN CÂMARA	223.200	2 - Pós na Área Específica	13.200	10.000	18-10-1963
3º Lugar	MADALENA TOMMASI	219.100	2 - Pós na Área Específica	9.100	10.000	21-05-1965
4º Lugar	KARINE DE QUADROS FERNANDES	215.600	2 - Pós na Área Específica	5.600	10.000	08-11-1982
5º Lugar	ANDREIA COELHO MAGNUS SANT ANA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	23-07-1980
6º Lugar	GISLAINE FÁTIMA VIEIRA	165.700	3 - Pós na Educação em Outra Área	5.700	10.000	02-10-1977
7º Lugar	VIVIANE RODRIGUES TAVARES DOS SANTO	162.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	4.800	8.000	18-07-1981
8º Lugar	ROSEMER DE SOUZA ALBINO	142.500	1 - Licenciatura na Área	32.500	10.000	01-08-1966
9º Lugar	JÉSCA GOULART CAETANO	104.900	1 - Licenciatura na Área	4.900	0.000	04-11-1992
10º Lugar	JULIANE MARIA DE SOUZA SARETTO	103.700	1 - Licenciatura na Área	3.700	0.000	21-07-1984
11º Lugar	PRICILA MAGNUS SANTOS	102.000	1 - Licenciatura na Área	2.000	0.000	11-11-1980
12º Lugar	MELISSA DA PAZ TEIXEIRA	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	04-04-1989

**Cargo: (Habilitado) 09 - Prof Artes**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ÉRICA FERREIRA GOULART GONÇALVES	219.400	2 - Pós na Área Específica	9.800	9.600	30-09-1985
2º Lugar	LISIANE DE SOUZA OLIVEIRA	218.700	2 - Pós na Área Específica	8.700	10.000	19-11-1982
3º Lugar	GRAZIELA MELO TRAJANO	216.300	2 - Pós na Área Específica	6.300	10.000	28-07-1982
4º Lugar	NATIELI DA ROSA GOMES	200.000	2 - Pós na Área Específica	0.000	0.000	16-12-1992
5º Lugar	DHJULIA DE VARGAS PEREIRA	113.700	1 - Licenciatura na Área	3.700	10.000	12-11-1993
6º Lugar	THAIANE SEVERINO RODRIGUES	102.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	2.000	29-01-1988
7º Lugar	MORGANIA COLARES PAULO	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	19-06-1988
8º Lugar	MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	19-06-1988

**Cargo: (Habilitado) 10 - Prof Educ Física**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	FÁTIMA LOVENIR SOUZA PIVA	238.600	2 - Pós na Área Específica	29.000	9.600	01-04-1968
2º Lugar	CAMILA DE MATOS ROCHO	213.300	2 - Pós na Área Específica	3.300	10.000	11-06-1991
3º Lugar	RENAN LADISLAU RAUPP	202.600	2 - Pós na Área Específica	1.800	0.800	05-08-1994
4º Lugar	RODRIGO MARIANO DE BITENCOURT	201.400	2 - Pós na Área Específica	1.400	0.000	05-11-1984
5º Lugar	QUELEM BENDO HENRIQUE	166.500	3 - Pós na Educação em Outra Área	6.500	10.000	04-82-1982
6º Lugar	DIEGO PEREIRA	161.800	3 - Pós na Educação em Outra Área	1.800	10.000	02-08-1992
7º Lugar	MAIRA RODRIGUES	115.700	1 - Licenciatura na Área	5.700	10.000	31-07-1990
8º Lugar	HIANDRA GOULART DA BOIT	111.100	1 - Licenciatura na Área	1.100	10.000	08-03-1993
9º Lugar	SABRINA LOPES DE OLIVEIRA	106.200	1 - Licenciatura na Área	0.000	6.200	17-03-1986
10º Lugar	CLEITON COELHO GARCIA	104.000	1 - Licenciatura na Área	1.600	2.400	08-12-1983
11º Lugar	ANDREA MARTINS FERNANDES	103.100	1 - Licenciatura na Área	3.100	0.000	27-11-1975
12º Lugar	RAMON PIRES DA SILVA	100.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	0.000	29-05-1994

**Cargo: (Não Habilitado) 03 - Prof L Portuguesa**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
-------	-------------------	-------	-----------	---------	--------	-------





**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

1º Lugar	JOCILENE SCAINI	5.700	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.000	5.700	20-12-1977
----------	-----------------	-------	---------------------------------	-------	-------	------------

**Cargo: (Não Habilitado) 04 - Prof Ciências**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ÂNGELA DUARTE DA SILVA PRESTES	10.000	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	0.000	10.000	20-12-1981

**Cargo: (Não Habilitado) 05 - Prof Matemática**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ADRIANO EUSÉBIO DOS SANTOS	10.000	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.000	10.000	07-07-1985
2º Lugar	THAMYRIS RODRIGUES PORFIRIO	0.000	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	0.000	03-09-1997

**Cargo: (Não Habilitado) 06 - Prof História**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	CAROLINE ALVES PEREIRA	0.400	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.000	0.400	26-06-95
2º Lugar	JORDANE CÂMARA	0.400	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.400	0.000	15-03-1984

**Cargo: (Não Habilitado) 07 - Prof Geografia**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	JORGE AMERICO DA SILVA WINTER JUNIO	1.200	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	1.200	0.000	08-12-1984

**Cargo: (Não Habilitado) 08 - Prof Inglês**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	JOCILENE SCAINI	5.700	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.000	5.700	20-12-1977

**Cargo: (Não Habilitado) 09 - Prof Artes**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	CLAUDENISE MONTEIRO SILVEIRA	15.400	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	5.400	10.000	07-02-1969
2º Lugar	PAOLA PERETTO BALUK	12.100	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	2.100	10.000	10-03-1986
3º Lugar	MONICA LETICIA RECK MUNARI	12.000	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	2.000	10.000	23-07-1981
4º Lugar	KARINE LUMMERTZ ISOPPO DE BORBA	10.800	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	0.800	10.000	19-09-1982
5º Lugar	JÉSSICA HOMEM HECK	0.000	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	0.000	05-03-1987

**Cargo: (Não Habilitado) 10 - Prof Educ Física**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	GRAZIELA VOTRE ROLDÃO	14.700	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	4.700	10.000	20-09-1985
2º Lugar	FABIANO BARBOSA BELETTINI	12.300	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	2.300	10.000	14-04-1977
3º Lugar	RENAM SILVEIRA CONSTANTE	10.600	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	0.600	10.000	03-06-1986
4º Lugar	BRUNA DA SILVA CONSTANTE	10.000	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.000	10.000	26-05-1997
5º Lugar	DANIEL FERREIRA EMERIM	9.100	Licenciatura (Cursando 5ª Fase)	1.100	8.000	25-06-1988
6º Lugar	DABILA DE REZENDE	4.400	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	4.400	17-01-1996
7º Lugar	DAIANE FERREIRA ONORIO	0.000	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	0.000	17-01-1985
8º Lugar	JOSÉ RENATO COSTA	0.000	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	0.000	02-02-1987



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

---

9º Lugar	BRUNA SUELEN DE OLIVEIRA DOS SANTOS	0.000	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.000	0.000	23-01-1995
----------	-------------------------------------	-------	---------------------------------	-------	-------	------------



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

**Area: 04 - Educação Inclusiva**

**Cargo: (Habilitado) 11 - Segundo Professor**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHO	219.600	2 - Pós na Área Específica	9.600	10.000	11-07-1981
2º Lugar	ELISANDRA RIBEIRO DA LUZ	217.800	2 - Pós na Área Específica	7.800	10.000	25-09-1983
3º Lugar	CARINA DOS REIS PORTO	216.800	2 - Pós na Área Específica	6.800	10.000	16-12-1988
4º Lugar	ELIANE PEREIRA ROSA	216.200	2 - Pós na Área Específica	6.200	10.000	21-03-1978
5º Lugar	ERACILDA DA CUNHA FERREIRA EMERIM	215.300	2 - Pós na Área Específica	5.300	10.000	01-03-1961
6º Lugar	LUCIANE LUMMERTZ AGUIAR	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	07-09-1976
7º Lugar	CRISTINA DE SOUZA DA SILVA	214.700	2 - Pós na Área Específica	4.700	10.000	22-01-1988
8º Lugar	CRISLAINE A.C. DE OLIVEIRA CONSTANT	214.100	2 - Pós na Área Específica	4.100	10.000	14-06-1988
9º Lugar	CARLA REGINA ALVES ROCHO	213.200	2 - Pós na Área Específica	3.200	10.000	28-02-1984
10º Lugar	MIRELA MAGNUS EUGENIO BIANCHINI	212.500	2 - Pós na Área Específica	2.500	10.000	04-01-1980
11º Lugar	GREICI RAUPP BITENCOURT DA ROSA	212.100	2 - Pós na Área Específica	4.100	8.000	30-01-1978
12º Lugar	CRISTIANE SCHEFFER BAUER	211.800	2 - Pós na Área Específica	1.800	10.000	16-11-1987
13º Lugar	TALITA GENEROSO SÉRGIO BEZ	211.600	2 - Pós na Área Específica	1.600	10.000	22-03-1985
14º Lugar	JOSIANE VARGAS DELFINO	210.800	2 - Pós na Área Específica	0.800	10.000	11-09-1984
15º Lugar	LÓRI DE OLIVEIRA CARDOSO	210.600	2 - Pós na Área Específica	5.000	5.600	11-04-1984
16º Lugar	JULIANA DE OLIVEIRA MAGNUS	204.900	2 - Pós na Área Específica	4.500	0.400	14-08-1984
17º Lugar	TANIA REGINA SANTANA MACHADO	156.000	3 - Pós na Educação em Outra Área	0.000	6.000	29-06-1963
18º Lugar	ERONI ROSA DE SOUZA MARTINS	117.300	1 - Licenciatura na Área	7.300	10.000	05-06-1977
19º Lugar	ELIANE PEREIRA CARDOSO SCHEFFER	114.700	1 - Licenciatura na Área	14.700	0.000	25-06-1977
20º Lugar	RITA DE CÁSSIA RODRIGUES PERES	114.600	1 - Licenciatura na Área	4.600	10.000	23-02-1986
21º Lugar	MARIZANE LEANDRO NUNES	114.400	1 - Licenciatura na Área	4.400	10.000	27-02-1987
22º Lugar	ROSILEI SAVI VALIN	113.800	1 - Licenciatura na Área	3.800	10.000	28-03-1977
23º Lugar	DUANI DE OLIVEIRA RAUPP	112.800	1 - Licenciatura na Área	2.800	10.000	09-12-1993
24º Lugar	CATIA CRISTIANI FERRARI DA ROSA	112.600	1 - Licenciatura na Área	2.600	10.000	11-04-1979
25º Lugar	VANI DA SILVA MATOS	111.500	1 - Licenciatura na Área	1.500	10.000	06-07-1979
26º Lugar	JUCICLEIA DA SILVA CARDOSO DOS S	111.300	1 - Licenciatura na Área	1.300	10.000	25-08-1981
27º Lugar	JESSICA DE OLIVEIRA ALVES	111.000	1 - Licenciatura na Área	1.000	10.000	16-05-1991
28º Lugar	ALESSANDRA MINATTO TEIXEIRA	104.100	1 - Licenciatura na Área	4.100	0.000	23-09-1982
29º Lugar	CASSIANE PEREIRA RODRIGUES BIANCHIN	104.000	1 - Licenciatura na Área	0.000	4.000	23-10-1983

**Cargo: (Não Habilitado) 11 - Segundo Professor**

Coloc	Nome do Candidato	Total	Graduação	T. Serv	Cursos	Idade
1º Lugar	NATÁLIA DA ROSA DE SOUZA	16.100	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	6.100	10.000	01-03-1987
2º Lugar	DANIELA SANTANA DOS SANTOS	13.800	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	4.200	9.600	11-01-1985
3º Lugar	CRISTIANE BARBOSA DOS SANTOS	13.700	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	3.700	10.000	04-11-1991
4º Lugar	ELIZANDRA APARECIDA DE SOUZA BIANCH	13.400	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	3.400	10.000	10-01-1983
5º Lugar	JULIANA MIGUEL PEREIRA	12.000	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	2.000	10.000	07-10-1983
6º Lugar	LUANA DOS SANTOS DA SILVA	11.500	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	1.500	10.000	02-01-1989



**Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**  
**Secretaria de Educação, Esporte e Turismo**  
**Processo Seletivo 001-2016**

7º Lugar	FERNANDA CARDOSO BITENCOURT SEVERIN	11.400	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	7.400	4.000	07-10-1983
8º Lugar	ALINE LOPES NAZARIO	10.900	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.900	10.000	29-07-1981
9º Lugar	SUZANE DA CUNHA FERREIRA EMERIM	10.900	Licenciatura (Cursando 4ª Fase)	0.900	10.000	07-10-1994
10º Lugar	PATRICIA SANTOS COELHO	10.800	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.800	10.000	15-09-1983
11º Lugar	VANETE BORGES DE BITENCOURT	10.500	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.500	10.000	26-10-1959
12º Lugar	TAINÁ DA ROSA ROSSO	10.300	Licenciatura (Cursando 6ª Fase)	0.300	10.000	30-01-1995
13º Lugar	GABRIELA SANTOS DA SILVA	10.000	Licenciatura (Cursando 7ª Fase)	0.000	10.000	25-05-1995
14º Lugar	MARISA APARECIDA PEREIRA WALTRICK	8.400	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	0.400	8.000	16-05-1973
15º Lugar	CARINA FARIAS VUOLO	5.000	Licenciatura (Cursando 8ª Fase)	1.400	3.600	31-10-1975

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº110/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 110/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 2.438,00 (dois mil quatrocentos e trinta e oito reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
35	0136	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.438,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 2.438,00 (dois mil quatrocentos e trinta e oito reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
33	0136	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.438,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº111/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 111/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1309/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 72.760,00 (setenta e dois mil setecentos e sessenta reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
11	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	26.290,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
31	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	31.950,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB				

62	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.960,00	
06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.02 Depto de Serviços Urbanos					
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos					
76	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.760,00	
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social					
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social					
082440028.2.028000 Assistência Social					
101	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00	

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 72.760,00 (setenta e dois mil setecentos e sessenta reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Município					
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo					
133920021.2.0020000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município					
1	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.700,00	
2	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.300,00	
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.01 Depto de Administração					
041230007.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos					
26	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.334,42	
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.02 Depto de Fazenda					
041230007.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração					
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.200,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação					
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.805,40	
34	0101	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.923,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Manutenção de Creche					
41	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	897,05	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.054000 Merenda escolar para creche					
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	212,12	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental					
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21,59	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil					
53	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.148,68	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB					



61	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.153,19
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB				
64	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	924,01
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
67	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.613,56
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação publica				
84	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.596,81
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistencia Social				
90	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.200,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.058000 Manutenção da atividades do CRAS				
105	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.037,85
11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescencia				
10.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
082440028.2.049000 Manutenção da atividades do FIA				
107	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.636,74
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.020000 Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas e rodoviaros				
108	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.500,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.041000 Implantação e manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior				
117	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
112	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.555,58

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 114/2016 SUPLEMENTAR**

DECRETO Nº 114/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 7.637,97 (sete mil seiscentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos).

4100.00.00.00.00 Receitas Correntes

4120.00.00.00.00 Receitas de Contribuições

4123.00.00.00.00 Contribuição para custeio do serviço de iluminação publica

108 – Cosip

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 7.637,97 (sete mil seiscentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infra Estrutura				
06.01 Dpto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção melhoria e ampliação da iluminação publica				
83	0108	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.637,97

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**DECRETO Nº 115/2016 SUPLEMENTAR**

DECRETO Nº 115/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saude, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saude				
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saude				
5	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 270/2016 LICENÇA PREMIO**

PORTARIA Nº 270/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) mês meses ao funcionário Eliseu Alvez da Silva matrículas nº 800/01 , ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de ônibus e micro-ônibus , com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação , de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 27 de Dezembro de 2016 e terminando em 26 de Março de 2017, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### **PORTARIA Nº 288/2016 EXONERA SERVIDOR**

PORTARIA Nº 288/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Tiago Pos-senti Matr. 12181/01 inscrita no CPF: 066.351.159-35 , lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso  
- SC,

em 30 de Dezembro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# São Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO 091/2016

DECRETO Nº 091/2016

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO DE PROPRIEDADE DE SÉRGIO RIGOTTI E OUTROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano denominado de Lote Urbano Número 03, da matrícula nº. 13.399, com a área de 42.805,46m<sup>2</sup> (quarenta e dois mil oitocentos e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), de propriedade de SERGIO RIGOTTI, TEREZINHA SALETE MONEGO, MARIA ELISABETHA BOGORNI e COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE

#### DA ÁREA

O LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 42.805,46m<sup>2</sup> (quarenta e dois mil oitocentos e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no prolongamento da Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, será subdividido, surgindo 9 lotes urbanos novos e 1 remanescente, conforme descrição abaixo.

Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

DA SITUAÇÃO ATUAL CONFORME MATRÍCULA Nº. 13.399

LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 42.805,46m<sup>2</sup> (quarenta e dois mil oitocentos e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no prolongamento da Rua do Comércio, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 12,00 metros e 27,44 metros, descontinuamente, com o lote urbano nº 02, onde mede 39,80 metros e 18,08 metros, descontinuamente; com o lote urbano nº 01, onde mede 68,23 metros;

ao SUL, com parte do lote urbano nº 04, onde mede 280,53 metros;

ao NORDESTE, com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 103,65 metros;

ao OESTE, com parte do lote rural nº 21 (mat. 9.940), hoje parte do lote urbano nº 06 (mat. 13.352) e parte do lote rural nº 21-A (mat. 5.935), onde mede 148,04 metros; com o lote urbano nº 01, onde mede 102,68 metros; com o lote urbano nº 02, onde mede 47,71 metros e 54,36 metros, descontinuamente;

ao LESTE, com o lote urbano nº 02, onde mede 102,74 metros; e com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 125,24 metros

DA SITUAÇÃO PROPOSTA CONFORME PROJETO

01-REMANESCENTE - LOTE URBANO NÚMERO 03 (três), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 40.150,11m<sup>2</sup> (quarenta mil, cento cinquenta metros e onze decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 12,00 metros e 27,44 metros, descontinuamente, com o lote urbano nº 02 (mat. 13.398), onde mede 39,80 metros e 18,08 metros, descontinuamente; com o lote urbano nº 01 (mat. 13.397), onde mede 68,23 metros;

ao SUL, com parte do lote urbano nº 04 (mat. 13.400), onde mede 257,36 metros;

ao NORDESTE, com os lotes urbanos nºs 03-H e 03-I, onde mede 24,40 metros; com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 103,65 metros;

ao OESTE, com parte do lote urbano nº 06 (mat. 13.352) e com parte do lote rural nº 21-A (mat. 5.935), onde mede 148,04 metros; com o lote urbano nº 01 (mat. 13.397), onde mede 102,68 metros; com o lote urbano nº 02 (mat. 13.398), onde mede 47,71 metros e 54,36 metros, descontinuamente;

ao LESTE, com o lote urbano nº 02 (mat. 13.398), onde mede 102,74 metros; com o prolongamento da Rua do Comércio, onde mede 5,31 metros; com os lotes urbanos nºs 03-A, 03-B, 03-C, 03-D, 03-E, 03-F e 03-G, onde mede 84,63 metros;

ao SUDESTE, com o lote urbano nº 03-I, onde mede 23,32 metros.

02-IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-A (três "a"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 285,55m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e cinco metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 3-B, onde mede 24,22 metros;

ao SUL, com parte do lote urbano nº 04 (mat. 13.400), onde mede 23,17 metros;

ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,03 metros;

ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

03- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-B (três "b"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 293,65m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-C, onde mede 24,71 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-A, onde mede 24,22 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,00 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

04- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-C (três "c"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 299,16m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e nove metros e dezesseis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-D, onde mede 25,15 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-B, onde mede 24,71 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,00 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

05- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-D (três "d"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 301,67m<sup>2</sup> (trezentos e um metros e sessenta e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-E, onde mede 25,00 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-C, onde mede 25,15 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,01 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

06- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-E (três "e"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 295,54m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e cinco metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-F, onde mede 24,10 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-D, onde mede 25,00 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,06 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

07- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-F (três "f"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 280,01m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta metros e um decímetro quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-G, onde mede 22,51 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-E, onde mede 24,10 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,15 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

08- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-G (três "g"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 283,72m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e três metros e setenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 03-H, onde mede 19,85 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-F, onde mede 22,51 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 14,33 metros;  
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,63 metros.

09- IMÓVEL NOVO - LOTE URBANO NÚMERO 03-H (três "h"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 344,69m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e quatro metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com o lote urbano nº 03-I, onde mede 21,88 metros;  
ao SUL, com o lote urbano nº 03-G, onde mede 19,85 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 21,23 metros;  
ao SUDOESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,40 metros.

10- LOTE URBANO NÚMERO 03-I (três "i"), da quadra nº 129 (cento e vinte e nove), com a área de 271,36m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e um metros e trinta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 01 – ZODUP 01, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NOROESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 23,32 metros;  
ao SUDESTE, com o lote urbano nº 03-H, onde mede 21,88 metros;  
ao LESTE, com a Rua do Comércio, onde mede 12,12 metros;  
ao SUDOESTE, com parte do lote urbano nº 03, onde mede 12,00 metros.

Devido ao imóvel objeto da matrícula nº 13.399, com a área total de 42.805,46m<sup>2</sup>, ser de propriedade de (1) SÉRGIO RIGOTTI e (2) TE-REZINHA SALETE MONEGO aos quais cabe em conjunto a área ideal de 26.605,46m<sup>2</sup>; (3) MARIA ELISABETHA BOGORNÍ, a qual cabe a área ideal de 3.200,00m<sup>2</sup>; (4) COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE, a qual cabe a área ideal de 13.000,00m<sup>2</sup>, os lotes desmembrados pertencerão aos proprietários na seguinte proporção, conforme quadro a seguir.

LOTE Nº	Área Pertencente (m²)			ÁREA TOTAL (m²)
	1 e 2	3	4	
03	24.955,05	3.001,50	12.193,56	40.150,11
03-A	177,48	21,35	86,72	285,55
03-B	182,52	21,95	89,18	293,65
03-C	185,94	22,36	90,86	299,16
03-D	187,50	22,55	91,62	301,67
03-E	183,69	22,09	89,76	295,54
03-F	174,04	20,93	85,04	280,01
03-G	176,34	21,21	86,17	283,72
03-H	214,24	25,77	104,68	344,69
03-I	168,66	20,29	82,41	271,36
TOT (m²)	26.605,46	3.200,00	13.000,00	42.805,46

Quadro 01: Divisão da área dos lotes, conforme os proprietários.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 073/2016.

Gabinete do Prefeito em 23 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

## DECRETO 095/2016

DECRETO Nº 095/2016

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL PARA TRIBUTOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º do Decreto nº 002/2016, que dispõe sobre a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2016, considera-se como vencimento o dia 27 de dezembro de 2016, dia do encerramento do exercício financeiro de 2016. A partir do dia 28 de dezembro de 2016, todos os tributos não pagos serão devidamente transferidos e inscritos em dívida ativa.

Art. 2º - Todas as outras disposições do Decreto 002/2016, continuam sob o mesmo teor daquele.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito.

Registre-se e Publique-se



PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

**DECRETO 097/2016**

DECRETO Nº 097/2016

“DISPÕE SOBRE DIVISÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE CARLOS JOÃO MERGEN E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica, pelo presente ato, APROVADA e CERTIFICADA a DIVISÃO AMIGÁVEL do imóvel urbano matriculado sob nº 13.456, registradas junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, de propriedade de CARLOS JOÃO MERGEN e outros, sendo lote urbano nº 157 com área total de 2.106,00 m² (dois mil cento e seis metros quadrados), sem benfeitorias, pertencente à quadra 53 e localizado na Rua Rui Barbosa na cidade de São Carlos.

**DA ÁREA**

Refere-se o presente memorial descritivo, (baseado em dados coletados na Matrícula nº 13.456, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos) ao projeto de divisão amigável de lotes urbanos. A divisão será desenvolvida sobre o lote urbano nº 157 com área total de 2.106,00 m² (dois mil cento e seis metros quadrados), sem benfeitorias, pertencente à quadra 53 e localizado na Rua Rui Barbosa na cidade de São Carlos.

**MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME MATRÍCULA Nº 13.456**

Situação Original: Lote urbano nº 157 (cento e cinquenta e sete), da quadra nº 53 (cinquenta e três), com área de 2.106,00 m² (dois mil, cento e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Rui Barbosa, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Norte: Com o lote rural nº 156 (mat.12.068), onde mede 70,00 m;  
Sudeste: Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 35,00 m;  
Leste: Com a Rua Rui Barbosa, onde mede 26,90m;  
Sudoeste: Com o lote urbano nº 158 (mat. 6.054), onde mede 65,00m;

**MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DE LOTES DEFINIDOS POR DIVISÃO AMIGÁVEL (conforme matrícula Nº 13.456)**

Situação Proposta: Lote urbano nº 157 A de propriedade de Terezinha Lourdes Kochenborger e Norberto Kochenborger, com área de 421,20 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto à quadra nº 53, confronta;

Nordeste: Com o lote urbano nº 157 B, por duas linhas, onde mede 41,00 m e 15,00 m;  
Sudoeste: Com o lote urbano 158, onde mede 54,00 m;  
Sudeste: Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 12,00 m;

Situação Proposta: Lote urbano nº 157 B de propriedade de Nelsi Sueli Mergen, com área de 421,00 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto à quadra nº 53, confronta;

Nordeste: Com o lote urbano nº 157 C, por duas linhas, onde mede 50,00 m e 15,50 m;  
Sudoeste: Com o lote urbano nº 157 A, por duas linhas, onde mede 41,00 m e 15,00 m e com o lote urbano nº 158 onde mede 5,00 m;  
Sudeste : Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 12,00 m;

Situação Proposta: Lote urbano nº 157 C de propriedade de Rosa Maria Mergen, com área de 633,09 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto à quadra nº 53, confronta;

Norte: Com o lote urbano nº 157 D, onde mede 71,50 m;  
Sudoeste: Com o lote urbano 158, onde mede 6,00 m, e com o lote urbano nº 157 B, por duas linhas, onde mede 15,50 m e 50,00 m;  
Leste: Com a Rua Rui Barbosa, onde mede 8,855 m;  
Sudeste : Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 11,00 m;

Situação Proposta: Lote urbano nº 157 D de propriedade de Carlos João Mergen, com área de 630,71 m², localizado na Rua Rui Barbosa

junto á quadra nº 53, confronta;  
Norte: Com o lote urbano nº 156, onde mede 70,00 m;  
Sul: Com o lote urbano nº 157 C, onde mede 71,50 m;  
Leste: Com a Rua Rui Barbosa, onde mede 18,045 m;

São Carlos/SC, em 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

## DECRETO 100/2016

DECRETO Nº 100/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço junto ao INSS, a senhora DILVA MARIA PULITA do cargo de Professor, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Ficam revogados em seu inteiro teor os Decretos nº 130/1990 de 13 de agosto de 1990 e 043/2013 de 03 de maio de 2013.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. retroagindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2016

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e  
publique-se

## DECRETO 103/2016

DECRETO Nº 103/2016

“DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS VENCIDOS E/OU INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2016 (INCLUSIVE), DA UFRM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

“DECRETA”

Art. 1º - Corrige-se em 7,38% a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, inclusive a base de cálculo de todos os tributos municipais vencidos e dos inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Primeiro. A UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com a correção prevista neste artigo, passa a valer R\$ 15,04.

Art. 2º - A atualização da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal está prevista no artigo 24 da Lei Complementar n. 005/2010 de 29 de novembro de 2010 - Código Tributário Municipal, tendo como base o acumulado do INPC de dezembro de 2015 a novembro de 2016, sendo os últimos 12 (doze) meses.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

**DECRETO 103/2016 - "DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS VENCIDOS E/OU INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2016 (INCLUSIVE), DA UFRM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DECRETO Nº 103/2016

"DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS VENCIDOS E/OU INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2016 (INCLUSIVE), DA UFRM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial pelo Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

"DECRETA"

Art. 1º - Corrige-se em 7,38% a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, inclusive a base de cálculo de todos os tributos municipais vencidos e dos inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Primeiro. A UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com a correção prevista neste artigo, passa a valer R\$ 15,04.

Art. 2º - A atualização da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal está prevista no artigo 24 da Lei Complementar n. 005/2010 de 29 de novembro de 2010 - Código Tributário Municipal, tendo como base o acumulado do INPC de dezembro de 2015 a novembro de 2016, sendo os últimos 12 (doze) meses.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM – Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

**DECRETO 104/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**DECRETO Nº 104/2016****DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA  
TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLEOMAR WEBER KUHN**, Prefeito Municipal de São Carlos,  
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo Código  
Tributário Municipal, Lei Complementar n. 005/2010, de 29 de novembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovado o "Calendário Fiscal" para o exercício de 2017,  
definindo tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do  
Anexo Único do presente.

Art. 2º - Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de  
2017, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei  
Complementar 005/2010, de 29 de novembro de 2010, bem como à inscrição em Dívida  
Ativa para posterior cobrança judicial.

Art. 3º - Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de  
2016, considera-se como vencimento o dia 27 de dezembro de 2016, dia do  
encerramento do exercício financeiro de 2016. No dia 28 de dezembro de 2016, todos os  
tributos não pagos foram devidamente transferidos e inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. A transferência e inscrição em dívida ativa das  
receitas tributárias referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano, Contribuição de  
Melhoria, Taxa de Segurança Contra Sinistros, Taxa de Coleta de Lixo e Outras Taxas  
pela Prestação de Serviço, bem como da receita não tributária referente a Serviços de  
Máquinas e Taxa de Abastecimento de Água, foi realizada de forma agrupada,  
considerando a primeira parcela aberta e, para o caso de parcelamento foi considerada  
a data do vencimento do lançamento original.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições  
em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de dezembro de 2016.

**CLEOMAR WEBER KUHN**  
Prefeito.

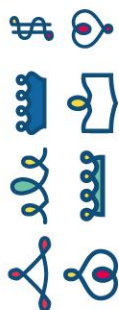
Registre-se e Publique-se

<b>PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA</b>			
<b>Mural Público Municipal</b>			
de	___/___/___	a	___/___/___
<b>DOM – Diário Oficial dos Municípios</b> <a href="http://www.diariomunicipal.sc.gov.br">www.diariomunicipal.sc.gov.br</a>			
Edição nº	___	de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

(49) 3325-3005 | [ctb@saocarlos.sc.gov.br](mailto:ctb@saocarlos.sc.gov.br) | [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)  
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



## ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 104/2016

### ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

COTA ÚNICA	1º PARC.	2º PARC.	3º PARC.	4º PARC.	5º PARC.	6º PARC.	7º PARC.	8º PARC.	9º PARC.	10º PARC.	11º PARC.	12º PARC.
*****	20/02/2017	20/03/2017	20/04/2017	20/05/2017	20/06/2017	20/07/2017	20/08/2017	20/09/2017	20/10/2017	20/11/2017	20/12/2017	20/01/2017

### TLL – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMENÊNCIA

COTA ÚNICA
01/03/2017

### IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

COTA ÚNICA	1º PARC.	2º PARC.	3º PARC.	4º PARC.	5º PARC.
15/05/2017	15/06/2017	15/07/2017	15/08/2017	15/09/2017	15/10/2017

**OBS** – Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados municipais ou nacionais, o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

**CLEOMAR WEBER KUHN**  
Prefeito

**RESUMO CONTRATO N.37/2016 - LSW**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: .037 /2016

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada.: LS W SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto ..... : CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO DE LI-  
NHA ALTO AGUINHAS CFME PROJETO BÁSICOValor ..... : R\$345.431,66(trezentos e quarenta e cinco mil qua-  
trocentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos)

Vigência ..... : 30.06.2017

Licitação ..... : 38/2016

SAO CARLOS, 28 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL



# São Domingos

## PREFEITURA

### **DECRETO 2490 DE 26 12 16 DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 2490, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre desmembramento de lotes urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; Lei Municipal nº 1.785, de 09 de junho de 2016; Decreto nº 2.442, de 17 de outubro de 2016 e:

- Considerando o requerimento protocolado sob o nº 1401/2016 e Processo nº 342/2016;
- Considerando aprovação pelo Setor de Engenharia;
- Considerando parecer favorável emitido pelo Setor de Tributação e Fiscalização, bem como, pela Assessoria Jurídica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica desmembrado o Lote Urbano nº 04 da Quadra nº 09, localizado na Rua Benjamin Constant, esquina com a Avenida Irineu Bornhausen, com área de 1.250,00 m², constante na Matrícula nº 6.466, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Odair Favaretto e Maria Helena Favaretto, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I – Lote Urbano nº 04A da quadra nº 09, com superfície de 437,50 m²;

II - Lote Urbano nº 04B da quadra nº 09, com superfície de 437,50 m² e;

III - Lote Urbano nº 04C da quadra nº 09, com superfície de 375,00 m²;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de dezembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO Nº 36/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO Nº 36/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Jair Paulo Welter Me

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO 54/2013

OBJETO: "Transporte de alunos de Medianeira, Alto Macuco e Macuco até cidade, com veículo com capacidade mínima de 15 lugares".

VALOR: R\$ 80.352,00

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 55/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 55/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2014

OBJETO: "Transp. alunos de São João Alto e Medianeira até as escolas da cidade, com veículo com capacidade mínima de 27 lugares".

VALOR: R\$ 80.286,721

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO Nº 41/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA AO CONTRATO Nº 41/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Hammes &amp; Cia Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório 54/2013

OBJETO: "Transporte de alunos da Linha Itacuruçu até a cidade, com ônibus de capacidade mínima de 42 lugares".

VALOR: R\$ 96.634,40

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 57/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 57/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Neimar Trasel - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2014

OBJETO: "Transporte de alunos de Cristo Rei, Vale Pio e Sede até a Escola Especial Renascer, com veículo com capacidade mínima de 16 lugares".

VALOR: R\$ 84.886,40

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 33/201**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 33/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Darcisio Pedro Sehn - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: "Transporte de alunos da Escola Municipal Ministro Luiz Gallotti de Lª Beato Roque, com veículo de capacidade mínima de 09 lugares".

VALOR: R\$ 53.148,00

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 6º TA AO CONTRATO Nº 31/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 6º TA AO CONTRATO Nº 31/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Transportes Celur Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: "Transporte de alunos de Vale Pio e Beato Roque até a Escola de Cristo Rei, com ônibus com capacidade mínima de 36 lugares".

VALOR: R\$ 200.489,46

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 35/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 57/2014

Partes: Município de São João do Oeste e Neimar Trasel - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2014

OBJETO: "Transporte de alunos de Cristo Rei, Vale Pio e Sede até a Escola Especial Renascer, com veículo com capacidade mínima de 16 lugares".

VALOR: R\$ 84.886,40

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Fae Suprimentos e Locação De Sistemas Ltda

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO 33/2016

OBJETO: "Locação de sistema de software para o setor de controle interno do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.400,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 27 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Inovação Computação Móvel

ORIGEM: Processo Licitatório 107/2014

OBJETO: "Cessão de direitos de uso do programa aplicativo e prestação de serviços de informática pela contratada".

VALOR: 5.192,88

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 01 de Janeiro de 2017

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Hammes Papelaria e Informática- LTDA- ME

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO 44/2015

OBJETO: "Locação de 04 impressoras multifuncionais, sendo 03 para a secretaria de educação e uma para a saúde, juntamente com um equipamento de plotter para a sala de engenharia do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 12.792,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 27 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 23 PARA PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E MERENDEIRAS

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 23/2016 LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E MERENDEIRAS PARA  
(PLANTÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NELO SOUZA)

A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, comunica que encontram-se abertas 10 vagas para professor de Educação Infantil com carga horária 30h semanais, 02 vagas para Agente de Serviços Gerais carga horária 40h e 02 vagas para Merendeiras carga horária 40h semanais, as referidas contratações serão feitas através da chamada pública conforme lei autorizativa, por 30 dias em regime de plantão de 09/01/2016 à 09/02/2016 os quais deverão obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais da educação e dos profissionais de apoio a educação.

Nº de Vagas: 10 Professores Educação Infantil

CEI NELO SOUZA

Bairro: Centro

Turno: Matutino (05 professores)

Turno: Vespertino (05 professores)

Carga Horária 30h semanais

Nº de Vagas: 02 Agente de Serviços Gerais e 02 vagas para merendeiras.

CEI NELO SOUZA

Bairro: Centro

Turno: Matutino e Vespertino

Carga Horária 40h semanais

Formação para as vagas de Professor da Educação Infantil:

1º Mestrado em Educação;

2º Pós Graduação em Educação Infantil;

3º Graduação em Educação Infantil;

4º Magistério;

Critérios de Desempate:

- Tempo de Serviço no Magistério Municipal;
- Maior Idade.

Formação para as vagas de Agentes de Serviços Gerais e Merendeiras:

Ensino Fundamental Completo

Critérios de Desempate:

- Tempo de Serviço no Magistério Municipal;
- Maior Idade.

A Chamada Pública será realizada no dia 02/01/2017 (Segunda-feira) às 14h, na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de RH.

Obs: Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma,

declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Fabiano Padilha

ATP SMECD

Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto.

DIVULGAR 03 VEZES NO DIA 28/12/2016- QUARTA- FEIRA

DIVULGAR 03 VEZES NO DIA 29/12/2016- QUINTA-FEIRA

DIVULGAR 03 VEZES NO DIA 30/12/2016- SEXTA-FEIRA

DIVULGAR 03 VEZES NO DIA 31/12/2016- SÁBADO

### DECRETO Nº 351/2016

DECRET O Nº 351/2016

"QUE EXONERA FUNCIONÁRIO

LISANDRO LUIZ VIEIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado de Óbito; Fica EXONERADO por falecimento o funcionário LISANDRO LUIZ VIEIRA, ocupante da Função de Médico (PSF), para o qual havia sido designado através da Portaria Nº 376/2013. A referida exoneração é a contar do dia 13/12/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de Dezembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 26 de Dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 352/2016

DECRET O Nº 352/2016

"QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA

MIRIAN CHIOCA VALTRICK"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social, para a qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 049/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais no dia 31 de Dezembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 353/2016**

DECRETO Nº 353/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ O DIA 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI Nº 4.383/2015 DE 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(12)4.6.90.00.00.00.00.2.004-0160 – Aplicações Diretas 822,58

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 822,58

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na Fonte de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2016**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2017, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

**1. DO CRONOGRAMA DESTA CERTAME**

DATA	ATO
28/12/2016	Publicação do Edital
28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2016	Período de Inscrições
28/12/2016 a 13/01/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
16/01/2017	Publicação do ROL DOS INSCRITOS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS
17 e 18/01/2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/01/2017	Homologação das Inscrições
22/01/2017	Realização das provas escritas objetivas, Práticas e de Títulos
22/01/2017	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
23 e 24/01/2017	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
27/01/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
27/01/2016	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
28 e 29/01/2017	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória
31/01/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
01/02/2017	Publicação do resultado final para Homologação

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato

acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.saojoaquirim.sc.gov.br](http://www.saojoaquirim.sc.gov.br) e [www.saojoaquimonline.com.br](http://www.saojoaquimonline.com.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

## 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..  
b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 28/12/2016 a 13/01/2017.

## ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Conforme a Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo, realizado no âmbito municipal, os candidatos doador de sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade



credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997. O candidato deve enviar os documentos acima citados até o último dia de inscrição, para o e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) que posteriormente irá deferir a inscrição do candidato.

A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br).

4.5. A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante maior de idade, que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

**5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO**

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 40,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 50,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00

**6. DAS PROVAS****6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO**

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professores, técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, ou seja, que não zerarem. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.4.1. Prova Prática (PP) para todos os candidatos aos cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, porém somente será computada a nota da prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme o item 6.3.1. As normas para realização da prova prática estão no anexo IV.

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. Para os cargos de professores técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos a nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

6.6.1. Para os cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, a nota final será:

$PO = 50\%$

$PP = 50\%$

$NF = PO \times 0,5 + PP \times 0,5 = NF$

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR e NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6.6.2. Para os demais cargos a Nota Final será:  $PO = 100\%$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

6.7 Os candidatos que não entregarem os comprovantes de títulos serão automaticamente classificados como NÃO HABILITADOS.

6.8. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

**7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2017, COM INÍCIO ÀS 9H30MIN E TÉRMINO ÀS 11H30MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 9H25MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 9 h e 25 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício

profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PARA TODOS OS CARGOS

CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	1 a 5 – Língua Portuguesa 6 a 10 – Matemática 11 a 15 – Conhecimentos Gerais	0,30
Conhecimentos Específicos	10	16 a 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

a) Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

- b) Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva, prática e de títulos;
- 8.1.5. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de São Joaquim.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 9.1.5 - Carteira de Identidade;
- 9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- 9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 9.1.13 - 01 foto 3x4
- 9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
- 9.1.15 - Número da conta corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

## 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Joaquim e nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br) e [www.saojoaquimonline.com.br](http://www.saojoaquimonline.com.br)

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executiva competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

11.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

11.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

11.5.4. Anexo IV – Normas para realização das provas práticas;

11.5.5. Anexo V – Normas para realização da prova de títulos.

11.5.6. Anexo VI – Atribuições dos Cargos.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 28 de dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

#### ANEXO I

#### QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Operador de Máquinas e Equipamentos (Todos os tipos de Máquinas das Secretarias)	CR	40	Ensino Fundamental Completo; Prática em operação de máquinas; Carteira CNH "D".	R\$: 1.867,53	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais Braçal	CR	40	Ensino Fundamental Completo;	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais - servente/faxineira/Merendeira	CR	40	Ensino Fundamental Completo; com capacidade para leitura e interpretação de texto; experiência na confecção de alimentos e limpeza em geral.	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Motorista da Educação	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D"; curso de qualificação para transporte escolar;	R\$: 1.258,54	OBJETIVA PRÁTICA
Motoristas demais Secretarias	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D";	R\$: 1.542,87	OBJETIVA PRÁTICA
Professor de Educação Infantil	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Pré - Escolar	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS



Professor de Língua Portuguesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de História	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Geografia	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Ciências	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Inglesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
2º Professor	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS



Professor do AEE	CR	20	Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase..	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Música	CR	40	Licenciatura em Música ou 2º grau completo e habilitação específica na área, com qualificação em instrumentos de cordas (violino, viola, cello e contrabaixo); metais (trompa, trompete, trombone e tuba); e madeiras (flauta, oboé, clarinete, sax-alto e sax- tenor).	HABILITADO R\$: 2.550,92  NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	20	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	30	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.913,13  NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	40	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 2.550,92  NÃO HABILITADO R\$: 2.135,64	OBJETIVA TÍTULOS
Orientador de Música	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Artesanato	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Dança	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA
Técnico em Enfermagem SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Curso Técnico em Enfermagem; - Registro Ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina; - Experiência mínima de 06 meses comprovada em Atendimento de Urgência e Emergência Adulto e/ou Pediátrico, sendo válidos os seguintes locais: UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Pronto Socorro, Ambulâncias de Suporte Básico de Vida, UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Unidade Hospitalar Semi Intensiva. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.596,17	OBJETIVA TÍTULOS

Motorista Socorrista SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Carteira Nacional de Habilitação Válida no ato da Contratação (CNH mínima categoria D); - Certificado do Curso de Condutor de Veículos de Emergência Homologado pelo Detran de Santa Catarina que contemple direção defensiva e noções de primeiros socorros; - Certidão Negativa de Multas de Trânsito (original); - Ter idade mínima de 18 anos completos; - Experiência mínima de 06 meses comprovada no cargo de Motorista Socorrista ou Condutor de veículo de emergência em atendimento pré-hospitalar. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.258,54	OBJETIVA
Fiscal de Tributos	CR	40	Ensino Médio Completo experiência comprovada na área de atuação com declaração.	R\$: 2.179,19	OBJETIVA TÍTULOS
Auxiliar de Saúde Bucal	CR	40	Certificado de conclusão do 2º grau e experiência comprovada na área (declaração) ou curso preparatório para a função.	R\$: 1.048,64	OBJETIVA

CR = CADASTRO RESERVA

## ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de texto; Conhecimento de língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, sinônimos e antônimos, encontros consonantais, vocálicos e dígrafos, alfabeto (ordem alfabética; reconhecimentos de vogais e de consoantes), separação e classificação de sílabas. Emprego, flexão e substituição de substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e advérbios. Concordância verbal e nominal.

**MATEMÁTICA:** Sistema de numeração decimal; Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Números decimais, operações envolvendo números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão); Medidas de comprimento, medidas de tempo, medidas de massa, medidas de capacidade, medidas de temperatura, raciocínio lógico e problemas matemáticos;

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de texto. Conhecimento de língua: ortografia/acentuação gráfica; classes de palavras: substantivo: classificação, flexão e grau; adjetivo: classificação, flexão e grau; advérbio: classificação, locução adverbial e grau; pronome: classificação, emprego e colocação dos pronomes oblíquos átonos; verbo: classificação, conjugação, emprego de tempos e modos; preposição e conjunção: classificação e emprego; estrutura das palavras e seus processos de formação; estrutura da oração e do período; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal, crase. Pontuação; figuras de linguagem (principais); variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua.

**MATEMÁTICA:** Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

### CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR PRÉ-ESCOLA:**

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil .ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**PROFESSOR SÉRIES INICIAIS:**

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem. Fatores físicos, psíquicos e sociais. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação. Planejamento de aula: habilidade, objetivos à avaliação. Métodos e processos no ensino da leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e leitura. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Estatuto da criança e do adolescente. Plano Nacional da Educação – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:**

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa; Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Níveis de linguagem; Funções da linguagem; Coesão e coerência; Intertextualidade; Semântica; Sintaxe de regência, colocação e concordância; Análise sintática: período simples e período composto; Metodologia de produção de textos. Localização de informações explícitas e implícitas no texto. Depreensão do significado de vocábulos e expressões em função do contexto. Identificação de relações de sentido entre orações e segmentos do texto. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto. Estrutura e formação de palavras; emprego das diferentes classes de palavras. Valor semântico de elementos mórficos. Uso e função do artigo, dos pronomes e numerais. Valor substantivo, adjetivo e adverbial dos vocábulos portugueses. Emprego de preposições e conjunções que conferem coesão e coerência ao texto escrito. Denotação e conotação – figuras de linguagem. Variação linguística e adequação no uso da língua às situações de comunicação. Ortografia. Emprego de letras. Acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). Flexão verbal – valor semântico de tempos e modos. Correlação entre tempos verbais. Concordância verbal. Concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal – o fenômeno da crase. Uso e função dos sinais de pontuação.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:**

Metodologia de ensino de Matemática; Conjuntos Numéricos e Sistemas de Numeração: Números naturais; Números inteiros; Números racionais; Números irracionais; Números reais; Potenciação nos números reais; Radiciação nos números reais; Sistema de numeração decimal; Sistema de numeração binário; Sistema de numeração romano; Grandezas e Medidas: Sistema métrico decimal; Sistema sexagesimal de medidas (medidas de ângulos e medidas de tempo); Proporções (proporcionalidade entre números, proporcionalidade entre grandezas); Porcentagem; Tratamento da Informação: Gráficos estatísticos; Frequências e amostras; Medidas de tendência central (médias); Geometria Plana: Perímetros de figuras planas; Áreas de figuras planas; Número de diagonais de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos internos de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos externos de um polígono convexo; Semelhança de figuras planas (ampliações e reduções); Segmentos proporcionais (Teorema de Tales); O teorema de Pitágoras; Tópicos de Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo; Razões trigonométricas em triângulos quaisquer (lei dos senos e lei dos cossenos); Geometria Não Plana: Poliedros; Prismas retos (cálculo de áreas e volumes); Cilindros retos (cálculo de áreas e volumes); Pirâmides (cálculo de áreas e volumes); Cones (cálculo de áreas e volumes); Esferas (cálculo de áreas e volumes); Tópicos de Álgebra: Equações do 1º grau com uma incógnita; Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; Equações do 2º grau com uma incógnita; Expressões algébricas (produtos notáveis e fatoração); Função afim; Função quadrática.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:**

Metodologia de ensino de História; História e Antiguidade – Pré-História; Origem do Homem; Desenvolvimento da civilização (classes sociais, Estado e divisão social do trabalho); Antiguidade Oriental: Mesopotâmia, Egito, Hebreus, Fenícia e Pérsia (características geográficas, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais); Civilização Grega: características geográficas; civilização cretense; períodos da história grega; civilização helenística; cultura grega; Civilização Romana: características geográficas; monarquia; república; império; cultura romana; Idade Média; Civilização Bizantina: características geográficas; aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais; Civilização Islâmica: origens e doutrina muçulmana; expansão islâmica; aspectos culturais; Idade Média Ocidental: invasões bárbaras; formação dos reinos germânicos; o reino dos francos; sistema feudal (aspectos econômicos, políticos, sociais); a Igreja na Idade Média; cavalaria; cruzadas; cultura medieval; A Crise do Feudalismo: renascimento comercial; renascimento urbano; feiras; corporações de ofício; ascensão da burguesia; revoltas camponesas; Idade Moderna; Transição do Feudalismo ao Capitalismo: Estados nacionais e absolutismo; expansão marítima europeia; mercantilismo; Renascimento cultural; Reforma religiosa e Contra reforma; Antigo Sistema Colonial: conquista da América; sistema colonial espanhol; colonização inglesa na América do Norte; colonização portuguesa no Brasil (expedição colonizadora, Capitanias Hereditárias, Governo Geral, economia e sociedade açucareira, domínio espanhol, bandeirantismo, economia e sociedade do ouro); Revoluções Burguesas e Crise do Antigo Sistema Colonial: Revolução Inglesa do século XVII; Revolução Industrial; Iluminismo e pensamento liberal; Revolução Francesa; independência dos EUA; independências na América espanhola; crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (movimentos nativistas, Inconfidência mineira e baiana, vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, Independência); Idade Contemporânea; Consolidação e Expansão do Capitalismo: movimentos operários do século XIX; socialismo, comunismo e anarquismo; Imperialismo; unificação italiana e alemã; EUA no século XIX; Brasil Império (1º reinado, regências, 2º reinado, economia cafeeira, Guerra do Paraguai, imigração, campanha abolicionista); proclamação da República no Brasil; Contradições e Crises do Capitalismo e Alternativa Socialista: 1ª Guerra Mundial; Revolução Russa de 1917; crise de 1929; nazi-fascismo; 2ª Guerra Mundial; Brasil na República Velha (Revolução Federativa, política dos governadores, coronelismo, café, industrialização, movimento operário; Revolta da Vacina, guerra de Canudos, guerra do Contestado, movimento tenentista, Revolução de 1930, período Vargas, Estado Novo); Mundo Contemporâneo: Guerra Fria; descolonização; expansão do bloco socialista; revolução e reação na América Latina; conflitos no Oriente Médio; problemas atuais do Continente Africano; desestruturação do bloco soviético; Brasil contemporâneo (período populista 1945-1964, regime militar, redemocratização, Brasil atual); História do Paraná: Principais acontecimentos históricos.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:**

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia. Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:**

Metodologia de ensino de Ciências; Biologia. Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo; da ecologia; Seres Vivos; vírus; Estudo dos reinos Monera, dos Fungos e Protozoários; Reino Vegetal (classificação, organologia, fisiologia); Reino Animal (características gerais e classificação). Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia; Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia; Química. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças; Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis; Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletro negatividade e eletro positividade; ligações químicas; Noções Químicas: ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust; Física. Noções de Estática: definição da força; unidades e sistemas de forças; equilíbrio de um corpo; máquinas simples. Dinâmica: leis da dinâmica (1ª, 2ª e 3ª Leis de Newton e Gravitação Universal, atrito); energia cinética e potencial; trabalho; potência. Noções de Hidrostática: mecânica dos fluidos; densidade absoluta/massa específica; pressão e empuxo. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes); eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

Metodologia de ensino de Educação Física: Ação – vivência corporal; reflexão – significação social; nova ação – elaboração; (re)significação do conhecimento. Os conteúdos de Educação Física: Ginástica – prática corporal que possibilita a descoberta das possibilidades de movimento (Ginástica Geral, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva); Dança – forma de linguagem que expressa sentimentos, retratos de épocas, costumes, tradições (brincadeiras cantadas; danças folclóricas, populares, de salão, urbanas, eruditas, criativas); Jogo – representação simbólica da realidade, caracterizada pela flexibilidade de regras (jogos tradicionais, cooperativos, pré-esportivos). Esporte – fenômeno cultural, caracterizado pela existência de regras oficializadas que regulamentam a atuação amadora e a profissional (Voleibol, Futebol, Handebol, Atletismo e Basquetebol).

**PROFESSOR DE ARTE:**

Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais.

**PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA:**

Metodologia de ensino de Língua Inglesa; Leitura e interpretação de textos autênticos da língua inglesa; Estrutura e formação de palavras: processos de derivação e composição de vocábulos; Antônimos, sinônimos, falsos cognatos; Aspectos morfo-sintáticos; Substantivos (caso, número, gênero, concordância); Pronomes (classificação, uso, concordância); Adjetivos (classificação, concordância, posição, flexão); Advérbios (classificação, uso, posição na sentença); Conjunções (classificação, uso); Verbos (modo, aspecto, tempos, vozes); Preposições (uso, classificação, combinações nominais e verbais); Discurso direto e indireto; Sintaxe da sentença simples e complexa.

**PROFESSOR DE MÚSICA:**

História da Música no Brasil; Alguns dados sobre o som; As notas musicais; O pentagrama Exercícios de automatismo das notas musicais; Linhas Suplementares; A pulsação; Como funcionam os grupos musicais; As propriedades do som; Atividades para debater; As propriedades do som e a partitura; Duração, Longo e Curto; Gráficos e simbologias rítmicas Notação musical-Ritmo; Notas ligadas e pontuadas; Grafia do ritmo; Compassos Indicação numérica dos compassos; A tabela de simbologias rítmicas; Fórmula de compasso e figuras rítmicas (A história da família real); Tom e semitom; Soma de tons e semitons; Digitação básica para instrumentos de cordas, sopros e teclados de percussão; Escala diatônica; Como se designam as notas de uma escala (Tônica, s, m, s, d, s, sen). Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola.

**PROFESSOR DO AEE:**

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS:**

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**ORIENTADOR DE DANÇA:**

Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas. Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito. Recreação e Lazer como qualidade de vida. Desenvolvimento Físico, Cognitivo e Psicossocial na Meia Idade e Terceira Idade. Dança popular, folclórica e tradicional. Expressão corporal. Dança clássica. Dança contemporânea. Estilos de dança na atualidade. Conhecimentos teóricos para preparação básica de um grupo de dança. Alongamento e Flexibilidade. Ritmo: classificação, valores, composição. Movimentos: classificação, postura, posições, passagens, deslocamentos. Coreografias. Dança: história, classificação, linhas coreográficas, técnica de transmissão. Expressão e comunicação artística. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**ORIENTADOR DE ARTESANATO:**

Noções básica da prática de Artes e Pintura, materiais utilizados durante o trabalho, princípios de organização no trabalho. Técnicas de artesanatos; Técnicas de conservação e embalagem; Técnicas pedagógicas: plano de curso, plano de aula. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecção de peças artesanais decorativas. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.



**TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU:**

Conhecimento de anatomia e fisiologia humana; microbiologia; parasitologia; farmacologia, higiene e profilaxia; saneamento básico; nutrição e dietética; psicologia aplicada à saúde e saúde mental; Prevenção e controle das infecções relacionadas aos serviços de saúde e infecções hospitalares. Acidentes de trabalho com material biológico. Emprego de precauções por via de transmissão de doenças e medidas de biossegurança. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde (classificação de produtos para saúde e superfícies hospitalares, desinfecção, limpeza, esterilização de material). Ética Profissional; Legislação do Exercício Profissional. Processos fundamentais da execução do trabalho (habilidade manual, técnica e científica) através da fundamentação teórico-prática: colheita de material para exames; reconhecimento e descrição de sinais e sintomas, terminologia científica; preparo e administração de medicamentos; administração de hemoderivados; realização de controles (hídrico, sinais vitais e diurese); prevenção e tratamento de feridas e diferentes tipos de curativos; oxigenoterapia; inaloterapia; enemas; aplicação de frio e calor; cuidados com cateteres urinários; cuidados de higiene, conforto e segurança; limpeza e preparo da unidade do paciente; preparo de pacientes para exames/procedimentos e consultas; cuidados na alimentação oral e por sondas; realizar registros de enfermagem; cateterismo vascular; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento clínico (portadores de afecção gastrointestinal, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina, neurológica, imunológica e hematológica); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico (submetidos às cirurgias de cabeça e pescoço, tórax, de abdome, de membros e vascular) nos períodos pré, trans e pós-operatórios; Centro cirúrgico e aspectos fundamentais para a enfermagem; Cirurgia Segura; Assistência de enfermagem materno-infantil: à gestante, à parturiente, à puérpera, ao recém-nascido e à criança; Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência (suporte básico e avançado de vida em situações clínicas e traumáticas); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes pediátricos em estado grave; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes adultos em estado grave; Organização do processo de trabalho em enfermagem (Administração em Enfermagem); Assistência de enfermagem na área de saúde pública/saúde coletiva/atenção primária e secundária a saúde: administração e conservação de imunobiológicos (vacinas e soros e suas indicações); doenças transmissíveis e notificação de doenças, agravos e eventos em saúde pública; vigilância epidemiológica e investigação de casos; atuação do técnico de enfermagem nos programas do Ministério da Saúde (mulher, homem, criança, adolescente, família, saúde do trabalhador, doenças crônico-degenerativas e transmissíveis, idosos e vigilância epidemiológica); educação em saúde; Programa Nacional de Segurança do Paciente, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

**MOTORISTA SOCORRISTA SAMU:**

Legislação de Trânsito em geral e Código de Trânsito Brasileiro. Noções do funcionamento do veículo. Respeito ao Meio Ambiente. Velocidade Máxima Permitida. Parada obrigatória. Cuidados gerais ao volante. Direção defensiva, Convívio Social no Trânsito. Ética profissional. Portaria GM nº. 2.048, de 5 Novembro de 2002. Primeiros Socorros. Conhecimento da malha viária do território do território de abrangência do SAMU local e Regional. Noções de ética e comportamento. Relações humanas e comunicação interpessoal.

**FISCAL DE TRIBUTOS:**

O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. Código Tributário Municipal de Bom Princípio do Piauí. Normas Gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal.

**AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL:**

Noções básicas da função; Procedimentos; Instrumental dentário; Esterilização; Formas de esterilização; Higiene – asseio; Funções do Auxiliar de Consultório Dentário; Instrumentais Odontológicos: características e finalidades de uso; Materiais Dentários: características, formas de apresentação, finalidades, técnicas de manipulação e métodos de uso; Equipamentos Odontológicos: características e finalidades. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**ORIENTADOR DE MÚSICA:**

Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música; pedagogos musicais – suas propostas e metodologias. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. História da Música, noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música; compreensão de suas principais características.

**ANEXO III****DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 “d” do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;





2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

---

---

---

---

---

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO IV

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

##### OPERADOR DE MÁQUINAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta Pontos a serem descontados

Faltas Graves 1,00 Faltas

Médias 0,50 Faltas

Leves 0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

**FALTAS GRAVES: APROVEITAMENTO DO EQUIPAMENTO, PRODUTIVIDADE, TÉCNICA, APTIDÃO E EFICIÊNCIA**

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos para iniciar a tarefa
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

**FALTAS MÉDIAS: HABILIDADES DO OPERADOR**

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

**FALTAS LEVES: VERIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis e nível de óleo."

O candidato realizará a prova em uma retroescavadeira.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

#### MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

##### Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no auge ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.

##### Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios – Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

##### Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular.
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

Os veículos utilizados para as avaliações serão de acordo com a habilitação mínima exigida e legislação de trânsito vigente.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Motoristas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL – SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's) Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)

Unhas curtas e aparadas (-0,25)

Roupas e Calçados adequados (-0,25)

Usou Equipamentos proteção. (-0,25)

Organização do trabalho Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)

Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)

Soube trabalhar em equipe (-0,50)

Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00) Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

Execução da tarefa proposta. Postura corporal durante a execução da tarefa (-1,00)

Organizou correta e adequadamente os equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Realizou separação e estocagem correta do lixo (-1,00)

Executou a tarefa adequadamente (-1,00)

Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

#### ORIENTADOR DE MÚSICA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

#### ORIENTADOR DE ARTESANATO

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

#### ANEXO V

**NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

- I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 22/01/2017 em horário e local a ser divulgado juntamente com o ROL DE INSCRITOS, os títulos dever ser entregues em cópia simples em envelope lacrado, contendo os seguintes dizeres na parte exterior do envelope: NOME, CARGO E NÚMERO DE INSCRIÇÃO.
- II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.
- III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo.
- IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.
- V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.
- VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.
- VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.
- VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.
- X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).
- XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

**PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:**

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Especialização	3 pontos	a
	Mestrado	5 pontos	b
	Doutorado	8 pontos	c
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.		d

**PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:**

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
Declaração ou atestado de frequência da fase ou período em que está matriculado (a).	1,00 para cada fase ou período cursado, totalizando no máximo 8,00 pontos	
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.	

**ANEXO VI  
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO
Agente de Serviços Gerais - Merendeira	Preparar e cozinhar alimentos, utilizando técnicas adequadas de culinária, com reaproveitamento e preservação de alimentos; controlar o estoque de gêneros alimentícios e insumos; zelar e manter a limpeza e organização de copa, cozinha, despensa, máquinas e equipamentos; Servir lanches e refeições.
Agente de Serviços Gerais – Servente/Faxineira	Serviços de limpeza, faxina, zeladoria e copa e outras atividades correlatas.
Motorista	Dirigir veículos de transporte de passageiro e de carga, inclusive operar caçamba; fazer manutenção preventiva e pequenos reparos nos veículos do município; comunicar ao chefe imediato irregularidades nos veículos; Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo; Implementar práticas de direção defensiva; Respeitar a legislação de trânsito; Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; Manter o "diário de bordo" em dia; Participar de cursos e treinamentos patrocinados pelo empregador; Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares às atribuições.
Professor de Educação Infantil	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.





Professor de AEE	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Musica	Planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo do Pré ao 9º ano do Ensino Fundamental, ou no instrumento/modalidade para a área de música. Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de música, elaborando o plano de ensino de acordo com as leis de diretrizes e bases e parâmetros curriculares; planejar as aulas, preparar o material; ministrar aulas teóricas e práticas de e avaliar o aprendizado dos alunos. - Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de ensino da música, técnicas de ensino de cordas em grupo, técnicas específicas dos instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo)
Professor de Projetos Educacionais Ginásio	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal nas práticas esportivas; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador em Música	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Artesanato	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Dança	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; ensino de danças; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Técnico em Enfermagem SAMU	-Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos; -Executar prescrições médicas por telemedicina; -Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a estrutura de saúde local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
Motorista Socorrista SAMU	-Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; -Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a malha viária local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; -Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel.
Fiscal de Tributos	Executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação; examinar e analisar livros fiscais e contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e outros documentos dos contribuintes; expedir notificação, autos de infração e lançamentos previstos em leis, regulamentos e no código tributário municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e às posturas municipais; colaborar com as cobranças da Secretaria de Fazenda, em razão de obras públicas executadas; visitar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com a finalidade de fiscalização do pagamento das taxas e impostos municipais; manter atualizado o cadastro econômico de contribuintes municipais; verificar a legislação fazendo uso nas situações pertinentes; emitir guias para o recolhimento das contribuições, junto ao órgão municipal ou instituições financeiras; elaborar relatório de vistoria; executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.
Auxiliar de Saúde Bucal	Agendar consultas; agilizar o atendimento odontológico; organizar arquivo e fichário; ensinar técnicas de higiene bucal; preparar modelos em gesso; selecionar as moldeiras; manipular materiais de uso odontológico; instrumentar o odontólogo; revelar radiografias e outras tarefas afins.



**PORTARIA Nº 505/2016**

PORTARIANº 505/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CANCELADO os efeitos da Portaria Nº 492/2016, de 05/12/2016, na parte onde se refere a Exoneração da Professora VERONICA SCHLISCHTING MULLER RIBEIRO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 09 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 506/2016**

PORTARIANº 506/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ELOITA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 06/12/2016. – SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por dia (um) dia, no dia 06/12/2016, para acompanhar seu filho – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 05/12/2016. – GISLAINE POLLI FARIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 06/12/2016. – ROSMARI MARAFIGO DE JESUS, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, por 10 (dez) dias, a contar do dia 07/12/2016. – ANTONIO VALMIR DE SOUZA, ocupante do Cargo de Vigia, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/12/2016. – JANAIANA APARECIDA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 507/2016**

PORTARIANº 507/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – KARINE RODRIGUES LEITZKE, ocupante do

Cargo de Agente Administrativa, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/12/2016. – ADRIANA BAESSO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por dia (um) dia, no dia 08/12/2016. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, no período da manhã, no dia 09/12/2016. – DAIANE OLIVEIRA DE BRIDA, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/12/2016. – ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/12/2016. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por meio período, no dia 12/12/2016. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por período, no dia 12/12/2016. MARTA GODOI DA ROSA, Ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 13/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 508/2016**

PORTARIANº 508/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - MARIELA TAINA DE JESUS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 115/2016, de 07/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 509/2016**

PORTARIANº 509/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - ELISIANE FELIPE TOMIOSO ocupante da Função de Técnico em Enfermagem (PSF) na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2013, de 01/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 510/2016**

PORTARIANº 510/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,  
conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes fun-  
cionários: – GILSILIANE HUGEN DE JESUS, ocupante do Cargo de  
Professora, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 13/12/2016. –  
MARILZA APARECIDA EHING DE BRIDA, ocupante do Cargo de  
Professora, por dia (um) dia, no dia 13/12/2016, para acompanhar  
seu filho. – NELCI H. AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agen-  
te Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 15/12/2016. – MARTA  
APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora,  
no período matutino, no dia 19/12/2016, para sua filha.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º  
desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 511/2016**

PORTARIANº 511/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor TAMARA  
RODRIGUES CASSÃO, ocupante da função de Agente de Serviços  
Gerais – Servente/Faxineira, na Secretaria Municipal de Assistência  
Social – Casa Lar, para a qual havia sido Designado através da Por-  
taria Nº 260/2016, de 22/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 27 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 512/2016**

PORTARIANº 512/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora:  
- ANDREIA RAMOS FLORES, ocupante da Função de Professora  
Substituta, E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, localidade de Cruzeiro,  
para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 347/2016,  
de 17/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
e produzirá seus efeitos legais no dia 31 de Dezembro de 2016,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 513/2016**

PORTARIANº 513/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS a seguinte funcionária- OSMARINA  
DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais,  
referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 18/12/2016  
à 17/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Dezembro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### EDITAL DE CITAÇÃO

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA  
Comissão de Processos Disciplinares  
Membro - Relator

# São José do Cedro

## PREFEITURA

**EXTRATO DISPENSA 131-16**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131/2016

PROCESSO Nº 131/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM ÁREA LIVRE DE 91M², LOCALIZADO NA RUA SALETE ULIANA, Nº 1166.

LOTEAMENTO SANTOS. PARA O ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA O ANO DE 2017.

CONTRATADO: CÂNDIDO CHRISTANI

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.579, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.579, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre anulação de saldo a liquidar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a não execução da totalidade dos serviços no exercício de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os saldos financeiros dos empenhos com saldo a liquidar, abaixo relacionados:

I - Prefeitura Municipal: 6, 7, 9, 11, 12, 21, 24, 26, 32, 34, 38, 40, 42, 44, 47, 77, 78, 87, 90, 106, 126, 127, 206, 207, 244, 268, 277, 278, 298, 305, 310, 464, 523, 599, 627, 731, 861, 997, 1069, 1102, 1121, 1125, 1126, 1132, 1150, 1152, 1174, 1317, 1326, 1327, 1328, 1363, 1365, 1449, 1493, 1495, 1542, 1543, 1568, 1580, 1710, 1711, 1948, 1956, 2073, 2084, 2085, 2086, 2087, 2194, 2332, 2640, 2657, 2690, 2734, 2745, 2821, 2847, 2865, 2988, 3103, 3160, 3222, 3239, 3286, 3287, 3429, 3463, 3466, 3467, 3471, 3572, 3649, 3808, 3906, 3979, 3982, 3994, 4088, 4150, 4152, 4154, 4156, 4157, 4159, 4160, 4161, 4203, 4301, 4303, 4308, 4367, 4479, 4510, 4549, 4672, 4684, 4749, 4822, 4823, 4902, 4915, 5034, 5135 e 5174;

II - Fundo Municipal de Saúde: 23, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 77, 81, 90, 92, 98, 100, 103, 112, 114, 132, 134, 136, 162, 163, 180, 263, 266, 267, 269, 270, 271, 276, 277, 297, 378, 380, 382, 390, 395, 397, 400, 405, 449, 469, 471, 548, 661, 662, 671, 675, 789, 796, 811, 814, 816, 823, 824, 826, 827, 915, 918, 921, 1008, 1025, 1084, 1166, 1173, 1175, 1215, 1216, 1217, 1265, 1268, 1269, 1270, 1275, 1276, 1277, 1295, 1296, 1299, 1320, 1331, 1335, 1342, 1345, 1347, 1351, 1353, 1365, 1366, 1367, 1383, 1437, 1439 e 1472.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 003/2016 - FMS

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 003/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016,

Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016, firmada em 16/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MARCOS H NICOLAO E CIA LTDA ME - CNPJ: 08.352.641/0001-17; SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73; TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80; JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50; de 31/12/2016 até 16/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 005/2016 - FMS

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 005/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA, E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2016, AMBOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 02/03/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA - EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18; SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA - CNPJ: 08.950.231/0001-78; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73; de 31/12/2016 até 02/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.



São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 006/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 006/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO EXERCÍCIO DE 2016, firmada em 14/03/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A. - CNPJ: 04.176.082/0001-80; de 31/12/2016 até 14/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 007/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 007/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL (LEITE EM PÓ) A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2016, PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES E PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO E ESTADO NUTRICIONAL DEBILITADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E ESTUDO SOCIO ECONOMICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 15/03/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa ILG COMERCIAL LTDA - ME - CNPJ: 20.657.155/0001-02; de 31/12/2016 até 15/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro

de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 008/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2016, PELO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, E PELOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, TODOS ESTES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 16/03/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05; AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA - ME - CNPJ: 82.291.311/0001-11; FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - CNPJ: 07.164.711/0001-40; SERMEDICALL ARP Equipamentos Hospitalares Ltda - CNPJ: 93.726.446/0001-89; ODONTOESTE LTDA - CNPJ: 12.632.841/0001-09; LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME - CNPJ: 18.941.818/0001-74; ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR - CNPJ: 13.971.092/0001-07; POSSATTO & POSSATO LTDA - ME - CNPJ: 72.150.550/0001-06; DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALAR - CNPJ: 11.776.334/0001-78; de 31/12/2016 até 16/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 010/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei



Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 010/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONNER À SEREM UTILIZADAS DURANTE O ANO DE 2016 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, firmada em 29/01/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa D.G.LAZARIN LTDA ME, CNPJ 05.874.059/0001-22, de 31/12/2016 até 29/01/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 011/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 011/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, INFANTIL E GERIÁTRICA PARA DISTRIBUIÇÃO NO ANO DE 2016 AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL ATENDENDO A PROGRAMAS DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 04/04/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas JOCIEL BEAL ME - CNPJ: 11.954.118/0001-75; LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI – ME - CNPJ: 18.941.818/0001-74; VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME - CNPJ: 13.229.567/0001-86; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 015/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 015/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL PARA PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO, E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIL PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL ATENDENDO A PROGRAMAS DE SAÚDE, AMBOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO 2016, firmada em 05/05/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa NUTRIR - NUTRICAÇÃO ENTERAL E SUPLEMENTAÇÃO LTDA – ME - CNPJ: 21.777.970/0001-78; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 017/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 017/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ANO 2016 AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 19/05/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05; PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 85.247.385/0001-49; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENCE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.568.558/0001-10; DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 76.386.283/0001-13; AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP - CNPJ: 10.869.890/0001-26; LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 21.227.039/0001-16; JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP - CNPJ: 21.940.274/0001-30; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de

abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.  
São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 020/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10 PARA O ANO DE 2016 A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 19/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas STANG DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - CNPJ: 11.325.330/0001-73 e MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ: 00.326.969/0001-57, de 31/12/2016 até 19/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 020/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 017/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA USO NO ANO DE 2016 NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 06/06/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas QUIMIO-LAB COM.DE PROD. DE LAB. LTDA - CNPJ: 85.345.528/0001-55;

DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA - CNPJ: 14.248.265/0001-18; DIAGNO COMERCIO E MANIPULACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - CNPJ: 01.866.908/0001-45; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 021/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 021/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2016, firmada em 24/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; FABIANE MIKOLAJCZYK ME - CNPJ: 03.966.514/0001-94; RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01; LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73, de 31/12/2016 até 24/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 022/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 022/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 016/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) E NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, TODOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, firmada em 24/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00; FABIANE MIKOLAJCZYK ME - CNPJ: 03.966.514/0001-94; LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73; LOVERA & CIA LTDA ME - CNPJ: 10.329.603/0001-95; RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73, de 31/12/2016 até 24/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 022/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 022/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 019/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL, ATENDENDO A PROGRAMAS DE SAÚDE, E DE REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAIS DE LABORATÓRIO UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, TODOS DESTINADOS A ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016, firmada em 22/06/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas JOCIEL BEAL ME - CNPJ: 11.954.118/0001-75; A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS L - CNPJ: 22.627.453/0001-85; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 023/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 023/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 020/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ANO 2016 AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 24/06/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05; PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 85.247.385/0001-49; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 94.894.169/0001-86; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02; MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP- CNPJ: 09.676.256/0001-98; IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.285.600/0001-18; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.568.558/0001-10; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - CNPJ: 06.035.038/0001-86; KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 15.068.089/0001-03; AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 20.590.555/0001-48; DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 19.156.566/0001-35; AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 10.869.890/0001-26; LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 21.227.039/0001-16; JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO - EPP - CNPJ: 21.940.274/0001-30; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 024/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso



de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 024/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHE) E DE REFEIÇÕES (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002) TIPO (MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL, PARA ATENDER OS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO EXERCÍCIO 2016, firmada em 23/06/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa N. J. LOVERA - ME - CNPJ: 03.665.927/0001-39; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 025/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 025/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL PARA USO NO ANO DE 2016 NAS AMBULÂNCIAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, TODOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 11/07/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa OESTE GASES ATMOSFERICOS LTDA EPP- CNPJ: 00.956.751/0001-86; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 026/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE,

Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 026/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 023/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAIS DE LABORATÓRIO UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTINADO A ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016, firmada em 20/07/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa QUI-MIOLAB COM.DE PROD. DE LAB. LTDA - CNPJ: 85.345.528/0001-55; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 027/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 027/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 019/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIÊNE A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016, firmada em 28/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA - EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73; ROBERTO MISTURA ME - CNPJ: 10.292.359/0001-33; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87, de 31/12/2016 até 28/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 028/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 028/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 020/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL ESCOLAR A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016, firmada em 28/02/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54; MARCOS H NICOLAO E CIA LTDA ME - CNPJ: 08.352.641/0001-17; TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50; BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47, de 31/12/2016 até 28/02/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 029/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 029/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E GÁS P45, PARA CONSUMO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS, NÚCLEO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CENTRO DE EVENTOS, UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, firmada em 01/03/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa ROZELI G. FRANCHINI - ME - CNPJ: 05.757.115/0001-49, de 31/12/2016 até 01/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 029/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 029/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAIS DE LABORATÓRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, TODOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, firmada em 09/09/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02; AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 10.869.890/0001-26; POSSATTO & POSSATO LTDA - ME - CNPJ: 72.150.550/0001-06; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 031/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 031/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTO ALIMENTAR DE USO ENTERAL/

ORAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DESTINADO AO COMBATE DAS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS DE PACIENTES COM DIFICULDADES DE ALIMENTAÇÃO CADASTRADAS NO SERVIÇO SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, firmada em 03/10/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas X AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 10.869.890/0001-26; POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ: 04.040.912/0001-48; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 032/2016 - FMS**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 032/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 029/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, firmada em 09/11/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 95.368.320/0001-05; DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40; A.G. KIENEN E CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPIT. LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02; MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP- CNPJ: 09.676.256/0001-98; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENCE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91; IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.285.600/0001-18; CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 94.516.671/0002-34; AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 20.590.555/0001-48; POSSATTO & POSSATO LTDA - ME - CNPJ: 72.150.550/0001-06; ILG COMERCIAL LTDA - ME - CNPJ: 20.657.155/0001-02; de 31/12/2016 até 31/03/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 054/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 054/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, E TAMBÉM NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER SENDO ESTES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, firmada em 08/04/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA - EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89; CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73, de 31/12/2016 até 08/04/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 056/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 056/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADM. MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, NO 5º PEL DA 2ª CIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE S.L.O. - SC;



E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO P/ SER UTILIZADOS NO NÚCLEO DE ATEND. À CRIANÇA E AO ADOLESC. P/ EXECUÇÃO DO SERV. DE CONVIV. E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SENDO ESTE VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, firmada em 11/04/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54; JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50; RB PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME - CNPJ: 85.352.755/0001-08, de 31/12/2016 até 11/04/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 066/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 066/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 050/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC E NO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 28/04/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54, de 31/12/2016 até 28/04/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 089/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do

Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 089/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016, firmada em 27/06/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa WE EQUIPAMENTOS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 10.579.408/0001-13, de 31/12/2016 até 27/06/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 104/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2016  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 104/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 076/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2016, firmada em 09/08/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00; FABIANE MIKOLAJCZYK ME - CNPJ: 03.966.514/0001-94; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87; HB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09, de 31/12/2016 até 09/08/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL Nº 105/2016**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 105/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 077/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2016, firmada em 11/08/2016, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA - EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18; NOAL & TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30; AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94; SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52; A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79; SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89; ROBERTO MISTURA ME - CNPJ: 10.292.359/0001-33; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87; HB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09, de 31/12/2016 até 11/08/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 130/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 130/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Lei Federal 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, que dispõe sobre contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa e Lei 8.666/1993. Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ nº 01.336.261/0001-40.

Objeto: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE CATARINENSE - AMNOROESTE, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA.

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), para a manutenção do CONSÓRCIO.

Dotações Orçamentárias: 3.1.71.70.01 e 3.3.71.70.01.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 02 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Neuri Brunetto - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 181/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 181/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Lei Federal 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, que dispõe sobre contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa e Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ nº 01.336.261/0001-40.

Objeto: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE CATARINENSE - AMNOROESTE, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA.

Valor: R\$ 143.200,00 (Cento e quarenta e três mil e duzentos reais), para serviços médicos especializados.

Dotações Orçamentárias: 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 02 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Neuri Brunetto - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Translovera Transportes e Turismo Ltda., CNPJ nº 80.445.505/0001-07.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 015/2013, de 04/03/2013 até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), referente a 10.000 km (dez mil quilômetros), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Celso Pedro Lovera - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Fundação Hospitalar São Lourenço, CNPJ nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 006/2016, de 30/03/2016, até a data de 07/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor unitário de R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais) por atendimento, totalizando o valor de até R\$ 126.630,00 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e trinta reais) referente a 335 (trezentos e trinta e cinco) atendimentos, até a data de 07 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 07/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valentim Casagrande de Macedo - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: GOBBI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. ME, CNPJ nº 01.787.216/0001-01.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 002/2016, de 12/02/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços laboratoriais para o próximo exercício.

Valor: - O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados, o preço unitário máximo constantes no Anexo I, do Processo Licitatório nº 001/2016, Edital de Credenciamento nº 001/2016, outras modalidades.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juliano Cesar Gobbi - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 042/2015.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Palmasnet Paris Ltda. ME., CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 042/2015, de 21/12/2015 até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de internet para o próximo exercício.

Valor: Pelo fornecimento de internet, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Weber Segurança Ltda. ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA EM EVENTOS DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 2.574,00 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 03 (três) dias úteis após a prestação do objeto contratado, através de transferência bancária à Contratada mediante entrega da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 002/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC; e D - 007/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.3000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 07/12/2016.

Vigência: de 07/12/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Ademir Eugenio Weber - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Dispensa de Licitação nº 001/201.

Locatário: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Locadores: Maria Bernadete Breowicz, CPF nº 422.257.449-04; Ricardo Gewehr Pettinelli, CPF nº 359.168.699-91; e Sônia Maria Costa Prevedello, CPF nº 257.485.809-34.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 014/2013, de 1º/03/2013, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel para o próximo exercício.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela locação do imóvel, o valor de R\$ 18.834,22 (dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos) mensais, totalizando o valor de R\$



56.502,66 (cinquenta e seis mil, quinhentos e dois reais e sessenta e seis centavos) até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Maria Bernadete Breowicz, Ricardo Gewehr Pettinelli e Sônia Maria Costa Prevedello - pelos Locadores.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: Aditar o item 4 do Contrato nº 027/2016, de 24/11/2016, em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o que corresponde a 7,27% (sete vírgula vinte e sete por cento) ao valor global do item contratado, tendo em vista que não estava previsto o posicionamento da lona na Praça da Bandeira, inviabilizando desta forma a montagem de palco na rua visto que atrapalharia o seu fluxo, necessitando montar a estrutura em um caminhão palco, conforme a justificativa técnica apresentada na C.I. 90/2016, datada de 17/11/2016, do ICSL.

Valor Aditado: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 002/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC e D - 004/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.3000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 07/12/2016.

Vigência: de 07/12/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 011/2013, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Certa Sistemas Informatizados Ltda., CNPJ nº 02.792.912/0001-79.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2013, de 1º/03/2013, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 2.123,06 (dois mil, cento e vinte e três reais e seis centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 6.369,18 (seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Francisco Antonio Abatti - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 019/2016, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 001/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados após a prestação dos serviços, através de cheque nominal à Contratada mediante entrega da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: D - 002/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC; e D - 004/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.3000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 08/12/2012.

Vigência: de 08/12/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2016

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Laboratório Pandini Ltda. ME, CNPJ nº 79.389.391/0001-38.

Objeto: Alterar o preâmbulo do Contrato nº 001/2016, de 12/02/2016, tendo em vista a alteração de endereço e de sócio administrador da empresa Contratada; e prorrogar a vigência do Contrato nº 001/2016, de 12/02/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços laboratoriais para o próximo exercício.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ubirajara Martins Ribeiro - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

CONTRATO Nº 035/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75, com sede na rua Rui Barbosa, nº 291, centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos Senhores: Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa N.J. LOVERA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.665.927/0001-39, com sede na rua Ernesto Beuter nº 704, bairro Brasília, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89990-000, neste ato representada pelo seu administrador, o Sr. Nelson Júnior Lovera, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1/R-1.126.842, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 780.440.229-53, residente e domiciliado na rua Don Pedro II, nº 1407, bairro Brasília, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, denominada simplesmente, CONTRATADA, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pelo Prefeito Eleito para a gestão 2017/2021, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto à necessidade de prorrogar a vigência do Contrato nº 021/2016, de 27/06/2016, (originário do Processo Licitatório nº 024/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHE) E DE REFEIÇÕES (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002) TIPO (MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL, PARA ATENDER OS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO EXERCÍCIO 2016), até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de gêneros alimentícios e refeições para o próximo exercício;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Têm entre si justo e acertado este Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2016, de 27/06/2016, (originário do Processo Licitatório nº 024/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016), com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante a sujeição às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

I.1 - A vigência do Contrato nº 021/2016, de 27/06/2016, fica prorrogada pelo prazo de 31/12/2016 a 31/03/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

II.1 - O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 15.055,44 (quinze mil, cinquenta e cinco reais e quatro centavos) até a data de 31 de março de 2017, conforme o quadro abaixo descrito:

Lote	Item	Descrição do Item	Und.	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
1	16	MARMITEX ALMOÇO - Marca: MILITA.	UND.	650	R\$ 11,7923	R\$ 7.665,00
TOTAL DO LOTE 1						R\$ 7.665,00
2	1	AMARRA MARIDO C/ CHOCOLATE - Marca: MILITA.	UND.	10	R\$ 14,878	R\$ 148,78
2	2	BISCOITO CASEIRO - Marca: MILITA.	KG.	12	R\$ 13,2067	R\$ 158,48
2	3	BISCOITO DE NATA PINTADO - Marca: MILITA.	KG.	12	R\$ 13,2067	R\$ 158,48
2	4	BISCOITO PÃO DE MEL - Marca: MILITA.	KG.	10	R\$ 14,5273	R\$ 145,27
2	5	BISCOITO ROSCA LEITE CONDENSADO - Marca: MILITA.	KG.	10	R\$ 13,2067	R\$ 132,07
2	6	BISCOITO SALGADO - Marca: MILITA.	KG.	12	R\$ 15,4078	R\$ 184,89
2	7	BOLO DE BANANA GRANDE - Marca: MILITA.	UND.	5	R\$ 29,9351	R\$ 149,68
2	8	BOLO FUBA GRANDE - Marca: MILITA.	UND.	4	R\$ 27,2937	R\$ 109,17
2	9	BOLO NEGA MALUCA GRANDE QUADRADA - Marca: MILITA.	UND.	7	R\$ 27,2937	R\$ 191,06
2	10	BOLO SALGADO GRANDE QUADRADO - Marca: MILITA.	UND.	4	R\$ 27,2937	R\$ 109,17
2	11	BOLO TOALHA FELPUDA GRANDE QUADRADA - Marca: MILITA.	UND.	5	R\$ 27,2937	R\$ 136,47
2	12	CACHORRO QUENTE PRONTO EMABALDO C/ PÃO CASEIRO DE 100 GR. - Marca: MILITA.	UND.	150	R\$ 1,6728	R\$ 250,92
2	13	COFFEE BREAK PARA APROXIMADAMENTE 25 PESSOAS PARA PARTICIPAREM DE TREINAMENTOS, ENCONTROS, CONFERENCIAS, HOMENAGENS : 05 LITROS DE CAFE C/ LEITE, 150 SALGADOS VARIADOS, 25 FATIAS DE BOLO VARIADO 05 LITROS DE SUCO NATURAL. - Marca: MILITA.	UND.	10	R\$ 94,2075	R\$ 942,08
2	14	GROSTOLI DOCE - Marca: MILITA.	KG.	10	R\$ 14,0871	R\$ 140,87
2	15	GROSTOLI SALGADO - Marca: MILITA.	KG.	10	R\$ 14,0871	R\$ 140,87
2	17	SALGADOS - Marca: MILITA.	UND.	750	R\$ 3,5218	R\$ 2.641,35

2	18	SANDUICHE (PÃO, QUEIJO,PRESUNTO) - Marca: MILITA.	UND.	500	R\$ 2,025	R\$ 1.012,50
2	19	SUCO DE LARANJA E OU OUTROS - Marca: MILITA.	L.	125	R\$ 5,1066	R\$ 638,33
TOTAL DO LOTE 2						R\$ 7.390,44
TOTAL GERAL						R\$ 15.055,44

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

III.1 - As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

IV.1 - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal Gestor do Fundo Municipal de Saúde	NELSON JÚNIOR LOVERA N.J. Lovera - ME
---	--

Testemunhas:

1) Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2) Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016 - FMS.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2013, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 002/2014, de 31/01/2014, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, a Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 6.063,54 (seis mil, sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 6 m<sup>3</sup> (seis metros cúbicos), o que totalizará o valor de R\$ 72.762,48 (setenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D'Agostini - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 287/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 287/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 196/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 087/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 014/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PFG Poços Artesianos Ltda. ME, CNPJ nº 13.250.019/0001-38.

Objeto: Suprimir o valor global do Contrato nº 196/2016, de 16/08/2016, tendo em vista a realização de ajustes na planilha orçamentária devido à profundidade de perfuração do poço da Linha São Caetano onde se encontrou a vazão suficiente, para o abastecimento da comunidade, em 252 metros, sendo necessário a supressão da quantidade excedente, ou seja, de 48 (quarenta e oito) metros; e aditar o valor global tendo em vista a realização de ajustes na planilha orçamentária devido à profundidade de perfuração do poço da Linha Belvedere onde se encontrou a vazão suficiente, para o abastecimento da comunidade, em 384 metros, sendo necessário o aditivo da quantidade faltante, ou seja, de 84 (oitenta e quatro) metros.

Valor Suprimido: R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais).

Valor Aditado: R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 110/2016 - 10.01.17.511.4507.1.080.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Instalação de Água nas Comunidades do Interior - Secretaria de Agricultura e Aquicultura; e D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 07/12/2016.

Vigência: de 07/12/2016 a 13/01/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vaneila Parisotto - pela Contratada.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2016, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Decimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 140/2014, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Conxap Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Objeto: Suprimir e aditar o valor global do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, tendo em vista as divergências entre as quantidades orçadas e as quantidades de fato necessárias à execução dos serviços especificados, conforme a justificativa técnica e planilha de aditivo XI, ambas apresentadas em anexo a este termo aditivo; prorrogar a vigência do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, pelo lapso de 120 (cento e vinte) dias, a fim de mantê-lo vigente durante a prestação de contas junto ao BRDE assim como para a realização de laudos e vistorias por parte da engenharia do órgão financiador.

Valor Aditado: R\$ 3.381,61 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos).

Valor Suprimido: R\$ 41.004,27 (quarenta e um mil, quatro reais e vinte e sete centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 94/2016 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas.

Data de Assinatura: 08/12/2016.

Vigência: de 28/12/2016 a 27/04/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e William Gediel Laguna - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 289/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 289/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Prorrogar os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 045/2016, de 16/02/2016, pelo lapso de 60 (sessenta) dias e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, tendo em vista que houve a paralisação da execução do contrato, pelo período de 60 (sessenta) dias, sem ocorrer a paralisação do prazo de vigência; bem como para a tomada de decisões de cunho técnico e administrativo que demandaram tempo para análise, elaboração de projetos e aprovação nos órgãos competentes, havendo a necessidade de paralisação dos serviços durante este período.

Data de Assinatura: 12/12/2016.

Prazo de Execução: de 16/12/2016 a 16/02/2017.

Prazo de Vigência: de 12/12/2016 a 11/04/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 290/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

CONTRATO Nº 290/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ

nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.540.667/0001-42, com sede na Avenida do Canal, nº 165, Sala 02, 2º Andar, Centro, na cidade de Cunha Porã - SC, CEP: 89890-000, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Valter Altreider, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.341.982, expedida pela SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 892.076.889-72, residente e domiciliado na Avenida do Canal, nº 165, Centro, na cidade de Cunha Porã - SC, CEP: 89890-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 125/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2016 e em conformidade com o art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I.1 - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO "TRADIÇÃO" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016, NA PRAÇA DA LIBERDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA O RÉVEILLON 2016/2017, conforme os anexos constantes do Processo Licitatório supracitado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

II.1 - O horário previsto para início da apresentação será cumprido com PONTUALIDADE por parte da CONTRATADA, tendo início às 01h50min (uma hora e cinquenta minutos), da seguinte forma: iniciará às 23h00min (vinte e três horas), com uma pausa para a contagem regressiva e queima de fogos às 23h59min (vinte e três horas e cinquenta minutos) após isso, a apresentação continuará por no mínimo mais 51 (cinquenta e um minutos), sendo que em caso de duração maior, do que aqui expresso, não acarretará ônus ao Contratante. O horário previsto para início da apresentação deverá ser cumprido com pontualidade por parte da Contratada.

II.2 - O local a se realizar o show será na Praça da Liberdade de São Lourenço do Oeste SC, em caso de intempérie climática o Município se reserva no direito de alterar o local do evento.

II.3 - As despesas que venham a ocorrer oriundas do show, tais como; alimentação, hospedagem, repertório, deslocamentos, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, ocorrerão por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES****III.1 - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a) Providenciar todos os ALVARÁS, SEGUROS e AUTORIZAÇÕES necessárias à realização do evento atendendo às regulamentações do âmbito Municipal, Estadual e Federal, responsabilizando-se pelo recolhimento de taxas e impostos necessários, especialmente quanto aos Alvarás da Ordem e Sindicato dos Músicos e ECAD, mesmo aqueles que possam ter sido criados entre a data da assinatura deste instrumento e a data da realização do evento.

b) Serão permitidas filmagens sobre o palco após o início do Show, as câmeras para telão serão instaladas em praticáveis fora do palco.

c) Fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA, no local do evento, em condições de carga e segurança compatível com todos os equipamentos necessários à realização do espetáculo.

**III.2 - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

a) Comparecer e apresentar o espetáculo público promovido pela CONTRATANTE, no dia na hora e local estabelecido neste Contrato, fazendo-se acompanhar da respectiva EQUIPE TÉCNICA, para oferecer durante o período mínimo de 01h50min (uma hora

e cinquenta minutos), sendo que em caso de duração maior, do que aqui expresso, não acarretará ônus ao Contratante, uma apresentação artística de músicas do repertório do musical, uma vez satisfeitas todas as condições aqui preestabelecidas.

b) Fornecer estrutura de SOM e ILUMINAÇÃO;

c) Fornecer as ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA) quando necessário for.

d) Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste instrumento contratual, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que a CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

e) Comunicar previamente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias qualquer fato ou causa impeditiva ou que obste o comparecimento e a participação no evento, adotando providências imediatas para suprir este comparecimento, se possível.

f) assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

g) cumprir todas as exigências do Município de São Lourenço do Oeste, de maneira a atender as necessidades relacionadas à prestação de serviços.

h) assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

i) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

j) cumprir o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

k) formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato, bem como eventuais substituições de pessoal que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

l) Fornecer a devida nota fiscal.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

IV.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços artísticos previstos neste Contrato, em moeda corrente nacional, a quantia de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), descontando os encargos tributários e previdenciários de acordo com a legislação vigente.

IV.2 - O valor pactuado será pago por cheque nominal a Contratada após o evento, com a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

IV.3 - A falta ou ocorrência de atraso no pagamento aqui previsto, constitui causa bastante para a rescisão do Contrato, desobrigando expressamente a CONTRATADA do atendimento de quaisquer compromissos.

IV.4 - Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente.

IV.5 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

V.1 - DAS RESPONSABILIDADES PASSIVAS: O CONTRATANTE será responsabilizado pelo ressarcimento de quaisquer danos a terceiros que ocorrem antes durante e depois da apresentação aqui Contratada, decorrentes de eventuais acidentes provocados por excesso de lotação ou imprudência na segurança, desde que comprovada culpa ou dolo, resguardado o contraditório e ampla defesa.

V.2 - O CONTRATANTE poderá ser responsabilizado por eventuais danos causados aos bens pertencentes à CONTRATADA, ou a sua

equipe inclusive instrumentos musicais, desde que comprovada culpa ou dolo, resguardado o contraditório e ampla defesa.

V.3 - LIMITE DA APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS: Fica ressaltado que as únicas obrigações do grupo da CONTRATADA para com o CONTRATANTE são as que se referem a sua apresentação no evento dentro das condições convencionadas neste Contrato, sendo que não poderão ser assumidos quaisquer outros compromissos como passeio, jantares, sessão de fotos, não podendo ainda ser o espetáculo utilizado para finalidades políticas ou religiosas.

V.4 - DO INADIMPLEMENTO: Ocorrendo o inadimplemento de quaisquer das cláusulas deste Contrato por qualquer uma das partes, fica estipulada uma multa contratual de valor equivalente a 20% (vinte por cento) do preço estabelecido no Contrato, que deverá ser paga a parte prejudicada.

V.5 - O CONTRATANTE poderá não efetuar o pagamento do show caso haja atraso superior a 60 (sessenta) minutos do horário determinado deste Contrato sem prejuízo para a mesma, ressalvando-se solicitação da Contratante.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

VI.1 - As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 016/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

VII.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de rescindir este certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula oitava deste Contrato.

VII.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

VII.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado na prestação dos serviços;

b) a realização dos serviços fora das especificações constantes no objeto deste Contrato;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique o cumprimento do objeto deste Contrato;

i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato.

j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto.

VII.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

VII.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

VII.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

VII.4 - Em caso de não cumprimento do objeto do presente Contrato na data e horário definidos, ficará a Contratada sujeita ao pagamento de multa no montante de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Cláusula Oitava, devendo, ainda, restituir de imediato todas as quantias recebidas como forma de pagamento, valendo o presente, para todos os efeitos legais, como título executivo judicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

VIII.1 - No caso de descumprimento das obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

#### CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO

IX.1 - Este Contrato é celebrado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

IX.2 - Os veículos pertencentes aos contratados deverão permanecer dentro do recinto do show, ficando sob a responsabilidade da segurança do evento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

X - A vigência deste instrumento será da data de assinatura do Contrato até 1º de janeiro de 2017, admitindo-se prorrogação, conforme o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

XI.2 - Este Contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência da Contratante, sub-rogar direitos e obrigações a terceiros. É vedada a subcontratação ou qualquer outra forma de transferência de obrigações e responsabilidades pela Contratada.

XI.3 - Os casos omissos serão dirimidos através da aplicação subsidiária das disposições do Edital de abertura do Processo Licitatório citado no preâmbulo deste instrumento, e da observância à legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

XII.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	Valter Altreider Musical Grupo Chama Ltda. ME
---	--

Testemunhas:

1. Nome:	2. Nome:
CPF:	CPF:

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 273/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 088/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PIPPI Maquinas Agrícolas Santa Catarina Ltda., CNPJ nº 11.103.539/0001-92.

Objeto: Alterar o descritivo do item 1 do Contrato nº 273/2016, de 11/11/2016, tendo em vista o parecer nº 615/2015 da GIGOV (filial de Chapecó - SC) o qual apontou inconsistências na quantidade de CV mínimo, pois o modelo apresentado e contratado é o MF:4292/4S, o qual possui CV mínimo de 105 (ISO e 110 (SAE); após a notificação da empresa Contratada, a mesma se manifestou pela alteração do modelo de trator cotado, qual seja: MF:4292HD, que possui CV mínimo de 110 (ISO) e 115 (SAE), conforme a Comunicação Interna nº 058/2016 apresentada em anexo ao presente instrumento.

Data de Assinatura: 14/12/2016.

Vigência: de 14/12/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Andrei Savio - pela Contratada.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 150/2014, de 25/06/2014, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 15.335,96 (quinze mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos) mensais, referente aos itens 1 a 34 e 73, totalizando o valor de R\$ 184.031,52 (cento e oitenta e quatro mil, trinta e um reais e cinquenta e dois centavos); o valor de R\$ 5.437,86 (cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos), referente aos itens 70, 71 e 72; ambos até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.



Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, CNPJ nº 83.052.191/0031-88.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 023/2014, de 11/02/2014, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços Técnico-Financeiros de Assistência Técnica e Extensão Rural para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 3.392,55 (três mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor, global e atualizado, de R\$ 40.710,60 (quarenta mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adir Natalino Bertuzzi - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 294/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 294/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 059/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 027/2015, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 002/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Paulo Drei 02287920960, CNPJ nº 21.867.787/0001-63.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 059/2015, de 19/03/2015, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Drei - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 295/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 295/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T&Z Contabilidade e Assessoria S/S Ltda., CNPJ nº 07.897.023/0001-90.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 047/2013, de 08/02/2013, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Flari Rafael Triches - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Silveira Segurança Privada Ltda. ME, CNPJ nº 05.830.358/0001-65.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 043/2016, de 16/02/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Terezinha Altina Silveira - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 082/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 039/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 027/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Adriana Silveira Monitoramento ME, CNPJ nº 15.675.875/0001-60.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 082/2015, de 06/04/2015, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais) até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo,

serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adriana Silveira - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2016.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Impacto Sistemas de Informação Ltda. ME, CNPJ nº 08.546.421/0001-24.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 027/2016, de 10/02/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), até a data de 31 de março de 2017, referente a assistência técnica mensal, atualizações de versão, visitas (sem custo de deslocamento e hora/técnica).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel Pozzer - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 173/2013, Modalidade Dispensa de Licitação no 006/2013.

Locatário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locadores: Radimila Fernandes Deon, CPF nº 067.666.729-51; Mario Luiz Deon, CPF nº 515.974.549-15; e CPF nº 014.828.209-19.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 001/2014, de 02/01/2014, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel para o próximo exercício.

Valor: Pela locação do imóvel, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Radimila Fernandes Deon, Mario Luiz Deon e Clarinês Salete Moschen Deon - pelos Locadores.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 268/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 148/2014, Modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2014.

Locatário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locador: Mario Luiz Deon, CPF nº 515.974.549-15.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 268/2014, de 08/12/2014, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel para o próximo exercício.

Valor: Pela locação do imóvel, o Locatário pagará ao Locador, o valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), totalizando o valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Mario Luiz Deon - pelo Locador.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 250/2015.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Nova Serviços de Comunicação Multimídia Ltda. ME., CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 250/2015, de 11/12/2015, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de internet para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 4.560,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 251/2015

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Nova Serviços de Comunicação Multimídia Ltda. ME., CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 251/2015, de 11/12/2015, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de internet para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada,

o valor de R\$ 303,60 (trezentos e três reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.643,20 (três mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 098/2016.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Palmasnet paris Ltda. ME., CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 098/2016, de 08/04/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de internet para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais mensais), totalizando o valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 249/2015.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Palmasnet Paris Ltda. ME., CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 249/2015, de 11/12/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de internet para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 052/2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Biblosshop Comércio e Serviços de Informática Ltda. ME, CNPJ nº 04.770.051/0001-53.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 052/2013, de 18/02/2013, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 290,23 (duzentos e noventa reais e vinte e três centavos), totalizando o valor de R\$ 3.482,76 (três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), até a data de 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rafael de Melo Lima Santini - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 306/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 306/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 058/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Stang Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ nº 11.325.330/0001-73.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 058/2016, de 1º/03/2016, até a data de 19/02/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de combustível para o próximo exercício.

Valor: Pelo fornecimento de combustível (Óleo Diesel), o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 657.500,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), até a data de 19 de fevereiro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 19/02/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ricardo Furlan - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 307/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 307/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 057/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Maxsul Distribuidora de Combustível Ltda., CNPJ nº 00.326.969/0001-57.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 057/2016, de



1º/03/2016, até a data de 19/02/2017, em razão da necessidade de continuidade do fornecimento de combustível para o próximo exercício.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 19/02/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilberto Clóvis Merigo - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 126/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 094/2016. Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: C.A. SUZIN & CIA LTDA. ME, CNPJ nº 02.991.380/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, E SHOW PIROTÉCNICO PARA O RÉVEILLON 2016/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 14.950,00 (quatorze mil, novecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através de cheque nominal à Contratada imediatamente após a prestação dos serviços contratados e a devida apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 016/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: de 16/12/2016 a 1º/01/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudir Antonio Suzin - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 309/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 309/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 126/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 094/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: WEBER SEGURANÇA LTDA. ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, E SHOW PIROTÉCNICO PARA O RÉVEILLON 2016/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através de cheque nominal à Contratada imediatamente após a prestação dos serviços contratados e a devida apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 016/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: de 16/12/2016 a 1º/01/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ademir Eugenio Weber - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 310/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 310/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Luiz Alberto Miotto ME, CNPJ nº 04.885.124/0001-52.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 016/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 242.982,80 (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 19/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiz Alberto Miotto - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 311/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 311/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. BERGGOZZA ME, CNPJ nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 191.290,80 (cento e noventa e um mil, duzentos e noventa reais e oitenta centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 19/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Berggozza - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Zeni Terezinha Pontes - Construtora - EIRELI ME, CNPJ nº 18.492.112/0001-72.

Objeto: Prorrogar os prazos de execução e vigência do Contrato

nº 126/2015, de 17/06/2015, em 60 (sessenta) dias cada, a fim de possibilitar a Contratada lapso suficiente para a finalização dos acabamentos da obra, conforme o Ofício nº 008/2016, encaminhado pela Contratada.

Data de Assinatura: 19/12/2016.

Vigência: de 22/12/2016 a 20/02/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Zeni Terezinha Pontes - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Rosa & Pelizzer Ltda. ME, CNPJ nº 07.120.522/0001-76.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 011/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 147.650,03 (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais e três centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Pelizzer - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 141/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 072/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Recicleplas Serviços de Coleta Ltda. ME, CNPJ nº 10.500.703/0001-32.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 141/2016, de 1º/06/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 14.285,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 42.855,00 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudir José Stedille - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V.Vial & Cia. Ltda. ME, CNPJ nº 14.744.731/0001-56.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 015/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 88.004,00 (oitenta e oito mil e quatro reais) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vanderlei Vial - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 316/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 316/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Delmar Lanz ME, CNPJ nº 04.759.152/0001-23.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 009/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: R\$ 74.152,40 (setenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Delmar Lanz - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Origem: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.982.200/0001-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO AOS PROGRAMAS DE COMPUTADORES "WINRURAL", TENDO EM CONTA O REFERIDO SOFTWARE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO AGRÍCOLA MUNICIPAL, PARA FINS DE CONTROLE DE CONTATO DE ARRENDAMENTOS, CADASTROS DE PROPRIEDADES RURAIS E EMISSÃO DE BLOCO DE NOTAS, PARA O ANO DE 2017.

Valor: R\$ 367,73 (trezentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.103,19 (um mil,

cento e tres reais e dezenove centavos) até 31 de março de 2017.  
Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica disposta em decreto a ser expedido para o exercício de 2017, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.  
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto Contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 1º/01/2017 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauri César Dengo - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: R. A. FARINA ME, CNPJ nº 21.346.501/0001-02.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 010/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 57.205,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e cinco reais) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros:

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rodrigo Antonio Farina - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 144/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 094/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 007/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 109.279,60 (cento e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes Ltda. ME, CNPJ nº X.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 008/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 308.972,90 (trezentos e oito mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 078/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 035/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Antonio Lisiak ME, CNPJ nº 04.759.710/0001-50.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 078/2016, de 24/03/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 3.744,00 (três mil, setecentos e quarenta e quatro reais) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 20/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Lisiak - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 106/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 057/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 041/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Jaime Dercio Drews ME, CNPJ nº 05.983.981/0001-58.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 104/2016, de 14/04/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 33.408,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oito reais) até 31 de dezembro



de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jaime Dercio Drews - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 323/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 323/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Jaime Dercio Drews ME,, CNPJ nº 05.983.981/0001-58.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 046/2016, de 19/02/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 19.360,00 (dezenove mil e trezentos e sessenta reais) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jaime Dercio Drews - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 168/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 011/2015, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tatiane Comunello ME, CNPJ nº 13.424.471/0001-79.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 168/2015, de 02/09/2015, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O valor a ser pago pelo contratante, em relação ao serviço de retirada de entulhos realizado por caçamba estacionária, containers e caminhão de transporte será de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por carga, proibida a cobrança de taxas adicionais.

Pagamento: Os pagamentos somente serão realizados pelo cidadão que contratar o serviço mediante o término da Prestação do Serviço com a retirada dos entulhos.

Data de Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Alcir José Comunello - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 279/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 174/2015, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 006/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, CNPJ nº 912.833.619-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 279/2015, de 28/12/2015, pelo prazo de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017; Reajustar o valor do Contrato nº 279/2015, de 28/12/2015, conforme as variações constantes na Resolução CIGA nº 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017; e

Valor: A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 18.420,00 (dezoito mil, quatrocentos e vinte reais), divididas em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.535,00 (um mil, quinhentos e trinta e cinco reais) cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA. Recursos Financeiros: A CONTRATANTE compromete-se a empregar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual).

Data de Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilsoni Lunardi Albino - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 272/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 088/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Altair Fabro & Cia Ltda., CNPJ nº 02.730.048/0001-80.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 272/2016, de 11/11/2016, até a data de 31/12/2017, tendo em vista que os recursos financeiros, advindos dos Convênios de nºs 830855/2016, 8329155/2016 e 833489/2016, ainda não estão disponíveis para que o Município possa solicitar a entrega dos equipamentos.

Valor: O valor total, certo e ajustado referente a presente contratação é de R\$ 21.580,00 (vinte e um mil, quinhentos e oitenta reais). Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 22/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Altair Fabro - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 273/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 088/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pippi Maquinas Agrícolas Santa Catarina Ltda., CNPJ nº 11.103.539/0001-92.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 273/2016, de 11/11/2016, até a data de 31/12/2017, tendo em vista que os recursos financeiros, advindos dos Convênios de nºs 830855/2016, 8329155/2016 e 833489/2016, ainda não estão disponíveis para que o Município possa solicitar a entrega dos equipamentos.

Valor: O valor total, certo e ajustado referente a presente contratação é de R\$ 395.990,00 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e noventa reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 22/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Andrei Savio - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 274/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 088/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Terra Viva Comércio e Representações EIRELI EPP, CNPJ nº 17.542.364/0001-04.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 274/2016, de 11/11/2016, até a data de 31/12/2017, tendo em vista que os recursos financeiros, advindos dos Convênios de nºs 830855/2016, 8329155/2016 e 833489/2016, ainda não estão disponíveis para que o Município possa solicitar a entrega dos equipamentos.

Valor: O valor total, certo e ajustado referente a presente contratação é de R\$ 32.970,00 (trinta e dois mil, novecentos e setenta reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 22/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e João Batista Panazzolo - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 275/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 119/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 088/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Nilo Meurer EPP, CNPJ nº 24.735.598/0001-25.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 275/2016, de 11/11/2016, até a data de 31/12/2017, tendo em vista que os

recursos financeiros, advindos dos Convênios de nºs 830855/2016, 8329155/2016 e 833489/2016, ainda não estão disponíveis para que o Município possa solicitar a entrega dos equipamentos.

Valor: O valor total, certo e ajustado referente a presente contratação é de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 22/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marciano Wiggers Meurer - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tucano obras e Serviços Ltda., CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, até a data de 22/02/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício; e reajustar o valor do Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, para que seja acrescido o percentual de 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no período de fevereiro de 2016 a novembro de 2016. Valor: O valor mensal estimado de R\$ 156.611,14 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e onze reais e quatorze centavos) passa a ser de R\$ 163.736,95 (cento e sessenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 283.810,71 (duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e dez reais e setenta e um centavos) no período de 1º de janeiro a 22 de fevereiro de 2017, com a incidência de 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 076/2012, de 22/02/2012, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 23/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 22/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Schvans Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 120.870,00 (cento e vinte mil, oitocentos e setenta reais) até 31 de dezembro

de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 26/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Almir Schvans - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V. Martins da Silva e CIA. Ltda., CNPJ nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 014/2016, de 19/01/2016, até a data de 31/12/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 205.366,46 (duzentos e cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos) até 31 de dezembro de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 26/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/12/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdevino Martins da Silva - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 040/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda., CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 089/2015, de 16/04/2016, pelo prazo de 45 (quarenta) dias, a fim de proporcionar ao Município/Contratante lapso suficiente para concluir as tramitações do contrato, bem como o pagamento final da obra, sendo que, neste último caso, é necessário a aprovação e liberação do órgão financiador.

Data de Assinatura: 26/12/2016.

Vigência: de 03/01/2017 a 17/02/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 263/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 113/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Contratada: Adriana Silveira Monitoramento ME, CNPJ nº 15.675.875/0001-60.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 263/2012, de 30/07/2012, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 350,69 (trezentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.052,07 (um mil, cinquenta e dois reais e sete centavos) até 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 27/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Adriana Silveira - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 171/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 110/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Polimedici Assessoria e Consultoria em Medicina do Trabalho Ltda. EPP, CNPJ nº 00.975.647/0001-39.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 004/2016, de 14/01/2016, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 12.647,50 (doze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2017.

Data de Assinatura: 27/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilmar Pedro Resende - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 231/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 136/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 019/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Edmar da Silva ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 231/2015, de 1º/12/2015, até a data de 31/03/2017, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: o Contratante pagará à Contratada, o valor global de R\$ 415.324,00 (quatrocentos e quinze mil, trezentos e vinte e quatro reais), até a data de 31 de março de 2017.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Data de Assinatura: 28/12/2016.

Vigência: de 31/12/2016 a 31/03/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### 11/2016 FMS SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016 FMS

11/2016 FMS SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2016 FMS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa SOCIEDADE BENFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA, estabelecida na Avenida Sul Brasil, 584, Centro, com numero de CNPJ 85.197.077/0001-56, inscrição Estadual 250.278.502, neste ato representado por AUGUSTO JACOBSEN, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na Linha Barra do Segredo, s/nº, interior, na cidade de Maravilha/SC, inscrito no CPF sob o nº 526.300.309-97 e RG nº12R/1617648, Presidente da entidade, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato 03/2016 FMS, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 20/2015 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 03/2016 FMS, prolongando-o até 31 de dezembro de 2017, aplicando-se o INPC médio acumulado dos últimos 12 meses, o qual confere um reajuste na ordem de 7,38% sobre os valores aplicados no objeto, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os novos valores estarão distribuídos da seguinte forma:

Item	Quan	Unid.	Descrição dos serviços	R\$ unit.	R\$ total
01	730	SERV.	Contratação de serviços de plantão medico - hospitalar sendo: utilização das dependências físicas, equipamentos ambulatoriais, plantonistas, funcionários, exames de raio-X, exames básicos de laboratório, medicação básica para realização de plantões de urgência e emergência, durante 12 horas do dia, abrangendo todos os dias da semana, finais de semana, incluindo sábados, domingos e feriados.	135,00	98.550,00
02	200	SERV.	Contratação de Consultas Médicas nas seguintes especialidades básicas, a saber: clínica médica, cirúrgica, obstetrícia e pediátrica, além de Anestesiologia, Neurocirurgia, Nefrologia, Cirurgia torácico, Buco Maxilo Facial e Bioquímico durante o período diurno e noturno, de segunda a domingo, durante as 24 horas, inclusive em feriados Municipais, Estaduais e Federais.	236,00	47.200,00
03	30	SERV.	Serviço de fratura de cotovelo, punho, antebraço, ombro, clavícula e dedo durante as 24 horas do dia inclusive nos finais de semana e feriados Municipais, Estaduais e Federais.	410,00	12.300,00
04	20	SERV.	Serviço de fratura de pé, perna, joelho, fêmur, tornozelo, bacia, coluna e tenorrafia durante as 24 horas do dia inclusive nos finais de semana e feriados Municipais, Estaduais e Federais.	650,00	13.000,00
TOTAL					171.050,00

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato 03/2016 de acordo com o "Parágrafo Terceiro - O prazo de vigência do contrato será do dia 11/01/2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado única e exclusivamente por interesse da administração municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, por mais 60 meses", e CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIROS DO REAJUSTAMENTO o valor apresentado pelo proponente poderá ser reajustado anualmente, quando do comum acordo entre as partes, não ultrapassando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado dos últimos 12 meses". E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 26 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	SOCIEDADE BENFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA CNPJ nº. 85.197.077/0001-56 Representante Legal
--	--

GILBERTO JOSE MIORANDO  
Assessoria Jurídica

## Testemunhas

SILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER  
CPF: 033.100.669-32

**12/2016 FMS SEGUNTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27/2015 FMS**

12-2016 FMS SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2015 FMS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, com sede na Av. Alcides Antonio D'Agostini, nº. 80, sala 02, Bairro Industrial, na cidade de Maravilha – SC inscrita no CNPJ/MF nº. 08.732.272/0001-98 neste ato representado pelo Sra. Juleide Inês D'agostini portadora do CPF nº. 589.785.859-49, RG 2.030.718, residente e domiciliada no Município de Maravilha/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato 27/2015 FMS, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 05/2015 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 27/2015 FMS, prolongando-o até 31 de dezembro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

**JUSTIFICATIVA:** Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato 56/2015 de acordo com a "CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO contratação de empresa especializada na coleta de lixo Hospitalar/Ambulatorial, conforme descrição do item abaixo, para o exercício de 2016, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado por único e exclusivo, interesse da administração municipal por até 48 meses, corrigindo-se os valores, ao final de doze meses, pelo INPC médio acumulado dos últimos 12 meses".

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 26 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA CNPJ nº. 08.732.272/0001-98 Representante Legal
--	--

GILBERTO JOSE MIORANDO  
Assessoria Jurídica

## Testemunhas

SILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER  
CPF: 033.100.669-32

**49/2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2015**

49-2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2015.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi, 340, sala: 04, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 05.245.502/0001-04 inscrição Estadual N.º 254.436.722 neste ato representado por seu sócio gerente Sr. PATRICK CANTON, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Maravilha, inscrito no CPF 023.318.399-05, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato 56/2015, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 46/2015, pelas seguintes cláusulas que seguem:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 56/2015, prolongando-o até 31 de dezembro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato 56/2015 de acordo com a "CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO contratação de empresa especializada para instalação e manutenção de uma rede de dados com sinal e acesso a rede mundial de computadores (Internet), baseada em cabeamento de fibra óptica, conforme descrição do item abaixo, para o exercício de 2016, com vigência da assinatura do contrato até 31/12/2016, podendo ser renovado, por único e exclusivo interesse da administração municipal, por até 48 meses, sendo corrigido ao final de cada ano pelo INPC médio acumulado".

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 26 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI CNPJ nº. 05.245.502/0001-04 Representante Legal
--	---

GILBERTO JOSE MIORANDO  
Assessoria Jurídica

Testemunhas

SILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER  
CPF: 033.100.669-32

### 50/2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2016

50-2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa RADIO DIFUSORA MARAVILHA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 82.943.655/0001-68, estabelecida na Av. Sete de Setembro, 341, centro, na cidade de Maravilha, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor o Sr. Julmir Vicari, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Maravilha – SC, inscrito no CPF sob nº. 141.906.139-91 e RG sob nº. 696.726, residente e domiciliado no município de Maravilha/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato 20/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 31/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 20/2016, prolongando-o até 31 de dezembro de 2017, aplicando-se o INPC médio acumulado dos últimos 12 meses, o qual confere um reajuste na ordem de 7,38% sobre os valores aplicados no objeto, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os novos valores estarão distribuídos da seguinte forma:

Item	Quant	Und	Descrição	R\$ unitário	R\$ total
01	12	Mês	Serviços de Produção e Apresentação por Radiodifusão de um programa semanal com duração de 20/30 minutos aos sábados, no horário compreendido entre as 11hs:00min às 12hs:30min, para divulgação de avisos, comunicados, atos Oficiais e matéria de interesse do Município (Informativo), além da produção e apresentação de 08 (oito) inserções diárias de 30 segundos, de segunda a sexta feira, divulgando assuntos de interesse da Administração Municipal. A apresentação dar-se-á por radiodifusão sonora – AM ou FM com cobertura no Município de São Miguel da Boa Vista/SC.	1.278,00	15.336,00

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato 20/2016 de acordo com a "CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Serviços de produção e apresentação por radiodifusão de 01 programa semanal para divulgação de atos oficiais do Município, para o período da assinatura do contrato até dia 31 de dezembro de 2016, podendo por decisão exclusiva do licitante ser renovada por até 60(sessenta) meses, com reajuste anual, no mês de janeiro de cada ano pela média acumulada nos últimos 12 (doze) meses do INPC ou outro índice que vier substituí-lo".

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	RADIO DIFUSORA MARAVILHA LTDA CNPJ nº. 82.943.655/0001-68 Representante Legal
--	---

GILBERTO JOSE MIORANDO  
Assessoria Jurídica

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI  
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER  
CPF: 033.100.669-32

### 51/2016 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2016

51/2016 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, estabelecida na Avenida Araucária, nº596, Centro, CEP 89879-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 80.095.466/0001-57, inscrição estadual sob o nº251.591.867, neste ato representado pelo Sr. LENOIR JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua José de Anchieta, nº 345, apartamento 501, Centro, CEP 89879-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 477.440.909-00 e RG 1.381.281, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar/suprimir o valor do contrato 37/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 49/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar o valor do contrato administrativo 37/2016, para menos/mais alguns itens, conforme boletim de medição da AMERIOS baseado no orçamento da obra, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Dreno

3.7 Camada vertical Drenante com pedra Britada nº 01 e 02: 11,03m² x 100,40(Valor da Empresa na Licitação)= R\$ 1.107,41 (Supressão);

3.8 Manta geotextil BIDIM:110,31m²x6,28R\$(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 692,74 (Supressão);

3.9 Tubo de PVC DN 75 mm, para rede de água: 58,00mx18,56(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 1.076,48 (Supressão);

3.10 Meio tubo de concreto Simples d= 30cm + assentamento: 110,00mx10,03R\$(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 1.103,30 (Supressão);

Para os mourões estavam previstos em orçamento a recolocação de 37,00 unidade existentes e 5 novas, porém as mesmas apresentavam danificadas, optando pela execução das novas, ocasionando na adição de mourões novos e na supressão de pedreiro e auxiliar em 50% (50% restante para instalação de tela metálica) destinados para relocações dos mourões.

Cerca metálica

3.11 Mourão de concreto curvo 10x10cm, H=2,60m + curva de 0,40m:37,00und x 36,37R\$(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 1.345,69 (Adição);

3.13 Pedreiro - recolocação dos mourões de concreto e tela metálica : 16,00h x 16,38R\$(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 262,08 (Supressão);

3.14 Auxiliar de pedreiro - recolocação dos mourões de concreto e tela metálica: 16,00h x 11,92R\$(Valor da Empresa na Licitação) = R\$ 190,72 (Supressão);

TOTAL GERAL

SUPRESSÃO: R\$ 4.432,73 ADIÇÃO: R\$ 1.345,69

Obs. A supressão é descontada em planilha original.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do valor da obra em virtude da alteração no projeto inicial, conforme planilha de aditivo calculada pela AMERIO, portanto foi necessário firmar o presente aditivo de supressão para legalidade do ato.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 28 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER  
Prefeito Municipal em exercício

CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA  
CNPJ nº. 80.095.466/0001-57  
Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO  
Assessoria Jurídica

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI  
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER  
CPF: 033.100.669-32

**ATA FINAL DO RESULTADO DO LEILÃO 03/2016, PROCESSO 63/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

CNPJ 80.912.124/0001-82

RUA SÃO LUIZ, 210 – CENTRO

CEP 89.879-000

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – SC

OBJETO DA LICITAÇÃO 63/2016.

(LEILÃO) 03/2016

Tem por objeto o presente Edital, o LEILÃO de bens desgastados inservível ou em desuso do Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina pela melhor oferta, conforme consta na Lei Ordinária Municipal e no edital 63/2016.

Ata de reunião de julgamento/lances número 01/2016.

Leilão Público n.º 03/2016.

Processo Licitatório 63/2016.

As oito horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta e um do mês de março de dois mil e dezesseis nas dependências do Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os membros da comissão Permanente de Licitações nomeadas pelo Decreto Municipal N.º 93/2016, lei ordinária 1027/2016 e o Leiloeira Oficial Taciane Cristina Morchbacher, nomeado pelo Decreto N.º 025/2016, que dá início a alienação verbal pelo MAIOR LANCE.

Iniciando os trabalhos primeiramente onde os interessados se cadastraram apresentando documentação de identificação assinando o termo de vistoria do bem ora em questão, passando os interessados arrematantes apresentar valor caução de 10% de cada item que pretende arrematar. Em seguida em ordem deu-se inicio a etapa de lances por item conforme segue:

LOTE 01

Nº PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MINIMO DO LOTE R\$
72	MONITOR BENQ GL950	200,00
46	ESTABILIZADOR ADF TRONIC LINHA STYLE BRANCO 1000	
134	LAVA JATO JACTO CLEAN J7000 STOP TOTAL	
127	ESTABILIZADOR MICROSOL 50L 1000/400	
95	NOBREAK NHS MINI II	
568	LAVA JATO BLACK E DECKER PW1400-B2	
561	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
564	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
565	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
559	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
563	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
558	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
574	BOTIJAO PARA SEMEN 20 LITROS MVE MILLENIUM 2000 XC 20	
231	ESTABILIZADOR NHS ACTIVE	
1986	MAQUINA FOTOGRAFICA CYBER SHOT SONY 4.1 MEGAPIXELS MPEG MOVIE VX	
47	NOBREAK NHS MINI E ESTENDIDO PRETO EXT	
101	NOBREAK ADF TRONIK	
233	IMPRESSORA HP DESKJET F4480	
191	MESA EM MADEIRA CEREJEIRA 3 GAVETAS 2X0,80 (RUIM)	
228	MESA EM MADEIRA 6 GAVETAS 2,00X0,60 ANTIGA	
32	MESA PARA COMPUTADOR EM FORMICA COM SUPORTE PARA TECLADO BRANCA	
152	APARELHO DE SOM POWERPACK EXSD-26	
611	MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX4200	
723	BEBEDOURO BELLIERE PSP 402 AD	
699	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA	
700	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA	
237	ESTABILIZADOR NHS ACTIVE	
165	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE COM APOIO PARA LIVROS	
2045	COMPUTADOR PRETO (DESUSO)	
1860	SUPORTE FIXO PARA SORO COM 4 GANCHOS	
2229	BALANÇA ANALOGICA FILIZOLA COM MEDIDOR QUEBRADO	
734	BALANÇA ANALOGICA COM MEDIDOR DE ALTURA	
735	AQUECEDOR ECO 4200W	
726	ENCERADEIRA ARNO	
625	ENCERADEIRA ARNO BRILIUM BORDO	
617	MONITOR CRT NOVA DATA 14''	
614	MONITOR SAMSUNG SYNCMASTER 550V 15'' CRT	



613	MONITOR SAMSUNG SYNCMASTER 753 V 15'' CRT	
606	ARMARIO AEREO 4 PORTAS VERMELHO MADEIRA (PESSIMO)	
742	MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI LINEA 98	
756	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA QUEBRADA	
768	CADEIRA FIXA EM COURVIN PRETA SEM BRAÇO	
616	FOGAO DAKO AZUL 4 BOCAS, AZUL	
1906	CAMA MACA EM FERRO COM RODAS ESTOFADO EM CORVIN PRETO	
619	BEBEDOURO AIGUILLE MASTER HIT	
722	CADEIRA FIXA ESTOFADA CORVIN PRETO	
626	ESTUFA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM OLIDE CZ	
725	FOGAO VENAX AZUL 2 BOCAS COM PES FIXO	
624	MESA GINECOLOGICA EM FERRO FIXA	
769	CADEIRA FIXA EM COURVIN PRETA SEM BRAÇO	
766	MACA DE FERRO COM COLCHAO EM COURVIN PRETO	
627	LAVA JATO STIHL RE 800 km	
622	MESA AUXILIAR DENTISTA DABI ATLANTE	
607	BALCAO EM MDF 3 PORTAS 4 GAVETAS (QUEBRADAS PESSIMO)	
612	AR CONDICIONADO PARA JANELA CONSUL AIR MASTER 7500	
609	ESTABILIZADOR ADF TRONIK 600 VA	
732	ESTABILIZADOR PHOENIX 1KVA	
729	NOBREAK SMS PREMIUM 2	
608	BALCAO PIA SEM TAMPO 2 GAVETAS 3 PORTAS EM COMPENSADO E MDF	
759	SUPORTE PARA APOIO	
621	AUTO CLAVE AHMC5 SERCON	
618	BEBEDOURO JUNGES 2 TORNEIRAS	
615	BEBEDOURO BELLIERE PSP402 AB	
610	ESTUFA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM ODONTOBRAS	
770	CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE EM TECIDO COM BRAÇO	
724	LAVA ROUPA FLORENÇA	
2207	BANDEJA AUXILIAR EM FERRO COM RODAS	
2251	APARELHO DE DVD PHILIPS DVP 3350 (DESUSO)	
2252	APARELHO RECEPTOR DE PARABOLICA BEDIN SAT	
2253	APARELHO DE VIDEO CASSETE PHILCO, 7 CABEÇAS	
2009	AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE 21	
1229	ESTABILIZADOR MICORSOL PRETO	
767	CADEIRA FIXA EM COURVIN PRETA SEM BRAÇO	
2247	FOCO DE LUZ FIXO EM FERRO	
2263	HANDLE WITH CARE MVE MILLENIUM 2000 (BOTIJAO DE NITROGENIO)	
743	CADEIRA ODONTOLOGICA COM BRAÇO DE LUMINARIA	
670	LONGARINA 3 LUGARES ESTOFADA VELHA EM TECIDO	
206	MONITOR LG W19 4355	
739	VENTILADOR COOLAIR SYSTEM 40 (QUEBRADO)	
738	CAFETEIRA BRITANIA THERMO 36	
1715	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
758	CADEIRA FIXA EM COURVIN PRETO SEM BRAÇO	
650	CADEIRA FIXA EM COURVIN PRETO RUIM	
772	MACA DE FERRO PARA AMBULANCIA	
762	BALCAO PIA SEM TAMPO 2 PORTAS 4 GAVETAS BRANCO	
763	BALCAO PIA COM TAMPO 2 PORTAS 3 GAVETAS AZUL	
1657	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
1720	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
1656	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
669	BANCO LONGARINA 3 LUGARES EM COURVIN PRETO VELHO	
775	MESA PARA ESCRITORIO (QUEBRADA, PESSIMA)	
764	MESA PARA ESCRITORIO 4 GAVETAS EM MADEIRA	
765	MESA PARA ESCRITORIO 6 GAVETAS EM MADEIRA	
551	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO SEM BRAÇO	
1280	GUILHOTINA DE FERRO MENNO GPM 297	
776	MESA PARA REFEITORIO COM BANCOS FIXOS	
1926	CLIMATIZADOR ELECTROLUX 12.000 BTUS	
65	CLIMATIZADOR ELECTROLUX 9.000 BTUS	
807	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
2000	PIA PARA BANHEIRO 2 PORTAS E 1 GAVETA	
104	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA	



238	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
674	CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE TECIDO AZUL COM BRAÇO QUEBRADO	
651	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM BRAÇO RUIM	
1763	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
859	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
2030	NEBULIZADOR INALAFREE PLUS AMHO	
2031	NEBULIZADOR G-TECH PLUS 1	
2028	NEBULIZADOR NEVONI ONIC 13013	
2032	MICRO ASPIRADOR NEVONI 5005	
1760	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
1638	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	
801	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
806	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
799	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
798	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
864	MIMEOGRAFO	
1664	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
1757	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
787	CADEIRA GIRATORIA SEM BRAÇO (QUEBRADA)	
780	CADEIRA INFANTIL ESTILO COLONIAL	
797	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
796	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
811	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
784	CADEIRA PRESIDENTE TECIDO COM BRAÇO (QUEBRADO)	
789	CADEIRA GIRATORIA SEM BRAÇO (QUEBRADA)	
786	CADEIRA GIRATORIA SEM BRAÇO (QUEBRADA)	
788	CADEIRA GIRATORIA SEM BRAÇO (QUEBRADA)	
785	CADEIRA GIRATORIA SEM BRAÇO (QUEBRADA)	
795	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
794	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
782	CADEIRA PRESIDENTE TECIDO COM BRAÇO (QUEBRADO)	
777	CADEIRA INFANTIL ESTILO COLONIAL	
778	CADEIRA INFANTIL ESTILO COLONIAL	
779	CADEIRA INFANTIL ESTILO COLONIAL	
781	CADEIRA INFANTIL ESTILO COLONIAL	
1688	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	
810	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
793	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
809	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
792	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
836	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
845	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
844	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
835	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
834	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
837	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
816	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
833	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
808	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
805	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
791	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
790	CADEIRA FIXA EM COURVIN COM BRAÇO	
832	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
803	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
804	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
802	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
826	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
823	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
843	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
842	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
831	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
815	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
814	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
828	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	

827	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
822	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
821	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
820	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
830	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
829	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
871	AUTOCLAVE OLIDF CZ	
813	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
812	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
841	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
840	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
839	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
825	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
852	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
838	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
851	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
850	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
824	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
819	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
818	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
817	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
849	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
848	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
847	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
846	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
783	CADEIRA PRESIDENTE TECIDO COM BRAÇO (QUEBRADO)	
857	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
858	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
860	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
856	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
855	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
854	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
853	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
2022	BALCAO PIA EM MDF COM AEREO 5 PORTAS E 3 GAVETAS BRANCO	
872	CADEIRA ODONTOLOGICA EQUIPO SUPER IV	
862	BALANÇA PEDIATRICA FILIZOLE 15KG	
863	CADEIRA GIRATORIA EM CORVIN COM REGULAGEM DE ALTURA	
869	MACA GINECOLOGICA DE FERRO ANTIGA	
1762	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
682	MESA PARA ESCRITORIO 3 GAVETAS EM MADEIRA QUEBRADA	
1755	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
1765	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
999	COMPUTADOR VELHO EM DESUSO	
673	CADEIRA GIRATORIA DIRETOR TECIDO COM BRAÇO QUEBRADO	
1759	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
1758	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
628	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL COM BRAÇO QUEBRADA	
638	CADEIRA PRESIDENTE GIRATORIA EM TECID AZUL COM BRAÇO	
631	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO SEM BRAÇO	
1765	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
676	CADEIRA FIXA DIRETOR TECIDO COM BRAÇO	
632	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO MARROM COM BRAÇO	
128	GELADEIRA PROSDOCIMO R26	
1902	AR CONDICIONADO ELECTROLUX 7.500 BTUS DE JANELA	
2246	MESA DE MEDIÇÃO	
672	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA TECIDO AZUL	
639	MESA EM MADEIRA PARA ESCRITORIO 6 GAVETAS	
637	MESA EM MADEIRA 2 GAVETAS	
634	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA	
633	MACA DE FERRO COM COLCHAO EM COURVIN PRETO	
583	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	
590	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA (RUIM)	
592	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA (RUIM)	
591	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA (RUIM)	

623	VENTILADOR FAET DE COLUNA 3 VELOCIDADES 1,60 METROS	
89	ARMARIO DE MADEIRA 3 PORTAS	
1803	COMPUTADOR SATELITTE CINZA	
1804	COMPUTADOR POSITIVO	
1138	COMPUTADOR EM DESUSO	
1245	COMPUTADOR EM DESUSO (GABINETE)	
1791	COMPUTADOR PRETO INTEL CORE 2DUO	
1244	COMPUTADOR EM DESUSO (GABINETE)	
1139	COMPUTADOR EM DESUSO (SEM ETIQUETA ANTIGA)	
1129	MONITOR LG 17'' T710SH	
1240	MONITOR PROVIEW 15'' CRT (DESUSO)	
1793	IMPRESSORA	
1792	MONITOR PROVIEW CRT 14''	
1242	MONITOR POSITIVO 14'' CRT (DESUSO)	
1246	IMPRESSORA LEXMARK E120 (DESUSO)	
1798	ESTABILIZADOR SMS 500VA EVOLUTION II	
1794	ESTABILIZADOR NHS PRETO 500VR ACTIVE +	
1795	ESTABILIZADOR NHS PRETO 500VR ACTIVE +	
1796	ESTABILIZADOR NHS PRETO 500VR ACTIVE +	
1797	ESTABILIZADOR SMS 500VA ACTIVE II	
1799	ESTABILIZADOR SMS 500VA EVOLUTION IV	
1235	ESTABILIZADOR MICROSOL BRANCO	
1917	APARELHO RAOX PROCION IONX10 (DESUSO)	
1892	NEGATOSCOPIO 0,50X0,75	
1846	LONGARINA 2 PES EM FERRO ESTOFADA EM COURVIN AZUL PISCINA	
106	CENTRAL DE ALARME COMPLETA COM SENSORES, SIRENE, CONTROLE E CABO PARA INSTALAÇÃO.	
2133	MONITOR LG 15'' 730SH CRT	
1838	CADEIRA PRESIDENTE FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL COM BRAÇOS	
1974	MESA PARA ESCRITORIO EM MDF 1,30X0, 70 3 GAVETAS SEM CHAVE	
2132	COMPUTADOR INTEL PENTIUM 4 3.2GHZ 1GB RAM 40HD	
2067	AR CONDICIONADO ELECTROLUX 7.500 BTUS DE JANELA	
737	NOBREAK NB 100 PH PHOENIX	
741	NEGATOSCOPIO	
800	CADEIRA FIXA EM COURVIN SEM BRAÇO	
861	MACA EM FERRO PARA AMBULANCIA	
866	MIMEOGRAFO	
870	RAIO-X ODONTOLOGICO	

Arrematante	Nome do Participante	Lance	Situação
01	DIEISON JULIO MULLER	200,00	INTERESSADO
02	ANDREATO ANDERSON GARMATZ	230,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	250,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	350,00	INTERESSADO
02	ANDREATO ANDERSON GARMATZ	400,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	500,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	600,00	INTERESSADO
02	ANDREATO ANDERSON GARMATZ	650,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	680,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	700,00	INTERESSADO
02	ANDREATO ANDERSON GARMATZ	720,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	750,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	800,00	INTERESSADO
02	ANDREATO ANDERSON GARMATZ		DESISTIU
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	850,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	900,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	950,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	1.000,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	1.050,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	1.100,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	1.150,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	1.190,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	1.200,00	INTERESSADO
01	DIEISON JULIO MULLER	1.250,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	1.280,00	INTERESSADO

01	DIEISON JULIO MULLER	1.290,00	INTERESSADO
03	GIRLEI SCHMAEDECKE	1.300,00	VENCEU
01	DIEISON JULIO MULLER		DESISTIU

O arrematante GIRLEI SCHMAEDECKE, inscrito no CPF: 041.581.899-00, RG: 4.897.277, declarou que não possui condições de oferecer lance maior ao ultimo lance apresentado. O leiloeiro, face essa manifestação, também por entender que o valor ofertado na rodada de lances é vantajoso para o município, declara vencedor do lote 01 o arrematante GIRLEI SCHMAEDECKE pelo valor de R\$ 1.300,00, o qual será feito depósito do valor na Conta Corrente indicado pelo Município de São Miguel da Boa Vista.

LOTE 02  
Nº PATRIMONIO  
DESCRIÇÃO DO OBJETO  
VALOR MINIMO DO LOTE R\$

718  
ONIBUS MERCEDES BENZ/ OF 1315, 1992/1992, BRANCA, PLACA LZV-6256.  
12.000,00

Arrematante  
Nome do Participante  
Lance  
Situação

01  
LEVIR ANTONIO CHARNOSKI  
12.000,00  
VENCEU

O arrematante LEVIR ANTONIO CHARNOSKI, inscrito no CPF: 173.310.108-08, RG: 2.523.297, declarou que não possui condições de oferecer lance maior ao ultimo lance apresentado. O leiloeiro, face essa manifestação, também por entender que o valor ofertado na rodada de lances é vantajoso para o município, declara vencedor do lote 02 o arrematante LEVIR ANTONIO CHARNOSKI pelo valor de R\$ 12.000,00, o qual será feito depósito do valor na Conta Corrente indicado pelo Município de São Miguel da Boa Vista. Não havendo outros lances, não havendo mais presentes, o leiloeiro determinou a alienação do ONIBUS MERCEDES BENZ/ OF 1315, 1992/1992, BRANCA, PLACA LZV-6256, patrimônio 718, referente ao lote 02, arrematado pelo valor de R\$ 12.000,00, pelo Sr. LEVIR ANTONIO CHARNOSKI, inscrito no CPF: 173.310.108-08, RG 2.523.297, e o lote 01 mobiliário e equipamentos em desuso arrematado pelo valor de R\$ 1.300,00 pelo Sr. GIRLEI SCHMAEDECKE, inscrito no CPF: 041.581.899-00, RG: 4.897.277.

Findo o processo de alienação (Processo Licitatório n.º 63/2016/ Leilão nº. 03/2016) encerrou-se a presente reunião, determinando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes e pelo Leiloeiro Oficial e depois será encaminhada ao Prefeito Municipal para os devidos fins e efeitos legais.

Fica determinado prazo de 10(dez) dias corridos para pagamento em dinheiro e, no caso de pagamento com cheque, o prazo será de até 72 horas para comprovação do depósito do valor (Liberado), correspondido a cada arremate, caso a operação não seja concluída o arrematante não terá o valor da caução devolvido, sendo que este valor será revertido aos cofres públicos do Município.

Taciane Cristina Morchbacher  
Pregoeiro

Altair Vanderlei Cassol	Luzia Bogler	Andréa Regina Bonfanti
-------------------------	--------------	------------------------

Ata de reunião de julgamento/lances nº. 63/2016.  
Leilão Público n.º 03/2016.

## EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 44/2016

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2016.  
Modalidade: Dispensa de Licitação

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para realizar serviços profissionais em engenharia sanitária e ambiental, para o Município de São Miguel da Boa Vista/ SC o Sr. WILLIAM DILL ARENHARDT, CREA/SC 117981-7, no valor de total de R\$ 2.850,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.  
VALMIR CESAR SCHROTER  
Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 46/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2016.

Modalidade: Dispensa de Licitação

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para fornecimento de camisetas para o programa do PROERD, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa TRANÇA DE PANO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES, CNPJ 25.017.188/0001-01, no valor de total de R\$ 840,00,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 47/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2016.

Modalidade: Dispensa de Licitação

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para fornecimento de peças e serviços no período de garantia, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA, CNPJ 92.678.093/0001-26, no valor de total de R\$ 5.068,15.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 48/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para aquisição de implementos agrícolas, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 17.542.364/0001-04, no valor de total de R\$ 107.100,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 49/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2016.

Modalidade: Tomada de preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para execução de obra de muro de contenção, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa CONS-TRUTORA OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 80.095.466/0001-57, no valor de total de R\$ 68.175,48.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 50/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para aquisição de um trator de pneu, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa TLM COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 24.758.964/0001-61, no valor de total de R\$ 138.000,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 51/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/2016.

Modalidade: Dispensa de Licitação

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para aquisição de lanternas, para o Corpo de Bombeiros de Maravilha/SC a empresa SOSSUL COMERCIO E SERVIÇO SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA, CNPJ 03.928.511/0001-66, no valor de total de R\$ 2.452,20.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 52/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2016.

Modalidade: Tomada de preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para execução de obra de pavimentação asfáltica, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.257.777/0001-24, no valor de total de R\$ 126.840,40.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 56/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 56/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedores para aquisição de 02 caminhões para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC as empresas FOROESTE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 86.242.252/0001-42, no valor de total de R\$ 292.000,00, e LF CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 79.281.481/0001-00 no valor de total de R\$ 230.000,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício



**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 57/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 57/2016.

Modalidade: Tomada de preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedor para execução de obra de reforma da escola municipal, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa GILVANO GONÇALVES-ME, inscrita no CNPJ sob nº. 12.755.072/0001-28, no valor de total de R\$ 4.226,44.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 58/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para aquisição de 02 parque infantil para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº. 08.985.825/0001-14, no valor de total de R\$ 63.100,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 59/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 59/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedores para aquisição de implementos agrícolas para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC as empresas ANA CRISTINA MANJABOSCO EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 10.688.308/0001-25, no valor de total de R\$ 23.780,00, e JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 06.161.649/0001-70 no valor de total de R\$ 4.800,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO FINAL DE LICITAÇÃO 62/2016**

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2016.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para aquisição de 02 parque infantil para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC a empresa DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº. 08.985.825/0001-14, no valor de total de R\$ 44.350,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício

# Seara

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

Processo Licitatório nº 107/2016

Edital de Concorrência Pública nº. 002/2016.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h20min do dia 13/02/2017, documentação e propostas referentes à contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para pavimentação/reperfilamento asfáltico com CAUQ em 5.043,97m<sup>2</sup>, nas ruas Atílio Lazzari, Alécio José Zandoná e Jacob Canalle, neste município. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 28 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 234

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 234/2016 DE 21/12/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1050/2015 de 10/12/2015 e Decreto nº 063/2016 de 25/04/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.014,56 (Treze mil, catorze reais e cinquenta e seis centavos), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015,

Órgão: 10:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0001 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 31 ..... R\$13.014,56

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 13.014,56 (Treze mil, catorze reais e cinquenta e seis centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 063/2016 de 25/04/2016.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, retroagindo seus efeitos a partir de 19/12/2016, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### DECRETO 235

DECRETO Nº 235/2016 DE 28 DE DEZEMBRO 2016

"DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA SALETE CERIZOLLI PRIOR, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº110/1991, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o período de férias de 03/01/2017 a 01/02/2017 (30 dias) da Servidora Salete Cerizolli Prior, constante do Decreto nº 188/2016 de 26 de 2016. Considerando que a mesma encontra-se em licença Saúde, conforme Decreto nº219/2016 de 14 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 28 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 28/2016 3º AVISO DE RETIFICAÇÃO

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 28/2016  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 08/2016

O Município de Siderópolis torna público aos interessados que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a RETIFICAÇÃO DOS ITENS DESCRITOS NO ANEXO VI do Edital acima especificado, em razão de inconsistências dos valores apresentados em alguns itens. Nesse sentido, altera-se, inclusive a data de abertura do certame para o dia 11/01/2017 às 08h30min (horário de Brasília). O anexo retificado e demais arquivos, encontram-se disponíveis no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br), no link de acompanhamento da licitação. Maiores informações: (48) 99918-9817 ou [licitação@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitação@sideropolis.sc.gov.br).

Siderópolis, 28 de dezembro de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 289/2016

DECRETO N° 289/2016 DE 28/12/2016

“FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015 e Lei n° 1.072/2015 de 17 de Dezembro de 2015, Lei Orçamentária Anual.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por EXCESSO DE ARRECA-DAÇÃO no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.02.0008.244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (235)	0.1.00.001852	Investimentos – Aplic. Diretas (1852)	R\$3.100,000

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), proveniente Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2016, referente a receita estimada a menor fonte de Recurso: 1852- FEAS/Investimeto Proteção Social Básica.

RECEITA PREVISTA/ SUPLEMENTADO	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 12/2016	VALOR ARRECADADO A MAIOR ATÉ DEZEMBRO DE 2016
R\$ 0,00	Feas/Investimento/1852	R\$ 8.782,33	R\$ 8.782,33

Artigo 3o – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 28 de dezembro de 2016..

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
Contador CRC/SC 024848/O-0

### DECRETO 290/2016

DECRETO N° 0290/2016 DE 28/12/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1.072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

03.01.0028.0846.0000.1.001- Contribuição para o PASEP

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(236)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 8.000,00

03.02.0004.0123.0004.2.010- Registro dos Atos Finan. Orçamentários e Patrimoniais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(237)	0.1.00.003000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 2.000,00

## 04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(238)	0.1.00.003001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3001)	R\$ 5.000,00

## 04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(239)	0.1.00.003001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3001)	R\$ 5.000,00

## 06.01.0020.0606.0010.2.049- Assistência Técnica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(240)	0.1.00.003000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 3.000,00

## 06.03.0026.0782.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(241)	0.1.00.003000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 5.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto nº 032/2016 Fonte de Recursos 3.000.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 28 de dezembro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CRC/SC 024848/O-0

**DECRETO 291/2016**

DECRETO Nº 0291/2016 DE 28/12/2016

“FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015, Lei Orçamentária Anual.

Artigo 1o - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 35.370,00 ( trinta e cinco mil trezentos e setenta reais), nos seguintes programas, projetos e atividades e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1072/2015 de 17/12/2015 a saber:

## 05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

3.1.90.00(65)	0.1.00.001064	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1064- PAB FIXO)	R\$ 16.000,00
3.1.90.00(11)	0.1.00.001164	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1164- ACS)	R\$ 10.000,00
3.1.90.00(13)	0.1.00.001464	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1664- NASF)	R\$ 5.000,00
3.1.90.00(14)	0.1.00.001664	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1464- PMAQ)	R\$ 4.370,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o no valor R\$ 35.370,00 ( trinta e cinco mil trezentos e setenta reais), nos seguintes programas proveniente de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2016, referente a receita não prevista no Orçamento de 2016, Fontes de Recurso: 1.164-ACS/SUS/União, 1.064-PAB FIXO /SUS/União, 1.464-NASF /SUS/União e 1.664-PMAQ /SUS/União.

RECEITA PREVISTA/ SUPLEMENTADO	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 12/2016
R\$ 149.000,00	1.064-PAB FIXO /SUS/União	R\$ 165.961,11
R\$ 95.300,00	1.164-ACS /SUS/União	R\$ 105.454,80
R\$ 98.500,00	1.664- NASF/SUS/União	R\$ 104.000,00



R\$ 146.030,00

1.464-PMAQ /SUS/União

R\$ 150.400,00

Artigo 3o – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 28 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

Contador CRC/SC 024848/O-0

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 042-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 040/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 042/2016 com a empresa ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME – CNPJ: 12.572.403/0001-94, para Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Materiais e Mão de Obra para Execução do Projeto de Construção de Quadra de Volei de Areia anexo ao CEI PROINFANCIA CRIANÇA SORRISO, no valor de R\$ 29.010,60, sob o regime de menor preço por empreitada global.

TIGRINHOS/SC, em 28 de Dezembro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO 227/2016;ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL**

DECRETO Nº. 227, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

3.3.71.00.00.00.00.00.0040(41) – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0040(15) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de dezembro de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO 228/2016;ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL**

DECRETO Nº. 228, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

3.3.71.00.00.00.00.00.0101(14) – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0101(19) – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de dezembro de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **RESOLUÇÃO 10/2016**

Resolução Nº 10/2016

DETERMINA LOCAL DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO LEGISLATIVA E POSSE DOS AGENTES POLITICOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL PARA A LEGISLATURA 2017 A 2020

O Presidente da Câmara, no uso das atribuições que confere o Art. 17, VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - A Sessão Solene de Instalação Legislativa e Posse dos Agentes Políticos do Município de Timbé do Sul, eleitos em 02 de outubro de 2016 para a legislatura 2017 a 2020, realizar-se-á dia 1º de janeiro de 2017, às 17 horas, tendo como local oficial as dependências do Salão Paroquial deste Município, localizado a Rua Felipe Napolli, 44 – Centro – Timbé do Sul – SC.

Art. 2º - O referido local constitui-se no ato, sede provisória da Câmara Municipal de Vereadores, aplicando-se no que couber a legislação vigente, especialmente as normas estabelecidas pela Resolução 06/2015 – Regimento Interno da Câmara.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 28 de dezembro de 2016.  
Ver. Marlon Arcaro Panatta  
Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS Nº 37.2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

#### ATA DE JULGAMENTO

#### TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 37/2016

Às treze horas, do décimo sexto dia, do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala do setor de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para análise dos documentos do processo licitatório Tomada de Preços nº 37/2016, conforme segue:

As Propostas de Preços apresentadas pelas empresas são as seguintes:

ITENS	Acordar Treinamentos LTDA EPP		BF Consultoria, Assessoria e Financiamento LTDA EPP		Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA EPP	
	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
ITEM 1.1	72.395,00	144.790,00	52.661,99	105.323,99	56.305,00	112.610,00
ITEM 1.2	72.395,00		52.661,99		56.305,00	

Do parecer apresentado pela Secretária de Assistência Social, conforme solicitado na ata anterior, todas as empresas apresentaram Atestado de capacidade Técnica, Declaração de Disponibilização de profissionais e Certificados de conclusão de cursos, e obtiveram a seguinte pontuação, conforme item 9.1.5, do edital:

DOCUMENTOS APRESENTADOS	Acordar Treinamentos LTDA EPP	BF Consultoria, Assessoria e Financiamento LTDA EPP	Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA EPP
Prova de aptidão (capacitação técnico operacional), por meio de atestados de capacidade técnica; fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, expedido em nome da pessoa jurídica licitante, - com características similares e compatíveis com o objeto desta licitação-demonstrando a execução de serviços, o período de execução, mencionando data de início e de término, e cópia do contrato do serviço.	15 pontos	07 pontos	15 pontos
Declaração de disponibilidade de profissionais em período integral, inclusive no período noturno e durante os finais de semana, para o desenvolvimento das atividades.	10 pontos	10 pontos	10 pontos
Certificados de conclusão de cursos e respectiva inscrição junto aos respectivos conselhos nas áreas de Assistência Social e Psicologia dos profissionais que atuarão no projeto: -Assistente Social (graduação em Serviço Social e inscrição no CRESS); Psicólogo (graduação em Psicologia e registro no CRP); Técnico Administrativo (ensino médio completo)	09 pontos	09 pontos	11 pontos
TOTAL GERAL	34 pontos	26 pontos	36 pontos

Desta forma, aplicando-se o cálculo constante no item 9.2.1, do edital, conforme demonstrativo em anexo, as empresas obtiveram as seguintes Notas de Classificação:

EMPRESA	NOTA DE CLASSIFICAÇÃO
Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA EPP	97,00
BF Consultoria, Assessoria e Financiamento LTDA EPP	86,00
Acordar Treinamentos LTDA EPP	83,50

Diante do exposto, declara-se vencedora a empresa Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA EPP, no valor total de R\$ 112.610,00 (cento e doze mil e seiscentos e dez reais).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta ata de julgamento para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER		
Presidente		
LOURDES MOSER		
Membro		
Barbara Luiza Poffo de Azevedo Membro		

**EXTRATO CONTRATO 2016.174 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/174

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Dany & Rafa Promoções e Eventos Ltda.

OBJETO: Apresentação artística/show (MUSICAL) da dupla "DANY E RAFA", sob a responsabilidade e representação exclusiva da CONTRATADA, acompanhado de todos os músicos e demais componentes da equipe (inclusive de natureza técnica e de produção), junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul, no evento cultural da FUNDAÇÃO - Programação do Natal Mais Encantado 2016. Esta apresentação artística/show deverá acontecer obrigatoriamente na data de 21 de dezembro de 2016, com horário de início previsto para as 18:00 hs, com no mínimo 60 (sessenta) minutos e no máximo 105 (cento e cinco) minutos de duração.

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO CONTRATO 2016.180 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/180

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Mani Som E Luz Ltda.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA à FUNDAÇÃO, do(s) serviço(s) de sonorização para o show nacional, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 02 (abaixo) do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado – Termo de Referência) do Edital, para o show nacional constante da programação do Natal Mais Encantado que se realizará em 21/12/2016 junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, Rua Julius Scheidemantel, s/nº – Centro, Timbó/SC e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 28/2016.

VALOR: R\$ 12.450,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO CONTRATO 2016.182 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/182

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Weber Segurança Ltda Me.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços de Agente de Segurança não Armada para o Natal Mais Encantado, contemplando o Show Nacional e Réveillon 2016, ESPECIFICAMENTE nos dias 21/12/2016 e 31/12/2016, junto ao Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul" e demais dependências, correspondente ao item 01, tudo de conformidade com as planilhas de trabalhos e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 27/2016.

VALOR: R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais).



PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.  
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 2016.004 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/004  
CONTRATANTE: Município de Timbó.  
CONTRATADO: Postmix Soluções Gráficas.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017.  
DATA DA ASSINATURA: 08/12/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretaria da Fazenda e Administração

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2016.001 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/001  
CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Segville Vigilância Patrimonial Eireli - Epp.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do Município de Timbó e sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

PRAZO: prorrogado até 31/12/2017.

REAJUSTE: Correspondente ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) — novembro/2016 a contar de 01/01/2017.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2015.

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2016.002 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/002

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONTRATADO: Segville Vigilância Patrimonial Eireli - Epp.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do Município de Timbó e sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

PRAZO: prorrogado até 31/12/2017.

REAJUSTE: Correspondente ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) — novembro/2016 a contar de 01/01/2017.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2015.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente SAMAE

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.068 - SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/068

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: DRJ Radiocomunicações LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2016.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 69 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ouro Preto Mineração Ltda; Concrerio Materiais de Construção Ltda; Dragão Industria e Comercio Ltda Me; Kosmos Materiais de Construção Ltda Epp; Pedra Forte Transportes e Comercio de Pedras em Geral Ltda - Me; Agremix Comercio de Agregados Ltda; Concrerio Artefatos de Cimento Ltda Me; Pedreira Vale do Selke Ltda; Ivo Mariano Nones Me; Ervin Schmidt & Filhos Ltda Epp; Fistarol Prestadora de Serviços Eireli - Me; 3a Materiais de Construção Eireli - Epp e Pavsul Asfaltos e Pavimentações Ltda – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.859.589,20 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/09/2017

Timbó, 28/09/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Jrd – A Construtora Ltda Me - CNPJ sob o nº 05.978.834/0001-90.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 033/2016, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 28 de fevereiro de 2017, prazo máximo para a execução, entrega da obra e realização dos pagamentos.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de dezembro de 2016.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 100/2016

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2016

Termo Aditivo nº 100/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Rocha Empreendimentos Ltda - CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 032/2016, incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços, constantes na planilha elaborada pelo Setor e Engenharia da Prefeitura Municipal, anexos inseparáveis deste instrumento de aditivo.

Valor: R\$ 37.141,54 (trinta e sete mil e cento e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de dezembro de 2016.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 101/2016

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2016

Termo Aditivo nº 101/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Jrd – A Construtora Ltda Me - CNPJ sob o nº 05.978.834/0001-90.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 033/2016, incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços, constantes na planilha elaborada pelo Setor e Engenharia da Prefeitura Municipal, anexos inseparáveis deste instrumento de aditivo.

Valor: R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de dezembro de 2016.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 102/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2016

Termo Aditivo nº 102/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Fundação Hospitalar de Três Barras - CNPJ sob o nº 83.627.596/0001-81.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Termo Aditivo nº 003/2016, prorrogando o prazo do Convênio pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 01 de Janeiro de 2017, encerrando em 31 de Janeiro de 2017.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de dezembro de 2016.

### PORTARIA Nº. 837 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 837 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor ADAO FERNANDES MAIA, matrícula 1333.05, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Urbanismo e Limpeza deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

### PORTARIA Nº. 838 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 838 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor MARCOS PAULO RAFALSKI, matrícula 665487.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de CHEFE SETOR ASSE JURIDICO – PC 07-A. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 839 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 839 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor JOAO AMARILDO PADILHA, matrícula 174335.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 840 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 840 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROSELI DE FATIMA SOARES DE LIMA, matrícula 151246.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 841 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 841 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor MARCOS AURELIO BUDANT, matrícula 5371.12, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura,

cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 842 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 842 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, IVANIRA DOS SANTOS, matrícula 188522.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 843 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 843 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LUCIMARA APARECIDA R PORTES CORTELLINI, matrícula 7692.04, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de NUTRICIONISTA, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 844 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 844 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de realização de ato administrativo para a nomeação de servidores a cargos comissionados;

Considerando a necessidade de inserção deste ato, mesmo com data retroativa, junto ao Cadastro dos Servidores no Sistema IPM (Recursos Humanos);

RESOLVE:

DISPENSAR, o servidor, WILSON DE OLIVEIRA ROSA, matrícula 101370.07, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 001/2013, cargo de Condutor de Veículos e Máquinas, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 845 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 845 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de realização de ato administrativo para a nomeação de servidores a cargos comissionados;

Considerando a necessidade de inserção deste ato, mesmo com data retroativa, junto ao Cadastro dos Servidores no Sistema IPM (Recursos Humanos);

RESOLVE:

DISPENSAR, a servidora, JACIANE APARECIDA DOS SANTOS PACHECO, matrícula 163899.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 846 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 846 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de realização de ato administrativo para a nomeação de servidores a cargos comissionados;

Considerando a necessidade de inserção deste ato, mesmo com data retroativa, junto ao Cadastro dos Servidores no Sistema IPM (Recursos Humanos);

RESOLVE:

DISPENSAR, a servidora, KARINE ELAINE WENDT, matrícula 154512.06, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

**PORTARIA Nº. 852 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 852 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor ALECSANDRO DE OLIVEIRA, matrícula 670634.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI

Ouvidor

**PORTARIA Nº. 853 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 853 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, matrícula 113433.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal



Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 854 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 854 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ARI SOARES DE LIMA, matrícula 171131.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 855 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 855 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, BENEDITO DE LARA FERREIRA, matrícula 158003.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 856 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 856 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor CAIO NATALINO VILCHER, matrícula 670596.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 857 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 857 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORREA, matrícula 83224.10, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 858 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 858 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, GENIL WAINAROSKI, matrícula 147630.03, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 859 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 859 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora IRACEMA NUNES FERREIRA, matrícula 160733.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 860 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 860 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor IRINEU JASCUF, matrícula 4103.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 861 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 861 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora JESSICA MONALIZA PEREIRA, matrícula 161284.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA – PC 07. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 862 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 862 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, JOAO JOUBER MARIA BADAZ, matrícula 163635.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 863 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 863 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora KETLIN DA SILVA MIJIESKI, matrícula 664472.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 864 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 864 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, LUIZ LERI DE SOUZA, matrícula 171433.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 865 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 865 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora LUZIELE CAROLINE DOS SANTOS, matrícula 652172.05, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA – PC 07. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 866 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 866 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARIZETE DO CARMO WALTER matrícula 83208.16, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

#### **PORTARIA Nº. 867 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 867 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, RUBENS ROSA DOS SANTOS, matrícula 171689.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 868 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 868 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora THALITA JASCUF, matrícula 179329.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 869 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 869 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

REVOGA a portaria nº 735/2016, mantendo-se a portaria nº 726/2016 em vigor.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

**PORTARIA Nº. 870 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 870 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARLI DE JESUS BIAR, matrícula 108065.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA – PC 07. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI  
Ouvidor

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO FMS 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 018/2016 FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ULICELY COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 13/12/2016 Término: 13/12/2017  
Licitação ..... : Pregão Presencial Nº.: 34/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, TROCA E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO.  
Trombudo Central, 28 de dezembro de 2016.

### ATA DE REGISTRO PMTC 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 027/2016  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ULICELY COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 13/12/2016 Término: 13/12/2017  
Licitação ..... : Pregão presencial nº.: 66/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, TROCA E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DAS FROTAS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO E CORPO DE BOMBEIROS.  
Trombudo Central, 28 de dezembro de 2016.

### CONTRATO FMS 017/2016

Contrato Nº.: 017/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: FABIANO HEUSSER & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 9.309,50 (nove mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO MJG 2705 DA SECRETARIA DE SAUDE.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### CONTRATO FMS 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 018/2016 - Contrato Nº: 018/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS PARA GESTÃO PUBLICA, PARA AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES E DEMAIS AREAS DESCRITAS NO EDITAL.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### CONTRATO FMS 019/2016

Aditivo Nº ..... : 019/2016 - Contrato Nº: 024/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015  
Objeto ..... : LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DO(S) APLICATIVOS(S) DE TESOUREARIA COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE DESKTOP, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL CONFORME DESCRITO NO EDITAL.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### CONTRATO FMS 020/2016

Aditivo Nº ..... : 020/2016 - Contrato Nº: 09/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ZELIA LUCI FACHINI SEMMER  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SAÚDE, COM METRAGEM DE 147,185 M2.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### CONTRATO FMS 021/2016

Aditivo Nº ..... : 021/2016 - Contrato Nº: 010/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ADELITA AGUSTINI  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA

IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SAÚDE, COM METRAGEM MINIMA DE 244,80 M2.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 080/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 080/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA

Valor ..... : 16.230,00 (dezesesseis mil duzentos e trinta reais)

Vigência ..... : Início: 30/11/2016 Término: 31/12/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE PNEUS PARA VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICIPIO

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 081/2016**

Contrato Nº.: 081/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA

Valor ..... : 67.425,00 (sessenta e sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 07/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PUBLICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS A SER EXECUTADO EM RUAS E LOCALIDADES DO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL CONFORME DESCRITO NO PROJETO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 082/2016**

Contrato Nº.: 082/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

Valor ..... : 13.650,38 (treze mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 08/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO LB90 E DO VEICULO RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E DA SECRETARIA DE OBRAS

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 083/2016**

Aditivo Nº ..... : 083/2016 - Contrato Nº: 047/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS PARA GESTÃO PUBLICA,

PARA AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FROTAS, PLANEJAMENTO E DEMAIS AREAS DESCRITAS NO EDITAL.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 084/2016**

Contrato Nº.: 084/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: PAMPLONA ALIMENTOS S/A

Valor ..... : 33.862,50 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 13/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 085/2016**

Contrato Nº.: 085/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SUPERMERCADO PORTO LTDA

Valor ..... : 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 13/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 086/2016**

Aditivo Nº ..... : 086/2016 - Contrato Nº: 033/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 7.456,20 (sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

### **CONTRATO PMTC 087/2016**

Aditivo Nº ..... : 087/2016 - Contrato Nº: 058/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 20/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO, ATIVOS DE REDE E ACESSÓRIOS GERAIS PARA



IMPLANTAÇÃO DO PP-CRD.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 088/2016**

Aditivo Nº ..... : 088/2016 - Contrato Nº: 036/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ROGERIO AMERICO ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESTINAÇÃO, TRANSBORDO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, NA FORMA DE COLETA SELETIVA.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 089/2016**

Aditivo Nº ..... : 089/2016 - Contrato Nº: 075/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: ARH CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 30/06/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015  
Objeto ..... : PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS RUAS JORGE LACERDA E RUA NEREU RAMOS COM EXTENSÃO DE 438,00M, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE PEDRA ARDÓSIA DA RUA WALTER BELL COM EXTENSÃO DE 408,94M E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE PEDRA ARDÓSIA DAS RUAS OSCAR KASULKE EXTENSÃO DE 74,15M, RUA ALBERTO ZICK EXTENSÃO DE 73,53M E RUA LEOPOLDO RAIZER EXTENSÃO DE 146,63M, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS ANEXOS AO EDITAL.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 090/2016**

Aditivo Nº ..... : 090/2016 - Contrato Nº: 073/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 30/06/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015  
Objeto ..... : PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS RUAS JORGE LACERDA E RUA NEREU RAMOS COM EXTENSÃO DE 438,00M, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE PEDRA ARDÓSIA DA RUA WALTER BELL COM EXTENSÃO DE 408,94M E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE PEDRA ARDÓSIA DAS RUAS OSCAR KASULKE EXTENSÃO DE 74,15M, RUA ALBERTO ZICK EXTENSÃO DE 73,53M E RUA LEOPOLDO RAIZER EXTENSÃO DE 146,63M, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS ANEXOS AO EDITAL.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 091/2016**

Aditivo Nº ..... : 091/2016 - Contrato Nº: 10/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: IMOBILIARIA ZEFERINO LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS PARA ALUGUEL SOCIAL LOCALIZADO NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 092/2016**

Aditivo Nº ..... : 092/2016 - Contrato Nº: 054/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TR.CENTRAL  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA RUA JORGE LACERDA, Nº 26, COM ÁREA TOTAL DE 126M², DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 093/2016**

Aditivo Nº ..... : 093/2016 - Contrato Nº: 055/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: WALQUIRIA KAMKE HOFFMANN  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 329,56 M².  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 094/2016**

Aditivo Nº ..... : 094/2016 - Contrato Nº: 022/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: FABIO MULLER & CIA LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE TROMBUDO CENTRAL, COM AREA DE 40M2 PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.  
Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

---

**CONTRATO PMTC 095/2016**

Contrato Nº.: 095/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
Contratada...: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME  
Valor ..... : 2.456,20 (dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 87/2016



Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 096/2016**

Contrato Nº.: 096/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME

Valor ..... : 8.407,50 (oito mil quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 87/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 097/2016**

Contrato Nº.: 097/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: T NAVA ASSESSORIA EM PREGÕES ELETRÔNICOS

Valor ..... : 2.284,68 (dois mil duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 87/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 098/2016**

Aditivo Nº.: 098/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: MINERAÇÃO TREVO IND. E COM. DE PEDRA ARDÓSIA LTDA

Valor ..... : 52.290,00 (cinquenta e dois mil duzentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 22/12/2016 Término: 30/07/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA DE PEDRA ARDÓSIA PARA PAVIMENTAÇÃO PRIMÁRIA DE TRECHOS SINALIZADAS NO PROJETO EM VIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 099/2016**

Contrato Nº.: 099/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

Valor ..... : 7.728,70 (sete mil setecentos e vinte e oito reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 23/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 68/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL PERMANENTE PARA A ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 100/2016**

Contrato Nº.: 100/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SILVANI ALTINO DE FRANCA 77688074991

Valor ..... : 1.928,50 (um mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 23/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 68/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL PERMANENTE PARA A ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

#### **CONTRATO PMTC 101/2016**

Contrato Nº.: 101/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: TECNOLAR LTDA ME

Valor ..... : 2.052,00 (dois mil e cinquenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 23/12/2016 Término: 28/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 68/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL PERMANENTE PARA A ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 28 de Dezembro de 2016

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1858/2016

DECRETO Nº 1858/2016

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, parte do Lote Rural nº 42 da Linha Tunas, com área de 2.456 m<sup>2</sup> (Dois mil quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados) e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, parte do lote rural nº 42 (Quarenta e dois), com área de 2.456 m<sup>2</sup> (Dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Linha Tunas, conforme mapa, memorial descritivo e ART em apenso.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será incorporado junto ao Patrimônio Público Municipal, visando a instalação de uma subestação de energia elétrica.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 28 de dezembro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado  
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico de Controladoria Interna.

### DECRETO 1859/2016

DECRETO Nº 1859/2016 de 28 de dezembro de 2016.

Desapropria parte do Lote Rural nº 42 da Linha Tunas, com área de 2.456 m<sup>2</sup> (Dois mil quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados) e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado por via amigável ou judicial, parte do lote Rural nº 42 (Quarenta e dois), com a área de 2.456 m<sup>2</sup> (Dois mil quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Linha Tunas, na cidade de Tunápolis, Matrícula 11.040, constante do livro 2, ficha 1 – Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga de propriedade de Sr. Querino Scherer e esposa Claudete Teresinha Schaab Scherer, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte sete mil reais), conforme mapa, memorial descritivo, ART e Laudo de Avaliação pela comissão designada para este fim em apenso.

Art. 2º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação, inclusive para o pagamento e Transferência do Imóvel.

Parágrafo único: No caso de pagamento amigável será celebrado Termo de pagamento e de Transferência do Imóvel.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 28 de dezembro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado  
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico de Controladoria Interna

# Turvo

## PREFEITURA

### LEI 2294/2016

LEI Nº 2.294/16, de 28 de Dezembro de 2016.

APROVA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS DO MUNICÍPIO DE TURVO, e atende às determinações constantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme determina a Lei Federal nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010.

Art. 2º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é regido pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, que estabelece diretrizes e universaliza o acesso aos serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos sólidos do Município de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei define princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, com vistas à prevenção, controle da poluição, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Município e assegurando o uso adequado dos recursos ambientais.

Art. 4º. As diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei serão de consideração obrigatória nas programações orçamentárias das áreas envolvidas pelo período nele expresso.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2295/2016

LEI Nº 2.295/16, de 28 de Dezembro de 2016.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º. A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º. O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º. O Município, através do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pelo Departamento de Cultura de Turvo.

Art. 5º. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação setorial a cada dois anos e avaliação geral do Plano Municipal de Cultura, a cada 5 (cinco) anos.

Art. 6º. O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2296/2016**

LEI Nº 2.296/16, de 28 de Dezembro de 2016.

ALTERA A LEI Nº 1.008/93, DE 07/06/1993, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº 1.008/93, de 07 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. A estrutura organizacional básica do Governo do Município compõe-se dos seguintes órgãos:”

III) Órgãos de atividades específicas:

b) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes passa a denominar somente SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

\* Deptº. de Ensino.

f) Cria-se a SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES.

\* Deptº. de Cultura.

\* Deptº. de Esportes.

Divisão de Espore Amador.

Divisão de Esporte Estudantil.

Art. 2º. Fica criada a Secretaria de Cultura e Esportes com a vinculação dos seguintes Programas:

1.027 – Reforma e/ou construção do Museu.

2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura.

2.018 – Realização do Rodeio Crioulo Nacional.

1.022 – Construção de Praça para Esportes.

2.013 – Manutenção do Desporto Amador.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2297/2016**

LEI Nº 2.297/16, de 28 de Dezembro de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONTRATAR MONITORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PREPARAÇÃO DE ATLETAS AMADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento das atividades relacionadas a preparação de atletas do Município, em diversas modalidades do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:

Nº de Vagas	Cargo	Carga horária	Vencimento (R\$)
07	Monitores	40 hs semanais	1.338,20

§ 1º. A preparação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa à participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá – JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º. A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limita-se a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º. O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º. A contratação poderá se dar para o cumprimento de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente, sendo reajustado no mesmo índice e data dos servidores públicos municipais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2298/2016**

Lei Nº. 2.298/16, de 28 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RODOVIA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rodovia ANTÔNIO AVELINO GIUSTI", a Estrada Geral TVO 367, que inicia na Rodovia Afonso Bom, até a divisa com o município de Jacinto Machado, localizada na comunidade de Rio Aparecida, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2299/2016**

Lei Nº. 2.299/16, de 28 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RODOVIA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rodovia VEREADOR JOÃO DAROS", a Estrada Geral TVO 464 (complemento da Rodovia Afonso Bom), e Estrada Geral TVO 370 que liga até a divisa com o município de Jacinto Machado, localizada na comunidade de Ponte Alta, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI 2300/2016**

Lei Nº. 2.300/16, de 28 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE SERVIDÃO NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Servidão QUINTINO CASTELLER", a servidão nº. 83, localizado na Rua Antônio Dandolini, no Bairro Cidade Alta, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI COMPLEMENTAR 16/2016**

Lei Complementar nº 016/16, de 28 de Dezembro de 2016.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 009/11, DE 24/08/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TURVO-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 009/11, de 24 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º. Fica alterado o quadro de pessoal do serviço público do Município de Turvo, classificado e inserido nos grupos ocupacionais, abaixo relacionados:"

§ 4º. Grupo de Cargos Comissionados – CC, para atuar nos seguintes setores:

I – Gabinete do Prefeito:

- a) Chefe de Gabinete;
- b) Assessor de Imprensa;
- c) Assessor de Gabinete;
- d) Intendente;

II – Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) Diretor do Departamento de Administração e Finanças;
- b) Diretor do Departamento de Compras e Licitações;
- c) Diretor do Departamento de Pessoal;
- d) Diretor do Departamento de Contabilidade;
- e) Chefe de Divisão de Tesouraria;
- f) Chefe de Divisão de Compras e Licitações;
- g) Chefe de Divisão de Pessoal;
- h) Coordenador do PLAMAS;

III - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Diretor do Departamento de Educação;

IV - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Diretor do Departamento de Saúde;
- b) Diretor do Departamento de Clínica Geral;
- c) Diretor do Departamento de Enfermagem;
- d) Chefe de Divisão da Unidade Central de Saúde;

V - Secretaria Municipal de Indústria, Agroindústria, Comércio, Trabalho e Desenvolvimento Comunitário:

- a) Diretor do Departamento de Indústria e Comércio;
- b) Chefe de Divisão de Agroindústria;

VI - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

- a) Secretário Adjunto de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- b) Diretor do Departamento de Transportes e Obras;
- c) Diretor do Departamento de Serviços Públicos;
- d) Diretor do Departamento de Manutenção de Garagem;
- e) Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

VII - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Diretor do Departamento de Agricultura;



- b) Diretor do Departamento de Meio Ambiente.  
VIII – Secretaria Municipal de Cultura e Esportes:  
a) Diretor do Departamento de Cultura;  
b) Diretor do Departamento de Esportes;  
c) Chefe de Divisão do Esporte Estudantil.  
IX – Secretaria Municipal de Ação Social:  
a) Diretor do Departamento de Ação Social;  
b) Coordenador de Assistência ao Idoso.

§ 5º. Grupo de Cargos com Subsídios – CS, composto pelos secretários da administração direta:

- I - Secretário Municipal de Administração e Finanças;  
II - Secretário Municipal de Educação;  
III - Secretário Municipal de Saúde ;  
IV - Secretário Municipal de Indústria, Agroindústria, Comércio, Trabalho e Desenvolvimento Comunitário;  
V - Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;  
VI – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;  
VII - Secretário Municipal de Cultura e Esportes.

§ 6º. Os profissionais ocupantes dos cargos previstos nos parágrafos 4º e 5º, deste artigo, terão dispensa de habilitação específica, sendo de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo e não terão direito a progressão funcional horizontal.

Art. 2º. O Anexo IV do Quadro de Cargos e Vagas do Servidor Público de Turvo, Código CC 060 Cargo de Diretor de Departamento passa a vigorar com o acréscimo de 1 (um) Diretor, passando de 16 (dezesesseis) para 17 (dezesete) o número de vagas.

Art. 3º. O Anexo V do Quadro de Cargos e Vagas de Agente Político de Turvo, passa a vigorar com o acréscimo de 1 (um) Secretário Municipal, passando de 6 (seis) para 7 (sete) o número de vagas.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

## **LEI COMPLEMENTAR 17/2016**

Lei Complementar nº 017/16, de 28 de Dezembro de 2016.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 002/04, DE 20/12/2004, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITOS TRIBUTÁRIOS APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 245 e o artigo 248 passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 245. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a tabela do art. 248.

§ 1º. Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo de até 80 kW/h.

§ 2º. Estão excluídos da base de cálculo da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - CIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- a) classe industrial: 10.000 Kw/h/mês;  
b) classe comercial: 10.000 Kw/h/mês;  
c) classe residencial: 3.000 Kw/h/mês;  
d) classe serviço público: 6.100 Kw/h/mês;  
e) classe poder público: 6.100 Kw/h/mês;  
f) classe consumo próprio: 6.100 Kw/h/mês.

§ 3º. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Art. 248. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Cersul o convênio ou contrato a que se refere o art.245.

§1º. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos indiretos envolvidos no desempenho, pelos órgãos competentes da fiscalização, tais como:

- I – custos com pessoal: salário, férias, 13º. salário e outras vantagens e benefícios;  
II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;  
III – custo de expediente: caneta, lápis, régua, papel e outros;

IV – custo de equipamento: informática, mesa, cadeira e outros;

V – custo de manutenção: assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI – demais custos.

§ 2º. O custo das atividades previsto nos inciso I a VI, do parágrafo 1º. deste artigo, será de acordo com a tabela abaixo, por classe e consumo mensal.

CLASSE	Consumo kwh mensal	Alíquota
Industrial	Até 300	9,00 %
	Mais de 300 até 500	10,50 %
	Mais de 500 até 1000	12,00 %
	Mais de 1000 até 10.000	13,50 %
Comercial	Até 300	9,00 %
	Mais de 300 até 500	10,50 %
	Mais de 500 até 1000	12,00 %
	Mais de 1000 até 10.000	13,50 %
Residencial	Até 80 (isento)	-
	Mais de 80 até 100	6,00 %
	Mais de 100 até 150	7,50 %
	Mais de 150 até 200	9,00 %
	Mais de 200 até 500	10,50 %
	Mais de 500 até 3.000	12,00 %
Residencial Rural	Até 80 (isento)	-
	Mais de 80 até 100	6,00 %
	Mais de 100 até 150	7,50 %
	Mais de 150 até 200	9,00 %
	Mais de 200 até 500	10,50 %
	Mais de 500 até 3.000	12,00 %
Poder Público	Até 300	9,00 %
	Mais de 300 até 500	9,00 %
	Mais de 500 até 1000	9,00 %
	Mais de 1000 até 6.100	9,00 %
Consumo próprio	Até 300	9,00 %
	Mais de 300 até 500	9,00 %
	Mais de 500 até 1000	9,00 %
	Mais de 1000 até 6.100	9,00 %
Serviço Público	Até 300	9,00 %
	Mais de 300 até 500	9,00 %
	Mais de 500 até 1000	9,00 %
	Mais de 1000 até 6.100	9,00 %

§3º. A classe de consumidor Residencial Rural tem redução de 50% (cinquenta por cento) do valor descrito na tabela acima.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **TOMADA DE PREÇOS PMT 01/2017**

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 01/2017 – Tomada de Preço nº 01/2017

Objeto: Revitalização do Parque de Exposições Prefeito Ires Olivo.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 13/01/2017

Abertura da Sessão: as 09:00 hs do dia 13/01/2017

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo/SC, 27 de dezembro de 2017.

Nestor Reco

Presidente da C.J.L.

# Urussanga

## PREFEITURA

**EXTRATOS TERMOS ADITIVOS - C: 88, 89, 90, 91, 92, 145/2015 E 72/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 88/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA

CNPJ/CPF: 86.529.831/0001-70

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal e intermunicipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 255.250,17.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 89/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: GILSON JOÃO DE BONA SARTOR

CNPJ/CPF: 06.286.617/0001-00

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 62.296,64.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 91/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EDN TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF: 11.343.535/0001-81

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 88.438,98.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 72/2016

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EDN TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF: 11.343.535/0001-81

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 91.350,00.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 92/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: TRANSPORTADORA E BORRACHARIA ELISANDRO & ALECSANDRO LTDA ME

CNPJ/CPF: 08.117.797/0001-13

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 479.552,99.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 145/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 20/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JCRAMOS TRANSPORTES LTDA ME

CNPJ/CPF: 11.438.430/0001-06

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 201.254,20.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 90/2015

Data de assinatura: 27/12/2016

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JCRAMOS TRANSPORTES LTDA ME

CNPJ/CPF: 11.438.430/0001-06

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Vigência prorrogada até 31/12/2017.

Valor Global do Aditivo: R\$ 122.384,64.

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2016

Extrato de Contrato nº 156/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BOTTA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

OBJETO: Aquisição de 2 veículos automotores, zero quilometro para atender as necessidades da Vigilância Sanitária do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 136.459,00 (Cento e trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e nove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 33/2016, processo Licitatório 49/2016 e Contrato nº 156/2016.

Vargeão, SC, 27 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.085/2016

DECRETO N.º 085/2016, de 22 de dezembro de 2016  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.990,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0013 – PMAQ, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 18.900,00

Art. 2º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0010 – Aplicações Diretas ..... R\$ 14.575,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0010 – Programa da Saúde da Família - PSF, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 14.575,00

Art. 3º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0012 – Aplicações Diretas ..... R\$ 26.268,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0012 – Agentes Comunitários de Saúde - PACS, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....

..... R\$ 26.268,00

Art. 4º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0011 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.225,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0011 – Saúde Bucal – PSF Odonto, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 3.225,00

Art. 5º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0009 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.880,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0009 – NASF União, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 7.880,00

Art. 6º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 33900.00.00.01.0038.0018 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.931,82

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0038.0018 – Assistência Farmacêutica Básica, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 1.931,82

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 22 de dezembro de 2016.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 22/12/2016

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO N.086/2016**

DECRETO N.º 086/2016, de 27 de dezembro de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA

Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 27 de dezembro de 2016

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 28/12/2016

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças



# Videira

## PREFEITURA

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0372/2016**

Extrato do Contrato n. 0372/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA MANTOANI  
CPF: 064.583.649-46  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANIA RE-DEMSKI EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0378/2016**

Extrato do Contrato n. 0378/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA ZENIR SPRICIGO DOS SANTOS  
CPF: 801.313.799-68  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MICHELE KÓS EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 2016 a 21 de dezembro de 2016  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0374/2016**

Extrato do Contrato n. 0374/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOCENEIA MARIA GELISNKI BORGES  
CPF: 009.139-189-03  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2016 a 30 de janeiro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0380/2016**

Extrato do Contrato n. 0380/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCELIA FABRICIO DONATTI  
CPF: 794.011.209-00  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E ESGOTADA A LISTA CLASSIFICATÓRIA PARA O REFERIDO CARGO  
VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2016 a 28 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.350,64 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0376/2016**

Extrato do Contrato n. 0376/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI  
CPF: 558.287.799-15  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 07 de novembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0381/2016**

Extrato do Contrato n. 0381/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IZABEL DE GOES  
CPF: 967.129.379-49  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E ESGOTADA A LISTA CLASSIFICATÓRIA PARA O REFERIDO CARGO  
VIGÊNCIA: de 03 de dezembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.350,64 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0377/2016**

Extrato do Contrato n. 0377/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NATALIA PALHOZA  
CPF: 088.409.009-42  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NELCI MARIA CHERNOSKI BARETTA EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 2016 a 10 de dezembro de 2016  
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0382/2016**

Extrato do Contrato n. 0382/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LIDIA BOTIN DA SILVA

CPF: 892.170.399-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA CLAUDIA SALLES EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2016 a 14 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0383/2016**

Extrato do Contrato n. 0383/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA AVILLA

CPF: 074.874.779-67

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SOELY DOS SANTOS DE GOIS EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0384/2016**

Extrato do Contrato n. 0384/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA CAMINSKI ZANOL

CPF: 070.417.679-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLENE FERNANDES GONÇALVES EM GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2016 a 20 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0385/2016**

Extrato do Contrato n. 0385/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA DOS SANTOS GONÇALVES ZAMBONI

CPF: 040.089.399-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDIMENTO A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA  
VIGÊNCIA: de 08 de dezembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.360,10 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0106/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0106/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0048/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANNE REGINA MOZER DE ANDRADE

CPF: 055.321.199-45

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 21 de outubro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0113/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0113/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0102/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA CORREA MELO

CPF: 776.585.239-65

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de novembro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0114/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0297/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PRISCILA CRISTINA BONASSI

CPF: 077.635.749-25

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de novembro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0115/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0115/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0130/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEISI TIDRE FERREIRA BASTIAN

CPF: 101.011.859-52

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 21 de dezembro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0117/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0117/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0225/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE GONÇALVES ALVES

CPF: 016.836.520-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 09 de dezembro de 2016.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0118/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0118/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0372/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA MANTOANI

CPF: 064.583.649-46

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 16 de dezembro de 2016.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2016 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. . TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 12/01/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 28 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 204/2016 - PMV**

Termo Aditivo nº 204/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 172/2016

Processo: PR nº 88/2016-PMV

Contratado: SUPERAR EIRELI EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 172/2016 por até 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 26/09/2017.

Data: 27/12/2016.

**TERMO ADITIVO Nº 205/2016 - PMV**

Termo Aditivo nº 205/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 111/2016

Processo: PR nº 61/2016-PMV

Contratado: BRITAGEM GASPARGASPAR LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 111/2016 por até 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 11/07/2017.

Data: 27/12/2016.

**TERMO ADITIVO Nº 206/2016**

Termo Aditivo nº 206/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 112/2016

Processo: PR nº 62/2016-PMV

Contratado: Combustíveis Scariot III Ltda.

Objeto: Reposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro do óleo diesel, passando para R\$ 2,76 o litro.

Data: 27/12/2016.

**TERMO ADITIVO Nº 207/2016**

Termo Aditivo nº 207/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 113/2016

Processo: PR nº 62/2016-PMV

Contratado: Auto Posto Capricho Ltda.

Objeto: Reposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum, passando para R\$ 3,49 o litro.

Data: 27/12/2016.

**TERMO ADITIVO Nº 208/2016 - PMV**

Termo Aditivo nº 208/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 205/2015

Processo: CC nº 01/2015-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de março de 2017, bem como reajustar os valores, aplicando-se o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) no percentual de 6,08% para o período de setembro/2015 a agosto/2016.

Valor: R\$ 106.278,08 (reajuste)

Data: 28/12/2016.

**TERMO ADITIVO Nº 209/2016 - PMV**

Termo Aditivo nº 209/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 59/2016

Processo: TP nº 02/2016-FMS

Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando os seguintes custos adicionais/supressão: a) Item 05 (ESF – Estratégia de Saúde da Família – Bairro Farroupilha): custos adicionais no valor de R\$ 14.097,15 (quatorze mil, noventa e sete reais e quinze centavos), correspondentes ao percentual de 42,5814% do valor inicialmente contratado, e supressão no valor de R\$ 1.408,39 (um mil, quatrocentos e oito reais e trinta e nove centavos), o que equivale a 4,7263% do valor originalmente contratado; b) Item 07 (ESF – Estratégia de Saúde da Família – Bairro Santa Gema): custos adicionais no valor de R\$ 4.957,41 (quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), correspondentes ao percentual de 21,1094% do valor inicialmente contratado.

Valor acréscimo: R\$ 14.097,15 (Item 05) e R\$ 4.957,41 (Item 07)

Valor supressão: R\$ 1.408,39 (Item 05)

Data: 28/12/2016

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.

O Município de Vitor Meireles, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, CPF nº 538.792.609-15, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 05.982.200/0001-00, com sede na Av. Brasil, 922 – sala 01 – Centro, Pato Branco/PR, neste ato representado legalmente pelo Sr. Mauri Cesar Dengo, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.238.704-3 e CPF/MF nº 761.581.789-53, doravante determinada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2016, fica alterada as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula nona do Contrato nº 25/2016, celebrado entre as partes em 03/03/2016, tendo vigência até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Para execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 451,03 (quatrocentos e cinquenta e um reais e três centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato. E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

#### CLÁUSULA QUARTA – Da Publicação

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Vitor Meireles, 19 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES	MAURI CESAR DENG IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda.
Contratante	Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF :

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2016

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa PETRY EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME , inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.425.025/0001-65, situada na Rua Norberto Achterberg, nº 242, bairro Salto Weissbach, cidade de Blumenau-SC , devidamente representada por Luiz Carlos Ferreira, portador da cédula de identidade RG nº 3.219.221 e do CPF nº 007.047.999-28, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, em decorrência do processo, previsto no edital de licitação nº 23/2016, Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 04/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (119) Cento e Dezenove dias, a justificativa deve-se em virtude do não repasse pelo Estado do recurso final.

O prazo começara contar no dia 01 de Janeiro de 2017, com vigência até dia 30 de Abril de 2017, as demais cláusulas do Termo de Contrato 47/2016, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 28 de Dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal CONTRATANTE	LUIZ CARLOS FERREIRA Representante PETRY EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME CONTRATADO
---	--

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO Cpf: 042.800.449-02	SANDRO LUNELLI Cpf: 064.162.869-20
--	---------------------------------------

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.898.011/0001-54, Inscrição Estadual nº 254.639.046, situada na Rua Princesa Isabel, nº 884, bairro Bela Vista, cidade de Ibirama/SC, devidamente representada por VILMAR VENDRAMI, portador da cédula de identidade RG nº 1.892.331 e do CPF nº 569.409.989-34, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão empresário, residente e domiciliado na cidade de Ibirama/SC na Rua Almirante Tamandaré, nº 175, bairro Ponto Chic, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, em decorrência do processo, previsto no edital de licitação nº 23/2014, Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 02/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (119) Cento e Dezenove dias, a justificativa deve-se em virtude dos atrasos nas diligências perante aos órgãos fiscalizadores do FNDE e o não repasse final pelo mesmo.

O prazo começara contar no dia 01 de Janeiro de 2017, com vigência até dia 30 de Abril de 2017, as demais cláusulas do Termo de Contrato 27/2014, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 28 de Dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal	JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA - VILMAR VENDRAMI Sócio Gerente
--	---

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO Cpf: 042.800.449-02	SANDRO LUNELLI Cpf: 064.162.869-20
--	---------------------------------------



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2016

Extrato do 3º Aditivo ao Contrato nº 0045/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Aquisição de Cascalho, Tubos de Concreto e Pedra de Mão, destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Fica Suprimido do Contrato originário, o valor de R\$ 585.920,50 (quinhentos e oitenta e cinco mil e novecentos e vinte reais e cinquenta centavos), conforme Ofício anexo ao Processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0046/2016

Extrato do 3º Aditivo ao Contrato nº 0046/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: UPEMAQ Máquinas e Serviços Eireli EPP.

Objeto: Prestação de Serviços de Horas Máquinas (Trator de esteira e de Pneu, Motoniveladora, Escavadeira hidráulica, Caminhão basculante e tanque, Rolo Liso e Pé de Carneiro, Retroescavadeira e Compactador manual), destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Fica Suprimido do Contrato originário e do 1º aditivo, o valor de R\$ 209.801,46 (duzentos e nove mil e oitocentos e um reais e quarenta e seis centavos), conforme Ofício anexo ao Processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº - RH AJG 454/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 454/2016

REVOGAR PORTARIA RH-BLB 374/2012;

ATRIBUIR SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO EMEB. NOSSA SENHORA APARECIDA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 19,21 e 29. RESOLVE

REVOGAR Portaria RH- BLB 374/2012.

ATRIBUIR a partir de 19.12.2016 na EMEB Nossa Senhora de Aparecida a Servidora Pública Municipal Sr.a DENISE CARLA BUSATTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da RG nº 16R4.336.281 e CPF nº 041.527.409-57, nomeado conforme Decreto nº BLB 037/09 no cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA com 20 (vinte) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 19.12.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº - RH AJG 455/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 455/2016

REVOGAR PORTARIA RH-AJG 227/2014;

ATRIBUIR SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO EMEB. PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 19,21 e 29. RESOLVE

REVOGAR Portaria RH-AJG 227/2014.

ATRIBUIR na EMEB Pequeno Príncipe a partir de 19.12.2016 a Servidora Pública Municipal Sr.a LEONICE TEREZINHA PEREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da RG nº 17R.2.424.192 e CPF nº 746.194.899-72, nomeado conforme Decreto nº BLB 089/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 19.12.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 22 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº - RH AJG 456/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 456/2016

REVOGAR PORTARIAS RH-BLB 325/2012 E 326/2012;

ATRIBUIR SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA EMEB. PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 19,21 e 29. RESOLVE

REVOGAR Portarias RH-BLB 325/2012, RH-BLB 326/2012.

ATRIBUIR na EMEB Pequeno Príncipe a partir de 19.12.2016 a Servidora Pública Municipal Sr.a MARCIA LUISA DA SILVA CORRÊA,



brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.078.444-9 e CPF nº 933.618.749-04, nomeada conforme Decreto JB n.º 42/1994 no cargo de PRO-FESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 037/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 19.12.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC.  
Em 22 de Dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº - RH AJG 457/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 457/2016

REVOGAR PORTARIA RH-BLB 314/2012 E RH BLB 313/2012;  
ATRIBUIR SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR  
ATIVIDADES NA EMEB. PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê  
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 19,21 e 29.  
RESOLVE

REVOGAR Portarias RH-BLB 314/2012 e RH BLB 313/2012.  
ATRIBUIR a partir de 19.12.2016 na EMEB Pequeno Príncipe a Servidora Pública Municipal Sr.a ALINE CRISTINA CRUZ, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.277.005 e CPF nº 893.241.029-15, nomeada conforme Decreto nº BLB 081/10 no cargo de PROFESSOR MAGIS-TÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, matrículas 4182 e 3706, e Decreto n.º AM 071/2008 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL 1º E 4º série com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 19.12.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC.  
Em 22 de Dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº - RH AJG 462/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 462/2016

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 493/2012;  
ATRIBUIR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA EMEB PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11

Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria n.º RH BLB 493/2012.  
ATRIBUIR na EMEB. PEQUENO PRÍNCIPE a Servidora Pública Municipal Sra. BRUNA DIAS RODRIGUES, brasileira, solteira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 4.454.966 e CPF n.º 008.816.149-80, nomeada conforme DE-CRETO n.º BLB 046/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta lotação atende ao pedido expresso em parecer jurídico datado de 19/12/2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 26 de dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº - RH AJG 463/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 463/2016

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 495/2012;  
ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CEMEI CARROS-SEL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11  
Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria n.º RH BLB 495/2012.  
ATRIBUIR no CEMEI CARROSSEL a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE CANTONI DE QUADROS, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 4.244.403-09 e CPF n.º 008.591.709-50, nomeada conforme DE-CRETO n.º BLB 095/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 26 de dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 464/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 464/2016

REVOGAR DECRETO Nº BLB 015/2012;  
ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO EMEB VISTA ALEGRE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

RESOLVE

ATRIBUIR no EMEB Vista Alegre a Servidora Pública Municipal Sra. ROSIMERI FIORINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 1.784.952 e CPF n.º 526.261.809-04, nomeada conforme DECRETO n.º BLB 015/2012 no cargo de PROFESSOR ESPECIAL com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Revogar a lotação na Escola Rui Pimentel constante no Decreto BLB 015/2012.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 26 de dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 464/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 464/2016

ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO EMEB VISTA ALEGRE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

RESOLVE

ATRIBUIR no EMEB Vista Alegre a Servidora Pública Municipal Sra. ROSIMERI FIORINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 1.784.952 e CPF n.º 526.261.809-04, nomeada conforme DECRETO n.º BLB 015/2012 no cargo de PROFESSOR ESPECIAL com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Revogar a lotação na Escola Rui Pimentel constante no Decreto

BLB 015/2012.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 26 de dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 465/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 465/2016

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 601/2012;  
ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO EMEB VISTA ALEGRE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria n.º RH BLB 601/2012.  
ATRIBUIR no EMEB Vista Alegre a Servidora Pública Municipal Sra. RITA KOHL GIACOMELLI, brasileira, casado, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 2.874.613-9 e CPF n.º 826.811.719-20, nomeada conforme DECRETO n.º BLB 017/2012 no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1 com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 26 de dezembro de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 466/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 466/2016

REVOGAR PORTARIA Nº RH BLB 496/2012;  
ATRIBUIR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO EMEB NOSSA SENHORA APARECIDA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

COSIDERANDO o fechamento da Escola Rui Pimentel há preferência de lotação.

**RESOLVE**

REVOGAR a Portaria n.º RH BLB 496/2012.

ATRIBUIR na EMEB Nossa Senhora Aparecida a Servidora Pública Municipal Sra. PRISCILLA CANTONI, brasileira, solteira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG n.º 2.874.613-9 e CPF n.º 826.811.719-20, nomeada conforme DECRETO n.º BLB 058/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20(vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta lotação atende ao pedido expresso no Ofício SME/M 251/2016 e parecer jurídico datado de 03/03/2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos para data de 19 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 467/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 467/2016

REVOGAR A PORTARIA RH-AJG 086/2016 DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

**RESOLVE**

REVOGAR a partir de 21.12.2016 a Portaria n.º RH-AJG 086/2016, que alterava carga horária para 40(quarenta) horas semanais da Servidora Publica Municipal Sra. FERNANDA FLOR DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.336.466 e CPF n.º 035.546.159-51, nomeada conforme Decreto n.º BLB 050/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 21.12.2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 27 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 468/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 467/2016

REVOGAR A PORTARIA RH-AJG 086/2016 DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

**RESOLVE**

REVOGAR a partir de 21.12.2016 a Portaria n.º RH-AJG 086/2016, que alterava carga horária para 40(quarenta) horas semanais da Servidora Publica Municipal Sra. FERNANDA FLOR DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.336.466 e CPF n.º 035.546.159-51, nomeada conforme Decreto n.º BLB 050/2010 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar a alteração da carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais no cargo de origem na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 27 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AJG 470/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 470/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura à servidores públicos municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere a redução de carga horária semanal;

**RESOLVE**

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS, brasileira, separada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG sob nº 2.076.982-2 e CPF sob nº 745.710.019-91, nomeada conforme Decreto AM 106/2002, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. A redução de carga horária ocorrerá no período de 21 de novembro de 2016 a 20 de maio de 2017.

O deferimento atende ao parecer da Junta Médica Municipal, datado de 29 de novembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros para ao dia 21.11.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 27 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Xavantina

## PREFEITURA

### ADENDO 001 AO EDITAL CR 002-2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2016 PMXV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016 PMXV

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços para Produção de Silagem, com o objetivo de atender a demanda das propriedades rurais, Lei Complementar 025, de 11/08/2005 e o Decreto 009 de 03/01/2014.

#### ADENDO Nº 001

O Município de Xavantina - SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. Domingos Luis Zanandréa, TORNA PÚBLICO que:

Fica alterada a tabela de valores para credenciamento descrita no Anexo "B" do Processo Licitatório nº 068/2016 PMXV, modalidade de Credenciamento nº 002/2016 PMXV, nos seguintes termos:

#### a) Onde se lê:

1 – 2.000 (duas mil) horas de Serviço para produção de silagem com trator agrícola com de no mínimo 75 CV's, com Ensiladeira/Colhedora de forragem acoplada ao trator. R\$ 120,00 à hora máquina.

2 - 2.000 (duas mil) horas de Serviço para produção de silagem com trator agrícola com de no mínimo 75 CV's, sem Ensiladeira/Colhedora de forragem acoplada ao trator. R\$ 100,00 à hora máquina.

#### b) Leia-se:

1 – 1.000 (um mil) horas de Serviço para produção de silagem com trator agrícola com de no mínimo 75 CV's, com Ensiladeira/Colhedora de forragem acoplada ao trator. R\$ 120,00 à hora máquina.

2 - 1.000 (um mil) horas de Serviço para produção de silagem com trator agrícola com de no mínimo 75 CV's, sem Ensiladeira/Colhedora de forragem acoplada ao trator. R\$ 100,00 à hora máquina.

Xavantina - SC, em 28 de dezembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA, Prefeito Municipal.	VALMOR DE SOUZA OAB/SC 12.717
---	----------------------------------

### PP 044/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de produções artísticas objetivando a locação de equipamentos de sonorização, iluminação, carreta palco, gerador de energia e contratação de artistas sendo banda/grupo/artista/dupla sertaneja/DJ/MC para animação do 53º Aniversário Político Administrativo do Município Xavantina, conforme especificações constantes no item 10 e Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09:00 horas do dia 10/01/2017.

Abertura: dia 10/01/2017, às 09:30 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 29 de dezembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº462**

DECRETO Nº 462/2016

DECLARA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO OCORRIDO NESTA DATA DO SR. NILDO FOLLE, PREFEITO QUE GOVERNOU O MUNICÍPIO DE XAXIM NA GESTÃO 1973/1977 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito de Xaxim/SC, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o falecimento ocorrido nesta data do Sr. NILDO FOLLE, Prefeito que governou o Município de Xaxim/SC na gestão 1973/1977;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados ao Município de Xaxim em sua trajetória de vida, como Empresário e como Prefeito do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º É declarado Luto Oficial, por três dias, no território do Município de Xaxim/SC, a contar de 28 de dezembro de 2016, em sinal de profundo pesar e em homenagem a memória do Sr NILDO FOLLE pelos inestimáveis serviços prestados ao povo de Xaxim/SC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim/SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra

Luís Antonio Cipriani

OAB/SC 35.698 – Procurador-geral



# Associações

## AMAUC

### ATA DA REUNIÃO Nº 06/02/2016 - ABRIGO INSTITUCIONAL

ATA nº 06.02.2016 – ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA GESTÃO 2017

Às nove horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, tendo como local o gabinete da Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos atuais e os eleitos/releitos para gestão 2017/2020, dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional, para a realização da assembleia geral, conforme Edital de Convocação 02/2016, de 1º de dezembro/2016, com a seguinte pauta: I – Apresentação do Consórcio para os Prefeitos(as) da gestão 2017/2020; II - Estabelecer o contrato de rateio para o exercício de 2017; III - Eleição a diretoria do Consórcio para a gestão 2017, nos termos do art. 17 do Estatuto Social; IV – Assuntos gerais. A reunião foi presidida pela Prefeita Laci Grigolo – Presidente do Consórcio, que inicialmente agradeceu a presença de todos e convidou a senhora Cleomara Carraro – coordenadora do Abrigo Institucional para secretariar a reunião. Ato contínuo passou para os itens do Edital de Convocação, conforme seguem: I – Apresentação do Consórcio: Senhora Cleomara fez uma breve explanação sobre as finalidades e funcionamento do abrigo, expondo a situação financeira e a forma de trabalho. Colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas. II – Contrato de Rateio para 2017: Senhor Roberto Kurtz Pereira – Secretário Executivo, juntamente com o Senhor Rafael Nicolli- Auxiliar Contábil de Recursos Humanos, ambos da Amauc, apresentaram o Contrato de Rateio proposto para 2017, com o reajuste de 7,3% (sete vírgula três por cento) sobre os valores de 2016. Após análise, o Contrato foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo foi assinado pelos atuais Prefeitos(as) dos municípios integrantes do consórcio. III - Eleição a diretoria do Consórcio para a gestão 2017, nos termos do art. 17 do Estatuto Social: Em comum acordo foi constituída a chapa única, com a seguinte nominata: Presidente: Janete Paravizi Bianchin – Prefeita de Arvoredo, brasileira, casada, assistente social, identidade nº 2.694.279-8 SSP/SC, CPF nº 798.515.849-91, residente e domiciliada à Avenida do Comércio nº 311, centro, 89.778.000 – Arvoredo – SC. Vice-Presidente: Enoir Fazolo, Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, Empresário, CPF 518.220.759-04, RG 11.47012, residente e domiciliado à Rua Prefeito Rebelato, 151, Município de Xavantina – SC – CEP 89.780-000. Tesoureiro: Edemilson Canale, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CPF 369.691.099-68, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta, 201, Município de Seara – SC – CEP 89.770-000. A chapa única foi declarada eleita, nos termos do § 1º do art. 17 do Estatuto Social. De acordo com o art. 17 caput, a nova diretoria assume automaticamente em 1º de janeiro/2017, para o mandato de 1 (um) ano, encerrando em 31 de dezembro de 2017. IV – Assuntos Gerais. A Presidente agradeceu a oportunidade de ter presidido o Abrigo Institucional em 2016 e desejou Boas Festas a todos. A Presidente eleita para 2017 agradeceu a confiança e falou que conta com o apoio de todos. Ninguém mais tendo interesse de manifestação e esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu \_\_\_\_\_, Cleomara Carrara, secretária ad hoc, lavrei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Presidente do Consórcio Abrigo Institucional

Roberto Kurtz Pereira

OAB/SC 22.519

### CONTRATO DE RATEIO Nº01/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Abrigo Institucional, com sede administrativa na Avenida Anita Garibaldi nº 371, na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, neste ato representados pelos respectivos Prefeitos (as), com o objetivo de cumprir o que estabelece o art. 8º, da Lei Federal nº 11.107/2005, e o Estatuto Social da entidade, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETIVO

O presente contrato de rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio para o exercício de 2017, bem como a cota de transferência de recursos financeiros ao Consórcio que compete a cada município consorciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DESPESA E DA CLASSIFICAÇÃO

A despesa do Abrigo Institucional para o exercício de 2017 é fixada em 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais), distribuída da seguinte forma:

a) Despesas Correntes, no valor total de R\$ 368.253,00 (trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais);

b) Despesas de Capital, no valor de R\$ 38.607,00 (trinta e oito mil, seiscentos e sete reais).

Para a realização da despesa o Consórcio obedecerá ao que dispõe a Lei nº 8.666/96 E Lei Federal 4.320/64, seguindo a seguinte classificação da despesa:



Órgão	1	Consórcio Abrigo Institucional		
Unidade	1	Consórcio Abrigo Institucional		
Funcional Programática				
01.01.08	Assistência Social			
01.01.08.243		Assistência a Criança e ao Adolescente		
01.01.08.243.0001		Desenvolvimento Regional		
08.243.0001.2.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Abrigo Institucional		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		368.253,00
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos Sociais	279.409,00	
3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	88.844,00	
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		38.607,00
4.4.90.00.00	0	Investimentos	38.607,00	
		TOTAL		406.860,00

No decorrer da execução do orçamento o Abrigo Institucional poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

Os valores eventualmente arrecadados a título de rendimento de aplicações financeiras poderão ser utilizadas pelo Abrigo Institucional como recursos próprios para manutenção de suas atividades.

Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pelo Consórcio sendo que sua execução da receita e despesa dar-se-ão pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados. Quando houver despesas para os Municípios será objeto de termo aditivo ou de um novo contrato de rateio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA E DO RATEIO

A receita do Consórcio Abrigo Institucional para o exercício de 2017, é estimada em R\$ 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais), distribuída da seguinte forma:

- Município de Seara, 12 (doze) parcelas de R\$ 20.387,00 (vinte mil, trezentos e oitenta e sete reais), no valor total de R\$ 244.644,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), a partir de janeiro de 2017;
- Município de Arvoredo, 12 (doze) parcelas de R\$ 5.042,00 (cinco mil e quarenta e dois reais), no valor total de R\$ 60.504,00 (sessenta mil, quinhentos e quatro reais), a partir de janeiro de 2017;
- Município de Xavantina, 12 (doze) parcelas de R\$ 8.476,00 (oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais), no valor total de R\$ 101.712,00 (cento e um mil, setecentos e doze reais), a partir de janeiro de 2017.

O Município de Seara poderá deduzir do repasse mensal o valor de R\$ 2.298,67 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) correspondente ao cargo de Coordenador Social, caso efetivar cedência de servidor municipal – Assistente Social - para exercer o referido cargo.

#### CLAUSULA QUARTA DAS DIÁRIAS PARA ALIMENTAÇÃO

O valor da diária para alimentação de cada criança atendida pelo Abrigo Institucional em regime de abrigo será calculado e dividido pelos Municípios ao final de cada mês. Para o cálculo serão consideradas as despesas diretas do Abrigo dividido pelo numero de crianças abrigadas e dias que cada criança teve de internação, sendo ao final, repassado para cada Município o valor devido relativo àquele mês.

#### CLÁUSULA QUINTA DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	Seara	Arvoredo	Xavantina
3.1.71.70.01 - Pessoal	13.999,13	3.463,60	5.821,00
OUTRAS DESPESA CORRENTES			
3.3.71.70.01 - Outras Despesas Correntes	4.451,87	1.100,90	1.850,00
INVESTIMENTOS			
4.4.71.70.01 - Investimentos	1.936,00	477,50	805,00
TOTAL	20.387,00	5.042,00	8.476,00

#### CLÁUSULA SEXTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Abrigo Institucional manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União, e encaminhará até o dia 20 (vinte), do mês subsequente, aos Municípios Consorciados e ao Tribunal de Contas, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente, e publicará em sítio da internet o resumo das despesas conforme preceitua a lei de responsabilidade fiscal.

#### CLAUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social do Abrigo Institucional.

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do Abrigo Institucional, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 4 (quatro) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Seara - SC, 06 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara	JANETE PARAVIZI BIANCHIN Prefeita Municipal de Arvoredo
DOMINGOS ZANANDRÉA Prefeito Municipal de Xavantina	
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI	
OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918	

### RESOLUÇÃO Nº06/2016 - ABRIGO INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO 006/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ABRIGO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social,

#### RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução estima a receita e fixa a despesa do Abrigo Institucional para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal do consórcio.

Parágrafo Único: Constituem os anexos e fazem parte desta resolução:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

V – QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa.

Art. 2º O Orçamento do Consórcio Abrigo Institucional, em obediência ao princípio de equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º §1º, estimada para o exercício de 2017 em R\$ 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais) e a despesa fixada em igual valor de R\$ 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais).

Art. 3º A receita orçamentária, que decorrerá da arrecadação das contribuições dos entes consorciados, nos respectivos contratos de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas que o consórcio possa arrecadar conforme a legislação vigente é estimada em R\$ 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais), discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

Órgão	1	Consórcio Abrigo Institucional
Unidade	1	Consórcio Abrigo Institucional
Funcional Programática		

01.01.08	Assistência Social			
01.01.08.243	Assistência a Criança e ao Adolescente			
01.01.08.243.0001	Desenvolvimento Regional			
08.243.0001.2.001	Manutenção das Atividades do Consorcio Abrigo Institucional			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		368.253,00
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos Sociais	279.409,00	
3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	88.844,00	
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		38.607,00
4.4.90.00.00	0	Investimentos	38.607,00	
		TOTAL		406.860,00

Art. 4º A Receita será realizada com base na sua efetiva arrecadação, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento da planilha abaixo e com base nos seguintes repasses pactuados em contrato de rateio que desta resolução se originará:

I - Repasse para manutenção das despesas do consórcio:

RECEITA / ORIGEM	VALOR MENSAL	VALOR NO ANO
Arvoredo	R\$ 5.042,00	R\$ 60.504,00
Seara	R\$ 20.387,00	R\$ 244.644,00
Xavantina	R\$ 8.476,00	R\$ 101.712,00
TOTAL	R\$ 33.905,00	R\$ 406.860,00

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES – R\$
RECEITAS CORRENTES	406.860,00
-Receita Tributária	0,00
-Receitas de Contribuições	0,00
-Receita Patrimonial	38.607,00
-Receita de Serviços	0,00
-Transferências Correntes	368.253,00
-Outras Receitas Correntes	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00
-Dedução para Formação do Fundeb	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
-Operações de Crédito	0,00
TOTAL GERAL	406.860,00

Art. 5º A despesa orçamentária total está fixada em R\$ 406.860,00 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e sessenta reais) conforme abaixo discriminada:

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	VALORES – R\$
DESPESAS CORRENTES	368.253,00
Pessoal e Encargos sociais	279.409,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	88.844,00
DESPESAS DE CAPITAL	38.607,00
Investimentos	38.607,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00

Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL	406.860,00

A classificação econômica da despesa, de acordo com a Lei Federal 4.320 é a seguinte:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		Seara	Arvoredo	Xavantina
3.1.71.70.01 - Pessoal		13.999,13	3.463,60	5.821,00
OUTRAS DESPESA CORRENTES				
3.3.71.70.01 - Outras Despesas Correntes		4.451,87	1.100,90	1.850,00
INVESTIMENTOS				
4.4.71.70.01 - Investimentos		1.936,00	477,50	805,00
	TOTAL	20.387,00	5.042,00	8.476,00

Art. 6º A despesa autorizada, apresentada de acordo com as normas da Lei 4.320/1964 e demais portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até a modalidade de aplicação.

Art. 7º O Orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite efetivo da arrecadação.

Art. 8º Fica o Presidente do Abrigo Institucional autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/1964, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, excluindo-se deste limite os créditos adicionais abertos tendo como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação e o eventual superávit financeiro;

II – Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de convênios;

III – Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 9º Fica o Presidente do Abrigo Institucional autorizado a celebrar convênios/acordos com o Governo Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2017.

Art. 10 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia (SC), 27 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Presidente do Abrigo Institucional

Publicado no mural do Abrigo Institucional e no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 28 de dezembro/2016.

Cleomara Carraro

Coordenadora

## Consórcios

### ARIS

#### **EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E LOGÍSTICA Nº 001/2016 – ARIS E CIMCATARINA**

Extrato de Convênio de Cooperação Técnica e Logística nº 001/2016 – ARIS e CIMCATARINA

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e Consórcio Intermunicipal Catarinense (CIMCATARINA), CNPJ nº 112.075.748/0001-32.

Objeto: O objeto do presente termo é a prestação de apoio logístico entre a ARIS e o CIMCATARINA, possibilitando que este execute as ações necessárias para a estruturação e operacionalização das atividades de sua competência.

Vigência: 31/12/2017.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2016.

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 122/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 28/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 122/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 28/2016

OBJETO: REVISÃO PROGRAMADA 10.000 (DEZ MIL) QUILOMETROS DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA ARIS, PALIO WK ADVENTURE, PLACA: QHP-2330.

CONTRATADO: E. J. C. VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 04.912.815/0001-06

VALOR: R\$ 462,02 (Quatrocentos e sessenta e dois reais e dois centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

### CIGA

#### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 296/2016 - CBA SISTEMAS LTDA**

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 296/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e CBA SISTEMAS LTDA – EPP (OPTIDATA), para prestação de serviços de hospedagem em Data Center, empresa especializada em serviços dedicados para locação de servidores de rede e armazenamento de dados, possuindo infraestrutura própria (DATA CENTER), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações, em conformidade com as características dispostas no Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2016, notadamente em seu Anexo I – Termo de Referência.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e de outro lado CBA Sistemas – EPP (OPTIDATA), com sede à Travessa Oslo 90 D, CNPJ n.º 01.687.282/0001-00, neste ato representado pelo Senhor Norival Eudes Barbieri, brasileiro, casado, Diretor Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 347.087.159-00, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 296/2016, celebrado em 07 de novembro de 2016, originário do Processo Licitatório 16/2016, Pregão Eletrônico 03/2016/CIGA o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do contrato administrativo n.º 296/2016, em conformidade com o disposto em sua Cláusula Sexta e no art. 57, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 296/2016.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

NORIVAL EUDES BARBIERI  
Diretor Administrativo  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

BRUNO MACHADO SOARES  
Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 396/2016 MAXIHOST

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 396/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e MAXIHOST HOSPEDAGEM DE SITES LTDA, para prestação de serviços de hospedagem em Data Center, empresa possuindo infraestrutura própria (DATA CENTER), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações, em conformidade com as características dispostas no Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2016, notadamente em seu Anexo I – Termo de Referência.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e de outro lado Maxihost Hospedagem de Sites Ltda, com sede na Rua Dr. Eduardo Martinelli, n.º 100, Bairro Vila Mariana, São Paulo, CNPJ n.º 06.043.809/0001-87, neste ato representado pelo Senhor Guilherme Soubihe Alberto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 325.545.258-97, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 396/2016, celebrado em 29 de novembro 2016, originário do Processo Licitatório 16/2016, Pregão Eletrônico 03/2016/CIGA o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do contrato administrativo n.º 396/2016, em conforme com o disposto em sua Cláusula Sexta e no art. 57, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 396/2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

GUILHERME SOUBIHE ALBERTO  
Representante Legal  
CONTRATADA



## TESTEMUNHAS:

BRUNO MACHADO SOARES

Gerente de Tecnologias de Informação do CIGA

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2016 - MENTES DIGITAIS**

TERMO ADITIVO N.º 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 58/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a Mentes Digitais EIRELI – ME, Contratação de empresa especializada em serviços técnicos destinados à produção, geração e veiculação de conteúdo dinâmico, relevante e focado nos objetivos traçados pelo CIGA, para veiculação pelas mídias digitais (Blog e site do CIGA, Facebook, Twitter, Google+ e LinkedIn) e impressa (Boletins Informativos), de modo a divulgar suas ações junto aos entes públicos e à sociedade em geral, garantindo a transparência e a transmissão direta das informações pertinentes às atividades efetivadas pelo CIGA, bem como mantendo boa imagem junto à opinião pública.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa Mentes Digitais EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Avenida Hermes Fontes, n.º 1880, Sala 05, Pavimento Superior, Grageru, Aracaju, SE, CEP 49.045-760, e CNPJ 17.331.399/0001-96, neste ato representado pelo Senhor Gabriel Fontes de Alencar Leite, brasileiro, solteiro, diretor, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.032.718-0, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 58/2016, celebrado em 25 de janeiro de 2016, originário do Processo n.º 02/2016, de acordo com o Pregão Presencial nº 01/2016, o que fazem com fundamento na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 58/2016, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA –DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 58/2016.

**CLÁUSULA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 05 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATANTE

GABRIEL FONTES DE ALENCAR LEITE

Mentes Digitais EIRELI – ME CONTRATADA

## Testemunhas:

FERNANDA ROSA SOCAL

Assistente Administrativa do CIGA

**CONTRATO 01/2017 SISTEMA CONTABILIDADE**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2017/CIGA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E A PESSOA JURÍDICA PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA., VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado Pública Informática Ltda., com sede à Rua Hermann Huscher, 167 - Vila Formosa, cep 89023-000 - Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.836.771/0001-20, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) Giovani de Bortoli, Gerente de Negócios, inscrito(a) no CPF sob o n.º 552.189.899-91, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

da vinculação e DA legislação aplicável

Cláusula Primeira. O presente Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n.º 11/2016/CIGA, ao Pregão Presencial n.º 06/2016/CIGA e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e à presente legislação:

- a) Lei n.º 10.520/02;
- b) Lei n.º 8.666/93;
- c) Lei n.º 9.610/98;
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;
- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária; e
- j) demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

Do regime de execução do contrato

Cláusula Segunda. O objeto será executado de forma indireta e sob regime misto, compreendendo a prestação de todos os serviços de manutenções mensais do Sistema por preço global, assim como os serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos relativos ao sistema por preço unitário, mediante requisições de misteres efetuadas em datas e quantidades fixadas discricionariamente pelo CIGA, tendo como limites a vigência e o valor do contrato, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alíneas "a" e "b", e o art. 10, inciso II, alíneas "a" e "b", ambos da Lei n.º 8.666/93.

do Objeto do Contrato

Cláusula Terceira. Contratação de empresa especializada na área de desenvolvimento de sistemas de informática para prestação de serviços de implantação, capacitação, customização/parametrização e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de Gestão Pública com acesso simultâneo para usuários do CIGA, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 02016/CIGA.

Do valor

Cláusula Quarta. Dá-se a este contrato o valor global estimado de R\$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), para os serviços previstos na Cláusula Terceira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Licença de Uso de Sistemas: Planejamento (Orçamento Anual). Execução Orçamentária, Contabilidade, Financeiro e Lei Fiscal.	12	Mês	400,00	4.800,00
2	Licença de Uso de Sistemas: Compras, Licitações e Contratos.	12	Mês	250,00	3.000,00
3	Licença de Uso de Sistemas: Gestão de Materiais (Patrimônio, Almoxarifado e Frotas).	12	Mês	250,00	3.000,00
4	Licença de Uso de Sistemas: Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Folha de Pagamento).	12	Mês	350,00	4.200,00
5	Licença de Uso de Sistemas: Portal da Transparência.	12	Mês	200,00	2.400,00
6	Serviços de Implantação: migração da base de dados dos sistemas de informações existentes; e reestruturação da base de dados dos sistemas de informações existentes.	80	Horas	0,00	0,00
7	Serviços de Capacitação de Usuários	20	Horas	120,00	2.400,00

8	Serviços de acompanhamento pós-implantação: esclarecimento de dúvidas e suporte (sob demanda)	80	Horas	120,00	9.600,00
9	Serviços de parametrização e customização dos módulos contratados (sob demanda)	150	Horas	120,00	18.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO					47.400,00

#### Da Dotação Orçamentária

Cláusula Quinta. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade n.º 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa n.º 3.3.90.39.11 (locação de software) e 3.3.90.39.08 (manutenção de software), para o exercício de 2017, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

#### do prazo de execução DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sexta. O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste contrato.

Parágrafo único. Este contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, até o limite de 48 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- prestação regular dos serviços;
- não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- manutenção da vantagem econômica do valor do contrato para a Administração; e
- concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sétima. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

#### DOS ENCARGOS DAS PARTES

Cláusula Oitava. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cláusula Nona. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 06/2016/CIGA, deve:

- dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- executar, integralmente e com perfeição técnica, o objeto deste contrato;
- cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;
- não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução do objeto, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;
- permitir o acompanhamento de todas as etapas de configuração, instalação, operação e manutenção do sistema pela equipe de informática do CONTRATANTE, além de esclarecer dúvidas e prestar outras informações técnicas durante a vigência contratual;
- prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- a CONTRATADA, após ser notificada da solicitação de serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos, deverá apresentar a proposta ou plano de trabalho ao CONTRATANTE;
- a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma formalizado na proposta ou plano de trabalho elaborado em comum acordo com o CONTRATANTE;
- manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade da Solução com o ambiente computacional existente no CIGA;
- disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
- impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:
  - protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à Gerência de Tecnologia da Informação, ou, ainda, pelo e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), devendo, no mínimo, constar:
    - identificação do objeto, número do Pregão Presencial, número Contrato;
    - justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;
    - documentação comprobatória; e
    - indicação do novo prazo a ser cumprido.
  - o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;
  - caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;
  - caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;
  - serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e
- o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo único. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º

grau, durante a vigência deste contrato; e

d) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

Cláusula Décima. O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 06/2016/CIGA, deve:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- b) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- c) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- d) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato; e
- e) publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

#### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Primeira. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

Cláusula Décima Segunda. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

Cláusula Décima Terceira. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

#### Das Alterações

Cláusula Décima Quarta. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### do reajuste

Cláusula Décima Quinta. O reajuste do valor pactuado no presente contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

§1º Havendo prorrogação do presente contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Quarta, será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

§2º Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do INPC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1º, da Lei n.º 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93.

§3º Em face do disposto no §1º do art. 2º da Lei n.º 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

#### DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Décima Sexta. Este contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1º O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br).

§2º Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Sétima. O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa da CONTRATADA, sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

§1º Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.



§2.º A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

§3.º As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

§4.º Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n.º 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

§5.º De acordo com o artigo 88 da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§6.º Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

§7.º No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§8.º Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

§9.º O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, na Gerência Administrativa do CONTRATANTE, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, nos dias úteis, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

§10º As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93).

#### DA RESCISÃO

Cláusula Décima Oitava. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1.º No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§ 2.º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Cláusula Décima Nona. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º 06/2016/CIGA, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

#### DO PAGAMENTO

Cláusula Vigésima. O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil SA, Agência 3174-7, Florianópolis, SC.

§ 1.º A CONTRATADA que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

§ 2.º A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser obrigatoriamente referente ao seu CNPJ.

§ 3.º A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento no mês subsequente ao da prestação dos serviços e entregar a nota fiscal no mínimo com 3 (três) dias úteis de antecedência ao seu vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

§ 4.º As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, módulos do programa alterados, quantidade de horas, valor total do serviço, data limite para entrega do serviço e prazo de validade da proposta.

§ 5.º O pagamento das horas de uma proposta somente se dará após a nova funcionalidade ser validada no ambiente de produção e com a assinatura do termo de aceite final.

§ 6.º As notas fiscais que forem apresentadas com erro serão devolvidas à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no parágrafo anterior os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

§ 7.º A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.

§ 8.º A não apresentação dos documentos enumerados nos parágrafos acima implicará suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não incidindo, neste caso, quaisquer acréscimos de valores referentes a juros, multa ou correção monetária.

§ 9.º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 10 O pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 11 O prazo de pagamento será até o quinto dia útil após a liquidação de despesa, no mês subsequente ao da efetiva realização dos serviços, e ocorrerá mensalmente.

#### Da Atualização Monetária

Cláusula Vigésima Primeira. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

**DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS**

Cláusula Vigésima Segunda. A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n.º 8.666/93).

**DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO**

Cláusula Vigésima Terceira. O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

**Das Prerrogativas do Contratante**

Cláusula Vigésima Quarta. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

**Dos Representantes das Partes**

Cláusula Vigésima Quinta. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do contrato, conforme Anexos I e II deste contrato.

Parágrafo Único. O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

- I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;
- II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;
- III - questionar todos os problemas técnicos constatados;
- IV - ajustar com o representante da CONTRATADA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e
- V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA, na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do contrato.

**DA PUBLICAÇÃO**

Cláusula Vigésima Sexta. O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

**DO FORO**

Cláusula Vigésima Sétima. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATANTE	Representante Legal CONTRATADA
--	-----------------------------------

Testemunhas:

--	--

**ANEXO I DO CONTRATO****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui GRASIELE HOFFMANN como representante do CIGA para fiscalizar a execução do Contrato n.º 01/2017/CIGA.

Florianópolis – SC, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATANTE

**ANEXO II DO CONTRATO****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

(Empresa) constitui o Senhor Giovani de Bortoli, brasileiro, casado, gerente de negócios, inscrito no CPF sob o n.º 552.189.899-91, como seu representante no Contrato n.º 01/2017/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).



Florianópolis – SC, 02 de janeiro de 2017.

GIOVANI DE BORTOLI  
GERENTE DE NEGÓCIOS  
PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA  
CONTRATADA

### **Extrato de Contrato n. 428 - Prefeitura Municipal de Novo Horizonte**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 428/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Novo Horizonte

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte

CNPJ: 95.990.115/0001-87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 429 - Prefeitura Municipal de São Carlos**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 429/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Carlos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Carlos

CNPJ: 82.945.718/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da

nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.285,00 (nove mil e duzentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 430 - Prefeitura Municipal de Joaçaba**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 430/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Joaçaba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joaçaba

CNPJ: 82.939.380/0001-99

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 298/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil e quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 431 - Prefeitura Municipal de Garopaba**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 431/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Garopaba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.430,00 (onze mil e quatrocentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 432 - Prefeitura Municipal de Quilombo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 432/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Quilombo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Quilombo

CNPJ: 83.021.865/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 971,25 (novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de março de 2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 433 - Prefeitura Municipal de Palmitos**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 433/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palmitos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palmitos

CNPJ: 85.361.863/0001-47

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos

Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.340,00 (onze mil e trezentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 434 - Prefeitura Municipal de São Martinho**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 434/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Martinho

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Martinho

CNPJ: 82.836.818/0001-03

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 435 - Câmara Municipal de Formosa do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 435/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Formosa do Sul

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Formosa do Sul

CNPJ: 15.469.683/0001-06

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 436 - Câmara Municipal de Campo Alegre**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 436/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Campo Alegre

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Campo Alegre

CNPJ: 83.536.862/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 437 - Prefeitura Municipal de Lages**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 437/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lages

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lages

CNPJ: 82.777.301/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 226/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 23.130,00 (vinte e três mil e cento e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 11 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 438 - Prefeitura Municipal de Santa Cecília**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 438/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Cecília

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cecília

CNPJ: 85.997.237/0001-41

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12



**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

**VALOR:** R\$ 12.780,00 (doze mil e setecentos e oitenta reais)

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 439 - Prefeitura Municipal de Imbituba**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 439/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Imbituba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Imbituba

CNPJ: 82.909.409/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

**VALOR:** R\$ 22.440,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta reais)

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 440 - Prefeitura Municipal de Romelândia**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 440/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Romelândia

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Romelândia

CNPJ: 82.821.182/0001-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal



CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 441 - Prefeitura Municipal de Herval do Oeste**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 441/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Herval do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Herval do Oeste

CNPJ: 82.939.430/0001-38Â

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.285,00 (doze mil e duzentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 442 - Prefeitura Municipal de Ilhota**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 442/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ilhota

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ilhota

CNPJ: 83.102.301/0001-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1 TA AO CONTRATO 40/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.630,00 (seis mil e seiscentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 443 - Prefeitura Municipal de Formosa do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 443/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Formosa do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Formosa do Sul

CNPJ: 80.637.424/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.610,00 (dois mil e seiscentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 444 - Prefeitura Municipal de Palma Sola**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 444/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palma Sola

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palma Sola

CNPJ: 83.028.639/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 445 - Prefeitura Municipal de Palma Sola**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 445/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palma Sola

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palma Sola

CNPJ: 83.028.639/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 446 - Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 446/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

CNPJ: 82.777.335/0001-85

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.730,00 (cinco mil e setecentos e trinta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 447 - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 447/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul  
CNPJ: 78.510.112/0001-94  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 448 - Prefeitura Municipal de Macieira**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 448/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Macieira  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Macieira  
CNPJ: 95.992.020/0001-00  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 42/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos

sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.860,00 (sete mil e oitocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 449 - Prefeitura Municipal de Coronel Martins**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 449/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Coronel Martins

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Coronel Martins

CNPJ: 95.993.093/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 450 - Câmara Municipal de Jardinópolis**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 450/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Jardinópolis

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jardinópolis

CNPJ: 21.369.370/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**Extrato de Contrato n. 451 - Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 451/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

CNPJ: 82.892.365/0001-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

**CIMCATARINA**

---

**RESOLUÇÃO 062/2016**

Resolução n. 0062/2016.

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar a contratação da Sra. Raphaela Menezes da Silveira, brasileira, solteira, portadora de RG n. 22.472.417-9 SSP/RJ inscrita no CPF sob n. 123.642.547-28, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, no emprego Público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo da prorrogação da contratação termina em 30 de junho de 2017, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução 057/2016.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA



**RESOLUÇÃO 063/2016**

Resolução n. 0063/2016.

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar a contratação da Sra. Raquel Gomes de Almeida, brasileira, solteira, portadora de RG n. 4.980.759 SSP/SC inscrita no CPF sob n. 043.541.589-14, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, no emprego Público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo da prorrogação da contratação termina em 30 de junho de 2017, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução 058/2016.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**RESOLUÇÃO 064/2016**

Resolução n. 064/2016

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar a contratação do Sr. Mauricio Perazzoli, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.785.769 SSP/SC inscrito no CPF sob n. 059.185.269-19, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, no emprego Público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV com carga horária de 32(trinta e duas) horas semanais regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. O prazo da prorrogação da contratação termina em 30 de junho de 2017, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução 059/2016.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

---

**CISAM**

---

**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 31/2016**

RESOLUÇÃO Nº 31/2016

“Estabelece ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste no dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

**CONSÓRCIO CISAMA****RESOLUÇÃO Nº 31 ORÇAMENTO 2017**

RESOLUÇÃO nº. 31, de 26/12/2016

Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMA – Consorcio Intermunicipal Serra Catarinense, para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

O presidente do CISAMA – Consorcio Intermunicipal Serra Catarinense, Prefeito Humberto Luiz Brighenti, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social principalmente o disposto nos artigos 22, inciso VI e 25, inciso XII, bem como a aprovação da proposta de orçamento pela Assembleia Geral realizada no dia 13 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, abrangendo inclusive o Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico da Serra Catarinense – FUNSERRA, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 883.908,56 (oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Artigo 2º - A Receita será realizada obedecendo a classificação orçamentária vigente, aprovada conforme detalhamento constante no Anexo I e II desta Resolução, cujos totais estimado são:

DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00 RECEITA CORRENTE	883.908,46
1.3.0.0.00.00 Receita Patrimonial	6,00
1.6.0.0.00.00 Receita de Serviços	7,00
1.7.0.0.00.00 Transferências Correntes	883.893,46
1.9.0.0.00.00 Outras Receitas Correntes	2,00
TOTAL GERAL	883.908,46

Artigo 3º - A Despesa será executada obedecendo a classificação orçamentária vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001 e aprovada conforme detalhamento constante no Anexo III desta Resolução, cujos totais fixados são:

**POR ÓRGÃO/UNIDADE**

DISCRIMINAÇÃO DOS ÓRGÃOS	VALOR R\$
01.00 – CISAMA	853.905,46
02.00 – FUNSERRA	30.003,00
TOTAL GERAL	883.908,46

**POR FUNÇÃO**

DISCRIMINAÇÃO DAS FUNÇÕES	VALOR R\$
04 – Administração	404.100,26
08 – Assistência Social	139.865,95
13 – Cultura	4,00
15 – Urbanismo	3,00
17 – Saneamento	109.226,02
18 – Gestão Ambiental	110.003,00
20 – Agricultura	120.706,23
TOTAL GERAL	883.908,46

Artigo 4º - O orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite da arrecadação.

Artigo 5º - O CISAMA fica autorizado a efetuar alterações neste orçamento, através de ato próprio, nos seguintes termos:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 70% (setenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64; excluindo deste limite os créditos adicionais abertos por resolução específica;

II – Remanejar dotações da mesma categoria econômica e mesma fonte de recursos, livremente;

III - Abrir créditos adicionais à conta de recursos provenientes de convênios ou excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício anterior, considerada ainda a tendência de excesso de arrecadação do exercício, livremente.

Artigo 6º - Fica o Presidente do CISAMA autorizado a celebrar Convênios/Acordos com os governos federal, estaduais e municipais para o exercício de 2017.

Artigo 7º - Esta Resolução engloba, para efeito de consolidação, a estrutura orçamentária do CISAMA e do FUNSERRA.

Artigo 8º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinária só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Lages, 26 de dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Presidente do CISAMA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE			
Relação das Receitas Estimadas - EXERCÍCIO DE 2017			
ANEXO I - Resolução - 31/2016			
CLASSIFICAÇÃO	RECEITA	FONTE	VALOR R\$
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES		883.908,46
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		6,00
1.3.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		6,00
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		6,00
1.3.2.5.01.00.00	Remuneração de Dep. Outros Rec. Vinculado.	00.02.0034	4,00
1.3.2.5.02.00.00	Remuneração de Dep. Rec. Não Vinculado.	00.02.0000	2,00
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		7,00
1.6.0.0.13.00	Serviços Administrativos		2,00
1.6.0.0.13.99	Outros serviços administrativos		2,00
1.6.0.0.13.99.01	Serviço de Emissão de Rótulos Sabor Serrano	00.02.0000	2,00
1.6.0.0.20.00	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos.		5,00
1.6.0.0.20.01.00	Consultoria na elaboração de projetos	00.02.0000	2,00
1.6.0.0.20.02.00	Consultoria na execução de projetos	00.02.0003	1,00
1.6.0.0.20.03.00	Consultoria na prestação de contas de projetos	00.02.0000	2,00
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		883.893,46
1.7.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		853.881,46
1.7.2.3.00.00	Transferências dos Municípios		853.881,46
1.7.2.3.37.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.02.0001	762.405,46
1.7.2.3.37.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.02.0002	91.476,00
1.7.3.0.99.00.00	Outras Transferência de Instituições privadas	00.02.0003	30.000,00
1.7.6.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		12,00
1.7.61.00.00	Transf. de Convênios da União e de Suas Entidades		4,00
1.7.61.99.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.02.0034	4,00
1.7.6.2.00.00	Trans. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entidades.		8,00
1.7.62.99.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0064	8,00
1.9.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2,00
1.9.22.00.00.	Indenizações e Restituições		1,00
1.9.22.99.00.00	Outras Restituições	00.02.0000	1,00
1.9.90.00.00.00	Receitas Diversas		1,00
1.9.90.99.01.00	Controle Populacional	00.02.0000	1,00
TOTAL			883.908,46
Fontes			Valor
00.02.0000	Recursos Próprios		10,00
00.02.0001	Contrato Rateio - Municipios		762.405,46
00.02.0002	Contrato Rateio - Abrigo		91.476,00

00.02.0003	FUNSERRA	30.001,00
00.02.0064	Convênios Estado	8,00
00.02.0034	Convênios União	8,00
TOTAL FONTE DE RECURSOS		883.908,46

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE

## Relação das Receitas Estimadas - EXERCÍCIO DE 2017

## ANEXO - II - RECEITAS (Resolução 31/2016)

Código	Rubricas	Descrição	Fonte	Valor estimado
01	1.7.2.3.37.01.00.00.00	ANITA GARIBALDI	00.02.0001	40.126,60
02	1.7.2.3.37.02.00.00.00	BOCAINA DO SUL	00.02.0001	40.126,60
03	1.7.2.3.37.03.00.00.00	BOM JARDIM DA SERRA	00.02.0001	40.126,60
04	1.7.2.3.37.04.00.00.00	BOM RETIRO	00.02.0001	40.126,60
05	1.7.2.3.37.05.00.00.00	CAMPO BELO DO SUL	00.02.0001	40.126,60
06	1.7.2.3.37.06.00.00.00	CAPÃO ALTO	00.02.0001	40.126,60
07	1.7.2.3.37.07.00.00.00	CERRO NEGRO	00.02.0001	40.126,60
08	1.7.2.3.37.08.00.00.00	CORREIA PINTO	00.02.0001	40.126,60
09	1.7.2.3.37.09.00.00.00	LAGES	00.02.0001	80.253,26
10	1.7.2.3.37.10.00.00.00	OTACÍLIO COSTA	00.02.0001	40.126,60
11	1.7.2.3.37.11.00.00.00	PAINEL	00.02.0001	40.126,60
12	1.7.2.3.37.12.00.00.00	PALMEIRA	00.02.0001	40.126,60
13	1.7.2.3.37.13.00.00.00	PONTE ALTA	00.02.0001	40.126,60
14	1.7.2.3.37.14.00.00.00	RIO RUFINO	00.02.0001	40.126,60
15	1.7.2.3.37.15.00.00.00	SÃO JOAQUIM	00.02.0001	40.126,60
16	1.7.2.3.37.16.00.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO	00.02.0001	40.126,60
17	1.7.2.3.37.17.00.00.00	URUBICI	00.02.0001	40.126,60
18	1.7.2.3.37.18.00.00.00	URUPEMA	00.02.0001	40.126,60
19	1.7.2.3.37.19.00.00.00	URUBICI - ABRIGO	00.02.0002	40.670,28
20	1.7.2.3.37.20.00.00.00	RIO RUFINO - ABRIGO	00.02.0002	50.805,72
21	1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Outros Rec. Vinculados.	00.02.0034	4,00
22	1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Dep. de Rec. não Vinculados	00.02.0000	2,00
23	1.6.0.0.13.99.01.00.00	Serviços de Emissão de Rótulos Sabor Serrano	00.02.0000	2,00
24	1.6.0.0.20.01.01.00.00	Consultoria na elaboração de projetos	00.02.0003	2,00
25	1.6.0.0.20.01.02.00.00	Consultoria na execução de projetos	00.02.0000	1,00
26	1.6.0.0.20.01.03.00.00	Consultoria na Prestação de Contas de Projetos	00.02.0000	2,00
27	1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	00.02.0003	30.000,00
28	1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.02.0034	4,00
29	1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0064	8,00
30	1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	00.02.0000	1,00
31	1.9.9.0.99.01.00.00.00	Controle Populacional	00.02.0000	1,00

TOTAL DA RECEITA ESTIMADA	883.908,46
---------------------------	------------

	Fontes		Valor
	00.02.0000	Recursos Próprios	10,00
	00.02.0001	Contrato Rateio - Municípios	762.405,46
	00.02.0002	Contrato Rateio - Abrigo	91.476,00
	00.02.0003	FUNSERRA	30.001,00
	00.02.0064	Convênio Estado	8,00
	00.02.0034	Convênios União	8,00
	TOTAL FONTE DE RECURSOS		883.908,46

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE

## Relação da Despesa Fixada - EXERCÍCIO DE 2017

## ANEXO - III (Resolução 31/2016)

Código Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado	
Entidade:	1 - CISAMA			883.908,46	
Órgão:	01 - CISAMA			883.908,46	
Unidade:	01 - CISAMA			853.905,46	
Proj./Ativ. 1.007 - Incentivo a Produção Rural - Calcário				3,00	
1	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
2	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	2,00
Proj./Ativ. 1.009 - Infraestrutura, Desenv. Econ. e Turismo				3,00	
3	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
4	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
5	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
Proj./Ativ. 1.010 - Educação, Cultura, Esporte e Lazer.				4,00	
6	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
7	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
8	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0064	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
9	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
Proj./Ativ. 1.011 - Construção de Unidades de Recicláveis para Resíduos Sólidos				2,00	
10	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
11	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
Proj./Ativ. 2.001 - Apoio Administrativo				363.774,82	
12	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Sim	280.782,72
13	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	74.992,10
14	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	8.000,00
Proj./Ativ. 2.003 - Desenvolver Serra Catarinense					120.703,23
16	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Sim	87.589,95
17	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	33.110,28
18	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0064	Aplicações Diretas	Não	Não	3,00
Proj./Ativ. 2.004 - Saneamento Ambiental/Resíduos Sólidos					109.224,02
19	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Sim	87.589,95
20	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	20.431,07
21	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	1.200,00
22	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0064	Aplicações Diretas	Não	Não	3,00
Proj./Ativ. 2.005 - Meio Ambiente (cascalheiras)				80.000,00	
23	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	80.000,00
Proj./Ativ. 2.006 - Direitos Humanos e Assistência Social				139.865,95	
24	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Sim	43.794,99
25	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	4.591,96
26	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0002	Aplicações Diretas	Não	Não	91.476,00
27	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0034	Aplicações Diretas	Não	Não	3,00

Proj./Ativ. 2.009 - Saúde Fiscal					40.325,44
28	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Sim	36.495,81
29	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0001	Aplicações Diretas	Não	Não	3.826,63
30	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0064	Aplicações Diretas	Não	Não	1,00
31	4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	2,00
Unidade:	02 - FUNSERRA				30003,00
Proj./Ativ. 2.008 - Meio Ambiente (Funsera)					30.003,00
32	3.1.90.00.00.00.00.00 00.02.0003	Aplicações Diretas	Não	Sim	1,00
33	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0000	Aplicações Diretas	Não	Não	2,00
34	3.3.90.00.00.00.00.00 00.02.0003	Aplicações Diretas	Não	Não	30.000,00
TOTAL					883.908,46
Fontes			Valor		
00.02.0000	Recursos Próprios		10,00		
00.02.0001	Contrato Rateio - Municípios		762.405,46		
00.02.0002	Contrato Rateio - Abrigo		91.476,00		
00.02.0003	FUNSERRA		30.001,00		
00.02.0064	Convênios Estado		8,00		
00.02.0034	Convênios União		8,00		
TOTAL FONTE DE RECURSOS			883.908,46		
LAGES (SC) 26 DE DEZEMBRO DE 2016					
Humberto Luiz Brighenti			Pedro Jovane da Silva		
Presidente			Contador CRC/SC 025675/O-1		

## CIASS

### RESOLUÇÃO 020/2016

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Resolução nº 20/2016 de 19 de Dezembro de 2016

Estima a Receita e fixa as Despesas do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES para o exercício de 2017.

O Conselho de Administração do CIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios Limítrofes, aprovou, ad referendum da Assembleia Geral, conforme ata da Reunião Ordinária de 19 de Dezembro de 2016, e eu, Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes, no uso das atribuições que me confere o art. 25 do Estatuto/Contrato do Consórcio, publico o Orçamento Anual do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2017, em atendimento ao disposto no art. 21 22 do Estatuto/Contrato do Consórcio.

Art. 1º Fica aprovado, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 696.300,00 (Seiscentos e noventa e seis mil e trezentos reais).

Art. 2º A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS CORRENTES	Repasse Mensal	População estimada	% População por Município	R\$ Orçado
1.7	Transferências Correntes				696.300,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	17.875,00	12.452	30,71%	214.500,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	15.400,00	10.642	26,24%	184.800,00



1.7.2.3.37.3	Ermo	2.750,00	2.079	5,12%	33.000,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	7.700,00	5.385	13,27%	92.400,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	10.175,00	7.076	17,45%	122.100,00
1.7.2.3.37.6	Morro Grande	4.125,00	2.925	7,21%	49.500,00
	Total	58.025,00	40.559	100%	696.300,00

Art. 3º A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

#### I - DESPESA POR ÓRGÃO

Manutenção e Funcionamento do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes R\$ 696.300,00

TOTAL R\$ 696.300,00

#### II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente ..... R\$ 696.300,00

TOTAL R\$ 696.300,00

#### III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES R\$ 666.300,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 450.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 216.300,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 30.000,00

Investimentos R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 696.300,00

Art. 4º O Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2017.

Art. 7º Esta Resolução deve ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Turvo-SC, 19 de Dezembro de 2016.

Ronaldo Carlessi

Prefeito de Turvo

Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes

### RESOLUÇÃO 021/2016

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO Nº 021/16, de 22 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato e a Resolução 13/2015 artigo 4º de 21/12/2015 (Orçamento do CIASS para 2016).

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do CIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saude de Turvo e Municípios Limítrofes no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

01.01 – CIASS DE TURVO

08.243.0001.2.001 – MANUT. DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 (001) – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 (002) – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do superávit financeiro de 2015 no valor de R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 22 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Presidente da CIASS DE TURVO

## RREO 3 BIM DE 2016

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				% (c/a)		
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	262.599,25	370.400,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	262.599,25	370.400,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	258.750,00	374.250,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	-3.849,25
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	-3.849,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	262.599,25	370.400,75
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	262.599,25	370.400,75
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	15.257,39	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	633.000,00	633.000,00	111.750,00	17,65	277.856,64	355.143,36
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	633.000,00	633.000,00	84.749,07	316.712,00	316.288,00	83.131,54	277.856,64	355.143,36	266.393,35
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	453.000,00	453.000,00	79.293,07	277.854,00	175.146,00	77.675,54	238.998,64	214.001,36	228.898,35

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.749,07</b>	<b>316.712,00</b>	<b>316.288,00</b>	<b>83.131,54</b>	<b>277.856,64</b>	<b>355.143,36</b>	<b>266.393,35</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	220.000,00	20.866,95	124.010,57	95.989,43	20.866,95	124.010,57	95.989,43	124.010,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	58.426,12	153.843,43	79.156,57	58.808,59	114.988,07	118.011,93	104.887,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>5.456,00</b>	<b>38.858,00</b>	<b>141.142,00</b>	<b>5.456,00</b>	<b>38.858,00</b>	<b>141.142,00</b>	<b>37.495,00</b>
INVESTIMENTOS	180.000,00	180.000,00	5.456,00	38.858,00	141.142,00	5.456,00	38.858,00	141.142,00	37.495,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.749,07</b>	<b>316.712,00</b>	<b>316.288,00</b>	<b>83.131,54</b>	<b>277.856,64</b>	<b>355.143,36</b>	<b>266.393,35</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.749,07</b>	<b>316.712,00</b>	<b>316.288,00</b>	<b>83.131,54</b>	<b>277.856,64</b>	<b>355.143,36</b>	<b>266.393,35</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>84.749,07</b>	<b>316.712,00</b>	<b>—</b>	<b>83.131,54</b>	<b>277.856,64</b>	<b>—</b>	<b>266.393,35</b>

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		633.000,00	
Previsão Atualizada		633.000,00	
Receitas Realizadas		262.599,25	
Déficit Orçamentário		15.257,39	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		633.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		633.000,00	
Despesas Empenhadas		316.712,00	
Despesas Liquidadas		277.856,64	
Despesas pagas		266.393,35	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		316.712,00	
Despesas Liquidadas		277.856,64	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		614.043,98	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	11.098,99
Resultado Primário		0,00	-15.257,39
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		38.858,00	141.142,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: C/ASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI

Presidente do C/ASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	(b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	633.000,00	633.000,00	84.749,07	316.712,00	100,00		83.131,54	277.856,64	355.143,36
ASSISTENCIA SOCIAL	633.000,00	633.000,00	84.749,07	316.712,00	100,00		83.131,54	277.856,64	355.143,36
Assistencia a Criança e ao Adolescente	633.000,00	633.000,00	84.749,07	316.712,00	100,00		83.131,54	277.856,64	355.143,36
TOTAL (III) = (I+ II)	633.000,00	633.000,00	84.749,07	316.712,00	100,00		83.131,54	277.856,64	355.143,36

R\$ 1, 00

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2015 A JUNHO/2016  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>100.250,00</b>	<b>32.750,00</b>	<b>61.500,00</b>	<b>50.250,00</b>	<b>614.043,98</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	586.194,73
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	586.194,73
Transferências de LC 611/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	3.849,25	0,00	0,00	0,00	0,00	27.849,25
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>55.955,58</b>	<b>78.922,55</b>	<b>0,00</b>	<b>17.849,25</b>	<b>100.250,00</b>	<b>32.750,00</b>	<b>61.500,00</b>	<b>50.250,00</b>	<b>614.043,98</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juiz Antonio Rovaris Contador	Nestor Raco Responsável pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	130.438,80	160.666,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	145.651,79	172.130,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	15.212,99	11.463,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-130.438,80	-160.666,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-130.438,80</b>	<b>-160.666,76</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-30.227,96</b>	<b>11.098,99</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	633.000,00	262.599,25	134.555,56
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	633.000,00	258.750,00	109.555,56
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	633.000,00	258.750,00	109.555,56
Demais Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	633.000,00	262.599,25	134.555,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	453.000,00	277.854,00	40.299,81	238.998,64	24.522,70
Pessoal e Encargos Sociais	220.000,00	124.010,57	0,00	124.010,57	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.000,00	153.843,43	40.299,81	114.988,07	24.522,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	453.000,00	277.854,00	40.299,81	238.998,64	24.522,70
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	180.000,00	38.858,00	34.137,60	38.858,00	30.930,10
Investimentos	180.000,00	38.858,00	34.137,60	38.858,00	30.930,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	180.000,00	38.858,00	34.137,60	38.858,00	30.930,10
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	633.000,00	316.712,00	74.437,41	277.856,64	55.452,80

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-54.112,75	60.118,15	-15.257,39	79.102,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
			DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		180.000,00	38.858,00	38.858,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>		<b>180.000,00</b>	<b>38.858,00</b>	<b>38.858,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>		<b>-180.000,00</b>	<b>-38.858,00</b>	<b>-</b>	<b>-141.142,00</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

## RREO 4 BIM DE 2016

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	358.349,25	274.650,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	358.349,25	274.650,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	354.500,00	278.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	354.500,00	278.500,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	-3.849,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,25	-3.849,25
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	358.349,25	274.650,75
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	358.349,25	274.650,75
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	74.097,28	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	633.000,00	633.000,00	95.750,00	15,13	432.446,53	200.553,47
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	633.000,00	633.000,00	149.318,10	466.030,10	166.969,90	154.588,89	432.446,53	200.553,47	420.502,06
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	453.000,00	553.000,00	143.872,10	421.726,10	131.273,90	149.143,89	388.142,53	164.857,47	378.328,06

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>149.318,10</b>	<b>466.030,10</b>	<b>166.969,90</b>	<b>154.589,89</b>	<b>432.446,53</b>	<b>200.553,47</b>	<b>420.502,06</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	320.000,00	100.666,78	224.677,35	95.322,65	100.666,78	224.677,35	95.322,65	224.677,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	43.205,32	197.048,75	35.951,25	48.477,11	163.465,18	69.534,82	153.650,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>5.446,00</b>	<b>44.304,00</b>	<b>35.696,00</b>	<b>5.446,00</b>	<b>44.304,00</b>	<b>35.696,00</b>	<b>42.174,00</b>
INVESTIMENTOS	180.000,00	80.000,00	5.446,00	44.304,00	35.696,00	5.446,00	44.304,00	35.696,00	42.174,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>149.318,10</b>	<b>466.030,10</b>	<b>166.969,90</b>	<b>154.589,89</b>	<b>432.446,53</b>	<b>200.553,47</b>	<b>420.502,06</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>149.318,10</b>	<b>466.030,10</b>	<b>166.969,90</b>	<b>154.589,89</b>	<b>432.446,53</b>	<b>200.553,47</b>	<b>420.502,06</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>149.318,10</b>	<b>466.030,10</b>	<b>—</b>	<b>154.589,89</b>	<b>432.446,53</b>	<b>—</b>	<b>420.502,06</b>

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		633.000,00	
Previsão Atualizada		633.000,00	
Receitas Realizadas		358.349,25	
Déficit Orçamentário		74.097,28	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		633.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		633.000,00	
Despesas Empenhadas		466.030,10	
Despesas Liquidadas		432.446,53	
Despesas pagas		420.502,06	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		466.030,10	
Despesas Liquidadas		432.446,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		569.438,49	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	62.188,85
Resultado Primário		0,00	-74.097,28
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		44.304,00	35.696,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: C/ASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI

Presidente do C/ASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno





Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE														RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	60.211,12	15.999,99	55.955,58	76.922,55	0,00	17.849,25	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	569.438,49	633.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	541.589,24	633.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	60.211,12	15.999,99	55.955,58	54.922,55	0,00	14.000,00	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	541.589,24	633.000,00
Transferências da LC 611/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	3.849,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.849,25	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	60.211,12	15.999,99	55.955,58	76.922,55	0,00	17.849,25	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	569.438,49	633.000,00
FONTE: Anexo, 28/12/2016														

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Rezo  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	160.666,76	109.576,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	172.130,05	121.521,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	11.463,29	11.944,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-160.666,76	-109.576,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-160.666,76</b>	<b>-109.576,90</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>51.089,86</b>	<b>62.188,85</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	633.000,00	358.349,25	274.911,05
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	633.000,00	354.500,00	249.911,05
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	633.000,00	354.500,00	249.911,05
Demais Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	3.849,25	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	633.000,00	358.349,25	274.911,05

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	553.000,00	421.726,10	112.403,49	388.142,53	101.448,61
Pessoal e Encargos Sociais	320.000,00	224.677,35	38.140,14	224.677,35	38.140,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.000,00	197.048,75	74.263,35	163.465,18	63.308,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	553.000,00	421.726,10	112.403,49	388.142,53	101.448,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	80.000,00	44.304,00	43.093,60	44.304,00	39.886,10
Investimentos	80.000,00	44.304,00	43.093,60	44.304,00	39.886,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	80.000,00	44.304,00	43.093,60	44.304,00	39.886,10
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	633.000,00	466.030,10	155.497,09	432.446,53	141.334,71

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-107.680,85	119.413,96	-74.097,28	133.576,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00		
					0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	44.304,00	44.304,00	0,00	35.696,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	80.000,00	44.304,00	44.304,00	0,00	35.696,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-80.000,00	-	-	-35.696,00

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

**RREO 5 BIM DE 2016**

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				(b/a)		(a - c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	633.000,00	633.000,00	124.140,00	19,61	482.489,25	150.510,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	124.140,00	19,61	482.489,25	150.510,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	633.000,00	633.000,00	121.500,00	19,19	476.000,00	157.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	121.500,00	19,19	476.000,00	157.000,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	2.640,00	0,00	6.489,25	-6.489,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	2.640,00	0,00	6.489,25	-6.489,25
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	633.000,00	633.000,00	124.140,00	19,61	482.489,25	150.510,75
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	633.000,00	633.000,00	124.140,00	19,61	482.489,25	150.510,75
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	81.603,61	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	633.000,00	633.000,00	124.140,00	19,61	564.092,86	68.907,14
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	633.000,00	633.000,00	128.471,09	594.501,19	38.498,81	131.646,33	564.092,86	68.907,14	558.657,22
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	453.000,00	588.000,00	128.171,19	549.897,29	38.102,71	131.346,43	519.488,96	68.511,04	514.053,32

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>128.471,09</b>	<b>594.501,19</b>	<b>38.498,81</b>	<b>131.646,33</b>	<b>564.092,86</b>	<b>68.907,14</b>	<b>558.657,22</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	355.000,00	99.902,43	324.579,78	30.420,22	99.902,43	324.579,78	30.420,22	324.579,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	28.268,76	225.317,51	7.682,49	31.444,00	194.909,18	38.090,82	189.473,54
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>180.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>299,90</b>	<b>44.603,90</b>	<b>396,10</b>	<b>299,90</b>	<b>44.603,90</b>	<b>396,10</b>	<b>44.603,90</b>
INVESTIMENTOS	180.000,00	45.000,00	299,90	44.603,90	396,10	299,90	44.603,90	396,10	44.603,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>128.471,09</b>	<b>594.501,19</b>	<b>38.498,81</b>	<b>131.646,33</b>	<b>564.092,86</b>	<b>68.907,14</b>	<b>558.657,22</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>128.471,09</b>	<b>594.501,19</b>	<b>38.498,81</b>	<b>131.646,33</b>	<b>564.092,86</b>	<b>68.907,14</b>	<b>558.657,22</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>633.000,00</b>	<b>128.471,09</b>	<b>594.501,19</b>	<b>—</b>	<b>131.646,33</b>	<b>564.092,86</b>	<b>—</b>	<b>558.657,22</b>

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		633.000,00		
Previsão Atualizada		633.000,00		
Receitas Realizadas		482.489,25		
Déficit Orçamentário		81.603,61		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		633.000,00		
Créditos Adicionais		0,00		
Dotação Atualizada		633.000,00		
Despesas Empenhadas		594.501,19		
Despesas Liquidadas		564.092,86		
Despesas pagas		558.657,22		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		594.501,19		
Despesas Liquidadas		564.092,86		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		617.367,38		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	78.509,44	0,00	
Resultado Primário	0,00	-81.603,61	0,00	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		44.603,90	396,10	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: C/ASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI

Presidente do C/ASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )
R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
			% (b/Total b)	% (d/Total d)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	633.000,00	633.000,00	128.471,09	594.501,19	100,00	131.646,33	564.092,86	68.907,14
ASSISTENCIA SOCIAL	633.000,00	633.000,00	128.471,09	594.501,19	100,00	131.646,33	564.092,86	68.907,14
Assistencia a Criança e ao Adolescente	633.000,00	633.000,00	128.471,09	594.501,19	100,00	131.646,33	564.092,86	68.907,14
TOTAL (III) = (I + II)	633.000,00	633.000,00	128.471,09	594.501,19	100,00	131.646,33	564.092,86	68.907,14

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de Turvo - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

## EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.677,77</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>351.122,16</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R./I.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.677,77	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	326.122,16
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1999	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.677,77	36.244,45	68.633,34	90.722,16	49.633,33	60.211,12	15.999,99	326.122,16
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.677,77</b>	<b>36.244,45</b>	<b>68.633,34</b>	<b>90.722,16</b>	<b>49.633,33</b>	<b>60.211,12</b>	<b>15.999,99</b>	<b>351.122,16</b>

FONTE:

Turvo, 03/12/2015

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASSJair Antonio Rovaris  
ContadorNestor Peco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	171.765,75	109.576,90	93.256,31
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.765,75	121.521,37	98.691,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	11.944,47	5.435,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-171.765,75	-109.576,90	-93.256,31
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-171.765,75</b>	<b>-109.576,90</b>	<b>-93.256,31</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>16.320,59</b>	<b>78.509,44</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	633.000,00	482.489,25	351.122,16
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	633.000,00	476.000,00	326.122,16
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	633.000,00	476.000,00	326.122,16
Demais Receitas Correntes	0,00	6.489,25	25.000,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	6.489,25	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	633.000,00	482.489,25	351.122,16

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	588.000,00	549.897,29	176.469,07	519.488,96	168.060,79
Pessoal e Encargos Sociais	355.000,00	324.579,78	78.833,85	324.579,78	78.833,85
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.000,00	225.317,51	97.635,22	194.909,18	89.226,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	588.000,00	549.897,29	176.469,07	519.488,96	168.060,79
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	45.000,00	44.603,90	48.357,60	44.603,90	45.150,10
Investimentos	45.000,00	44.603,90	48.357,60	44.603,90	45.150,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	45.000,00	44.603,90	48.357,60	44.603,90	45.150,10
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	633.000,00	594.501,19	224.826,67	564.092,86	213.210,89

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-112.011,94	126.295,49	-81.603,61	137.911,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER-DE ASS. SOCIAL E SAUDE

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsável pelo Controle Interno
---	----------------------------------	--



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	45.000,00	44.603,90	44.603,90	0,00	396,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>45.000,00</b>	<b>44.603,90</b>	<b>44.603,90</b>	<b>0,00</b>	<b>396,10</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-45.000,00</b>	<b>-44.603,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-396,10</b>

FONTE:

Turvo, 28/12/2016

RONALDO CARLESSI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno